ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLIX Nº 43 Brasília - DF, sexta-feira, 5 de março de 2021 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 2
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 6
Ministério das Comunicações 6
Ministério da Defesa 9
Ministério do Desenvolvimento Regional 13
Ministério da Economia 14
Ministério da Educação 98
Ministério da Infraestrutura 113
Ministério da Justiça e Segurança Pública 117
Ministério do Meio Ambiente 127
Ministério de Minas e Energia 131
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 135
Ministério das Relações Exteriores 136
Ministério da Saúde 136
Ministério do Turismo 142
Ministério Público da União 145
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 149
..... Esta edição completa do DOU é composta de 151 páginas .....

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.329 **(1)**

ORIGEM : ADI - 5329 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade do art. 52, V, da Lei nº 11.697/2008, nos termos do voto do Ministro Alexandre de Moraes, Redator para o acórdão, vencido o Ministro Marco Aurélio (Relator), que julgava parcialmente procedente o pedido. Plenário, Sessão Virtual de 4.12.2020 a 14.12.2020.

Ementa: DIREITO CONSTITUCIONAL. REGIME JURÍDICO DA MAGISTRATURA. LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. INCONSTITUCIONALIDADES FORMAL E MATERIAL NA PREVISÃO DE REQUISITOS DE FAIXA ETÁRIA PARA O INGRESSO NA CARREIRA (ART. 52, V, DA LEI 11.697/2008). RESERVA DE LEI COMPLEMENTAR (CF, ART. 93, I). DESPROPORCIONALIDADE E QUEBRA DA ISONOMIA.

1. O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL possui jurisprudência firme no sentido de que, até o advento da lei complementar prevista no art. 93, *caput*, da Constituição Federal, o Estatuto da Magistratura é disciplinado pela LOMAN, recepcionada pela nova ordem constitucional. Precedentes.

2. O art. 52, V, da Lei 11.697/2008, ao estabelecer como requisito para ingresso na carreira da magistratura do Distrito Federal ou dos Territórios a idade mínima de 25 anos e máxima de 50, viola o disposto no art. 93, I, da Constituição Federal.

3. Em assuntos diretamente relacionados à magistratura nacional, como as condições para investidura no cargo, a disciplina da matéria deve ser versada pela Constituição Federal ou pela LOMAN, não podendo lei ordinária federal inovar e prever norma de caráter restritivo ao ingresso na magistratura que não encontra pertinência nos citados diplomas normativos.

4. A Constituição Federal não exige idade mínima para o ingresso na magistratura, mas sim a exigência de *"três anos de atividade jurídica" ao bacharel em direito* (CF, art. 93, I).

5. O limite de 50 anos de idade para ingresso em cargo de magistrado não guarda correlação com a natureza do cargo e destoa do critério a que a Constituição adotou para a composição dos Tribunais Superiores, Tribunais Regionais Federais e Tribunais Regionais do Trabalho.

6. Ação direta julgada procedente.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Presidência da República

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO

INDEFIRO o credenciamento da AC JURISTAS. Processo n° 00100.002030/2020-84.

CARLOS ROBERTO FORTNER
Diretor-Presidente

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA NORMATIVA CGU/AGU Nº 1, DE 2 DE MARÇO DE 2021

Disciplina a atividade de assessoramento jurídico no âmbito das Consultorias Jurídicas da União nos Estados, e dá outras providências.

O CONSULTOR-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 43, inciso I, do Anexo I, do Decreto nº 10.608, de 25 de janeiro de 2021, e tendo em vista o disposto no art. 13, inciso V, da Portaria AGU nº 14, de 23 de janeiro de 2020, resolve:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º As Consultorias Jurídicas da União nos Estados e no Município de São José dos Campos terão suas atividades de assessoramento jurídico reguladas por esta Portaria.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, compreende-se como:

I - assessoramento jurídico: as atividades que, embora não se relacionem com as manifestações jurídicas previstas no art. 2º da Portaria AGU nº 1.399, de 5 de outubro de 2009, decorram das atribuições próprias do cargo de Advogado da União, em especial aquelas a cargo das Consultorias Jurídicas da União nos Estados e em São José dos Campos voltadas para o atendimento imediato dos gestores públicos, por meio de orientações jurídicas prestadas em reuniões, audiências, interlocuções telefônicas, mensagens eletrônicas ou por outros meios que exijam menor formalidade, e que tenham por escopo a promoção de soluções e orientações que resguardem juridicamente os gestores na viabilização das políticas públicas; e

II - equipe residente: a equipe formada pelo Consultor Jurídico da União nos Estados e no Município de São José dos Campos, e pelos Advogados da União que não estão na distribuição processual das Consultorias Jurídicas da União Especializadas Virtuais (e-CJUs), para atender ao disposto no art. 3º, § 1º, da Portaria AGU nº 14, de 23 de janeiro de 2020.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS E DAS ATRIBUIÇÕES NO ASSESSORAMENTO

Art. 3º Compete às Consultorias Jurídicas da União nos Estados e em São José dos Campos prestar o assessoramento jurídico a todos os agentes públicos dos órgãos assessorados, na forma do disposto nesta Portaria, por qualquer meio de contato disponível para fins de comunicação.

Parágrafo único. Os Consultores Jurídicos deverão promover a ampla divulgação dos dados para contato com a Consultoria Jurídica da União e com os Advogados da União responsáveis pelo assessoramento jurídico.

Art. 4º A solicitação de assessoramento jurídico será formulada e encaminhada pelo agente público do respectivo órgão assessorado competente para editar o ato e sobre o qual haja dúvida jurídica a ser dirimida, ou por preposto com expressa e comprovada autorização ou delegação.

Parágrafo único. Observado o disposto no **caput** deste artigo, a definição do agente público competente para a solicitação de assessoramento jurídico decorrerá das atribuições previstas no regimento interno ou em outro ato normativo do órgão assessorado.

Art. 5º O assessoramento jurídico compete:

I - à Consultoria Jurídica da União, quando:

a) não se relacionar a um processo existente;

b) se relacionar a um processo existente, mas que não diga respeito a uma manifestação jurídica exarada por integrante de e-CJU; e

c) se relacionar a processo distribuído à equipe residente, com base no art. 13, inciso II, da Portaria AGU nº 14, de 2020;

II - à e-CJU, quando se relacionar a uma manifestação jurídica exarada em processo que nele deve atuar, em razão das competências previstas nos §§ 1º a 7º do art. 1º da Portaria AGU nº 14, de 2020.

Art. 6º Aos Consultores Jurídicos da União incumbe:

I - organizar, gerir e supervisionar as atividades de assessoramento jurídico;

II - atuar no assessoramento jurídico;

III - estabelecer cronograma semestral de visitas aos órgãos assessorados; e

IV - orientar os advogados a alimentarem o sistema oficial de registro de atividades da Advocacia-Geral da União (AGU) de acordo com a norma que disciplina o Indicador de Valor do Trabalho Consultivo (IVT-Consultivo) ou a que vier a substituí-la.

§ 1º As atribuições do presente artigo poderão ser delegadas pelos Consultores Jurídicos a outros integrantes da respectiva Consultoria Jurídica da União, quando for o caso.

§ 2º Ao Consultor Jurídico da União compete, no gerenciamento da atividade de assessoramento, dentre outras atribuições:

I - indicar o Advogado da União responsável para prestar assessoramento jurídico a ser executado na forma do art. 8º desta Portaria;

II - manter atualizados o cadastro e os contatos dos gestores dos órgãos e entidades assessorados; e

III - informar aos gestores dos órgãos assessorados os contatos do advogado responsável por seu assessoramento e o do substituto em caso de férias ou licença do titular da Consultoria Jurídica.

§ 3º O cronograma semestral de visitas de que trata o inciso III do **caput** deverá ser registrado na página da intranet da Consultoria Jurídica da União e encaminhado ao Departamento de Informações Estratégicas (DEINF) da Consultoria-Geral da União.

Art. 7º As atividades de assessoramento jurídico de que trata esta Portaria serão de responsabilidade dos Advogados da União que integram as equipes residentes.

§ 1º Os Consultores Jurídicos da União poderão, em caso de necessidade, equalizar a carga de trabalho com os demais integrantes da equipe.

§ 2º Os Consultores Jurídicos da União que estiverem acumulando o encargo de Coordenador de e-CJU deverão realizar pelo menos 6 (seis) atividades de assessoramento jurídico por mês.

§ 3º Os Advogados integrantes da equipe residente deverão ter pelo menos 22 (vinte e duas) atividades mensais de assessoramento jurídico lançadas no sistema oficial de registro de atividades da AGU, exceto aqueles designados com exclusividade para as Câmaras Locais de Conciliação da Administração Federal.

§ 4º Poderão ser levadas em consideração as atividades ordinárias de competência da Consultoria Jurídica da União realizadas pela equipe residente, com base na Portaria AGU nº 14, de 2020, no caso de não atingimento do número mínimo de assessoramento jurídico estabelecido no § 2º.

CAPÍTULO III
DA FORMA DE EXECUÇÃO DO ASSESSORAMENTO

Seção I
Das formas

Art. 8º O assessoramento jurídico de que trata esta Portaria será realizado por meio das seguintes formas:

I - troca de mensagens instantâneas com a utilização de aplicativos para smartphones;

II - ligações telefônicas;

III - troca de informações via correio eletrônico;

IV - participação em reuniões;

V - promoção de reuniões institucionais periódicas devidamente organizadas; e

VI - realização de oficinas de instrução.

Art. 9º Para a promoção de reuniões institucionais periódicas, os Consultores Jurídicos da União expedirão cronograma de visitas de assessoramento que deverá contemplar, pelo menos:

I - os órgãos assessorados que estejam entre os 10 (dez) com maior volume de processos tramitados para a Consultoria Jurídica da União no Estado nos últimos 12 (doze) meses; e

II - os órgãos assessorados que tenham solicitado a realização de reuniões institucionais.

Parágrafo único. As reuniões institucionais periódicas poderão ser substituídas por reuniões através das plataformas virtuais quando, em comum acordo com o órgão assessorado se mostrar mais adequado para o andamento dos trabalhos dos órgãos envolvidos.

Seção II
Das reuniões

Art. 10. Os pedidos de reunião por parte dos órgãos assessorados deverão, sempre que possível, ser encaminhados por escrito, com a devida antecedência, preferencialmente direcionado ao e-mail da unidade, contendo, de modo resumido, as questões de fato e de direito que caracterizam a dúvida objeto da reunião.

§ 1º As solicitações de reunião serão juntadas em Número Único de Protocolo (NUP) específico de controle de reuniões de assessoramento e aberta tarefa no sistema oficial de registro de atividades da AGU para o Consultor Jurídico ou para o Advogado da União incumbido do assessoramento.

§ 2º Após a realização de reunião, o Consultor Jurídico ou o Advogado da União incumbido do assessoramento, deverá promover o registro da atividade de assessoramento no sistema oficial de registro de atividades da AGU, em estrita observância às normas do IVT-Consultivo ou outra que vier a substituí-la.

§ 3º O registro de que trata o § 2º deve vir acompanhado da ata ou relatório de reunião, que deverá conter, no mínimo:

I - a data e a hora;

II - o órgão assessorado;

III - os participantes, incluindo os membros da Advocacia-Geral da União;

IV - o contato telefônico dos participantes; e

V - o assunto objeto do assessoramento jurídico.

§ 4º Nos casos em que a reunião de assessoramento for gravada, o Consultor Jurídico ou Advogado da União indicará, na ata ou relatório, o **link** que contém o arquivo da reunião, salvo nas hipóteses de sigilo.

§ 5º Todos os pedidos de reunião negados serão justificados e deverão ser, imediatamente, comunicados ao DEINF.

Seção III
Da necessidade de registro

Art. 11. Todas as atividades de assessoramento jurídico, mesmo aquelas executadas por meio de contato telefônico ou por mensagem eletrônica ou instantânea, serão objeto de registro no sistema de registro de atividades oficial da AGU, desde que tenham um mínimo de relevância temática ou administrativa.

§ 1º Aplica-se o disposto no art. 10, § 3º, no registro do assessoramento jurídico realizado por meio diverso da reunião, exceto o seu inciso IV, quando se tratar de resposta a e-mail feita por este mesmo meio.

§ 2º O DEINF expedirá orientação quanto ao lançamento das atividades de assessoramento jurídico diversas da reunião no sistema de registro de atividades oficial da AGU.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. A designação de advogados integrantes de e-CJU pelo Consultor Jurídico da União para participação em reuniões deverá ser fundamentada, observada, quando for o caso, a compensação prevista no art. 4º, § 4º, da Portaria AGU nº 14, de 2020.

Art. 13. Os casos não previstos, omissos, as divergências e as dúvidas que vierem a surgir em relação ao disposto nesta Portaria serão dirimidos pelo DEINF.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CERQUEIRA VALÉRIO

CONSELHO DE GOVERNO
CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS

RETIFICAÇÃO

Na Resolução CTE-CMED nº 2, de 25 de fevereiro de 2021, publicada no DOU de 1º de março de 2021, Seção 1, página 3, que altera a Resolução CTE-CMED nº 3, de 4 de dezembro de 2020, para modificar o cronograma de revisão e consolidação de atos normativos inferiores a decreto editados pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) e revoga Resoluções e Comunicados publicados pela CMED no período compreendido entre 2003 e 2019 que apresentam perda de objeto ou exaurimento de finalidade;

onde se lê: "I - Resolução CMED nº 04, de 07 de agosto de 2007;"

leia-se: "I - Resolução CMED nº 04, de 7 de agosto de 2008;".

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA MAPA Nº 46, DE 2 DE MARÇO DE 2021

Permuta de cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE de mesmo nível e categoria, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II da Constituição Federal, consoante o disposto no art. 16, do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, e no art. 6º, do Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e considerando o que consta dos autos do Processo SEI nº 21160.000099/2021-10, resolve:

Art. 1º Fica efetivada, no âmbito do Instituto Nacional de Meteorologia da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a permuta de um cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS 101.1 de Chefe do Serviço Administrativo da Coordenação- Geral de Apoio Operacional por uma Função Comissionada do Poder Executivo Federal - FCPE 101.1 de Chefe do Serviço de Telecomunicações da Coordenação-Geral de Sistemas de Comunicação e Informação.

Art. 2º A versão atualizada do Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de que trata o Anexo IIa do Decreto nº 10.253, de 2020, pode ser consultada no endereço eletrônico https://www.gov.br/agricultura/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor sete dias após sua publicação.

TEREZA CRISTINA CORREA DA COSTA DIAS

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

ONYX DORNELLES LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

ARIOSTO ANTUNES CULAU
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 20, DE 4 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 2.023, publicada no DOU de 13/06/2019; e das atribuições constantes no Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado através da Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º - HABILITAR sob o nº 194/ES o(a) Médico(a) Veterinário(a) ODAEL SPADETO JUNIOR inscrito(a) no CRMV ES nº 668/ES para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para suínos nos municípios de Muqui e Vargem Alta, para as propriedades relacionadas no respectivo processo, observando as normas e dispositivos legais em vigor .

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AURELIANO NOGUEIRA DA COSTA

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 13, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

O Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins no uso das suas atribuições legais resolve:

Dar publicidade ao resumo dos registros de produtos técnicos e pré-misturas concedidos, conforme previsto no Artigo 14 do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002.

1-a. Titular do registro: Sumitomo Chemical Brasil Indústria Química S.A.- Maracanaú/CE.

b. Marca comercial: FLUTRIAFOL TÉCNICO SUMITOMO BR.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC00121, conforme processo nº 21000.051789/2017-93, protocolado em 04/12/2017.

d. Fabricante: Nome: Jiangsu Sevencontinent Green Chemical Co., Ltd.(Unit II) - Endereço: North Area of Dongsha Chem - Zone Zhangjagang - 215600 - Jiangsu - China.

e. Nome químico: (RS)-2,4'-difluoro-α-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl)benzhydryl alcohol.

f. Nome comum: Flutriafol.

g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.

i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.

j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

2-a. Titular do registro: CCAB Agro S.A.- São Paulo/SP.

b. Marca comercial: **S-METOLACLORO TÉCNICO CCAB.**

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC00221, conforme processo nº 21000.002452/2013-29, protocolado em 01/04/2013.

d. Fabricante: Nome: Shangyu Nutrichem Co., Ltd. - Endereço: N º 9, Weijiu Rd., Hangzhou Bay Shangyu Economic and Technological Development Area, Zhejianfg, 312639 - China.

e. Nome químico: mixture of 80-100% 2-chloro-6'-ethyl-N-[(1S)-2-methoxy-1-methylethyl]acet-otoluidide and 20-0% 2-chloro-6'-ethyl-N-[(1R)-2-methoxy-1-methylethyl]acet-o-toluidide.

f. Nome comum: S-Metolacloro.

g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.

i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.

j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

3-a. Titular do registro: Nortox S.A.- Arapongas/PR.

b. Marca comercial: **ATRAZINA TÉCNICA NORTOX IV.**

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC00321, conforme processo nº 21000.040550/2017-98, protocolado em 18/09/2017.

d. Fabricante: Nome: Hebei Shanli Chemical Co., Ltd. - Endereço: Eighteenth Team, Zhongjie Farm 061108 Cangzhou City, Hebei Province - China.

e. Nome químico: 6-cloro-N^2-etil-N^4-isopropil-1,2,3-triazina-2,4-diamina.

f. Nome comum: Atrazina.

g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.

i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.

j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

4-a. Titular do registro: Ferbru Participações S.A.- Campinas /SP.

b. Marca comercial: **CHLORPYRIFOS TÉCNICO FB.**

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC00421, conforme processo nº 21000.006895/2018-01, protocolado em 27/02/2018.

d. Fabricante: Nome: Dezhou Luba Fine Chemical Co., Ltd. - Endereço: N º 288, Hengdong Road - Tianqu Industrial Park Deshou - 253035 - Shandong - China.

e. Nome químico: O,O-diethyl O-3,5,6-trichloro-2-pyridylphosphorothioate.

f. Nome comum: Clorpirifós.

g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.

i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.

j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

5-a. Titular do registro: Alamos do Brasil Ltda.- Porto Alegre/RS.

b. Marca comercial: **GLUFOSINATO TÉCNICO ALAMOS.**

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC00521, conforme processo nº 21000.002770/2020-22, protocolado em 12/03/2020.

d. Fabricante: Nome: Ningxia Wynca Technology Co., Ltd. - Endereço: Taisha Industrial Park 753401 Pingluo, Ningxia - China.

e. Nome químico: Ammonium (*DL*)-homoalanin-4-yl(methyl) phosphinate.

f. Nome comum: Glufosinato de Amônio.

g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.

i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.

j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

6-a. Titular do registro: UPL do Brasil e Comércio de Insumos Agropecuários S.A.- Ituverava/SP.

b. Marca comercial: **HEXAZINONA TÉCNICO UPL.**

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC00621, conforme processo nº 21000.013241/2019-15, protocolado em 11/03/2019.

d. Fabricante: Nome: Jiangsu Corechem Co., Ltd. - Endereço: 18, Shilian Avenue Huaian - 223000 - Jiangsu - China.

e. Nome químico: 3-cyclohexyl-6-dimethylamino-1-methyl-1,3,5-triazine-2,4(1H,3H)-dione.

f. Nome comum: Hexazinona.

g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.

i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.

j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

7-a. Titular do registro: Ferbru Participações S.A.- Campinas/SP.

b. Marca comercial: **IMIDACLOPRID TÉCNICO FB.**

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC00721, conforme processo nº 21000.066265/2019-69, protocolado em 16/09/2019.

d. Fabricante: Nome: Nanjing Red Sun Co., Ltd. - Endereço: N º 8 Dongfeng Road, Yaxi Town,Gaochum County, Nanjing 211303 - Jiangsu - China.

e. Nome químico: 1-(6-chloro-3-pyridylmethyl)-N-nitroimidazolidin-2-ylideneamine.

f. Nome comum: Imidacloprido.

g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.

i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.

j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

8-a. Titular do registro: Nortox S/A- Arapongas/PR.

b. Marca comercial: **LAMBDA-CIALOTRINA TÉCNICA NORTOX II.**

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC00821, conforme processo nº 21000.087814/2019-39, protocolado em 02/12/2019.

d. Fabricante: Nome: Jiangsu Huifeng Bio Agriculture Co., Ltd. - Endereço: Weier Road, South Area of Ocean Economic Development Zone 224145 Dafeng, Jiangsu - China.

e. Nome químico: Mistura dos isômeros (1:1) (S)-α-cyano-3-phenoxybenzyl(Z)-(1R,3R)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoro prop-1-enyl)-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate e (R)-α-cyano-3-phenoxybenzyl(Z)-(1S,3S)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoroprop1-enyl)-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate.

f. Nome comum: Lambda-Cialotrina.

g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.

i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.

j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe I - Produto Altamente Perigoso ao Meio Ambiente.

9-a. Titular do registro: Albaugh Agro Brasil Ltda.- São Paulo /SP.

b. Marca comercial: **MESOTRIONE TÉCNICO ALBAUGH BN.**

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC00921, conforme processo nº 21000.016503/2020-29, protocolado em 05/03/2020.

d. Fabricante: Nome: Shandong Binnong Technology Co., Ltd. - Endereço: 518, Yongxin Road - Binbei Town 256600 Binzhou - Shandong - China.

e. Nome químico: 2-(4-mesyl-2-nitrobenzoyl)-1,3-cyclohexanedione.

f. Nome comum: Mesotrione.

g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.

i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.

j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

10-a. Titular do registro: AllierBrasil Agro Ltda.- São Paulo /SP.

b. Marca comercial: **MESOTRIONA TÉCNICO SOLUS.**

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC01021, conforme processo nº 21000.004560/2020-65, protocolado em 22/01/2020.

d. Fabricante: Nome: Shandong Binnong Technology Co., Ltd. - Endereço: 518, Yongxin Road - Binbei Town 256600 Binzhou - Shandong - China.

e. Nome químico: 2-(4-mesyl-2-nitrobenzoyl)-1,3-cyclohexanedione.

f. Nome comum: Mesotrione.

g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.

i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.

j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

11-a. Titular do registro: Tide do Brasil Ltda.- Porto Alegre/RS.

b. Marca comercial: **MESOTRIONA TÉCNICO TIDE.**

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC01121, conforme processo nº 21000.006506/2015-97, protocolado em 28/09/2015.

d. Fabricante: Nome: Shandong Binnong Technology Co., Ltd. - Endereço: 518, Yongxin Road - Binbei Town 256600 Binzhou - Shandong - China.

e. Nome químico: 2-(4-mesyl-2-nitrobenzoyl)-1,3-cyclohexanedione.

f. Nome comum: Mesotrione.

g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.

i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.

j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

12-a. Titular do registro: Helm do Brasil Mercantil Ltda.- São Paulo/SP.

b. Marca comercial: **MESOTRIONE B TÉCNICO HELM.**

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC01221, conforme processo nº 21000.007086/2015-66, protocolado em 20/10/2015.

d. Fabricante: Nome: Shandong Binnong Technology Co., Ltd. - Endereço: 518, Yongxin Road - Binbei Town 256600 Binzhou - Shandong - China.

e. Nome químico: 2-(4-mesyl-2-nitrobenzoyl)-1,3-cyclohexanedione.

f. Nome comum: Mesotrione.

g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.

i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.

j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

13-a. Titular do registro: ProRegistros Registros de Produtos Ltda.- Porto Alegre/RS.

b. Marca comercial: **ATRAZINE TECH OXON.**

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC01321, conforme processo nº 21000.007777/2014-89, protocolado em 05/11/2014.

d. Fabricante: Nome: Sipcam Oxon S.p.A. - Endereço: Strada Provinciale per Torre Beretti, Km 2,6 27030 - Mezzana Bigli - Pavia - Itália; Nome: Hebei Shanli Chemical Co., Ltd. - Endereço: Eighteenth Team, Zhongjie Farm 061108 - Cangzhou City - Hebei Province - China.

e. Nome químico: 6-chloro-*N*^{2}-ethyl-*N*^{4}-isopropyl-1,3,5-triazine-2,4-diamine.

f. Nome comum: Atrazina.

g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.

i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.

j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

14-a. Titular do registro: CCAB Agro S.A.- São Paulo/SP.

b. Marca comercial: **ATRAZINE TÉCNICO CCAB II.**

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC01421, conforme processo nº 21000.022970/2020-98, protocolado em 30/03/2020.

d. Fabricante: Nome: Zhejiang Zhongshan Chemical Industry Group Co. Ltd. - Endereço: Zhongshan, Xiaopu- Changxing 313116 Zheijiang- China.

e. Nome químico: 6-chloro-N^2-ethyl-N^4-isopropyl-1,3,5-triazine-2,4-diamine.
f. Nome comum: Atrazina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

15-a. Titular do registro: Tradecorp do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda.- Campinas/SP.
b. Marca comercial: **TRINEXAPAQUE-ETÍLICO ASCENZA TÉCNICO.**
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC01521, conforme processo nº 21000.007778/2013-42, protocolado em 11/09/2013.
d. Fabricante: Nome: Huaian Glory Chemical Co., Ltd. - Endereço: Guoqiao Road, Huaian Salt Chemical Industry Park, 223100, Huaian - China.
e. Nome químico: ethyl 4-cyclopropyl(hydroxy)methylene-3,5-dioxocyclohexanecarboxylate.
f. Nome comum: Trinexapaque-Etílico.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

16-a. Titular do registro: Alamos do Brasil Ltda.- Porto Alegre/RS.
b. Marca comercial: **DIQUATE TÉCNICO ALAMOS.**
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC01621, conforme processo nº 21000.031085/2019-66, protocolado em 17/05/2019.
d. Fabricante: Nome: Nanjing Huazhou Pharmaceucal Co., Ltd. - Endereço: Nº 9 Dongfeng Road, Yaxi Town, Gaochun Country 211303 Nanjing, Jiangsu - China.
e. Nome químico: 1,1'-ethylene-2,2'-bipyridyldiylium dibromide.
f. Nome comum: Dibrometo de Diquate.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

17-a. Titular do registro: Sumitomo Chemical Brasil Indústria Química S.A.- Maracanaú/CE.
b. Marca comercial: **DICAMBA TÉCNICO SUMITOMO BR.**
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC01721, conforme processo nº 21000.006812/2014-42, protocolado em 29/09/2014.
d. Fabricante: Nome: Jiangsu Changqing Agrochemical Nantong Co., Ltd. - Endereço: N º 3, Haibin Road, Chemical Industrial Zone, Open Coastal Economic Zone, Rudong County Nantong City Jiangsu - China.
e. Nome químico: 3,6-dichloro-2-methoxybenzoic acid.
f. Nome comum: Dicamba.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto muito Perigoso ao meio ambiente.

18-a. Titular do registro: UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A.- Ituverava/SP.
b. Marca comercial: **PROTHIOCONAZOLE TECHNICAL UPL.**
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC01821, conforme processo nº 21000.005490/2015-03, protocolado em 24/08/2015.
d. Fabricante: Nome: UPL Limited - Endereço: Plot Nº 750 GIDC Jhagadia - 393110 Dist. Bharuch Gujarat - Índia.
e. Nome químico: (RS)-2-[2-(1-chlorocyclopropyl)-3-(2-chlorophenyl)-2-hydroxypropyl]-2,4-dihydro-1,2,4-triazole-3-thione.
f. Nome comum: Protioconazol.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

19-a. Titular do registro: Sipcam Nichino Brasil S.A.- Uberaba/MG.
b. Marca comercial: **HEXAZINONA TÉCNICO SNB.**
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC01921, conforme processo nº 21000.002471/2015-17, protocolado em 05/05/2015.
d. Fabricante: Nome: Anhui Guangxin Agrochemical Co., Ltd. - Endereço: Caijiashan Pengcun Village, Xinhang Town, Guangde County Xuancheng City - 242235 - Anhui - China.
e. Nome químico: 3-cyclohexyl-6-dimethylamino-1-methyl-1,3,5-triazine-2,4(1H,3H)-dione.
f. Nome comum: Hexazinona.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

20-a. Titular do registro: Ferbru Participações S.A.- Campinas/SP.
b. Marca comercial: **METHOMYL TÉCNICO FB.**
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC02021, conforme processo nº 21000.064445/2019-14, protocolado em 09/09/2019.
d. Fabricante: Nome: Nanlong (Lianyungang) Chemicals Co., Ltd. - Endereço: Chemical Industrial Park, Duigougang 222523 Guannan, Lianyungang - China.
e. Nome químico: S-methyl N-(methylcarbamoyloxy)thioacetimidate.
f. Nome comum: Metomil.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

21-a. Titular do registro: Ferbru Participações S.A.- Campinas/SP.
b. Marca comercial: **HEXAZINONE TÉCNICO FB.**
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC02121, conforme processo nº 21000.064447/2019-03, protocolado em 09/09/2019.
d. Fabricante: Nome: Anhui Guangxin Agrochemical Co., Ltd. - Endereço: Caijiashan Pengcun Village, Xinhang Town, Guangde County Xuancheng City - 242235 - Anhui - China.
e. Nome químico: 3-cyclohexyl-6-dimethylamino-1-methyl-1,3,5-triazine-2,4(1H,3H)-dione.
f. Nome comum: Hexazinona.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

22-a. Titular do registro: Ferbru Participações S.A.- Campinas/SP.
b. Marca comercial: **FIPRONIL TÉCNICO FB.**
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC02221, conforme processo nº 21000.093851/2019-86, protocolado em 20/12/2019.
d. Fabricante: Nome: Zhejiang Funong Biotech Co., Ltd . - Endereço: Lantian, Yongqiang 325024 Wenzhou - China.
e. Nome químico: (RS)-5-amino-1-(2,6-dichloro-α,α,α-trifluoro-p-tolyl)-4-trifluoromethyl.
f. Nome comum: Fipronil.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

23-a. Titular do registro: CHDS do Brasil Comércio e Insumos Agrícolas Ltda.- São Miguel do Iguaçu/PR.
b. Marca comercial: **ATRAZINA TÉCNICO CHDS.**
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC02321, conforme processo nº 21000.067337/2019-95, protocolado em 19/09/2019.
d. Fabricante: Nome: Hebei Shanli Chemical Co., Ltd. - Endereço: Eighteenth Team, Zhongjie Farm 061108 Cangzhou City, Hebei Province - China.
e. Nome químico: 6-cloro-N^2-etil-N^4-isopropil-1,2,3-triazina-2,4-diamina.
f. Nome comum: Atrazina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

24-a. Titular do registro: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.- Porto Alegre /RS.
b. Marca comercial: **CIPRODINIL TÉCNICO RAINBOW.**
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC02421, conforme processo nº 21000.006576/2014-64, protocolado em 18/09/2014.
d. Fabricante: Nome: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co., Ltd. - Endereço: Binhai Economic Development Area Weifang - 262737 - Shandong - China.
e. Nome químico: (4-cyclopropyl-6-methyl-pyrimidin-2-yl)-phenyl-amine.
f. Nome comum: Ciprodinil.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

25-a. Titular do registro: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.- Porto Alegre/RS.
b. Marca comercial: **DIFENOCONAZOL TÉCNICO RAIBOW.**
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC02521, conforme processo nº 21000.016567/2017-24, protocolado em 10/04/2017.
d. Fabricante: Nome: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co., Ltd. - Endereço: Binhai Economic Development Area, Weifang 262737 Shandong - China.
e. Nome químico: cis-trans-3-chloro-4-[4-methyl-2-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl)-1,3-dioxolan-2-yl]phenyl-4-chlorophenyl ether.
f. Nome comum: Difenoconazol.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

26-a. Titular do registro: Biorisk Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: **CLORPIRIFÓS TÉCNICO AGROGILL.**
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC 02621, conforme processo nº 21000.002105/2015-68, protocolado em 14/04/2015.
d. Fabricante: Nome: Dezhou Luba Fine Chemical Co., Ltd. - Endereço: N º 288, Hengdong Road - Tianqu Industrial Park Deshou - 253035 - Shandong - China; Nome: Jiangsu Baoling Chemial company Limited - Endereço: N º 9 Tang Wang Road Nantong - Jiangsu - China.
e. Nome químico: O,O-diethyl O-3,5,6-trichloro-2-pyridylphosphorothioate.
f. Nome comum: Clorpirifós.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

27-a. Titular do registro: Albaugh Agro Brasil Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: **METOMIL TÉCNICO ALBAUGH 01.**
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC02721, conforme processo nº 21000.067479/2020-96, protocolado em 21/10/2020.
d. Fabricante: Nome: Nanlong (Lianyungang) Chemicals Co., Ltd. - Endereço: Chemical Industrial Park, Duigougang 222523 - Guannan - Lianyungang - Jiangsu Province - china.
e. Nome químico: S-methyl N-(methylcarbamoyloxy)thioacetimidate.
f. Nome comum: Metomil.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

Obs.: os caracteres symbol 9 são para aparecerem a letra grega alfa.

BRUNO CAVALHEIRO BREITENBACH

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

PORTARIA SPA/MAPA Nº 10, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, no Decreto nº 4.962, de 22 de janeiro de 2004, e na Portaria MAPA Nº 20, de 14 de janeiro de 2020, tendo em vista o que consta do Processo nº 21000.020491/2020-37,

Considerando que os pagamentos dos benefícios do Garantia-Safra seguem as condições vigentes na data de adesão do agricultor, de acordo com o art. 9º do Decreto nº 4.962, de 2004;

Considerando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência do coronavírus (Covid- 19); e

Considerando a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre a regulamentação e a operacionalização da Lei nº 13.979, de 2020, resolve:

Art. 1º A análise de verificação de perda na safra 2020/2021, decorrentes da solicitação de pagamento do benefício do Garantia-Safra, será realizada exclusivamente a partir de um dos índices a seguir:

I - penalização hídrica com informações edafoclimáticas calculado pelo Instituto Nacional de Meteorologia - INMET;

II - Índice de Suprimento de Água para o Crescimento Vegetal - ISACV do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN; ou

III - pesquisa do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA do instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Parágrafo único. O município que comprovar perda de safra por meio de um dos índices de que trata o caput deste artigo estará qualificado para o recebimento do benefício Garantia-Safra, e desde que o índice apurado esteja de acordo com:

I - INMET, igual ou superior a 50% (cinquenta por cento);

II - CEMADEN, igual ou superior a 4 (quatro); ou

III - IBGE, igual ou superior a 50% (cinquenta por cento).

Art. 2º A apuração de perda na forma disposta nesta Portaria somente será aplicada à safra 2020/2021 e durante o período de enfrentamento da pandemia do coronavírus (Covid- 19).

Parágrafo único. As solicitações de perda dos municípios deverão observar as demais regras vigentes em consonância com esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ANGELO MAZZILLO JÚNIOR

PORTARIA SPA/MAPA Nº 12, DE 4 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso de suas atribuições previstas na Portaria MAPA N° 20, de 24 de fevereiro de 2020, e de acordo com o disposto no art. 5º do Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006, combinado com as disposições constantes das Resoluções n° 4.731, de 27 de junho de 2019 e n° 4.701, de 19 de dezembro de 2018, do Conselho Monetário Nacional - CMN, resolve:

Art. 1º Informar aos agentes financeiros, operadores do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, os produtos que tem direito e o percentual dos bônus de desconto a ser concedido nas operações e parcelas de crédito rural que serão objeto de pagamento ou amortização pelos mutuários no período de 10 de março de 2021 a 09 de abril de 2021, segundo o que determina o parágrafo 1º, do art. 2º, do Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006.

§ 1º Somente os produtos e Estados que apresentam o bônus de desconto, de que trata o caput, estão listados no Anexo.

Art. 2º Os preços de mercado e os bônus de desconto previstos nesta Portaria referem-se ao mês de fevereiro de 2021, têm validade para o período de 10 de março de 2021 a 09 de abril de 2021, em atendimento ao estabelecido nas Resoluções nº 4.875 de 23 de dezembro de 2020, 4.848 de 27 de agosto de 2020 e nº 4.825, de 18 junho de 2020, do CMN.

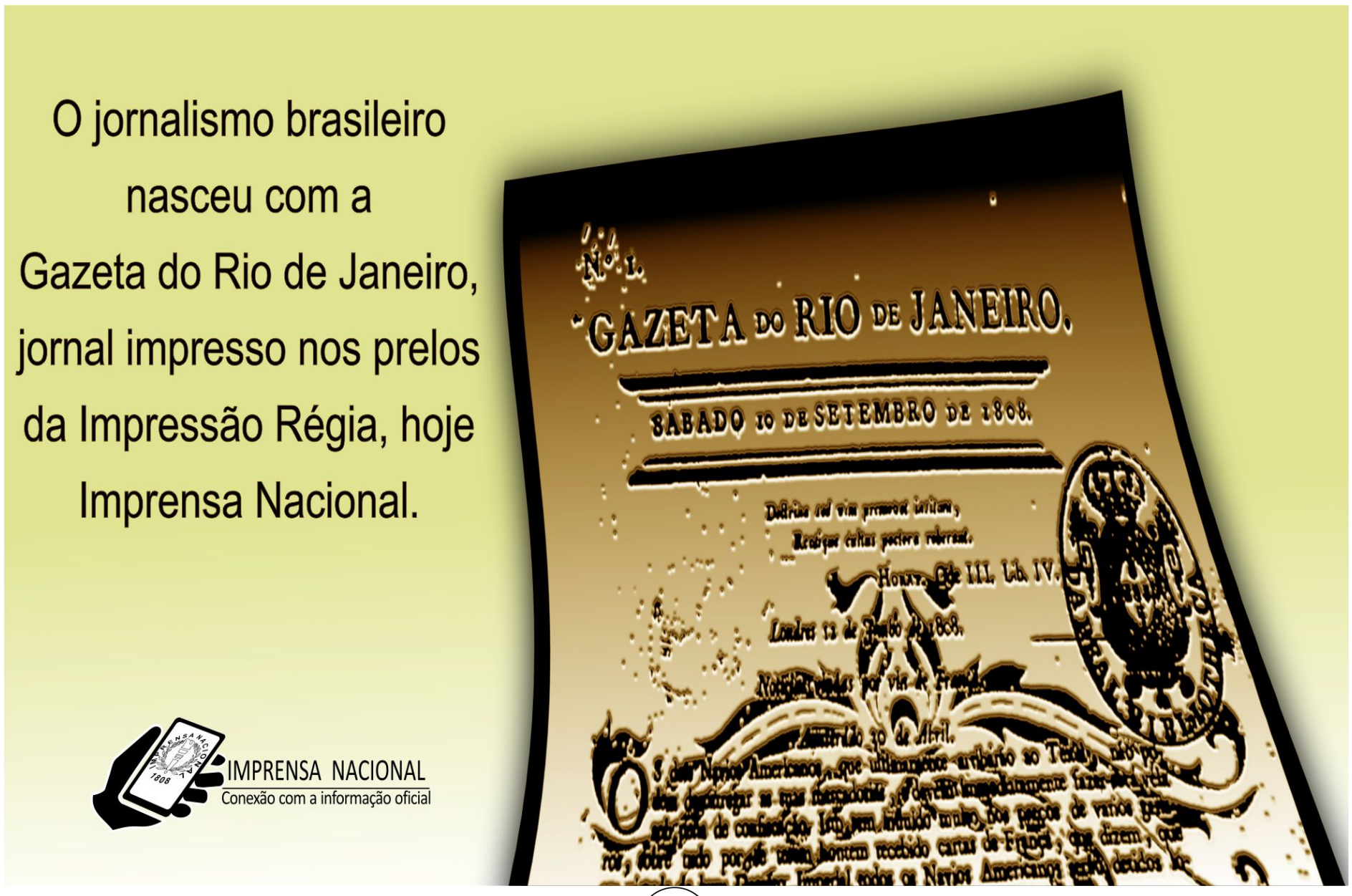
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ANGELO MAZZILLO JÚNIOR

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de MARÇO de 2021
Com base nos preços de FEVEREIRO de 2021

Produto	Unidade da Federação	Unidade	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid)	Bônus de Garantia de Preço (%)
ABACAXI	SE	kg	0,64	0,59	7,81
BANANA	AL	20 kg	17,76	12,74	28,27
BANANA	PB	20 kg	17,76	15,77	11,20
BANANA	PE	20 kg	17,76	13,62	23,31
BATATA	RS	50 kg	42,33	40,00	5,50
CASTANHA DE CAJU	BA	kg	3,98	3,35	15,83
CASTANHA DE CAJU	PB	kg	3,98	3,31	16,83
CASTANHA DE CAJU	PE	kg	3,98	2,79	29,90
CASTANHA DE CAJU	PI	kg	3,98	3,31	16,83
MARACUJÁ	BA	kg	1,82	1,66	8,79
MARACUJÁ	CE	kg	1,82	1,74	4,40

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB



Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.362/2021

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 239ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 04 de março de 2021, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo: 01245.0002185/2021-10
Requerente: União Química Farmacêutica Nacional S.A.
CQB: 421/16
Assunto: Solicitação de parecer para extensão de CQB
Extrato Prévio: 7499/2021, publicado no Diário Oficial da União em 2 de fevereiro de 2021.
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer técnico para extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A Presidente da CIBio da União Química Farmacêutica Nacional - Bthek Biotecnologia Ltda., Sra. Natasha Kuniechick, solicita parecer técnico da CTNBio para extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança das áreas de produção e controle de qualidade da Unidade Fabril da Unidade Inovat Indústria Farmacêutica LTDA, para desenvolvimento de atividades com Classe de Risco 1. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.364/2021

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 239ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 04 de março de 2021, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01245.012749/2020-41
Requerente: Instituto Butantan
CQB: 039/98
Assunto: Solicitação de parecer para revisão e extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para atividades com OGM
Extrato Prévio: 7439/2020, publicado no Diário Oficial da União em 22 de dezembro de 2020.
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer técnico para revisão e extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para atividades com OGM, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Instituto Butantan, Dra. Elisabeth Christina Nunes Tenório, solicita à CTNBio parecer técnico para revisão e extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança das áreas denominadas: Laboratório de Produção de Bancos Influenza, para execução de atividades de produção industrial (produção de banco de vírus semente e bando de vírus de trabalho) para atividades em regime de contenção NB-3. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DE 3 DE MARÇO DE 2021

O Diretor de Gestão e Tecnologia da Informação, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 8.010/90, torna público a 489ª RELAÇÃO DE CREDENCIAMENTO - Portal GOV.BR

Entidade	Credenciamento	CNPJ	Vigência
SENAI - Departamento Regional do Rio de Janeiro	900.1307/2020	04.043.851/0001-72	03/03/2026

FÁBIO EDUARDO MADIOLI

DESPACHO DE 3 DE MARÇO DE 2021

O Diretor de Gestão e Tecnologia da Informação, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 8.010/90, torna público a 775ª RELAÇÃO DE REVALIDAÇÃO CREDENCIAMENTO - Portal GOV.BR

Entidade	Credenciamento	CNPJ	Vigência
Fundação "Apolônio Salles" de Desenvolvimento Educacional-FADURPE	900. 0546/1993	08.961.997/0001-58	03/03/2026
Fundação Josué Montello	900. 0975/2006	01.441.372.0001/16	03/03/2026
Laboratório Nacional Agropecuário no Rio Grande do Sul	900.1133/2011	00.396.895/0045-46	03/03/2026
Instituto de Ensino e Pesquisa Aberto Santos Dumont	900.1238/2015	19.176.461/0001-48	03/03/2026

FÁBIO EDUARDO MADIOLI

Ministério das Comunicações

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pelas Portarias n° 112, de 22 de abril de 2013, e/ou n° 294, de 30 de janeiro de 2015, e/ou n° 562, de 22 de dezembro de 2011 e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades, abaixo relacionadas, a penalidade de multa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.004845/2013	Associação Comunitária Cultural De Nova Laranjeiras De Radiodifusão	RADCOM	Nova Laranjeiras	PR	Multa	1.370,79	Art. 40, XXIX, do Decreto n° 2.615/98	Portaria DECEF n° 1159 de 26/02/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53000.003957/2013	Associação Rádio Comunitária Guaraciaba - Arcgu	RADCOM	Guaraciaba	SC	Multa	991,25	Art. 40, XXIX, do Decreto n° 2.615/98	Portaria DECEF n° 1162 de 26/02/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
01250.053477/2017	Associação Comunitária De Notícias E Radiodifusão De Altos	RADCOM	Altos	PI	Multa	534,32	Art. 40, XXIX, do Decreto n° 2.615/98	Portaria DECEF n° 1176 de 26/02/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.035560/2014	Associação Cultural E Científica Joseline Pereira De Oliveira	RADCOM	Bom Jesus de Goiás	GO	Multa	2.741,59	Art. 40, V e XXIX do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 1870 de 26/02/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

RODRIGO CRUZ GEBRIM

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃOS DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

Nº 48 - Processo nº 53524.006962/2010-18
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ nº 33.000.118/0003-30

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 22/2021/MM (SEI nº 6520857), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, negar-lhe provimento; e,

b) reformar, de ofício, a decisão recorrida para agravar a sanção aplicada de R$ 368.096,40 (trezentos e sessenta e oito mil, noventa e seis reais e quarenta centavos) para R$ 380.419,20 (trezentos e oitenta mil, quatrocentos e dezenove reais e vinte centavos).

Nº 49 - Processo nº 53563.000697/2010-90
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ nº 33.000.118/0016-55

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 27/2021/MM (SEI nº 6548583), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, negar-lhe provimento; e,

b) reformar, de ofício, a decisão recorrida para agravar a sanção aplicada de R$ 114.785,36 (cento e quatorze mil, setecentos e oitenta e cinco reais e trinta e seis centavos) para R$ 148.142,80 (cento e quarenta e oito mil, cento e quarenta e dois reais e oitenta centavos).

Nº 50 - Processo nº 53500.012724/2012-73
Recorrente/Interessado: OI MÓVEL S.A. CNPJ nº 04.164.616/0001-59

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 13/2021/MM (SEI nº 6465039), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, dar-lhe parcial provimento; e,

b) reformar, de ofício, a sanção de multa para R$ 24.053,86 (vinte e quatro mil, cinquenta e três reais e oitenta e seis centavos) e advertência, em razão da infração aos arts. 5º, 6º e 35 do Plano Geral de Metas de Qualidade para o Serviço Telefônico Fixo Comutado (PGMQ-STFC), aprovado pela Resolução nº 341, de 20 de junho de 2003.

Nº 51 - Processo nº 53500.027482/2009-17
Recorrente/Interessado: OI S.A. CNPJ nº 76.535.764/0326-90

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 276/2020/MM (SEI nº 6204918), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, negar-lhe provimento; e,

b) reformar, de ofício, a decisão recorrida para agravar a sanção aplicada de R$ 315.131,25 (trezentos e quinze mil, cento e trinta e um reais e vinte e cinco centavos) para R$ 643.125,00 (seiscentos e quarenta e três mil, cento e vinte e cinco reais).

Nº 52 - Processo nº 53500.018300/2018-16
Recorrente/Interessado: OI S.A. CNPJ nº 04.164.616/0001-59

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 25/2021/MM (SEI nº 6533986), integrante deste acórdão, aplicar sanção de multa no valor de R$ 52.571,00 (cinquenta e dois mil, quinhentos e setenta e um reais).

Nº 53 - Processo nº 53500.065857/2017-57
Recorrente/Interessado: CLARO S.A. CNPJ nº 40.432.544/0001-47

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 30/2021/MM (SEI nº 6561788), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 54 - Processo nº 53542.000499/2018-21
Recorrente/Interessado: RÁDIO CULTURA DE SANTA HELENA DE GOIÁS - RCS/GO. CNPJ nº 10.913.129/0001-44

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 29/2021/MM (SEI nº 6560544), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 55 - Processo nº 53504.012718/2014-48
Recorrente/Interessado: ALGAR MULTIMÍDIA S.A. CNPJ nº 04.622.116/0001-13

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 28/2021/MM (SEI nº 6549955), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, dar-lhe parcial provimento para reduzir o valor da multa aplicada de R$ 452.784,60 (quatrocentos e cinquenta mil, setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos) para R$ 237.742,61 (duzentos e trinta e sete mil, setecentos e quarenta e dois reais e sessenta e um centavos).

Nº 56 - Processo nº 53500.049205/2019-37
Recorrente/Interessado: TELEFÔNICA BRASIL S.A. CNPJ nº 02.558.157/0001-62

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 20/2021/MM (SEI nº 6507441), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 57 - Processo nº 53500.005345/2016-51
Recorrente/Interessado: OI MÓVEL S.A. CNPJ nº 05.423.963/0001-11

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 15/2021/CB (SEI nº 6520636), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo interposto em face do Despacho Decisório nº 48/2018/SEI/COQL/SCO (SEI nº 2574485) para, no mérito, negar-lhe provimento; e,

b) rever, de ofício, a sanção aplicada para multa no valor de R$ 17.710.727,79 (dezessete milhões, setecentos e dez mil, setecentos e vinte e sete reais e setenta e nove centavos) para os descumprimentos aos arts. 13, 17, 18, 19, 22, 23, 31, caput e § 1º, e 33 e sanção de advertência para os descumprimentos dos arts. 15, 20, 21 e 32, todos do RGQ-SMP.

Nº 58 - Processo nº 53516.002661/2012-78
Recorrente/Interessado: OI S.A. CNPJ nº 76.535.764/0321-85

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 18/2021/CB (SEI nº 6543759), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, negar-lhe provimento; e,

b) rever, de ofício, o valor da sanção de multa para R$ 911.907,62 (novecentos e onze mil, novecentos e sete reais e sessenta e dois centavos), pelos descumprimentos dos arts. 4º, II; 5º, I, III e parágrafo único; e 9º, parágrafo único, do Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público, aprovado pelo Decreto nº 4.769, de 27 de junho de 2003.

Nº 59 - Processo nº 53500.000568/2020-16
Recorrente/Interessado: MAIS AD CREDENCIADA DE TELEFONIA S.A., TELEFÔNICA BRASIL S.A. CNPJ nº 17.751.901/0001-18 e nº 02.558.157/0001-62

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 7/2021/CB (SEI nº 6474889), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo da MAIS AD (SEI nº 5820878) para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão de arquivamento dos Processos nº 53500.000568/2020-16 e nº 53504.000978/2020-19, com fundamento no art. 43 do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013.

EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA
Presidente do Conselho
Substituto

ACÓRDÃOS DE 1º DE MARÇO DE 2021

Nº 62 - Processo nº 53528.004854/2019-09
Recorrente/Interessado: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA TEUTÔNIA. CNPJ nº 06.194.560/0001-00

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 17/2021/CB (SEI nº 6538842), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se a decisão de aplicação da sanção de advertência e da sanção de multa no valor de R$ 712,50 (setecentos e doze reais e cinquenta centavos), em razão de irregularidades técnicas na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária (RadCom).

Nº 64 - Processo nº 53557.000055/2011-51
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ nº 33.000.118/0004-11

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 12/2021/VA (SEI nº 6464888), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e,

b) reformar, de ofício, a sanção pecuniária aplicada no exercício do juízo de retratação pelo Superintendente de Controle de Obrigações (SCO), para reduzi-la de R$ 595.145,52 (quinhentos e noventa e cinco mil, cento e quarenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos) para R$ 553.920,84 (quinhentos e cinquenta e três mil, novecentos e vinte reais e oitenta e quatro centavos), em virtude da redução de 20% (vinte por cento) para 10% (dez por cento) do agravamento previsto no inciso III do art. 19 do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas (RASA), aprovado pela Resolução nº 589, de 7 de maio de 2012, quanto às ofensas ao art. 11 do Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público (PGMU II), aprovado pelo Decreto nº 4.769, de 27 de junho de 2003.

Nº 65 - Processo nº 53500.052151/2019-97
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE SA. - EM RECUPERACAO JUDICIAL, OI S.A. CNPJ nº 33.000.118/0001-79 e nº 76.535.764/0001-43

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 11/2021/VA (SEI nº 6463817), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto em face Despacho Decisório nº 241/2020/COUN/SCO, de 29 de julho de 2020 (SEI nº 5713481), para, no mérito, negar-lhe provimento.

EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA
Presidente do Conselho
Substituto

ACÓRDÃOS DE 2 DE MARÇO DE 2021

Nº 67 - Processo nº 53500.014780/2020-52
Recorrente/Interessado: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 4/2021/VA (SEI nº 6393070), integrante deste acórdão, aprovar a inclusão da iniciativa nº 28 - "Reavaliação da regulamentação de operacionalização da aplicação de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - Fust" na Agenda Regulatória da Anatel para o biênio 2021-2022, aprovada pela Resolução Interna nº 1, de 4 de dezembro de 2020, na forma da Minuta de Resolução Interna VA (SEI nº 6392974).

Nº 68 - Processo nº 53500.033822/2019-11
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A., OI S.A. CNPJ nº 33.000.118/0001-79 e nº 76.535.764/0001-43

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 14/2021/VA (SEI nº 6471259), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto em face Despacho Decisório nº 246/2020/COUN/SCO, de 30 de julho de 2020 (SEI nº 5718596), para, no mérito, negar-lhe provimento.

EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA
Presidente do Conselho
Substituto

ACÓRDÃOS DE 3 DE MARÇO DE 2021

Nº 72 - Processo nº 53500.022918/2020-97
Recorrente/Interessado: LAFAIETE PROVEDOR DE INTERNET E TELECOMUNICAÇÕES LTDA. CNPJ nº 10.552.549/0001-42

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 29/2021/EC (SEI nº 6551154), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se os exatos termos da decisão recorrida; e,

b) conhecer das alegações adicionais (SEI nº 6538249), nos termos da Súmula 21, de 10 de outubro de 2017, e indeferir os pedidos ali constantes.

Nº 73 - Processo nº 53500.046341/2020-17
Recorrente/Interessado: PORTOSOL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. CNPJ nº 10.406.066/0001-30

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 23/2021/MM (SEI nº 6521862), integrante deste acórdão, declarar extinta, por motivo de renúncia, a partir de 29 de setembro de 2020, a autorização do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) outorgada à PORTOSOL TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ nº 82.966.219/0001-04, por meio do Ato nº 7.560, de 10 de setembro de 2014, publicado no Diário Oficial da União em 11 de setembro de 2014 (SEI nº 6070356), ressaltando que as extinções da outorga não eximem a Requerente de suas obrigações com o Poder Público e perante terceiros.

Nº 74 - Processo nº 53500.010880/2020-18
Recorrente/Interessado: OI S.A., TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ nº 76.535.764/0001-43 e nº 33.000.118/0001-79

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 19/2021/MM (SEI nº 6498816), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 75 - Processo nº 53500.004099/2014-58
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ nº 33.000.118/0001-62

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 24/2021/EC (SEI nº 6538571), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, dar-lhe provimento parcial para descaracterizar parte das ocorrências de infração ao art. 98, caput, do RSTFC; descaracterizar a infração ao art. 34, § 1º, do RSTFC; e considerar a infração ao art. 19 do RSTFC como de caráter pontual;

b) reformar, de ofício, a decisão recorrida no sentido de alterar o valor da sanção de multa de R$ 3.799.142,50 (três milhões, setecentos e noventa e nove mil, cento e quarenta e dois reais e cinquenta centavos) para R$ 1.952.903,81 (um milhão, novecentos e cinquenta e dois mil, novecentos e três reais e oitenta e um centavos) pelas infrações aos arts. 11, incisos III, IV e VII; 17; 17, § 1º; 17, § 6º; 19; 75; 75, § 1º; 75, § 3º; 75, § 6º; 96, § 2º; 98, caput; 98, parágrafo único; 103; 105, § 2º; 109, § 1º; 111, § 3º; e 112, todos do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 426, de 9 de dezembro de 2005, a fim de se considerar as correções em parâmetros da metodologia no cálculo da sanção; e,

c) em obediência à decisão judicial proferida pelo juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, nos autos da Recuperação judicial do GRUPO OI (Processo Judicial nº 0203711-65.2016.8.19.0001), determinar a suspensão da eficácia da sanção de multa referente ao art. 98, parágrafo único, do RSTFC, correspondente ao montante de R$ 3.000,00 (três mil reais); e da determinação de reparação aos usuários, exarada no Despacho Decisório nº 104/2018/SEI/CODI/SCO (SEI nº 2470262), de 16 de março de 2018, enquanto o r. decisum estiver em vigor.

Nº 76 - Processo nº 53569.000234/2011-59
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ nº 33.000.118/0001-79

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 22/2021/EC (SEI nº 6525429), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, dar-lhe provimento parcial exclusivamente para:

a.1) descaracterizar os descumprimentos ao art. 8º, caput, do PGMU II em relação aos pontos distantes até 330 metros do TUP mais próximo;

a.2) aplicar a hipótese de atenuação de pena prevista no art. 20, inciso II, do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas (RASA/2012), aprovado pela Resolução nº 589, de 7 de maio de 2012, em relação às seguintes localidades: (i) Comunidade Nª. Sª. Perpétuo Socorro - art. 4º, I, do PGMU II; e (ii) São Raimundo (Abaetetuba) e Pacujá (Santarém novo) - art. 11, caput, do PGMU II; e,

a.3) aplicar a redução da pena de 5% (cinco por cento) descrita no art. 20, III, do RASA/2012, em relação às seguintes localidades: (i) Bangu, Pedrinhas e Aranair - art. 4º, inciso I, do PGMU II; (ii) Caranaã I; Vila do Livramento; Maruacá; Mocajuba; Pacujá; Paraibano; Porto da Balsa; Rosário; Santa Ana; Vila São Marcos; São Sebastião; Tupinambá; Vila Ceará; Vila São José KM 96; Vila São Raimundo; São José do Camuru; Caranã II, Curuçambaba, Rio Caratateua, Vila Soledade, Tapera (Rio Gurupá) e Vila Bom Jesus - art. 11, caput, do PGMU II; e (iii) todas aquelas em que se identificaram irregularidades ao art. 8º, caput, do PGMU II, à exceção de Itabocal; e,

b) reformar, de ofício, a decisão recorrida no sentido de alterar o valor final da sanção aplicada, de R$ 6.269.195,96 (seis milhões, duzentos e sessenta e nove mil, cento e noventa e cinco reais e noventa e seis centavos) para R$ 5.848.712,21 (cinco milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, setecentos e doze reais e vinte e um centavos), em virtude de:

b.1) caracterização da ofensa ao art. 8º, caput, do PGMU II quanto à localidade de Itabocal e atenuação da pena em 50% (cinquenta por cento), conforme art. 20, inciso II, do RASA/2012;

b.2) redução da pena aplicada por descumprimento à meta estabelecida no art. 4º, inciso I, do PGMU II em 90% (noventa por cento) nas localidades de Cajuuna, em Soure e Patauateua, em Inhangapí;

b.3) aplicação da hipótese de agravamento de pena prevista no art. 19, inciso III, do RASA/2012, em 10% (dez por cento), para as infrações ao art. 11, caput, do PGMU II;

b.4) aplicação da hipótese de agravamento de pena estabelecida no art 19, inciso I, do RASA/2012, importando no incremento da multa em 30% (trinta por cento), quanto às desconformidades ao art. 8º, caput, do PGMU II; e,

b.5) descaracterização da infração ao art. 8º, caput, do PGMU II em relação à Localidade de Jambu Açu e revisão do número de TUPs necessários para o cumprimento da meta estabelecida nesse mesmo dispositivo, em relação às localidades de Igarapé Açu, Irituia e Limoeiro do Ajurú.

Nº 77 - Processo nº 53569.003004/2010-61
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ nº 33.000.118/0001-79

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 30/2021/EC (SEI nº 6556589), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e,

b) reformar, de ofício, a decisão recorrida no sentido de alterar o valor da sanção de R$ 2.190.189,07 (dois milhões, cento e noventa mil, cento e oitenta e nove reais e sete centavos) para R$ 2.336.627,79 (dois milhões, trezentos e trinta e seis mil, seiscentos e vinte e sete reais e setenta e nove centavos), em razão da revisão das circunstâncias atenuantes e agravantes no cômputo da sanção de multa.

Nº 79 - Processo nº 53578.001152/2012-01
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ nº 33.000.118/0007-64

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 7/2021/EC (SEI nº 6415398), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e,

b) reformar, de ofício, a decisão recorrida no sentido de alterar o valor total da multa aplicada de R$ 34.820,52 (trinta e quatro mil, oitocentos e vinte reais e cinquenta e dois centavos) para R$ 45.826,46 (quarenta e cinco mil, oitocentos e vinte e seis reais e quarenta e seis centavos), tendo em vista a revisão da quantidade de solicitações irregulares e a inclusão da reincidência específica.

Nº 80 - Processo nº 53500.013555/2010-27
Recorrente/Interessado: OI S.A. CNPJ nº 76.535.764/0001-43

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 20/2021/EC (SEI nº 6516584), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento;

b) reformar, de ofício, a decisão recorrida no sentido de alterar o valor da sanção de multa de R$ 82.198,92 (oitenta e dois mil, cento e noventa e oito reais e noventa e dois centavos) para R$ 91.169,25 (noventa e um mil, cento e sessenta e nove reais e vinte e cinco centavos), pelo descumprimento das determinações constantes nos Despachos nº 5.374/2009/PBCPP/PBCP/SPB, de 30 de julho de 2009, nº 60.421/2009/PBCPP/PBCP/SPB, de 3 de setembro de 2009, e nº 3.312/PBCPP/PBCP/SPB, de 18 de maio de 2009, proferidos nos autos dos Pados nº 53516.007165/2005-81, nº 53516.000451/2006-05 e nº 53528.004729/2007-57, a fim de se incluir no cálculo da sanção os registros de antecedentes não considerados em primeira instância e aplicar a atenuante prevista no art. 20, inciso III, do RASA;

c) retificar o item 3 do Despacho Decisório nº 249/2017/SEI/CODI/SCO para: "Reconhecer a impossibilidade de atesto do cumprimento da determinação constante nos Despachos nº 5.857/2009/PBCPP/PBCP/SPB, de 25 de agosto de 2009, nº 3.314/2009/PBCPP/PBCP/SPB, de 18 de maio de 2009, nº 3.316/2009/PBCPP/PBCP/SPB, de 18 de maio de 2009, e 3.311/2009/PBCPP/SPB, de 18 de maio de 2009, em face da ausência de informações relativas à obrigação de ressarcimento neste Pado e nos Pados de origem, quais sejam: 53500.005220/2003-14, 53500.024228/2006-14, 53500.029139/2007 e 53500.011593/2005";

d) revogar a determinação de ressarcimento aos usuários contida no item "4" do Despacho Decisório nº 249/2017/SEI/CODI/SCO; e,

e) em obediência à decisão judicial proferida pelo juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, nos autos da Recuperação judicial do GRUPO OI (Processo Judicial nº 0203711-65.2016.8.19.0001), determinar a suspensão da eficácia da sanção de multa aplicada neste processo, enquanto o r. decisum estiver em vigor.

Nº 81 - Processo nº 53500.020968/2020-30
Recorrente/Interessado: OI S.A., TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ nº 76.535.764/0001-43 e nº 33.000.118/0001-79

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 25/2021/EC (SEI nº 6542311), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se integralmente os termos da decisão recorrida.

Nº 82 - Processo nº 53500.052036/2019-12
Recorrente/Interessado: OI S.A., TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ nº 76.535.764/0001-43 e nº 33.000.118/0001-79

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 26/2021/EC (SEI nº 6550982), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se integralmente os termos da decisão recorrida.

Nº 83 - Processo nº 53500.014318/2019-11
Recorrente/Interessado: OI S.A., TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ nº 76.535.764/0001-43 e nº 33.000.118/0001-79

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 27/2021/EC (SEI nº 6551050), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se integralmente os termos da decisão recorrida.

Nº 84 - Processo nº 53500.054795/2018-39
Recorrente/Interessado: OI S.A., TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ nº 76.535.764/0001-43 e nº 33.000.118/0001-79

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 28/2021/EC (SEI nº 6551092), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se integralmente os termos da decisão recorrida.

Nº 85 - Processo nº 53500.025640/2014-61
Recorrente/Interessado: ALGAR CELULAR AS. CNPJ nº 05.835.916/0001-85

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 18/2021/EC (SEI nº 6508273), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, dar-lhe provimento parcial para descaracterizar as infrações referentes ao art. 11 da Resolução nº 425/05;

b) conhecer das petições extemporâneas SEI nº 6422401 e nº 6422413, nos termos da Súmula nº 21, de 10 de outubro de 2017, e indeferir os pedidos nelas contidos; e,

c) reformar, de ofício, a decisão recorrida no sentido de alterar o valor da multa aplicada de R$ 210.219,81 (duzentos e dez mil, duzentos e dezenove reais e oitenta e um centavos) para R$ 292.063,93 (duzentos e noventa e dois mil, sessenta e três reais e noventa e três centavos).

EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA
Presidente do Conselho
Substituto

ACÓRDÃO Nº 91, DE 4 DE MARÇO DE 2021

Processo nº 01217.000413/2021-54
Recorrente/Interessado: CIDADÃO E-SIC

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 21/2021/VA (SEI nº 6612905), integrante deste acórdão, não conhecer do Recurso de 2ª Instância interposto na Plataforma Integrada de Ouvidoria - Fala.BR nº 01217.000413/2021-54.

EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 1.362, DE 3 DE MARÇO DE 2021

Processo nº 53500.017088/2016-08. declara extinta, por renúncia, a partir de 1º de novembro de 2019, a Autorização de Uso de Radiofrequências outorgada à SMART TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA., CNPJ nº 03.423.730/0001-93, nas subfaixas de 2.570 MHz a 2.585 MHz, relativas ao Lote H-2614303, objeto da Licitação nº 002/2015-SOR/SPR/CD-ANATEL, por meio do Ato nº 2.480, de 21 de julho de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 26 de julho de 2016, e do Termo de Autorização nº 68/2016, publicado no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2016, sem prejuízo da apuração de eventuais infrações cometidas pela empresa ou da cobrança de valores devidos.
A renúncia não desonera a empresa SMART TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA. de suas obrigações com terceiros, inclusive as firmadas com a Anatel.

EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 1.363, DE 3 DE MARÇO DE 2021

Processo nº 53500.032603/2005-19. Anula o Ato nº 9.026, de 21 de novembro de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 23 de novembro de 2018, e o Termo de Autorização nº 231/2018, publicado no Diário Oficial da União de 28 de novembro de 2018, por meio dos quais se outorgou à MD BRASIL SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ nº 01.225.679/0001-80, em duplicidade, autorização de Uso de Radiofrequências associadas à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, sem exclusividade, em caráter primário, pelo prazo de 15 (quinze) anos.

EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 1.364, DE 3 DE MARÇO DE 2021

Processo nº 53500.039993/2020-97. declara extinta, por renúncia, a partir de 27 de agosto de 2020, a Autorização de Uso de Radiofrequências nas subfaixas de 2.570 MHz a 2.585 MHz e 2.585 MHz a 2.620 MHz outorgada por meio do Ato nº 2.430, de 21 de julho de 2016, publicado no Diário Oficial da União em 26 de julho de 2016, e Termo de Autorização nº 29/2016, à CORTEZ ON LINE PROVEDOR DE INTERNET LTDA., CNPJ nº 07.715.251/0001-00.
A renúncia não desonera a empresa CORTEZ ON LINE PROVEDOR DE INTERNET LTDA. de suas obrigações com terceiros, inclusive as firmadas com a Anatel.

EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA
Presidente do Conselho
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO CEARÁ

ATO Nº 1.333, DE 2 DE MARÇO DE 2021

Expedir autorização à TELEVISAO VERDES MARES LTDA, CPF/CNPJ nº 07.199.664/0001-70, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

ATO Nº 1.348, DE 2 DE MARÇO DE 2021

Expedir autorização à Jan Araujo Cabral, CPF/CNPJ nº 025.820.543-13, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

ATO Nº 1.421, DE 4 DE MARÇO DE 2021

Expedir autorização à Ricardo Luiz da Silveira Leme, CPF/CNPJ nº 047.906.978-60, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 1.353, DE 3 DE MARÇO DE 2021

Processo nº 53516.008875/2021-49: Expede à WATSON CARLOS DE OLIVEIRA, CPF nº ***.669.789-**, autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATOS DE 4 DE MARÇO DE 2021

Expede às entidades abaixo relacionadas autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional:

Nº 1.417 - Processo nº 53516.008892/2021-86: MOISES MEIRA VIEIRA FILHO, CPF nº ***.621.779-**.

Nº 1.419 - Processo nº 53516.008768/2021-11: RADIO TRANSAMERICA DE CURITIBA LIMITADA, CNPJ nº 76.012.145/0001-74.

Nº 1.420 - Processo nº 53516.008769/2021-65: RADIO EXCLUSIVA LTDA, CNPJ nº 81.670.085/0001-17.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATOS DE 4 DE MARÇO DE 2021

Outorga às entidades abaixo relacionadas autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado:

Nº 1.422 - Processo n° 53516.000418/2021-14: SANDRO DANIEL DALOSTO, CPF nº ***.653.999-**.

Nº 1.423 - Processo n° 53516.008838/2021-31: AGIV SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI LTDA - ME, CNPJ nº 23.479.244/0001-02.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATOS DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021

Nº 1.259 Expedir autorização a Anglo American Minerio de Ferro Brasil S.A., CNPJ nº 02.359.572/0005-10, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1.273 Expedir autorização a Gustavo Athayde Athayde, CPF nº ***.924.536-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 1.334, DE 2 DE MARÇO DE 2021

Processo nº 53504.008320/2020-55. Expede autorização ao João Carlos Cabral de Melo , CPF nº ***.230.818-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 1.335, DE 2 DE MARÇO DE 2021

Processo nº 53504.000008/2021-02. Expede autorização ao Lucio Sakai da Silva, CPF nº ***.639.598-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 1.418, DE 4 DE MARÇO DE 2021

Outorgar autorização para uso de Radiofrequências a ESTÚDIOS REUNIDOS LTDA, CNPJ: 04.179.748/0001-54, visando a execução de SARC - Ligação para Transmissão de Programas.

FELIPE DA MOTA PAZZOLA
Gerente

ATO Nº 1.415, DE 4 DE MARÇO DE 2021

Outorgar autorização para uso de Radiofrequências a ALYSSON KENNEDY BEZERRA DOS SANTOS, CNPJ: 16.678.760/0001-92, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

FELIPE DA MOTA PAZZOLA
Gerente

ATO Nº 1.414, DE 4 DE MARÇO DE 2021

Outorgar autorização para uso de Radiofrequências à COMPANHIA AGRÍCOLA E INDUSTRIAL SÃO JOÃO, CNPJ: 10.807.907/0001-10, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

FELIPE DA MOTA PAZZOLA
Gerente

ATO 1.413, DE 4 DE MARÇO DE 2021

Outorgar autorização para uso de Radiofrequências a TERRENOS E CONSTRUÇÕES S/A, CNPJ: 10.807.980/0001-92, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

FELIPE DA MOTA PAZZOLA
Gerente

ATO 1.360, DE 3 DE MARÇO DE 2021

Expedir autorização a ELEXANDRE PEREIRA PITA, CPF: ***.049.404-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito.

FELIPE DA MOTA PAZZOLA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 7/2021/ORCN/SOR

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA ANATEL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 156, VII do Regimento Interno da Anatel, instituído pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013; no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo §2º, do art. 22, do Regulamento de Avaliação da Conformidade e de Homologação de Produtos para Telecomunicações, instituído pela Resolução nº 715, de 23 de outubro de 2019, e

CONSIDERANDO a competência dada pelos incisos XIII e XIV do art. 19 da Lei nº 9.472/97 - Lei Geral de Telecomunicações;

CONSIDERANDO a Consulta Pública nº 81, de 07 de dezembro de 2020, que submete a comentários e sugestões do público geral proposta de aprovação do Procedimento Operacional para Importação de Produtos para Telecomunicações;

CONSIDERANDO a solicitação de dilação de prazo apresentada na petição SEI nº 53500.010983/2021-51;

CONSIDERANDO as razões e justificativas constantes no Informe nº 16/2021/ORCN/SOR (SEI nº 6613802); e

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 53500.051004/2018-19, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido de prorrogação de prazo para o recebimento de contribuições à Consulta Pública nº 81, de 07 de dezembro de 2020.

Art. 2º Este Despacho entra em vigor na data de sua publicação.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES

GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATOS DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

Nº 1.308 Processo nº 53500.012844/2019-47. declara extinta, por renúncia, a partir de 30/12/2020, a autorização outorgada à CARLA ANGELICA HABITZREITER, CNPJ/MF nº 31.014.878/0001-00, por intermédio do Ato n° 4334, de 13/08/2020 (SEI 5864225), para explorar o Serviço de Interesse Coletivo e Restrito, de interesse coletivo, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.309 Processo nº 53572.000428/2020-96. declara extintas, por renúncia, a partir de 27/11/2020 e de 19/02/2021, respectivamente, as autorizações outorgadas à RADIO TAXI CONFIANCA LTDA, CNPJ/MF nº 41.478.611/0001-27, por intermédio do Ato n° 38, de 23/03/1992, para explorar o Serviço Limitado Privado, e por intermédio do Ato nº 623, de 29/01/2021, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional, bem como os direitos de uso de radiofrequências associadas.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

PORTARIA SEORI/SG-MD N° 1.127, DE 4 DE MARÇO DE 2021

Revoga a Portaria nº 1.075, de 9 de setembro de 2005; a Portaria nº 1.081, de 12 de setembro de 2005; a Portaria nº 1.248, de 17 de setembro de 2009; a Portaria nº 3.371, de 20 de dezembro de 2012; a Instrução Normativa nº 8, de 29 de outubro de 2015; a Portaria nº 3.610, de 3 de outubro de 2017;a Portaria nº 4.398, de 19 de dezembro de 2017; a Portaria nº 114, de 10 de janeiro de 2019; a Portaria nº 354, de 22 de janeiro de 2019; e a Portaria nº 3.227, de 25 de julho de 2019.

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018, tendo em vista o disposto no art. 8º, caput, incisos I e II, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e considerando o que consta do Processo Administrativo nº 60580.000017/2021-48, resolve:

Art. 1º Ficam revogadas:

I - a Portaria nº 1.075, de 9 de setembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União nº 180, Seção 2, página 11, de 19 de setembro de 2005;

II - a Portaria nº 1.081, de 12 de setembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União nº 180, Seção 2, página 12, de 19 de setembro de 2005;

III - a Portaria nº 1.248, de 17 de setembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União nº 179, Seção 2, página 14, de 18 de setembro de 2009

IV - Portaria nº 3.371, de 20 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 246, Seção 1, página 48, de 21 de dezembro de 2012;

V - a Instrução Normativa nº 8, de 29 de outubro de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 208, Seção 1, página 17, de 30 de outubro de 2015;

VI - a Portaria nº 3.610, de 3 de outubro de 2017, publicada no Boletim de Pessoal e Serviço do Ministério da Defesa Edição Extra nº 15, página 2, de 3 de outubro de 2017;

VII - a Portaria nº 4.398, de 19 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 244, Seção 1, página 141, de 21 de dezembro de 2017;

VIII - a Portaria nº 114, de 10 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 10, Seção 1, página 10, de 15 de janeiro de 2019;

IX - a Portaria nº 354, de 22 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 16, Seção 1, página 22, de 23 de janeiro de 2019; e

X - a Portaria nº 3.227, de 25 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 143, Seção 1, página 130, de 26 de julho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de abril de 2021.

FRANSELMO ARAÚJO COSTA

COMANDO DA AERONÁUTICA

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA

CENTRO DE AQUISIÇÕES ESPECÍFICAS

PORTARIA CAE Nº 2/ARC, DE 2 DE MARÇO DE 2021

O COMANDANTE DO CENTRO DE AQUISIÇÕES ESPECÍFICAS, usando da competência que lhe foi delegada em Decreto Presidencial, de 13 de janeiro de 2020, publicado na seção 2 do Diário Oficial da União nº 9, de 14 de janeiro de 2020, em conformidade com o inciso XIX, do artigo 47, do RCA 12-1/2020 - Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA), e tendo em vista os fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade nº 41/CAE/2019, resolve:

Art. 1º Aplicar sanção à empresa STAR DREAMS Comércio e Serviços Eirelli EPP, inscrita no CNPJ nº 23.088.806/0001-89, nas modalidades de multa, cumulada com Suspensão de Licitar e Contratar com a União, no âmbito do COMAER, com consequente descredenciamento do SICAF, pelo período de 03 (três) anos. A aplicação da sanção se faz em razão do descumprimento ao prazo de entrega dos materiais referentes à Nota de Empenho 2018NE800387, configurando inexecução total do objeto, com fulcro nos itens 10.2.3 e 10.2.6 do Termo de Referência nº 27/CINDACTA IV/2016 e itens 22.2.1, 22.2.2 e 22.3 do Edital ao Pregão nº 65/GAPCEA/2017, devidamente fundamentados no Parecer Administrativo nº 015/ARC/2020, da Assessoria de Risco Contratual do CAE.

Art. 2º Determinar o recolhimento, por intermédio de emissão de GRU, no site do Tesouro Nacional, usando Unidade Gestora (UG): 120195, Gestão: 0001 - Tesouro Nacional, Nome da Unidade: Centro de Aquisições Específicas, Código de Recolhimento (22053-1), no valor de R$ 3.100,00 (três mil e cem reais), cumulada com Suspensão de Licitar e Contratar com a União, no âmbito do COMAER, com consequente descredenciamento do SICAF, pelo período de 03 (três) anos, a contar da data de publicação desta Portaria, considerando os termos dos artigos 7º da Lei nº 10.520/2002 e art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, a similitude dos subitens 6.1.5.2 e 6.1.14, alínea "f" da ICA 12-23/2019 e Manual de Contratações Públicas do COMAER.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO TENÓRIO DE CARVALHO Cel Int
Interino

COMANDO DA MARINHA

DIRETORIA-GERAL DO PESSOAL

DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR

PORTARIA Nº 372/DPMM, DE 4 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA, no uso da subdelegação de competência que lhe confere o contido nas alíneas c , do inciso V, do art. 1º, do anexo B, da Portaria nº 101/2020, da DGPM, e em conformidade com a decisão proferida em sede de tutela de urgência nos autos do Processo nº 5009199-54.2021.4.02.5101/RJ, em trâmite no Juízo da 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro, encaminhada para cumprimento por meio do Ofício nº 00042/2021/PROT/PRU2R/PGU/AGU, da Procuradoria-Regional da União da 2ª Região, resolve:

Art. 1º Agregar, por força de decisão judicial, o Primeiro-Tenente (Md) 20.0232.19 LUCAS LEAL VARJÃO, sem percepção de sua remuneração e afastado de suas atividades laborativas, a partir de 26 de fevereiro de 2021, ficando adido no Centro de Instrução Almirante Wandenkolk, até ulterior deliberação do referido Juízo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

No impedimento de: Vice.Alte ANDRÉ LUIZ SILVA LIMA DE SANTANA MENDES

Cmg JORGE JOSÉ DE MORAES RULFF

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - CNPJ: 27.816.487/0001-31
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

O ano de 2019 ficou marcado por grandes incertezas e instabilidades nocenário político econômico, tanto no plano nacional, como no internacional.

Esse ambiente complexo representou um desafio adicional para a busca de uma gestão eficiente e de melhores resultados para a Empresa.

Neste sentido, a Administração da Empresa iniciou a implementação de significativas alterações na sua estrutura organizacional, visando o atendimento às suas novas demandas e focos de negócios.

Particularmente, os Programas Estratégicos da Marinha do Brasil gerenciados pela Empresa,como um dos eixos estratégicos da atual Administração, impactaram intensamente a sua estrutura organizacional, em todos os seus aspectos da gestão, de pessoas, material, tecnologia da informação,econômico-financeiro e jurídico.

Neste contexto, a Empresa demandou uma Estratégia mais ofensiva, de modo que a ampliação do seu portfólio de negócios fosse atendida, empregando os seus ainda limitados recursos, sejam de ordem financeira ou humana.

Essa Estratégia foi consubstanciada no Planejamento Estratégico para o quinquênio 2020-2024, aprovado pelo Conselho de Administração ao final de 2019. No referido documento, ficam evidentes os desafios estratégicos impostos à Empresa e consolidados nos seus objetivos estratégicos. O novo ambiente estratégico em que está inserida requer, prioritariamente, sua reestruturação organizacional e um ambiente informacional compatível com as novas demandas de seus negócios.

Os Programas Estratégicos da MB, eminentemente o Programa Classe "Tamandaré"(PCT), impactaram significativamente a Empresa, com desdobramentos, principalmente, na sua Gestão Administrativa e Financeira.

Além disso, o Setor Comercial, visando atender os novos objetivos estratégicos da Empresa, essencialmente no que se refere ao seu equilíbrio operacional, demanda uma ampliação de seus negócios para além daqueles relacionados diretamente com a Marinha do Brasil (MB).

Para tal, faz-se necessário um aprimoramento de seus processos gerenciais, tecnológicos e decisórios. Os processos gerenciais devem estar em consonância não apenas com a nova estrutura organizacional, mas também com as boas práticas do mercado, inclusive de gestão e compliance.

Os processos tecnológicos visam atender a essas novas demandas administrativas e de negócios da Empresa, buscando uma dinâmica mais eficiente dos seus processos gerenciais e decisórios. Os processos decisórios devem trazer aos decisores os elementos necessários para tomadas de decisão mais sólidas e com informações tempestivas que contribuam para a agilidade das mesmas, bem como possam dar mais transparência a esses processos, quando necessário for.

Em face da grande transformação iniciada recentemente na Empresa, um Plano de Capacitação atualizado com essas novas demandas e em consonância com seu Planejamento Estratégico deve ser estabelecido. Tal Plano deve contemplar e priorizar a capacitação ou atualização de Pessoal nas áreas de Gestão de Projetos, Gestão de Processos, Gestão de Riscos, Gestão de Pessoas e outros que serão detalhados tempestivamente no mesmo.

Para que essa transformação seja completa, é necessário não apenas um maior engajamento de todos os elementos organizacionais, mas também de toda a estrutura organizacional, na busca de uma maior sinergia das atividades desenvolvidas. Uma maior interação dos seus setores, bem como a condução e controle dos processos, permitirão que a Empresa tenha um melhor desempenho e uma maior agilidade, em resposta aos novos desafios impostos.

Adicionalmente, um dos objetivos prioritários da Administração é o reequilíbrio do resultado operacional que, embora o ano de 2019 já tenha demonstrado indicações de que se encontra em uma curva positiva, ainda demanda um grande e coordenado esforço corporativo.

Dessa forma, faz-se necessária a continuidade do intenso e rígido controle administrativo-financeiro, de modo a empregar de forma eficiente os recursos atualmente disponíveis. Por fim, a Empresa vem se mantendo orientada no cumprimento de sua missão para satisfazer, da melhor forma, as demandas das partes interessadas. Esse empenho é ratificado pelo resultado econômico-financeiro positivo, apesar do cenário desfavorável ao longo do ano de 2019.

A Administração permanece trabalhando com afinco para a obtenção de melhores resultados para a EMGEPRON em 2020, assim como para a sua consequente contribuição para o desenvolvimento sócio-econômico do nosso país. Adicionalmente, agradece a dedicação, a competência e o interessadas no sucesso da Empresa.

Balanços Patrimoniais
em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 - (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	04	10.452.488	2.754.456
Contas a receber	05	27.424	15.020
Adiantamentos	06	4.715	27.311
Tributos a recuperar	07	26.253	15.671
Estoques	08	6.867	6.870
Depósitos em garantia	09	1.764	2.220
Outros direitos circulante		3	7
Total do ativo circulante		**10.519.514**	**2.821.555**
Não circulante			
Depósitos para recursos	10	17.339	14.604
Imobilizados	11	26.309	26.840
Intangível	12	10.556	4.069
Total do ativo não circulante		**54.204**	**45.513**
Total do ativo		**10.573.718**	**2.867.068**

Passivo	Nota	2019	2018
Circulante			
Gerenciamento de recursos MB	13	10.448	23.499
Obrigações trabalhistas	14	10.185	11.916
Obrigações tributárias	15	9.145	5.400
Adiantamentos de clientes	16	6.329	11.407
Garantias recebidas	17	1.419	1.099
Fornecedores		626	711
Fundo de assistência médica	18	474	2.226
Dividendos	19	31.026	10.801
Outras contas a pagar		117	260
Total do passivo circulante		**69.769**	**67.319**
Não circulante			
Provisão para contingências	20	4.930	4.517
Total do passivo não circulante		**4.930**	**4.517**
Total do passivo		**74.699**	**71.836**
Patrimônio líquido			
Capital social	21	104.796	97.076
Adiantamento para futuro aumento de capital	22	10.249.406	2.645.821
Reserva de lucros		144.817	52.335
Total do patrimônio líquido		**10.499.019**	**2.795.232**
Total do passivo e patrimônio líquido		**10.573.718**	**2.867.068**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado do Exercício
Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais - R$)

	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida			
Receita bruta de vendas de bens e serviços		156.438	174.994
Deduções de tributos sobre receita operacional		(25.171)	(26.298)
Receita operacional líquida	**23**	**131.267**	**148.696**
Custos operacionais			
Custos com pessoal	24	(79.629)	(92.282)
Custos com serviços contratados	25	(19.843)	(26.554)
Custos com materiais	26	(13.732)	(13.773)
		(113.204)	**(132.609)**
Lucro bruto		**18.063**	**16.087**
Despesas administrativas			
Despesas com pessoal	27	(15.728)	(15.957)
Despesas com serviços contratados	28	(2.983)	(3.181)
Despesas com materiais	29	(350)	(331)
Despesas com depreciações e amortizações		(1.464)	(1.178)
		(20.525)	**(20.647)**
Outras receitas e despesas		(1.277)	(361)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(3.739)**	**(4.921)**
Receitas financeiras	30	184.886	67.758
Despesas financeiras	30	(385)	(125)
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda		**180.762**	**62.712**
Imposto de renda e contribuição social	31	(50.128)	(17.245)
Resultado líquido do exercício		**130.634**	**45.467**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais - R$)

Descrição	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Total Reserva de lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**96.551**	**-**	**8.050**	**10.144**	**18.194**	**-**	**114.745**
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	2.645.821	-	-	-	-	**2.645.821**
Incorporação de reserva de investimentos ao capital social	525	-	-	(525)	(525)		**-**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	45.467	**45.467**
Proposta da administração para destinação das Reservas e do lucro líquido do exercício:							
. Constituição de reserva legal	-	-	2.273	-	2.273	(2.273)	-
. Constituição da reserva de investimentos	-	-	-	32.393	32.393	(32.393)	-
. Distribuição de dividendos à União	-	-	-	-	-	(10.801)	(10.801)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**97.076**	**2.645.821**	**10.323**	**42.012**	**52.335**	**-**	**2.795.232**
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	7.604.179	-	-	-	-	**7.604.179**
Incorporação de reserva de investimentos ao capital social	7.720	(594)	-	(7.126)	(7.126)		**-**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	130.634	**130.634**
Proposta da administração para destinação das Reservas e do lucro líquido do exercício:							
. Constituição de reserva legal	-	-	6.532	-	6.532	(6.532)	-
. Constituição da reserva de investimentos	-	-	-	93.076	93.076	(93.076)	-
. Distribuição de dividendos à União	-	-	-	-	-	(31.026)	(31.026)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**104.796**	**10.249.406**	**16.855**	**127.962**	**144.817**	**-**	**10.499.019**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes
Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais - R$)

	2019	2018
Resultado do exercício	**130.634**	**45.467**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado do exercício	**130.634**	**45.467**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (método direto)
Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais - R$)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	122.133	167.883
Rendimentos financeiros	192.919	37.282
Gastos com pessoal	(82.207)	(105.718)
Pagamentos de fornecedores	(26.586)	(30.684)
Pagamentos de tributos	(97.749)	(51.647)
Gastos com o plano de assistência médica	(6.433)	(7.188)
Garantias concedidas	501	7.309
Garantias recebidas	6.758	7.896
Outros valores recebidos (pagos)	(760)	372
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**108.576**	**25.505**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Investimentos	(3.614)	(2.784)
Imobilizado	(308)	(2.649)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	**(3.922)**	**(5.433)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	7.604.179	2.645.821
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio	(10.801)	(181)
Caixa líquido gerado/consumido pelas atividades de financiamento	**7.593.378**	**2.645.640**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa no período	**7.698.032**	**2.665.712**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	**2.754.456**	**88.744**
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	**10.452.488**	**2.754.456**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado
Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais - R$)

	2019		2018	
1) Receitas				
Vendas de produtos e serviços e não operacional	156.102		174.994	
Outras receitas operacionais	69		806	
2) Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais consumidos	(2.522)		(3.529)	
Custo das mercadorias para revenda	(11.560)		(10.510)	
Energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(23.222)		(30.343)	
3) Valor adicionado bruto (1-2)	**118.867**		**131.418**	
4) Retenções				
Depreciação, amortização e exaustão	(1.464)		(1.178)	
Baixa de bens do ativo imobilizado	(5)		(15)	
Provisão de passivo trabalhistas	(414)		-	
Provisão para perda de créditos duvidosos	(336)		-	
Reversão de receitas de exercícios anteriores	527		-	
5) Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**117.175**		**130.225**	
6) Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	184.886		67.758	
7) Valor adicionado total a distribuir (5+6)	**302.061**	**100%**	**197.983**	**100%**
Pessoal e administradores	**95.335**	**32%**	**108.238**	**55%**
Salários, vantagens e encargos	84.560	28%	95.146	48%
Benefícios a empregados	10.775	4%	13.092	7%
Tributos	**75.612**	**25%**	**44.088**	**22%**
Impostos, taxas e contribuições	75.612	25%	44.088	22%
Instituições financeiras	**480**	**0%**	**190**	**0%**
Juros, variações cambiais e monetárias	480	0%	190	0%
Acionistas	**130.634**	**43%**	**45.467**	**23%**
Dividendos	31.026	10%	10.801	5%
Lucro retido	**99.608**	**33%**	**34.666**	**18%**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS – R$)

01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A EMGEPRON foi constituída em 11 de junho de 1982, conforme a Lei nº 7.000 de 9 de junho de 1982, como empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, tendo por finalidades:

I - Promover a Indústria Militar Naval Brasileira e atividades correlatas, abrangendo, inclusive, a pesquisa e o desenvolvimento;

II - Gerenciar projetos integrantes de programas aprovados pelo Comando da Marinha; e

III - Promover ou executar atividades vinculadas à obtenção e manutenção de material Militar Naval.

02 – BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As informações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela CVM e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC.

As demonstrações financeiras também foram preparadas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB.

Não há mudanças nas operações da Empresa, itens não usuais, alteração de estimativas, mudança na composição da Empresa ou qualquer outro evento que requeira divulgação específica.

2.2. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras, apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, a moeda funcional do ambiente econômico onde a Empresa atua.

2.4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Os efeitos das revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidos na ocasião da própria revisão e/ou em qualquer período futuro afetado.

As principais premissas utilizadas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos são apresentadas a seguir:

a) Valor justo de instrumentos financeiros; e

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

2.5. DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A autorização de emissão dessas demonstrações financeiras ocorreu através de Reunião de Diretoria datada de 07 de fevereiro de 2020.

03 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. Sua mensuração é realizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas.

b. Receita e despesa financeira

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de descontos e de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros, multas e variações monetárias.

c. Ativos circulante e não circulante

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, são iguais ou inferiores a 90 (noventa) dias, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado e podem ser utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

- Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos e ajustadas ao valor presente, em conformidade com o pronunciamento contábil CPC 12, quando aplicável, além de acrescidas das variações monetárias, quando contratadas.

Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, incluindo contatos diretos com os clientes. Os títulos são baixados contra a provisão, à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis, após o emprego de todas as medidas cabíveis para recebê-los.

A provisão para perdas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir eventuais perdas na realização dos créditos.

- Estoques em poder de terceiros

Representam os insumos adquiridos para produção por encomenda em estabelecimento de terceiros. São contabilizados na entrada como Estoque em Poder de Terceiros e baixados conforme o produto pronto vai sendo entregue pelo fornecedor.

- Tributos a recuperar

Representam, basicamente, tributos retidos pelos clientes, os quais serão compensados em operações subsequentes.

- Depósitos para Recursos

Representam depósitos realizados pela Empresa relativos a processos judiciais ou administrativos em curso.

- Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, pelo método linear, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Até o quarto trimestre de 2019, a Empresa não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e, consequentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

- Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados ao valor líquido de realização.

d. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

- Fornecedores

São inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, posteriormente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações incorridas até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

- Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa possui uma obrigação, legal ou constituída, como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

- Incentivos Fiscais

A Empresa não possui incentivos fiscais.

- Imposto de renda e contribuição social

O IRPJ e a CSLL são calculados com base no lucro tributável, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL. Considera, ainda, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

e. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03.

f. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda (pronunciamento contábil CPC 25) inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

g. Gerenciamento de risco financeiro

A política da Administração é manter uma sólida base de recursos visando o desenvolvimento futuro da Empresa. A Administração monitora o retorno sobre os recursos aplicados considerando os resultados das atividades econômicas.

As políticas adotadas para gerenciamento do risco estão apresentadas na Nota Explicativa nº 35.

h. Capital social

O capital social da Empresa é 100% da União, logo, a mesma não possui ações no mercado de capitais.

04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019 R$/1.000	31/12/2018 R$/1.000
Fundo rotativo de caixa	9	10
Bancos conta movimento	387	319
Títulos vinculados ao mercado aberto	10.452.092	2.754.127
Total	**10.452.488**	**2.754.456**

Os "Títulos Vinculados ao Mercado Aberto" são representados por Fundo de Investimentos Extramercado Comum e Exclusivo (aplicado no Banco do Brasil DTVM S/A e na Caixa Econômica Federal conforme Resolução nº 4.034/2011 do BACEN), registrado pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

05 – CONTAS A RECEBER

	31/12/2019 R$/1.000	31/12/2018 R$/1.000
Marinha do Brasil		
Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro	5.750	-
Centro de Manutenção de Sistemas da Marinha	1.909	-
Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha	55	55
Hospital Naval Marcílio Dias	267	444
Laboratório Farmacêutico da Marinha	688	3.363
Soma	**8.669**	**3.862**
Outros Órgãos Públicos		
Exército Brasileiro – Departamento de Logística QGEx	15.612	8.052
Secretaria de Transportes do Rio de Janeiro	336	336
Soma	**15.948**	**8.388**
Entidades da Administração Pública		
Agência Nacional de Águas - ANA	21	-
Amazônia Azul Tecnologia de Defesa - AMAZUL	1	300
Indústria de Material Bélico - IMBEL	2.837	199
Soma	**2.859**	**499**
Pessoa Jurídica de Direito Privado		
Avibrás Indústria Aeroespacial	2	150
Itaguaí Construções Navais S/A - ICN	-	936
Outras	303	1.013
Soma	**305**	**2.099**
Governo da Namíbia	-	193
Sub-total	**27.781**	**15.041**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(357)	(21)
Total	**27.424**	**15.020**

06 – ADIANTAMENTOS

	31/12/2019 R$/1.000	31/12/2018 R$/1.000
1) Adiantamentos a terceiros	3.105	25.549
2) Adiantamentos a empregados	1.610	1.762
Total	**4.715**	**27.311**

1) Os Adiantamentos a fornecedores referem-se, basicamente, a:

- Adiantamentos a Diretoria de Sistemas de Armas no valor de R$ 1.450 mil e Itaguaí Construções Navais S/A – ICN no valor de R$ 821 mil; e

2) Os Adiantamentos a empregados referem-se, basicamente, a:

- Adiantamentos de férias a empregados, no valor de R$ 1.594 mil.

07 – TRIBUTOS A RECUPERAR

Correspondem, basicamente, às retenções de impostos e contribuições por órgãos públicos, efetuados sobre o faturamento da EMGEPRON e retenções de imposto de renda sobre aplicações financeiras, por força da legislação, cujos valores serão compensados oportunamente.

	31/12/2019 R$/1.000	31/12/2018 R$/1.000
Imposto de renda retido na fonte	18.011	13.671
Antecipação IRPJ	3.638	-
Antecipação CSLL	1.229	-
CSLL a restituir e/ou compensar	1.214	-
INSS retido na fonte	1.073	803
Contribuição social retida na fonte	922	1.197
IRPJ a restituir e/ou compensar	153	-
ISS a ressarcir	13	-
Total	**26.253**	**15.671**

08 – ESTOQUES

	31/12/2019 R$/1.000	31/12/2018 R$/1.000
1) Estoques – Matéria Prima	6.861	6.863
2) Estoques – Publicações	6	7
Total	**6.867**	**6.870**

Os valores Estoque – MPI – FAJ referem-se, basicamente, aos insumos em poder de terceiros para serem utilizados na produção de munição na FAJCMC, para atender a encomendas da EMGEPRON de clientes extra MB, cujos valores estão registrados ao custo de aquisição e não excedem a seus custos de reposição ou valores de realização.

09 – DEPÓSITOS EM GARANTIA

Depósitos efetuados com o objetivo de fornecimento de garantias para fiel execução de contratos por serviços a serem prestados e por conta de adiantamentos recebidos de clientes, conforme demonstrado abaixo:

CLIENTE	DATA	VENCTº	TÍTULO	31/12/2019 R$/1.000	31/12/2018 R$/1.000
Governo do Chile	04/12/2014	08/11/2019	CDB(BB)	-	177
Governo do Chile	06/05/2015	09/04/2020	CDB(BB)	105	105
Amazônia Azul de Tecnologia de Defesa S/A – AMAZUL	22/01/2017	31/03/2019	CAUÇÃO	-	256
Exército Brasileiro – Departamento de Logística QGEx	27/03/2017	04/11/2019	CDB(BB)	-	351
Exército Brasileiro – Departamento de Logística QGEx	21/12/2017	24/07/2020	CDB(BB)	406	406
Exército Brasileiro – Departamento de Logística QGEx	26/12/2017	28/02/2019	CDB(BB)	-	67
Grupamento de Navios Hidroceanográficos	04/07/2018	02/01/2019	CDB(BB)	-	340
Coord.-Geral Programa Desen. Submarino Propulsão Nuclear	14/11/2018	04/12/2019	CDB(BB)	-	168
Exército Brasileiro – Departamento de Logística QGEx	13/12/2018	27/01/2020	CDB(BB)	168	168
Exército Brasileiro – Departamento de Logística QGEx	07/10/2019	20/12/2021	CAUÇÃO	990	-
Rendimentos Auferidos				95	182
Total				**1.764**	**2.220**

10 – DEPÓSITOS PARA RECURSOS

	31/12/2019 R$/1.000	31/12/2018 R$/1.000
1) Depósitos para recursos trabalhistas	9.523	7.910
2) Depósitos para recursos tributários	7.816	6.694
Total	**17.339**	**14.604**

11 – IMOBILIZADO

Em R$/1000

	Taxas Anuais de Depreciação	Valor Depreciável 31/12/2019	Aquisições	Baixas	Deprec. / Amort. no período	Valor Depreciável 31/12/2018
Obras civis	4%	10.946	657	-	(758)	11.047
Móveis e utensílios	10%	386	41	(23)	(130)	498
Equip. processamentos dados	20%	400	222	(18)	(130)	326
Veículos	20%	242	-	-	(80)	322
Máquinas e equipamentos	10%	426	1	-	(71)	496
Equipamentos de comunicação	10%	63	24	(3)	(8)	50
Direito de uso software	20%	105	32	-	(35)	108
Benf. propriedade de terceiros	10%	13.741	2.120	-	(252)	11.873
Benf propriedade de terceiros - em andamento	-	-	-	(2.120)	-	2.120
Total		**26.309**	**3.097**	**(2.164)**	**(1.464)**	**26.840**

O custo de aquisição do imobilizado, ou custo histórico, inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, ou seja, a soma do preço de compra com os gastos necessários para colocá-lo em condições de uso. Não há indícios de valorização dos saldos acima de seus respectivos valores de venda líquido ou de uso (valores dos fluxos de caixa futuros produzidos para cada ativo trazidos a valor presente), conforme atestado em laudo de avaliação do Imobilizado em 17 de janeiro de 2018.

As benfeitorias em propriedade de terceiros são compostas pelos seguintes investimentos:

- Fábrica Almirante Jurandyr da Costa Muller de Campos – FAJCMC 10.750
- Base de Hidrografia da Marinha e Navegação – BHNM 2.105
- Outros 886

Total 13.741

Os investimentos realizados permitiram a Fábrica Almirante Jurandyr da Costa Muller de Campos (FAJCMC) dispor de equipamentos e instalações que proporcionaram o aumento de sua capacidade de produção de novos tipos/calibres de munição, além de elevar a produtividade na fabricação de estojos. Tais melhorias possibilitaram a abertura de contatos comerciais e a exploração de novos mercados.

As benfeitorias realizadas na BHMN compreendem a modernização dos equipamentos da Gráfica e na restruturação do website de Cartas Náuticas. A complementação da modernização dos equipamentos da Gráfica da BHMN proporcionou a melhoria dos padrões de qualidade dos produtos voltados à comunidade marítima e à Marinha do Brasil. Adicionalmente, proporcionou um aumento na confiabilidade da linha de produção. Assim, obteve-se aumento da produção, possibilitando a utilização de toda a capacidade instalada (equipamentos). Esse incremento será materializado na oferta de normas, publicações e produtos náuticos para atendimento às necessidades dos marítimos e da Marinha do Brasil.

Já o investimento promovido no website possibilitou aprimorar a interface para comercialização de cartas e produtos náuticos, bem como a inserção da empresa em um novo mercado: a comercialização de Cartas de Navegação Eletrônica (ENC), por intermédio de um GEOPORTAL.

12 – INTANGÍVEL

	31/12/2019 R$/1.000	31/12/2018 R$/1.000
1) Projeto Nacionalização de Canhão	1.000	834
2) Projeto Navio Patrulha 500	2.179	2.179
3) Projeto Feira – RIDEX	-	457
4) Estrutura com a Gestão Projeto Corvetas Tamandaré	7.065	599
5) Estrutura com a Gestão Projeto Navio de Apoio Antártico	312	-
Total	**10.556**	**4.069**

1) O Projeto de Nacionalização de Canhão (NETUNO) é um investimento da EMGEPRON em conjunto com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no Laboratório de Sistemas Integrados Tecnológico - LSI_Tec (USP), para o Desenvolvimento de Sistema de Automação de Armas empregando microeletrônica. O projeto inclui a construção de um canhão de 40mmL/70 completo para os testes de validação;

2) O Projeto NaPa 500 é um investimento da EMGEPRON para o desenvolvimento da construção do Navio Patrulha de 500 toneladas;

3) O Projeto Feira RIDEX - Rio International Defense Exhibition tem o objetivo de reunir profissionais nas áreas de Defesa, Segurança e Offshore. A intenção é mostrar como as Forças Armadas, as forças de segurança e o setor Offshore evoluíram, por meio da integração da indústria, com a atividade acadêmica e dos centros de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia. Em virtude da baixa adesão ao evento, o Conselho de Administração decidiu pela baixa do investimento realizado e não manter esforços para novas feiras;

4) O Projeto para construção de Progerma da Classe Tamandaré (PCT) – tem o objetivo de Recomposição do Núcleo do Poder Naval da Marinha do Brasil, iniciando-se com a construção de quatro (4) Corvetas Classe Tamandaré, em estaleiros nacionais, com transferência de tecnologia e participação de parceiro estrangeiro, dotados de sistemas de armas e sensores que os habilitam às operações típicas do navio escolta que executam tarefas de: proteção a outros de maior porte e valor estratégico; apoio a operações anfíbias; patrulha da Amazônia Azul; e fiscalização e proteção das atividades econômicas, em especial, a petrolífera e a pesqueira. O empreendimento inclui a obtenção dos respectivos sistemas e tecnologia de construção dos navios; o gerenciamento da construção; e as demais despesas que contribuam diretamente para o desenvolvimento e a execução do projeto que, subsidiariamente, terá a capacidade de incrementar a Base Industrial de Defesa (BID) brasileira;

5) O projeto para obtenção do Navio de Apoio Antártico (NApAnt) – tem objetivo a obtenção de um navio quebra-gelo dotado de modernos laboratórios e elevada

continua...

capacidade logística, que possibilitará um aumento significativo das áreas que poderão ser alcançadas pelos Projetos de Pesquisa no Continente Antártico.

13 – GERENCIAMENTO DE RECURSOS DA MB

	31/12/2019 R$/1.000	31/12/2018 R$/1.000
Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro	1.722	2.707
Base Almirante Castor e Silva	145	95
Base de Hidrografia da Marinha em Niterói	5.006	2.745
Base Naval Aratu	2.360	1.333
Base Naval de Val-de-Cães	-	289
Centro de Pesquisa Naval	479	-
Comando do Primeiro Distrito Naval	599	-
Diretoria de Portos e Costas	57	-
Outras	80	16.330
Total	**10.448**	**23.499**

Representam, basicamente, valores recebidos de clientes por conta de serviços a serem executados. Parte desses recursos são utilizados em projetos das respectivas OMPS. Na gestão destes projetos, a EMGEPRON aufere receitas apropriadas durante o período de execução, conforme contratos firmados entre as partes. Os recursos disponíveis encontram-se devidamente protegidos mediante aplicações financeiras no Banco do Brasil.

14 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31/12/2019 R$/1.000	31/12/2018 R$/1.000
Provisão para férias	8.176	9.556
INSS a recolher	1.460	1.763
FGTS a recolher	549	597
Total	**10.185**	**11.916**

15 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31/12/2019 R$/1.000	31/12/2018 R$/1.000
COFINS a recolher	3.814	1.951
ICMS a recolher	1.075	-
IRRF a recolher	1.073	1.101
Diferimento da COFINS	990	274
ISS a recolher	918	536
PASEP a recolher	786	363
Diferimento do PASEP	215	60
Outros	274	1.115
Total	**9.145**	**5.400**

16 – ANTECIPAÇÕES DE CLIENTES

Marinha do Brasil	31/12/2019 R$/1.000	31/12/2018 R$/1.000
Centro de Manutenção de Sistemas da Marinha	-	838
Comando de Operações Navais	324	372
Coord.-Geral Programa Desenvol. Submarino com Propulsão Nuclear	-	873
Diretoria de Comunicação e Tecnologia da Informação da Marinha	28	488
Diretoria de Portos e Costas	2.953	2.236
Grupamento de Navios Hidroceanográficos	-	41
Outras	310	-
Soma	**3.615**	**4.848**
Outros Órgãos e Empresas Públicas		
Secretaria de Transportes de São Paulo	-	135
Soma	**-**	**135**
Pessoa Jurídica de Direito Privado		
AEQ Aliança	1.755	-
Empresa AMPORT	8	409
Fraternidade São Francisco de Assis	896	5.420
Outras	55	595
Soma	**2.714**	**6.424**
Total	**6.329**	**11.407**

17 – GARANTIAS RECEBIDAS

A Empresa, buscando garantir-se contratualmente em determinados serviços, solicita ao contratado garantias financeiras em carta de fiança ou depósitos bancários, com validade de 30 dias após o efetivo encerramento do serviço, a fim de garantir a liquidação de eventual pendência financeira, bem como pagamento por serviços adicionais fornecidos e quitação de multa e juros de mora, caso venham a ocorrer.

18 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

Representa os recursos reservados para atender ao PAMSE, administrado pela própria Empresa. Os recursos encontram-se devidamente protegidos mediante aplicações financeiras no Banco do Brasil.

19 – DIVIDENDOS

A empresa tem adotado como política de distribuição de dividendos de remunerar a União com pagamento de juros sobre o capital próprio limitando a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

A empresa contabilizou em dezembro de 2019 a proposta de pagamento de juros sobre o capital próprio, no valor de R$ 31.026 mil (a proposta em 2018 foi de R$ 10.801 mil), que não excedeu a 50% do lucro e nem à variação da TJLP sobre o Patrimônio Líquido, conforme critério determinado pela Lei nº 9.430/96. Esses juros poderão ser compensados com os dividendos mínimos obrigatórios, conforme faculta a legislação vigente, e submetidos aos Conselhos Fiscal e de Administração da Empresa e ao Ministro da Fazenda, segundo determina o art. 4º do Decreto nº 2.673/98.

20 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	31/12/2019 R$/1.000	31/12/2018 R$/1.000
a) Provisão para Contingências Fiscais	3.228	3.229
b) Provisão para Passivos Trabalhistas	1.670	1.256
c) Provisão para Riscos Administrativos	32	32
Total	**4.930**	**4.517**

A Administração da Empresa, suportada pela opinião de sua assessoria jurídica, avaliou a possibilidade de ocorrência de contingências passivas da seguinte forma:

a) Refere-se a intimação da Secretaria da Receita Federal (SRF) pela Comunicação nº 705/2011 para a Empresa recolher o valor de R$ 2.946 mil. O valor apurado teve por origem o pedido de compensação de débitos no exercício de 2004, com saldos credores existentes de pedidos de restituições efetuados nos exercícios de 1998 e 1999. Créditos estes que já haviam sido constatados pela SRF, por meio de diligência realizada em 20 de setembro de 2002. Em 2009, após nove anos do fato gerador, a SRF pôs em dúvida a existência de tais créditos. A Empresa, não conformada, recorreu ao Judiciário para anular a decisão;

b) São provisões de ações trabalhistas que se caracterizam como prováveis êxitos pelos empregados; e

c) São provisões de ações administrativas que se caracterizam como prováveis êxito por terceiros.

De acordo com o pronunciamento contábil CPC 25 que trata das Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a contabilização das contingências segue as seguintes premissas:

- Provável: a assessoria jurídica julga, com grau relevante de certeza, que a Empresa perderá, tendo prejuízo financeiro e contabilização a ser realizada;

- Possível: a assessoria jurídica julga com mesmo grau de possibilidade a perda ou ganho por parte da Empresa, ou seja, há grande incerteza, não havendo contabilização a ser realizada;

- Remota: a assessoria jurídica julga com grau relevante de certeza o ganho por parte da Empresa, não havendo contabilização a ser realizada.

As referidas premissas foram avaliadas e constam adequadamente nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Existem outras ações trabalhistas e administrativas, no valor aproximado de R$ 4.848 mil, que, por caracterizarem-se como possíveis, não foram contabilizadas em atendimento ao que preconiza o pronunciamento contábil CPC 25.

21 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da EMGEPRON, subscrito e integralizado pela União, ao final do exercício de 2019 representa R$ 104.796 mil. Em 31 de dezembro de 2018, o valor do Capital Social era de R$ 97.076 mil. O aumento de R$ 7.720 mil foi motivado pela incorporação do Lucro, referente ao exercício de 2018, ao Capital Social, aprovado pela AGO em 30/04/2019, por meio do Parecer SEI nº 25/2019/GESET/COPAR/SUPEF/STN/FAZENDA - ME, de 26 de abril de 2019.

22 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A União com objetivo de recompor o Núcleo do Poder Naval da Marinha do Brasil, capitalizou a EMGEPRON para a construção do Programa Classe Tamandaré e obtenção do Navio de Apoio Antártico. Os aportes recebidos nos exercícios de 2018 e 2019 foram de R$ 10.250 mil (10 bilhões e 250 milhões).

Acerca do AFAC, segue abaixo algumas considerações para o entendimento dos procedimentos adotados para sua concretização.

O Orçamento Geral da União (OGU), tanto na elaboração quanto na execução, é regulado por diversas regras fiscais, das quais, para o propósito da presente Nota, vale destacar a Regra de Ouro, a Meta de Resultado Primário e o Teto de Gastos.

A fim de se adequar às regras constitucionais e infraconstitucionais estabelecidas, vis a vis a dinâmica da gestão orçamentário-financeira, o Governo Federal é, obrigatoriamente, compelido a promover ajustes, quer seja na execução do OGU, por meio de imposição de contingenciamentos, quer seja por ocasião do processo de elaboração orçamentária, mediante a atribuição de baixos referenciais monetários para a montagem das propostas orçamentárias dos Órgãos.

Entretanto, a implementação de tais medidas impacta, sobremaneira, os Projetos Estratégicos de Defesa, destinados à obtenção de meios militares, haja vista estes envolverem empreendimentos de elevado valor, alta complexidade tecnológica e duração plurianual.

A condução de Projetos Estratégicos de Defesa, conforme o descrito no Livro Branco de Defesa Nacional na parte que trata do Orçamento de Defesa, deveria observar três princípios básicos, a saber:

"estabilidade: os recursos alocados para a defesa não devem, em princípio, sofrer oscilações bruscas. Tal prática contribui para que os projetos da defesa sejam mantidos ao longo do tempo, evitando-se atrasos ou possíveis perdas dos recursos humanos, que são capacitados, muitas vezes, ao longo do próprio desenvolvimento dos projetos;

regularidade: o desembolso dos recursos deve ocorrer de forma sistemática, possibilitando que os cronogramas sejam cumpridos da forma como foram planejados; e

previsibilidade: esse princípio confere segurança ao planejamento de longo prazo para grandes projetos, garantindo que, no futuro, os recursos sejam desembolsados de maneira estável e regular. (Livro Branco de Defesa Nacional, 2012).

A aplicação desses princípios na condução dos citados Projetos contribuirá para a redução dos riscos de negociação dos respectivos contratos, conferindo menores custos de contratação, viabilizando investimentos e o fomento de novas tecnologias de emprego dual no âmbito da Base Industrial de Defesa.

O usual modelo de financiamento desses empreendimentos, diretamente por meio do Orçamento Fiscal, sofre as consequências das restrições orçamentário-financeiras e das necessárias medidas de ajuste eventualmente impostas, implicando o alongamento de prazos e aumento de custos dos Projetos de Defesa. Oportuno comentar que esses são caracterizados por empreendimentos concebidos na fronteira tecnológica e do conhecimento; portanto, o alongamento indesejável de prazos pode propiciar a entrega de produtos finais com tecnologia obsoleta, fora do prazo planejado e a um custo maior do que o estimado.

À guisa de exemplo sobre obtenção de navio-escolta por meio da tradicional alocação de recursos, via Orçamento Fiscal e diretamente ao Comando da Marinha, cumpre recordar o caso, negativamente emblemático, da condução do Projeto de construção da Corveta "Barroso", em face da ausência de adequado fluxo de recursos, com estabilidade, regularidade e previsibilidade.

A construção da Corveta "Barroso" teve início em 1994, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, com previsão de término em cinco anos. No entanto, em função de restrições orçamentárias enfrentadas à época, o tempo decorrido para sua prontificação totalizou catorze anos. Esse indesejável alongamento de prazo acarretou diversos transtornos técnicos e administrativos, bem como a oneração do Projeto, além de contribuir para a diminuição da disponibilidade operativa da Força Naval.

O TCU já se manifestou sobre os efeitos negativos ocasionados pela ausência de fluxo de recursos adequados na condução de projetos de Defesa. Pode-se observar, na proposta de deliberação do Ministro-Relator do Acórdão n° 2.176/2010, especificamente sobre o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), a relevância dada ao tema:

"49. Certamente, refoge à competência de o TCU imiscuir-se na alocação de recursos orçamentários e financeiros e na definição de prioridades de gastos por parte do governo federal. Todavia, no caso específico do Prosub, não se pode perder de vista que ***eventuais contingenciamentos e atrasos no cumprimento de obrigações financeiras contratuais podem dar ensejo ao pagamento de vultosas multas e, ainda mais, podem comprometer todo o sucesso da iniciativa governamental*** *em questão e, via de consequência, terminar acarretando ainda maiores prejuízos ao erário e a toda a sociedade brasileira." (grifo nosso)*

Ainda nessa linha, que demonstra a importância dos princípios citados nos investimentos de Defesa, vale transcrever trecho das recomendações estabelecidas pelo Acórdão n° 1.039/2011, também emitido no âmbito do acompanhamento do PROSUB:

"9.3. recomendar ao Ministério da Fazenda, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Casa Civil que:

9.3.1. acompanhem sistematicamente os cronogramas de execução contratual e de realização de desembolsos do Prosub, de modo a minimizar incompatibilidades entre os prazos contratados e a liberação de limites de gastos ao Ministério da Defesa, com o objetivo de evitar a execução antieconômica do programa;

9.3.2. avaliem, de forma sistemática, se o custo dos eventuais contingenciamentos aplicados sobre os investimentos ligados ao Prosub, que contam com recursos advindos de financiamento externo, será efetivamente menor que os ganhos advindos do eventual incremento do resultado primário, no caso concreto, com a redução dos investimentos do Prosub;

9.3.3. enquanto não aprovado o ato legal de que trata o item 9.1 deste Acórdão, avaliem a oportunidade e a conveniência de, ***para grandes projetos de Defesa que vierem a ser aprovados e que apresentem como característica a existência de reajustes e impactos financeiros significativos em decorrência de atrasos nos pagamentos, estabelecem, ao início de cada exercício, algum nível de previsibilidade quanto à evolução de limites de movimentação e empenho e de recomposição de limites de pagamentos, tendo como base os cronogramas de execução contratuais e de realização de desembolsos****, como o objetivo de facilitar a gestão interna dos limites recebidos pelas unidades orçamentárias ou gestoras responsáveis, bem como impedir a elevação dos custos de projetos que disponham destas características, para, assim, assegurar a exequibilidade dos projetos e evitar a ocorrência de execuções antieconômicas;" (grifo nosso)*

Cabe frisar que, independente da fonte de recursos adotada para suportar o financiamento de Projetos de Defesa, no âmbito do Orçamento Geral da União (OGU), quer seja por meio de recursos do Tesouro, recursos próprios vinculados aos Fundos de interesse da Defesa Nacional (Fundo Naval, p.e) ou, ainda, recursos oriundos de Operações de Crédito, sempre ocorrerão, em razão de eventuais problemas fiscais enfrentados pela União, dificuldades na obtenção do adequado fluxo de créditos nas leis orçamentárias e/ou limites de empenho e de pagamento, com significativos prejuízos à condução do Projeto, notadamente durante o período de construção do meio operativo.

Uma forma usualmente utilizada para viabilizar grandes Projetos Estratégicos de Defesa é o emprego de Operações de Crédito Externas. Cabe, liminarmente, mencionar que o processo de autorização do financiamento para um Projeto de Defesa é bastante complexo e longo, envolvendo o custo do capital tomado, dentre outros critérios para sua avaliação.

Contudo, importa ressaltar que, à semelhança do que ocorre com Projetos diretamente suportados pelo OGU, por fontes de recursos do Tesouro Nacional ou de Fundos próprios, Projetos financiados por Operações de Crédito Externas padecem das mesmas dificuldades por ocasião do planejamento, programação e execução orçamentário-financeira. Sofrem, de forma similar, os impactos decorrentes da atribuição de baixos referenciais monetários para a elaboração da proposta orçamentária do Órgão. Por ocasião da efetiva execução, as consequências decorrentes da imposição de contingenciamentos, uma vez que a dotação orçamentária também se subordina à existência de limite de movimentação e empenho (LME) e de limite de pagamento (LP).

Nesse sentido, verifica-se que o fato de existir um contrato de financiamento, via Operação de Crédito, não assegura a estabilidade, a regularidade e a previsibilidade na alocação de recursos aos Projetos de Defesa.

Este cenário restritivo induziu a Marinha do Brasil (MB) a buscar Modelo de Negócio que, respeitadas as regras fiscais vigentes, pudesse oferecer alternativa inovadora para a adequada condução do PCT e, consequentemente, do Programa de Recomposição do Núcleo do Poder Naval (RPNP).

A despesa com o aumento de capital de Empresas Estatais não Dependentes constitui exceção à regra do Teto de Gastos, fato que permitiu potencializar o emprego da EMGEPRON no Modelo de Negócio concebido, conferindo à mesma protagonismo nesse imprescindível Programa voltado para a Defesa Nacional.

A MB, em seus estudos para obtenção de meios, sempre que possível, inclui a EMGEPRON como integrante do processo de obtenção, consideradas as suas finalidades, previstas no art. 2º, da Lei nº 7.000/1982:

"I - ***promover a indústria militar naval brasileira*** *e atividades correlatas, abrangendo, inclusive, a pesquisa e o desenvolvimento;*

II - ***gerenciar*** *projetos integrantes de* ***programas aprovados pelo Ministério da Marinha****; e*

III - ***promover ou executar atividades vinculadas à obtenção e manutenção de material militar naval****." (grifos nossos*)

Ademais, a participação da EMGEPRON como representante da Base Industrial de Defesa (BID) coaduna-se com as orientações da MB para que a obtenção de meios, seja por aquisição ou construção, venha a ser realizada por um processo que possui como diretrizes básicas a capacitação do País em Projeto e construção dos meios operativos, e a nacionalização progressiva do material.

O Modelo idealizado para o PCT, além de cumprir o conjunto de regras fiscais aplicadas ao OGU, possui a vantagem distintiva de propiciar estabilidade, regularidade e previsibilidade ao empreendimento.

Em comparação aos outros modelos adotados para viabilizar a condução de Projetos de Defesa apresentados, pode-se observar que o PCT, via capitalização da EMGEPRON, mitigará o risco orçamentário-financeiro.

Observa-se, também, que o modelo pode conferir perenidade a novas obtenções de meios navais, uma vez que, ao longo do ciclo de vida dos Navios Classe Tamandaré (NCT), o patrimônio da Empresa será preservado, permitindo o início de novos empreendimentos vocacionados para a continuidade da Recomposição do Núcleo do Poder Naval.

Ao final, reconhecidas todas as potencialidades oferecidas pelo Modelo, infere-se que a construção dos NCT garantirá fluxo perene de recursos, contribuindo para o fortalecimento da BID, na sua vertente militar naval. Vale ressaltar que o citado fortalecimento é um dos eixos estruturantes da Estratégia Nacional de Defesa (END).

Com a melhoria da situação fiscal observada neste último quadrimestre do exercício de 2019, em razão do ingresso de receitas extraordinárias decorrentes dos leilões de áreas situadas no pré-sal para exploração de petróleo e gás natural, o Poder Executivo resolveu completar, ainda neste exercício, o processo de aumento de Capital da EMGEPRON, assegurando, antecipadamente, a integralidade dos recursos para a adequada condução do PCT. Vale lembrar que as despesas com o aumento da capitalização de Empresas Estatais não Dependentes não afetam o "Teto de Gastos".

Adicionalmente, cumpre destacar que os recursos financeiros recebidos pela Empresa, decorrentes do processo de aumento de Capital, ficam segregados em sua contabilidade, de forma que aplicação ocorra, exclusivamente, para suportar as despesas com a obtenção dos NCT. Vale comentar, ainda, que os recursos disponíveis podem ser investidos em aplicações financeiras, gerando receita financeira de juros sobre o capital, aumentando os recursos disponíveis para o PCT, os quais serão necessários e fundamentais para a sustentabilidade financeira do programa.

23 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2019 R$/1.000	31/12/2018 R$/1.000
Receitas com vendas de serviços no país	120.712	146.650
Receitas com venda de mercadorias no país	28.800	20.993
Receitas com venda para exportação	6.926	7.351
Receita Bruta	**156.438**	**174.994**
(-) Deduções de tributos	(25.171)	(26.298)
Receita Líquida	**131.267**	**148.696**

24 – CUSTOS COM PESSOAL

	31/12/2019 R$/1.000	31/12/2018 R$/1.000
Remuneração	39.947	49.797
Encargos sociais	30.588	31.253
Outras	9.094	11.232
Total	**79.629**	**92.282**

25 – CUSTOS COM SERVIÇOS CONTRATADOS

	31/12/2019 R$/1.000	31/12/2018 R$/1.000
Serviços prestados pelas OMPS	11.456	12.398
Serviços profissionais - PJ	2.656	7.682
Energia elétrica	1.420	1.519
Limpeza e conservação	1.043	1.057
Água / taxas condomínio	822	1.754
Serviços profissionais - PF	607	792
Outros	1.839	1.352
Total	**19.843**	**26.554**

26 – CUSTOS COM MATERIAIS

	31/12/2019 R$/1.000	31/12/2018 R$/1.000
Insumos/Mercadorias outros fornecedores	6.321	7.398
Insumos/Mercadorias fornecidos pelas OMPS	5.240	3.112
Outros	2.171	3.263
Total	**13.732**	**13.773**

27 – DESPESAS COM PESSOAL

	31/12/2019 R$/1.000	31/12/2018 R$/1.000
Remuneração	8.689	8.793
Encargos sociais	5.018	5.303
Outras	2.021	1.861
Total	**15.728**	**15.957**

28 – DESPESAS COM SERVIÇOS CONTRATADOS

	31/12/2019 R$/1.000	31/12/2018 R$/1.000
Manutenção de sistema, equip. e instalações	875	988
Limpeza e conservação	368	343
Serviços profissionais - PJ	323	260
Energia elétrica	292	444
Comunicações	151	212
Publicidade	130	104
Feiras e eventos	103	27
Serviços profissionais - PF	24	32
Outros	717	771
Total	**2.983**	**3.181**

29 – DESPESAS COM MATERIAIS

	31/12/2019 R$/1.000	31/12/2018 R$/1.000
Materiais de consumo	267	240
Materiais de expediente	29	22
Outros	54	69
Total	**350**	**331**

30 – RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRASS

	31/12/2019 R$/1.000	31/12/2018 R$/1.000
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	184.259	67.112
Variações monetárias	611	575
Variações cambiais	16	71
Total	**184.886**	**67.758**
Despesas financeiras		
Variações monetárias	(249)	(43)
Variações cambiais	(63)	(12)
Despesas bancárias	(73)	(70)
Total	**(385)**	**(125)**

31 – CONCILIAÇÃO DO IRPJ E CSLL

APURAÇÃO IRPJ/CSLL	31/12/2019 R$/1.000	31/12/2018 R$/1.000
Base para cálculo da contribuição social		
Resultado contábil do exercício	180.762	62.353
Ajustes do lucro contábil		
(+) Adições	750	16
(-) Exclusões	(31.026)	(11.577)
Base antes da compensação	**150.486**	**50.792**
Compensações de prejuízos anteriores	-	-
Lucro real ajustado	**150.486**	**50.792**
Contribuição social do exercício – 9%	**13.544**	**4.571**
Base para cálculo do imposto de renda		
Resultado contábil do exercício	180.762	62.353
Ajustes do lucro contábil		
(+) Adições	750	16
(-) Exclusões	(31.026)	(11.577)
Base antes da compensação	**150.486**	**50.792**
Compensações de prejuízos anteriores	-	-
(continuação)		(continua)
Lucro real ajustado	**150.486**	**50.792**
Imposto de renda – 15%	22.573	7.619
Imposto de renda adicional – 10%	15.025	5.055
Deduções – Incentivos fiscais do PAT	(1.014)	-
Imposto de renda do exercício	**36.584**	**12.674**
Realização de CSLL diferida	-	-
Realização de IRPJ diferido	-	-
CSLL Provisionada	**13.544**	**4.571**
IRPJ Provisionado	**36.584**	**12.674**

continua...

Os valores apurados referentes ao IRPJ (R$ 36.584 mil) e CSLL (R$ 13.544 mil) parte foram compensados parte com o aproveitamento de créditos tributários oriundos das retenções realizadas pelos clientes e retenções de imposto de renda sobre aplicações financeiras.

32 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

ATIVOS	31/12/2019	31/12/2018
	R$/1.000	R$/1.000
1) Contas a Receber		
Marinha do Brasil	8.669	3.862
Exército Brasileiro	15.612	8.052
Secretaria de Transportes do Rio de Janeiro	336	336
Agência Nacional de Águas – ANA	21	-
Amazônia Azul Tecnologia de Defesa - AMAZUL	1	300
Indústria de Material Bélico – IMBEL	2.837	199
Soma	**27.476**	**12.749**
2) Adiantamentos Concedidos		
Marinha do Brasil	2.158	24.122
Amazônia Azul Tecnologia de Defesa - AMAZUL	4	7
Soma	2.162	24.129
Total	**29.638**	**36.878**

(continua)

(continuação)

PASSIVOS	31/12/2019	31/12/2018
	R$/1.000	R$/1.000
3) Gerenciamento de Recursos		
Marinha do Brasil	10.448	23.499
Soma	**10.448**	**23.499**
4) Antecipações de Clientes		
Marinha do Brasil	3.614	5.443
Soma	**3.614**	**5.443**
Total	**14.062**	**28.942**

RESULTADO	31/12/2019	31/12/2018
	R$/1.000	R$/1.000
Receita Operacional	**123.510**	**138.100**
(-) Deduções de tributos	(21.696)	(22.503)
Receita Líquida	**101.814**	**115.597**
Custos	(85.708)	(104.002)
Lucro Bruto	**16.106**	**11.595**

33 – SEGUROS

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A EMGEPRON dispõe das seguintes modalidades de seguros:

a) Seguro predial: cobertura básica contra danos materiais e lucros cessantes, sendo o valor do risco segurado: R$ 15 milhões;

b) Seguro veicular: cobertura contra roubo, danos, perda parcial do veículo, danos materiais a terceiros, danos corporais a terceiros, além de assistência e reboque 24h. O valor do risco segurado representa 100% da tabela FIPE, referente aos 07 (sete) veículos da frota;

c) Seguro de vida para empregados: cobertura contra morte natural e invalidez permanente por acidente, sendo o valor do risco segurado R$ 50 mil por empregado; cobertura contra morte acidental, sendo o valor do risco segurado R$ 100 mil por empregado; e

d) Seguro de vida para estagiários: cobertura contra morte acidental e invalidez por acidente, sendo o valor do risco segurado R$ 15 mil por estagiário.

O escopo de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, o qual foi determinado pela Administração da Empresa, que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

34 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Empresa adota como política, buscando fornecer garantias contratuais em determinados serviços quando solicitado pelo contratante, oferecer o caucionamento de CDB aplicados no Banco do Brasil, Carta de Fiança ou Seguro-Garantia, a fim de garantir a fiel execução de contrato ou por adiantamentos recebidos.

35 – GERENCIAMENTO DE RISCO FINANCEIRO

A Empresa está exposta aos seguintes riscos:

a. Risco Operacional

Risco operacional consiste na possibilidade de perdas resultantes do não recebimento das vendas realizadas pela Empresa em decorrência da incapacidade econômico-financeira dos clientes envolvidos.

Este risco é mitigado em função de, na maioria dos contratos celebrados, o recebimento das vendas acontecer antecipadamente ou amparado por garantias financeiras.

Além disso, convém destacar que cerca de 73% do faturamento da Empresa resulta de contratos com a Marinha do Brasil.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Empresa encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros.

Um fator potencial para este risco está relacionado à liberação de recursos orçamentários do Governo para a Marinha do Brasil, cliente, o que pode acarretar atrasos nos recebimentos de recursos.

Como alternativas de mitigação deste risco, a Empresa adota uma gestão ativa do seu fluxo de caixa e mantém uma reserva financeira confortável, disponível para suportar eventuais atrasos de recebimentos das vendas.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações das taxas de juros, câmbio, inflação etc, influenciadas pelo mercado, afetarem os ganhos e custos da Empresa.

Visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa centraliza seus investimentos financeiros em operações com Títulos Vinculados ao Mercado Aberto, representados por um Fundo de Investimentos Extramercado Comum e Exclusivo, cuja carteira é composta por títulos do Governo de curto e longo prazo, considerados aplicações conservadoras.

Em relação aos custos dos insumos adquiridos, a exposição ao risco de mercado é baixa, uma vez que o principal componente dos mesmos refere-se a custo de pessoal, fixado em moeda nacional e reajustado de acordo com o dissídio das categorias.

36 – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar o fluxo de caixa da Empresa nos exercícios e foi elaborada pelo método direto, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações individuais.

Conforme previsão do pronunciamento contábil CPC 03, segue abaixo a conciliação do lucro líquido:

Conciliação do lucro líquido com o caixa gerado pelas operações:	31/12/2019	31/12/2018
	R$/1.000	R$/1.000
Resultado líquido do período	**130.634**	**45.467**
Ajustes:		
- Depreciação no exercício	1.464	1.178
- Baixa de bens do ativo imobilizado	5	15
- Constituição de provisão para perdas trabalhistas	414	-
- Constituição de provisão para perdas créditos de liquidação duvidosa	336	-
- Reversão de provisão	(527)	-
- Variações monetárias	(627)	603
Caixa gerado (tomado) pelas operações	**131.699**	**47.263**
Aumento (redução) do contas a receber	(12.404)	4.626
Aumento (redução) de adiantamentos	22.596	(17.692)
Aumento (redução) dos impostos a recuperar	(10.582)	(5.668)
Aumento (redução) de estoques	3	1.237
Aumento (redução) de depósitos em garantia	456	7.881
Aumento (redução) do depósitos para recursos	(2.735)	(2.043)
Aumento (redução) aumento do ativo imobilizado	531	(908)
Aumento (redução) aumento do ativo intangível	(6.487)	(804)
Aumento (redução) de gerenciamento de recursos MB	(13.051)	(10.372)
Aumento (redução) de antecipações de clientes	(5.078)	2.765

(continua)

(continuação)

Aumento (redução) de dividendos	20.225	(181)
Variação de outros circulantes no exercício	(30.726)	(6.213)
Adiantamento para futuro aumento de capital	7.603.585	2.645.821
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa no período	**7.698.032**	**2.665.712**

37 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Empresa e sua distribuição durante o exercício, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações individuais.

38 – REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS

Os valores das maiores e das menores remunerações brutas da Empresa, incluídas as vantagens e benefícios, excluídas as parcelas variáveis e eventuais, foram os seguintes:

	31/12/2019	31/12/2018
	R$	R$
Maior remuneração dos empregados	28.089	27.167
Menor remuneração dos empregados	1.115	1.004
Remuneração média dos empregados	5.998	5.815

DIRETORIA
EDESIO TEIXEIRA LIMA JUNIOR
Diretor-Presidente
FLAVIO MACEDO BRASIL
Diretor Técnico-Comercial
ALEXANDRE RODRIGUES VIVEIROS
Diretor Administrativo-Financeiro
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
JOSÉ AUGUSTO VIEIRA DA CUNHA DE MENEZES
Presidente
ALEXANDRE RABELLO DE FARIA
EDESIO TEIXEIRA LIMA JUNIOR
NELSON MÁRCIO ROMANELI DE ALMEIDA
FLÁVIO AUGUSTO CORRÊA BASILIO
WELERSON CAVALIERI
SYLVIO DA MOTTA JUNIOR
CONSELHO FISCAL
HUGO CAVALCANTE NOGUEIRA
ALEXANDRINO MACHADO NETO
ANDRÉ LUIZ GREVE PEREIRA
CONTADOR
EXPEDITO REZENDE LEMOS
CRC-RJ 46.158-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

À
Diretoria da
Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON
CNPJ 27.816.487/0001-31
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixas, para os exercícios findos naquelas datas, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON em 31 de dezembro de 2019, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e seus fluxos de caixas referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Empresa, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria correspondente ao exercício anterior

Os valores individuais, relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e às demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e as respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, utilizadas para fins de comparabilidade foram por nós auditadas, sendo que emitimos em 08 de fevereiro de 2019 relatório de auditoria sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da empresa para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria.

Maringá – PR., 09 de outubro de 2020.

AGNALDO APARECIDO DE SOUZA
Contador Responsável - CRC-PR 038047/O-0
SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S
CRC-PR 004940/O-6

Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 380, DE 3 DE MARÇO DE 2021

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de resposta, previsto no art. 3° da Portaria n. 1.933, de 14 de julho de 2020, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Teixeiras - MG, para ações de Defesa Civil, para até 31/05/2021.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 381, DE 3 DE MARÇO DE 2021

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de resposta, previsto no art. 3° da Portaria n. 2.275, de 24 de agosto de 2020, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Central de Minas - MG, para ações de Defesa Civil, para até 15/04/2021.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 382, DE 4 DE MARÇO DE 2021

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Benedito Novo - SC, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Benedito Novo-SC, no valor de R$ 182.900,57 (cento e oitenta e dois mil e novecentos reais e cinquenta e sete centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.005478/2021-04.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 329; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 385, DE 4 DE MARÇO DE 2021

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Presidente Getúlio - SC, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Presidente Getúlio-SC, no valor de R$ 2.652.312,11 (dois milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil trezentos e doze reais e onze centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.005258/2020-91.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 329; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

ATOS DE 3 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, torna público que o DIRETOR DA ÁREA DE REGULAÇÃO, OSCAR CORDEIRO NETTO, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolve:

Emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos à:

Nº 309 - SANEAMENTO DE GOIAS S/A, Ribeirão Maria, Município de Novo Gama/GO, abastecimento público.

Nº 310 - WALTER EZEQUIEL NETO FILHO, rio Canoas, Município de Guaranésia/MG, irrigação.

Nº 311 - LAERTI BUSSULARO e JUVELINO BUSSULARO, Barragem do Paranã, Município de São João D'aliança/GO, irrigação.

Nº 312 - CAS CONSTRUTORA LTDA, UHE Jurumirim, Município de Itaí/SP, irrigação.

Nº 313 - NILZA PRADO RODRIGUES, UHE Itumbiara, Município de Itumbiara/GO, irrigação.

Nº 314 - NILZA PRADO RODRIGUES, UHE Itumbiara, Município de Itumbiara/GO, irrigação.

Nº 315 - MARIA GOMES DA SILVA SANTOS, Açude Arapuá, Município de Serra Negra do Norte/RN, irrigação.

Nº 316 - MARIA NATIVIDADE DE ARAUJO DINIZ, Açude Torrões, Município de Serra Negra do Norte/RN, irrigação.

Nº 317 - IVANY BERNARDI GRANDI, UHE Queimado, Município de Cristalina/GO, irrigação.

Nº 318 - MARCOS ANTONIO ASSI TOZZATTI, rio Guaporé, Município de Nova Lacerda/MT, irrigação.

Nº 319 - AGROPECUARIA NELORE PARANA LTDA, rio Paranã, Município de Iaciara/GO, irrigação.

Nº 320 - MIRIAN CUNHA VILELA, UHE Furnas, Município de Guapé/MG, irrigação.

Nº 321 - NICOLAAS PETRUS PLECHELMUS VELDT, UHE Jurumirim, Município de Itatinga/SP, irrigação.

Nº 322 - CARLOS ALBERTO MATHEUS DA LUZ, rio Paranapanema, Município de Buri/SP, irrigação.

Nº 323 - JOSE GUILHERME DE BARROS COSTA, rio São Francisco, Município de Martinho Campos/MG, irrigação.

Nº 324 - USINA GUARIROBA LTDA, UHE Água Vermelha, Município de Riolândia/SP, irrigação.

Nº 325 - USINA GUARIROBA LTDA, UHE Água Vermelha, Município de Riolândia/SP, irrigação.

Nº 326 - LUIZ FERNANDO FABIANE e ADENILSON FABIANE, rio Maranhão, Município de Mimoso de Goiás/GO, irrigação.

Nº 327 - LUIZ FERNANDO FABIANE e ADENILSON FABIANE, rio Maranhão, Município de Mimoso de Goiás/GO, irrigação.

Nº 328 - CARLOS EDUARDO LOPES CURY e LEONARDO ALVES ELIAS, rio São Francisco, Município de Buritizeiro/MG, irrigação.

Nº 329 - CARLOS EDUARDO LOPES CURY e LEONARDO ALVES ELIAS, rio São Francisco, Município de Buritizeiro/MG, irrigação.

Nº 330 - CARLOS EDUARDO LOPES CURY e LEONARDO ALVES ELIAS, rio São Francisco, Município de Buritizeiro/MG, irrigação.

Nº 331 - LORENO IVALINO BARZOTTO e OLIVIO BARZOTTO, UHE Queimado, Município de Cristalina/GO, irrigação.

Nº 332 - FRANCISCO EDVANALDO ALEXANDRE, Açude São Gonçalo, Município de Marizópolis/PB, irrigação.

Nº 333 - FRANCISCO ALUIZIO DE FARIA, Açude Arapuá, Município de Serra Negra do Norte/RN, irrigação.

Nº 334 - BASTOS & SILVA LTDA, rio São Francisco, Município de Xique-Xique/BA, mineração.

Nº 335 - Andre Ciaramicoli, rio do Peixe, Município de Lindóia/SP, mineração.

Nº 336 - GILBERTO GRUPPELLI SEUS, Canal de São Gonçalo, Município de Capão do Leão/RS, irrigação.

Nº 337 - COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASAMG, rio São João, Município de Espera Feliz/MG, abastecimento público.

Nº 338 - METALMIG MINERACAO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, rio Preto do Crespo, Município de Itapuã do Oeste/RO, mineração.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

Ministério da Economia

SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 18, DE 4 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR SUBSTITUTO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto no art. 5º do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, , e tendo em vista o que consta do Processo SECEX 52272.004952/2020-58 e do Parecer nº 07, de 3 de março de 2021, elaborado pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público - SDCOM desta Secretaria, e por terem sido apresentados elementos suficientes que indicam a prática de dumping nas exportações da China e da Índia para o Brasil do produto objeto desta circular, e de dano à indústria doméstica resultante de tal prática, decide:

1. Iniciar investigação para averiguar a existência de dumping nas exportações de fios de filamentos sintéticos texturizados de poliésteres (exceto linhas para costurar), não acondicionados para venda a retalho, incluindo os monofilamentos sintéticos de título inferior a 67 decitex, comumente classificadas no subitens 5402.33.10, 5402.33.20 e 5402.33.90 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da República Popular da China e da Índia, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, objeto do Processo SECEX 52272.004952/2020-58.

1.1. Tornar públicos os fatos que justificaram a decisão de abertura da investigação, conforme o anexo I à presente circular.

1.2. A data do início da investigação será a da publicação desta circular no Diário Oficial da União - D.O.U.

2. A análise de indícios de prática de dumping considerou o período de abril de 2019 a março de 2020. Já o período de análise de dano considerou o período de abril de 2015 a março de 2020.

3. A participação das partes interessadas no curso desta investigação de defesa comercial deverá realizar-se necessariamente por meio do Processo SECEX 52272.004952/2020-58 do Sistema DECOM Digital (SDD), de acordo com a Portaria SECEX nº 30, de 8 de junho de 2018. O endereço do SDD é http://decomdigital.mdic.gov.br.

4. De acordo com o disposto no § 3º do art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, deverá ser respeitado o prazo de vinte dias, contado a partir da data da publicação desta circular no D.O.U., para que outras partes que se considerem interessadas e seus respectivos representantes legais solicitem, por meio do SDD, sua habilitação no referido processo.

5. A participação das partes interessadas no curso desta investigação de defesa comercial deverá realizar-se por meio de representante legal habilitado junto à SDCOM, por meio da apresentação da documentação pertinente no SDD. A intervenção em processos de defesa comercial de representantes legais que não estejam habilitados somente será admitida nas hipóteses previstas na Portaria SECEX nº 30, de 2018. A regularização da habilitação dos representantes que realizarem estes atos deverá ser feita em até 91 dias após o início da investigação, sem possibilidade de prorrogação. A ausência de regularização da representação nos prazos e condições previstos fará com que os atos a que fazem referência este parágrafo sejam havidos por inexistentes.

6. A representação de governos estrangeiros dar-se-á por meio do chefe da representação oficial no Brasil ou por meio de representante por ele designado. A designação de representantes deverá ser protocolada, por meio do SDD, junto à SDCOM em comunicação oficial da representação correspondente.

8. Na forma do que dispõe o art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, serão remetidos questionários aos produtores ou exportadores conhecidos, aos importadores conhecidos e aos demais produtores domésticos, conforme definidos no § 2º do art. 45, que disporão de trinta dias para restituí-los, por meio do SDD, contados da data de ciência. As notificações e demais comunicações realizadas no âmbito do processo administrativo serão transmitidas eletronicamente, conforme Portaria SECEX nº 20, de 30 de março de 2020. Presume-se a ciência de documentos transmitidos eletronicamente 3 (três) dias após a data de transmissão, conforme o art. 19 da Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014. Especificamente, no caso do prazo de resposta aos questionários dos produtores ou exportadores estrangeiros, o prazo de ciência será de 7 (sete) dias contados da data de transmissão, em conformidade com a nota de rodapé 15 do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio 1994 constante da Ata Final que incorporou os resultados da Rodada Uruguai de Negociação Comerciais Multilaterais do GATT , promulgada pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994. As respostas aos questionários da investigação apresentadas no prazo original de 30 (trinta) dias serão consideradas para fins de determinação preliminar com vistas à decisão sobre a aplicação de direito provisório, conforme o disposto nos arts. 65 e 66 do citado diploma legal.

9. Em virtude do grande número de produtores/exportadores da China e da Índia identificados nos dados detalhados de importação brasileira, de acordo com o disposto no inciso II do art. 28 do Decreto nº 8.058, de 2013, serão selecionados, para o envio do questionário, os produtores ou exportadores responsáveis pelo maior percentual razoavelmente investigável do volume de exportações do país exportador.

10. De acordo com o previsto nos arts. 49 e 58 do Decreto nº 8.058, de 2013, as partes interessadas terão oportunidade de apresentar, por meio do SDD, os elementos de prova que considerem pertinentes. As audiências previstas no art. 55 do referido decreto deverão ser solicitadas no prazo de cinco meses, contado da data de início da investigação, e as solicitações deverão estar acompanhadas da relação dos temas específicos a serem nela tratados. Ressalte-se que somente representantes devidamente habilitados poderão ter acesso ao recinto das audiências relativas aos processos de defesa comercial e se manifestar em nome de partes interessadas nessas ocasiões.

11. Na forma do que dispõem o § 3º do art. 50 e o parágrafo único do art. 179 do Decreto nº 8.058, de 2013, caso uma parte interessada negue acesso às informações necessárias, não as forneça tempestivamente ou crie obstáculos à investigação, a SDCOM poderá elaborar suas determinações preliminares ou finais com base nos fatos disponíveis, incluídos aqueles disponíveis na petição de início da investigação, o que poderá resultar em determinação menos favorável àquela parte do que seria caso a mesma tivesse cooperado.

12. Caso se verifique que uma parte interessada prestou informações falsas ou errôneas, tais informações não serão consideradas e poderão ser utilizados os fatos disponíveis.

13. Iniciar avaliação de interesse público, nos termos do art. 4 da Portaria SECEX nº 13, de 2020, referente à possível aplicação de medida antidumping sobre as importações brasileiras de fios de filamentos sintéticos texturizados de poliésteres (exceto linhas para costurar), não acondicionados para venda a retalho, incluindo os monofilamentos sintéticos de título inferior a 67 decitex, comumente classificadas no subitens 5402.33.10, 5402.33.20 e 5402.33.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da China e da Índia, em decorrência do Processo nº 52272.004952/2020-58.

14. A data do início da avaliação de interesse público será a da publicação desta circular no Diário Oficial da União - D.O.U.

15. As partes interessadas no processo de avaliação de interesse público disporão, para a submissão da resposta ao questionário de interesse público, do mesmo prazo inicial concedido para a restituição dos questionários de importador da investigação original em curso.

16. O interesse público existirá, nos termos do art. 3º da Portaria SECEX nº 13, de 2020, quando o impacto da imposição da medida antidumping sobre os agentes econômicos como um todo se mostrar potencialmente mais danoso, se comparado aos efeitos positivos da aplicação da medida de defesa comercial.

17. Os questionários de interesse público estão disponíveis no endereço eletrônico https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/defesa-comercial-e-interesse-publico/questionario-de-interesse-publico .

18. Eventuais pedidos de prorrogação de prazo para submissão do questionário de interesse público, bem como respostas ao próprio questionário de interesse público deverão ser protocolados no âmbito dos processos nº 19972.100306/2021-39 (confidencial) ou nº 19972.100305/2021-94 (público) do Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia - SEI/ME, observados os termos dispostos na Portaria SECEX nº 13, de 2020.

19. Esclarecimentos adicionais podem ser obtidos pelo telefone +55 61 2027-7357 ou pelo endereço eletrônico defesacomercial.cgmc@mdic.gov.br.

LEONARDO DINIZ LAHUD

ANEXO I

1. DO PROCESSO

1.1. Da petição

Em 31 de julho de 2020, a Associação Brasileira de Produtos de Fibras Artificiais e Sintéticas, doravante também denominada Abrafas, protocolou, por meio do Sistema Decom Digital - SDD, petição de início de investigação de dumping nas importações brasileiras de fios texturizados de poliéster, quando originárias da China e da Índia.

A SDCOM, no dia 5 de outubro de 2020, por meio do Ofício nº 1.777/2020/CGMC/SDCOM/SECEX, solicitou à peticionária, com base no § 2º do art. 41 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, doravante também denominado Regulamento Brasileiro, informações complementares àquelas fornecidas na petição. Diante do prazo de resposta, as peticionárias pediram, devidamente acompanhada de justificativa, sua prorrogação, a qual foi concedida, observando-se o art. 194 do Decreto nº 8.058, de 2013. Em 19 de outubro de 2020, as informações complementares solicitadas pela Subsecretaria foram apresentadas tempestivamente.

1.2. Das notificações aos governos dos países exportadores

Em 23 de fevereiro de 2021, em atendimento ao que determina o art. 47 do Decreto nº 8.058, de 2013, as embaixadas dos governos da China e da Índia foram notificadas, por meio dos Ofícios nºs 110 e 111/2021/CGMC/SDCOM//SECEX, da existência de petição devidamente instruída, protocolada nesta Subsecretaria, com vistas ao início de investigação de dumping de que trata o presente processo.

1.3. Da representatividade da peticionária e do grau de apoio à petição

De acordo com as informações apresentadas, a Abrafas apresentou a petição para início de investigação de dumping e de dano em nome das empresas Unifi do Brasil Ltda., doravante também denominada Unifi, e Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco, doravante também denominada Citepe.

Foram apresentadas ainda manifestações de apoio de duas empresas conhecidas pela peticionária que produziriam filamentos texturizados de poliéster, a Antex Ltda. e a Dini Têxtil Indústria e Comércio Ltda, acompanhadas das informações pertinentes aos volumes produção e de vendas no mercado interno dessas duas empresas, nos termos do § 4º do art. 37 do Decreto nº 8.058, de 2013. Assim, de acordo com a peticionária, as quatro empresas responderiam por 100% da produção nacional, sendo que a Unifi e a Citepe responderiam, em P5, por 89,1% dessa produção.

Concluiu-se, dessa forma, que, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 37 do Decreto nº 8.058, de 2013, a petição foi apresentada pela indústria doméstica.

1.4. Das partes interessadas

De acordo com o § 2º do art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram identificadas como partes interessadas, além da peticionária, a Citepe, a Unifi, a Antex Ltda. e a Dini Têxtil Indústria e Comércio Ltda., os produtores/exportadores chineses e indianos, os importadores brasileiros do produto investigado, o governo da China e da Índia.

A Subsecretaria, em atendimento ao estabelecido no art. 43 do Decreto nº 8.058, de 2013, identificou, por meio dos dados detalhados das importações brasileiras, fornecidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), do Ministério da Economia, as empresas produtoras/exportadoras do produto objeto da investigação durante o período de análise de indícios de dumping. Foram identificados, também, pelo mesmo procedimento, os importadores brasileiros que adquiriram o referido produto durante o mesmo período.

2. DO PRODUTO E DA SIMILARIDADE

2.1. Do produto objeto da investigação

O produto objeto da investigação são fios de filamentos sintéticos texturizados de poliésteres (exceto linhas para costurar), não acondicionados para venda a retalho, incluindo os monofilamentos sintéticos de título inferior a 67 decitex, comumente classificadas no subitens 5402.33.10, 5402.33.20 e 5402.33.90 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originários da República Popular da China e da Índia.

O produto consiste no fio têxtil de filamento contínuo de poliéster texturizado (DTY, sigla em inglês para Draw Textured Yarn), que corresponde a um fio multifilamento contínuo sintético, obtido a partir policondensação do ácido tereftálico (PTA) e do monoetilenoglicol (MEG).

O fio de poliéster texturizado (DTY) é fabricado através de um processo de texturização do fio de filamentos parcialmente orientado (POY), que confere propriedades especiais aos filamentos do fio, incluindo elasticidade, espessura, resistência e isolamento térmico, através do ganho de volume e aparência um pouco mais próxima a de um fio de fibra natural. Este processo deve cobrir todas as formas que o fio texturizado pode apresentar, independentemente da textura ou aparência da superfície, densidade e espessura do fio (usualmente medido em denier ou decitex, mas podendo ser comercializado em outra unidade têxtil de título), número de filamentos, entrelaçamento (número de pontos de coesão), maticidade (podendo ser super opaco, opaco, semi opaco ou brilhante), seção transversal (redonda ou trilobal), método de texturização e a embalagem que se apresenta; porque, embora o fio texturizado possa variar em termos de título, filamentos, maticidade, secção transversal, método de texturização e embalagem, eles não modificam suas características essenciais.

Nesse processo de texturização convencional é possível adicionar outros tipos de filamento, sendo que um dos mais comuns é o fio spandex (elastano) conhecido no mercado como fios recobertos (neste exemplo: fios spandex (elastano) recoberto com filamentos texturizados de poliéster). Essa combinação pode conter de 3% a 10% de spandex (elastano), dependendo da aplicação e da elasticidade requerida pelo artigo na aplicação final. Esse processo é chamado de texturização convencional mais entrelaçamento com elastano ou simplesmente recobrimento de elastano por ar. Os fios recobertos são majoritariamente aplicados nos tecidos Denim (jeans).

O produto para ser comercializado necessita ser enrolado em bobinas de plástico ou papelão, com dimensões finais que não ultrapassam 250mm de diâmetro e 300mm de altura. Estas bobinas são posteriormente agrupadas em caixa de papelão para facilitar o transporte.

O fio de poliéster é, atualmente, a matéria-prima têxtil mais utilizada no mundo, já que suas características físicas e de conforto lhe conferem propriedades fáceis de se trabalhar em tecelagens e malharias, e agradam ao consumidor final, destinando-se majoritariamente aos mercados têxteis, sendo utilizados na fabricação de roupas, artigos esportivos, aviamentos, tecidos para decoração, revestimentos automotivos, calçados entre outros.

De acordo com a Abrafas, o processo produtivo na China e na Índia seria bastante similar entre diferentes empresas, consistindo basicamente nas etapas de Polimerização, Fiação (Spinning) e Texturização:

a) Etapa de Polimerização: processo químico para obtenção da resina PET - poli(tereftalato de etileno). O PET é obtido através de uma reação de polimerização por condensação que utiliza como matérias-primas um ácido (ácido tereftálico - PTA) e um álcool (monoetilenoglicol - MEG). Esses dois componentes são misturados e, durante o processo de fabricação, reagirão entre si, passando por cristalização e resultando na resina PET, na forma de grãos de aparência opaca, com viscosidade intrínseca para aplicação têxtil em torno de 0,6 dl g-1;

b) Etapa de Fiação (Spinning): os chips de PET são utilizados como matéria-prima da próxima etapa do processo, a Fiação. O processo de fiação para obtenção da matéria-prima utilizada no processo de texturização de fios de poliéster é chamado de Fiação por Fusão (Melt Spinning) e consiste na extrusão, dentro de uma câmara de ar, do polímero fundido bombeado através da fieira, que determinará o número de filamentos e a densidade linear do fio que será utilizado como matéria-prima no processo seguinte. Após a passagem do polímero fundido pela fieira, ele é submetido à passagem de ar na direção dos filamentos para resfriamento e solidificação. Após o resfriamento, o material recebe a aplicação de óleo de ensimagem, na ordem de 0,2 a 0,4% em massa, e entrelaçamento, que consiste na união dos filamentos por aplicação de ar comprimido, que tem como objetivo dar coesão aos filamentos que compõem o fio. Após a aplicação de ensimagem e entrelaçamento o fio é submetido à estiragem e enrolamento, de forma a obter a orientação molecular necessária para utilização nos processos posteriores. Para aplicação no processo de texturização de fios de poliéster, a velocidade de enrolamento é na ordem de 2500 a 4000 m/min;

c) Etapa de Texturização: a última etapa do processo produtivo para obtenção do fio de poliéster texturizado é a Texturização, que pode ser dividida em dois grupos de tecnologia, a texturização por falsa torção e a texturização a ar. O processo de texturização por falsa torção consiste em um processo termomecânico que estira, torce e destorce simultaneamente os filamentos sob aplicação de calor e posteriormente resfria os filamentos para fixação da deformação e estiragem aplicada no processo. A matéria-prima utilizada no processo de texturização é o fio de filamentos POY - parcialmente orientado, proveniente da fiação de PET, que necessita ser estirado no processo de texturização para que o produto final (fio texturizado) possua as características necessárias aos processos posteriores. Após a etapa de torção/destorção dos filamentos, o fio texturizado pode receber entrelaçamento e óleo de ensimagem se for necessário. Por fim, o fio texturizado é acondicionado em tubetes de papelão ou tubetes plásticos, a depender do processo produtivo do cliente. O processo de texturização a ar, por sua vez, consiste em um processo mecânico que se baseia na criação de textura do fio pelo turbilhonamento dos filamentos submetidos a um fluxo de ar de alta pressão, visando produzir fios de filamentos com o aspecto próximo das fibras naturais. O fio texturizado a ar normalmente é composto de um cabo chamado de fio alma e outro cabo chamado de fio de efeito. Estes cabos são alimentados no sistema com tensões diferentes, o que propicia a criação de textura do fio e amarração dos cabos para conferir as características serimétricas (têxteis) necessárias para os processos posteriores. O número de cabos de fios de alma e efeito pode variar, possibilitando o desenvolvimento de fios de diversos títulos (densidade linear) e níveis de textura. A matéria-prima utilizada no processo de texturização a ar também é o fio de filamentos POY - Partially Oriented Yarn, Fio Parcialmente Orientado, proveniente da fiação de PET, que necessita ser estirado no processo de texturização para que o produto final (fio texturizado) possua as características necessárias aos processos posteriores. Após a união dos cabos e texturização, o fio texturizado a ar pode receber óleo de ensimagem se for necessário. Por fim, o fio texturizado a ar é acondicionado em tubetes de papelão ou tubetes plásticos, a depender do processo produtivo do cliente.

De acordo com a peticionária, o produto objeto de investigação, assim como o produto similar produzido no Brasil, está sujeito às seguintes normas técnicas:

Instituição Normalizadorra	Norma	Descrição
ABNT NBR	12251: 1990	Designação de fios no sistema tex - procedimento
ABNT NBR	13214: 1994	Determinação de título de fios - método de ensaio
ABNT NBR	13216: 1994	Determinação de título de fios em amostras de comprimento reduzido
ABNT NBR	13215: 1994	Determinação de encolhimento de fios, método de ensaio
ABNT NBR	13401: 1995	Fio de filamento texturizado - terminologia
ABNT NBR	13722: 1996	Fio sintético - determinação do toque
ABNT NBR	15291: 2005	Filamentos têxteis - determinação do número de filamentos em fios ou tecidos multifilamentos
ABNT NBR	7031: 2014	Indicação do sentido da torção dos fios têxteis e produtos similares - procedimento
ABNT NBR	8427: 2015	Emprego do sistema tex para expressar títulos têxteis - procedimento
NBR	9790: 2001	Cabo de fios sintéticos e naturais - determinação de características físicas e mecânicas
DIN	53840 -1	**Testing of textiles, determination of parameters for the crimp of textured filament yarns; filament yarns with a linear density of up to 500 dtex**
ASTM	D4031 - 07 (2012)	Standard test method for bulk properties of texturized yarns
ASTM	D6774 - 02 (2010)	Standard test method for crimp and shrinkage properties for texturized yarns using a dynamic texturized yarn tester

ASTM	D2256/D2256M - 10e1	Standard test method for tensile properties of yarns by the single strand method
ASTM	ASTM D4724 - 11	Standard test method for entanglements in untwisted filament yarns by needle insertion

Por fim, inclui-se no rol de normas técnicas a Portaria Inmetro nº 296, de 2019, o Regulamento técnico Mercosul sobre etiquetagem de produtos têxteis.

Convém ressaltar que o fio de filamentos parcialmente orientado (POY), matéria-prima para a produção do produto objeto da investigação, não faz parte do escopo do produto investigado. Em pesquisa realizada pela Subsecretaria, verificou-se que outras jurisdições também trataram separadamente o fio têxtil de filamento contínuo de poliéster texturizado (DTY) de sua matéria-prima, o POY. Na investigação de AD e CVD dos EUA contra China e Índia o produto objeto da investigação foi assim definido (Disponível em https://www.usitc.gov/trade_remedy/731_ad_701_cvd/investigations/2019/Polyester%20Textured%20Yarn%20From%20China%20and%20India%20/Final/fr-notice-final-determination-ita-ad-_china.pdf. Acessado em 17/02/2021):

The merchandise covered by this investigation, polyester textured yarn, is synthetic multifilament yarn that is manufactured from polyester (polyethylene terephthalate). Polyester textured yarn is produced through a texturing process, which imparts special properties to the filaments of the yarn, including stretch, bulk, strength, moisture absorption, insulation, and the appearance of a natural fiber. This scope includes all forms of polyester textured yarn, regardless of surface texture or appearance, yarn density and thickness (as measured in denier), number of filaments, number of plies, finish (luster), cross section, color, dye method, texturing method, or packing method (such as spindles, tubes, or beams). Excluded from the scope of this investigation is bulk continuous filament yarn that: (a) Is polyester synthetic multifilament yarn; (b) has denier size ranges of 900 and above; (c) has turns per meter of 40 and above; and (d) has a maximum shrinkage of 2.5 percent.

A Argentina aplica direito antidumping contra as importações originárias da China desde 2010 para o filamento texturizado de título superior 80 decitex e inferior a 350 decitex (Disponível em http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/260000-264999/261444/norma.htm. Acessado em 17/02/2021).

2.1.1. Da classificação e do tratamento tarifário

O fio têxtil de filamento contínuo de poliéster texturizado é normalmente classificado nos subitens 5402.33.10, 5402.33.20 e 5402.33.90 da NCM, descritos a seguir:

NCM	DESCRIÇÃO	TEC (%)
5402	Fios de filamentos sintéticos (exceto linhas para costurar), não acondicionados para venda a retalho, incluindo os monofilamentos sintéticos de título inferior a 67 decitex.	18
5402.3	- Fios texturizados:	
5402.33	-- De poliésteres	
5402.33.10	Crus	
5402.33.20	Tintos	
5402.33.90	Outros	

Durante o período de análise de dano, a alíquota de Imposto de Importação (II) manteve-se inalterada em 18%.

Destaca-se que a alíquota de Imposto de Importação do POY (NCM 5402.46.00), insumo para a produção do produto sob análise, teve redução, ao amparo da Resolução nº 08/08 do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL (razões de desabastecimento), de 18% para 2%, em aproximadamente 51 meses durante o período de análise do dano, por meio da Resolução da CAMEX nº 92/2014, com início em 14 de outubro de 2014, e renovações posteriores, até a Portaria SECINT nº 468/2019, que vigorou até 4 de julho de 2020. A medida está em vigor atualmente por meio da Resolução CAMEX nº 36/2020.

Cabe destacar que os subitens referentes ao produto objeto da investigação são objeto das seguintes preferências tarifárias, concedidas pelo Brasil/Mercosul, que reduzem a alíquota do II incidente sobre o produto objeto da investigação:

Subitens 5402.33.10, 5402.33.20 e 5402.33.90

Base Legal	País(es) beneficiário(s)	Preferência **Tarifária (%)**
ACE 18	Argentina - Paraguai - Uruguai	100
ACE 35	Chile	25
ACE 36	Bolívia	25
ACE 53	México	25
ACE 58	Peru	100
ACE 59	Equador	100
ACE 69	Venezuela	100
ACE 72	Colômbia	100
APTR 04	Bolívia - Paraguai	48
	Equador	40
	Chile - Colômbia - Cuba - Panamá - Uruguai - Venezuela	28
	Argentina - México	20
	Peru	14
Mercosul - Egito	Egito	Preferência de 50% a partir de 01/09/2019, com desgravação total até 01/09/2026
Mercosul - Israel	Israel	100
Mercosul - SACU	África do Sul - Namíbia - Botsuana - Lesoto - Suazilândia	25

2.2. Do produto fabricado no Brasil

O produto similar doméstico é definido como o fio têxtil de filamento contínuo de poliéster texturizado (DTY, sigla em inglês para Draw Textured Yarn), que corresponde a um fio multifilamento contínuo sintético, obtido a partir policondensação do ácido tereftálico (PTA) e do monoetilenoglicol (MEG).

De acordo com a peticionária, o processo produtivo do produto similar produzido no Brasil é similar ao do produto objeto da investigação. No entanto, a peticionária indicou que as primeiras etapas do processo (polimerização e fiação (spinning) não estariam consolidadas em capacidade suficiente no mercado nacional, fazendo com que 100% da matéria-prima utilizada no processo de texturização de fios de PET (fio POY) seja importada. Desta forma, o processo produtivo do produto similar no Brasil se resumiria à terceira etapa acima no item 2.1 supra, qual seja, a etapa de texturização.

A Abrafas indicou ainda que, entre todas as fibras têxteis existentes atualmente, destaque deve ser dado à fibra de poliéster, hoje em dia a mais consumida no mundo, devido principalmente às suas características técnicas e de conforto e qualidade.

O filamento texturizado de poliéster seria uma commodity, de modo que a variável preço seria a mais importante na decisão de compra do cliente, visto que praticamente inexistem diferenças técnicas entre as opções disponíveis pelos produtores. Junto com o preço, o prazo de pagamento oferecido pelo fornecedor também seria um importante fator de decisão para a compra do cliente, já que a cadeia têxtil se caracteriza por ser uma cadeia produtiva longa.

O produto é normalmente comercializado em grandes quantidades, sendo a rede de distribuição do filamento texturizado de poliéster de fácil manejo, já que, embalado em bobinas dispostas em caixas, estas são facilmente transportadas em contêineres, caminhões e carretas, além de serem adaptáveis à grande maioria de armazéns atualmente existentes.

Por fim, os investimentos em marketing para se ampliar a venda de filamento texturizado de poliéster praticamente não são necessários, sendo esta mais uma caraterística, no entendimento da peticionária, do setor de commodity.

O produto similar produzido no Brasil, assim como o produto objeto da investigação, está sujeito às normas e regulamentos técnicos indicados no item 2.1.

2.2.1. Do produto fabricado pela Unifi

A Unifi produz o fio de poliéster texturizado, obtido a partir da policondensação do ácido tereftálico (PTA) e do mono etileno glicol (MEG), que posteriormente sofre um processo termomecânico (texturização), conferindo as propriedades físicas como elasticidade, toque, poder de cobertura, frisagem, conferindo assim características que possibilitam o seu uso no mercado têxtil. Os fios texturizados pelo processo convencional são comercialmente conhecidos também pelas siglas DTY ou PTY.

O processo utiliza como matéria-prima fios de filamentos de poliéster POY (parcialmente orientados), que são ideais para o processo de texturização/estiragem simultâneas utilizado no Brasil. Antes de serem carregadas na máquina texturizadora, amostras de matéria-prima são analisadas no laboratório para avaliação de propriedades dinamométricas e serimétricas (têxteis), dentre elas: densidade linear (título), tenacidade e alongamento à ruptura, percentual de óleo de ensimagem, contagem de filamentos quebrados, irregularidade de massa (CV eveness) e força de estiragem.

Para análises dinamométricas são utilizados dinamômetros de tipo CRE como o Statimat ME, da Textechno, para densidade linear, aspas e balanças de precisão e para análises de filamentos quebrados, irregularidade de massa (CV eveness) e força de estiragem utilizam-se equipamentos específicos, como exemplo o Dynafil ME, também da Textechno, que realiza as três análises de forma contínua e simultânea. Para análise de percentual de óleo de ensimagem nas bobinas de POY, é utilizado o método de extração por éter de petróleo.

Após análise das propriedades da matéria-prima, as bobinas de POY são transportadas em empilhadeiras para a máquina texturizadora e então carregadas na gaiola da máquina. Cada posição da máquina texturizadora, conta com duas posições na gaiola, sendo a primeira posição chamada de "pino em produção" e a segunda posição de "pino reserva". As bobinas carregadas na gaiola são então amarradas para que o processo de texturização seja contínuo. Desta forma, após o primeiro carregamento da gaiola, somente um dos pinos será carregado ao longo da produção para manter a continuidade do processo.

A Unifi possui duas variações do método de texturização, cujos produtos possuem as seguintes características:

a) Texturização a ar (cujo produto é comercialmente conhecido como AJT): através da combinação de jatos de ar e água, obtêm-se um produto com aspectos e características similares a de um fio fiado (algodão), embora seja 100% sintético; e

b) Texturização convencional (DTY ou PTY): consiste num processo termomecânico envolvendo temperatura, estiragem, torção e fixação dos filamentos de poliéster. É possível também entrelaçar com o auxílio de ar comprimido, produzindo fios texturizados entrelaçados. Na texturização convencional, é possível adicionar outros tipos de filamento, e um dos mais comuns é a introdução dos fios spandex (elastano), conhecidos no mercado como fios recobertos (neste exemplo: fios spandex (elastano) recoberto com filamentos texturizados de poliéster). Essa combinação pode conter de 3% a 10% de spandex (elastano), dependendo da aplicação e da elasticidade requerida pelo artigo na aplicação final. Esse processo é chamado de texturização convencional mais entrelaçamento com elastano ou simplesmente recobrimento de elastano por ar.

Depois do carregamento das máquinas texturizadoras ocorre a texturização dos fios propriamente dita, sendo o processo similar ao descrito no item 2.1. Após a etapa de texturização, amostras do fio texturizado são submetidas à análise de propriedades serimétricas (têxteis), mecânicas e químicas para manutenção da qualidade do fio produzido e garantia de atendimento aos requisitos dos clientes. Dentre as análises realizadas, destacam-se: densidade linear (título), tenacidade e alongamento à ruptura, encolhimento à fervura, checagem do nível de entrelaçamento, percentual de óleo, contração de encrespamento, módulo de elasticidade e recuperação elástica dos fios texturizados.

Os ensaios de título, tenacidade e alongamento à ruptura utilizam os mesmos equipamentos citados anteriormente para as análises da matéria prima. O ensaio de encolhimento é realizado usando um tanque com água fervente à 82º C, no qual meadas de fio texturizado são submersas por um intervalo de tempo pré-determinado. O comprimento antes e depois da submersão das meadas é medido para o cálculo do encolhimento/retração do fio. A checagem do entrelaçamento dos fios é realizada utilizando o equipamento Fibrescan da Fibrevision, que realiza a contagem e mede a resistência dos pontos de entrelaçamento de maneira automática e contínua. Os ensaios de contração e encrespamento, modulo de elasticidade e recuperação elástica dos fios texturizados são realizados num único equipamento que apresenta os resultados das três propriedades simultaneamente, o Texturmat ME da Textechno. A análise de percentual de óleo nos fios texturizados é realizada em equipamento próprio para este fim, no qual o percentual de óleo de ensimagem presente no fio texturizado é medido por ressonância magnética nuclear (RMN) em pequenas amostras de fios texturizados. Um dos equipamentos utilizados para este tipo de análise é o mq-one da Bruker. Se acaso as propriedades dos fios em análise não atenderem aos requisitos dos clientes, ajustes são realizados a fim de adequar o processo às necessidades deles.

Após a realização das análises das propriedades dos fios, as bobinas completas de fios texturizados são encaminhadas ao setor de escolha visual, confecção de meias e embalagem. Nesta etapa, a qualidade visual das bobinas de fio texturizado é avaliada, envolvendo: sujeira, defeitos de enrolamento das bobinas, presença de laços e filamentos

quebrados nas bobinas, qualidade visual do entrelaçamento e da texturização do fio. Adicionalmente, a checagem da identificação dos lotes e das cores de tubo correspondentes também são realizadas nesta etapa. Se necessário, todas as bobinas do lote são submetidas à confecção de meias, pequenos tecidos de malha, que são enviadas para análise de tingimento (afinidade tintorial) do tecido. Através desta análise, é possível observar defeitos físicos dos fios que só seriam observados nos processos posteriores dos clientes. O tingimento das meias pode ser realizado em turbo de tingimento da Ugolini SP110. As bobinas que apresentarem defeitos visuais nesta etapa, serão desclassificadas para segunda qualidade. Uma vez que as análises visuais e químicas dos fios texturizados são finalizadas, as bobinas estão prontas para serem embaladas em caixas de papelão. Uma vez embaladas, as caixas são destinadas ao armazém de produto acabado, onde ficaram armazenadas até o envio para os clientes.

O produto se destina na maior parte aos mercados têxteis, podendo ser utilizado na fabricação de roupas, denim, material esportivo, aviamentos, tecido para decoração, revestimentos automotivos, calçados entre outros. Em relação aos canais de distribuição, a Unifi [CONFIDENCIAL].

2.2.2. Do produto fabricado pela Citepe

O produto produzido pela Citepe é um fio têxtil de filamento contínuo de poliéster texturizado (DTY, sigla em inglês para Draw Textured Yarn), que corresponde a um fio multifilamento contínuo sintético obtido a partir de poliéster (tereftalato de polietileno).

O fio de poliéster é fabricado pela Citepe através de um processo de texturização, que confere propriedades especiais aos filamentos do fio, incluindo elasticidade, espessura, resistência e isolamento térmico, através do ganho de volume. A Citepe trabalha com uma gama variada de fios de poliéster, que se diferenciam em características técnicas, como densidade e espessura do fio, número de filamentos, entrelaçamento e maticidade.

A Citepe também adquire no mercado internacional o polímero de poliéster em forma de um fio parcialmente orientado, o POY. De acordo com os dados da petição, apesar de a empresa já ter todos os equipamentos para a fiação do POY no Brasil adquiridos, o investimento em sua implantação ainda não estaria viabilizado, principalmente em razão da concorrência desleal enfrentada contra o fio de poliéster importado, majoritariamente da Ásia.

O filamento POY é um tipo de filamento que se estende com facilidade, sendo assim um produto intermediário, que necessita de beneficiamento para ser utilizado em tecelagens e malharias. O POY passa por um processo de estiragem e frisagem para dar volume e maciez ao fio. O fio acabado (DTY) é usado para fabricação de tecidos e malhas, entre outras aplicações.

O processo de produção de filamentos de poliéster inicia-se com o polímero sendo bombeado em forma de massa através de tubulações em temperaturas superiores a 270º C. Esta é extrudada em um dispositivo com micro-orifícios, conhecido por fieira.

Imediatamente após a fiação, os filamentos são resfriados e uma camada de óleo lubrificante é adicionada ao fio para garantir seu desempenho nas etapas posteriores de processamento.

A vazão do polímero na fieira, associada à velocidade de enrolamento destes filamentos, define o padrão de orientação molecular da fibra. No caso do poliéster, geralmente é utilizado um padrão de orientação molecular parcial, daí o nome POY (Partially Oriented Yarn) pelo qual este produto é comumente conhecido.

O processo de texturização é realizado em equipamentos chamados texturizadoras, que transformam a matéria-prima POY por meio de ação termo-mecânica.

A Citepe comercializa seus produtos em bobinas, tendo as tecelagens e malharias brasileiras como seus principais clientes, que atenderão segmentos tão variados como o de vestuário, decoração, setor calçadista e setor automobilístico. Em relação aos canais de distribuição, a Citepe [CONFIDENCIAL].

2.3. Da similaridade

O § 1º do art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece lista dos critérios objetivos com base nos quais a similaridade deve ser avaliada. O § 2º do mesmo artigo estabelece que tais critérios não constituem lista exaustiva e que nenhum deles, isoladamente ou em conjunto, será necessariamente capaz de fornecer indicação decisiva.

O produto objeto da revisão e o produto similar produzido no Brasil são produzidos a partir das mesmas matérias-primas, apresentam características físico-químicas semelhantes e se destinam aos meus usos e aplicações, concorrendo nos mesmos mercados.

2.4. Da conclusão a respeito do produto e da similaridade

Tendo em conta a descrição detalhada contida no item 2.1 deste documento, conclui-se que o produto objeto da investigação é o fio têxtil de filamento contínuo de poliéster texturizado (DTY, sigla em inglês para Draw Textured Yarn), que corresponde a um fio multifilamento contínuo sintético, obtido a partir policondensação do ácido tereftálico (PTA) e do monoetilenoglicol (MEG), exportados para o Brasil quando originários da China e da Índia.

Verifica-se que o produto fabricado no Brasil é produzido a partir das mesmas matérias-primas; ademais, ambos apresentam composição química similar, exibem as mesmas características físicas, seguem as mesmas especificações técnicas, prestam-se aos mesmos usos e aplicações e concorrem no mesmo mercado.

Conforme o art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013, o termo "produto similar" será entendido como o produto idêntico, igual sob todos os aspectos ao produto objeto da investigação ou, na sua ausência, outro produto que, embora não exatamente igual sob todos os aspectos, apresente características muito próximas às do produto objeto da investigação.

Dessa forma, conclui-se que o produto fabricado no Brasil é similar ao produto objeto da investigação.

3. DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

O art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, define indústria doméstica como a totalidade dos produtores do produto similar doméstico. Nos casos em que não for possível reunir a totalidade destes produtores, o termo indústria doméstica será definido como o conjunto de produtores cuja produção conjunta constitua proporção significativa da produção nacional total do produto similar doméstico.

Conforme expresso no item 1.3 supra, a Abrafas apresentou a petição para início de investigação de dumping e de dano em nome das empresas Unifi e Citepe, que responderam, em P5, por 89,1% da produção nacional de fio têxtil de filamento contínuo de poliéster texturizado. Definiu-se, assim, para fins de análise dos indícios de dano relacionados ao início da investigação, as linhas de produção de fio têxtil de filamento contínuo de poliéster texturizado das duas empresas como indústria doméstica.

4. DOS INDÍCIOS DO DUMPING

De acordo com o art. 7º do Decreto nº 8.058, de 2013, considera-se prática de dumping a introdução de um bem no mercado brasileiro, inclusive sob as modalidades de drawback, a um preço de exportação inferior ao valor normal.

Na presente análise, utilizaram-se, quando disponíveis, dados do período de 1º de abril de 2019 a 31 de março de 2020, doravante também denominado "P5", a fim de se verificar a existência de indícios de prática de dumping nas importações brasileiras de fios de poliéster texturizados originárias da China e da Índia.

4.1. Do valor normal para fins de início

De acordo com o art. 8º do Decreto nº 8.058, de 2013, considera-se "valor normal" o preço do produto similar, em operações comerciais normais, destinado ao consumo no mercado interno do país exportador.

De acordo com item "iii" do Art. 5.2 do Acordo Antidumping, incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, a petição deverá conter informação sobre os preços pelos quais o produto em questão é vendido quando destinado ao consumo no mercado doméstico do país de origem ou de exportação ou, quando for o caso, informação sobre os preços pelo quais o produto é vendido pelo país de origem ou de exportação a um terceiro país ou sobre o preço construído do produto.

Para fins de início da investigação, optou-se pela construção do valor normal para a China e a Índia, com base em metodologia proposta pela peticionária acompanhada de documentos e dados fornecidos na petição e nas informações complementares, o qual foi apurado especificamente para o produto similar.

O valor normal foi construído com base em valor razoável dos custos de produção, acrescidos de montante a título de despesas gerais, administrativas, financeiras e de vendas, bem como de um montante a título de lucro, a partir da compra da principal matéria-prima para a produção de filamentos texturizados de poliéster, tendo sido usada a estrutura de custos da [CONFIDENCIAL], que faz parte da indústria doméstica, para as seguintes rubricas:

a) matéria-prima;
b) mão de obra direta;
c) energia elétrica;
d) embalagem;
e) outros custos variáveis;
f) mão de obra indireta e serviços de manutenção;
g) depreciação;
h) outros custos fixos de produção.

Faz-se importante mencionar que a peticionária foi questionada, em sede de informação complementar, sobre o uso de dados e coeficientes técnicos de apenas uma empresa para a construção do valor normal. A Abrafas informou que isso se deve à possibilidade de obtenção de dados mais detalhados. A autoridade investigadora analisou os dados de custos recebidos de ambas as empresas e identificou que o custo total por unidade de peso da empresa que forneceu dados para a construção do valor normal, em especial o custo do POY (matéria-prima que responde por [CONFIDENCIAL] do custo total), [CONFIDENCIAL] do que o custo total/unidade da outra empresa, o que leva a crer que a metodologia apresentada é conservadora para fins de início.

No que diz respeito às despesas operacionais e margem de lucro, para fins de início da investigação, foi considerada a demonstração financeira da empresa chinesa Hengli Petrochemical Co. Ltd., para P5, em razão de atuar no segmento de fibras químicas, particularmente de poliéster. Já para o valor normal da Índia, as despesas operacionais e margem de lucro foram calculadas a partir da demonstração financeira da empresa Reliance Industries Limited, principal empresa produtora e exportadora indiana de fios de poliéster, para P5. A obtenção dos percentuais relativos às despesas operacionais e à margem de lucro será detalhado no item 4.1.1.5.

4.1.1. Da matéria-prima

A construção do valor normal partiu do fio de filamento parcialmente orientado (POY - Partially Oriented Yarn), principal matéria-prima para a produção do produto similar. De acordo com a peticionária, mais de [CONFIDENCIAL] é devido a esta matéria-prima.

O preço desta matéria-prima foi obtido por meio da publicação internacional ICIS - Independent Commodity Intelligence Services, considerando a cotação média mensal, de abril de 2019 a março de 2020, do preço do produto Polyester 150 Denier Semi-Dull, na modalidade FOB Asia NE para a China e FOB Índia para a Índia.

Preço do Polyester 150 Denier Semi-Dull [CONFIDENCIAL] (Em US$/t)

	FOB Asia NE	FOB India
abr/19	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
mai/19	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
jun/19	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
jul/19	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
ago/19	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
set/19	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
out/19	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
nov/19	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
dez/19	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
jan/20	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
fev/20	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
mar/20	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Média	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]

A peticionária esclareceu que o conteúdo de relatório não é público, sendo sua reprodução proibida por contrato. De todo modo, foram apresentadas capturas de telas com os preços utilizados para cálculo do custo da matéria-prima em comento. A peticionária também informou que a publicação poderá ser acessada por ocasião de verificação para fins de validação dos dados.

Sobre o preço médio de US$ [CONFIDENCIAL]/t para a China e US$ [CONFIDENCIAL]/t para a Índia foi aplicado coeficiente técnico [CONFIDENCIAL], que reflete a quantidade necessária de POY, para a obtenção de 1 t de fio texturizado de poliéster. Conforme já indicado acima no item 4.1, ao ser questionada pela autoridade investigadora sobre o motivo de ter sido usado apenas o coeficiente técnico de uma empresa para se calcular o custo das rubricas utilizadas na construção do valor normal, a Abrafas esclareceu que essa opção estaria relacionada à possibilidade de obtenção de dados mais detalhados.

O coeficiente técnico foi calculado pela razão entre o consumo de POY por kg em P5 pela produção de fios texturizados no mesmo período

Coeficiente técnico POY [CONFIDENCIAL]

Matéria prima	Consumo P5 (kg) (A)	Produção P5 (kg) (B)	Coeficiente (t por t) (A/B)/1000
POY	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]

Nesse sentido, conforme dados [CONFIDENCIAL], para a produção de 1 t de fio texturizado são necessários [CONFIDENCIAL]t de POY. Dessa forma, aplicado o coeficiente sobre o preço médio do POY chega-se ao custo de US$ [CONFIDENCIAL]/t para a China e US$[CONFIDENCIAL] /t para a Índia, referente ao consumo do referido insumo para a produção de 1 tonelada de fios texturizados de poliéster.

A peticionária informou que a indústria doméstica utiliza ainda óleo de ensimagem como matéria-prima para fabricação do fio texturizado. O preço médio CIF desse produto foi obtido por meio dos dados do Trademap (sítio eletrônico www.trademap.org) com base nas importações, realizadas em 2019, desse insumo classificadas na SH 3403.11 para cada origem. Ao preço médio das importações do insumo, foi aplicada tarifa de importação de 10% e 7,5% para China e Índia, respectivamente, segundo dados do mesmo sítio eletrônico (em Tariff data). Já o coeficiente técnico foi obtido a partir da mesma metodologia usada para o POY.

Preço médio CIF do Óleo de Ensimagem - Em US$/kg

	China	India
2019	2,72	2,68

Coeficiente técnico de Óleo de Ensimagem [CONFIDENCIAL]

Matéria prima	Consumo P5 (kg) (A)	Produção P5 (t) (B)	Coeficiente (kg por t) (A/B)
Óleo de ensimagem	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]

Assim, conforme dados [CONFIDENCIAL], para a produção de 1 t de fio texturizado é necessário [CONFIDENCIAL]kg de óleo de ensimagem. Dessa forma, aplicado o coeficiente sobre o preço médio desse insumo chega-se ao custo de US$ [CONFIDENCIAL]/t para a China e US$[CONFIDENCIAL]/t para a Índia, referente ao consumo de óleo para a produção de 1 tonelada de fios texturizados de poliéster.

Para demais rubricas relacionadas à matéria-prima, conforme sugestão da peticionária, foram alocados custos relativos a caixas e tubetes de papelão adicionados de outros custos variáveis incorridos no processo. A fim de calcular tais custos, considerou-se [CONFIDENCIAL], consoante reportado no Apêndice XIX da empresa, [CONFIDENCIAL], em P5, conforme segue.

Custo de Outras matérias-primas [CONFIDENCIAL]

	Custo P5 (Ap. XIX)	Relação sobre (A)	Custo (US$/t)
POY (A)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Caixa de papelão	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Tubetes	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Outros insumos	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]

A tabela a seguir resume os custos apurados para as rubricas identificadas como matérias-primas.
Custo total de matérias-primas [CONFIDENCIAL] - US$/t

	China	Índia
a. POY (US$/t)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
b. Óleo de ensimagem	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
c. Caixa de papelão	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
d. Tubetes	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
e. Outros insumos	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Custo matéria-prima (a+b+c+d+e)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]

4.1.2. Da mão de obra direta

A peticionária informou que, para o cálculo da mão de obra direta, considerou a média da produção mensal por empregado envolvido na produção de fio de poliéster em P5 [CONFIDENCIAL]. As informações referentes ao

número de empregados e à produção foram obtidas dos Apêndices XV e XVIII, respectivamente. O cálculo foi resumido na tabela a seguir.

Coeficiente de mão de obra direta [CONFIDENCIAL] - Em P5

Empregados diretos na produção (A)	[CONFIDENCIAL]
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Produção total em P5 (t) (B)	[CONFIDENCIAL]
Produção média mensal (C)	[CONFIDENCIAL]
Coeficiente (C/A)	[CONFIDENCIAL]

Para estimar o custo da mão de obra na Índia, a Abrafas utilizou o salário mínimo vigente no período de dumping no estado de Gujarat, onde estão localizadas as instalações têxteis da Reliance Industries, uma das principais empresas indianas produtoras de fios de poliéster, segundo o sítio eletrônico da empresa https://www.ril.com/OurCompany/Manufacturing.aspx, acessado em 18/12/2020.

Segundo a peticionária, a política de salário-mínimo na Índia atualmente em vigor estabelece revisões semestrais, sendo os dados organizados pelo governo de Gujarat e divulgados publicamente. A peticionária, todavia, apresentou duas fontes de dados não oficiais: o sítio eletrônico Paycheck.in (https://paycheck.in/salary/minimumwages/gujarat/gujarat-minimum-wage-april-2019-latest-minimum-wage-in-india), acessado em 18/12/2020) para o primeiro semestre de P5 e o sítio eletrônico Labour Law Reporter (https://www.labourlawreporter.com/wp-content/uploads/2019/05/Gujarat-Minimum-Wages-1st-Oct-2019-to-31st-Mar-2020.pdf), acessado em 18/12/2020) outra para o segundo semestre. Em buscas na internet, a autoridade investigadora não encontrou fontes oficiais do governo indiano sobre os dados referentes à mão-de-obra.

O salário é segregado em três faixas, conforme qualificação do empregado (unskilled, semi skilled, skilled) e dividido em duas zonas (Zona I e Zona II), que guardam relação com a área geográfica de Gujarat. Para o cálculo, a peticionária considerou a média de salário das três qualificações para as duas zonas, divulgada para o segmento Pre-weaving & Textile Processing Industries. Ademais, o valor mensal foi obtido por meio da multiplicação do valor diário por 26, número regular de dias de trabalho naquele país. Os dados foram compilados por semestre e convertidos pela taxa de câmbio do Banco Central do Brasil (Bacen) para se chegar à média mensal do período, resultando em um salário médio de US$ 117,80/mês.

O custo de mão de obra para a construção do valor normal da China também seguiu a mesma metodologia daquele para a Índia no que diz respeito ao cálculo do coeficiente. A referência para o salário da China foi obtida do sítio eletrônico Trading Economics (https://tradingeconomics.com), acessado em 18/12/20), tendo sido usado como indicador o salário de manufatura (wages in manufacturing) para 2019 no valor de RMB 78.147,00/ano ou valor mensal de US$934,42/mês, convertidos pela taxa média divulgada pelo Bacen para o período.

Custo total de mão de obra [CONFIDENCIAL] - Em P5

	China	Índia
Coeficiente (A)	[CONF.]	[CONF.]
Salário médio mensal (B) - US$	934,42	117,8
Custo unitário (B/A) - US$	[CONF.]	[CONF.]

4.1.3. Da energia elétrica

Para fins de apuração do valor da energia elétrica utilizada na fabricação de uma tonelada de fios de poliéster texturizado, foi seguida a mesma metodologia utilizada para calcular as rubricas anteriormente descritas. Isto é, utilizaram-se as informações de consumo para a fabricação do produto similar da [CONFIDENCIAL].

A peticionária esclareceu que [CONFIDENCIAL]. Para a rubrica em comento, considerou-se [CONFIDENCIAL], conforme segue.

Coeficiente técnico de Energia Elétrica [CONFIDENCIAL]

Matéria prima	Consumo P5 (kWh) **(A)**	Produção P5 (t) **(B)**	Coeficiente (kWh/t) **(A/B)**
Energia Elétrica [CONF.]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]

A fim de calcular o valor atribuído à energia elétrica, foi utilizado o sítio eletrônico Doing Business 2020. A Abrafas esclareceu que, considerando que o estudo apresenta informações do custo de energia para as duas maiores regiões de cada país (India: Delhi e Mumbai (Disponível em https://www.doingbusiness.org/content/dam/doingBusiness/country/i/india/IND.pdf. Acessado em 21/12/2020. Páginas 32 e 36); China: Pequim e Shanghai (Disponível em https://www.doingbusiness.org/content/dam/doingBusiness/country/c/china/CHN.pdf. Acessado em 21/12/2020. Páginas 27 e 31), foi adotada a média simples entre os dois dados. Tendo em vista o coeficiente e o valor da energia elétrica calculados, chegou-se ao seguinte custo de energia elétrica para a produção de uma tonelada de fios de poliéster texturizado.

Custo de Energia Elétrica [CONFIDENCIAL]

Matéria prima	Valor (US$/kWh) **(A)**	Coeficiente (kWh/t) **(B)**	Custo (US$/t) **(A*B)**
China	0,148	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Índia	0,183	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]

4.1.4. Dos outros custos fixos

Conforme metodologia apresentada na petição e nas informações complementares, a rubrica de outros custos fixos foi estimada a partir do [CONFIDENCIAL], tendo as informações sido extraídas do Apêndice XIX da empresa. Nesta rubrica, foram considerados custos relacionados a: [CONFIDENCIAL].

Custo total de Outros custos fixos [CONFIDENCIAL]

	Custo em P5 (Ap. XIX)	Relação sobre POY **(%)**	Custo China (US$/t)	Custo Índia **(US$/t)**
[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]

Por conseguinte, o custo de produção pode ser resumido conforme segue:

Custo de produção total - Em US$/t

	China	Índia
a. Matérias-primas	[CONF.]	[CONF.]
b. Mão de obra direta	[CONF.]	[CONF.]
c. Energia elétrica	[CONF.]	[CONF.]
f. Outros custos fixos	[CONF.]	[CONF.]
Custo de produção	[CONF.]	[CONF.]

4.1.5. Das despesas operacionais e do lucro

Para apuração das despesas operacionais e margem de lucro na Índia, foi considerada, para fins de início de investigação, a sugestão da peticionária de se usar os dados publicados pelo sítio eletrônico Yahoo Finance (https://in.finance.yahoo.com/quote/RELIANCE.NS/financials/?guccounter=1, acessado em 21/12/2020) referente à demonstração financeira da empresa Reliance Industries Limited, principal empresa produtora e exportadora indiana de fios de poliéster, para P5. A partir dos dados encontrados em P5 para a Reliance segundo a fonte mencionada, foram calculadas as despesas operacionais em relação ao custo dos produtos vendidos (cost of revenue) e o lucro operacional em relação à receita auferida (total revenue), conforme segue. Com a participação das partes interessadas no processo, espera-se que sejam apresentadas informações mais detalhadas sobre esse tema.

Percentuais de Despesas Operacionais e Margem de lucroda Reliance Industries Limited - P5 - Em mil INR

Breakdown	31/03/2020
Total Revenue (A)	5.965.540.000
Cost of Revenue (B)	4.512.470.000
Gross Profit (C)	1.453.070.000
Total Operating Expenses (D)	790.360.000
Operating Income or Loss (E)	662.710.000

Participação Despesas Op. (D/B)	17,5%
Part. Lucro operacional (E/A)	11,1%

Com relação à China, foi considerada a demonstração financeira da empresa chinesa Hengli Petrochemical Co. Ltd., em P5, segundo o mesmo sítio eletrônico utilizado para a Índia, o Yahoo Finance (https://finance.yahoo.com/quote/600346.SS/financials/, acessado em 21/12/2020).

Segundo a peticionária, a Hengli Petrochemical atuaria no segmento de fibras químicas, particularmente de poliéster, e teria como uma de suas principais subsidiárias a Jiangsu Hengli Chemical Fiber, aparentemente importante produtor de fios de poliéster (esta empresa teria sido a única empresa chinesa a ter margem individual no antidumping aplicado em 2019 pelos Estados Unidos contra o mesmo produto desta petição).

Para apuração das despesas operacionais e margem de lucro na China, a peticionária somou dos dados divulgados por trimestre (segundo, terceiro e quarto trimestres de 2019 mais o primeiro trimestre de 2020) do Yahoo Finance para compor o P5.

Percentuais de Despesas Operacionais e Margem de lucro da Hengli Petrochemical Co. Ltd. - P5 Em mil RMB

Breakdown	P5
Total Revenue (A)	115.499.886
Cost of Revenue (B)	89.404.887
Gross Profit (C)	26.094.998
Total Operating Expenses (D)	5.272.799
Operating Income or Loss (E)	20.822.200
Participação Despesas Op. (D/B)	5,9%
Part. Lucro operacional (E/A)	18%

4.1.6. Do valor normal construído para fins de início

Considerando os valores apresentados nos itens precedentes, calculou-se o valor normal construído para a China e para a Índia por meio da soma de custo de produção, despesas operacionais e lucro, conforme tabela abaixo.

Valor Normal Construído - China (Em US$/t)

	China
a. Matérias-primas	[CONFIDENCIAL]
b. Mão de obra direta	[CONFIDENCIAL]
c. Energia elétrica	[CONFIDENCIAL]
d. Outros custos fixos	[CONFIDENCIAL]
e. Custo de produção	[CONFIDENCIAL]
f. Despesas gerais operacionais (5,9%)	[CONFIDENCIAL]
g. Custo total	[CONFIDENCIAL]
h. Lucro (18%)	[CONFIDENCIAL]
Preço delivered	**1.962,80**

Valor Normal Construído - Índia (Em US$/t)

	Índia
a. Matérias-primas	[CONFIDENCIAL]
b. Mão de obra direta	[CONFIDENCIAL]
c. Energia elétrica	[CONFIDENCIAL]
d. Outros custos fixos	[CONFIDENCIAL]
e. Custo de produção	[CONFIDENCIAL]
f. Despesas operacionais (17,5%)	[CONFIDENCIAL]
g. Custo total	[CONFIDENCIAL]
h. Lucro (11,1%)	[CONFIDENCIAL]
Preço delivered	**1.955,63**

Considerou-se, para fins de início da investigação, que o valor normal construído se encontra na condição delivered. Inferiu-se, nesse sentido, que as despesas comerciais que abarcam gastos com frete das empresas chinesas e indianas estarão consideradas na rubrica total operational expenses, utilizada para o cálculo das despesas operacionais.

Assim, chegou-se ao valor construído para a China de US$1.962,80 (mil novecentos e sessenta e dois dólares estadunidenses e oitenta centavos).

Já o valor normal construído para a Índia totalizou US$1.955,63 (mil novecentos e cinquenta e cindo dólares estadunidenses e sessenta e três centavos).

4.2. Do preço de exportação para fins de início

De acordo com o art. 18 do Decreto nº 8.058, de 2013, o preço de exportação, caso o produtor seja o exportador do produto objeto da investigação, será o recebido ou a receber pelo produto exportado ao Brasil, líquido de tributos, descontos ou reduções efetivamente concedidos e diretamente relacionados com as vendas do produto sob análise.

Para fins de apuração do preço de exportação de fios texturizados de poliéster da China e da Índia para o Brasil, foram consideradas as respectivas exportações destinadas ao mercado brasileiro, efetuadas no período de investigação de indícios de dumping, ou seja, de abril de 2019 a março de2020.

Os dados referentes aos preços de exportação foram apurados tendo por base os dados detalhados das importações brasileiras, disponibilizados pela RFB, na condição FOB, classificadas nas NCM/SH 5402.33.10, 5402.33.20 e 5402.33.90, não tendo havido exclusões, conforme mencionado no item 5.1 deste documento.

Preço de Exportação - China [CONFIDENCIAL]

Valor FOB (Mil US$)	Volume (t)	**Preço de Exportação FOB (US$/t)**
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	1.377,10

Preço de Exportação - Índia

Valor FOB (Mil US$)	Volume (t)	**Preço de Exportação FOB (US$/t)**
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	1.397,06

Dessa forma, dividindo-se o valor total FOB das importações do produto objeto da investigação, no período de investigação de indícios de dumping, pelo respectivo volume importado, em toneladas, obteve-se o preço de exportação de US$ 1.377,10/t (mil trezentos e setenta e sete dólares estadunidenses e dez centavos por tonelada) para a China e de US$ 1.397,06/t (mil trezentos e noventa e sete dólares estadunidenses e seis centavos por tonelada) para a Índia.

4.3. Da margem de dumping para fins de início

A margem absoluta de dumping é definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação, e a margem relativa de dumping consiste na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação.

Para fins de início da investigação, considerou-se que o frete interno na China e na Índia, relativo ao transporte das mercadorias da empresa até os clientes chineses e indianos, equivaleria ao frete para se levar a mercadoria exportada até o porto. Assim, procedeu-se à comparação entre o valor normal, na condição delivered, e o preço de exportação FOB.

Apresentam-se a seguir as margens de dumping absoluta e relativa apuradas para a China e para a Índia.

Margem de Dumping - China

Valor Normal US$/t	Preço de Exportação **(US$/t)**	**Margem de Dumping Absoluta (US$/t)**	**Margem de Dumping Relativa (%)**
1.962,80	1.377,10	585,70	42,5%

Margem de Dumping - Índia

Valor Normal (US$/t)	**Preço de Exportação** (US$/t)	**Margem de Dumping Absoluta (US$/t)**	**Margem de Dumping Relativa (%)**
1.955,63	1.397,06	558,57	40,0%

Desse modo, para fins de início desta investigação, apurou-se que a margem de dumping da China alcançou US$ 585,70/t (quinhentos e oitenta e cinco dólares estadunidenses e setenta centavos por tonelada).

Já a margem de dumping da Índia, calculada também para fins de início desta investigação, foi de US$ 558,57/t (quinhentos e cinquenta e oito dólares estadunidenses e cinquenta e sete centavos por tonelada).

4.4. Da conclusão sobre os indícios de do dumping para fins de início

A margem de dumping apurada no item 4.3 demonstra a existência de indícios de dumping nas exportações de fios texturizados de poliéster da China e da Índia para o Brasil, realizadas no período de abril de 2019 a março de 2020.

5. DAS IMPORTAÇÕES E DO MERCADO BRASILEIRO

Serão analisadas, neste item, as importações brasileiras, o consumo nacional aparente e o mercado brasileiro de fios texturizados de poliéster. O período de análise deve corresponder ao período considerado para fins de determinação de existência de indícios de dano à indústria doméstica.

Considerou-se, de acordo com o § 4º do art. 48 do Decreto nº 8.058, de 2013, o período de abril de 2015 a março de 2020, dividido da seguinte forma:

P1 - abril de 2015 a março de 2016;
P2 - abril de 2016 a março de 2017;
P3 - abril de 2017 a março de 2018;
P4 - abril de 2018 a março de 2019; e
P5 - abril de 2019 a março de 2020.

5.1. Das importações

Para fins de apuração dos valores e das quantidades de fios texturizados de poliéster importados pelo Brasil em cada período, foram utilizados os dados de importação referentes aos itens 5402.33.10, 5402.33.20 e 5402.33.90 da NCM, fornecidos pela RFB.

Embora os referidos códigos tarifários abarquem apenas o produto objeto da investigação, as importações constantes na base de dados da RFB foram analisadas com o intuito de verificar se todos os registros se referiam à importação de fios texturizados de poliéster. Não foram identificados outros produtos que não o produto objeto desta investigação, conforme descrição constante no item 2.1 deste documento.

A tabela a seguir apresenta os volumes de importações totais de fios texturizados de poliéster no período de análise de indícios de dano à indústria doméstica:

Importações Totais (em **número-índice de t)**

	P1	P2	P3	P4	P5	P1 - P5
China	100,0	175,9	248,6	312,7	380,0	[Conf.]
Índia	100,0	160,1	178,7	157,3	132,9	[Conf.]
Total (sob análise)	100,0	165,1	200,7	206,1	210,4	[Conf.]
Variação	-	65,1%	21,6%	2,7%	2,1%	+110,4%
Indonésia	100,0	80,7	93,5	48,2	29,9	[Conf.]
Taipé Chinês	100,0	71,0	75,5	179,0	184,0	[Conf.]
Tailândia	100,0	91,9	115,4	85,4	15,5	[Conf.]
Demais origens*	100,0	30,3	18,4	15,7	11,3	[Conf.]
Total (exceto sob análise)	100,0	66,9	73,5	50,0	29,6	[Conf.]
Variação	-	(33,1%)	9,9%	(32,0%)	(40,9%)	(70,4%)
Total Geral	100,0	152,7	184,7	186,5	187,7	[Conf.]
Variação	-	52,7%	20,9%	1,0%	0,7%	+87,7%

Valor das Importações Totais (CIF em **número-índice de mil US$)**

	P1	P2	P3	P4	P5	P1 - P5
China	100,0	151,3	242,3	329,6	355,6	[Conf.]
Índia	100,0	132,6	170,9	168,3	122,6	[Conf.]
Total (sob análise)	100,0	138,5	193,1	218,6	195,2	[Conf.]
Variação	-	38,5%	39,5%	13,2%	(10,7%)	+95,2%
Indonésia	100,0	73,0	87,5	54,1	30,7	[Conf.]
Taipé Chinês	100,0	73,7	93,3	223,5	211,1	[Conf.]
Tailândia	100,0	84,2	107,9	99,9	25,1	[Conf.]
Demais origens*	100,0	31,5	19,5	19,1	14,0	[Conf.]
Total (exceto sob análise)	100,0	61,1	68,4	57,9	34,2	[Conf.]
Variação	-	(38,9%)	12,1%	(15,4%)	(40,8%)	(65,8%)
Total Geral	100,0	127,3	175,2	195,4	172,0	[Conf.]
Variação	-	27,3%	37,6%	11,6%	(12,0%)	+72,0%

Preço das Importações Totais (em **número-índice de CIF US$/t)**

	P1	P2	P3	P4	P5	P1 - P5
China	100,0	86,0	97,5	105,4	93,6	[Conf.]
Índia	100,0	82,8	95,6	107,0	92,3	[Conf.]
Total (sob análise)	100,0	83,9	96,2	106,1	92,8	[Conf.]
Variação	-	(16,1%)	14,7%	10,2%	(12,5%)	(7,2%)
Indonésia	100,0	90,5	93,6	112,1	102,5	[Conf.]
Taipé Chinês	100,0	103,8	123,6	124,9	114,7	[Conf.]
Tailândia	100,0	91,6	93,5	117,0	162,2	[Conf.]
Demais origens*	100,0	104,2	106,2	121,4	124,0	[Conf.]
Total (exceto sob análise)	100,0	91,3	93,1	115,7	115,7	[Conf.]
Variação	-	(8,7%)	2,0%	24,3%	0,0%	+15,7%
Total Geral	100,0	83,4	94,9	104,8	91,6	[Conf.]
Variação	-	(16,6%)	13,8%	10,5%	(12,6%)	(12,6%)

*Demais origens: Alemanha, Argentina, Áustria, Bélgica, Bulgária, Colômbia, Coréia do Sul, Egito, El Salvador, Equador, Espanha, Estados Unidos, França, Hong Kong, Hungria, Itália, Japão, Letônia, Luxemburgo, Macau, Malásia, México, Peru, Portugal, Reino Unido, Romênia, Singapura, Suíça e Turquia.

O volume das importações brasileiras de fios texturizados de poliéster das origens investigadas aumentou de P1 a P5 na ordem de [CONFIDENCIAL]toneladas (110,4%), totalizando [CONFIDENCIAL] em P5, com crescimentos contínuos ao longo do período. O período que registrou a maior alta no volume importado ocorreu de P1 para P2, com aumento de [CONFIDENCIAL]toneladas (65,1%). Esse volume continuou com elevação relevante também de P2 a P3, com aumento de [CONFIDENCIAL] toneladas (21,6%). Após esse interim, o crescimento continuou de P3 para P4 e de P4 para P5 a taxas mais menores, 2,7% e 2,1%, respectivamente.

Quanto ao valor CIF das importações brasileiras de fios de poliester das origens investigadas, houve crescimento contínuo até P4. De P4 e P5, em que pese o aumento do volume importado, houve queda do valor importado, reflexo da queda de preços (CIF/t) das origens investigadas nesse mesmo período. Em P5, comparativamente a P4, ainda que o volume das importações investigadas tenha aumentado 2,1%, a queda de preço na ordem de 12,5% implicou queda de 10,7% no valor das importações das origens investigadas. Considerando-se o intervalo entre P1 e P5, houve aumento de 95,2% no valor importado das origens investigadas.

Com relação aos preços das importações das origens investigadas, ressalte-se que estes oscilaram ao longo de todo o período de análise de dano, sendo P2 o período de menor preço e P4, o de maior. Considerando-se o intervalo entre P1 e P5, houve redução de 7,2% no preço das origens investigadas. Ressalte-se ainda que os dois decréscimos mais significativos dos preços das importações das origens investigadas aconteceram de P1 a P2 (16,1%) - momento em que houve o maior aumento do volume das importações na ordem de [CONFIDENCIAL] toneladas (65,1%) de P1 a P2 - e de P4 a P5 (12,5%). Constatou-se que o preço CIF médio ponderado das importações brasileiras das origens investigadas foi consideravelmente inferior ao preço CIF médio ponderado das importações brasileiras das demais origens em todos os períodos de investigação de indícios de dano.

Já o volume importado de outras origens diminuiu 70,4% de P1 a P5, registrando neste último período o menor volume importado (4.691,6 t) e no primeiro período seu maior volume (15.862,3 t). No que tange ao indicador de valor importado das outras origens, os movimentos são semelhantes e seguem os de volume, com forte retração ao longo do período P1-P5, de 65,8%, a despeito de o preço CIF médio por tonelada de fios texturizados de outros fornecedores estrangeiros ter aumentado em todos os períodos. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de preço médio das importações brasileiras das demais origens apresentou expansão de 15,7%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

Constatou-se que o volume das importações brasileiras totais de fios texturizados de poliéster apresentou comportamento semelhante às importações das origens investigadas, dada a sua expressiva participação no total geral importado (importações das origens investigadas representam 98% das importações totais em P5). Houve aumentos contínuos ao longo do período com crescimento de 87,7% de P1 a P5.

De igual maneira, o comportamento do valor das importações totais no período analisado também foi semelhante ao das origens investigadas, registrando crescimento de P1 a P4. De P4 a P5, houve queda de 12%. Analisando-se todo o período, o valor das importações brasileiras totais apresentou expansão da ordem de 72,0%, considerado P5 em relação a P1.

A variação do preço médio das importações totais no período analisado acompanha também a tendência de variação do preço médio das importações das origens investigadas, dada a crescente participação das importações da China e da Índia no total importado. Analisando-se todo o período de indícios de dano, o preço médio das importações brasileiras totais de origem apresentou contração da ordem de 12,6%, considerado P5 em relação a P1.

5.2. Do mercado brasileiro e da evolução das importações

Com vistas a se dimensionar o mercado brasileiro de fios texturizados de poliéster, foram consideradas as quantidades fabricadas e vendidas líquidas de devoluções no mercado interno da indústria doméstica, as quantidades vendidas pelos outros produtores nacionais e as quantidades totais importadas apuradas com base nos dados oficiais da RFB, apresentadas no item 6.1. Ressalta-se que as quantidades vendidas pelos outros produtores, Antex Ltda. e Dini Têxtil Indústria e Comércio Ltda, foram informadas pelas próprias empresas em suas manifestações de apoio à petição.

Cumpre ressaltar que foi informado na petição e nas informações complementares não ter havido consumo cativo por parte da Citepe e da Unifi. Já no que diz respeito a serviço de industrialização para terceiros, embora a peticionária tenha afirmado [CONFIDENCIAL]. Tendo em conta que foram identificadas operações aparentemente relacionadas a serviço de industrialização para terceiros apenas [CONFIDENCIAL] e que o volume total do serviço foi de apenas [CONFIDENCIAL] kg, representando [CONFIDENCIAL] % do total vendido no mercado interno pela indústria doméstica em P1, para fins de início de investigação, consideraram-se equivalentes o mercado brasileiro e o consumo nacional aparente.

O quadro a seguir apresenta a evolução do mercado brasileiro.

Do Mercado Brasileiro e da Evolução das Importações (em **número-índice de toneladas)**

	P1	P2	P3	P4	P5	P1 - P5
Mercado Brasileiro						
Mercado Brasileiro {A+B+C}	100,0	143,3	165,2	169,9	179,9	[Conf.]
A. Vendas Internas - Indústria Doméstica	100,0	116,8	108,6	122,2	158,5	[Conf.]
B. Vendas Internas - Outras Empresas	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	[Conf.]
C. Importações Totais	100,0	152,7	184,7	186,5	187,7	[Conf.]
C1. Importações - Origens sob Análise	100,0	165,1	200,7	206,1	210,4	[Conf.]
C2. Importações - Outras Origens	100,0	66,9	73,5	50,0	29,6	[Conf.]
Participação no Mercado Brasileiro						
Participação das Vendas Internas da Indústria Doméstica *{A/(A+B+C)}*	100,0	81,5	65,7	71,9	88,1	[Conf.]
Participação das Vendas Internas de Outras Empresas *{B/(A+B+C)}*	100,0	86,2	82,8	82,8	86,2	[Conf.]
Participação das Importações Totais *{C/(A+B+C)}*	100,0	106,7	111,9	109,8	104,4	[Conf.]
Participação das Importações - Origens sob Análise {C1/(A+B+C)}	100,0	115,2	121,5	121,3	116,9	[Conf.]
Participação das Importações - Outras Origens {C2/(A+B+C)}	100,0	46,7	44,5	29,4	16,4	[Conf.]

Representatividade das Importações de Origens sob Análise						
Participação no Mercado Brasileiro {C1/(A+B+C)}	100	115,3	121,5	121,4	117,0	[Conf.]
Participação nas Importações Totais {C1/C}	100	108,1	108,7	110,5	112,1	[Conf.]
F. Volume de Produção Nacional {F1+F2}	100	119,5	114,6	130,9	161,7	[Conf.]
F1. Volume de Produção - Indústria Doméstica	100	118,1	111,8	128,8	161,3	[Conf.]
F2. Volume de Produção - Outras Empresas	100	130,9	137,9	148,0	165,0	[Conf.]
Relação Importações sob análise / Volume de Produção Nacional {C1/F}	100	138,2	175,1	157,5	130,2	[Conf.]

No que diz respeito ao mercado brasileiro cabe ressaltar seu crescimento contínuo de P1 a P5, tendo registrado aumento de 79,9%. Cabe ressaltar o aumento expressivo percebido de P1 a P2, na ordem de 43,3%. De P2 a P3, também houve crescimento não desprezível (15,2%). Tendo em vista que a Abrafas informou não ter havido mudanças no padrão de consumo no mercado brasileiro do produto importado durante o período de análise de dano, ao longo da fase probatória, buscar-se-á mais informações para entender o motivo do crescimento significativo nesse intervalo inicial.

5.3. Da conclusão a respeito das importações

No período de investigação de indícios de dano, as importações brasileiras de fios texturizados de poliéster originários da China e Índia cresceram significativamente:

a) em termos absolutos, tendo passado de [CONFIDENCIAL]t, em P1, para [CONFIDENCIAL]t, em P5, ou seja, um acréscimo de [CONFIDENCIAL]t no período sob investigação. Registra-se que o maior volume importado das origens investigadas em todo o período de análise foi em P5;

b) em relação à produção nacional, apresentando aumento de 74 p.p., já que em P1 representavam 245,3% P1 e em P5, 319,3%, mesmo tendo havido aumento da produção de 61,3% de P1 a P5;

c) em relação ao mercado brasileiro, pois a participação aumentou de 64,1% em P1 para 75% em P5, sendo que a maior participação ocorreu em P3 (77,9%);

d) em relação às importações totais, aumentando [CONFIDENCIAL] p.p., passando de 87,4% em P1 para 98% em P5, maior participação relativa no período de análise. Ao se analisar a tendência das importações dessas origens durante o período sob investigação, contatou-se que o período de P1 para P2 foi aquele no qual se registrou o crescimento mais intenso, com aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. e passando a representar 87,4% do total importado.

Diante desse quadro, constatou-se aumento substancial das importações originárias da China e Índia a preços com indícios de dumping, quando considerado o período de investigação de indícios de dano (P1 a P5), tanto em termos absolutos quanto em relação à produção nacional e ao mercado brasileiro.

Cumpre destacar que se observou diminuição expressiva nas importações das demais origens durante o período em análise, em especial, aquelas originárias da Indonésia, que diminuíram o volume das importações em 69,3%. Assim, o aumento das importações de China e Índia pode ter substituído as importações com origem na Indonésia.

Além disso, as importações a preços com indícios de dumping foram realizadas a preços CIF médio por tonelada mais baixos que os das demais importações brasileiras, e a diferença de preços entre os dois grupos de países cresceu durante todo o período analisado, uma vez que não apenas os preços praticados pelos demais fornecedores aumentaram 15,7%, como os preços das importações investigados apresentaram queda de 7,2%, de P1 para P5.

6. DOS INDÍCIOS DE DANO

De acordo com o disposto no art. 30 do Decreto nº 8.058, de 2013, a análise de dano deve fundamentar-se no exame objetivo do volume das importações a preços com indícios de dumping, no seu efeito sobre os preços do produto similar no mercado brasileiro e no consequente impacto dessas importações sobre a indústria doméstica.

O período de análise dos indicadores da indústria doméstica compreendeu os mesmos períodos utilizados na análise das importações, ou seja, período de abril de 2015 a março de 2020, divididos da mesma forma em cinco períodos.

6.1. Dos indicadores da indústria doméstica

Como já demonstrado anteriormente, de acordo com o previsto no art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, a indústria doméstica foi definida como as linhas de produção de fios texturizados de poliéster das empresas Citepe e Unifi, que foi responsável, em P5, por por 89,1% da produção nacional do produto similar fabricado no Brasil. Dessa forma, os indicadores considerados neste parecer refletem os resultados alcançados pelas linhas de produção das citadas empresas.

Para uma adequada avaliação da evolução dos dados em moeda nacional, apresentados pelas peticionárias, foram atualizados os valores correntes com base no Índice de Preços ao Produtor Amplo - Origem (IPA-OG) Produtos Industriais, da Fundação Getúlio Vargas.

De acordo com a metodologia aplicada, os valores em reais correntes de cada período foram divididos pelo índice de preços médio do período, multiplicando-se o resultado pelo índice de preços médio de P5. Essa metodologia foi aplicada a todos os valores monetários em reais apresentados neste documento.

Destaque-se que os indicadores econômico-financeiros apresentados neste documento, com exceção do Retorno sobre investimentos, do Fluxo de caixa e da Capacidade de captar recursos, são referentes exclusivamente à produção e às vendas da indústria doméstica de fios texturizados de poliéster no período de análise desta investigação.

6.1.1. Da evolução global da indústria doméstica

6.1.1.1. Dos indicadores de venda e participação no mercado brasileiro

A tabela a seguir apresenta, entre outras informações, as vendas da indústria doméstica de fios texturizados de poliéster de fabricação própria, destinadas ao mercado interno e ao mercado externo, líquidas de devoluções, conforme informado na petição e nas informações complementares.

Dos Indicadores de Venda e Participação no Mercado Brasileiro (em **número-índice de toneladas)**						
	P1	P2	P3	P4	P5	P1 - P5
Indicadores de Vendas						
A. Vendas Totais da Indústria Doméstica	100,0	117,5	108,7	121,7	158,5	[Conf.]
Variação	-	17,5%	(7,5%)	11,9%	30,3%	+58,5%
A1. Vendas no Mercado Interno	100,0	116,8	108,6	122,2	158,5	[Conf.]
Variação	-	16,8%	(7,0%)	12,5%	29,8%	+58,5%
A2. Vendas no Mercado Externo	100,0	249,9	136,5	30,0	147,5	[Conf.]
Variação	-	149,8%	(45,4%)	(78,0%)	391,5%	+47,5%
Mercado Brasileiro						
B. Mercado Brasileiro	100,0	143,3	165,2	169,9	179,9	100,0
Variação	-	43,3%	15,2%	2,9%	5,9%	+79,9%
Representatividade das Vendas no Mercado Interno						
Participação nas Vendas Totais {A1/A}	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Variação	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Participação no Mercado Brasileiro {A1/B}	100,0	81,5	65,7	71,9	88,1	

Observou-se que o volume de vendas destinado ao mercado interno aumentou 16,8% de P1 para P2, mas reduziu 7%, de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, as vendas apresentaram aumentos contínuos de 12,5% e 29,8% de P3 a P4 e de P4 a P5. Ao se considerar todo o período de investigação, o volume de vendas da indústria doméstica para o mercado interno cresceu 58,5% em P5, comparativamente a P1.

Por sua vez, as vendas destinadas ao mercado externo oscilaram durante o período de análise, apresentando aumento de 47,5% de P1 a P5. Dessa forma, as vendas totais da indústria doméstica apresentaram elevação de 58,5% de P1 para P5. Cumpre ressaltar ainda que a representação de vendas externas da indústria doméstica foi baixa, de, no máximo, [CONFIDENCIAL]% ao longo do período em análise.

Quanto à participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro de fios texturizados de poliéster, cumpre registrar inicialmente a retração de [CONFIDENCIAL]p.p. de P1 para P2, mesmo diante do aumento de 43,3% desse mercado. Ressalta-se que a menor participação da indústria doméstica no mercado brasileiro, ao longo de todo o período se deu em P3, quanto atingiu 15,6%, mesmo com o mercado em crescimento desde P1.

Considerando-se os extremos do período de investigação (P1 a P5), após recuperar parcialmente participação no mercado brasileiro nos períodos P4 e P5, verificou-se ainda retração de [CONFIDENCIAL]p.p. na participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro.

6.1.1.2. Dos indicadores de produção, capacidade e estoque

Inicialmente, ressalta-se que tanto a Citepe quanto a Unifi possuem [CONFIDENCIAL] à produção de fios texturizados de poliéster, sendo que, no caso da [CONFIDENCIAL].

A Unifi informou que [CONFIDENCIAL]. Já a Citepe disse que [CONFIDENCIAL].

A empresa Unifi, na petição, informou que a capacidade efetiva [CONFIDENCIAL] e foi calculada da seguinte maneira [CONFIDENCIAL]:

a) [CONFIDENCIAL]

A empresa Citepe, também na petição, informou que a capacidade efetiva foi calculada considerando [CONFIDENCIAL].

Ressalta-se que, por meio do Ofício nº 1.777/2020/CGMC/SDCOM/SECEX, de 5 de outubro de 2020, solicitou-se que ambas as empresas padronizassem a metodologia de cálculo de suas capacidades nominais e efetivas levando em conta o conceito que esta Subsecretaria considera mais adequado.

Apresenta-se, na tabela seguinte, indicadores de volume, capacidade instalada e estoque da indústria doméstica.

Dos Indicadores de Produção, Capacidade Instalada e Estoque (em número-índice **de t)**						
	P1	P2	P3	P4	P5	P1 - P5
A. Volume de Produção - Produto Similar	100,0	118,1	111,8	128,8	161,3	[Conf.]
B. Volume de Produção - Outros Produtos	100,0	22,7	56,5	13,2	9,7	[Conf.]
C. Capacidade Instalada Efetiva	100,0	95,8	98,3	109,7	131,7	[Conf.]
D. Grau de Ocupação {(A+B)/C} [%]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf]	[Conf.]	[Conf.]
E. Estoques	100,0	112,2	98,8	125,8	114,7	[Conf.]
F. Relação entre Estoque e Produção [%] {E/A}	100,0	95,0	89,1	98,3	71,4	[Conf.]

Dos Indicadores de Estoque (em **número-índice de toneladas)**						
A. Volume de Produção - Produto Similar	100	118,1	111,8	128,8	161,3	[Conf.]
Variação	-	18,1%	(5,4%)	15,3%	25,2%	61,3%
B. Vendas no Mercado Interno	100	116,8	108,6	122,2	158,5	[Conf.]
Variação	-	16,8%	(7,0%)	12,5%	29,8%	58,5%
C. Vendas no Mercado Externo	100	249,9	136,5	30,0	147,5	[Conf.]
Variação	-	149,8%	(45,4%)	-78,0%	391,5%	47,5%
D.Importações/revenda	-100	179,7	-104,0	-37,4	-21,6	[Conf.]
Variação	-	279,7%	(157,9%)	64,1%	(42,3%)	78,4%
E.Outras entradas/saídas	-100	-397,6	24,4	-1664,6	-13,4	[Conf.]
Variação	-	(297,2%)	106,1%	(6.925,0%)	99,2%	86,6%
F. Estoque final	100	112,2	98,8	125,8	114,7	[Conf.]
Variação	-	12,2%	(11,9%)	27,3%	-8,9%	14,7%

O volume de produção do produto similar (A) da indústria doméstica, após expansão inicial entre P1 e P2, apresentou queda de 5,4% de P2 para P3. Com recuperação do volume produzido em expansões nos períodos subsequentes, constatou-se que de P1 para P5 o volume de produção aumentou 61,3%.

Observou-se que a capacidade instalada efetiva revelou variação positiva de 31,7% em P5, comparativamente a P1. O grau de ocupação da capacidade instalada, no mesmo período, aumentou [CONFIDENCIAL] p.p.

A partir de um estoque inicial, em P1, de [CONFIDENCIAL] toneladas de fios texturizados de poliéster, o volume do estoque final oscilou ao longo do período, tendo aumentado 14,7% de P1 a P5.

Segundo informações prestadas na petição e nas informações complementares, as revendas líquidas tanto no mercado interno quanto externo somaram, em toneladas, [CONFIDENCIAL] em P1; [CONFIDENCIAL] em P2; em P3; [CONFIDENCIAL] em P4 e [CONFIDENCIAL] em P5. Com relação a esse volume, [CONFIDENCIAL].

Como decorrência, a relação estoque final/produção diminuiu até P3, quando de P3 a P4 apresentou crescimento de [CONFIDENCIAL] p.p. De P4 a P5, voltou a reduzir [CONFIDENCIAL] p.p. Considerando-se os extremos da série, a relação estoque final/produção reduziu [CONFIDENCIAL] p.p.

6.1.1.3. Dos indicadores de emprego, produtividade e massa salarial

A tabela a seguir apresenta o número de empregados, a produtividade e a massa salarial relacionados à produção/venda de fios texturizados de poliéster pela indústria doméstica.

A empresa Unifi informou que foi realizado rateio com base na receita líquida com o objetivo de se estimar a alocação dos empregados. Já a empresa Citepe informou que os encargos foram estimados [CONFIDENCIAL].

Do Emprego, da Produtividade e da Massa Salarial (em número-índice)

	P1	P2	P3	P4	P5
			Emprego		
A. Qtde de Empregados - Total	100,0	101,2	96,7	93,8	95,3
A1. Qtde de Empregados - Produção	100,0	100,7	97,2	93,9	96,3
A2. Qtde de Empregados - Adm. e Vendas	100,0	104,2	93,7	93,7	89,5
			Produtividade (em toneladas)		
B. Produtividade por Empregado	100,0	117,3	115,0	137,2	167,4
			Massa Salarial (em Mil Reais)		
C. Massa Salarial - Total [2]	100,0	108,7	113,7	106,2	103,4
C1. Massa Salarial - Produção [2]	100,0	107,8	111,8	110,5	105,7
C2. Massa Salarial -Adm. e Vendas [2]	100,0	109,9	116,0	100,7	100,6

Observou-se que o número de empregados que atuam em linha de produção diminuiu 3,7% em P5, comparativamente a P1 ([CONFIDENCIAL] postos de trabalho). Com relação à variação do número de empregados que atuam em administração e vendas ao longo do período em análise, houve redução de 10,5%, considerado o mesmo período ([CONFIDENCIAL] postos de trabalho). Por sua vez, o número total de empregados diminuiu 4,7% ([CONFIDENCIAL] postos de trabalho).

A produtividade por empregado ligado à produção revelou variação positiva de 67,4% considerando-se todo o período de investigação, de P1 para P5, dado o aumento da produção do produto similar e a redução do número de empregados.

A massa salarial dos empregados ligados à linha de produção, ao considerar-se todo o período de investigação de indícios de dano, de P1 para P5, caiu 16,3%, enquanto a massa salarial dos empregados das áreas de administração e vendas se elevou em 6,9%. Já a massa salarial total, de P1 a P5, caiu 8,1%, pressionada pela queda da massa salarial dos empregados ligados à linha de produção.

6.1.2. Dos indicadores financeiros da indústria doméstica

6.1.2.1. Da receita líquida e dos preços médios ponderados

Inicialmente, cumpre elucidar que a receita líquida da indústria doméstica refere-se às vendas líquidas de fios texturizados de poliéster de produção própria, já deduzidos os abatimentos, descontos, tributos e devoluções, bem como as despesas de frete interno.

Da Receita Líquida e dos Preços Médios Ponderados
[CONFIDENCIAL]

	P1	P2	P3	P4	P5	P1 - P5
			Receita Líquida			
A. Receita Líquida Total [1]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Variação	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
A1. Receita Líquida - Mercado Interno [1]	100	108,7	104,0	118,6	131,0	[Conf.]
Variação	-	8,7%	(4,3%)	14,1%	10,5%	+ 31,0%
Participação {A1/A}	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
A2. Receita Líquida - Mercado Externo [1]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Variação	-	86,5%	(42,8%)	(82,1%)	338,3%	(16,0%)
Participação {A2/A}	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
			Preços Médios Ponderados			
B. Preço no Mercado Interno [2] {A1}/Vendas no Mercado Interno	100,0	93,1	95,8	97,1	82,7	[Conf.]
Variação	-	(6,9%)	3,0%	1,3%	(14,9%)	(17,3%)
C. Preço no Mercado Externo [2] {A2}/Vendas no Mercado Externo	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Variação	-	(25,3%)	4,7%	(18,3%)	(10,8%)	*(43,1%)*

Unidades de Medida: [1]=Mil Reais; [2]=R$/toneladas

A respeito da variação da receita líquida referente às vendas de no mercado interno, após aumento inicial de 8,7% de P1 para P2, em virtude do aumento da quantidade vendida nesse mesmo período, houve queda de 4,3% de P2 a P3. De P3 em diante, a receita líquida aumentou continuamente, registrando crescimento de 31% quando comparados o intervalo de P1 a P5.

Por sua vez, a receita líquida obtida com as vendas ao mercado externo caiu 16% entre P1 e P5. Ao se considerarem os extremos do período de análise, a receita líquida total obtida com as vendas de fios texturizados de poliéster aumentou [CONFIDENCIAL]%.

A respeito dos preços médios ponderados de venda no mercado interno, ressalte-se inicialmente que estes se referem exclusivamente às vendas de fabricação própria e que foram obtidos pela razão entre as receitas líquidas e as quantidades vendidas.

O preço médio do produto similar vendido no mercado interno, após cair 6,9% de P1 a P2, aumentou continuamente de P2 a P3 (3%) e de P3 a P4 (1,3%). De P4 a P5, todavia, o preço médio do produto similar vendido no mercado interno teve sua maior queda 14,9%. Assim, de P1 para P5, o preço médio de venda do produto similar da indústria doméstica no mercado interno diminuiu 17,3%.

Já o preço médio do produto vendido ao mercado externo decresceu continuamente a partir de P3. Tomando-se os extremos da série, observou-se queda de 43,1% dos preços médios de fios texturizado de poliéster vendidos ao mercado externo.

6.1.2.2. Dos resultados e margens

Demonstrativo de Resultado no Mercado Interno e Margens

	P1	P2	P3	P4	P5
			Demonstrativo de Resultado (em **número-índice de Mil Reais)**		
A. Receita Líquida - Mercado Interno	100,0	108,7	104,0	118,6	131,0
B. Custo do Produto Vendido - CPV	100,0	101,0	95,4	111,7	134,4
C. Resultado Bruto {A-B}	100,0	206,4	213,3	206,9	88,0
D. Despesas Operacionais	100,0	54,3	56,2	39,5	9,1
D1. Despesas Gerais e Administrativas	100,0	86,4	80,9	78,7	81,1
D2. Despesas com Vendas	100,0	95,8	87,6	72,9	44,9
D3. Resultado Financeiro (RF)	100,0	13,5	26,4	(1,1)	(32,0)
D4. Outras Despesas (Receitas) Operacionais (OD)	100,0	31,2	27,5	13,3	(207,9)
E. Resultado Operacional	(100,0)	88,8	91,5	118,0	65,2
F. Resultado Operacional (exceto RF)	(100,0)	628,0	713,5	734,3	240,4
G. Resultado Operacional (exceto RF e OD)	(100,0)	1.656,8	1.870,0	1.900,8	291,0
			Margens de Rentabilidade (%)		
H. Margem Bruta {C/A}	100,0	190,4	205,5	175,3	67,1
I. Margem Operacional {E/A}	(100,0)	82,1	87,2	98,7	50,0
J. Margem Operacional (exceto RF) {F/A}	(100,0)	600,0	708,3	641,7	191,7
K. Margem Operacional (exceto RF e OD) {G/A}	(100,0)	1.480,0	1.740,0	1.560,0	220,0

A respeito da demonstração de resultados e as margens de lucro obtidas com a venda de fios texturizados de poliéster de fabricação própria no mercado interno, registre-se que o CPV, após atingir seu menor patamar em P3, apresentou aumentos contínuos de 17,1% de P3 a P4 e 20,4% de P4 a P5. Considerando-se todo o período analisado houve aumento de 34,4%.

Por sua vez, o resultado bruto com a venda do produto similar no mercado interno (item C) apresentou melhora de P1 para P2, se mantendo num nível relativamente estável de P2 até P4. Contudo, verificou-se queda de 12% de P1 a P5, após diminuir 57,5% de P4 a P5. A margem bruta da indústria doméstica apresentou retração contínua de P3 (período de maior margem bruta, [CONFIDENCIAL] p.p.) em diante: [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 a P4 e [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 a P5. Considerando-se os extremos da série a redução foi de [CONFIDENCIAL] p.p.

Já o resultado operacional (item E) da indústria doméstica, após apresentar resultado negativo em P1, apresentou melhoria contínua de P2 até o seu melhor período em P4, mas apresentou queda significativa no período seguinte (44,7%), quando comparado a P4. Ao se considerar todo o período de investigação, houve crescimento de 165,2%.

A margem operacional (item H) apresentou comportamento semelhante ao resultado operacional. Após sair de uma margem negativa em P1 e melhorar até P4, este indicar registrou queda de P4 a P5 ([CONFIDENCIAL]p.p.). Considerando todo o período de investigação de indícios de dano, a margem operacional obtida em P5 melhorou[CONFIDENCIAL]p.p. em relação a P1.

Considerando a variação ocorrida no resultado financeiro da indústria doméstica durante o período de investigação, em especial em P1 (despesas financeiras totalizaram R$[CONFIDENCIAL] em mil atualizados, sendo que em P5 registrou-se receitas financeiras de R$[CONFIDENCIAL] em mil atualizados), se torna relevante a análise do resultado operacional exceto resultado financeiro. De P1 a P2, P2 a P3 e P3 a P4, houve melhora contínua desse indicador: 728%, 13,6% e 2,9%, respectivamente. Já de P4 a P5, observou-se queda significativa de 67,3%. Tendo em conta que P1 foi o período de maiores despesas financeiras e que em P5 a indústria doméstica registrou receitas financeiras, quando analisado o intervalo de P1 a P5, houve crescimento de 340,4%.

Já a margem operacional exceto resultado financeiro apresentou crescimento até P3: [CONFIDENCIAL] p.p. e [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 a P2 e de P2 a P3, de forma respectiva. De P3 em diante, houve queda de [CONFIDENCIAL] p.p. e de [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 a P4 e de P4 a P5. De P1 a P5, observou-se aumento de [CONFIDENCIAL]p.p.

No que diz respeito às outras despesas/receitas operacionais, também se observou que P1 foi o período de maior despesa, tendo essa despesa se reduzido continuamente até registrar receita operacional nessa rubrica em P5. A evolução da rubrica em tela atenuou o resultado operacional de P4 a P5, que, se analisado desconsiderando tal rubrica e o resultado financeiro indica queda de 84,7% contra 44,7% do resultado operacional. O resultado operacional excluindo-se as receitas financeiras e outras despesas (item G) aumentou 391,0% de P1 a P5, enquanto a margem operacional exceto o resultado financeiro e outras despesas apresentou aumento de [CONFIDENCIAL]p.p. ao se considerar os extremos da série.

Cumpre destacar que P1 foi o pior período de toda a série, tendo a indústria doméstica, inclusive, registrado prejuízo operacional neste período, único momento em que isso ocorreu ao longo do intervalo analisado. A exceção foram o resultado bruto e a margem bruta, que tiveram em P5 seu pior período. Assim, é possível observar aparente melhora de alguns indicadores caso se compare os extremos da série analisada, de P1 a P5.

Todavia, caso a análise tenha como referência inicial qualquer outro período que não P1, percebe-se deterioração contínua e expressiva em todos os intervalos analisados para todos os indicadores. Por exemplo, ao se analisar o espaço de P2 a P5, a queda dos indicadores C, E, F e G, apresentados na tabela anterior, foi da ordem de 57,4%; 26,6%; 61,7% e 82,4%, respectivamente. De P3 a P5, tais indicadores apresentam quedas ainda maiores: 58,8%; 28,8%; 66,3% e 84,4%, de forma respectiva. De P4 a P5, a magnitude da deterioração mantém-se ou se agrava: 57,5%; 44,7%; 67,3% e 84,7%, também de forma respectiva.

Na mesma linha, houve deterioração contínua de todas as margens caso se tenha como referência qualquer outro período que não P1 e se compare com P5. De P2 a P5, as margens indicadas nos itens H, I, J e K da tabela anterior apresentaram, respectivamente, redução de [CONFIDENCIAL] p.p. De P3 a P5, a queda foi ainda maior: [CONFIDENCIAL] p.p., respectivamente. De P4 a P5, a deterioração permaneceu em níveis elevados, tendo inclusive aumentado em alguns casos: [CONFIDENCIAL] p.p.

Ressalte-se ainda que, ao se desconsiderar os efeitos das rubricas de resultado financeiro e de outras despesas (receitas) operacionais, as quais apresentaram resultados líquidos positivos (receitas) em P5, a deterioração do resultado operacional de P4 para P5 se torna ainda mais expressiva, indicando uma queda de 84,7% nesse interim, revertendo a tendência vista anteriormente de melhoria de P1 até P4. A margem operacional exceto receitas financeiras e outras despesas, de igual modo, também apresenta redução expressiva de P4 para P5.

Demonstrativo de Resultado no Mercado Interno por Unidade (em número-índice de R$/toneladas)

	P1	P2	P3	P4	P5
A. Receita Líquida - Mercado Interno	100,0	93,1	95,8	97,1	82,7
B. Custo do Produto Vendido - CPV	100,0	86,5	87,9	91,4	84,8
C. Resultado Bruto {A-B}	100,0	176,8	196,5	169,3	55,5
D. Despesas Operacionais	100,0	46,5	51,8	32,3	5,7
D1. Despesas Gerais e Administrativas	100,0	74,0	74,5	64,4	51,2
D2. Despesas com Vendas	100,0	82,0	80,7	59,6	28,3
D3. Resultado Financeiro (RF)	100,0	11,6	24,3	(0,9)	(20,2)
D4. Outras Despesas (Receitas) Operacionais (OD)	100,0	26,7	25,3	10,9	(131,2)
E. Resultado Operacional {C-D}	(100,0)	76,0	84,3	96,5	41,1
F. Resultado Operacional (exceto RF)	(100,0)	537,8	657,3	601,0	151,6
G. Resultado Operacional (exceto RF e OD)	(100,0)	1.418,7	1.722,6	1.555,9	183,6

Ao se analisar o CPV unitário, observou-se que P1 foi o maior valor unitário [CONFIDENCIAL]/t, e P5, o menor, [CONFIDENCIAL]/t. Considerando o intervalo de P1 a P5, houve redução de 15,2%.

Cabe registrar que de P1 a P2 a queda da receita líquida unitária no mercado interno se deu em proporção menor (- 6,9%) do que a queda do CPV unitário (-13,5%). De P2 a P3, a receita líquida unitária aumentou em proporção maior (- 3,0%) do que o aumento do CPV (1,6%). Apesar disso, a partir de P3, nota-se uma inversão, tendo o CPV unitário aumentado em proporção maior (4,0%) do que a receita líquida unitária (1,3%) de P3 a P4. No intervalo seguinte, de P4 a P5, a magnitude da queda da receita líquida unitária foi maior do que o dobro da queda do CPV unitário, (- 14,9% e - 7,2%), respectivamente, acarretando deterioração dos indicadores financeiros da indústria doméstica nesse último intervalo.

Ao analisar o resultado bruto unitário das vendas de fios texturizados de poliéster no mercado interno, verificou-se aumento de P1 a P3. Já de P3 em diante, todavia, houve queda contínua, devido tanto ao aumento do CPV unitário em proporção maior do que a receita unitária quanto de P3 a P4, quanto, no período seguinte, de P4 a P5, à queda da receita unitária em proporção maior do que a queda do CPV unitário. Considerando os extremos da série, o resultado bruto unitário apresentou retração de [CONFIDENCIAL]%.

O resultado operacional, o resultado operacional exclusive o resultado financeiro e o resultado operacional exclusive o resultado financeiro e outras despesas/receitas apresentaram comportamento semelhantes ao se comparar os extremos do período, P1 a P5, com aumentos de [CONFIDENCIAL]%. Para esses três indicadores, o P1 apresentou-se como o pior resultado ao longo da série, ao contrário do que ocorreu com o resultado bruto, em que o P5 foi o pior período registrado.

Conforme já ressaltado anteriormente neste item, P1 foi o pior período de toda a série, tendo a indústria doméstica, inclusive, registrado prejuízo operacional neste período, único momento em que isso ocorreu ao longo do intervalo analisado. Dessa maneira, a análise dos indicadores por tonelada, quando se compara P1 com P5, também apresenta aparente melhora da situação da indústria doméstica.

Todavia, ao se comparar P5 com qualquer outro período, à exceção de P1, observa-se deterioração constante de todos os indicadores por tonelada ao longo do período de análise de indícios de dano. Como ilustração, de P2 a P5, a queda dos indicadores C, E, F e G, apresentados na tabela anterior, foi da ordem de 68,6%; 45,9%; 71,8% e 87,1%, respectivamente. De P3 a P5, tais indicadores apresentam quedas ainda maiores: 71,8%; 51,2%; 76,9% e 89,3%, de forma respectiva. De P4 a P5, a magnitude da deterioração mantém-se ou se agrava: 67,2%; 57,4%; 74,8% e 88,9%, também de forma respectiva.

6.1.2.2. Do fluxo de caixa, retorno sobre investimentos e capacidade de captar recursos

A respeito dos próximos indicadores, cumpre frisar que se referem às atividades totais da indústria doméstica e dizem respeito a anos fechados de 2015 a 2019.

Do Fluxo de Caixa, Retorno sobre Investimentos e Capacidade de Captar Recursos **(em número-índice de mil R$)**

	P1	P2	P3	P4	P5
Margens de Rentabilidade					
A. Caixa Líq. Gerado por Atividades Operacionais	(100,00)	(719,32)	(72,71)	23,26	714,92
B. Caixa Líq. Das Atividades de Investimento	(100,00)	26,07	(15,69)	(5,52)	(11,65)
C. Caixa Líq. Das Atividades Financiamento	100,00	120,71	44,18	16,44	(49,71)
D. Aumento (Redução) Líquido(a) nas Disponibilidades	100,00	(5,54)	62,08	47,78	203,76
Margens de Rentabilidade					
E. Lucro Líquido Atualizado	100,0	92,7	101,0	70,2	196,7
F. Lucro Líquido Corrente	100,0	86,7	92,8	58,6	154,4
G. Ativo Total Atualizado	100,0	60,2	64,0	56,0	76,7
H. Ativo Total Corrente	100,0	56,4	58,9	46,8	60,3
I. Retorno sobre Investimento Total (ROI)	100,0	153,9	157,7	125,3	256,3
Margens de Rentabilidade					
J. Índice de Liquidez Geral - (ILG)	100,0	79,4	137,5	470,6	282,4
K. Índice de Liquidez Corrente - (ILC)	100,0	110,5	129,3	299,2	192,5

Obs.: ROI = Lucro Líquido / Ativo Total; ILC = Ativo Circulante / Passivo Circulante;
ILG = (Ativo Circulante + Ativo Realizável Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

6.1.3. Dos fatores que afetem os preços domésticos

6.1.3.1. Dos custos e da relação custo/preço

Dos Custos de Produção Atualizados (em número-índice de R$/toneladas)

	P1	P2	P3	P4	P5
A. Custo de Produção {B + C}	100,0	83,1	87,6	93,9	81,9
B. Custos Variáveis	100,0	83,6	88,0	96,6	84,6
B1. Matéria Prima	100,0	87,3	93,3	102,2	89,1
B2. Outros Insumos	100,0	69,5	76,4	103,4	124,3
B3. Utilidades	100,0	64,7	64,8	65,5	57,9
B4. Outros Custos Variáveis	100,0	67,5	43,4	78,8	80,8
C. Custos Fixos	100,0	80,3	85,5	78,7	66,6
C1. Depreciação	100,0	53,6	72,3	64,0	53,5
C2. Manutenção	100,0	102,2	102,9	93,8	80,2
C3. Outros custos fixos	100,0	71,3	74,2	73,4	66,0
C4. Mão de obra direta	100,0	81,2	85,0	78,1	65,1
E. Preço no Mercado Interno	100,0	93,1	95,8	97,1	82,7
Relação Custo / Preço {D/E}	100,0	89,3	91,5	96,6	99,0

A partir da tabela acima, pode-se perceber que o a relação custo de produção unitário/preço, que atingiu seu melhor patamar em P2 ([CONFIDENCIAL]%), deteriorou-se continuamente até o final do período de análise de indícios de dano. Em P5, essa relação chegou a [CONFIDENCIAL]%.

6.1.3.2. Da comparação entre o preço do produto sob investigação e o similar nacional

O efeito das importações a preços com indícios de dumping sobre os preços da indústria doméstica deve ser avaliado sob três aspectos, conforme disposto no § 2º do art. 30 do Decreto nº 8.058, de 2013. Inicialmente deve ser verificada a existência de subcotação significativa do preço do produto importado a preços com indícios de dumping em relação ao produto similar no Brasil, ou seja, se o preço internado do produto sob investigação é inferior ao preço do produto brasileiro. Em seguida, examina-se eventual depressão de preço, isto é, se o preço do produto importado teve o efeito de rebaixar significativamente o preço da indústria doméstica. O último aspecto a ser analisado é a supressão de preço. Esta ocorre quando as importações investigadas impedem, de forma relevante, o aumento de preços, devido ao aumento de custos, que ocorreria na ausência de tais importações.

A fim de se comparar o preço do fio texturizado de poliéster importado das origens investigadas com o preço médio de venda da indústria doméstica no mercado interno, procedeu-se ao cálculo do preço CIF internado do produto importado dessas origens no mercado brasileiro. Já o preço de venda da indústria doméstica no mercado interno foi obtido pela razão entre a receita líquida, em reais atualizados, e a quantidade vendida, em toneladas, no mercado interno durante o período de investigação de indícios de dano.

Inicialmente cumpre destacar que a partir da descrição dos produtos constantes dos dados detalhados de importação, disponibilizados pela RFB, foram identificadas as características do código de identificação do produto (CODIP), conforme proposto pela peticionária. Assim, para cada conjunto de características foi calculado um preço CIF médio internado. Contudo, para fins de início, não foi possível levar em consideração a categoria do cliente na comparação.

Para o cálculo dos preços internados do produto importado no Brasil das origens investigadas, foram considerados os preços de importação do produto objeto da investigação, na condição CIF, em reais, obtidos dos dados brasileiros de importação, fornecidos pela RFB. A esses valores foram somados: a) o Imposto de Importação (II); b) o Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); e c) as despesas de internação.

Tanto os montantes de II quanto de AFRMM foram apurados a partir dos dados efetivos obtidos junto à RFB. Cumpre registrar que foi levado em consideração que o AFRMM não incide sobre determinadas operações de importação, como, por exemplo, via transporte aéreo, as destinadas à Zona Franca de Manaus e as realizadas ao amparo do regime especial de drawback.

As despesas de internação, em percentual de 2,0%, foram calculadas com base nas informações constantes na petição, que indicou o percentual obtido na revisão de fios de náilon, nos termos da Resolução GECEX nº 19, de 2019, e aplicadas sobre o sobre o valor CIF.

Por fim, dividiu-se cada valor total supramencionado pelo volume total de importações objeto da investigação, a fim de se obter o valor por tonelada de cada uma dessas rubricas. Realizou-se o somatório das rubricas unitárias, chegando-se ao preço CIF internado das importações investigadas.

Os preços internados do produto da origem investigada, assim obtidos, foram atualizados com base no IPA-OG-Produtos Industriais, a fim de se obterem os valores em reais atualizados e compará-los aos preços da indústria doméstica. Ressalte-se que os preços do produto similar doméstico em cada período foram ponderados pela quantidade importada de cada CODIP, de acordo com os dados acerca das características do produto importado disponibilizados pela RFB.

A tabela a seguir demonstra os cálculos efetuados e os valores de subcotação obtidos para cada período de investigação de indícios de dano.

Subcotação [Preço ID médio ponderado CODIP] - em **número-índice de R$/t**

Origens Investigadas	P1	P2	P3	P4	P5
Preço CIF	100,00	77,77	87,07	112,74	106,50
Imposto de Importação	100,00	77,20	86,93	112,91	106,68
AFRMM	100,00	115,57	157,75	139,87	152,40
Despesas de Internação	100,00	77,77	87,07	112,74	106,50
CIF Internado	100,00	77,89	87,44	112,92	106,78
CIF Internado (atualizado)	100,00	72,86	80,38	94,35	83,83
Preço ID Ponderado (atualizado)	100,00	93,07	95,82	97,11	82,66
Subcotação (R$/t)	100,00	265,87	227,82	120,70	72,67

Efeitos das Importações sob Análise sobre os Preços da Indústria Doméstica (**em número-índice de R$/t)**

	P1	P2	P3	P4	P5	P1 - P5
A. Subcotação	100,00	265,87	227,82	120,70	72,67	[Conf.]
Variação	-	174,1%	(10,1%)	(29,9%)	(28,9%)	+22,8%
B. Preço CIF Internado - Origens sob Análise	100,00	72,86	80,38	94,35	83,83	[Conf.]
Variação	-	(27,1%)	10,3%	17,4%	(11,2%)	(16,2%)
C. Preço Indústria Doméstica -Ponderado	100,00	93,07	95,82	97,11	82,66	[Conf.]
Variação	-	(4,9%)	3,8%	4,3%	(14,4%)	(11,9%)
D. Preço Indústria Doméstica - Simples (Receita Líq.)	100	93,1	95,8	97,1	82,7	[Conf.]
Variação	-	(6,9%)	3,0%	1,3%	(14,9%)	(17,3%)
E. Custo de Produção	100,0	83,1	87,6	93,9	81,9	
F. Relação Custo de Produção Unitário / Preço [%] {E/C}	100,0	89,3	91,5	96,6	99,0	100,0

Unidades de Medida: [1]=t; [2]=Mil Reais; [3]=R$/t

Da análise da tabela anterior, constatou-se que o preço médio ponderado do produto importado das origens investigadas, internado no Brasil, esteve subcotado em relação ao preço ponderado da indústria doméstica em todos os períodos.

Constatou-se que, apesar do crescimento de preços da indústria doméstica de P2 a P3 e de P3 a P4, houve depressão de preços na ordem de 17,3% de P1 a P5, sendo que, de P4 a P5, tal redução chegou a 14,9%.

Por fim, verificou-se supressão de preços de P2 a P3 e de P3 a P4, já que preço médio de venda da indústria doméstica apresentou elevação inferior ([CONFIDENCIAL]% de P2 a P3 e [CONFIDENCIAL]% de P3 a P4) ao aumento do custo de produção do produto similar ([CONFIDENCIAL]% de P2 a P3 e [CONFIDENCIAL]% de P3 a P4). De P4 a P5, o preço médio de venda da indústria doméstica teve queda em nível maior do que a queda do custo de produção ([CONFIDENCIAL]% e [CONFIDENCIAL]%, respectivamente. Apesar disso, ao se analisar os extremos da série, não houve supressão de preços, já que em P1 registrou-se a maior relação entre custo de produção unitário/preço. Com tudo, haja vista o preço dos produtos objetos das origens investigadas e o aumento do volume de importações dessas origens investigadas, principalmente em P2 e P3, notou-se que a relação custo/preço da indústria doméstica deteriorou-se.

6.1.3.3. Da magnitude da margem de dumping

Buscou-se avaliar em que medida a magnitude da margem de dumping das origens investigadas afetou a indústria doméstica. Para isso, examinou-se qual seria o impacto sobre os preços da indústria doméstica caso as exportações do produto objeto da investigação para o Brasil não tivessem sido realizadas a preços com indícios de dumping.

A partir dos valores normais por origem conforme item 4.1 deste documento, foi obtido valor normal médio ponderado pelas quantidades exportadas de cada país, o que foi convertido de dólares estadunidenses por tonelada para reais por tonelada utilizando-se a taxa média de câmbio de P5, calculada a partir dos dados disponibilizados pelo Banco Central do Brasil, de R$ 4,12/US$ 1,00.

Foram adicionados os valores referentes ao frete e ao seguro internacionais, extraídos dos dados detalhados de importação da RFB, para obtenção do valor normal na condição de venda CIF. Os valores totais de frete e de seguro internacionais foram divididos pelo volume total de importações das origens investigadas, a fim de se obter o valor por tonelada de cada uma dessas rubricas. A partir da mesma metodologia, adicionaram-se os valores do imposto de importação e AFRMM. Por fim, foi considerado percentual de 2% a título de despesas de internação, consoante item 6.1.3.2 deste documento.

Considerando o valor normal internado apurado, isto é, o preço ponderado pelo qual o produto objeto da investigação seria vendido ao Brasil na ausência de dumping, as importações brasileiras originárias de China e Índia seriam internadas no mercado brasileiro aos valores demonstrados na tabela a seguir:

Valor normal ponderado [CONFIDENCIAL]

	Valor normal - delivered (US$/t)	Volume **importado (P5)**	Valor **ponderado (US$)**	VN ponder**ado (US$/t)**
China	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Índia	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	
	Total	[Conf.]	[Conf.]	

Magnitude da margem de dumping (P5)

Valor normal ponderado (US$/t)	[Conf.]
Valor normal (R$/t)	[Conf.]
Frete internacional (R$/t)	[Conf.]
Seguro internacional (R$/t)	[Conf.]
Valor normal CIF (R$/t)	[Conf.]
Imposto de importação (R$/t)	[Conf.]
AFRMM (R$/t)	[Conf.]
Despesas de internação (R$/t)	[Conf.]
Valor normal internado (R$/t)	[Conf.]
Preço indústria doméstica (R$/t)	[Conf.]

A partir da metodologia descrita anteriormente, conclui-se que o valor normal ponderado das origens investigadas, em base CIF, internalizado no Brasil, seria superior ao preço da indústria doméstica em [CONFIDENCIAL]/t.

Assim, ao se comparar o valor normal internado obtido acima com o preço ex fabrica da indústria doméstica em P5, é possível inferir que, se não fosse a prática de dumping, não haveria indícios de que os preços das origens investigadas teriam o mesmo efeito de dano sobre o preço da indústria doméstica, pois não estariam subcotados.

6.1.4. Do crescimento da indústria doméstica

Registra-se que em P5 a indústria doméstica apresentou seu melhor período em termos de volume vendido no mercado interno. Quando se compara P5 com P4 e com P1, o volume de vendas no mercado interno aumentou 29,8% e 58,5%, respectivamente.

Cabe ressaltar que o volume de vendas da indústria doméstica com destino ao mercado externo não teve participação relevante no volume total vendido pela indústria doméstica. Em P2, as vendas no mercado externo registraram seu maior patamar, totalizando [CONFIDENCIAL] t, representando 1,2% do total vendido pela indústria doméstica. De P1 a P5, entretanto, a participação relativa não teve alteração, mantendo-se em [CONFIDENCIAL]% do total vendido.

Nesse sentido, as vendas totais da indústria doméstica apresentaram comportamento semelhante às vendas realizadas no mercado interno: crescimento de P1 para P5 (58,5%) e de P4 para P5 (30,3%).

O mercado brasileiro, por sua vez, também apresentou crescimento, de P1 para P5 (79,9%). Apesar desse aumento, verificou-se que a indústria doméstica teve sua participação reduzida no mercado brasileiro nesse mesmo período, haja vista que o aumento nas vendas para o mercado interno foi inferior ao aumento desse mercado. Vale ressaltar que, após atingir em P3 sua menor participação relativa no mercado brasileiro (15,2%), a indústria doméstica recuperou participação, tendo atingido 20,9% em P5, após aumento no volume de vendas de 29,8%. De P1 a p5, a perda acumulada de participação no mercado brasileiro foi de [CONFIDENCIAL]p.p.

Considerando que o crescimento da indústria doméstica se caracteriza pelo aumento do volume de vendas dessa indústria, constatou-se que, de P1 para P5, houve crescimento da indústria doméstica. Muito embora tenha havido crescimento absoluto, verificou-se retração relativa quando comparado o mercado brasileiro, tendo em conta que as vendas internas cresceram em menor proporção do que o aumento do mercado no mesmo período.

6.2. Da conclusão sobre os indicadores da indústria doméstica

Ao se considerar todo o período de análise de indícios de dano (de P1 a P5), nota-se que, embora tenha havido aumento do volume vendido da indústria doméstica no mercado interno (58,5%), a sua participação no mercado brasileiro reduziu-se [CONFIDENCIAL] p.p.. Ademais, apesar de o aumento desse volume vendido ter sido acompanhado por aumento de 31% da receita líquida, esta cresceu em proporção significativamente menor do que o crescimento do volume vendido, dada a diminuição de 17,3% no preço da indústria doméstica nesse período.

Outrossim, ainda em se tratando da participação da indústria doméstica no mercado brasileiro, observam-se dois momentos bem definidos. Um primeiro que vai de P1 a P3, em que a indústria doméstica perde participação continuamente ([CONFIDENCIAL]), e um segundo momento, de P3 a P5, em há uma reversão dessa tendência, quando a indústria doméstica consegue aumentar seu volume vendido em proporção superior ao crescimento do mercado, recuperando, assim, parte do market-share perdido de P1 a P3 ([CONFIDENCIAL]). Não obstante, como visto na análise dos indicadores financeiros e de rentabilidade, tal recuperação de participação de mercado se deu em detrimento de sua rentabilidade, que atingiu em P5 o pior resultado bruto e a pior margem bruta do período de análise de dano, e, ainda assim, a indústria doméstica não logrou recuperar a participação no mercado brasileiro obtida em P1.

No que diz respeito à relação custo de produção unitário e preço da indústria doméstica no mercado interno, houve piora de [CONFIDENCIAL] p.p. quando se compara P1 a P5. Apenas de P1 a P2 houve redução desse indicador, quando diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p. Nos intervalos seguintes, de P2 a P3, de P3 a P4 e de P4 a P5, houve aumentos contínuos, totalizando [CONFIDENCIAL] p.p. de deterioração: [CONFIDENCIAL] p.p., [CONFIDENCIAL] p.p. e [CONFIDENCIAL] p.p. Sublinha-se que em P2 observou-se relação mais positiva em todo o período ([CONFIDENCIAL]%). Em P5, a relação atingiu [CONFIDENCIAL]%.

Com relação aos indicadores financeiros e de rentabilidade, ao se analisar os extremos do período (de P1 a P5), à exceção do resultado e da margem bruta que tiveram queda de [CONFIDENCIAL]% e [CONFIDENCIAL] p.p., respectivamente, percebe-se melhora nos demais indicadores e margens respectivas. Tal resultado pode ser atribuído ao fato de P1 ter sido o pior período em toda a série conforme já destacado ao longo do item 6, tendo a indústria doméstica apresentado prejuízo operacional, mesmo quando excluído resultado financeiro e outras despesas. Ressalta-se que P1 foi o único período que a indústria doméstica teve prejuízo em suas contas.

Além disso, é relevante mencionar as rubricas relacionadas a resultado financeiro e a outras despesas/receitas destacado na DRE da indústria doméstica. Conforme se pode notar na tabela do item 6.1.2.2, o resultado financeiro apresentou, em P1, despesa na ordem de R$ [CONFIDENCIAL], e as outras despesas/receitas totalizaram despesas de R$ [CONFIDENCIAL], montantes elevados que contribuíram para a indústria doméstica ter obtido o pior resultado operacional do período de análise de dano em P1. Na sequência, ambas as rubricas de resultado financeiro e de outras despesas/receitas operacionais foram melhorando continuamente de P2 até P5. Assim, em P5, tais rubricas passaram a representar receitas de R$ [CONFIDENCIAL], o que atenuou o quadro de deterioração do resultado operacional de P4 para P5, que indicaria queda ainda maior (84,7%) quando considerado o resultado exclusive resultado financeiras e de outras despesas/receitas. Desse modo, julga-se mais adequado avaliar o dano à indústria doméstica pela rubrica de resultado operacional exceto resultado financeiro e outras despesas/receitas.

Ainda no que tange aos resultados financeiros e margens de lucro obtidas ao longo do período de análise de dano, percebeu-se que Resultado bruto melhorou de P1 até P3 e depois passou a piorar, com queda acentuada de P4 para P5. O resultado operacional exceto resultado financeiro e outras despesas/receitas melhorou até P4, tendo apresentado também deterioração expressiva de P4 para P5. Tendo em vista os resultados operacionais apresentados em P1, caso a análise tenha como referência inicial qualquer outro período que não este primeiro período, percebe-se deterioração expressiva em todos os intervalos analisados para todos os indicadores ao se comparar aos resultados obtidos em P5, consoante sublinhado no item 6.1.2.2 deste documento. Como ilustração, ao se analisar o intervalo de P3 a P5, o resultado bruto, o resultado operacional e o resultado exceto resultado financeiro e outras despesas tiverem deterioração significativa na ordem de 57,4%; 26,6% e 82,4%, respectivamente. No mesmo sentido, as margens respectivas, no mesmo sentido, tiveram queda na ordem de: [CONFIDENCIAL] em pontos percentuais.

A deterioração dos indicadores financeiros também pode ser notada quando se analisa o intervalo de P4 a P5, tendo havido redução considerável em todos os indicadores. Por exemplo, a queda do resultado bruto e da margem bruta foi, de modo respectivo, de [CONFIDENCIAL] p.p., os piores resultados encontrados no período de análise de dano, piores inclusive do que os encontrados em P1. Já o resultado operacional exceto receita/despesa financeira e outras despesas reduziu [CONFIDENCIAL]%, e a respectiva margem teve diminuição de [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 a P5.

Já ao se analisar a receita líquida unitária de P1 a P5, constata-se que houve queda de [CONFIDENCIAL]%. O resultado bruto unitário apresentou redução significativa ([CONFIDENCIAL]%, já que o CPV unitário teve diminuição relativa menor ([CONFIDENCIAL]%) do que a receita unitária. Quando se compara o período de P4 a P5, ao passo que o CPV unitário teve queda de [CONFIDENCIAL]%, a receita líquida unitária diminuiu 14,9%. Por consequência, o resultado bruto unitário apresentou diminuição expressiva de [CONFIDENCIAL]%.

Observa-se, desse modo, que, exceto quando se adota como referencial para comparação com P5 o primeiro intervalo da série P1, todos os indicadores financeiros tiveram deterioração ao longo do período de análise. Assim, todos os indicadores e margens financeiros analisados chegaram a seu menor valor absoluto em P5 se comparado aos outros períodos à exceção de P1, em que a indústria doméstica teve prejuízo.

No que tange ao volume de produção, verificou-se aumentos contínuos à exceção de P2 a P3. Ao se considerar os extremos do período, houve aumento de 61,3%. No que diz respeito à capacidade instalada, após queda de P1 a P2, houve aumento seguidos, tendo registrado crescimento de 31,7% de P1 a P5. Tendo em conta que o volume de produção aumento em proporção maior do que o aumento do grau de ocupação, este indicador apresentou expansão de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 a P5.

No tocante a estoques, considerando os extremos da série, houve aumento de 14,7%, sendo o menor patamar atingido em P3 ([CONFIDENCIAL]t), pouco abaixo do nível registrado em P1 ([CONFIDENCIAL]t). Após atingir o maior patamar em P4 ([CONFIDENCIAL] t), houve queda de 8,9% no período seguinte.

Quando à evolução dos indicadores de emprego dos empregados da linha de produção, houve queda de 3,7% de P1 a P5, ao passo que a massa salarial aumentou 5,7%. Levando em conta que houve aumento de produção de P1 a P5, a produtividade por empregado ligado à produção aumentou 67,4% nesse período.

Dessa feita, pode-se concluir pela existência de elementos suficientes de indícios de dano à indústria doméstica ao longo do período analisado.

7. DA CAUSALIDADE

O art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece a necessidade de se demonstrar o nexo de causalidade entre as importações a preços com indícios de dumping e o eventual dano à indústria doméstica. Essa demonstração de nexo causal deve basear-se no exame de elementos de prova pertinentes e outros fatores conhecidos, além das importações a preços com indícios de dumping, que possam ter causado o eventual dano à indústria doméstica na mesma ocasião.

7.1. Do impacto das importações a preços com indícios de dumping sobre a indústria doméstica

No que se refere ao volume das importações das origens investigadas, é relevante dizer que estas importações aumentaram continuamente ao longo do período de análise, registrando crescimento de 110,4% de P1 a P5 e passando a representar 98% do total importado pelo Brasil em P5, ganho de [CONFIDENCIAL]p.p. em relação a P1. Nesse mesmo período, as vendas da indústria doméstica aumentaram 58,5%, ao passo que o mercado brasileiro aumentou 79,9%.

As origens investigadas, que representavam [CONFIDENCIAL]% do mercado brasileiro em P1, passaram a representar [CONFIDENCIAL]% em P5, ganho de [CONFIDENCIAL]p.p. Quando se avalia o preço do produto importado das origens investigadas, nota-se que houve queda de [CONFIDENCIAL]% de P1 a P5. Já o preço da indústria doméstica reduziu-se [CONFIDENCIAL]% no mesmo intervalo.

Registra-se que houve subcotação em todos os períodos analisados. Ao se analisar os extremos da série, embora tenha havido melhora no resultado operacional, observou-se deterioração do resultado bruto da indústria doméstica, que apresentou queda de 44,5%, e perda de participação da indústria no mercado brasileiro em termos de volume vendido.

Cumpre mencionar que P1 foi o pior período da série tanto em termos de volume vendido quanto de indicadores financeiros e de rentabilidade - à exceção do resultado bruto e da margem bruta, cujo pior período foi P5 - para a indústria doméstica. Quando se tem como referência os demais períodos de análise de indícios de dano, nota-se que o mercado brasileiro aparentemente estava contraído em P1. O crescimento significativo de P1 a P2 (43,3%) reforça a possível contração. Cabe lembrar que a peticionária informou não ter tido mudança no padrão de consumo ao longo do período de análise. Mesmo assim, buscar-se-á mais informações sobre essa questão ao longo da investigação. A aparente contração do mercado pode ter tido reflexos nos indicadores da indústria doméstica em P1, sendo um possível causador de dano neste período. Dessa maneira, para fins de início, é razoável também avaliar a causalidade considerando os demais intervalos, especialmente a partir de P2.

De P2 a P3, as importações também tiveram aumento expressivo de 21,6%, superior não só ao crescimento do mercado brasileiro nesse mesmo período (15,2%), mas também superior às vendas da indústria doméstica no mercado interno, que apresentaram queda de 7%. Em P3, se, por um lado, as importações das origens investigadas atingiram sua maior participação no mercado brasileiro ([CONFIDENCIAL]%), por outro lado, a indústria doméstica atingiu sua menor participação ([CONFIDENCIAL]%), registrando perda de [CONFIDENCIAL]p.p. desde P1. O ganho de participação das importações sob análise se deu basicamente em detrimento da participação das vendas da indústria doméstica, levando com conta que as vendas de outros produtores e as importações das outras origens tiveram oscilação residual. Registre-se que a indústria doméstica perdeu [CONFIDENCIAL] p.p. de participação em P3 quando comparado a P1. Destaca-se que P2 e P3 foram os períodos de maior subcotação ao longo da série analisada, o que pode explicar o aumento do volume das importações de China e Índia em proporção maior do que o aumento do mercado brasileiro nesses períodos.

De P3 a P4, as importações de fios texturizados de poliéster originárias de China e Índia cresceram 2,1%, representando 96,6% do total importado. Com relação ao mercado brasileiro, apresentou aumento de 2,9%. Nesse mesmo período, as vendas da indústria doméstica cresceram 12,5%, aumentando sua participação no mercado brasileiro. O ganho de mercado, entretanto, deu-se em detrimento da rentabilidade da indústria doméstica. Houve queda na margem bruta ([CONFIDENCIAL] p.p.), na margem operacional exceto resultado financeiro ([CONFIDENCIAL] p.p.) e margem operacional exceto resultado financeiro e outras despesas ([CONFIDENCIAL] p.p.). Cabe mencionar que a relação custo/preço da indústria doméstica aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. nesse período.

Já de P4 a P5, as importações sob investigação aumentaram 2,1%, embora tenha havido queda de 10,7% no valor importado diante de queda de 12,5% no preço das importações. Essas importações passaram a representar 98% do total importado e [CONFIDENCIAL]% do mercado brasileiro. Nesse mesmo período, o volume vendido da indústria doméstica teve seu maior aumento relativo (29,8%), recuperando em [CONFIDENCIAL] p.p. a participação da indústria no mercado brasileiro. Quando comparada com P3, o aumento da participação da indústria doméstica foi de [CONFIDENCIAL] p.p. O expressivo aumento do volume vendido não se traduziu em aumento da receita líquida - crescimento de 10,5% - na mesma proporção, haja vista a redução considerável do preço da indústria doméstica no mercado interno (14,9%), a maior redução relativa em toda a série analisada e o menor preço registrado. A redução do preço em proporção maior do que a redução do custo de produção, aumentou a deterioração da relação custo/preço em [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 a P5, chegando a [CONFIDENCIAL]% neste último período, segunda maior em todo o período de análise, atrás apenas de P1. Por consequência, observou-se também deterioração de todos os indicadores financeiros e de rentabilidade da indústria doméstica de P4 a P5.

Por todo o exposto, conclui-se haver indícios de que crescimento do volume das importações objeto de investigação, cursadas a preços com indícios de dumping e subcotados em relação aos preços da indústria doméstica, causou dano à indústria doméstica ao longo do período de análise de dano.

7.2. Dos possíveis outros fatores causadores de dano e da não atribuição

Consoante o determinado pelo § 4º do art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, procurou-se identificar outros fatores relevantes, além das importações a preços com indícios de dumping, que possam ter causado o eventual dano à indústria doméstica no período de investigação de indícios de dano.

7.2.1. Do volume e preço de importação das demais origens

Verificou-se, a partir da análise das importações brasileiras de fios texturizados de poliéster, que as importações oriundas das outras origens diminuíram significativamente ao longo do período investigado (70,4%% de P1 a P5, sendo 40,9% de P4 para P5). Nesse sentido, as importações das outras origens perderam participação no mercado brasileiro tanto de P4 para P5 ([CONFIDENCIAL] p.p.), quanto de P1 a P5 ([CONFIDENCIAL] p.p.). Em P5, a importações das outras origens representaram [CONFIDENCIAL]% do mercado brasileiro em P5.

Ademais, vale mencionar que o preço CIF em dólares estadunidenses das importações oriundas das outras origens foi superior ao preço das importações provenientes da origem investigada em todos os períodos.

Nesse contexto, as importações de fios texturizados de poliéster não parecem ter tido o condão de causar impactos negativos à indústria doméstica, tendo representado volumes sempre muito inferiores e realizadas a preços mais altos do que aqueles relativos às origens investigadas a preços.

7.2.2. Do impacto de eventuais processos de liberalização das importações sobre os preços domésticos

Não houve alteração da alíquota do Imposto de Importação de 18% aplicada às importações brasileiras classificadas sob os itens da NCM analisados nesta investigação, durante todo o período de análise de indícios de dano, de modo que não houve processo de liberalização dessas importações de P1 até P5.

7.2.3. Da contração na demanda ou mudanças nos padrões de consumo

Durante o período analisado não foram constatadas mudanças no padrão de consumo do mercado brasileiro, segundo a peticionária. Apesar disso, observou-se que, de P1 a P2, o mercado brasileiro apresentou crescimento expressivo (43,3%), o que poderia indicar que o mercado estivesse relativamente contraído à época. Ao longo da fase probatória, buscar-se-ão mais informações para entender o motivo do crescimento mais substancial nesse intervalo inicial. Destaca-se que P1 foi o período em que a indústria doméstica apresentou os piores indicadores tanto de volume quanto de rentabilidade no período de análise de indícios de dano.

Tampouco percebeu-se contração da demanda. Pelo contrário, o mercado brasileiro de fios texturizados de poliéster cresceu continuamente ao longo do período analisado, registrando aumento acumulado de [CONFIDENCIAL]% de P1 a P5.

Desse modo, não se pode, portanto, atribuir a deterioração dos indicadores de volume da indústria doméstica a esses fatores.

7.2.4. Das práticas restritivas ao comércio de produtores domésticos e estrangeiros e a concorrência entre eles

Não foram identificadas práticas restritivas ao comércio dos fios texturizados de poliéster, pelos produtores domésticos ou pelos produtores estrangeiros, tampouco fatores que afetassem a concorrência entre eles.

7.2.5. Do progresso tecnológico

Tampouco foi identificada a adoção de evoluções tecnológicas que pudessem resultar na preferência do produto importado ao nacional. Os fios texturizados de poliéster objeto da investigação e os fabricados no Brasil são concorrentes entre si.

7.2.6. Do desempenho exportador

Como apresentado neste documento, o volume de vendas da indústria doméstica no mercado externo de fios texturizados de poliéster aumentou 47,5% de P1 para P5, sendo que de P4, menor volume exportado, a P5 houve crescimento de 391,5% das exportações.

A participação das vendas no mercado externo em relação às vendas totais da indústria doméstica sempre representou percentual reduzido. Em P2, período de maior participação, tal percentual atingiu [CONFIDENCIAL]% do total vendido. Tanto em P1 quanto em P5, a participação foi [CONFIDENCIAL]% do total vendido.

Portanto, a deterioração dos indicadores de volume da indústria doméstica não pode ser atribuída ao seu desempenho exportador.

7.2.7. Da produtividade da indústria doméstica

A produtividade da indústria doméstica, calculada como o quociente entre a quantidade produzida e o número de empregados envolvidos na produção no período, aumentou 67,4% e 22,0% em P5 em relação a P1 e P4, respectivamente. Não se pode, portanto, atribuir a deterioração dos indicadores de volume da indústria doméstica à sua produtividade, tendo em conta a melhora nesse indicador.

7.2.8. Do consumo cativo

Não houve consumo cativo no período, não podendo, portanto, ser considerado como fator causador de dano.

7.2.9. Das importações ou a revenda do produto importado pela indústria doméstica

Conforme informações apresentadas pela indústria doméstica, ao longo do período de continuidade de dano, as revendas realizadas alcançaram [CONFIDENCIAL]em P1; [CONFIDENCIAL]% em P2; [CONFIDENCIAL]% em P3; [CONFIDENCIAL]% em P4 e [CONFIDENCIAL]% em P5 quando comparadas com o volume total vendido pela indústria doméstica. Cabe informar que a indústria doméstica [CONFIDENCIAL].

Considerando que o volume importado se reduziu consideravelmente a partir de P3, mesmo período em que se percebe significativa deterioração dos indicadores de rentabilidade da indústria doméstica, não se pode atribuir a esses volumes o dano causado.

7.3. Da conclusão sobre a causalidade

De acordo com item 7.1, o aumento expressivo do volume de fios texturizados de poliéster importado das origens investigadas, acima do crescimento do mercado brasileiro de P1 a P3, diminuiu a participação da indústria brasileira nesse mercado. Inclusive, a indústria doméstica apresentou queda no volume vendido de P2 a P3, conforme já ressaltado, ao passo que tanto o mercado brasileiro quanto as origens investigadas cresceram no mesmo intervalo. De P1 a P2, portanto, verifica-se a deterioração dos indicadores de volume da indústria doméstica, momento em que as importações apresentaram seu maior crescimento relativo (65,1%).

De P3 a P5, a indústria doméstica obteve êxito em recuperar parte da participação de mercado perdida de P1 a P3. Para conseguir fazer frente à concorrência das importações a preços com indícios de dumping de China e Índia, que já representavam mais de [CONFIDENCIAL]% do mercado brasileiro, a recuperação do market-share pela indústria doméstica todavia se deu em detrimento de seus indicadores financeiros e de rentabilidade, conforme já detalhado no item 7.1 deste documento. Ademais, ainda que a indústria doméstica tenha recuperado participação no mercado brasileiro às custas de sua lucratividade, a indústria não atingiu a participação que tinha no mercado brasileiro em P1.

Para fins de início desta investigação, considerando a análise dos fatores previstos no art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, concluiu-se haver indícios de que as importações da origem investigada a preços com indícios de dumping contribuíram significativamente para a existência dos indícios de dano à indústria doméstica constatados nos itens 6 e 7 deste documento.

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

PORTARIA SPU-RJ/ME Nº 2.600, DE 4 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 9°, inciso I, da Portaria SPU n° 12.746, de 30 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 03 de dezembro de 2018, Seção 01, página 104, conforme os elementos que integram o Processo Administrativo nº 10154.154058/2020-24, resolve:

Art. 1º Autorizar a reversão à União do imóvel situado no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Rua Fernandes Sampaio, Lote 01, do PA 49.037 de 3ª categoria, foreiro ao domínio da União - Sulacap - Rio de Janeiro/RJ, cedido sob o regime de Aforamento Gratuito à Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica - CFIAe, CNPJ nº 30.496.004/0001-73 nos termos do contrato de Cessão assinado pelas partes em 30 de junho de 2008, registrado em 22 de agosto de 2008 no Cartório do Oitavo Serviço Registral de Imóveis na Matrícula de nº 248.798, ficha nº 1, Livro 4BD, fls. 134, nº 175755.

Parágrafo único. A reversão de que trata o caput fundamenta-se no descumprimento do encargo de construção de imóveis residenciais para beneficiários da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica, previsto na cláusula quarta, bem como na cláusula décima segunda do respectivo contrato, firmado entre a União e Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica, na data de 30 de junho de 2008, lavrado às folhas 14/28 do Livro nº 5 - Especial da Superintendência do Patrimônio da União no Rio de Janeiro.

Art. 2º A formalização da reversão dar-se-á pelo cancelamento do registro anterior, a ser requerida ao Oficial do Registro de Imóveis competente, e consequentemente a propriedade da União Federal.

Art. 2.º O imóvel objeto desta Portaria destina-se à Alienação.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DA SILVA MEDEIROS

PORTARIA SPU-RJ/ME Nº 2.602, DE 4 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 9°, inciso I, da Portaria SPU n° 12.746, de 30 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 03 de dezembro de 2018, Seção 01, página 104, conforme os elementos que integram o Processo Administrativo nº 10154.154058/2020-24, resolve:

Art. 1º Autorizar a reversão à União do imóvel situado no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Avenida Marechal Fontenelle, domínio útil do respectivo terreno designado por Lote 01 de 3ª categoria do PA 49.143, foreiro ao domínio da União, Sulacap - Rio de Janeiro/RJ, cedido sob o regime de Aforamento Gratuito à Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica - CFIAe, CNPJ nº 30.496.004/0001-73 nos termos do contrato de Cessão assinado pelas partes em 30 de junho de 2008, registrado em 22 de agosto de 2008 no Cartório do Oitavo Serviço Registral de Imóveis na Matrícula de nº 250.819, ficha nº 1, Livro 4BD, fls. 222, nº 176992.

Parágrafo único. A reversão de que trata o caput fundamenta-se no descumprimento do encargo de construção de imóveis residenciais para beneficiários da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica, previsto na cláusula quarta, bem como na cláusula décima segunda do respectivo contrato, firmado entre a União e Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica, na data de 30 de junho de 2008, lavrado às folhas 14/28 do Livro nº 5 - Especial da Superintendência do Patrimônio da União no Rio de Janeiro.

Art. 2º A formalização da reversão dar-se-á pelo cancelamento do registro anterior, a ser requerida ao Oficial do Registro de Imóveis competente, e consequentemente a propriedade da União Federal.

Art. 2.º O imóvel objeto desta Portaria destina-se à Alienação.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DA SILVA MEDEIROS

PORTARIA SPU-RJ/ME Nº 2.603, DE 4 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 9°, inciso I, da Portaria SPU n° 12.746, de 30 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 03 de dezembro de 2018, Seção 01, página 104, conforme os elementos que integram o Processo Administrativo nº 10154.154058/2020-24, resolve:

Art. 1º Autorizar a reversão à União do imóvel situado no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Avenida Marechal Fontenelle, domínio útil do respectivo terreno designado por Lote 02 de 3ª categoria, do PA 49.143, foreiro ao domínio da União, Sulacap - Rio de Janeiro/RJ, cedido sob o regime de Aforamento Gratuito à Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica - CFIAe, CNPJ nº 30.496.004/0001-73 nos termos do contrato de Cessão assinado pelas partes em 30 de junho de 2008, registrado em 22 de agosto de 2008 no Cartório do Oitavo Serviço Registral de Imóveis na Matrícula de nº 250.820, ficha nº 1, Livro 4BD, fls. 222, nº 176993.

Parágrafo único. A reversão de que trata o caput fundamenta-se no descumprimento do encargo de construção de imóveis residenciais para beneficiários da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica, previsto na cláusula quarta, bem como na cláusula décima segunda do respectivo contrato, firmado entre a União e Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica, na data de 30 de junho de 2008, lavrado às folhas 14/28 do Livro nº 5 - Especial da Superintendência do Patrimônio da União no Rio de Janeiro.

Art. 2º A formalização da reversão dar-se-á pelo cancelamento do registro anterior, a ser requerida ao Oficial do Registro de Imóveis competente, e consequentemente a propriedade da União Federal.

Art. 2.º O imóvel objeto desta Portaria destina-se à Alienação.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DA SILVA MEDEIROS

PORTARIA SPU-RJ/ME Nº 2.604, DE 4 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 9°, inciso I, da Portaria SPU n° 12.746, de 30 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 03 de dezembro de 2018, Seção 01, página 104, conforme os elementos que integram o Processo Administrativo nº 10154.154058/2020-24, resolve:

Art. 1º Autorizar a reversão à União do imóvel situado no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Avenida Marechal Fontenelle, domínio útil do respectivo terreno designado por Lote 01 de 3ª categoria, do PA 49.302, foreiro ao domínio da União, Sulacap - Rio de Janeiro/RJ, cedido sob o regime de Aforamento Gratuito à Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica - CFIAe, CNPJ nº 30.496.004/0001-73 nos termos do contrato de Cessão assinado pelas partes em 30 de junho de 2008, registrado em 22 de agosto de 2008 no Cartório do Oitavo Serviço Registral de Imóveis na Matrícula de nº 253.882, ficha nº 1, Livro 4BE, fls. 149, nº 180176.

Parágrafo único. A reversão de que trata o caput fundamenta-se no descumprimento do encargo de construção de imóveis residenciais para beneficiários da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica, previsto na cláusula quarta, bem como na cláusula décima segunda do respectivo contrato, firmado entre a União e Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica, na data de 30 de junho de 2008, lavrado às folhas 14/28 do Livro nº 5 - Especial da Superintendência do Patrimônio da União no Rio de Janeiro.

Art. 2º A formalização da reversão dar-se-á pelo cancelamento do registro anterior, a ser requerida ao Oficial do Registro de Imóveis competente, e consequentemente a propriedade da União Federal.

Art. 2.º O imóvel objeto desta Portaria destina-se à Alienação.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DA SILVA MEDEIROS

SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

ATO COTEPE/ICMS Nº 7, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021

Altera o Ato COTEPE/ICMS 19/07, que divulga relação dos concessionários de serviço público de transporte ferroviário beneficiados com regime especial de apuração e escrituração do ICMS.

A Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, na sua 296ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 24 de fevereiro de 2021, em Brasília, DF, tendo em vista o disposto na cláusula primeira do Ajuste SINIEF 19/89, de 22 de agosto de 1989, resolve:

Art. 1º Fica alterado o item 25 do Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS 19/07, de 18 de dezembro de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"

25	Rumo Malha Central S.A	Ferrovia Norte Sul Tramo Central	Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Tocantins

".

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União. Diretor da Secretaria-Executiva do CONFAZ e Presidente da COTEPE/ICMS - Carlos Henrique de Azevedo Oliveira, Receita Federal do Brasil - Adriano Pereira Subirá, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN - Adriano Chiari da Silva e Fernanda Schimitt Menegatti, Acre - Maria José do Carmo Maia, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio; Amapá - Robledo Gregório Trindade; Amazonas - Felipe Crespo Ferreira; Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz; Ceará - Victor Hugo Cabral de Morais Junior; Distrito Federal - Márcia Valéria Ayres Simi de Camargo; Espírito Santo - Rômulo Eugênio de Siqueira Chaves; Goiás - Elder Souto Silva Pinto; Maranhão - Luis Henrique Vigário Loureiro; Mato Grosso - Patricia Bento Gonçalves Vilela; Mato Grosso do Sul - Miguel Antônio Marcon, Minas Gerais - Fausto Santana da Silva; Pará - Nilda Santos Baptista; Paraíba - Fernando Pires Marinho Júnior; Paraná - Mateus Mendonça Bosque; Pernambuco - Nilo Otaviano da Silva Filho; Piauí - Gardênia Maria Braga de Carvalho; Rio de Janeiro - Luiz Cezar Moretzsohn Rocha; Rio Grande do Norte - Luiz Augusto Dutra da Silva; Rio Grande do Sul - Leonardo Gaffrée Dias; Rondônia - Roberto Carlos Barbosa; Roraima - Larissa Góes de Souza, Santa Catarina - Ramon Santos de Medeiros; São Paulo - Luis Fernando dos Santos Martinelli; Sergipe - Rogério Luiz Santos Freitas; Tocantins - Marcus Augusto Hein Rodrigues.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA
Diretor da Secretaria-Executiva do CONFAZ

ATO COTEPE ICMS Nº 8, DE 4 DE MARÇO DE 2021

Altera o Ato COTEPE/ICMS 23/18, que divulga a relação dos contribuintes beneficiados no cumprimento de obrigações tributárias relativas ao ICMS na prestação de serviço de transporte e na armazenagem de Etanol Hidratado Combustível - EHC e Etanol Anidro Combustível - EAC pelo sistema dutoviário.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, com base no § 1º da cláusula primeira do Protocolo ICMS 02/14, de 17 de fevereiro de 2014 e no § 1º da cláusula primeira do Protocolo ICMS 05/14, de 21 de março de 2014,

CONSIDERANDO o disposto no art. 7º do Ato COTEPE/ICMS 20/15, de 25 de março de 2015,

CONSIDERANDO as solicitações recebidas das Secretarias de Fazenda dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, ambas do dia 1º de março de 2021, registradas no Processo SEI nº 12004.100041/2020-04, torna público:

Art. 1º Ficam acrescidos os dispositivos a seguir indicados à "Relação de contribuintes beneficiados" do Ato COTEPE/ICMS 23/18, de 27 de março de 2018, com as seguintes redações:

I - o item 93 no campo referente ao Estado de Minas Gerais:

"

Unidade Federada: MINAS GERAIS						
ITEM	UF	TIPO DE ETANOL		CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL	RAZÃO SOCIAL
		EAC	EHC			
93	MG	SIM	SIM	29116635000130	0030823650057	MINAS BIOENERGIA LTDA

";

II - o item 348 no campo referente ao Estado de São Paulo:

"

Unidade Federada: SÃO PAULO						
ITEM	UF	TIPO DE ETANOL		CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL	RAZÃO SOCIAL
		EAC	EHC			
348	SP	SIM	SIM	71.770.689/0001-81	528.044.958.110	TOTAL LUBRIFICANTES DO BRASIL LTDA

".

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ATO COTEPE/ICMS Nº 9, DE 4 DE MARÇO DE 2021

Altera o Anexo II do Ato COTEPE/ICMS 26/16, que divulga a relação dos contribuintes credenciados para fins do disposto no § 1º da cláusula segunda-A do Protocolo ICMS 55/13.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12, do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, com base no § 1º da cláusula segunda-A do Protocolo ICMS 55/13, de 22 de maio de 2013,

Considerando a solicitação da Secretaria de Fazenda do Estado do Espírito Santo, registrada no processo SEI nº 12004.100750/2020-81, na forma do § 2º da cláusula segunda-A do Protocolo ICMS 55/13, torna público:

Art. 1º Fica acrescido o item 30 ao Anexo II do Ato COTEPE/ICMS 26/16, de 27 de outubro de 2016, com a seguinte redação:

"

ANEXO II

ESPÍRITO SANTO

ITEM	**RAZÃO SOCIAL**	**CNPJ**
30	STEFENONI INTERAGRÍCOLA LTDA	21.475.922/0001-25

".

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO
SECRETARIA DE TRABALHO
SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHO DE 2 DE MARÇO DE 2021

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento no §3º do art. 45 da Portaria nº. 326, de março de 2013 c\c artigos 39 e 47 da Portaria 17.593, de 2020 e art. 63 da Lei nº 9.784, de janeiro de 1999, considerando a irregularidade dos processos e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 8677/2021/ME, resolve:

Não conhecer os recursos administrativos interpostos abaixo relacionados:

Processo	Entidade	Data do Ato Adm.	Protocolo Recurso	Recurso
46220.006678/2016-88	SINDICATO RURAL DE SAO JOSE E REGIAO/SC	21/10/2020	14/12/2020	19964.115378/2020-07
08015.004032/2019-45	SINDICATO DOS CONDUTORES DE AMBULANCIA DO ESTADO DE SERGIPE	26/10/2020	17/12/2020	19964.115635/2020-01
46211.005091/2016-61	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS QUIMICAS PLASTICAS E FARMACEUTICAS DE BELO HORIZONTE E REGIAO	09/10/2020	22/12/2020	19964.115814/2020-30
19964.112322/2020-92	SIRACS - SINDICATO DOS AGENTES COMUNITARIO DE SAUDE E AGENTES DO COMBATE A ENDEMIAS DA REGIAO SUL DO ESTADO DE MATO GROSSO	02/12/2020	22/12/2020	19964.115896/2020-12
46224.002689/2016-59	SINDICATO INT. DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA IND. DA PURIF. E DIST. DE AGUA E EM SERV. DE ESG. NO ESTADO DA PARAIBA-SINTERAGUA/PB	09/12/2020	22/12/2020	19964.115876/2020-41
46215.001107/2019-79	SINDICATO DOS FARMACEUTICOS DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO - SINFAR-RIO	27/10/2020	28/12/2020	19964.116041/2020-17

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

DESPACHO DE 2 DE MARÇO DE 2021

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 17.593/2020 e na Lei nº 9.784/1999, e com fundamento naNota Técnica SEI nº 8494/2021/ME (SEI 13898374), resolve: NÃO CONHECER o Recurso Administrativo n.º 19964.101732/2021-99 interposto pelo SIMAREM - Sindicato Matogrossense de Retíficas de Motores, CNPJ 03.236.627/0001-34, nos autos do Processo Administrativo n.º 19964.113626/2020-77, com respaldo no art. 63, inciso III, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

DESPACHOS DE 4 DE MARÇO DE 2021

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a devolução do Ofício SEI n° 297364/2020/ME (11990021), respaldado no art. 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, resolve: NOTIFICAR o Representante Legal do Sindicato dos Servidores Municipais da Educação de Cruzeiro do Sul, inscrição no CNPJ n° 09.118.838/0001-59, processo n° 46218.007963/2016-65, para a apresentação no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, da documentação solicitada no referido ofício, sob pena de arquivamento dos autos, nos termos do art. 40 da Lei 9.784/1999 c/c art. 22, inciso XI, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a devolução do Ofício SEI n° 298221/2020/MR(12010233), respaldado no art. 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, resolve: NOTIFICAR o Representante Legal do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Baixa Grande do Ribeiro/PI- STTA, inscrição no CNPJ n° 22.159.033/0001-11, Processo n° 46214.004823/2015-94, para a apresentação no prazo de 20 (vinte) dias, a partir desta publicação, da documentação solicitada no referido ofício, sob pena de arquivamento dos autos, nos termos do art. 40 da Lei 9.784/1999 c/c art. 22, inciso XI, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a devolução do Ofício nº 282554 (SEI 11649257) respaldado no art. 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, resolve: NOTIFICAR o Representante Legal do Sindicato da Indústria da Pesca, Doces, Conservas Alimentícias do Rio Grane do Sul, CNPJ 94.874.377/0001-13, Processo 46218.005640/2018-07, SA 04651, para a apresentação no prazo de 20 (vinte) dias, a partir desta publicação, da documentação solicitada no referido ofício, sob pena de arquivamento dos autos, nos termos do art. 40 da Lei 9.784/1999 c/c art. 22, inciso XI, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 9189/2021/ME (sei 14001082), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINDEVALORES - SC - Sindicato das Empresas de Transporte de Valores do Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 23.616.897/0001-88, processo 46220.003838/2016-37 para representar a Categoria Econômica das empresas de transporte de valores, com abrangência estadual e base territorial no Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação da seguinte entidade: A) SINDESP/SC - Sindicato das Empresas de Segurança Privada de SC; CNPJ: 81.577.553/0001-03; Categoria: Segurança, Vigilância, Transportes de Valores e Cursos de Formação; Processo: 46220.008122/2005-73, excluindo a Categoria Econômica das empresas de transportes de valores, no Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 24 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 9533/2021/ME (14047524), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro n.º 46216.000835/2015-20, de interesse do SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ITAPUÃ DO OESTE - Sind.ITAPUÃ, CNPJ 21.311.027/0001-75, nos termos do inciso VI do art. 22 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a irregularidade do processo, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 9268/2021/ME (14011770), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro de alteração estatutária do STR de Águas Belas - Sindicato dos Trabs Rurais de Águas Belas, CNPJ 11.239.704/0001-38, Processo 46213.027664/2015-14, , nos termos do inciso VI do art. 22 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 9412/2021/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46223.007914/2016-53, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Lago da Pedra - MA, CNPJ 05.651.088/0001-25, para representação da categoria Profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares àqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do decreto Lei 1.166/1971, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Lago da Pedra, no Estado do Maranhão/MA, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a devolução do Ofício n.º 293163 (SEI 11886813), respaldado no art. 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, resolve: NOTIFICAR o Representante Legal do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Coelho Neto - MA - CNPJ 19.305.246/0001-08, Processo 46223.003202/2017-46, SC 19105, para a apresentação no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, da documentação solicitada no referido ofício, sob pena de arquivamento dos autos, nos termos do art. 40 da Lei 9.784/1999 c/c art. 22, inciso XI, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 9174/2021/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.102940/2021-13, de interesse do SINTROCAM - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS DE MACÉIO, CNPJ 01.039.667/0001-60, para representação da categoria dos Trabalhadores das Empresas de Transportes de Cargas; Motorista e Ajudante de Caminhão das Empresas do Comércio; Motorista e Ajudante de Caminhão das Indústrias e Construção Civil; Motoristas das Instituições de Saúde e Ensino; Motoristas das Empresas de Comunicação, assim compreendidas - Jornal, Rádio e Televisão, Trabalhadores em Transportes Rodoviários nas Empresas de Logística e Condutores de Veículos e nas Empresas de Locação de Veículos, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos Municípios de Arapiraca, Barra de São Miguel, Coruripe, Delmiro Gouveia, Maceió, Maragogi, Marechal Deodoro, Matriz de Camaragibe, Palmeira dos Índios, Paripueira, Penedo, Pilar, Rio Largo e São Miguel dos Campos, no Estado de Alagoas/AL, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais e com fundamento na NT 9660/2021/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária do SINDHOSP - SINDICATO DOS HOSPITAIS, CLINICAS DO EST. DE SÃO PAULO, CNPJ 47.436.373/0001-73, Processo 46219.020521/2017-85, nos termos do art. 22, VI, c/c art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais e com fundamento na NT 9649/2021/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical do SINDICARMO - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CARMÓPOLIS, CNPJ 08.491.526/0001-23, Processo 46221.002766/2016-09, nos termos do art. 22, VI, c/c art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, com fundamento na NT 9646/2021/ME, resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do O SINDICATO DOS PROFESSORES DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, CNPJ 56.359.482/0001-25, Processo 46268.004319/2015-69, para representar a Categoria Profissional dos Professores empregados em estabelecimentos privados de ensino, exceto os trabalhadores nas empresas e cursos de informática, com abrangência intermunicipal e base territorial nos Municípios de São José do Rio Preto, Adolfo, Bady Bassitt, Balsamo, Cedral, Guapiaçu, Icem, Ipigua, Jaci, Jales, José Bonifácio, Mendonça, Mirassol, Mirassolândia, Monte Aprazível, Neves Paulista, Nipoã, Nova Aliança, Nova Granada, Onda Verde, Poloni, Potirendaba, Ubarana, Uchoa, União Paulista, Estado de São Paulo, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 17.593/2020 e na Lei nº 9.784/1999, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 9299/2021/ME (SEI14014735), resolve: NÃO CONHECER o Recurso Administrativo n.º 19964.102031/2021-77 interposto pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Curral de Dentro/MG, CNPJ 02.101.176/0001-65, nos autos do Processo Administrativo n.º 46211.005722/2016-41, com respaldo no art. 63, inciso III, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a devolução do oficio 310828, respaldado no art. 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, resolve: NOTIFICAR o Representante Legal do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santa Tereza do Oeste, CNPJ 03.210.116/0001-43, Processo 08015.002246/2019-87, SC 20549, para a apresentação no prazo de 15 (quinze)dias, a partir desta publicação, da documentação solicitada no referido ofício, sob pena de arquivamento dos autos, nos termos do art. 40 da Lei 9.784/1999 c/c art. 22, inciso XI, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 9675/2021/ME (14064518), resolve: ARQUIVAR o pedido de Alteração Estatutária n.º 46258.000894/2016-92, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Presidente Prudente - SP - SINTEE-PP, CNPJ 53.301.305/0001-08, nos termos inciso I do art. 22 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 9723/2021/ME (14068544), resolve: ARQUIVAR o pedido de Alteração Estatutária n.º 46220.007652/2016-57, de interesse do SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO HOTELEIRO, HOTEIS, RESTAURANTES BARES, E EMPREGADOS EM TURISMO E HOSPITALIDADE DE CHAPECO E REGIAO, CNPJ 78.480.969/0001-02, nos termos inciso I do art. 22 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 38471/2020/ME (10460727), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46223.007996/2016-36, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORAS RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE LIMA CAMPOS MA, CNPJ 05.730.205/0001-46, nos termos do art. 22, inciso XI c/c art. 47 da Portaria 17.593/2020

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 9730/2021/ME (14069374), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro n.º 46264.000350/2017-22, de interesse do Sindicato dos Agricultores Familiares de Caconde/SP, CNPJ 26.635.400/0001-67, nos termos do inciso I do art. 22 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 9692/2021/ME (14066204), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro n.º 46206.005449/2016-24, de interesse do SINDECOM - SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE PLANALTINA DE GOIÁS, CNPJ 14.699.262/0001-09, nos termos do inciso VI do art. 22 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 9332/2021/ME (SEI 14019515), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46265.002793/2016-67, de interesse do Sindicato dos Servidores e Funcionários Públicos do Município de Ilha Solteira/SP, CNPJ 00.033.965/0001-80, nos termos do art. 22, inc. VI c/c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 9662/2021/ME (14063081), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Araripe - CE, CNPJ nº 07.539.968/0001-30, Processo nº 46205.008782/2015-14, para representar a Categoria Profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativo ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, em área igual ou inferior a 2 (dois) módulos rurais, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Araripe, Estado do Ceará, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria SEPRT/ME nº 17.593/2020. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação da seguinte entidade: SRTCRATO - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Crato, CNPJ nº 07.539.968/0001-30, Processo Originário: L032 P007 A1962; excluindo a Categoria Profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativo ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, em área igual ou inferior a 2 (dois) módulos rurais; no Município de Araripe, Estado do Ceará, nos termos do art. 24 da Portaria 17.593/2020.

Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 9885/2021/ME (SEI 14089803), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46203.001746/2014-69 (SC16081), de interesse do Sindicato Rural de Pracuúba, CNPJ 20.009.553/0001-12, nos termos do art. 22, inc. I e XI c/c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 9581/2021/ME(14052096), resolve: DEFERIR o registro sindical ao Sindicato dos Biomédicos do Estado do Piauí-SINDBIESPI, CNPJ 22.933.090/0001-06, Processo 46214.001956/2016-90 (SC18167), para representar a Categoria Profissional dos Biomédicos graduados em Instituição de Ensino Superior (IES) devidamente autorizadas pelo Ministério da Educação - MEC, com abrangência estadual e base territorial no Estado do Piauí, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 9862/2021/ME (SEI 14086696), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46203.001790/2014-79, de interesse do Sindicato Rural de Pedra Branca do Amapari, CNPJ nº 18.494.089/0001-55, nos termos do art. 22, inciso I c\c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 8431/2021/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46205.009993/2015-74, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE ITAITINGA - CE, CNPJ 41.574.468/0001-77, para representação da categoria trabalhadores rurais agricultores e agricultoras aqueles que ativos ou aposentados, proprietário ou não, exerças suas atividades no meio rural individual ou em regime de economia familiares nos termos do Decreto Lei 1.166/1971, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência Municipal e base territorial no município de Itaitinga, Estado do Ceará nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 9538/2021/ME, resolve: DEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 46217.001222/2016-81 (SA03202), de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS E PRODUTOS DERIVADOS, SORVETES, CONCENTRADOS, LIOFILIZADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, CNPJ n.º 24.527.640/0001-12, para representação da categoria dos Trabalhadores na Indústria de Laticínios e Produtos Derivados, Sorvetes, Concentrados, Liofilizados, com abrangência Estadual e base territorial no Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do art. 21, inciso I e art. 47, ambos da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 9638/2021/ME (SEI 14060671), resolve, Arquivar o Processo de Pedido de Registro Sindical nº 46219.017545/2012-42, de interesse do SINCOOPROD - SINDICATO DAS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (impugnado), CNPJ: 15.758.069/0001-56, nos termos do art. 22, X, Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 9613/2021/ME (SEI 14056241), resolve, Arquivar o Processo de Pedido de Registro Sindical nº 446213.008022/2009-60 (SC05520), CNPJ: 08.437.835/0001-15, de interesse do SINTRAF - Agricultura Familiar - Sindicato dos Agricultores Familiares da Mata Sul de Pernambuco (impugnado), nos termos do art. 22, X, Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, em cumprimento a decisão com fundamento na Nota Técnica SEI nº 9439/2021/ME (14034238), resolve: 1) ARQUIVAR a impugnação nº 46000.002653/2017-81(SEI 6652695) de interesse da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará - FAEC, CNPJ nº 12.221.362/0001-91, nos termos do art. 18, inciso "VII", da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020; 2) DEFERIR o registro de alteração estatutária ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Pena Forte - CE, CNPJ nº 07.414.881/0001-36, Processo 46205.015091/2014-96 (SA02134), para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores e trabalhadoras rurais agricultores e agricultoras familiares proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, ativos e aposentados, no município de Penaforte - CE, com abrangência no município de Penaforte, no Estado do Ceará, nos termos do art. 21, inciso "II", da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 9514/2021/ME (14045153), resolve, Arquivar o Processo de Pedido de Alteração estatutária nº 46212.014228/2012-34 (SA01090), CNPJ: 02.600.951/0001-27, de interesse do SINDECREP - SINDICATO DOS EMP. EMP. CONC. RAMO

DE ROD. E G. E. PR (impugnado), nos termos do art. 22, X, Portaria nº 17.593/2020 e art. 22, §1° e 6º, da Portaria nº 501/2019, vigente à época do ato.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais; com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, na Nota Técnica SEI nº 9312/2021/ME (14016203), NOTIFICAR os representantes legais do SINCOMERCIO ARARAQUARA - SINDICATO COMERCIO VAREJISTA DE ARARAQUARA (impugnante 12) (13001306), CNPJ: 43.975.432/0001-20, impugnação 14021.186040/2020-58 e do Sindicato do Comércio Varejista de Madeiras do Estado de São Paulo (impugnado), Processo 46219.011966/2017-74 (SC19267), CNPJ: 27.760.541/0001-74; para apresentarem, no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da data desta publicação, o resultado da solução do conflito existente entre as partes litigantes, sob pena de arquivamento do processo da entidade impugnada, nos termos do art. 17, § 1º, da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020. Os documentos deverão ser encaminhados nos termos da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, com referência ao Processo de Pedido de Registro Sindical da entidade impugnada, em arquivo digital, à Coordenação-Geral de Registro Sindical pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia - SEI/ME, disponível no endereço eletrônico www.fazenda.gov.br/sei.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais; com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, atual normativo sobre a matéria, na Nota Técnica SEI nº 52992/2020/ME (11985550): 1) ARQUIVAR a impugnação nº 46000.002042/2018-13 de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, TURISMO, HOSPITALIDADE E CONDOMÍNIOS DOS MUNICÍPIOS DE VERA CRUZ, ITAPARICA, NAZARÉ E SANTO ANTONIO DE JESUS/BA - SINTTHOCON/BA, CNPJ: 40.594.137/0001-36, nos termos do art. 18, inciso III, da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020; 2) DEFERIR o Registro Sindical (RES) ao SINDFRETUR - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Locadoras, Fretamento e Turismo no Estado da Bahia (impugnado), Processo de Pedido de Registro Sindical nº 46204.012051/2015-83 (SC17719), CNPJ: 18.929.015/0001-02, para representar a Categoria Profissional dos empregados, trabalhadores e trabalhadoras, ativos e a aposentados, as empresas de veículos utilizados para transporte de pessoas e passageiros no segmento de Locação, Fretamento e Turismo, nos termos do art. 21, inciso II, da Portaria nº 17.593. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES; 3) ANOTAR na representação das seguintes entidades, nos termos do art. 24 da Portaria 17.593/2020: A) SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIARIOS DE PASSAGEIROS URBANOS INTERMUNICIPAL INTERESTADUAL DE FSA , CNPJ 42.743.302/0001-08, Processo n.° 46000.000811/93-75; excluindo a Categoria dos empregados, trabalhadores e trabalhadoras, ativos e a aposentados, as empresas de veículos utilizados para transporte de pessoas e passageiros no segmento de Locação, Fretamento e Turismo, nos municípios de Amargosa, Cachoeira, Capim Grosso, Cruz Das Almas, Milagres, Murítiba, Santo Antônio De Jesus, São Félix e Senhor Do Bonfim - BA; B) SINDROD/BA, - Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Coletivo Rodoviário e Urbano das Cidades de Camaçari, Entre Rios, Mata de São João, São Sebastião do Passé, São Francisco do Conde, Esplanada, Campo Formoso, Jacobina, Alagoinhas, Simões Filho, Candeias, Dias DÁvila, Catu, Pojuca e Lauro de Freitas, CNPJ 04.860.720/0001-88, Processo n° 46000.008342/2001-68; excluindo a Categoria dos empregados, trabalhadores e trabalhadoras, ativos e a aposentados, as empresas de veículos utilizados para transporte de pessoas e passageiros no segmento de Locação, Fretamento e Turismo, nos municípios de Alagoinhas e Lauro de Freitas - BA.

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PORTARIA Nº 14, DE 2 DE MARÇO DE 2021

Institui a Equipe Nacional de Cobrança de Obras (Eobra Nacional).

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III do caput e o parágrafo único do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 15, no art. 22, no inciso VI do caput do art. 30, e no § 4º do art. 33 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, resolve:

Art. 1º Fica instituída a Equipe Nacional de Cobrança de Obras (Eobra Nacional), responsável pela gestão e execução de atividades de controle e cobrança do crédito tributário relativo às contribuições sociais incidentes sobre obras de construção civil.

Parágrafo único. A competência atribuída à Eobra Nacional nos termos do caput será exercida de forma concorrente com a Delegacia da Receita Federal do Brasil (DRF) com jurisdição para a regularização da obra de construção civil.

Art. 2º A Eobra Nacional será vinculada à Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório (Eqrat) de que trata o art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e à Equipe Regional de Cobrança do Crédito Tributário 2 (Ecob2) da Delegacia da Receita Federal do Brasil (DRF) em Maringá, no Paraná, instituída pela Portaria SRRF09 nº 482, de 30 de julho de 2020.

Art. 3º A Eobra Nacional será composta, inicialmente, pelos servidores que atuam na Ecob2 da DRF-Maringá.

Parágrafo único. O servidor que não estiver lotado na 9ª região fiscal poderá fazer parte da equipe de que trata esta Portaria, mediante alteração de seu exercício para a Eqrat 2 de Maringá (Eqrat2/MGA), por ato do Subsecretário-Geral da Receita Federal do Brasil.

Art. 4º Esta Portaria será publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor em 1º de abril de 2021.

JOSÉ BARROSO TOSTES NETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 3 DE MARÇO DE 2021

Aplica a pena de perdimento de veículos objetos do processo que específica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do artigo 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 104, V, do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, DECLARA:

Art. 1º Findo administrativamente o processo relacionado no Anexo Único.

Art. 2º O perdimento dos veículos objetos desse processo, tornando-os disponíveis para destinação na forma da legislação vigente.

Art. 3º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANEXO ÚNICO

SEQ.	PROCESSO	AUTO DE INFRAÇÃO E APREENSÃO
01	14108.720160/2020-37	0130100-111728/2020

OLDESIO SILVA ANHESINI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM

ATO DECLARATÓRIO Nº 8, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

O Delegado da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Belém, no uso da competência atribuída pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, com alterações posteriores, bem como na Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011 e atendendo ao que consta no processo 10265.081564/2021-11, DECLARA:

INSCRITO no registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro da 2ª Região Fiscal, AURELIO CAMARGO FERREIRA, CPF nº 000.332.621-79.

FRANCISCO DAS CHAGAS FONTENELLE FEIJÓ JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 3 DE MARÇO DE 2021

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, com base na competência delegada pelo art. 1º da Portaria DRF/REC/PE nº 206, de 24 de julho de 2013, publicada no DOU de 31 de julho de 2013, e tendo em vista o inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27/12/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.518/2014, publicada no DOU de 28/11/2014 e IN RFB nº 1.583/2015, publicada no DOU de 01/09/2015, e o que consta do processo nº 10271.091754/2020-67, resolve:

Autorizar o fornecimento de 8.640 (oito mil, seiscentos e quarenta) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, à empresa DM INTERNACIONAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS EM GERAL EIRELLI LTDA., CNPJ nº. 28.104.405/0001-99, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob o nº 04101/090, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
Uísque Grand Macnish	Caixas com 12 garrafas de 1000 ml, 40% GL	8.640

ROMERO MAYNARD DE ARRUDA FALCÃO

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.009, DE 2 DE MARÇO DE 2021

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA. AVISO PRÉVIO INDENIZADO. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. VALE TRANSPORTE. DESPESAS MÉDICAS E ODONTOLÓGICAS. AUXÍLIO-DOENÇA (PRIMEIROS 15 DIAS DE AFASTAMENTO).

Não incidem contribuições previdenciárias sobre a concessão do benefício de assistência médica, o que inclui o reembolso de despesas com medicamentos, aparelhos ortopédicos, despesas médico-hospitalares e outras similares, desde que a cobertura abranja a totalidade dos empregados e dirigentes da empresa. Porém, se esse benefício alcançar apenas parte dos empregados ou dirigentes da empresa, os respectivos valores deverão ser incluídos na base de cálculo da contribuição previdenciária.

Não há incidência, também, das contribuições previdenciárias sobre o valor do vale transporte, inclusive pago em pecúnia, independentemente de previsão em acordo ou convenção coletiva de trabalho, limitada ao valor pago em montante estritamente necessário para o custeio do deslocamento da residência ao trabalho e vice-versa, em transporte coletivo, como prevê o art. 1º da Lei nº 7.418, de 1985, como, ainda, sobre as rubricas referentes ao Aviso Prévio Indenizado, à parcela in natura do auxílio-alimentação, a que se refere o inciso III do art. 58 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, abrangendo tanto a cesta básica quanto as refeições fornecidas pelo empregador aos seus empregados; o auxílio-alimentação pago mediante tíquetes-alimentação ou cartão, a partir de 11 de novembro de 2017.

Por outro lado, há incidência das contribuições sociais previdenciárias sobre os quinze primeiros dias de afastamento do empregado; sobre o terço constitucional de férias e sobre a parcela paga em pecúnia aos segurados empregados a título de auxílio-alimentação.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT NºS: 156, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2016; 249, DE 23 DE MAIO DE 2017; 126, DE 28 DE MAIO DE 2014; 188, DE 27 DE JUNHO DE 2014; 143, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016 E 35 -DE 23 DE JANEIRO DE 2019.

Dispositivos Legais: art. 7º, inciso XVI, da Constituição Federal de 1988; art. 196 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943; art. 457, § 2º; Lei nº 8.212, de 1991, arts. 13, 20, 22, incisos I e II, e 28, inciso I, e § 9º; Lei nº 10.522, de 2002, art. 19, §§ 4º e 5º; arts. 9º, inciso I, alínea "j", 104, 214, §§ 2º, 4º e 14, do Decreto nº 3.048, de 1999; Decreto nº 5, de 1991, art. 4º; Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, art. 58, III; Pareceres PGFN/CRJ nº 2.117, de 2011, e nº 2.114, de 2011; Atos Declaratórios PGFN nº 3, de 2011, nº 4, de 31 de março de 2016, e nº 16, de 2011; art. 22, inciso I, e art. 28, § 9º, ambos da Lei nº 8.212, de 1991; art. 60, § 3º, e art. 86, ambos da Lei nº 8.213, de 1991; art. 19, inciso V, da Lei nº 10.522, de 2002; art. 3º da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2014; Portaria RFB nº 745, de 2018. Nota PGFN/CRJ nº 485, de 2016; Decisão STF - Recurso Extraordinário 1.072.485 / PR.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

RETIFICAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO n° 58, de 02 de março de 2021, publicado no DOU de 04 de março de 2021, Seção 01, página 43:

Onde se lê: AG CONSTRUCOES E SERVICOS S/A

Leia-se : ANDRADE GUTIERREZ ENGENHARIA S/A

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

Cancela Registro Especial para estabelecimento Importador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA-ES, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020 e, considerando o disposto no art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e, ainda, o que consta nos autos do processo administrativo nº 15586.720.121/2011-76, DECLARA:

Art. 1º CANCELADO, de ofício, o Registro Especial Bebidas - Importador nº 07201/0432, concedido ao estabelecimento da empresa COMMAR COMÉRCIO INTERNACIONAL - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - EIRELI, CNPJ 36.008.274/0001-74 através do Ato Declaratório Executivo-ADE DRF/VIT nº 96, de 11/10/2011 e publicado no Diário Oficial da União de 14/10/2011.

Art. 2º REVOGADO o Ato Declaratório Executivo-ADE DRF/VIT nº 96, de 11/10/2011.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO AUGUSTO ROELKE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

Cancela Registro Especial para estabelecimento Importador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA-ES, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020 e, considerando o disposto no art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e, ainda, o que consta nos autos do processo administrativo nº 11543.000.697/2004-30, DECLARA:

Art. 1º CANCELADO, de ofício, o Registro Especial Bebidas - Importador nº 07201/0300, concedido ao estabelecimento da empresa EXIMBIZ COMÉRCIO INTERNACIONAL S.A, CNPJ 31.757.503/0001-30 através do Ato Declaratório Executivo-ADE DRF/VIT nº 241, de 28/10/2004 e publicado no Diário Oficial da União de 08/11/2004.

Art. 2º REVOGADO o Ato Declaratório Executivo-ADE DRF/VIT nº 241, de 28/10/2004.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO AUGUSTO ROELKE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

Cancela Registro Especial para estabelecimento Produtor e Engarrafador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA-ES, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020 e, considerando o disposto no art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e, ainda, o que consta nos autos do processo administrativo nº 15586.720.209/2017-83, DECLARA:

Art. 1º CANCELADOS, de ofício, o Registro Especial Bebidas - Engarrafador nº 07201/0485, concedido mediante o Ato Declaratório Executivo-ADE DRF/VIT nº 109, de 06/10/2017 (DOU de 09/10/2017) e o Registro Especial de Bebidas - Produtor nº 07201/0484, concedido mediante o Ato Declaratório Executivo-ADE DRF/VIT nº 80, de 18/08/2017 (DOU de 21/08/2017), do estabelecimento da empresa G CESCON CACHAÇA JAGUARÉ LTDA, CNPJ 23.075.060/0001-79.

Art. 2º REVOGADOS os Atos Declaratórios Executivos-ADE DRF/VIT nºs 80, de 18/08/2017 e 109, de 06/10/2017.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO AUGUSTO ROELKE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

Cancela Registro Especial para estabelecimento Produtor e Engarrafador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA-ES, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020 e, considerando o disposto no art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e, ainda, o que consta nos autos do processo administrativo nº 11543.001.505/2006-74, DECLARA:

Art. 1º CANCELADOS, de ofício, o Registro Especial Bebidas - Engarrafador nº 07201/0354, concedido mediante o Ato Declaratório Executivo-ADE DRF/VIT nº 72 e o Registro Especial de Bebidas - Produtor nº 07201/0353, concedido mediante o Ato Declaratório Executivo-ADE DRF/VIT nº 71, ambos de 11/10/2006 e publicados no Diário Oficial da União de 16/10/2006, do estabelecimento da empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AGUARDENTE SANTA BÁRBARA LTDA, CNPJ 04.659.927/0001-99.

Art. 2º REVOGADOS os Atos Declaratórios Executivos-ADE DRF/VIT nºs 71 e 72, de 11/10/2006.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO AUGUSTO ROELKE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

Cancela Registro Especial para estabelecimento Importador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA-ES, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020 e, considerando o disposto no art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e, ainda, o que consta nos autos do processo administrativo nº 11543.000.554/2005-17, DECLARA:

Art. 1º CANCELADO, de ofício, o Registro Especial Bebidas - Importador nº 07201/0322, concedido ao estabelecimento da empresa M. LIGHT COMÉRCIO EXTERIOR LTDA, CNPJ 03.905.869/0001-73 através do Ato Declaratório Executivo-ADE DRF/VIT nº 109, de 28/06/2005 e publicado no Diário Oficial da União de 01/07/2005.

Art. 2º REVOGADO o Ato Declaratório Executivo-ADE DRF/VIT nº 109, de 28/06/2005.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO AUGUSTO ROELKE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

Cancela Registro Especial para estabelecimento Importador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA-ES, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020 e, considerando o disposto no art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e, ainda, o que consta nos autos do processo administrativo nº 11543.002.441/2006-29, DECLARA:

Art. 1º CANCELADO, de ofício, o Registro Especial Bebidas - Importador nº 07201/0364, concedido ao estabelecimento da empresa MARAMAR COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA, CNPJ 02.611.162/0001-91 através do Ato Declaratório Executivo-ADE DRF/VIT nº 90, de 22/12/2006 e publicado no Diário Oficial da União de 27/12/2006.

Art. 2º REVOGADO o Ato Declaratório Executivo-ADE DRF/VIT nº 90, de 22/12/2006.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO AUGUSTO ROELKE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

Cancela Registro Especial para estabelecimento Importador e Atacadista de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA-ES, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020 e, considerando o disposto no art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e, ainda, o que consta nos autos do processo administrativo nº 11543.720.118/2012-89, DECLARA:

Art. 1º CANCELADOS, de ofício, o Registro Especial Bebidas - Importador nº 07201/0462, concedido mediante o Ato Declaratório Executivo-ADE DRF/VIT nº 52, de 31/07/2013 e o Registro Especial de Bebidas - Atacadista nº 07201/0461, concedido mediante o Ato Declaratório Executivo-ADE DRF/VIT nº 51, de 30/07/2013, ambos publicados no Diário Oficial da União de 09/09/2013, do estabelecimento da empresa MR COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO EIRELI, CNPJ 07.343.685/0001-18.

Art. 2º REVOGADOS os Atos Declaratórios Executivos-ADE DRF/VIT nº 51, de 30/07/2013 e nº 52, de 31/07/2013.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO AUGUSTO ROELKE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

Cancela Registro Especial para estabelecimento Importador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA-ES, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020 e, considerando o disposto no art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e, ainda, o que consta nos autos do processo administrativo nº 10783.723.324/2011-74, DECLARA:

Art. 1º CANCELADO, de ofício, o Registro Especial Bebidas - Importador nº 07201/0428, concedido ao estabelecimento da empresa NOGARO CONSULTORIA EIRELI, CNPJ 07.113.796/0001-38 através do Ato Declaratório Executivo-ADE DRF/VIT nº 75, de 22/08/2011 e publicado no Diário Oficial da União de 24/08/2011.

Art. 2º REVOGADO o Ato Declaratório Executivo-ADE DRF/VIT nº 75, de 22/08/2011.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO AUGUSTO ROELKE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

Cancela Registro Especial para estabelecimento Importador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA-ES, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020 e, considerando o disposto no art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e, ainda, o que consta nos autos do processo administrativo nº 11543.004.291/2003-45, DECLARA:

Art. 1º CANCELADO, de ofício, o Registro Especial Bebidas - Importador nº 07201/0274, concedido ao estabelecimento da empresa PROIMPORT BRASIL LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CNPJ 03.861.474/0001-16 através do Ato Declaratório Executivo-ADE DRF/VIT nº 90, de 23/12/2003 e publicado no Diário Oficial da União de 29/12/2003.

Art. 2º REVOGADO o Ato Declaratório Executivo-ADE DRF/VIT nº 90, de 23/12/2003.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO AUGUSTO ROELKE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

Cancela Registro Especial para estabelecimento Importador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA-ES, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020 e, considerando o disposto no art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e, ainda, o que consta nos autos do processo administrativo nº 11543.720.377/2013-91, DECLARA:

Art. 1º CANCELADO, de ofício, o Registro Especial Bebidas - Importador nº 07201/0464, concedido ao estabelecimento da empresa RADAR COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ 07.904.953/0001-23 através do Ato Declaratório Executivo-ADE DRF/VIT nº 68, de 05/09/2013 e publicado no Diário Oficial da União de 09/09/2013.

Art. 2º REVOGADO o Ato Declaratório Executivo-ADE DRF/VIT nº 68, de 05/09/2013.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO AUGUSTO ROELKE

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA
SEÇÃO DE CONTROLE DE INTERVENIENTES, CARGA E TRÂNSITO ADUANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE DE INTERVENIENTES, CARGA E TRÂNSITO ADUANEIRO (SACIT) DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA (ALF/URA), no uso da competência delegada pelo art. 5º, inc. I, da Portaria ALF/URA/nº 021/2018, de 18 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 30 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º. INCLUIR no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros a seguinte pessoa interessada:

Nº PROCESSO	NOME	CPF
11075.720.088/2021-65	ANDRIA DE SOUZA AMARAL	012.356.780-75

Art. 2º. O ajudante de Despachante Aduaneiro deverá, mediante utilização de certificado digital, incluir seus dados cadastrais no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior (sistema CAD-ADUANA), para fins de sua efetivação no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.273, de 06 de junho de 2012, e ADE Coana nº 16, de 08 de junho de 2012.

Art. 3º. Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO LEITE LEAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE RIO GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/RGE Nº 1, DE 3 DE MARÇO DE 2021

Prorroga o credenciamento de peritos para prestar Assistência Técnica para identificação e quantificação de mercadorias importadas ou a exportar.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO GRANDE (ALF/RGE), no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 13 da Instrução Normativa nº 1800, de 21 de março de 2018, DECLARA:

Art. 1º Prorrogar o credenciamento outorgado pelo Ato Declaratório Executivo ALF/RGE nº 5, de 13 de março de 2019, publicado no DOU em 15/03/2019, conforme previsto no item 14.2 do Edital ALF/RGE nº 001/2018, de 22 de outubro de 2018, com extrato publicado no DOU em 26/10/2018, objeto do processo administrativo nº 11050.720871/2018-10, e no §2º do art. 13 da IN RFB nº 1800/2018, pelo prazo de 2 (dois) anos contados a partir de 15 de março de 2021, aos seguintes profissionais, para prestar assistência técnica na identificação e quantificação de mercadorias importadas ou a exportar, à Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto do Rio Grande, em sua área de jurisdição:

ÁREA DE QUÍMICA
1º Lugar Maria de Jesus de Vito
2º Lugar João Nelson Rubio Filho
3º Lugar Maria Helena Figueiredo Figas
4º Lugar Leandro Luís Silva dos Santos
ÁREA DE MECÂNICA
1º Lugar Daltro do Valle Branco
2º Lugar Carlos Darci da Rocha Freire
3º Lugar Henrique Menegotto Lorea
4º Lugar Dilson do Valle Branco
5º Lugar José Nader Ores
6º Lugar Renato Golin da Cunha
7º Lugar João Cardoso Aguiar
8º Lugar Sérgio Gomes Almeida
9º Lugar Jurandir Jorge
10º Lugar Edes Andrade Filho
ÁREA DE QUANTIFICAÇÃO
1º Lugar Débora Copstein Cuchiara
2º Lugar Antônio Carlos dos Reis Franz
3º Lugar Fernando Correa Ramis
4º Lugar Sérgio Etchechury Moreira
5º Lugar Francisco Carlos Pinto Medeiros
6º Lugar Flora Maria Vargas de Oliveira
7º Lugar Geraldo de Moura Cuchiara
8º Lugar André de Matos Branco
9º Lugar Ivan Juliano Fernandes
10º Lugar Elvaldo Alarcon Vaz
11º Lugar Elaine Dias Trindade
12º Lugar José Fernando Fett Marques

Art. 2º O presente credenciamento será regido, em especial, pelo Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 e alterações, pela Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003 e alterações, pela Instrução Normativa RFB nº 1.800, de 21 de março de 2018, e pelo Edital de Seleção de Peritos ALF/RGE nº 001/2018, de 22 de outubro de 2018, bem como pelas demais disposições da legislação aduaneira, aplicáveis a matéria.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 15 de março de 2021.

MARCOS GONÇALVES COLARES

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 3 DE MARÇO DE 2021

Autoriza exportação de cigarros do estabelecimento da empresa Philip Morris Brasil Indústria e Comércio Ltda., inscrito no CNPJ 04.041.933/0013-11.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 13 de maio de 2011, e tendo em vista o despacho exarado no Processo nº 18220.100261/2021-32, DECLARA:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa Philip Morris Brasil Indústria e Comércio Ltda., inscrito no CNPJ nº 04.041.933/0013-11, autorizado a exportar cigarros, dispensada a exigência de que trata o art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 2011, de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) Importador no Exterior	Industrias Del Tabaco Alimentos y Bebidas S.A., sediada em Chimborazo 705, Centro de Negocios la Esquina Bloque 3, Quito, Pichincha, Equador
2) País de destino dos produtos	Equador
2.1) Empresa de destino dos produtos	Industrias Del Tabaco Alimentos y Bebidas S.A., sediada em Chimborazo 705, Centro de Negocios la Esquina Bloque 3, Quito, Pichincha, Equador
3) Características dos produtos	Cigarros King Size em embalagem Rígida
4) Marca Comercial	Código de Barras
MARLBORO GOLD KS E EC	78601093 (Carteira com 20 unidades)
MARLBORO GOLD KS E EC	78601208 (Carteira com 10 unidades)
MARLBORO (RED FWD) KS E EC	78601086 (Carteira com 20 unidades)
MARLBORO (RED FWD) KS E EC	78601192 (Carteira com 10 unidades)
L&M BLUE LABEL KS E EC	7861068800277 (Carteira com 20 unidades)
L&M BLUE LABEL KS E EC	7861068800260 (Carteira com 10 unidades)
LARK KS E EC	78601109 (Carteira com 20 unidades)
LARK KS E EC	78601390 (Carteira com 10 unidades)
5) Unidade da RFB para iniciar o processo do Despacho de Exportação	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santa Cruz do Sul/RS

Art. 2º A autorização de que trata o art. 1º fica condicionada à comprovação referida no art. 5º, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 2011.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALTEMIR LINHARES DE MELO

BANCO CENTRAL DO BRASIL
ÁREA DE FISCALIZAÇÃO
DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 84, DE 3 DE MARÇO DE 2021

Altera a Carta Circular nº 4.007, de 21 de fevereiro de 2020, que altera e consolida as instruções para registro de operações de crédito contratadas ao amparo da Resolução CMN nº 4.589, de 29 de junho de 2017, no Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público (Cadip).

O Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig), no uso da atribuição que confere o art. 23, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, com base no art. 77, incisos III e IV, do referido Regimento, e tendo em vista o disposto no art. 5º da Resolução CMN nº 4.589, de 29 de junho de 2017, na Resolução CMN nº 4.891, de 26 de fevereiro de 2021, e no art. 7º da Circular nº 2.367, de 23 de setembro de 1993, resolve:

Art. 1º A Carta Circular nº 4.007, de 21 de fevereiro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º-A As operações que se destinem exclusivamente à reestruturação ou à recomposição do principal de dívidas contratadas por órgãos e entidades dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, conforme disposto no art. 5º, § 2º, inciso IV da Resolução CMN nº 4.589, de 29 de junho de 2017, devem ser registradas no Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público (Cadip), na modalidade RR - "Res. 4.589 - Contratações do art. 5º, §2º, IV".

§ 1º A reestruturação de dívidas de que trata o caput é limitada à soma do saldo devedor das operações originais e deve ser registrada por meio da opção "1", ação "6" - Renegociação (RG).

§ 2º A recomposição do principal de dívidas de que trata o caput é limitada ao principal da operação original e deve ser registrada por meio da opção "1", ação "4" - Repactuação (RP)." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa BCB entra em vigor na data de sua publicação.

GILNEU FRANCISCO ASTOLFI VIVAN

ÀREA DE REGULAÇÃO
DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial nº 42, de 03.03.2021, seção 1, página 48, referente à epigrafe da Instrução Normativa BCB nº 83, de 03 de março de 2021, onde se lê: "DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO", leia-se: "DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO DO SISTEMA" e onde se lê: "Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de março de 2021", leia-se: Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de abril de 2021."

CORREGEDORIA-GERAL

PORTARIA Nº 109.937, DE 4 DE MARÇO DE 2021

O Corregedor-Geral do Banco Central do Brasil, presente o disposto no art. 8º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 98.573, de 28 de junho de 2018, e tendo em vista o contido no Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização designada pela Portaria nº 99.912, de 16 de outubro de 2018, bem como na Nota 18/2021- BCB/COGER, de 13 de janeiro de 2021, conforme consta do processo eletrônico nº 144215, resolve:

Art. 1º Fica aplicada à pessoa jurídica Belsan Comércio e Manutenção de Elevadores Eireli, CNPJ nº 26.325.297/0001-59, nos termos do art. 6º, inciso I, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, sanção de multa no valor de R$607,91 (seiscentos e sete reais e noventa e um centavos), em razão da apresentação de documento inidôneo no curso do Pregão Eletrônico Demap nº 15/2017 - Alterado, o que configura ato lesivo à Administração, tipificado no art. 5º, inciso IV, alínea "d", do citado Diploma Legal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PIRES VIEIRA

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO BCB Nº 77, DE 3 DE MARÇO DE 2021

Institui o Comitê Estratégico de Gestão do Sandbox Regulatório (CESB) e divulga seu Regulamento.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 3 de março de 2021, com base no art. 11, incisos II e VI, alíneas "a" e "s", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, tendo em vista o art. 45 da Resolução CMN nº 4.865, de 26 de outubro de 2020, do Conselho Monetário Nacional, e a Resolução BCB nº 29, de 26 de outubro de 2020, do Banco Central do Brasil, e considerando ainda o disposto no Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Estratégico de Gestão do Sandbox Regulatório (CESB), com a atribuição de atuar nos processos atinentes ao Ambiente Controlado de Testes para Inovações Financeiras e de Pagamento (Sandbox Regulatório), na forma do Regulamento anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FABIO KANCZUK
Diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução, substituto

OTÁVIO RIBEIRO DAMASO
Diretor de Regulação

MAURICIO COSTA DE MOURA
Diretor de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta

PAULO SÉRGIO NEVES DE SOUZA
Diretor de Fiscalização

CAROLINA DE ASSIS BARROS
Diretora de Administração

ANEXO À RESOLUÇÃO BCB Nº 77, DE 3 DE MARÇO DE 2021

REGULAMENTO DO COMITÊ ESTRATÉGICO DE GESTÃO DO SANDBOX REGULATÓRIO (CESB),

CAPÍTULO I
DO OBJETIVO E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º O Comitê Estratégico de Gestão do Sandbox Regulatório (CESB) é a instância deliberativa do Banco Central do Brasil à qual compete, em conformidade com a regulamentação do Ambiente Controlado de Testes para Inovações Financeiras e de Pagamento (Sandbox Regulatório), instituído pela Resolução CMN nº 4.865, de 26 de outubro de 2020, do Conselho Monetário Nacional, e pela Resolução BCB nº 29, de 26 de outubro de 2020, do Banco Central do Brasil:

I - selecionar e classificar os projetos candidatos a participação no Sandbox Regulatório, bem como autorizar sua participação, seguindo os parâmetros estabelecidos na regulamentação em vigor;

II - requisitar e receber, a qualquer tempo, informações complementares dos projetos que se inscrevam no Sandbox Regulatório, seja nas etapas de seleção e de classificação, seja no funcionamento do projeto no próprio Sandbox Regulatório;

III - deliberar sobre o convite a representantes de outros órgãos e entes públicos e a especialistas externos à Administração Pública para participação nas reuniões do CESB, com a finalidade de prestar informações ou assessoramento;

IV - deliberar, na forma da regulamentação em vigor, sobre a necessidade de adoção ou de alteração de requisitos técnicos, operacionais ou de negócio dos projetos selecionados, bem como de requisitos organizacionais dos participantes;

V - deliberar sobre matérias atribuídas ao Banco Central do Brasil pela regulamentação do Sandbox Regulatório;

VI - comunicar à Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil os projetos selecionados e, anualmente, elaborar relatório com o resumo das deliberações do Comitê e o desempenho dos projetos em curso; e

VII - decidir sobre o cancelamento dos projetos.

Art. 2º A atuação do CESB terá como princípios a imparcialidade e o uso de critérios técnicos para alcançar os objetivos estipulados na regulamentação do Sandbox Regulatório.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º Compõem o CESB:

I - o Chefe do Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro (Decem);

II - o Chefe do Departamento de Gestão Estratégica e Supervisão Especializada (Degef);

III - o Chefe do Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf);

IV - o Chefe do Departamento de Promoção da Cidadania Financeira (Depef);

V - o Chefe do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro (Denor);

VI - o Chefe do Departamento de Supervisão de Conduta (Decon); e

VII - o Chefe do Departamento de Tecnologia da Informação (Deinf).

§ 1º Os membros do CESB serão substituídos, em seus impedimentos e ausências, pelos substitutos de suas respectivas funções.

§ 2º O CESB contará com a participação de um representante da Procuradoria-Geral do Banco Central (PGBC), designado por ato do Procurador-Geral, com direito a voz e sem direito a voto.

§ 3º A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil designará, a cada ato de convocação para inscrições em um ciclo do Sandbox Regulatório, um dos membros indicados nos incisos I a VII do caput para exercício da presidência do CESB, que terá duração até o encerramento de todas as atividades do ciclo correspondente ou a designação de novo presidente.

§ 4º A primeira presidência do CESB será exercida pelo Chefe do Decem.

CAPÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 4º São atribuições do presidente do CESB:

I - convocar os membros do CESB e demais participantes de suas reuniões;

II - definir a pauta de assuntos a serem discutidos em cada reunião e aprovar a inclusão de assuntos extrapauta, quando revestidos de caráter de urgência ou relevante interesse;

III - autorizar a participação de outros servidores na reunião, sem direito a voto;

IV - zelar pelo registro adequado das atividades e pela proteção dos dados reunidos pelo Comitê;

V - relatar os trabalhos à Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil;

VI - representar o CESB e ser seu porta-voz; e

VII - solicitar aos chefes das demais Unidades do Banco Central do Brasil a indicação de servidores para prestar assessoramento técnico, conforme a competência de seus componentes organizacionais.

Art. 5º São atribuições dos membros do CESB:

I - participar das discussões e deliberações;

II - propor para deliberação a governança do Comitê para conduzir os processos de seleção, classificação e autorização, detalhados nos Capítulos VIII e IX;

III - informar à área a que está vinculada sua Unidade a pauta e as deliberações do CESB;

IV - solicitar o adiamento da votação de assuntos incluídos na pauta ou apresentado como extra pauta; e

V - zelar pela proteção dos dados reunidos pelo Comitê.

CAPÍTULO IV
DA SECRETARIA

Art. 6º A secretaria do CESB será exercida pela Unidade cujo chefe esteja no exercício da presidência.

Art. 7º Compete à secretaria do CESB:

I - fornecer apoio e assistência ao CESB e a seu presidente;

II - expedir os atos de convocação das reuniões;

III - encaminhar previamente aos membros do Comitê os documentos necessários à participação;

IV - convidar, conforme deliberação do CESB, representantes de outros órgãos ou entes públicos e especialistas externos à Administração Pública para participar de reuniões;

V - prover os serviços de secretaria nas reuniões do Comitê, elaborando as atas e realizando a coleta das respectivas assinaturas;

VI - dar publicidade às decisões do CESB que necessitem de divulgação;

VII - promover o compartilhamento de informações entre os grupos de acompanhamento e entre esses e as Unidades competentes do Banco Central do Brasil; e

VIII - executar outras tarefas que lhe forem atribuídas pelo presidente.

CAPÍTULO V
DA ASSESSORIA TÉCNICA

Art. 8º O CESB poderá constituir assessoria técnica com competência para:

I - avaliar se cada projeto inscrito no processo seletivo do Sandbox Regulatório atende aos critérios estabelecidos na regulamentação em vigor, para subsidiar o processo de seleção pelo CESB; e

II - classificar os projetos de acordo com os parâmetros da regulamentação do Sandbox Regulatório, na hipótese de o número de entidades aptas a prosseguir no processo de seleção ser superior ao número máximo de participantes determinado na regulamentação, para subsidiar a deliberação do CESB.

Parágrafo único. As avaliações realizadas para os fins do inciso II do caput deverão identificar os potenciais riscos oriundos da execução e mapear os esforços de regulação e de supervisão inerentes às inovações de cada projeto.

Art. 9º A assessoria técnica será composta por servidores do Banco Central do Brasil em regime de dedicação parcial, oriundos de qualquer de suas áreas, indicados pelos chefes de suas Unidades de lotação.

§ 1º A composição da assessoria técnica, limitada a 7 (sete) membros por grupo, será deliberada pelo CESB e deverá ser adequada ao número de projetos inscritos no processo seletivo do Sandbox Regulatório, observado o disposto no caput.

§ 2º A constituição da assessoria técnica, incluindo a indicação de seu coordenador, será formalizada por portaria assinada pelo presidente do CESB.

§ 3º A assessoria técnica será constituída por tempo determinado, que não poderá ser superior a 1 (um) ano.

§ 4º Será admitido o funcionamento simultâneo de no máximo 5 (cinco) grupos de assessoria técnica.

§ 5º A assessoria técnica se reportará diretamente ao CESB.

CAPÍTULO VI
DAS REUNIÕES

Art. 10. O CESB reunir-se-á:

I - ordinariamente, de acordo com calendário anual a ser estabelecido pelo CESB; e

II - extraordinariamente, por convocação do seu presidente ou da maioria de seus membros.

§ 1º As reuniões poderão ocorrer de forma presencial ou eletrônica.

§ 2º A participação de membros e outros participantes que estiverem em entes federativos diversos do local da reunião será por videoconferência.

Art. 11. O quórum mínimo das reuniões é de 5 (cinco) membros, entre os quais o presidente.

Parágrafo único. As deliberações executivas e procedimentais são decididas por maioria simples de votos de seus membros, cabendo ao presidente o voto de desempate, quando necessário.

Art. 12. Participarão das reuniões, sem direito a voto:

I - o representante da PGBC;

II - os integrantes da Secretaria;

III - os servidores do Banco Central do Brasil integrantes de assessoria técnica ou convidados para prestar informações ou assessoramento; e

IV - os servidores de outros órgãos e entes públicos e os especialistas externos à Administração Pública convidados para prestar informações ou assessoramento.

Parágrafo único. A proposta de convite a participantes caberá a qualquer um dos membros do CESB, observada a competência do CESB para deliberar a respeito do assunto, na forma do inciso III do art. 1º.

CAPÍTULO VII
DO PROCESSO DE SELEÇÃO DE PROJETOS NO SANDBOX REGULATÓRIO

Art. 13. Todos os projetos inscritos no Sandbox Regulatório serão submetidos à fase de seleção, a ser conduzida pelo CESB.

Parágrafo único. A seleção dos projetos pelo CESB observará os critérios estabelecidos na regulamentação do Sandbox Regulatório.

CAPÍTULO VIII
DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO DE PROJETOS NO SANDBOX REGULATÓRIO

Art. 14. Os projetos considerados aptos a prosseguir no processo de seleção do Sandbox Regulatório serão classificados pelo CESB, quando a regulamentação em vigor assim exigir.

§ 1º Cada membro do CESB avaliará e pontuará o projeto de acordo com os parâmetros da regulamentação do Sandbox Regulatório.

§ 2º A pontuação final de cada projeto será o somatório das pontuações recebidas dos membros do CESB.

§ 3º No caso de empate da pontuação, o critério de desempate será a quantidade de notas máximas obtidas pelos projetos selecionados na avaliação pelos membros do Comitê, salvo disposição em sentido diverso na regulamentação do Sandbox Regulatório.

§ 4º Caso o empate persista, o desempate ocorrerá mediante votação pelos membros do CESB.

CAPÍTULO IX
DA AUTORIZAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO SANDBOX REGULATÓRIO

Art. 15. Encerrado o processo de classificação, a autorização para participar do Sandbox Regulatório será concedida pelo CESB.

Parágrafo único. Caberá ao Deorf subsidiar o CESB no processo de autorização e nas decisões relacionadas à origem dos recursos e à reputação dos administradores e controladores, observando os critérios estabelecidos na regulamentação do Sandbox Regulatório.

CAPÍTULO X
DO NÚMERO DE VAGAS PARA PROJETOS NO SANDBOX REGULATÓRIO

Art. 16. Caberá exclusivamente ao CESB a decisão sobre a ampliação do número de vagas para projetos no Sandbox Regulatório, quando previstas no respectivo processo seletivo.

CAPÍTULO XI
DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DO SANDBOX REGULATÓRIO

Art. 17. O CESB poderá constituir grupos de acompanhamento dos projetos autorizados a participar do Sandbox Regulatório, com competência para:

I - avaliar a execução do projeto, relatando sua avaliação ao CESB trimestralmente e sempre que forem detectados fatos extraordinários; e

II - elaborar relatórios, contendo, no mínimo, avaliação sobre a viabilidade e a eficácia do projeto, bem como sobre sua aderência às regras a ele impostas.

Art. 18. Cada grupo de acompanhamento será composto por, no mínimo, 3 (três) e no máximo 7 (sete) servidores do Banco Central do Brasil, em regime de dedicação parcial, oriundos de qualquer de suas áreas e indicados pelos chefes de suas Unidades de lotação.

§ 1º A composição de cada grupo de acompanhamento deverá considerar todas as áreas do Banco Central do Brasil que tenham competência ou interesse sobre os aspectos a serem avaliados nos projetos autorizados.

§ 2º O interesse de avaliação a que se refere o § 1º será manifestado pela indicação ou não de servidores, após solicitação às Unidades efetuada pelo presidente do CESB, observado o disposto no caput.

§ 3º A constituição de grupo de acompanhamento, incluindo a indicação de seu coordenador, será formalizada por portaria assinada pelo presidente do CESB.

§ 4º Cada grupo de acompanhamento será constituído por tempo determinado, que não poderá ser superior a 1 (um) ano, podendo ser extinto de forma antecipada na hipótese de encerramento de todos os projetos sob sua responsabilidade, na forma do art. 22.

§ 5º Será admitido o funcionamento simultâneo de no máximo 5 (cinco) grupos de acompanhamento.

§ 6º O grupo de acompanhamento se reportará diretamente ao CESB.

Art. 19. No exercício de suas competências, os grupos de acompanhamento deverão:

I - acompanhar a execução do projeto no Sandbox Regulatório;

II - avaliar a compatibilidade da execução do projeto com o que foi proposto no processo de autorização do Sandbox Regulatório;

III - identificar riscos oriundos da execução do projeto;

IV - antecipar esforços de regulação e de supervisão inerentes às inovações adotadas pelo projeto;

V - monitorar a viabilidade do projeto;

VI - propor ao CESB o estabelecimento de limites operacionais e de critérios adicionais à execução do projeto; e

VII - propor ao CESB o cancelamento do projeto sob seu acompanhamento, justificando as razões da proposta e a necessidade de se iniciar o plano de descontinuidade das atividades.

Art. 20. Para a execução das atribuições descritas no art. 19, o coordenador de cada grupo de acompanhamento poderá requisitar, a qualquer tempo, informações diretamente ao diretor ou ao representante legal designado perante o Banco Central do Brasil pelo participante.

CAPÍTULO XII

DO ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DOS PARTICIPANTES

Art. 21. Caberá ao CESB decidir sobre a execução do plano de descontinuidade das atividades do participante do Sandbox Regulatório, de acordo com a regulamentação em vigor.

CAPÍTULO XIII

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 22. A prestação de contas do CESB será realizada por meio de:

I - publicação das atas das reuniões do CESB no sítio eletrônico do Banco Central do Brasil que trata do Sandbox Regulatório; e

II - apresentação de relatório anual de prestação de contas à Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO XIV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. O CESB funcionará por tempo indeterminado.

Parágrafo único. As atividades do CESB serão suspensas quando encerrado o último projeto no âmbito de um ciclo do Sandbox Regulatório e retomadas quando aprovado novo ato de convocação para inscrições.

Art. 24. Das decisões do CESB caberá recurso, em segunda e última instância, à autoridade com atribuição recursal especificada no Regimento Interno do Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. Os recursos serão dirigidos ao CESB, que poderá reconsiderar a decisão ou encaminhar o recurso para decisão da autoridade competente.

Art. 25. Compete ao CESB decidir sobre situações não previstas neste Regulamento.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS

ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 18.480, DE 4 DE MARÇO DE 2021

O Superintendente de Relações com o Mercado e Intermediários da Comissão de Valores Mobiliários autoriza ICE INVESTIMENTOS COLETIVOS LTDA., CNPJ nº 38.181.219/0001-07, denominação comercial ICE CAPITAL, a prestar serviço de Plataforma Eletrônica de Investimento Participativo, nos termos do art. 18, inciso I, alínea 'a', combinado com o art. 16, inciso I, ambos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Instrução CVM nº 588, de 13 de julho de 2017.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA DIMEL Nº 26, DE 29 DE JANEIRO DE 2021

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016 do Conmetro; De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico de termômetros clínicos digitais com dispositivo de máxima, aprovado pela Portaria nº 402, de 23 de agosto de 2019; e, Considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 0052600. 000156/2021-68, resolve:

Dar nova redação aos itens 7 e 8 da Portaria Inmetro/Dimel nº 101, de 29 de junho de 2018, Requerente OMRON, publicada no D.O.U. em 13/07/2018, seção 1, página 46, de acordo com as condições especificadas disponível no site do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS E ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 34, DE 3 DE MARÇO DE 2021 (*)

Taxa de uso dos imóveis residenciais funcionais. Atualiza o valor da taxa de uso dos imóveis residenciais funcionais de propriedade do INSS situados no Distrito Federal.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.025, de 12 de abril de 1990; Lei nº 11.490, de 20 de junho de 2007; Decreto nº 6.054, de 1º de março de 2007; Portaria MDS nº 414, de 28 de setembro de 2017; Resolução nº 244/PRES/INSS, de 16 de outubro de 2012; Despacho Decisório nº 47/DIROFL/INSS, de 5 de junho de 2014; Despacho Decisório nº 34/DIROFL/INSS, de 26 de julho de 2017.

RELATÓRIO

Trata-se de procedimento visando à atualização do valor da taxa de uso dos imóveis residenciais funcionais do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS localizados no Distrito Federal.

FUNDAMENTAÇÃO

Considerando o disposto na (o):

Lei nº 8.025, de 12 de abril de 1990;

Lei nº 11.490, de 20 de junho de 2007, em especial o constante no seu art. 31, in verbis. "Art. 31. O art. 16 da Lei n° 8.025, de 12 de abril de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 16. A taxa de uso será de 0,001 (um milésimo) do valor do imóvel";

Decreto nº 6.054, de 1º de março de 2007, que regulamenta o §1° do art. 16 da Lei nº 8.025, de 12 de abril de 1990;

Lei Distrital nº 6.762, de 22 de dezembro de 2020, publicada no Suplemento A do Diário Oficial do Distrito Federal nº 241, do dia 23 de dezembro de 2020, Seção I, que estipulou no Parágrafo Único do Art. 2º da citada Lei o índice de 2,94% (dois vírgula noventa e quatro por cento) sobre a pauta de valores venais de terrenos e edificações do Distrito Federal do exercício de 2020;

Manual de Engenharia e Patrimônio Imobiliário, aprovado pela Resolução nº 244/PRES/INSS, de 16 de outubro de 2012 e atualizado pelo Despacho Decisório nº 47/DIROFL/INSS, de 5 de junho de 2014, em especial o constante no seu item 1.25 da Seção 1 do Capítulo IX, in verbis. "1.25 Até que se proceda à avaliação individualizada dos imóveis residenciais funcionais, a atualização dos valores das taxas de ocupação será efetuada com base nos valores venais de terrenos e edificações do Distrito Federal, utilizados para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU."

DECISÃO

Com base nos fundamentos expostos anteriormente, por tudo o que consta dos autos do Processo nº 35000.000379/2007-17, e ainda, diante da realização da avaliação individualizada dos imóveis pela Caixa Econômica Federal - CEF no ano de 2013, AUTORIZO a atualização dos valores da taxa de uso dos imóveis residenciais funcionais do INSS, localizados no Distrito Federal, com base na pauta de valores de terrenos e edificações do Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, para o exercício de 2021, conforme Lei Distrital nº 6.762, de 22 de dezembro de 2020, publicada no Suplemento A do Diário Oficial do Distrito Federal nº 241, do dia 23 de dezembro de 2020, Seção I, estabelecendo o índice de 2,94% (dois vírgula noventa e quatro por cento) sobre a pauta de valores venais de terrenos e edificações do Distrito Federal do exercício de 2020, para o período compreendido entre 01/04/2021 a 31/03/2022, conforme Anexo deste Despacho Decisório.

Aos ocupantes de cargo em comissão, nível DAS-4 ou superiores é facultado optar pelo pagamento da taxa de uso no valor de 10% (dez por cento) da remuneração dos referidos cargos, na forma prevista no item 1.27 do CAPÍTULO IX - IMÓVEIS FUNCIONAIS, SEÇÃO 1 - DA CESSÃO DE USO DOS IMÓVEIS FUNCIONAIS RESIDENCIAIS DE PROPRIEDADE DO INSS, SITUADOS NO DISTRITO FEDERAL, do Manual de Engenharia e Patrimônio Imobiliário.

Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Restituir à Coordenação-Geral de Engenharia e Patrimônio Imobiliário (01.300.3) para adoção das medidas decorrentes.

ROGÉRIO SOARES DE SOUZA
Diretor de Gestão de Pessoas e Administração

(*) Republicado por ter saído com incorreções no DOU nº 42, de 04/03/2021, Seção 1, página 52.

ANEXO

ATUALIZAÇÃO DOS VALORES DA TAXA DE USO DOS IMÓVEIS RESIDENCIAIS FUNCIONAIS DO INSS

Nº DE ORDEM	ENDEREÇO	TAXA 2021 (R$)
1	AOS 04 Bloco C Ap. 217	R$ 713,67
2	AOS 04 Bloco C Ap. 223	R$ 725,03
3	AOS 04 Bloco C Ap. 224	R$ 725,03
4	AOS 04 Bloco C Ap. 308	R$ 725,03
5	AOS 04 Bloco C Ap. 315	R$ 725,03
6	AOS 04 Bloco C Ap. 316	R$ 725,03
7	AOS 04 Bloco C Ap. 318	R$ 747,79
8	AOS 04 Bloco C Ap. 323	R$ 725,03
9	AOS 04 Bloco C Ap. 408	R$ 725,03
10	AOS 04 Bloco C Ap. 424	R$ 725,03
11	AOS 04 Bloco C Ap. 517	R$ 713,67
12	AOS 04 Bloco C Ap. 608	R$ 725,03
13	AOS 04 Bloco C Ap. 610	R$ 725,03
14	AOS 04 Bloco C Ap. 616	R$ 725,03
15	AOS 04 Bloco C Ap. 617	R$ 713,67
16	AOS 04 Bloco C Ap. 623	R$ 725,03
17	AOS 04 Bloco D Ap. 101	R$ 852,99
18	AOS 04 Bloco D Ap. 102	R$ 852,99
19	AOS 04 Bloco D Ap. 103	R$ 727,89
20	AOS 04 Bloco D Ap. 105	R$ 727,89
21	AOS 04 Bloco D Ap. 106	R$ 727,89
22	AOS 04 Bloco D Ap. 110	R$ 877,16
23	AOS 04 Bloco D Ap. 114	R$ 727,89
24	AOS 04 Bloco D Ap. 201	R$ 852,99
25	AOS 04 Bloco D Ap. 202	R$ 852,99
26	AOS 04 Bloco D Ap. 203	R$ 727,89
27	AOS 04 Bloco D Ap. 209	R$ 852,99
28	AOS 04 Bloco D Ap. 212	R$ 727,89
29	AOS 04 Bloco D Ap. 214	R$ 727,89
30	AOS 04 Bloco D Ap. 215	R$ 852,99
31	AOS 04 Bloco D Ap. 304	R$ 727,89
32	AOS 04 Bloco D Ap. 306	R$ 727,89
33	AOS 04 Bloco D Ap. 307	R$ 852,99
34	AOS 04 Bloco D Ap. 309	R$ 852,99
35	AOS 04 Bloco D Ap. 314	R$ 727,89
36	AOS 04 Bloco D Ap. 315	R$ 852,99

37	AOS 04 Bloco D Ap. 316	R$ 852,99
38	AOS 04 Bloco D Ap. 403	R$ 727,89
39	AOS 04 Bloco D Ap. 407	R$ 852,99
40	AOS 04 Bloco D Ap. 410	R$ 852,99
41	AOS 04 Bloco D Ap. 412	R$ 749,21
42	AOS 04 Bloco D Ap. 501	R$ 852,99
43	AOS 04 Bloco D Ap. 507	R$ 852,99
44	AOS 04 Bloco D Ap. 511	R$ 727,89
45	AOS 04 Bloco D Ap. 512	R$ 727,89
46	AOS 04 Bloco D Ap. 601	R$ 852,99
47	AOS 04 Bloco D Ap. 602	R$ 852,99
48	AOS 04 Bloco D Ap. 608	R$ 852,99
49	AOS 04 Bloco D Ap. 611	R$ 727,89
50	AOS 04 Bloco D Ap. 612	R$ 727,89
51	AOS 04 Bloco E Ap. 103	R$ 749,21
52	AOS 04 Bloco E Ap. 104	R$ 727,89
53	AOS 04 Bloco E Ap. 105	R$ 749,21
54	AOS 04 Bloco E Ap. 107	R$ 852,99
55	AOS 04 Bloco E Ap. 109	R$ 877,16
56	AOS 04 Bloco E Ap. 112	R$ 749,21
57	AOS 04 Bloco E Ap. 115	R$ 852,99
58	AOS 04 Bloco E Ap. 201	R$ 852,99
59	AOS 04 Bloco E Ap. 207	R$ 852,99
60	AOS 04 Bloco E Ap. 208	R$ 852,99
61	AOS 04 Bloco E Ap. 210	R$ 850,14
62	AOS 04 Bloco E Ap. 215	R$ 852,99
63	AOS 04 Bloco E Ap. 216	R$ 852,99
64	AOS 04 Bloco E Ap. 302	R$ 877,16
65	AOS 04 Bloco E Ap. 308	R$ 852,99
66	AOS 04 Bloco E Ap. 309	R$ 852,99
67	AOS 04 Bloco E Ap. 311	R$ 749,21
68	AOS 04 Bloco E Ap. 312	R$ 727,89
69	AOS 04 Bloco E Ap. 314	R$ 727,89
70	AOS 04 Bloco E Ap. 315	R$ 852,99
71	AOS 04 Bloco E Ap. 316	R$ 852,99
72	AOS 04 Bloco E Ap. 402	R$ 852,99
73	AOS 04 Bloco E Ap. 403	R$ 727,89
74	AOS 04 Bloco E Ap. 408	R$ 852,99
75	AOS 04 Bloco E Ap. 409	R$ 877,16
76	AOS 04 Bloco E Ap. 411	R$ 727,89
77	AOS 04 Bloco E Ap. 412	R$ 725,03
78	AOS 04 Bloco E Ap. 414	R$ 727,89
79	AOS 04 Bloco E Ap. 415	R$ 852,99
80	AOS 04 Bloco E Ap. 503	R$ 727,89
81	AOS 04 Bloco E Ap. 505	R$ 727,89
82	AOS 04 Bloco E Ap. 516	R$ 852,99
83	AOS 04 Bloco E Ap. 606	R$ 749,21
84	AOS 04 Bloco E Ap. 609	R$ 852,99
85	AOS 04 Bloco E Ap. 614	R$ 725,03
86	AOS 04 Bloco E Ap. 616	R$ 852,99
87	AOS 04 Bloco F Ap. 111	R$ 817,45
88	AOS 04 Bloco F Ap. 505	R$ 791,86
89	AOS 04 Bloco F Ap. 510	R$ 899,90
90	SQN 309 Bloco G Ap. 301	R$ 1.831,08
91	SQN 309 Bloco G Ap. 504	R$ 1.831,08
92	SQN 309 Bloco H Ap. 307	R$ 1.155,80
93	SQN 309 Bloco H Ap. 502	R$ 1.155,80
94	SQN 309 Bloco H Ap. 504	R$ 1.106,04
95	SQN 309 Bloco L Ap. 202	R$ 1.651,95
96	SQN 309 Bloco L Ap. 203	R$ 1.651,95
97	SQN 309 Bloco L Ap. 301	R$ 1.777,07
98	SQN 309 Bloco L Ap. 402	R$ 1.651,95
99	SQN 309 Bloco L Ap. 404	R$ 1.777,07
100	SQN 309 Bloco L Ap. 501	R$ 1.777,07
101	SQN 309 Bloco L Ap. 502	R$ 1.651,95
102	SQN 309 Bloco P Ap. 108	R$ 1.289,43
103	SQN 309 Bloco P Ap. 201	R$ 1.295,30
104	SQN 309 Bloco P Ap. 208	R$ 1.289,43
105	SQN 309 Bloco P Ap. 401	R$ 1.295,13
106	SQN 309 Bloco P Ap. 403	R$ 1.216,92
107	SQN 309 Bloco P Ap. 404	R$ 1.214,09
108	SQN 309 Bloco P Ap. 505	R$ 1.216,92
109	SQN 310 Bloco D Ap. 105	R$ 1.769,96
110	SQN 310 Bloco D Ap. 106	R$ 2.206,41
111	SQN 310 Bloco D Ap. 305	R$ 2.050,03
112	SQN 310 Bloco D Ap. 402	R$ 2.050,03
113	SQN 310 Bloco D Ap. 405	R$ 2.050,03
114	SQN 310 Bloco D Ap. 406	R$ 2.206,41
115	SQN 310 Bloco D Ap. 503	R$ 2.118,26
116	SQN 310 Bloco D Ap. 506	R$ 2.206,41
117	SQN 310 Bloco M Ap. 208	R$ 1.032,12
118	SQN 310 Bloco M Ap. 213	R$ 1.032,12
119	SQN 310 Bloco M Ap. 303	R$ 1.032,12
120	SQN 310 Bloco M Ap. 316	R$ 1.032,12
121	SQN 310 Bloco M Ap. 319	R$ 1.073,34
122	SQN 310 Bloco M Ap. 407	R$ 1.032,12
123	SQN 310 Bloco M Ap. 504	R$ 1.032,48
124	SQN 310 Bloco M Ap. 508	R$ 1.032,12
125	SQN 310 Bloco M Ap. 512	R$ 1.032,48
126	SQN 310 Bloco M Ap. 514	R$ 1.032,12
127	SQN 310 Bloco M Ap. 517	R$ 1.032,12
128	SQN 310 Bloco M Ap. 518	R$ 1.032,12
129	SQN 310 Bloco M Ap. 601	R$ 1.073,34
130	SQN 310 Bloco M Ap. 604	R$ 1.032,12
131	SQN 310 Bloco M Ap. 605	R$ 1.032,48
132	SQN 310 Bloco M Ap. 608	R$ 1.032,48
133	SQN 310 Bloco M Ap. 620	R$ 1.073,34
134	SQN 403 Bloco L Ap. 307	R$ 722,20
135	SQN 405 Bloco G Ap. 103	R$ 698,03
136	SQN 406 Bloco J Ap. 201	R$ 698,03
137	SQN 406 Bloco K Ap. 105	R$ 698,03
138	SQN 410 Bloco K Ap. 105	R$ 682,37
139	SQS 104 Bloco K Ap. 104	R$ 2.381,27
140	SQS 109 Bloco A Ap. 102	R$ 1.802,49
141	SQS 207 Bloco D Ap. 203	R$ 1.973,26
142	SQS 207 Bloco H Ap. 403	R$ 1.312,19
143	SQS 208 Bloco H Ap. 302	R$ 864,36
144	SQS 210 Bloco E Ap. 505	R$ 1.663,33
145	SQS 302 Bloco B Ap. 303	R$ 2.310,18
146	SQS 409 Bloco J Ap. 201	R$ 753,48
147	SQS 409 Bloco R Ap. 102-A	R$ 753,48
148	SQS 409 Bloco R Ap. 102-B	R$ 753,48

BANCO DO BRASIL S.A.

UNIDADE DE CONTADORIA

BB-BANCO DE INVESTIMENTOS S.A.

CNPJ: 24.933.830/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO33

Exercício encerrado em 31.12.2020

A EMPRESA

O BB-Banco de Investimento S.A., BB Investimentos ou BB-BI, é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., especializada no mercado de capitais doméstico, com atuação em Estruturação e Distribuição de Renda Fixa, Securitização e Renda Variável, Investimentos e Assessoria Econômico-Financeira de fundos de Private Equity, Fusões e Aquisições (M&A), Project Finance, Corretagem (Home Broker) e Custódia de Títulos e Valores Mobiliários.

Desde setembro de 2020, o BB-BI atua também de forma indireta em operações no mercado de capitais por meio de sua participação no UBS BB.

No cumprimento das Políticas do Banco do Brasil relativas a investimentos, o BB Investimentos detém participações em empresas que complementam a atividade econômica do Conglomerado e aplicações com o objetivo de gerar valor e liquidez, priorizando empresas que adotam boas práticas de Governança Corporativa.

GESTÃO DE RISCOS

A administração do BB Investimentos adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As aplicações das disponibilidades são realizadas com o Banco do Brasil, seu controlador, o que minimiza os riscos incorridos e proporciona o alinhamento com as políticas de gerenciamento de riscos adotadas pelo Conglomerado Banco do Brasil (BB).

O Banco do Brasil considera a gestão de riscos do BB-BI nas atividades de gerenciamento de riscos do Conglomerado Prudencial. Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos no Conglomerado Prudencial Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos em: www.bb.com.br/ri.

Ambiente Econômico

CENÁRIO INTERNO

No Brasil, as estatísticas da pandemia, que vinham em trajetória de queda, inverteram a tendência e o país voltou a apresentar um crescimento expressivo no número de novos casos e também no número de novos óbitos. O país encerrou 2020 com um total acumulado de cerca de 7,5 milhões de casos registrados de Covid-19 e pouco mais de 190 mil óbitos em função da doença consolidando o Brasil como um dos países mais afetados pela pandemia.

No quarto trimestre, a combinação da continuidade do processo de flexibilização das medidas de distanciamento social com a renovação parcial dos estímulos patrocinados tanto pelo governo quanto pelo Banco Central contribuiu para sustentar a retomada da atividade no período, mesmo diante do recrudescimento da pandemia observada nas últimas semanas do ano. Tal recuperação foi fortemente sustentada por estímulos fiscais, sobretudo com o pagamento do auxílio emergencial.

Os principais indicadores oficiais de atividade econômica mostraram ao longo do ano uma recuperação mais rápida do que a incialmente prevista, porém, os indicadores antecedentes de dezembro já sinalizam uma pausa neste processo:

A produção industrial registrou uma alta de 1,2% em novembro, sétima alta consecutiva. Apesar disso, a indústria acumula uma queda de 5,5% em 2020.

As vendas no varejo também vinham em trajetória de alta, já operando inclusive no maior patamar da série histórica. Porém, em novembro, o índice registrou uma retração de 0,1% interrompendo, assim, uma sequência de seis altas consecutivas.

O setor de serviços, que aqui no Brasil desempenha um papel fundamental na atividade econômica, respondendo por quase 2/3 do PIB, não está se recuperando tão rápido quanto os demais. Em novembro, o volume de serviços cresceu 2,6% e, mesmo acumulando um crescimento de quase 20% em seis meses, o setor ainda não conseguiu absorver as perdas registradas pelo fechamento da economia nos meses de abril e maio.

Por fim, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) avançou 0,59% em novembro reduzindo a perda acumulada no ano para algo na casa de 4,5%, valor bem próximo da mediana das expectativas de crescimento para 2020, que gira em torno de - 4,30%.

A situação fiscal do país, que já era a principal fonte de preocupação antes da pandemia, acabou se deteriorando ainda mais trazendo dúvidas quanto à trajetória de endividamento do país no longo prazo e afastando novos investimentos. A taxa de câmbio acabou sofrendo forte desvalorização refletindo, em grande parte, às incertezas fiscais e ao menor diferencial de juros. Dentre as principais economias do mundo, a moeda brasileira foi a que mais se desvalorizou frente ao dólar em 2020. Essa forte desvalorização cambial, aliada ao aumento da demanda por commodities agrícolas por parte da China, acabou gerando um choque nos preços dos alimentos aqui no país, ao longo do segundo semestre. No entanto, as notícias mais favoráveis em relação às vacinas e a superação de riscos importantes no âmbito externo contribuíram para que a variável fechasse o último trimestre do ano distante das máximas observadas ao longo do período.

A inflação dos alimentos encerrou o ano com uma alta de 14,1%, o que acabou pressionando a inflação oficial. O IPCA encerrou 2020 com alta de 4,52%, acima da meta de 4,0% definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), mas ainda dentro do intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. No mês de dezembro, o preço dos alimentos apresentou uma desaceleração, mas o indicador geral acabou sendo pressionado pelo aumento da tarifa de energia elétrica em função da vigência da bandeira vermelha 2. Com isso, o IPCA de dezembro acabou fechando em 1,35%, maior alta mensal em cinco anos.

Por fim, o Banco Central decidiu manter as taxas de juros em 2,0% ao ano, em sua última reunião de 2020. Na Ata da reunião ficou evidenciada a maior preocupação com a alta dos preços o que levou os membros do Comitê de Política Monetária a sinalizarem com a retirada da prescrição futura (forward guidance) que, basicamente, comunicava ao mercado a intenção do Banco Central de não aumentar juros no curto prazo. Desta forma, o início do processo de normalização monetária deve acabar sendo antecipado para o primeiro semestre de 2021.

CENÁRIO EXTERNO

Assim como no Brasil, o cenário externo também conviveu com as incertezas associadas à emergência de saúde pública decorrente do Covid-19. A economia global deu primeiros sinais de recuperação ao longo do segundo semestre, ainda que em algumas regiões tenha havido um recrudescimento da pandemia nas últimas semanas do ano.

Além das preocupações com uma segunda onda pandêmica, a guerra comercial entre China e EUA se manteve sob os holofotes ao longo de 2020. Em meio à crise econômica desencadeada pela pandemia, o suporte à liquidez nos mercados financeiros internacionais proporcionado pelas expansões monetárias praticadas por bancos centrais em países avançados e o estímulo à demanda gerado pelo maior uso de políticas fiscais ao redor do mundo também contribuíram para moldar a dinâmica dos preços de ativos no ano passado.

O 4º trimestre de 2020 também foi marcado pela eleição de Joe Biden para a presidência dos EUA. Além da Casa Branca, os democratas também conseguiram o controle da Câmara. Já a disputa para o Senado ficou apertada, dependendo do resultado do segundo turno no estado da Geórgia, que, posteriormente, acabou confirmando a maioria

democrata também no Senado. Destaca-se também o acordo que evitará uma saída desorganizada do Reino Unido da União Europeia (Brexit), somados às notícias favoráveis sobre a eficácia/disponibilização das vacinas. Paralelamente, vários países europeus retomaram medidas de restrição e isolamento social em razão do aumento de casos e da descoberta de novas variantes do vírus, o que manteve o nível de preocupação em torno da retomada da atividade econômica.

De modo geral, a pandemia de Covid-19 trouxe um impacto sem precedentes na economia de praticamente todos os países. As projeções mais recentes do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para uma retração do PIB mundial da ordem de 3,5%. Dentre as principais economias globais, a China deve ser a única a encerrar o ano de 2020 com crescimento. A velocidade de recuperação da atividade econômica em 2021 deve variar bastante entre os países. O ritmo de vacinação da população deve ditar o ritmo de recuperação. A projeção mais recente do FMI para o crescimento global este ano é de algo na casa de 5,5%.

Destaques do Período

Renda Fixa Local

Em 2020, o BB-BI e o UBS BB participaram da Originação de 50 operações, que representa 11,4% de participação no mercado, em termos de volume, a participação total foi de R$ 39,3 bilhões, participação de 25,4% no mercado.

No Ranking Anbima de Renda Fixa de Dez/20, na categoria Originação Securitização de CRA, o UBS BB está na 2ª colocação por número de operações e na 3ª colocação por volume.

Já no Ranking Anbima de Distribuição, o UBS BB está na 4ª colocação em Renda Fixa Securitização Consolidado.

Renda Variável

Em 2020, o BB-BI e o UBS BB, participaram de 15 operações, o que representa 28,3% de participação no mercado, com volume total de R$ 50,4 bilhões, participação de 46%.

No Ranking Anbima de Renda Variável de Dez/2020, o UBS BB está na 5ª colocação por número de operações no Ranking de Ofertas Iniciais com Partes Relacionadas, e o BB-BI está na 2º colocação em volume das Ofertas de Varejo.

Resultado do Período

O resultado do BB-BI decorre, basicamente, das participações acionárias, atividades de prestação de serviços e intermediação financeira.

O Lucro Líquido do BB Investimentos no exercício 2020 foi de R$ 502,6 milhões (R$ 853,8 milhões no exercício de 2019), que configura um retorno de 77,7% ao ano sobre o PL médio.

Comparado ao período anterior, o resultado apresenta redução de 41,1%, reflexo, principalmente, (i) da reorganização societária ocorrida com a transferência da participação acionária detida pelo BB-BI na Cielo S.A. ("Cielo") para a holding de participação de meios de pagamento BB Elo Cartões Participações S.A. ("BB Elo"); (ii) do desinvestimento em Neoenergia S.A. ("Neoenergia"); (iii) do encerramento dos contratos de prestação de serviços de administração de carteiras da Brasilcap e Brasilprev e de assessoria econômico-financeira junto à Brasilprev e (iv) da redução das rendas de comissões de colocação de títulos em função dos impactos da pandemia causada pelo Covid-19.

Resultado das Participações

O BB Investimentos detém participações em empresas controladas e coligadas no montante de R$ 843,5 milhões.

O resultado obtido com participações em controladas e coligadas no país foi de R$ 252.578 mil.

Resultado da Prestação de Serviços

A receita com Prestação de Serviços, totalizou R$ 380,7 milhões no exercício de 2020 (R$ 1.121,7 milhões no exercício de 2019), decorrentes, principalmente, de assessoria econômico-financeira, operações de underwriting e corretagem na intermediação de operações em bolsa. A redução decorre, principalmente, do encerramento em 31.12.2019, dos contratos de prestação de serviços de assessoria econômico-financeira junto à Brasilprev e de administração de carteiras junto à Brasilcap e Brasilprev.

Resultado da Intermediação Financeira

Em Renda Variável, o BB-BI detém, basicamente, investimentos em Fundos de Investimento em Participações (FIP).

Os Títulos e Valores Mobiliários do BB-BI no valor de R$ 1.465 milhões em 31.12.2020 (R$ 1.212 milhões em 31.12.2019) estão classificados como "títulos disponíveis para venda" e "títulos para negociação", em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

O resultado com a Intermediação Financeira foi positivo em R$ 222,6 milhões no exercício de 2020 (R$ 123,9 milhões negativos no exercício de 2019) decorrente, principalmente, do resultado com títulos de renda fixa no valor de R$ 135,3 milhões no exercício de 2020 (R$ 16,5 milhões no exercício de 2019), com títulos de renda variável no valor de R$ 129,3 milhões no exercício de 2020 (R$ 13,1 milhões no exercício de 2019) e das despesas de captação de recursos na ordem de R$ 49,1 milhões no exercício de 2020 (R$ 149,7 milhões no exercício de 2019).

A captação de recursos é efetuada junto ao Banco do Brasil, seu controlador.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos clientes e à sociedade em geral pelo apoio e pela confiança demonstrados, bem como a dedicação e o empenho dos funcionários e colaboradores.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em milhares de Reais

Balanço Patrimonial

ATIVO	31.12.2020	31.12.2019
Disponibilidades (Nota 6)	**27.555**	**17.008**
Ativos financeiros	**2.374.241**	**2.012.371**
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 7.a)	18.675	18.289
Títulos e valores mobiliários (Nota 8.a)	1.464.913	1.212.372
Negociação e intermediação de valores (Nota 9)	251.084	184.810
Outros ativos financeiros (Nota 10)	639.569	596.900
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)	**(152.975)**	**(137.577)**
(Outros ativos financeiros) (Nota 11)	(152.975)	(137.577)
Ativos fiscais	**229.034**	**168.728**
Correntes	79.063	85.635
Diferidos (Nota 21.e)	149.971	83.093
Investimentos	**841.513**	**816.453**
Investimentos em controladas e coligadas (Nota 12.a)	843.510	819.374
Outros investimentos (Nota 12.c)	2.005	2.005
(Perdas por redução ao valor recuperável) (Nota 12.d)	(4.002)	(4.926)
Outros ativos	**1.032**	**1.140**
TOTAL DO ATIVO	**3.320.400**	**2.878.123**

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2020	31.12.2019
Passivos financeiros	**1.965.208**	**1.818.468**
Depósitos (Nota 13.a)	1.683.303	1.611.804
Negociação e intermediação de valores (Nota 9)	281.905	206.664
Provisões	**1.287**	**1.634**
Cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 24.b)	1.287	1.634
Passivos fiscais	**280.984**	**218.435**
Correntes	229.461	163.889
Diferidos (Nota 21.d)	51.523	54.546
Outros passivos (Nota 14)	**247.781**	**370.633**
Patrimônio Líquido	**825.140**	**468.953**
Capital (Nota 20.a)	376.000	376.000
Reservas de Reavaliação (Nota 20.b)	--	59
Reservas de Lucros (Nota 20.c)	410.407	42.690
Outros resultados abrangentes (Nota 20.e)	38.733	50.204
TOTAL DO PASSIVO	**3.320.400**	**2.878.123**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Exerc/2020	Exerc/2019
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**287.105**	**36.985**
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 7.b)	684	1.795
Resultado de aplicações em ouro	21.810	5.662
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 8.b)	264.611	29.528
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**(49.140)**	**(149.667)**
Operações de captação no mercado (Nota 13.b)	(49.140)	(149.667)
PROVISÃO PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(15.398)	(11.238)
Outros ativos financeiros (Nota 11.b)	(15.398)	(11.238)
RESULTADO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**222.567**	**(123.920)**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	**458.958**	**1.342.157**
Receitas de prestação de serviços (nota 15)	380.722	1.121.666
Despesas de pessoal (Nota 16)	(47.768)	(60.161)
Outras despesas administrativas (Nota 17)	(89.498)	(136.475)
Despesas tributárias (Nota 21.c)	(49.189)	(91.294)
Resultado de participações em controladas e coligadas (Nota 12.a)	252.578	524.143
Outras receitas/despesas operacionais (Nota 18)	12.113	(15.722)
DESPESAS/REVERSÕES DE PROVISÃO	**347**	**33**
Cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 24.b)	347	33
RESULTADO OPERACIONAL	**681.872**	**1.218.270**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 19)	**23.033**	**(107.974)**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	**704.905**	**1.110.296**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 21.a)	(202.337)	**(256.486)**
LUCRO LÍQUIDO	**502.568**	**853.810**
Número de ações	3.789.789	3.789.789

Lucro líquido por ação (R$)	132,61	225,29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	Exerc/2020	Exerc/2019
Lucro Líquido Apresentado na Demonstração do Resultado	502.568	853.810
Itens que podem ser reclassificados para o resultado		
Ativos financeiros disponíveis para venda	(9.408)	(3.392)
Próprios	(18.101)	2.047
Coligadas e controladas	128	--
Efeito fiscal	8.565	(5.439)
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado		
Outros resultados abrangentes	(2.063)	(56.760)
Coligadas e controladas	(3.126)	(86.000)
Efeito fiscal	1.063	29.240
Outros Resultados Abrangentes líquidos de efeitos tributários	**(11.471)**	(60.152)
Lucro abrangente do período	491.097	793.658

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
			Legal	Estatutária			
Saldos em 31.12.2018	1.821.082	**59**	**364.217**	**874.204**	**110.356**	**--**	3.169.918
Outros resultados abrangentes, líquido de impostos (Nota 20.e)	--	--	--	--	(60.152)	--	(60.152)
Aumento de capital (Nota 20.a)	1.920.389	--	(364.217)	(661.172)	--	--	895.000
Redução de capital (Nota 20.a)	(3.365.471)	--	--	--	--	--	(3.365.471)
Lucro líquido do período	--	--	--	--	--	853.810	853.810
Destinações: - Reservas (Nota 20.d)	--	--	42.690	--	--	(42.690)	**--**
- Dividendos (R$ 179.851,89 por lote de mil ações) (Nota 20.d)	--	--	--	(213.032)	--	(811.120)	(1.024.152)
Saldos em 31.12.2019	**376.000**	**59**	**42.690**	**--**	**50.204**	**--**	468.953
Mutações do período	**(1.445.082)**	**--**	**(321.527)**	**(874.204)**	**(60.152)**	**--**	(2.700.965)
Saldos em 31.12.2019	**376.000**	**59**	**42.690**	**--**	**50.204**	**--**	468.953
Outros resultados abrangentes, líquido de impostos (Nota 20.e)	--	--	--	--	(11.471)	--	(11.471)
Realização de reservas de reavaliação em coligadas e controladas (Nota 20.b)	--	(59)	--	--	--	59	--
Lucro líquido do período	--	--	--	--	--	502.568	502.568
Destinações: - Reservas (Nota 20.d)	--	--	25.129	342.588	--	(367.717)	**--**
- Dividendos (R$ 35.598,34 por lote de mil ações) (Nota 20.d)	--	--	--	--	--	(134.910)	(134.910)
Saldos em 31.12.2020	**376.000**	**--**	**67.819**	**342.588**	**38.733**	**--**	825.140
Mutações do período	**--**	**(59)**	**25.129**	**342.588**	**(11.471)**	**--**	356.187

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	Exerc/2020	Exerc/2019
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES		
Lucro antes dos Tributos	**704.905**	**1.110.296**
Ajustes ao Lucro antes dos Tributos	**(253.750)**	**(262.553)**
Resultado de participações em coligadas e controladas	(252.578)	(422.872)
(Ganhos)/Perdas de capital (Nota 19)	(12.038)	(1.021)
Variações monetárias ativas	(4.185)	--
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito (Nota 11.b)	15.398	11.238
Despesas (reversões) de provisões cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 24.b)	(347)	(33)
Prejuízo na alienação de investimentos (Nota 19)	--	109.498
Amortização de ágios em investimentos (Nota 12.b)	--	40.637
Lucro ajustado antes dos Tributos	**451.155**	**847.743**
Variações Patrimoniais		
Redução (Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(386)	162.838
Aumento em aplicações em ouro	(11.159)	(2.472)
Redução (Aumento) em títulos para negociação	92.153	(544.503)
Redução em negociação e intermediação de valores	8.967	1.206
(Aumento) Redução em outros ativos financeiros	26.421	(75.525)
Redução (Aumento) em ativos fiscais	10.233	(4.266)
(Aumento) Redução em outros ativos	108	(686)
Aumento (Redução) em passivos fiscais	(22.386)	(144.192)
(Redução) Aumento em outros passivos	(13.282)	28.217
Imposto de renda e contribuição social pagos	(183.756)	(315.990)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES	**358.068**	**(47.630)**
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aumento em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(354.186)	(40.491)
Resgate de ações preferenciais da UBS BB	145.000	--
Dividendos recebidos	154.863	364.508
Baixa de investimentos	11.207	1.742.022
Juros sobre capital próprio recebidos	--	105.953
CAIXA (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(43.116)**	**2.171.992**
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento (Redução) em depósitos	71.499	(1.663.436)
Dividendos pagos	(387.063)	(1.355.189)
Aumento de capital	--	895.000
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(315.564)**	**(2.123.625)**
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(612)**	**737**
Início do período	865	128
Fim do período	253	865
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(612)**	**737**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Exerc/2020	Exerc/2019
Receitas	**700.304**	**1.035.391**
Receitas de prestação de serviços (Nota 15)	380.722	1.121.666
Receitas de intermediação financeira	287.105	36.985
Ganhos/(Perdas) de capital (Nota 19)	12.038	1.021
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito (Nota 11.b)	(15.398)	(11.238)
Outras receitas/(despesas)	35.837	(113.043)
Despesas da intermediação financeira (Nota 13.b)	(49.140)	**(149.667)**
Insumos adquiridos de terceiros	**(91.482)**	**(95.765)**
Serviços do sistema financeiro (Nota 17)	(54.418)	(60.325)
Processamento de dados (Nota 17)	(16.215)	(10.295)
Banco do Brasil - suporte operacional (Nota 18)	(12.156)	(11.633)
Serviços de transmissão de noticiário econômico (Nota 17)	(4.288)	(4.359)
Condomínio (Nota 17)	(2.432)	(3.263)
Serviços técnicos especializados (Nota 17)	(995)	(3.934)
Serviços de terceiros (Nota 17)	(267)	(1.033)
Outras	(711)	(923)
Valor adicionado bruto	**559.682**	**789.959**
Despesas de amortização (Nota 12.b)	--	(40.637)

Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**559.682**		**749.322**	
Valor adicionado recebido em transferência	**252.637**		**524.143**	
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 12.a)	252.578		524.143	
Realização de reservas de reavaliação em coligadas e controladas	59		--	
Valor adicionado a distribuir	**812.319**	**100,00%**	**1.273.465**	**100,00%**
Valor adicionado distribuído	**812.319**	**100,00%**	**1.273.465**	**100,00%**
Pessoal	**41.298**	**5,08%**	**51.987**	**4,08%**
Proventos e honorários (Nota 16)	28.727		38.211	
Benefícios (Nota 16)	5.069		5.067	
FGTS	2.032		2.468	
Outros encargos	5.470		6.241	
Impostos, taxas e contribuições	**257.996**	**31,76%**	**355.953**	**27,95%**
Federais	249.432		323.048	
Municipais	8.564		32.905	
Remuneração de capitais de terceiros	**10.398**	**1,28%**	**11.715**	**0,92%**
Aluguéis (Nota 17)	10.398		11.715	
Remuneração de capitais próprios	**502.627**	**61,88%**	**853.810**	**67,05%**
Dividendos	134.910		811.120	
Lucro retido	367.717		42.690	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1 - O BB INVESTIMENTOS E SUAS OPERAÇÕES

O BB-Banco de Investimento S.A. (BB Investimentos) é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo Banco do Brasil S.A. (subsidiária integral), constituída em 03 de outubro de 1988, com sede localizada na Rua Senador Dantas, n.º 105 - 37º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, Brasil, com atuação em todo o território nacional. O BB Investimentos atua no mercado de capitais doméstico, com atuação em estruturação e distribuição de renda fixa, securitização e renda variável, assessoria econômico-financeira de fundos de private equity, fusão e aquisição (M&A), project finance, corretagem (home broker) e custódia de títulos e valores mobiliários, além de investimentos em participações societárias.

Como parte integrante do Conglomerado Banco do Brasil, suas operações são conduzidas em um contexto que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado se utilizando, de forma compartilhada, da infraestrutura tecnológica e administrativa dessas empresas. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas nesse contexto.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), incluindo diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 19.02.2021.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do BB Investimentos. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R$ mil).

c) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade de o BB Investimentos continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações contábeis individuais foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Embora o desaquecimento econômico decorrente da adoção de medidas de isolamento social para conter a pandemia da Covid-19 tenha atingido diversas empresas no Brasil e no mundo, o BB Investimentos possui capital e liquidez suficientes para suportar eventuais perdas projetadas para os negócios nesse período e nos que se seguem. Entre outros motivos, isso está fundamentado no fato de que grande parte de suas operações negociais continua a ser conduzida em plataformas digitais com acesso e atendimento remotos, além de possuir uma assessoria de qualidade.

Apesar da gravidade e ineditismo da atual conjuntura na história recente, considerando a experiência do BB Investimentos no gerenciamento e monitoramento de riscos, do capital e da liquidez, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. Cabe acrescentar que as políticas econômicas anticíclicas adotadas por praticamente todos países estão contribuindo para reduzir a incerteza, bem como os efeitos adversos sobre as empresas e as famílias.

d) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis individuais equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis individuais referentes ao exercício encerrado em 31.12.2019.

e) Alterações na apresentação das demonstrações contábeis

A Resolução CMN n.º 4.720/2019 e seus normativos complementares alteraram, a partir de 01.01.2020, os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis até então vigentes. Com base na referida Resolução e na Resolução BCB n.º 2/2020, o BB Investimentos realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Contábeis atendendo às respectivas Resoluções, dentre as quais destacamos:

Balanço Patrimonial

Apresentação das contas do ativo e do passivo exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas;

Adoção de novas nomenclaturas e grupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisão para contingências.

Demonstração do Resultado

Utilização de novas nomenclaturas de receitas e despesas de intermediação financeira em linha com os grupamentos apresentados no balanço patrimonial;

Apresentação em destaque das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

Notas Explicativas

Readequação da estrutura de apresentação das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e grupamentos de itens patrimoniais e de resultado. Inclusão da Nota Explicativa n.º 04 - Principais julgamentos e estimativas contábeis.

Outras informações

O BB Investimentos apresenta como demonstração financeira obrigatória a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA).

f) Convergência às normas internacionais de contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM. O CMN aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo BB Investimentos, quando aplicável:

Pronunciamento CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	Resolução CMN n.º 4.144/2012
CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN n.º 3.566/2008
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN n.º 4.720/2019
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN n.º 4.818/2020
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN n.º 3.989/2011
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN n.º 4.007/2011
CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução CMN n.º 3.973/2011
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN n.º 3.823/2009
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Resolução CMN n.º 4.424/2015
CPC 41 - Resultado por Ação	Resolução BCB n.º 2/2020
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	CMN n.º 4.748/2019

Além disso, foi editada a Resolução CMN n.º 3.533/2008, cuja adoção iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

O BB Investimentos aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o artigo 22, § 2º, da Lei n.º 6.385/1976: CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

g) Normas recentemente emitidas a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, a serem adotadas pelo BB Investimentos em data posterior à 31.12.2020:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 01.01.2022.

Resolução CMN 4.818, de 29 de maio de 2020. A norma consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras.

A Resolução CMN 4.818/20 entra em vigor em 01.01.2021, exceto para o disposto nos artigos 10 e 11, que somente produzirão efeitos a partir de 01.01.2022, sendo vedada sua aplicação antecipada.

O BB Investimentos iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas pelo BB Investimentos são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

b) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do BB Investimentos, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor (Nota 6).

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez correspondem às operações compromissadas efetuadas junto ao Banco do Brasil S.A. e são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota 7).

e) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração do BB Investimentos, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001 (Nota 8):

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações são registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela Anbima, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, perspectiva interna de perda esperada, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independentemente de como estão classificados, são apropriados pro rata die, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas
Imposto de Renda - IR (15% e adicional de 10%)	25%
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	20%
Pis/Pasep	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários - Nota 21.e) e os passivos fiscais diferidos (Nota 21.d) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Diante da majoração da CSLL estabelecida no artigo 32 da Emenda Constitucional n.º 103, de 12.11.2019, e do disposto na Circular Bacen n.º 3.171/2002, art. 1º, § 2º, foi considerada a alíquota majorada de 20% para a CSLL, a partir da data-base de dezembro/2019. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.os 3.355/2006, 4.192/2013 e 4.441/2015, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

g) Ativo permanente

Os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada.

Os fluxos de caixa referentes aos dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos são apresentados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa, sendo classificados de maneira consistente, de período a período, como decorrentes de atividades de investimento.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização, quando aplicável.

Os ágios correspondentes ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, estavam sustentados pelas avaliações econômico-financeiras que fundamentaram o preço de compra dos negócios. Esses ágios foram amortizados com base nas projeções de resultado anual constantes nos respectivos estudos econômico-financeiros e foram submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

h) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para verificar se há alguma indicação de que possam ter sofrido desvalorização, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Havendo indicação de desvalorização, o BB Investimentos estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo, menos os custos para vendê-lo, e o seu valor em uso.

Se o valor contábil do ativo for maior que o seu valor recuperável, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização, reconhecida na Demonstração do Resultado.

i) Depósitos Interfinanceiros

Os depósitos interfinanceiros são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die (Nota 13).

j) Despesas Associadas a Captações de Recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

k) Rendas antecipadas

Em conformidade com as normas do Bacen, o BB Investimentos enquadra como rendas antecipadas aquelas recebidas antes do cumprimento da obrigação que lhes deu origem, sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende, apenas, da fluência do prazo.

Em função da parceria entre o BB Investimentos e a UBS AG, houve resgate de ações preferenciais pelo BB Investimentos cujo reconhecimento no resultado será de forma diferida pelo prazo do acordo.

l) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O BB Investimentos constitui provisões quando as condições mostram que:

(i) o BB Investimentos possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de eventos passados;

(ii) for provável que uma saída de benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; e

(iii) o valor da obrigação pode ser apurado com segurança.

As provisões são constituídas com base na melhor estimativa de perdas prováveis.

O BB Investimentos monitora de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas:

(i) sua natureza e complexidade;

(ii) o andamento dos processos;

(iii) a opinião dos advogados; e

(iv) a experiência do BB Investimentos com processos similares.

Ao determinar se uma perda é provável, o BB Investimentos considera:

(i) a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis; e

(ii) a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

m) Outros Ativos e Passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.

n) Gerenciamento de riscos e de capital

A Administração do BB Investimentos adota política de gerenciamento de riscos e de capital alinhada com a política adotada pelo conglomerado Banco do Brasil.

Utiliza-se no BB Investimentos o processo do Banco do Brasil para identificação dos riscos que comporão o inventário de riscos da empresa, realizada a partir da análise dos segmentos de negócios explorados, direta ou indiretamente. A partir do inventário de riscos é realizada a avaliação da relevância, considerando critérios quantitativos e qualitativos especificados em metodologia interna.

Os riscos considerados como relevantes são:

a) Risco de Crédito;

b) Risco de Concentração de Crédito;

c) Risco de Mercado;

d) Risco de Liquidez;

e) Risco de Reputação;

f) Risco de Estratégia;

g) Risco de Modelo; e

h) Risco de Contágio.

As disponibilidades (depósitos bancários) e as aplicações financeiras são mantidas e realizadas com o seu controlador, o que minimiza os riscos de crédito, mercado e liquidez dos ativos da Empresa (Nota 22).

No BB Investimentos, no que concerne às atividades de gestão de riscos e de capital, a Diretoria de Gestão de Riscos (Diris) do Banco do Brasil S.A. considera a empresa nas atividades de gerenciamento de risco e de capital do conglomerado prudencial. Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos e de capital no Conglomerado Prudencial Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos no website bb.com.br/ri.

o) Resultados não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. As informações do resultado recorrente e não recorrente constam da Nota 25.

4 - PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração de demonstrações contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. Desse modo, requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pelo BB Investimentos poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis apresentam, de forma adequada, a posição financeira do BB Investimentos e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

a) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados não puder ser derivado de um mercado ativo, ele é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis no mercado sempre que possível, mas quando os dados de mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo.

Desde o 1º trimestre de 2020, o BB Investimentos adequou seus procedimentos para monitoramento diário do mercado financeiro, realizando simulações e projeções que visam identificar variações significativas no valor justo dos instrumentos financeiros mantidos ou negociados pelo BB Investimentos.

Os modelos de marcação a mercado existentes no BB Investimentos foram revisados para que observassem os possíveis impactos da Covid-19 nos indicadores econômico-financeiros utilizados na projeção de cenários, especialmente no cálculo de valor justo de instrumentos financeiros classificados no nível 2 e nível 3 na hierarquia de valor justo.

As alterações no valor justo dos instrumentos financeiros, identificadas até o momento em decorrência da pandemia, impactaram as presentes demonstrações contábeis.

b) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Ao final de cada período de reporte, o BB Investimentos avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o BB Investimentos estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização.

A determinação do valor recuperável na avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros requer que a Administração exerça julgamentos e adote premissas. Essas estimativas são baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas.

c) Impostos sobre os lucros

As receitas geradas pelo BB Investimentos estão sujeitas ao pagamento de impostos onde são desenvolvidas suas atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pelo BB Investimentos no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pelo BB Investimentos, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nestas demonstrações contábeis.

d) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando o BB Investimentos possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário do BB Investimentos é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual.

As estimativas consideradas pelo BB Investimentos para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pelo BB Investimentos que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como:

(i) mudanças na regulamentação governamental que afetem questões fiscais;
(ii) alterações nas taxas de juros;
(iii) mudanças nos índices de inflação;
(iv) processos ou disputas judiciais adversas;
(v) riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de investimento;
(vi) mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros; e
(vii) mudanças nas condições econômicas internas e externas.

e) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, cujos valores em discussão são reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

f) Provisão para outros créditos

As provisões para outros créditos foram constituídas de forma individualizada em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, conforme avaliação realizada pela Administração (Nota 11.b).

5 - AQUISIÇÕES, VENDAS E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

Parceria estratégica com UBS A.G.

Em 23.09.2019, o Banco do Brasil S.A. (BB) comunicou ao mercado que firmou Memorando de Entendimentos de caráter não vinculante com o UBS A.G. (UBS), com vista ao estabelecimento de parceria estratégica para atuação em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.

Em 06.11.2019, o BB publicou Fato Relevante informando a celebração do Acordo de Associação com o UBS de caráter vinculante para atuação em atividades de bancos de investimentos e de corretora de títulos e valores mobiliários no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.

Em 27.12.2019, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, aprovou, sem restrições, a parceria estratégica, por meio do Ato de Concentração n. º 08700.005886/2019-11, sendo essa parceria autorizada pelo Bacen em 24.08.2020.

Em 30.09.2020, o BB comunicou que o BB Investimentos, sua subsidiária integral, e o UBS A.G. (UBS), formalizaram os documentos definitivos que estabelecem o início da parceria estratégica para atuação em atividades de banco de investimento e de corretora de valores mobiliários no segmento institucional no Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai, após cumpridas todas as condições precedentes para o fechamento da transação (closing), sob os aspectos regulatórios e contratuais.

A parceria estratégica consolida-se em uma nova companhia e suas controladas, iniciando suas operações como uma plataforma de banco de investimentos completa, cominando a rede de relacionamentos do BB e sua forte capacidade de distribuição para pessoas físicas, com a expertise e capacidade de distribuição global do UBS.

A governança e a gestão da nova companhia estão amparadas em um Acordo de Acionistas e um Acordo Operacional, observando as boas práticas globais de governança corporativa e gestão de negócios. Cada acionista indicará três membros para o Conselho de Administração, sendo o Presidente apontado pelo BB Investimentos e o Vice-Presidente pelo UBS. A diretoria executiva também será formada por profissionais das duas empresas e o UBS indicará o Diretor Presidente da companhia.

Com o lançamento da parceria, os clientes corporativos do BB Investimentos, além do atendimento e da oferta completa de soluções de corporate banking, por meio da rede de agências e escritórios especializados, passam a contar com a plataforma de alcance global do UBS, proporcionando acesso diferenciado a produtos e serviços de investment banking e com a ampliação da oferta de soluções integradas nesses mercados.

Já os clientes investidores, além do atual portfólio de produtos e serviços, também passam a ter acesso a uma crescente variedade de instrumentos de captação e investimento vinculados ao mercado de capitais.

O capital social total da companhia está dividido na proporção de 50,01% para o UBS e 49,99% para o BB Investimentos. O BB, por meio do BB Investimentos, integralizou o direito de acesso aos clientes corporativos para prospecção e originação de negócios típicos de banco de investimento e o UBS aportou sua plataforma operacional de banco de investimento na região e corretora de títulos e valores mobiliários no segmento institucional no país.

O aporte do intangível ao patrimônio líquido da UBS Serviços representou R$ 829.726 mil, conforme laudo técnico realizado por empresa independente. Em contrapartida, bem como para fins de equalização das participações societárias pretendidas, a UBS Serviços entregou ao BB Investimentos o montante de R$ 145.000 mil, em moeda corrente, referente ao resgate, pelo valor contábil, de 100% das ações preferenciais pelo BB Investimentos, de modo que o investimento do BB Investimentos represente 49,99% do patrimônio líquido da nova empresa, ou seja R$ 684.726 mil.

A conclusão da operação não gerou impacto no resultado do BB Investimentos, no período de 01.01 a 31.12.2020, uma vez que, concomitantemente ao reconhecimento do ganho de capital em contrapartida ao registro do investimento inicial, foi registrado resultado não realizado no mesmo montante, por existir também um compromisso contratual de acesso exclusivo à base de clientes que deve ser cumprido pelo BB Investimentos ao longo dos 15 anos da associação, de modo que o impacto no resultado observe o regime de competência, conforme quadro a seguir:

	30.09.2020
1) Ganho de capital	829.726
2) Tributos	(373.377)
3) Resultado, líquido de efeitos tributários (1 + 2)	456.349
4) Resultado não realizado (100% do item 3)	(456.349)
5) Impacto no resultado	--

Dessa forma, o valor reconhecido como resultado não realizado corresponde ao valor integral do ativo intangível aportado na UBS Serviços, líquido dos efeitos tributários, e será realizado no mesmo cronograma de amortização daquele ativo, que equivale ao prazo da associação. Outras informações estão relacionadas na nota 12.

6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2020	31.12.2019
Disponibilidades(1)		
Depósitos bancários	253	865
Total	253	**865**

(1) Não inclui aplicações em ouro no valor de R$ 27.302 mil (R$ 16.143 mil em 31.12.2019).

7 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	31.12.2020	31.12.2019
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		
Letras financeiras do tesouro - Posição bancada	18.675	18.289
Total	18.675	**18.289**
Ativo Circulante	18.675	18.289

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Exerc/2020	Exerc/2019
Aplicações em operações compromissadas - Posição bancada	544	591
Aplicações em depósitos interfinanceiros	140	1.204
Total	**684**	**1.795**

8 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários

	31.12.2020			31.12.2019		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
Vencimento	**Circulante**	**Longo Prazo**	**Total**	**Circulante**	Longo Prazo	Total
Por carteira	**796.726**	**668.187**	**1.464.913**	**1.055.479**	**156.893**	**1.212.372**
Carteira Própria	796.726	668.187	1.464.913	1.055.479	156.893	1.212.372

Saldo contábil da carteira, considerando a marcação a mercado:

	31.12.2020		31.12.2019	
Total por categoria	**1.464.913**	**100%**	**1.212.372**	**100%**
1 - Títulos para negociação	497.714	34%	589.867	49%
2 - Títulos disponíveis para venda	967.199	66%	622.505	51%

Os investimentos em debêntures são representados pelos títulos das empresas:

		31.12.2020	31.12.2019			
Empresas	**Quantidade**	**Valor de Custo**	**Valor de Mercado**	**Valor de Mercado**	**Taxa**	**Vencimento**
CESP	265.000	277.308	288.283	--	IPCA+ 4,3% a.a.	15/08/2030
Light	166.800	167.987	167.135	164.922	CDI + 1,50% a.a.	15/10/2022
Fleury	100.000	100.110	97.068	99.179	CDI + 0,90% a.a.	16/12/2024
Arteris S.A.	78.000	79.584	81.826	--	IPCA+ 4,84% a.a.	15/09/2027
Ômega Geração OMGE12	52.339	54.529	49.630	--	IPCA+ 4,37% a.a.	15/09/2028
Ômega Geração OMGE22	32.528	33.563	33.860	--	IPCA+ 4,37% a.a.	15/09/2028
Algar Telecom	30.000	30.169	28.953	29.764	CDI + 0,70% a.a.	10/10/2024
Localiza - LORTA5	23.262	23.274	22.057	22.621	107,25% CDI	15/04/2026
CTEEP	4.550	4.560	4.863	4.308	IPCA + 3,50% a.a.	15/12/2029
Autopista Raizen Energia	--	--	--	128.037	IPCA + 3,54% a.a.	15/11/2029
Autopista Regis Bittencourt	--	--	--	76.747	CDI + 0,86% a.a.	15/06/2027
Cemig	--	--	--	41.098	IPCA + 4,10% a.a.	15/06/2026
TOTAL		**771.289**	**773.675**	**566.676**		

Os investimentos em Fundos de Investimento em Participações - FIP são representados pelas seguintes participações:

			31.12.2020	31.12.2019		
Nome do Fundo	Participação	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Mercado	Vencimento	Administrador
FIP Brasil Internacionalização de Empresas II	21,45%	42.907	235.318	118.274	07/2024	BB DTVM
FIP Brasil Internacionalização de Empresas	24,44%	82.847	97.027	87.923	07/2021	Santander Caceis
FIP Brasil Agronegócio	19,05%	112.631	72.696	90.309	02/2022	Bem DTVM
FIP AG Angra Infra-Estrutura	8,11%	57.957	49.288	45.687	10/2021	Bem DTVM
FIP Logística Brasil	12,99%	--	31.030	83.957	07/2021	Bem DTVM
FIP Brasil Sustentabilidade	9,50%	25.288	25.511	25.200	03/2021	Bem DTVM
FIP Brasil Portos e Ativos Logísticos	18,81%	52.963	24.963	31.301	03/2021	BB DTVM
FIP InfraBrasil	7,28&	28.718	6.530	20.449	07/2021	Mantiq Invest.
FMIEE Jardim Botânico VC I	20,00%	7.517	5.624	5.919	12/2021	Bem DTVM
FIP Brasil Energia	5,81%	--	1.080	44.497	02/2021	Bradesco S.A.
FIP Brasil Óleo e Gás	25,00%	42.436	7	40	07/2021	Bem DTVM
FIP BTG Dividendos	0,001%	7	7	--	10/2050	BTG Pactual
FMIEE Nordeste II	15,09%	17.123	--	--	07/2022	BRL TRUST
FIP Brasil Governança Corporativa	13,75%	--	--	31.871	11/2020	Bem DTVM
TOTAL		470.394	**549.081**	**585.427**		

Correspondem a aplicações em fundos constituídos sob a forma de condomínio fechado, destinados à aquisição de ações de companhias abertas ou fechadas, garantindo a participação no seu processo decisório, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, notadamente através da indicação de membros do Conselho de Administração.

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Exerc/2020	Exerc/2019
Títulos de renda fixa	135.355	16.465
Títulos de renda variável (1)	129.256	13.063
Total	264.611	**29.528**

(1)Refere-se, principalmente, ao ganho auferido na amortização de cotas dos FIPs Logística Brasil, no valor de R$ 51.632 mil e Brasil Energia, no valor de R$ 40.198 mil e na liquidação do FIP Brasil Governança Corporativa, no valor de R$ 22.421 mil.

c) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

No 2º trimestre houve reclassificação das debêntures da Localiza Rent a Car S.A., da categoria "Títulos para Negociação" para categoria "Títulos Disponíveis para Venda", no montante de R$ 23.315 mil (valor de custo) e R$ 21.438 mil (valor de mercado). A marcação a mercado negativa de R$ 1.877 mil manteve-se no resultado do 1º semestre de 2020.

No 4º trimestre de 2020, houve reclassificação das debêntures da Light, Fleury e Algar Telecom e dos Certificados de Recebíveis do Agronegócios - Unidas I da categoria "Títulos para Negociação" para categoria "Títulos Disponíveis para Venda", no montante de R$ 331.416 mil (valor de custo) e R$ 324.802 mil (valor de mercado). A marcação a mercado negativa de R$ 6.614 mil manteve-se no resultado do 2º semestre de 2020.

As reclassificações ocorreram em virtude do critério de alocação de papéis na categoria "Títulos para Negociação", que estabelece prazo máximo para negociação de 270 dias. Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários durante o exercício de 2019.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos

Não há saldos de instrumentos financeiros derivativos em 31.12.2020 e 31.12.2019.

e) Determinação do Valor Justo

Títulos e Valores Mobiliários: Contabilizados pelo valor de mercado, em conformidade com o estabelecido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001. A apuração do valor justo dos títulos é dada com base nas taxas coletadas junto ao mercado.

g) Valor dos Ativos e Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo, por nível de hierarquia

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 - são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 - são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 - são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o BB Investimentos estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Os instrumentos cuja preponderância de avaliação ocorrem com base em dados e metodologias internas, notadamente para instrumentos sujeitos ao risco de crédito, para os quais nem sempre há disponibilidade de informações de mercado para apuração de seus valores justos, são considerados no Nível 3.

	31.12.2020			
	Saldo	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Ativos				
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	497.714	--	497.714	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	967.199	57.547	360.523	549.129

	31.12.2019			
	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
Ativos				
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	589.867	--	589.867	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	622.505	18.648	18.383	585.474

9 - NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIAÇÃO DE VALORES

	31.12.2020	**31.12.2019**
Posição ativa	251.084	184.810
Devedores - liquidações pendentes - pessoas físicas e jurídicas (1)	249.051	179.022
Devedores - liquidações pendentes - instituições do mercado (2)	1.317	5.788
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar - venda de ouro	626	--
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar - TVM - carteira própria	90	--
Ativo circulante	251.084	184.810
Posição passiva	**281.905**	**206.664**
Credores - liquidações pendentes - pessoas físicas e jurídicas (1)	255.664	129.420
Credores - liquidações pendentes - investidores - tesouro direto	14.731	9.453
Credores - liquidações pendentes - instituições do mercado (2)	11.510	67.791
Passivo circulante	281.905	206.664

(1) Incluem saldos de clientes face à realização de operações em bolsa pendentes de liquidação junto a pessoas físicas e jurídicas.
(2) Incluem saldos de clientes face à realização de operações em bolsa pendentes de liquidação junto a instituições do mercado.

10 - OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	31.12.2020	**31.12.2019**
Devedores por depósitos em garantia (Nota 24.d)	268.453	263.110
Dividendos a receber (1)	222.838	151.099
Títulos e créditos a receber (2)	141.056	125.650
Opções por incentivos fiscais	4.650	4.650
Serviços prestados a receber (3)	2.572	52.391
Total	639.569	**596.900**
Ativo circulante	225.410	203.490
Ativo não circulante	414.159	393.410

(1)Dividendos a receber oriundo da empresa Ativos S.A.
(2)Referem-se a direitos creditórios cedidos pela Cia. Açucareira Vale do Ceará Mirim. O ativo está totalmente provisionado.
(3)Em 31.12.2019, referem-se, principalmente, às rendas de serviços prestados a sociedades ligadas Brasilprev e Brasilcap.

11 - PROVISÕES PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

	31.12.2020	**31.12.2019**
Companhia Açucareira Vale do Ceará Mirim	141.056	125.650
Crédito tributário de Pis e Cofins	7.291	7.291
Incentivos fiscais	4.628	4.636
Total	152.975	**137.577**
Ativo não circulante	152.975	137.577

b) Movimentação das Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

	Exerc/2020	**Exerc/2019**
Saldo inicial	137.577	126.339
Constituição	15.413	11.243
(Reversão)	(15)	(5)
Saldo final	152.975	**137.577**

12 - INVESTIMENTOS

a) Movimentação nas Participações em Coligadas e Controladas

EMPRESA	Saldo Contábil	Movimentações Exerc/2020				**Saldo Contábil**	Resultado de Equivalência (3)
	31.12.2019	**Dividendos/Juros sobre Capital Próprio**	**Aquisições/(Alienações)**	**Outros eventos (1)**	**Resultado de Equivalência(2)**	31.12.2020	**Exerc/2019**
Ativos	690.963	(222.838)	--	--	234.927	703.052	159.051
BB Tecnologia e Serviços - BBTS	1	--	--	--	--	1	--
Cibrasec (4)	--	--	--	--	--	--	78
Companhia Brasileira de Meios de Pagamento (5)	--	--	--	--	--	--	156.839
Estruturadora Brasileira de Projetos	3.897	--	--	(2.625)	(1)	1.271	198
Galgo	1.105	--	--	--	60	1.165	(42)
Kepler Weber (6)	82.123	(1.115)	(8.582)	--	572	72.998	7.043
Neoenergia (7)	--	--	--	--	--	--	92.584
Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (8)	--	--	--	--	--	--	517
Tecnologia Bancária	41.285	--	--	(1.791)	11.540	51.034	4.584
UBS BB Serviços (9)	--	--	684.726	(1.979)	4.556	687.303	--
UBS BB Serviços - resultado não realizado (9)	--	--	(684.726)	11.412	--	(673.314)	--
Total	819.374	**(223.953)**	**(8.582)**	**5.017**	**251.654**	**843.510**	**420.852**

(1)Refere-se a partilha antecipada de caixa na empresa EBP, variação negativa no percentual de participação na empresa Tecban, variação negativa de outros resultados abrangentes e realização do RNR (resultado não realizado) relativo ao exercício/2020, na empresa UBS BB Serviços.
(2)Não inclui reversão de provisão para perdas na empresa EBP no valor de R$ 924 mil.
(3)Não inclui dividendos (R$ 62.234 mil) e juros sobre capital próprio (R$ 39.037 mil) da Cielo e reversão de provisão para perdas na empresa SBCE (R$ 2.020 mil).
(4)Em julho de 2019, houve a alienação da participação na empresa.
(5)Em 28.06.2019, houve a transferência da participação na empresa para a BB Elo Cartões S.A.

(6)Em março de 2020, a participação passou a ser avaliada pelo método de custo, devido à perda de influência significativa na empresa. As informações relativas ao capital social realizado e patrimônio líquido ajustado referem-se a data base de dezembro de 2019.
(7)Em junho de 2019, houve a alienação da participação na empresa.
(8)Em maio de 2019, houve a alienação da participação na empresa.
(9)Em 30.09.2020, o BB Investimentos adquiriu participação acionária direta na UBS BB Serviços, no percentual de 49,99% do capital total, através de aporte de ativo intangível. Foi constituído RNR (resultado não realizado), no mesmo montante, a fim de criar condições suficientes para que seja possível a performance do ativo intangível registrado na empresa.

EMPRESA	Capital Social Realizado	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucr**o/(Prejuízo) Líquido Exerc/2020**	**Quantidade de Ações (em milhares)**		Participação **do Capital Social %**
				Ordinárias	**Preferenciais**	
Ativos	656.103	928.562	309.806	160.745.211	328.051.452	75,7140
BB Tecnologia e Serviços - BBTS	282.591	220.660	(89.595)	1.482	--	0,0003
Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP	75.819	11.444	2	5.075.764	1.736.112	11,1111
Galgo	26.283	17.479	921	1.752.200	--	6,6667
Kepler Weber (1)	234.322	473.772	37.572	4.109.518	--	15,6184
Tecnologia Bancária	544.074	726.732	181.039	300.763.860	--	7,0223
UBS BB Serviços	2.289.917	1.374.882	9.114	1.954.244.590	--	49,9899

(1) Em março de 2020, a participação passou a ser avaliada pelo método de custo, devido à perda de influência significativa na empresa. As informações relativas ao capital social realizado e patrimônio líquido ajustado referem-se a data base de dezembro de 2019.

b) Ágios na Aquisição de Investimentos

Movimentação dos ágios	Exerc/20**20**	**Exerc/2019**
Saldo inicial	--	162.549
Amortizações (Nota 17)	--	(40.637)
Transferência (1)	--	(121.912)
Saldo final	--	**--**

(1) Em 28.06.2019, houve a transferência do ágio para a BB Elo Cartões S.A., pertencente ao conglomerado Banco do Brasil S.A.

c) Outros Investimentos

	31.12.2020	**31.12.2019**
FILCB - Fundo de Investimento Liquidez da Câmara	2.000	2.000
Anbima	5	5
Total	2.005	2.005

d) Provisão para Perdas em Investimentos

	31.12.2020	**31.12.2019**
Kepler Weber (1)	(2.731)	(2.731)
Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP (2)	(1.271)	(2.195)
Total	(4.002)	**(4.926)**

(1)Provisão conforme disposto em acordo de acionistas, em virtude de reestruração societária ocorrida em 2007.
(2) Provisão em virtude de testes de redução ao valor recuperável de ativos.

13 - DEPÓSITOS

a) Segregação de Depósitos por Prazo de Exigibilidade

		31.12.2020	**31.12.2019**
	Até 3 meses	Total	Total
Depósitos interfinanceiros (1)	1.683.303	1.683.303	1.611.804
Total	1.683.303	**1.683.303**	**1.611.804**
Passivo Circulante	1.683.303	1.683.303	1.611.804

(1) Referem-se a captação de recursos de curto prazo junto ao Banco do Brasil S.A., com taxa pré fixada de 1,92% a.a. e vencimento em janeiro de 2021.

b) Despesas de Captações com Depósitos

	Exerc/2020	**Exerc/2019**
Despesas de depósitos interfinanceiros	(49.140)	(149.667)
Total	(49.140)	**(149.667)**

14 - OUTROS PASSIVOS

	31.12.2020	**31.12.2019**
Rendas antecipadas (1)	142.583	--
Dividendos e bonificações a pagar	93.213	342.551
Credores diversos - país (2)	6.519	6.458
Valores a pagar a sociedades ligadas (3)	5.428	21.585
Provisão para pagamentos a efetuar	38	39
Total	247.781	**370.633**
Passivo circulante	114.864	370.633
Passivo não circulante	132.917	--

(1)Refere-se ao ganho de capital decorrente do resgate de ações preferencias da empresa UBS Serviços, cujas rendas serão apropriadas de forma diferida.

(2)Inclui o valor de R$ 5.989 mil (R$ 6.144 mil em 31.12.2019) relativo à antecipação de desembolsos a serem incorridos pelo BB Investimentos, no âmbito de operações de oferta pública de títulos e valores mobiliários.

(3)Inclui os valores de R$ 5.298 mil (R$ 8.689 mil em 31.12.2019) referente a ressarcimentos de despesas ao Banco do Brasil e R$ 130 mil (R$ 37 mil em 31.12.2019) referente a comissões devidas às BB Securities. Devido ao encerramento do contrato em 31.12.2019, em 31.12.2020 não houve valores a pagar relativos à prestação de serviços de administração de carteiras pela BB DTVM (R$ 12.859 mil em 31.12.2019).

15 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Exerc/2020	**Exerc/2019**
Comissões de colocação de títulos	288.974	471.635
Serviços diferenciados - pessoas físicas	56.799	58.899
Assessoria econômico-financeira (1)	31.287	325.857
Serviços prestados a ligadas (2)	2.127	263.903
Corretagens de operações em bolsas	1.508	542
Administração de custódia - Tesouro Direto	27	42
Serviços de custódia	--	788
Total	380.722	**1.121.666**

(1)No exercício de 2020 o BB Investimentos não auferiu rendas de assessoria econômico-financeira junto à Brasilprev devido ao encerramento do contrato em 31.12.2019 (R$ 288.131 mil no exercício de 2019).

(2)No exercício de 2020, refere-se aos valores pagos pela UBS BB relativos a prestação de garantia firme pelo BB Investimentos em operações de colocação de títulos. O BB Investimentos não auferiu rendas de administração de carteiras junto à Brasilcap e Brasilprev devido ao encerramento do contrato em 31.12.2019 (R$ 263.903 mil no exercício de 2019).

16 - DESPESAS DE PESSOAL

	Exerc/2020	**Exerc/2019**
Proventos	(28.547)	(38.031)
Encargos Sociais	(13.972)	(16.883)
Benefícios	(5.069)	(5.067)
Honorários	(180)	(180)
Total	(47.768)	**(60.161)**

17 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exerc/20**20**	**Exerc/2019**
Serviços do sistema financeiro (1)	(54.418)	(60.325)
Processamento de dados, desenvolvimento e manutenção de sistemas	(16.215)	(10.295)
Aluguéis	(10.398)	(11.715)
Serviços de transmissão de noticiário econômico	(4.288)	(4.359)
Condomínio	(2.432)	(3.263)
Serviços técnicos especializados	(995)	(3.934)
Serviços de terceiros	(267)	(1.033)
Comunicações	(74)	(172)
Viagens no país/exterior	(183)	(373)
Amortização de ágios em participações societárias	--	(40.637)
Outras despesas administrativas	(228)	(369)
Total	(89.498)	**(136.475)**

(1)Referem-se, principalmente, às despesas de serviços prestados pelas BB Securities e despesas de custódia de títulos e valores mobiliários. Devido ao encerramento do contrato em 31.12.2019, no exercício de 2020 não ocorreram despesas relativas à prestação de serviços de administração de carteiras pela BB DTVM (R$ 24.514 mil no exercício de 2019).

18 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

	Exerc/20**20**	**Exerc/2019**
Receitas	**28.822**	**47.122**
Atualização de créditos recebidos mediante cessão	15.406	11.238
Devedores por depósitos em garantia	5.029	10.124
Juros sobre capital próprio	1.396	--
Variações monetárias ativas (1)	6.834	25.347
Recuperação de encargos e despesas	143	411
Outras receitas operacionais	14	2
Despesas	(16.709)	(62.844)
Banco do Brasil - suporte operacional	(12.156)	(11.633)
Deságio em operações de colocação de títulos	(760)	(26.082)
Variações monetárias passivas (2)	(2.815)	(25.081)
Demandas judiciais	(707)	--
Outras despesas operacionais	(271)	(48)
Total	12.113	**(15.722)**

(1)Referem-se, principalmente, à atualização de impostos e contribuições a compensar.

(2)Referem-se, principalmente, à atualização, pela Taxa Selic, dos dividendos pagos ao Banco do Brasil S.A.

19 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exerc/2020	**Exerc/2019**
Receitas não Operacionais	24.824	**1.524**
Ganhos de capital (1)	13.829	1.021
Lucros na alienação de investimentos (2)	10.995	503
Despesas não Operacionais	(1.791)	**(109.498)**
Prejuízos na alienação de investimentos (3)	(1.791)	--
Prejuízos na alienação de investimentos (4)	--	(109.498)
Total	23.033	**(107.974)**

(1)No exercício de 2020, refere-se à realização do RNR, no valor de R$ 11.412 mil, e apropriação do ganho decorrente do resgate das ações preferenciais da empresa UBS BB Serviços, no valor de R$ 2.417 mil. No exercício 2019, refere-se ao ganho obtido na variação do percentual de participação da Cielo.

(2)No exercício 2020, refere-se ao lucro na alienação de parte das ações da empresa Kepler Weber. No exercício 2019, refere-se ao lucro na alienação da empresa SBCE.

(3)Refere-se a perda decorrente da variação do percentual de participação na empresa Tecban.

(4)Refere-se ao prejuízo na alienação das empresas Neoenergia, no valor de R$ 109.208 mil, e Cibrasec, no valor de R$ 290 mil.

20 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em função da cisão parcial do patrimônio do BB Investimentos, ocorrida em 28.06.2019, com versão da parcela cindida relativa ao investimento na empresa Cielo S.A. para a BB Elo Cartões Participações S.A., pertencente ao conglomerado Banco do Brasil S.A., o Capital Social foi reduzido em R$ 3.365.471 mil. Devido a reorganização societária com a cisão parcial, foi efetuado aumento de capital de R$ 1.920.389 mil, mediante aporte de capital pelo Banco do Brasil S.A., no valor de R$ 895.000 mil, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária do Acionista de 28.06.2019, incorporação do saldo da Reserva legal, no valor de R$ 364.217 mil e parte da Reserva Estatutária, no valor de R$ 661.172 mil, constituídas até 31.12.2018.

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, de R$ 376.000 mil (R$ 376.000 mil em 31.12.2019), está dividido em 3.789.789 ações ordinárias nominativas (3.789.789 ações em 31.12.2019), sem valor nominal. O Patrimônio Líquido de R$ 825.140 mil (R$ 468.953 mil em 31.12.2019) corresponde a um valor patrimonial de R$ 217,73 (R$ 123,74 em 31.12.2019).

b) Reservas de Reavaliação

Referem-se às reavaliações de ativos efetuadas pela coligada Kepler Weber. Devido à perda de influência na empresa, o saldo remanescente de R$ 59 mil em 31.12.2019 foi realizado e transferido para a conta "Lucros ou Prejuízos Acumulados". Não ocorreram realizações no exercício de 2019.

c) Reservas de Lucros

	31.12.2020	**31.12.2019**
Reservas de Lucros	410.407	**42.690**
Reserva legal	68.819	42.690
Reserva estatutária	342.588	--

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A Reserva Estatutária tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Sociedade, constituída pela parcela de até 100% do saldo do lucro líquido após as destinações anteriores, até o limite de 80% do capital social.

Em 29.05.2020, o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicou a Resolução nº 4.820, posteriormente alterada pela Resolução nº 4.885 de 23.12.2020, a qual estabelece, por prazo determinado, vedações à remuneração do capital próprio, ao aumento da remuneração de administradores, à recompra de ações e à redução de capital social, a serem observadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando os potenciais efeitos da pandemia do Coronavírus (Covid-19), sobre o Sistema Financeiro Nacional.

Dessa forma, ficou estabelecido que a distribuição do resultado até 31.12.2020 ficará limitada ao montante equivalente à 30% do lucro líquido ajustado, no termo do estabelecido pelo Art. 202 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976.

Sendo assim, foi constituída em 31.12.2020, reserva estatutária com o valor do lucro líquido excedente. A extrapolação dos limites de constituição da reserva estatutária, deverão ser submetidos à Assembleia Geral, para deliberação sobre a destinação dos valores na forma de dividendos ou aumento de capital, se for o caso.

d) Dividendos e Distribuição do Lucro Líquido

	Exerc/2020	**Exerc/2019**
Base de cálculo:	477.498	**811.120**
- Lucro líquido	502.568	853.810
- Realização de reservas de reavaliação em coligadas e controladas	59	--
- Reserva legal constituída no período	(25.129)	(42.690)
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	119.375	202.780
Dividendo adicional	15.535	608.340
Reservas estatutárias	342.588	--
Saldo do lucro líquido ajustado, após as destinações	**0**	0
Dividendo decorrente da distribuição da Reserva Estatutária	--	213.032
Total destinado ao acionista	**134.910**	**1.024.152**

e) Outros Resultados Abrangentes

	Exerc/2020				Exerc/2019			
	Saldo inicial	Movimentação	Efeitos Tributários	Saldo final	Saldo inicial	Movimentação	Efeitos Tributários	Saldo final
Títulos disponíveis **para venda**								
Próprios	50.204	(18.101)	8.609	40.712	53.596	2.047	(5.439)	50.204
Coligadas e Controladas	--	128	(44)	84	--	--	--	--
Outros ajustes de avaliação patrimonial								
Coligadas e Controladas	--	(3.126)	1.063	(2.063)	--	--	--	--
Variações cambiais de investimentos no exterior								
Coligadas e Controladas	--	--	--	--	56.760	(86.000)	29.240	--
Total	50.204	**(21.099)**	**9.628**	**38.733**	**110.356**	**(83.953)**	**23.801**	**50.204**

21 - TRIBUTOS

a) Demonstração das despesas de IR e CSLL

	Exerc/2020	**Exerc/2019**
Valores correntes	(264.582)	**(294.674)**
IRPJ e CSLL no país	(264.582)	(294.674)
Valores diferidos	62.245	**38.188**
Passivo fiscal diferido	(4.109)	**34**
Marcação a mercado	(4.109)	34
Ativo fiscal diferido	66.354	**38.154**
Diferenças intertemporais	70.522	30.343
Marcação a mercado	(4.168)	7.811
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	(202.337)	**(256.486)**

b) Conciliação dos encargos com IR e CSLL

	Exerc/2020	**Exerc/2019**
Resultado antes dos tributos	704.905	**1.110.296**
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (15%)	**(317.207)**	**(444.118)**
Resultado de participação em coligadas e controladas	113.244	193.234
Resultado de variação percentual em participações	(806)	408
Efeito da majoração da CSLL (1)	1.868	--
Efeito da majoração da CSLL no ativo fiscal diferido (2)	--	8.504
JCP não reconhecidos como receita - Resolução CMN 4.706/2018	--	(17.234)
Outros valores	564	2.720
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	(202.337)	**(256.486)**

(1)Majoração da alíquota da CSLL de 15% para 20% a partir de março/2020, conforme Art. 30, inciso IV, da Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017.
(2)Majoração da alíquota da CSLL de 15% para 20%, conforme Art. 32 da Emenda Constitucional nº 103/2019.

c) Despesas Tributárias

	Exerc/2020	**Exerc/2019**
Cofins	(25.857)	(45.207)
ISSQN	(8.564)	(32.898)
Tributos sobre remessas ao exterior	(10.461)	(5.747)
PIS/Pasep	(4.202)	(7.346)
Outras	(105)	(96)
Total	(49.189)	**(91.294)**

d) Passivos Fiscais Diferidos

	31.12.2020	**31.12.2019**
Decorrentes da marcação a mercado	51.523	54.546
Total das obrigações fiscais diferidas	51.523	**54.546**
Imposto de renda	26.083	27.340
Contribuição social	20.352	21.872
Cofins	7.377	4.588
PIS/Pasep	711	746

e) Ativos Fiscais Diferidos (Créditos Tributários)
Ativado

	31.12.2019	**Exercício/2020**		**31.12.2020**
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças intertemporais	83.093	**148.503**	**(81.625)**	**149.971**
Resultado não realizado	--	65.250	(1.087)	64.163
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	57.834	9.851	(3)	67.682
Marcação a mercado	17.675	73.238	(76.882)	14.031
Provisões passivas - fiscais e previdenciárias	18	--	(4)	14
Provisões passivas - outras	718	164	(317)	565
Outras provisões	6.848	--	(3.332)	3.516
Total dos créditos tributários ativados	83.093	**148.503**	**(81.625)**	**149.971**
Imposto de renda	43.734	78.725	(41.371)	81.088
Contribuição social	37.630	62.617	(32.736)	67.511
PIS/Pasep	242	1.001	(1.051)	192
Cofins	1.487	6.160	(6.467)	1.180
Ativo não circulante	83.093			149.971

f) Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2020, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação para o período de apuração.

	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2021	17.674	17.213
Em 2022	16.115	15.091
Em 2023	116.182	102.638
Total de Créditos Tributários em 31.12.2020	**149.971**	**134.942**

No exercício de 2020, observou-se a realização de créditos tributários no BB Investimentos no montante de R$ 81.625 mil.

22 - PARTES RELACIONADAS

O BB Investimentos realiza transações bancárias com seu controlador, Banco do Brasil S.A., tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), aplicações em operações compromissadas e depósitos interfinanceiros. Há, ainda, contratos de prestação de serviços e convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável, substancialmente nos termos e condições para operações comparáveis, incluindo taxas de juros e garantias. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Há acordo operacional com a UBS BB para prestação de garantia firme em operações de colocação de títulos. Os contratos de prestação de serviços de assessoria econômico-financeira e de administração de carteiras com empresas do conglomerado Banco do Brasil foram encerrados em 31.12.2019.

O BB Investimentos não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

A relação de suas participações em empresas coligadas e controladas está demonstrada na Nota 12.a.

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

	Controlador	Coligadas	Outras Partes Relacionadas (2)	Total
		31.12.2020		
Ativos				
Disponibilidades - Depósitos bancários (Nota 6)	253	--	--	253
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 7.a)	18.675	--	--	18.675
Dividendos a receber (1) (Nota 10)	--	222.838	--	222.838
Passivos				
Depósitos interfinanceiros (Nota 13.a)	1.683.303	--	--	1.683.303
Dividendos e bonificações a pagar (Nota 14)	93.213	--	--	93.213
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 14)	5.298	--	130	5.428
		31.12.2019		
Ativos				
Disponibilidades - Depósitos bancários (Nota 6)	865	--	--	865
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 7.a)	18.289	--	--	18.289
Títulos e valores mobiliários	16.593	--	--	16.593
Dividendos a receber (1) (Nota 10)	--	151.099	--	151.099
Serviços prestados a receber	--	--	51.725	51.725
Passivos				
Depósitos interfinanceiros (Nota 13.a)	1.611.804	--	--	1.611.804
Dividendos e bonificações a pagar (Nota 14)	342.551	--	--	342.551
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 14)	8.689	--	12.896	21.585

(1)Referem-se a dividendos a receber da Ativos S.A.

(2)Referem-se à BB DTVM, Brasilcap, Brasilprev e BB Securities.

	Controlador	Coligadas	Outras Partes Relacionadas (2)	Total
		Exerc/2020		
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 7.b)	684	--	--	684
Serviços prestados a ligadas (Nota 15)	--	--	2.127	2.127
Despesas de depósitos interfinanceiros (Nota 13.b)	(49.140)	--	--	(49.140)
Despesas de pessoal	(47.588)	--	--	(47.588)
Despesas de serviços do sistema financeiro	--	--	(43.208)	(43.208)
Despesas administrativas diversas	(33.935)	--	--	(33.935)
Variações monetárias passivas (Nota 18)	(2.815)	--	--	(2.815)
Banco do Brasil - suporte operacional (Nota 18)	(12.156)	--	--	(12.156)
		Exerc/2019		
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 7.b)	1.795	--	--	1.795
Rendas de comissões de colocação de títulos	10.480	--	--	10.480
Serviços prestados a ligadas (Nota 15)	--	--	263.903	263.903
Assessoria econômico-financeira (Nota 15)	--	--	288.131	288.131
Variações monetárias ativas (1)	--	1.912	--	1.912
Despesas de depósitos interfinanceiros (Nota 13.b)	(149.667)	--	--	(149.667)
Despesas de pessoal	(59.981)	--	--	(59.981)
Despesas de serviços do sistema financeiro	--	--	(24.514)	(24.514)
Despesas de comissões de colocação de títulos	--	--	(23.917)	(23.917)
Despesas administrativas diversas	(30.560)	--	--	(30.560)
Variações monetárias passivas (Nota 18)	(25.081)	--	--	(25.081)
Banco do Brasil - suporte operacional (Nota 18)	(11.633)	--	--	(11.633)

(1)Refere-se à atualização monetária dos dividendos a receber da Ativos S.A.

(2)Referem-se à BB DTVM, Brasilcap, Brasilprev, BB Securities e UBS BB.

23 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

O BB Investimentos não possui quadro próprio de empregados uma vez que suas atividades são conduzidas integralmente pela estrutura administrativa do Banco do Brasil S.A.

O BB Investimentos ressarce o Banco do Brasil pelas despesas de pessoal, conforme evidenciado na Nota 22.

24 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

b) Passivos Contingentes - Prováveis

Ações Cíveis

As ações de natureza cível movidas contra o BB Investimentos referem-se, principalmente, a pedidos de indenização envolvendo compra e venda de ações em Bolsa de Valores e revisão de cláusulas contratuais.

Ações Trabalhistas

Referem-se, principalmente, a ações em que a BAF - Brasil Aconselhamento Financeiro S.A., incorporada ao BB Investimentos em 20.05.2009, figura como parte passiva.

Movimentações na provisão para demandas cíveis e trabalhistas classificadas como prováveis:

	Exerc/2020	Exerc/2019
Demandas cíveis		
Saldo inicial	104	**106**
Constituição	19	93
Reversão da provisão	(31)	(95)
Baixa por pagamento	--	--
Saldo final	92	**104**
Demandas fiscais		
Saldo inicial	40	**37**
Constituição	1	3
Reversão da provisão	(9)	--
Baixa por pagamento	--	--
Saldo final	32	**40**

Demandas trabalhistas		
Saldo inicial	1.490	**1.524**
Constituição	363	113
Reversão da provisão	(690)	(147)
Baixa por pagamento	--	--
Saldo final	1.163	**1.490**
Total das demandas Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	1.287	**1.634**

A Administração do BB Investimentos considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.
Cronograma esperado de desembolso

	Cíveis	Fiscais	**Trabalhistas**
Até 5 anos	75	12	1.003
Acima de 5 anos	17	20	160
Total	92	**32**	**1.163**

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

c) Passivos Contingentes - Possíveis

Ações Cíveis

As ações cíveis classificadas como risco "possível" são dispensadas de constituição de provisão e representam pedidos de indenização envolvendo compra e venda de ações em Bolsa de Valores e revisão de cláusulas contratuais.

Ações Fiscais

Destaca-se o processo de execução fiscal, no montante de R$ 131.853 mil (R$ 128.322 mil em 31.12.2019), movido pela Delegacia da Receita Federal, que se encontra suspenso pela oposição de embargos à execução. Referida execução tem como objeto a cobrança de IRPJ decorrente da dedutibilidade da CSLL no lucro real e está vinculada a um Mandado de Segurança de autoria do BB Investimentos, com decisão de primeira instância favorável ao BB Investimentos, acatando a tese de inconstitucionalidade do art. 1º da Lei n.º 9.316/1996, objeto do litígio. Aguarda-se o julgamento de recurso interposto pela Receita Federal. Nos embargos à execução foi proferida decisão determinando a suspensão da execução fiscal até o julgamento do referido Mandado de Segurança.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis:

	31.12.2020	**31.12.2019**
Demandas fiscais	296.108	188.407
Demandas cíveis	1	11
Total	296.109	**188.418**

d) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências:

	31.12.2020	**31.12.2019**
Demandas fiscais	266.580	261.593
Demandas trabalhistas	1.187	827
Demandas cíveis	686	690
Total	268.453	**263.110**

25 - RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

Durante o período de divulgação, foram identificados os eventos registrados na tabela abaixo considerados "Itens não recorrentes", com o respectivo efeito fiscal, a seguir detalhados, quando necessário ao melhor entendimento:

Alienação de participações: resultado da alienação de parte das ações da empresa Kepler Weber no exercício de 2020. No exercício de 2019, refere-se à alienação de investimento nas empresas Cibrasec, Neoenergia e SBCE.

Perdas de capital: perda decorrente da variação do percentual de participação na empresa Tecban.

Crédito Tributário sobre CSLL: ativação de crédito tributário em decorrência da majoração da alíquota de CSLL, de 15% para 20%, conforme Emenda Constitucional n° 103 de novembro de 2019.

Desdobramento do Lucro Líquido do período em resultado não recorrente e resultado recorrente

	Exerc/2020	Exerc/2019
Lucro líquido	**502.568**	**853.810**
Itens não recorrentes	**4.256**	**(51.443)**
Alienação de participações	10.995	(108.995)
Perdas de capital	(1.791)	--
Crédito tributário sobre CSLL	--	8.504
Efeito fiscal sobre o resultado não recorrente	(4.948)	49.048
Resultado recorrente	**498.312**	**905.253**

26 - OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

No exercício de 2020, o estudo realizado não identificou ativos com indícios de perda do valor recuperável que justificassem o reconhecimento de desvalorização, conforme determina o CPC 01, recepcionado pela Resolução CMN n.º 3.566/2008.

b) Pandemia Coronavírus (Covid-19)

No exercício de 2020, a economia mundial foi impactada negativamente pela propagação da doença respiratória ocasionada pelo novo Coronavirus (Covid-19), elevada ao nível de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O Conglomerado Banco do Brasil, controlador do BB Investimentos, adotou diversas medidas preventivas recomendadas por especialistas, pelo Ministério da Saúde e pelas autoridades dos países onde atua, reafirmando o compromisso com a saúde e segurança dos funcionários, colaboradores, clientes e a sociedade.

Ao mesmo tempo, o BB Investimentos, em consonância com o seu controlador, tem trabalhado para garantir serviços financeiros de qualidade, estando preparado para continuar atendendo às suas demandas. As ações adotadas pelo Conglomerado foram divulgadas em comunicado ao mercado de 24.03.2020.

Implicações contábeis relacionadas aos efeitos do Covid-19

A pandemia está ocasionando impactos significativos no ambiente econômico dos países afetados pelo vírus. Apesar das ações mitigadoras adotadas até o presente momento, são esperadas implicações sobre as demonstrações contábeis do BB Investimentos. Os principais reflexos e medidas são apresentados a seguir.

i) Principais julgamentos e incertezas

Como resultado das incertezas ocasionadas pelo cenário de pandemia, alguns julgamentos e estimativas adotados historicamente pelo BB Investimentos foram revisados para que as informações contábeis originadas desses julgamentos e estimativas refletissem com maior nível de confiabilidade a posição patrimonial e o resultado do período.

ii) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

O BB Investimentos realizou estudos para identificar se seus ativos não financeiros apresentavam indícios de desvalorização pela redução do seu valor em uso ou pelos fluxos de caixa descontados, os quais podem indicar redução no valor recuperável do ativo.

Não foram identificados impactos relevantes nos valores recuperáveis de investimentos.

iii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os modelos de marcação a mercado existentes no BB Investimentos foram revisados para que observassem os possíveis impactos da Covid-19 nos indicadores econômico-financeiros utilizados na projeção de cenários, especialmente no cálculo de valor justo de instrumentos financeiros classificados no nível 2 e nível 3 na hierarquia de valor justo.

As alterações no valor justo dos instrumentos financeiros, identificadas até o momento em decorrência da pandemia já impactaram as presentes demonstrações contábeis.

Não houve alteração na intenção em relação títulos e valores mobiliários que venha a ensejar mudança na categoria de instrumentos financeiros, conforme definido na Circular Bacen 3.068/2001.

Em relação aos Fundos de Investimento em Participações (FIPs), nos quais o BB Investimentos é cotista, no contexto da pandemia do Covid-19 (crise), os gestores têm realizado acompanhamento tempestivo junto ao management das empresas investidas, de forma a remediar eventuais consequências, contudo, não foi reportada, até o momento, nenhuma estimativa de perda financeira relevante por causa da crise. Todas as empresas investidas têm adotado ações imediatas de proteção e mitigação de riscos contra os potenciais efeitos (imediatos e de médio/longo prazo) da crise.

iv) Aproveitamento dos créditos tributários ativados

Foram realizados estudos para aproveitamento dos créditos tributários ativados, tendo em vista as projeções de resultado do BB Investimentos pelo período de 10 anos.

O estudo realizado concluiu que não haverá alteração na expectativa de realização dos créditos tributários.

v) Provisão para riscos por demandas contingentes

Foram reavaliados os riscos envolvidos, especialmente no que se refere às demandas cíveis e trabalhistas, não tendo sido identificados impactos relevantes, até o momento, em face das provisões existentes.

vi) Receitas de prestação de serviços

De modo geral, a pandemia de Covid-19 trouxe um impacto sem precedentes na economia de praticamente todos os países. As projeções mais recentes do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para uma retração do PIB mundial da ordem de 3,5%. Os investidores continuaram cautelosos aguardando a retomada de crescimento, com possibilidade de maior fôlego pós vacinação.

Conforme divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima) em seu Boletim de Mercado de Capitais (base Dezembro 2020), as emissões domésticas no mercado de capitais totalizaram R$ 369,8 bilhões em 2020, correspondentes a uma redução de 14,5% em relação ao ano anterior. A despeito dessa queda, resultado de um ano atípico marcado pela incerteza dos investidores em relação à economia, e diante da grande volatilidade dos ativos, o mercado de capitais mostrou recuperação mais sustentada a partir de meados do ano.

O BB Investimentos permanece atento a evolução da pandemia, avaliando o seu impacto nos negócios visando a sustentabilidade da empresa.

vii) Assistência governamental

Durante o período de enfrentamento da pandemia, ocorreram medidas governamentais e regulatórias que proporcionaram apoio aos negócios. Uma das medidas foi a postergação de recolhimento de tributos, conforme Portaria nº 139/2020 do Ministério da Economia. O BB Investimentos não adotou a faculdade concedida.

27 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Alienação das ações da Kepler Weber S.A.

Conforme Fato Relevante divulgado em 09.02.2021 pelo Controlador, Banco do Brasil S.A., o BB Investimentos reduziu, entre os dias 27.10.2020 e 09.02.2021, a sua participação acionária na Kepler Weber S.A. ("Kepler"), alienando parcialmente as ações de sua titularidade por meio de transações realizadas em ambiente de bolsa de valores, previamente divulgado através de Edital Público.

Com a alienação das ações, o BB Investimentos reduziu para 0,002% a sua participação acionária na Kepler, passando a deter 438 ações ordinárias, no valor de R$ 8 mil.

Em função da alienação das ações ocorridas entre 01.01 e 09.02.2021, o BB Investimentos teve impacto positivo em seu resultado, conforme quadro a seguir:

1) Valor recebido pela alienação	156.227
2) Valor de custo	72.990
3) Reversão de provisão	2.731
4) Resultado bruto (1 - 2 + 3)	85.968
5) Tributos	(37.457)
6) Impacto no resultado (4 + 5)	48.511

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Diretores e Acionista do
BB - Banco de Investimento S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BB - Banco de Investimento S.A. ("BB Investimentos"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Investimentos em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a BB Investimentos, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da Administração da BB Investimentos, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da BB Investimentos. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa DVA foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da BB Investimentos é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o BB Investimentos continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o BB Investimentos ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da BB Investimentos são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do BB Investimentos.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do BB Investimentos. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o BB Investimentos a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 19 de fevereiro de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" DF

LUIZ CARLOS OSELIERO FILHO
Contador CRC nº 1 SP 234751/O-6

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

I.Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco do Brasil (Coaud), órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração (CA), é composto por membros independentes e eleitos pelo CA.

O Banco do Brasil optou pela constituição de comitê de auditoria único para o Banco Múltiplo e Subsidiárias, entre elas o BB Banco de Investimentos S.A. (BB Investimentos).

II.Responsabilidades

O Coaud tem suas atribuições definidas pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto nº 8.945/2016, Resolução CMN 3.198/2004, Estatuto Social do BB e seu Regimento Interno, disponível no endereço eletrônico www.bb.com.br/ri.

Nesse contexto, os administradores do BB BI são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às leis e regulamentos.

A Resolução CMN nº 4.557/2017 atribui ao Comitê de Riscos e de Capital (Coris) o assessoramento ao CA em suas funções relativas à gestão de riscos e de capital, de forma unificada, para as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial do BB. O Coaud avalia e monitora as exposições a riscos mediante interação e atuação conjunta com o Coris.

A Auditoria Interna (Audit) do Conglomerado responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o BB BI está exposto, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte) é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e suficiência dos controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

III. Atividades do período

O Comitê de Auditoria realizou regulamente reuniões internas; com a Diretoria da Empresa; auditorias interna e independente; e, com executivos do Banco de áreas que realizam atividades necessárias às operações da empresa. Nas reuniões, abordou os temas sob acompanhamento do Coaud.

Não chegaram ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidências de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição.

IV.Auditorias Interna

O Coaud supervisiona as atividades desenvolvidas pela Audit e avalia, por meio de instrumental técnico formal, sua independência, objetividade, qualidade e efetividade.

O Comitê realizou reuniões periódicas com a Unidade para acompanhar sua atuação e o cumprimento de suas atribuições.

V.Auditoria Independente

O Coaud supervisiona a prestação de serviços de auditoria contábil pelos auditores independentes e avalia a sua independência, a qualidade e a adequação de tais serviços às necessidades da Instituição. Além disso, verifica, previamente à contratação para prestação de outros serviços às empresas do Conglomerado, a existência de conflitos.

O Comitê realizou reuniões com a Deloitte com o objetivo de acompanhar o cumprimento do planejamento; avaliar os resultados dos principais trabalhos realizados; e, examinar suas conclusões e recomendações.

VI.Sistema de controles internos (SCI) e exposição a risco

A avaliação da efetividade do SCI pelo Coaud é fundamentada principalmente nos resultados dos trabalhos realizados pelas auditorias interna e independente; pelos órgãos externos de supervisão e controle; pela Diretoria de Controles Internos (Dicoi); pela Diretoria do BB BI; em informações e documentos requisitados a outras áreas do Banco; e, em suas próprias análises.

O Coaud, em conjunto com o Coris, avaliou e monitorou as principais atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos e realizou reuniões com as áreas gestoras de riscos e de capital.

VII.Transações com partes relacionadas

O Coaud avalia e monitora, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das TPR, de acordo com atribuição estabelecida pela Lei das Estatais e recomenda melhorias nos processos operacionais à administração.

O Comitê realizou reuniões com as auditorias interna e independente.

Não chegaram ao conhecimento do Coaud inadequações às normas vigentes sobre transações com partes relacionadas.

VIII.Demonstrações contábeis e Relatório da Administração

O Coaud revisa, previamente à publicação, as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, os relatórios da administração e do auditor independente. Avalia a qualidade das demonstrações contábeis, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Examinou o resumo das principais práticas contábeis e analisou mensalmente as principais variações nos saldos contábeis e respectivas causas, a partir de informações fornecidas pela Diretoria Contadoria.

Revisou as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e do relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, relativos a 31/12/2020.

IX.Recomendações do Comitê de Auditoria

X.Conclusões

Não houve recomendações no período.

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu que:

a.o sistema de controles internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do BB BI e objeto de permanente atenção por parte da administração;

b.a Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;

c.a Deloitte atua com efetividade e independência;

d.as principais exposições a riscos vêm sendo gerenciadas adequadamente;

e.as demonstrações contábeis de 31/12/2020 e o relatório da administração foram elaborados em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, e refletem, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.

Brasília-DF, 19 de fevereiro de 2021.

EGIDIO OTMAR AMES

LUIZ SPINOLA

MARCOS TADEU DE SIQUEIRA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DO BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, os quais foram aprovados, nesta data, pela Diretoria.

Ao realizar tais exames, o colegiado levou em conta, as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e os depoimentos prestados pelos integrantes do Comitê de Auditoria. Considerando, ainda, a expedição do Relatório dos Auditores Independentes, produzido sem ressalvas, nesta data, pela Deloitte Touche Tohmatsu e as informações complementares prestadas pela empresa ao colegiado, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem encaminhados para apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2021.

CRISTINA GONÇALVES RODRIGUES
(Presidente)

AUGUSTO CESAR DE BRITO NAYLOR
(Conselheiro)

JOSÉ AVELAR MATIAS LOPES
(Conselheiro)

DIRETORIA

BERNARDO DE AZEVEDO SILVA ROTHE
PRESIDENTE

ANA PAULA TEIXEIRA DE SOUSA

FRANCISCO AUGUSTO LASSALVIA
DIRETOR

CONSELHO FISCAL

CRISTINA GONÇALVES RODRIGUES (PRESIDENTE)

AUGUSTO CESAR DE BRITO NAYLOR

JOSÉ AVELAR MATIAS LOPES

CONTADORIA

EDUARDO CESAR PASA
Contador Geral
Contador CRC-DF 017.601/O-5
CPF 541.035.920-87

BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 17.344.597/0001-94

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Exercício encerrado em 31.12.2020

Prezados Acionistas, Colaboradores e Parceiros de Negócios.

Apresentamos o Relatório Anual da Administração da BB Seguridade Participações S.A. ("BB Seguridade" ou "Companhia") relativo ao ano de 2020, de acordo com as exigências da Lei das Sociedades por Ações, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do seu Estatuto Social.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).

Cabe ressaltar que este relatório apresenta dados contábeis das companhias investidas da BB Seguridade que podem divergir dos divulgados pelas participadas, tanto por diferenças nos padrões contábeis utilizados como por eventuais amortizações de intangíveis, eliminações de resultados entre as participadas, entre outros motivos. Nesse contexto, o lucro líquido atribuído às investidas reflete o resultado apurado pela Companhia para cada segmento de negócios, na forma da Nota Explicativa de Investimentos em Participações Societárias.

Em 2020, diante do cenário de incertezas gerado pela pandemia do novo coronavírus, a BB Seguridade, buscando garantir a continuidade dos negócios e a segurança de seus colaboradores, e contribuir para o bem-estar dos seus clientes e da sociedade, declarou um Plano de Ação de enfrentamento à Covid-19, tendo como foco os seguintes pilares:

i. cuidar das nossas equipes;
ii. estar ao lado dos clientes e da sociedade;
iii. garantir a sustentação da Companhia; e
iv. preparar-se para o pós-crise.

Ao longo deste relatório abordaremos as ações realizadas, pautadas no Plano de Ação e nos objetivos estratégicos da Companhia.

1) DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS

A BB Seguridade é uma empresa de participações ("holding") que concentra seus investimentos nos segmentos de seguros, previdência aberta, capitalização e planos de assistência odontológica por meio de parcerias privadas em sociedades mantidas por sua subsidiária integral, a BB Seguros Participações S.A. ("BB Seguros"). A Companhia atua ainda na distribuição desses produtos por intermédio da BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ("BB Corretora").

No segmento de seguros, a atuação se dá por meio de uma parceria estabelecida por um prazo de 20 anos, com início em 2011, constituída na forma de uma joint-venture com o grupo espanhol MAPFRE. Em novembro de 2018 foi concluída a reestruturação desta parceria, cuja operação ficou concentrada nas seguradoras Brasilseg Companhia de Seguros S.A. e Aliança do Brasil Seguros S.A. (em conjunto, "Brasilseg"), com foco nos segmentos de pessoas, rural, habitacional, residencial, empresarial e massificados e distribuídos no canal bancário.

Em previdência aberta, a BB Seguridade atua em conjunto com a Principal Financial Group por meio da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ("Brasilprev"). A operação conjunta teve início em 1999, sendo renovada em 2009 pelo prazo de 23 anos. A Brasilprev comercializa, principalmente, soluções privadas de previdência, com destaque para os produtos PGBL e VGBL.

No segmento de títulos de capitalização, a atuação da Companhia se dá por meio da Brasilcap Capitalização S.A. ("Brasilcap"), em sociedade com a Icatu Seguros e a Aliança da Bahia.

Ainda, no segmento de planos de assistência odontológica, a Companhia atua em conjunto com a Odontoprev por meio da Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. ("Brasildental"). A operação conjunta, na forma de joint-venture, teve início em 2014 e se estenderá pelo prazo de 20 anos.

Nos negócios de distribuição de produtos de seguros, previdência aberta, capitalização e assistência odontológica ("seguridade"), a BB Seguridade atua por meio de sua subsidiária integral BB Corretora, responsável pela comercialização dos produtos das empresas investidas da Companhia via canal bancário do Banco do Brasil. Em canais digitais que não tenham relação com o Banco do Brasil, a BB Corretora atua por meio da Ciclic Corretora de Seguros S.A. ("Ciclic"), distribuindo tanto produtos das empresas investidas da BB Seguridade como de outras seguradoras, em uma parceria com a Principal Financial Group que teve início em 2018 e se estenderá até 2032.

2) AMBIENTE ECONÔMICO E MERCADO DE SEGURIDADE

Ambiente Econômico

Brasil

Após a retração registrada pela economia doméstica na primeira metade de 2020, o crescimento expressivo do PIB no terceiro trimestre confirmou a perspectiva de retomada da atividade no segundo semestre. A flexibilização das medidas de distanciamento social e os estímulos patrocinados tanto pelo governo quanto pelo Banco Central, que expandiram o crédito e preservaram empregos e a renda das famílias, contribuíram para que essa retomada se materializasse em ritmo superior ao inicialmente estimado.

Como consequência da pandemia e da crise econômica, convivemos em 2020 com um mercado de trabalho menos dinâmico, que registrou níveis mínimos de pessoas ocupadas e recordes de pessoas desalentadas. Porém, com a retomada da atividade econômica, observou-se um movimento de retorno das pessoas ao mercado de trabalho. No entanto, a absorção dessa oferta de mão de obra não ocorreu na mesma velocidade que seu crescimento, o que contribuiu para manter as taxas de desemprego em alta.

As medidas de enfrentamento à crise tiveram reflexo direto sobre as contas públicas. As regras fiscais foram flexibilizadas para permitir a expansão dos gastos. Com isso, por um lado, o déficit primário e o endividamento bruto fecharam 2020 em patamar mais elevado. Por outro lado, em meio à retomada mais forte da atividade do que o inicialmente esperado e o menor diferimento de impostos, evitou-se um impacto mais adverso sobre a arrecadação dos governos.

Choques de oferta, associados principalmente aos preços de alimentos, impulsionaram a inflação em 2020. Esse movimento foi parcialmente mitigado pela manutenção da inflação de serviços em patamares ainda confortáveis, em uma dinâmica que respondeu principalmente à sustentação de uma ociosidade elevada na economia. Nesse contexto, o IPCA finalizou o ano um pouco acima do centro da meta para 2020. Com a avaliação de que os riscos fiscais e inflacionários ainda são administráveis, somada à necessidade de estimular a atividade econômica, o Copom levou e manteve a taxa Selic para sua mínima histórica. Impulsionada principalmente pelo menor diferencial de juros e pelas incertezas fiscais, a taxa de câmbio terminou 2020 em patamar mais elevado, mas distante das máximas observadas durante o ano.

Mundo

Assim como no Brasil, o cenário externo também conviveu com as incertezas associadas à emergência de saúde pública decorrente do coronavírus. A economia global deu primeiros sinais de recuperação ao longo do segundo semestre, ainda que em algumas regiões tenha havido um recrudescimento da pandemia nas últimas semanas do ano.

Além das preocupações com uma segunda onda pandêmica, a guerra comercial entre China e EUA se manteve sob os holofotes ao longo de 2020. Por sua vez, o resultado das eleições presidenciais americanas e o acordo que evitará uma saída desorganizada do Reino Unido da União Europeia (Brexit) significaram a remoção de riscos relevantes do cenário. Esses episódios, somados às notícias favoráveis sobre a eficácia e início da disponibilização das vacinas, contribuíram para a melhora do humor dos investidores nos últimos meses de 2020.

Mercado de Seguridade

A indústria de seguros foi marcada por uma forte recuperação no ano de 2019, com crescimento de 11,1% no volume de prêmios emitidos, contribuições de previdência aberta e arrecadação com títulos de capitalização, segundo dados disponibilizados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Para 2020, a expectativa era de uma continuidade dessa tendência de evolução, no entanto, a decretação da pandemia de Covid-19, com medidas de isolamento social a partir do final de março, trouxe uma série de impactos para o setor de seguridade e para a economia como um todo, com as variáveis econômicas, como PIB, taxa de desemprego, inflação, dentre outras, fortemente afetadas pela crise sanitária.

Nesse contexto, o mercado de seguros demonstrou mais uma vez sua resiliência ao encerrar 2020 com volume de prêmios, contribuições e arrecadações registrando leve retração de 0,9% . Enquanto os prêmios de seguro mantiveram a tendência de crescimento (+3,9%), o volume de contribuições de previdência foi impactado pelo cenário de maior volatilidade na economia, encerrando o ano com retração de 4,7%. No lado operacional, ainda que um aumento de avisos de sinistros tenha ocorrido em razão dos casos de infecção por Covid-19, em contrapartida, as medidas de isolamento social refletiram em uma redução no volume de indenizações por outras coberturas.

3) DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Enquanto empresa de participações, o lucro líquido da BB Seguridade é composto basicamente pelo resultado de equivalência patrimonial, apurado a partir do resultado de suas empresas investidas, e das demais receitas e despesas operacionais e financeiras da Companhia.

Abaixo, apresentamos o resultado da BB Seguridade para os exercícios 2020 e 2019:

Tabela 1 - Desempenho econômico-financeiro | Demonstração de Resultados - Visão Controlador

	Exercício/2020	Exercício/2019	Var.% s/ 2019
Receitas de investimentos em participações societárias	3.833.384	**6.569.590**	**(41,6)**
Brasilseg Companhia de Seguros S.A.	1.086.543	1.072.991	1,3
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	686.379	1.064.501	(35,5)
Brasilcap Capitalização S.A.	105.780	67.265	57,3
IRB Brasil Resseguros S.A.	-	118.791	-
Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A.	17.702	14.485	22,2
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	1.969.105	1.912.599	3,0
Outros	(32.125)	2.318.958	-
Outras Receitas e Despesas	**(10.882)**	**(8.930)**	**21,9**
Despesas com pessoal	(11.602)	(10.812)	7,3
Despesas administrativas	(3.096)	(2.567)	20,6
Despesas tributárias	(3.645)	(9.236)	(60,5)
Outras receitas/(despesas) operacionais	7.461	13.685	(45,5)
Resultado financeiro	**37.295**	**143.472**	**(74,0)**
Receitas financeiras	62.764	173.832	(63,9)
Despesas financeiras	(25.469)	(30.360)	(16,1)
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	**3.859.797**	**6.704.132**	**(42,4)**
Imposto de renda e contribuição social	(9.026)	(45.351)	(80,1)
Lucro líquido	**3.850.771**	**6.658.781**	**(42,2)**

Em 2020, a BB Seguridade apresentou lucro líquido de R$3.850,8 milhões, redução de 42,2%. Em 2019 e 2020, ocorreram eventos, classificados como extraordinários, descritos a seguir:

2020

BB Corretora - doação contra Covid-19: no segundo trimestre de 2020, como parte dos esforços da BB Seguridade para contribuir com as respostas aos impactos da pandemia da Covid-19, o Conselho de Administração aprovou uma doação de até R$40 milhões pela BB Corretora à Fundação Banco do Brasil (FBB), tendo como finalidade exclusiva a aquisição de alimentos e itens de higiene, de limpeza e de proteção individual necessários ao amparo social das populações carentes mais afetadas. Do montante total aprovado, foram requeridos até o final de junho pela FBB cerca de R$37,9 milhões e o saldo de R$2,1 milhões foi desembolsado entre os meses de julho e agosto. Considerando o volume total desembolsado, o impacto negativo no lucro líquido foi de R$26,4 milhões.

2019

BB Seguros - oferta pública com esforços restritos de distribuição secundária das ações do IRB Brasil-RE: alienação da totalidade das ações ordinárias do IRB Brasil RE de titularidade da BB Seguros, em julho de 2019, produzindo um ganho líquido de R$2,3 bilhões, registrado na linha "Outros" em resultado de investimentos em participações societárias.

Brasilseg - reversão de Provisão de Prêmios Não Ganhos ("PPNG"): em novembro de 2019, foi concluído o trabalho de regularização do saldo de "PPNG, que registrava um excesso de provisão decorrente do fluxo de endosso de apólices de seguro prestamista. O excesso de R$121,1 milhões foi revertido, sendo segregado o montante de R$44,5 milhões referente como extraordinário visto que se tratava de parcela relativa a exercícios anteriores. A quantia revertida gerou um impacto positivo de R$16,5 milhões no lucro líquido da Brasilseg e de R$12,4 milhões na BB Seguridade.

Brasilprev - reversão de Provisão para Despesas Relacionadas ("PDR"): em novembro de 2019, foi realizada uma revisão de premissas da PDR, incorporando o resultado de estudos atuariais sobre a variável que se refere ao percentual de clientes que optam por receber a sua reserva acumulada na forma de benefício. Com isso, o lucro líquido da Brasilprev foi positivamente impactado em R$26,2 milhões, beneficiando o lucro líquido da BB Seguridade em R$19,7 milhões.

Tabela 2 - Eventos Extraordinários

	Controlador		Var.%
	2020	2019	
Lucro líquido ajustado	3.877.171	**4.306.266**	**(10,0)**
Eventos Extraordinários	**(26.400)**	2.352.515	-
BB Seguros: Desinvestimento IRB Brasil RE	-	2.320.461	-
Brasilseg: reversão de PPNG de seguros endossados	-	12.375	-
Brasilprev: reversão de PDR	-	19.679	-
BB Corretora: Doação contra Covid-19	(26.400)	-	-
Lucro líquido	3.850.771	**6.658.781**	**(42,2)**

Descontando os eventos classificados como extraordinários mencionados acima, que afetaram as receitas de investimentos em participações societárias, o lucro líquido ajustado contraiu 10,0%, atingindo R$3.877,2 milhões. Dentre os fatores que explicam a redução de R$429,1 milhões do lucro líquido do ano, em bases recorrentes, destacam-se:

Brasilprev (-R$358,4 milhões): em função do resultado financeiro negativo no ano, motivado pelo diferencial nos índices de inflação que atualizaram os ativos (IPCA e IGP-M acumulado entre janeiro e dezembro de 2020) e passivos (IGP-M com defasagem média de um mês) dos planos de benefício definido;

Resultado de equivalência do IRB Brasil RE (-R$118,8 milhões): operação alienada em julho de 2019; e

Resultado financeiro líquido da holding (-R$73,6 milhões): impactado pela redução no saldo de aplicações financeiras, decorrente da restituição de capital aos acionistas e da distribuição dos recursos provenientes da alienação da participação no IRB Brasil, e pela redução da taxa Selic.

Por outro lado, os efeitos acima foram parcialmente compensados pelo crescimento do resultado proveniente da BB Corretora (+R$82,9 milhões), com incremento das receitas de corretagem e melhora da margem operacional, e pelo aumento dos resultados advindos da Brasilcap (+R$38,5 milhões) e da Brasilseg (+R$25,9 milhões). Os desempenhos individuais das investidas serão detalhados com maior profundidade a seguir.

A linha de outras receitas e despesas cresceu 21,9% no ano. Cabe ressaltar que em 2019 a rubrica foi beneficiada por um volume mais elevado de receitas reconhecidas do programa de ADR Nível 1, registrado em outras receitas operacionais, em função do recebimento de valores quando do término do contrato com o banco depositário anterior (Deutsche Bank) em abril de 2019, e pela reversão de R$1,8 milhão na despesa de pessoal, referente à provisão constituída para aquisição de ações relativas a parcelas diferidas dos programas de remuneração variável dos administradores dos exercícios de 2014 e 2015, os quais se encerraram no 1T19. As despesas tributárias de PIS e Cofins incidentes essencialmente sobre as receitas financeiras retraíram 60,5%, em função da redução da taxa Selic e do saldo médio de aplicações financeiras.

Participações acionárias

Atendendo ao art. 243 da Lei 6.404/76, o quadro a seguir relaciona os investimentos da BB Seguridade em empresas investidas, bem como as modificações ocorridas durante o exercício:

Tabela 3 - Desempenho econômico-financeiro | Participações Acionárias

		Participação (%)		Saldo do Investimento	Resultado de Participação
	Atividade	31.12.2020	31.12.2020	31.12.2019	Exercício/2020
Participações societárias					
BB Seguros	Holding	100,00%	5.924.821	**5.431.395**	1.864.279
Brasilseg	Seguros	74,99%	2.245.714	2.028.605	1.086.543
Brasilprev	Previdência	74,99%	3.338.239	2.440.155	686.379
Brasilcap	Capitalização	66,66%	470.327	431.932	105.780
Brasildental	Odontológico	74,99%	15.582	12.880	17.702
BB Corretora	Corretora	100,00%	46.908	46.908	1.969.105
Ciclic	Corretora	74,99%	14.483	4.798	(15.914)

Mudanças no investimento na Brasilprev

Em 30 de dezembro de 2020 foi aprovado um reforço de capital na Brasilprev, no montante de R$1,2 bilhão. O reforço se fez necessário em virtude da forte alta do IGP-M, ocorrida principalmente no segundo semestre de 2020, fato que, concomitantemente com o fechamento da curva de longo prazo da estrutura a termo de taxa de juros em IGP-M (ETTJ IGP-M), resultou na elevação do passivo dos planos tradicionais da Brasilprev atrelados a este índice, sem a respectiva valorização proporcional dos ativos de cobertura. Essa combinação de fatores resultou em elevação do Capital Mínimo Requerido (CMR) nas parcelas associadas aos riscos de subscrição e de mercado e impactou diretamente o resultado do Teste de Adequação do Passivo (TAP), promovendo redução do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da referida investida, em especial na parcela composta pelos chamados "ajustes associados a variações econômicas".

Considerando a manutenção da participação acionária de 74,995%, o montante subscrito e integralizado pela BB Seguros foi de R$899,9 milhões.

Desempenho das investidas

Brasilseg

No segmento de seguros, operado pela Brasilseg, o lucro líquido ajustado registrou alta de 2,4%, desempenho explicado pela evolução de 10,1% dos prêmios ganhos retidos e por uma menor alíquota efetiva de imposto.

Os prêmios emitidos apresentaram incremento de 14,8% no ano, impulsionado pelo bom desempenho das principais linhas de negócio: rural (+22,7%), beneficiado pelo aumento da subvenção do seguro rural ao prêmio de seguro e por medidas adotadas pela companhia para expansão do público-alvo do seguro agrícola (áreas não financiadas pelo BB e beneficiários do Pronaf); prestamista (+22,0%), em razão do bom volume de originação de crédito tanto para pessoas jurídicas como para pessoas físicas e pela melhora dos níveis de cancelamento; e vida (+5,2%), apoiado pelo lançamento de um novo portfólio de produtos em maio/2020 e pelo crescente interesse por essa modalidade de seguros em função da pandemia da Covid-19.

Entre os indicadores operacionais, o índice de sinistralidade apresentou alta de 1,7 p.p., em função do aumento no número de avisos de sinistros, decorrente dos efeitos da pandemia do novo coronavírus nos produtos com cobertura de risco de vida. Descontados os avisos associados à Covid-19, o indicador teria apresentado melhora de 0,6 p.p. no ano. Já o índice de comissionamento teve alta de 0,7 p.p., explicada pelo maior volume de despesas com bônus de performance decorrente da superação de metas de comercialização de seguros de vida e prestamista. Adicionalmente, o índice de comissionamento foi impactado também por menores receitas com comissão de resseguro, uma vez que em 2019 a companhia reconheceu R$104,9 milhões como receita adicional advinda de contratos de resseguro com comissão escalonada do segmento rural.

Com relação ao financeiro, o resultado contraiu 26,7%, movimento justificado principalmente pela queda da taxa média Selic.

Brasilprev

No segmento de previdência, operado pela Brasilprev, o lucro líquido ajustado pelos eventos extraordinários registrou retração de 34,5% em 2020, motivada pelo resultado financeiro negativo em R$278,6 milhões, impactado pelo descasamento temporal na atualização de ativos (em grande parte indexados ao IGP-M e IPCA e atualizados com os índices do período corrente) e o passivo dos planos tradicionais (indexados em grande parte ao IGP-M com um mês de defasagem na atualização), somado à forte alta do IGP-M quando comparado ao IPCA ao longo de 2020, visto que os ativos vinculados ao IPCA vêm aumentando sua participação no total de ativos garantidores.

No lado da captação, a contração de 2,4% no volume de contribuições, assim como o aumento de 1,2 p.p. no índice de resgates, ambos os movimentos decorrentes das adversidades impostas pela pandemia, especialmente no final do 1T20 e início do 2T20, contribuíram para a redução de 26,1% da captação líquida.

Já as receitas com taxa de gestão cresceram 5,6% no ano, impulsionadas pela expansão do saldo de reservas, enquanto a taxa média de gestão contraiu 0,02 p.p., ritmo inferior ao que vinha sendo observado em anos anteriores e que reflete o aumento na alocação dos recursos em fundos de maior valor agregado para o cliente.

Brasilcap

Em 2020, o lucro líquido apresentou evolução de 57,4% em relação a 2019, com aumento nas receitas de carregamento e menor comissionamento, contração das despesas administrativas e aumento de 24,0% do resultado financeiro, esse último explicado pela redução na taxa de administração da carteira de investimentos.

Por sua vez, a arrecadação com títulos de capitalização caiu 11,2%, em razão principalmente da diminuição no volume de vendas de novos títulos na modalidade de pagamento único em razão da crise causada pela pandemia, que afetou principalmente o 2T20, e da redução na arrecadação média de títulos de pagamento mensal.

Apesar da retração na arrecadação, a receita com cota de carregamento registrou crescimento de 0,6%, com aumento de 1,5 p.p. na taxa de carregamento média, justificado pela maior participação na arrecadação dos títulos de vencimentos mais longos, como 36, 48 e 60 meses, com carregamento superior aos títulos de 12 e 24 meses, os quais tinham maior representatividade no mix, além da maior concentração das vendas em títulos de pagamento mensal, que apresentam taxas de carregamento nas primeiras parcelas superiores às demais parcelas mensais e maiores do que as incidentes nos títulos de pagamento único.

Brasildental

No segmento de planos odontológicos, operado pela Brasildental, o lucro líquido cresceu 22,2% em 2020, impulsionado pelo incremento de 8,0 p.p. na margem EBITDA, atingindo 33,1% no ano, explicado em grande parte pela melhora do índice de sinistralidade. No ano, a receita operacional bruta totalizou R$116,1 milhões, apresentando um decréscimo de 3,3% em relação a 2019.

BB Corretora

Em 2020, o lucro líquido ajustado cresceu 4,3%, impulsionado pela evolução das receitas de corretagem (+5,8%) e pela melhora da margem operacional (+0,8 p.p.), efeitos que foram parcialmente compensados pela retração de 51,5% do resultado financeiro, em função da queda da taxa média Selic.

O crescimento das receitas de corretagem no ano é decorrente do bom desempenho comercial observado nos seguros rural, prestamista e vida, além de maiores receitas com o bônus de performance pela superação das metas de venda de vida e prestamista no ano.

4 - DESEMPENHO DAS AÇÕES E RELACIONAMENTO COM O MERCADO

As ações da BB Seguridade, negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob o código BBSE3, encerraram o ano cotadas a R$29,63. Com base na cotação de encerramento do exercício, o valor de mercado da BB Seguridade atingiu R$59,3 bilhões, posicionando a Companhia como a 18ª maior empresa listada na bolsa brasileira pelo critério de valor de mercado.

Em 2020, o volume financeiro médio diário de negociação com ações da Companhia foi de R$135,2 milhões.

As ações da BB Seguridade encerraram o exercício integrando as carteiras teóricas do Ibovespa, IBrX 50, IBrX 100, IBrA, Índice BM&FBOVESPA Financeiro (IFNC), Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC), Índice de Governança Corporativa Trade (IGCT), Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada - Novo Mercado (IGC-NM), Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (ITAG), Índice Dividendos BM&FBovespa (IDIV), Índice MidLarge Cap (MLCX), Índice Valor BM&FBovespa (IVBX), Índice MSCI Brazil, Índice de Equidade de Gênero da Bloomberg (Bloomberg Gender-Equality Index) e Índice FTSE4Good.

Desde março de 2014, a BB Seguridade mantém Programa de American Depositary Receipts ("ADR") Nível I. Atualmente, os ADRs são emitidos pelo Citibank, com lastro nas ações ordinárias (ON) da Companhia, na relação de 1 ADR: 1 ON, e negociados em mercado de balcão norte-americano (Over-The-Counter). Ao final do exercício, o programa contava com mais de 17 milhões de ADRs emitidos, cotados a US$5,70 por recibo depositário.

Abaixo, apresentamos os principais indicadores para o desempenho das ações da BB Seguridade nos últimos dois exercícios:

Tabela 4 - Desempenho das Ações

	Unidade	Exercício/2020	Exercício/2019
Lucro ajustado por ação	R$	1,94	2,15
Valor patrimonial por ação	R$	3,19	2,62
Cotação de fechamento	R$	29,63	37,70
Valor de mercado	R$ bilhões	59,26	75,40
Quantidade de negócios realizados[1]	-	5.249.372	4.077.898
Volume médio diário negociado[1]	R$ milhões	135,19	115,87
Participação no volume médio diário da B3	%	0,52	0,78

(1) Referem-se ao Lote-padrão

Remuneração aos acionistas

A alta capacidade de geração de caixa permitiu à BB Seguridade a destinação de aproximadamente 70,0% do lucro líquido aos acionistas na forma de dividendos em 2020, o que totaliza R$2,7 bilhões, equivalente a R$1,35 por ação. Em 2019, o dividendo referente ao lucro líquido do exercício foi de R$2,80 por ação.

Recompra de ações

Durante o ano de 2020, não houve programa de recompra de ações aberto. Conforme aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), realizada em 30.10.2019, as ações em tesouraria referentes a recompras realizadas em exercícios anteriores podem ser utilizadas especificamente em programas de premiação aos empregados e remuneração variável de diretores, até o limite de 3.359.550 de ações, cabendo ao Conselho de Administração a definição da melhor forma e momento para implementar a alienação dessas ações.

Dessa forma, em 2020 foram transferidas 22.503 ações para o Programa de Premiação por Resultado (PPR), destinado a reconhecer o desempenho individual dos funcionários que superaram suas metas em 2019.

5 - GOVERNANÇA CORPORATIVA

O compromisso da BB Seguridade com a transparência na relação com o mercado e, em especial, com seus acionistas minoritários, é ratificado pela sua adesão, desde a abertura de capital, ao Novo Mercado da B3, segmento que reúne as companhias que atendem às mais elevadas exigências de governança corporativa no mercado brasileiro.

Em 2020, a necessidade de medidas de prevenção ao contágio pela Covid-19 devido à pandemia trouxe desafios e acelerou processos de melhoria na governança das companhias. Na BB Seguridade, foi adotado o regime de reuniões por videoconferência utilizando plataformas virtuais para os órgãos de governança, o que além da segurança permitiu maior agilidade no processo de tomada de decisão, já que todo o processo decisório passou a ser digital.

No período, a BB Seguridade manteve a certificação no Programa Destaque em Governança de Estatais da B3, não obstante a informação da descontinuidade do Programa em 2021 pela bolsa de valores. Embora em 2020 não tenha ocorrida a apuração do Indicador de Governança - IG SEST, não houve mudança em prática de governança que alterasse o cumprimento das melhores práticas definidas pela SEST, que levou a BB Seguridade à nota máxima no indicador em 2019.

Dentre os aprimoramentos na estrutura de governança, destaca-se a aprovação do compartilhamento da estrutura do Conselho Fiscal da BB Seguridade com as suas sociedades controladas, BB

Seguros e BB Corretora, mediante adoção do regime de Conselho Fiscal único com a controladora. Essa medida, implantada em outubro, busca o ganho de eficiência e maior sinergia nas atividades de fiscalização.

Ainda dentro do sistema de governança corporativa, merece menção o processo em andamento de revisão da estrutura de comitês técnicos de assessoramento à Diretoria Executiva, buscando dar foco aos temas que são estratégicos para a Companhia e melhoria na tomada de decisão. Em 2020, também foram aprimorados o funcionamento e o papel dos três comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração - Comitê de Transações com Partes Relacionadas, Comitê de Auditoria e Comitê de Elegibilidade, com melhorias estabelecidas no Estatuto Social e regimentos internos.

6 - ESTRATÉGIA DE LONGO PRAZO

A estratégia de longo prazo busca garantir a perenidade da empresa, equilibrando esforços de curto, médio e longo prazo e preparando-a para enfrentar diferentes cenários prospectivos. Esta é revisada, de forma colaborativa, anualmente ou a qualquer momento em decorrência de fatos que provoquem alterações relevantes nos cenários, o que amplia a capacidade de antecipação e resposta estratégica da organização face às mudanças.

O modelo de estratégia de longo prazo da BB Seguridade é composto pelos seguintes elementos:

os cenários prospectivos, que contemplam os arquétipos que traduzem os vetores de maior incerteza inerentes ao mercado de atuação e ao modelo de negócios da BB Seguridade;

o modelo de detecção e filtragem de sinais e de temas e aplicações de tecnologia emergentes para os negócios de seguridade;

a avaliação estratégica por cenário, ou seja, a análise do posicionamento estratégico da BB Seguridade em razão das suas atuais forças e fraquezas;

a missão: "Proteger bens, conquistas e projetos";

a visão: "Transformamos a vida das pessoas por meio do melhor ecossistema de proteção. Somos uma empresa leve que gera valor sustentável";

os valores, conjunto de comportamentos e atitudes mentais que pautam nossas ações; e

os objetivos estratégicos, que promovem o alinhamento estratégico com o Banco do Brasil e investidas e definem como e quando os desafios serão superados; otimizam a compreensão, o foco e a execução da estratégia na BB Seguridade; e apresentam métricas, indicadores e resultados chave, que medem os resultados alcançados e o desempenho da BB Seguridade frente aos objetivos.

A construção da estratégia da BB Seguridade tem início com a análise dos ambientes externo e interno, representando a etapa de diagnóstico, por meio da qual são reavaliados os Cenários Prospectivos e identificadas as oportunidades, ameaças, forças e fraquezas que afetam a Companhia no cumprimento da sua missão.

Concluída a etapa de diagnóstico, elencam-se as prioridades estratégicas do ciclo. Para o ciclo atual, a BB Seguridade manteve as prioridades estratégicas de 2020:

ser leve e eficiente, contando com uma estrutura enxuta e processos simples, com alta geração de valor;

transformar clientes em fãs, gerando encantamento com seus produtos, serviços, jornadas e relacionamento;

combinar online e off-line para vender sempre mais, transformando a BB Corretora numa máquina eficiente e inteligente de vendas;

conectar e acelerar o digital, tendo a otimização e a transformação digital como alavancas de crescimento e experiência; e

experimentar sem medo para acertar em cheio, transformando o futuro, o novo e o desconhecido em aliados da nossa estratégia.

Com estes objetivos estratégicos, a BB Seguridade espera obter como resultados: uma estrutura de capital e organizacional eficiente; a manutenção do foco no cliente, com proposta de valor ampliada, relacionamento relevante e acompanhamento estruturado dos índices de satisfação em todas as linhas de negócios; a melhoria significativa na jornada do distribuidor; o fortalecimento e aumento da inteligência de

negócio embarcada tanto em canais tradicionais quanto nos digitais; uma estrutura de tecnologia da informação habilitada para prover soluções de forma rápida, tanto para reação como para antecipação dos movimentos dos concorrentes, além da habilitação tecnológica para explorar canais alternativos; e ampliação da atuação no ecossistema de empreendedorismo e inovação.

Após a etapa de diagnóstico e priorização, o processo de planejamento estratégico procura engajar os funcionários da BB Seguridade e das investidas para o levantamento de soluções que possam se tornar iniciativas para o alcance dos objetivos estratégicos declarados. A metodologia adotada apresentou resultados positivos por envolver os funcionários de todas as empresas nas discussões e construções desde o início do processo.

Com o objetivo de manter a Companhia atualizada e engajada com a estratégia, é mantido um cronograma periódico de comunicação interna para reportar o status do atingimento dos objetivos estratégicos e dos projetos.

Para o ciclo 2021-2025, foram realizados os movimentos estratégicos destacados a seguir:

atualização dos arquétipos de cenários prospectivos, equilibrando aspectos internos e externos à BB Seguridade no modelo;

inclusão na agenda de revisão do planejamento estratégico do modelo de detecção e filtragem de sinais e análise de temas emergentes que possam influenciar nas oportunidades e ameaças do ambiente de negócios em cada cenário;

alinhamento pleno dos objetivos estratégicos da BB Seguridade com o Plano de Orientações Estratégicas do Banco do Brasil e com os Mapas Estratégicos das investidas, inclusive com a convergência do método de indução estratégica no conglomerado;

modelagem, certificação e mensuração contínua dos processos da BB Seguridade e aumento no enfoque da gestão orientada a resultados de toda empresa;

estabelecimento de pilares prioritários de treinamento e desenvolvimento de todo o corpo funcional, com foco em design de serviços, marketing estratégico, ciência comportamental, experiência do usuário (UX), modelagem de negócios, ciência de dados, entre outros;

aprovação da tese de inovação e do programa institucional de corporate venture, que amplia a participação da BB Seguridade no ecossistema de inovação mediante investimento de até R$45 milhões em startups via fundos de investimento em participações;

aproximação com Cátedras universitárias para desenvolvimento de estudos acadêmicos de temas afins e/ou tangentes ao mercado de atuação da BB Seguridade;

atualização da Remuneração Variável de Administradores do conglomerado, representando o foco definido na estratégia e no plano de negócios; e

definição do portfólio de projetos para 2021 com ênfase no relacionamento com clientes e habilitação tecnológica para acessar novos canais da BB Corretora, de modo a alavancar a entrega de valor às partes interessadas e acelerar o atingimento dos objetivos, bem como criar bases para as próximas ondas do planejamento, além da proposição de uma agenda para evolução das práticas de sustentabilidade da BB Seguridade em relação aos aspectos ambiental, social e de governança (ASG).

7 - GESTÃO DE RISCOS E COMPLIANCE

Além de órgãos estatutários de governança, fiscalização e controle, como o Comitê de Auditoria e o Conselho Fiscal, a Superintendência de Riscos e Controles ("SURIC"), área técnica segregada das funções de negócio, compõe a estrutura organizacional da BB Seguridade e integra a Superintendência Executiva de Gestão Societária, Riscos e Controles, vinculada diretamente à presidência da Companhia, o que assegura a necessária independência de atuação.

A SURIC tem a responsabilidade de desenvolver e normatizar metodologias de gerenciamento de riscos, controles internos e conformidade, além de orientar a adoção de melhores práticas relacionadas ao tema. As diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração, que orientam o gerenciamento de riscos, controles internos e conformidade, estão contidas na Declaração de Apetite a Riscos, Política de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade e Política de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e à Corrupção.

O Modelo de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade, aprovado pela Diretoria Colegiada, apresenta alinhamento com a estratégia da Companhia e considera os cenários corporativos na identificação, análise, avaliação e tratamento de eventos capazes de influenciar negativamente o atingimento dos objetivos.

O resultado do monitoramento contínuo do sistema de controles internos e o estado de conformidade corporativo é reportado trimestralmente à administração por meio do Painel de Controles Internos e Conformidade, que inclui informações relevantes sobre trabalhos realizados não somente pela SURIC, mas também pela Auditoria Interna, Auditoria Externa e demais órgãos supervisores.

A manutenção e avaliação periódica do Programa de Integridade fomenta uma cultura organizacional ética e reforça a responsabilidade de todos com a prática de controles internos de gestão e de conformidade adotadas para o cumprimento da missão e realização do propósito da empresa.

Em 2020, cabe ressaltar o maior enfoque na gestão de continuidade de negócios e dos eventos de risco associados à segurança da informação em decorrência da pandemia de Covid-19 e adesão ao trabalho remoto. Ainda, no concernente a compliance, foram realizadas ações com o objetivo de atender o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, Resolução CNSP nº 382 e Circular Susep nº 612, que impactaram significativamente o mercado segurador.

8 - COMERCIAL, PRODUTOS E CLIENTES

A BB Seguros acredita que uma relação longa deve ser composta por muito diálogo, transparência e cumplicidade, por isso, desde 2019 vem destinando esforços em conjunto com suas investidas para que o cliente se sinta acompanhado em todos os seus momentos de vida. A estratégia é utilizar canais digitais e atendimento de especialistas para manter um contato frequente que traga desde informações e orientação sobre os produtos e serviços adquiridos até dicas e conteúdos diversificados.

Nesse sentido, em 2020, a BB Seguros manteve a conexão com seus clientes, priorizando o cuidado e a atenção diante de um momento tão delicado e desafiador em função da pandemia de Covid-19.

O desafio foi apoiar à distância e para isso foi oferecido a mais de 350 mil clientes a possibilidade de utilizarem gratuitamente uma plataforma de terapia online ou uma plataforma de livros e leituras. Quase 30 mil clientes usufruíram desse conforto e para quem não sentiu essa necessidade, a BB Seguros encaminhou semanalmente um e-mail com as mais variadas dicas para cuidado com a mente, o corpo e a família. Entre referências para atividades físicas em casa, filmes, música, jogos e entretenimento para toda a família, foram mais de 5 milhões de e-mails abertos pelos clientes, com uma receptividade acima da esperada.

Respeitando os desafios do isolamento social impostos pela pandemia, foram realizados 4 Conselhos de Clientes de forma virtual com o objetivo de ouvir diretamente suas percepções sobre as experiências que tiveram com os produtos e serviços, por meio dos quais foram identificadas 34 percepções que ajudarão a proporcionar uma experiência ainda melhor em 2021. Também foram realizadas pesquisas, nas quais mais de 800 mil clientes foram ouvidos e mais 300 mil transações avaliadas.

Com o objetivo de transformar clientes em fãs em mente, foi estruturado o modelo de apuração e acompanhamento das pesquisas de NPS (Net Promoter Score) e satisfação nas investidas, aumentando a recorrência das apurações para entender os principais motivos de promoção e detração e poder atuar com projetos e iniciativas que melhorem as experiências dos clientes e, por consequência, nossos indicadores.

No âmbito das reclamações, foi instituído o Fórum Mensal de Qualidade com a participação dos SACs e Ouvidorias do BB e das investidas da BB Seguros com o objetivo de expor e aprofundar a análise dos principais motivos de reclamação por produto e endereçar as melhorias necessárias. Como resultado, comparando com o ano de 2019, observamos redução de 38,9% nas reclamações.

Apesar das dificuldades do distanciamento imposto pela pandemia do novo coronavírus, a BB Seguros deu continuidade à revitalização do portfólio de produtos, com o intuito de oferecer as melhores soluções para proteção de bens, conquistas e projetos.

O primeiro produto a passar por essa transformação foi o seguro penhor rural, melhorando a jornada de venda com a inclusão da cotação online, além de um novo modelo de oferta e a inclusão de novas coberturas, consolidando o produto como o mais completo do mercado.

Para fazer frente ao cenário de juros baixos, em março, foram disponibilizadas novas opções de investimento aos clientes de previdência, com o lançamento de fundos multigestores, em um conceito de plataforma aberta, atualmente composta por 10 gestores independentes e que alcançou saldo de R$3,7 bilhões em investimentos sob gestão ao final do ano.

Em seguida foi a vez do portfólio de seguros de vida, com o lançamento, em junho, de um novo produto com o conceito de "Seguro pra Vida", que inclui a disponibilização de benefícios e a revisão dos pacotes de assistências com foco no bem-estar, na saúde e na qualidade de vida dos clientes. Outras evoluções relacionadas ao novo portfolio se concentraram na realização de melhorias significativas na jornada de distribuição, tanto na "rede física" do Banco do Brasil como nos canais digitais, além da criação de uma régua de relacionamento para a entrega de conteúdos relevantes que tangenciam os temas endereçados na concepção do novo produto. Como resultado das melhorias realizadas, desde o lançamento verificou-se um incremento de aproximadamente 10% no tempo médio de permanência, enquanto o percentual verificado no crescimento do ticket médio do produto ficou em cerca de 9%. Também foi observado um aumento de 3,5 p.p. na participação dos canais digitais nas vendas.

Em julho, foi lançado o BB Seguro Agrícola destinado ao público do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com o objetivo de estreitar ainda mais o relacionamento com o produtor rural e reforçar o papel da BB Seguros como apoiadora do agronegócio e de toda a cadeia produtiva. Em 4 meses de comercialização, o produto acumulou cerca de R$60 milhões em prêmios.

No seguro auto, a melhoria foi o lançamento, em agosto, das funcionalidades de agendamento de cotação no autoatendimento pela internet e no aplicativo para celulares do BB, melhorando a jornada para oferta aos clientes.

Com o objetivo de endereçar uma demanda latente do setor pecuário, que possui grande representatividade no agronegócio, em setembro, foi realizada a expansão da etapa de piloto do seguro pecuário faturamento, um produto que garante ao segurado o recebimento do faturamento acordado na apólice de seguro, mesmo que haja queda no preço da commodity ou menor faturamento em função de doenças ou morte do gado. Com a extensão do piloto, o produto passou a ser distribuído em 10 estados brasileiros e 3.457 agências do Banco do Brasil.

Trazendo melhorias significativas como o pagamento automatizado de indenizações por óbito e a oferta de novas coberturas como invalidez permanente total por acidente, desemprego involuntário e incapacidade física temporária por acidente, o novo Seguro Crédito Protegido foi lançado em outubro. Além disso, foi realizada uma revisão da estrutura de oferta que o tornou mais flexível a aplicação de taxas comerciais diferenciadas por canais e linhas de crédito. Nos primeiros meses de operação, o novo produto apresentou emissão de aproximadamente R$380 milhões em prêmios contratados até dezembro de 2020 e cerca de 186 mil contratações, com um aumento do ticket médio de R$434 em 2019 para R$2.018 em 2020.

Para fechar as entregas no que se refere à gestão de portfólio, em dezembro, foi implementada uma nova melhoria no portfólio de fundos de previdência, com a implementação de taxas de administração mais competitivas para fundos de menor valor agregado e a disponibilização de novas estratégias de investimento com maior exposição em renda variável, aumentando o leque de opções para os clientes realocarem seus recursos em um cenário de manutenção das taxas de juros em patamares historicamente baixos no Brasil. Ainda, foi lançado o produto Brasilprev Carteira, que permite que clientes, de acordo com seus perfis de risco, aloquem seus recursos em fundos multimercado cujo balanceamento da estratégia de investimento flutua conforme o cenário econômico e as oportunidades de mercado.

No âmbito comercial, foi ampliada a estratégia de estímulo à força de vendas do BB por meio de premiações atreladas diretamente à venda de seguros, previdência, capitalização e planos odontológicos, com incentivos imediatos, mensais e semestrais. Somados a essas, foram realizadas ainda campanhas de indução específicas para atração de novos clientes de previdência, seguro de vida e seguros rurais.

Ao longo do ano foram realizadas ações comerciais, em especial as campanhas "Perfil de Ganhador", para comercialização e agendamento de contato para o produto BB Seguro Auto, "Semana Brasil", "Semana do Cliente" e a já tradicional "Black Friday", que contribuíram de forma positiva para o atingimento dos resultados e a fidelização de novos clientes. Além disso, foram realizadas campanhas publicitárias para divulgação do novo seguro de vida na TV e mídias digitais, além de propagandas na TV de produtos como Brasilprev Fácil, Brasilprev Júnior e Ourocap 25 anos.

Reforçando o posicionamento da BB Seguros, foram realizadas no início do ano ações em feiras agropecuárias - Coopavel e Cotrijal e, mesmo após a decretação da pandemia de Covid-19, a Companhia continuou participando de eventos de forma virtual. Ainda em 2020, foi realizada a 6ª edição do Festival BB Seguros de Blues e Jazz, de forma online, por meio de lives e com exibição em drive-in.

9 - CAPITAL HUMANO

O quadro de pessoal da BB Seguridade é composto, em sua maioria, por funcionários cedidos pelo BB. Em 31.12.2020, a Companhia contava com 150 funcionários celetistas e 4 diretores estatutários, localizados em Brasília e São Paulo, 9 estagiários e 20 contratados.

A BB Seguridade acredita que seu capital humano é o principal ativo da empresa. Tendo isso em mente, a área de Capital Humano tem o propósito de conferir um papel mais estratégico e menos transacional à área de gestão de pessoas, reformulando seus processos. Com esse propósito em mente, foram revisitados e estruturados, entre outros, os processos de recrutamento e seleção, gestão de desempenho, treinamento e desenvolvimento, retenção, sucessão e gestão de clima, com o objetivo principal de atrair, reter e desenvolver os talentos da BB Seguridade, disseminar e fortalecer a cultura organizacional e atuar como parceiro estratégico do negócio, buscando uma performance sustentável em todas as áreas da Companhia.

Diante do cenário causado pela pandemia de Covid-19, a Companhia adotou em 2020 medidas com o objetivo de manter a segurança das suas equipes, como o trabalho remoto e teletrabalho para todos os colaboradores, bem como a suspensão de treinamentos e eventos corporativos presenciais. Além disso, preparando-se para o pós-crise, a BB Seguridade elaborou um Plano de Retorno ao Escritório (PRE) para garantir um ambiente seguro aos funcionários quando do retorno às atividades presenciais.

Diversidade

Nos processos de recrutamento e seleção, com o objetivo de elevar a representatividade feminina na Companhia e resguardar a equidade de gênero na etapa técnica (cujas provas são corrigidas às cegas), podem ser convocados mais do que o número ordinariamente estabelecido de candidatos, considerando-se a proporção de inscritos entre homens e mulheres e os pré-requisitos da posição.

Importante esclarecer que, na BB Seguridade, não há distinção de remuneração para aqueles que ocupam a mesma função, respeitando-se a diversidade na definição da política salarial.

Já no campo da educação corporativa, a Companhia faz uso da plataforma da Universidade Corporativa do BB, onde encontram-se cursos que tratam do tema, como, por exemplo, o curso Liderança Feminina, que tem como principal objetivo disseminar a importância estratégica da promoção da equidade de gênero na empresa.

Em 2020, iniciou-se a estruturação de um projeto com o objetivo de promover o fortalecimento da liderança feminina, cujas etapas envolvem: (i) diagnóstico, a fim de identificar barreiras que porventura possam impedir a ascensão feminina; (ii) workshop, com o objetivo de discutir os resultados do diagnóstico e planejar o empoderamento feminino na Companhia; e (iii) realização de cursos voltados à disseminação da cultura de equidade, a importância da liderança feminina e a estratégia da empresa para a condução do tema. Contudo, com o início da pandemia, outros projetos tiveram que ser priorizados, postergando para 2021 a aceleração das etapas mencionadas.

No que diz respeito à igualdade de raça e etnia, em setembro de 2017, o Banco do Brasil e a Iniciativa Empresarial pela Igualdade anunciaram um acordo em que a instituição e suas empresas coligadas, que inclui a BB Seguridade, assumem os "10 Compromissos das Empresas com a Promoção da Igualdade Racial". A carta-compromisso prevê iniciativas para sensibilizar e educar para o respeito e a promoção da diversidade racial no planejamento de produtos, serviços e atendimento aos clientes e a promoção de ações de desenvolvimento profissional com foco na igualdade racial no acesso a oportunidades de trabalho e renda. Na BB Seguridade, em 31.12.2020, 19% dos funcionários se autodeclararam pardos ou negros.

Em relação à promoção de direitos iguais e tratamento justo para o público LGBTIs, podemos citar os seguintes avanços que foram promovidos pelo BB e que alcançam a BB Seguridade: (i) possibilidade do uso do nome social no crachá, cartão de visitas, carimbos e e-mail para pessoa trans e travesti; (ii) uso de banheiro de acordo com a identidade de gênero do funcionário; (iii) simplificação dos procedimentos para inclusão de dependentes por união homoafetiva; e (iv) licença-maternidade para um dos cônjuges de pais de filhos gerados por útero de substituição.

A inclusão da pessoa com deficiência na BB Seguridade também integra um conjunto de ações que visa promover a igualdade de direitos e de cidadania. Nesse sentido, há promoção da adequação dos ambientes físicos de trabalho e orientação de conduta para a recepção de funcionários com deficiência.

Em linha com todas as ações mencionadas, a BB Seguridade, em suas políticas, práticas e cultura, preza pela manutenção da diversidade de pessoal. O quadro a seguir apresenta, de forma resumida, a composição dos colaboradores da BB Seguridade:

Tabela 5 - Capital Humano - Composição

	Fluxo Anual		
	2020	2019	2018
Quantidade de colaboradores			
Funcionários	154	161	151
Contratados	20	31	32
Estagiários	9	15	8
Conselheiros	10	14	14
TOTAL	193	**221**	**205**
Sexo			
Feminino	34%	34%	33%
Masculino	66%	66%	67%
Grau de instrução dos colaboradores			
Pós-graduação	80%	67%	77%
Graduação	13%	29%	20%
Ensino médio	5%	3%	3%
Outros	2%	0%	0%
Faixa de Idade			
Abaixo de 30 anos	4%	17%	8%
Entre 30 e 50 anos	75%	75%	88%
Acima de 50 anos	21%	8%	4%

(1) Celetistas e Estatutários

(2) Os percentuais referentes à sexo, grau de instrução e faixa de idade, foram calculados com base no número total de colaboradores (funcionários, contratados, estagiários e conselheiros).

Recrutamento e Seleção

Apesar do cenário adverso enfrentado em 2020, a Companhia deu continuidade ao modelo de recrutamento e seleção, priorizando o aproveitamento dos talentos da empresa e realizando processo seletivo com participação de candidatos do BB apenas quando não são identificados, internamente, funcionários com o perfil necessário para o exercício da função a ser preenchida. Este modelo, além de valorizar os funcionários da empresa, busca gerir o conhecimento e reduzir a curva de aprendizagem e o custo de realização de processos seletivos externos.

Entre processos internos, externos e mistos, foram preenchidas 9 vagas em 2020, sendo 7 em processos externos e 2 nomeações diretas em ascensões - estes últimos, por atenderem prontamente aos perfis profissiográficos definidos e aos demais pré-requisitos exigidos às respectivas vagas.

Treinamento e Desenvolvimento

Reforçando a importância que a BB Seguridade confere ao desenvolvimento dos colaboradores, foram investidos em 2020 aproximadamente R$ 834 mil (o que representa 1,44% do orçamento de despesas de pessoal) em treinamentos e subsídios de até 80% em bolsas de pós-graduação e idiomas. Para os cursos de pós-graduação, os colaboradores podem, ainda, valer-se de ausências autorizadas, com o objetivo de finalizar o trabalho de conclusão de curso.

Ao longo de 2020, os principais treinamentos que fizeram parte do Plano de Desenvolvimento Corporativo (PDC) foram: (i) Programa Data Workout, que teve como principal objetivo introduzir a Ciência de Dados aos funcionários e prepará-los para atuar com essa importante ferramenta; (ii) Economia Comportamental na Prática; (iii) Copywriting; e (iv) UX (User Experience).

O investimento no desenvolvimento de líderes e equipes é orientado ao aperfeiçoamento de competências-chave para a Companhia (sejam elas técnicas ou comportamentais), alinhadas aos nossos valores (Inovação, Simplicidade, Respeito ao Cliente, Sentimento de Dono e Confiabilidade), garantindo a perenidade, qualidade e sustentabilidade dos negócios.

Avaliação de Desempenho e Feedback

O modelo de gestão da BB Seguridade prevê avaliações de desempenho semestrais, considerando a visão 360° (autoavaliação, gestor, pares, clientes e liderados) estabelecidas em etapas, as quais inclui a elaboração e alinhamento de acordos individuais de desempenho, os quais são revisados trimestralmente, para que possam ser ajustados conforme as necessidades do momento - identificação de novos obstáculos ou novas oportunidades. Tais revisões são acompanhadas de reuniões de feedbacks realizadas pelo gestor imediato, com o principal objetivo de sinalizar os pontos fortes, assim como possíveis pontos de aprimoramento, de forma a viabilizar o desenvolvimento profissional dos funcionários e da empresa conjuntamente.

A conclusão do ciclo de gestão de desenvolvimento se dá por meio da realização de reuniões colegiadas de calibragem, as Comissões de Carreira e Desenvolvimento, ocasião em que é utilizada a Matriz 9-Box, por meio da qual o desempenho observado e o potencial de cada funcionário são plotados em dois eixos cartesianos (x e y), sendo cada eixo dividido entre níveis baixo, médio e alto.

Além de gerar insumos para as ações de desenvolvimento da Companhia, o ciclo de gestão de desempenho fornece subsídios para as ações de treinamento, movimentação, reconhecimento, retenção e sucessão. A partir dele, por exemplo, são formulados o PDC, que endereça as necessidades de desenvolvimento de competências estratégicas da empresa, e o PDI (Plano de Desenvolvimento Individual), que busca atender às necessidades pontuais de desenvolvimento de cada funcionário.

Talentos e Sucessão

Desde 2019, a BB Seguridade tem avançado na elevação da maturidade do processo de identificação de talentos e sucessores.

Os talentos são identificados por meio do ciclo de gestão de desempenho, o qual compreende a avaliação de desempenho e a avaliação colegiada por meio de Comissão de Carreira e Desenvolvimento, conforme mencionado no item Avaliação de Desempenho e Feedback. A referida Comissão também tem como um dos seus objetivos finais a formação de uma relação de potenciais sucessores da Companhia por meio da identificação dos funcionários que apresentaram alto desempenho e alto potencial, os quais serão preparados para ocuparem novas posições de maior complexidade.

Neste sentido, no exercício de 2020, a BB Seguridade iniciou um Programa de Desenvolvimento de Potenciais Sucessores para posições gerenciais, cuja primeira etapa - Autoconhecimento - teve como objetivo dar subsídios para a construção de trilhas personalizadas para cada um dos participantes, que serão disponibilizadas para realização ao longo do próximo ano.

Benefícios e Premiações

Aos funcionários cedidos, a BB Seguridade assegura benefícios similares àqueles concedidos pelo BB, com destaque para previdência complementar, planos de saúde e remuneração variável com base nos lucros e resultados. Além desses benefícios, em 2019, o Conselho de Administração aprovou o "Programa Aplausos", uma premiação vinculada ao resultado e ao desempenho individual dos participantes elegíveis que venham a se destacar em termos de atingimento de metas individuais e contribuição diferenciada para o resultado da empresa. O pagamento da premiação é realizado com ações da Companhia e visa o fortalecimento da parceria entre o funcionário e a BB Seguridade, reconhecimento dos participantes na construção do resultado e alinhamento dos resultados às estratégias da Companhia. Ainda, o Programa de Remuneração Variável dos Diretores Estatutários também prevê o pagamento de 50% do valor total em ações da Companhia.

Em 2020, com base nos resultados dos desempenhos individuais referentes ao exercício de 2019, 33 funcionários (de um total de 142 avaliados) foram identificados com desempenho destaque e tiveram sua performance reconhecida por meio do Programa Aplausos.

Abaixo, demonstramos os investimentos realizados no ano:

Tabela 6 - Capital Humano - Investimento

	Fluxo Anual		
	2020	2019[1]	**2018[1]**
Investimento em Pessoas	**58.020.664**	**53.827.485**	52.492.284
Folha de pagamento[2]	52.129.717	48.959.203	48.233.611
Previdência complementar	2.865.357	2.641.534	2.500.289
Plano de saúde	2.191.697	1.249.029	1.129.984
Capacitação (Bolsas e Treinamentos)	833.893	977.720	628.400

(1) A partir de 2020, alguns dos valores referentes à previdência complementar e plano de saúde, antes consideradas na linha Folha de pagamento, passaram a ser reportadas separadamente. Adicionalmente, a linha Folha de pagamento passou a contemplar os valores relativos a auxílio alimentação e refeição. Dessa forma, para melhor comparabilidade dos números, os valores de 2018 e 2019 foram revisados, de acordo com os parâmetros atuais.

(2) Despesas com proventos, benefícios e encargos sociais, excluído os valores referentes a Plano de Saúde e Previdência Complementar.A BB Seguridade tem realizado, ao menos uma vez ao ano, pesquisas de clima e satisfação, a fim de diagnosticar os pontos a serem aprimorados e endereçá-los por meio de ações relacionadas às práticas de gestão de pessoas.

Clima Organizacional

A BB Seguridade tem realizado, ao menos uma vez ao ano, pesquisas de clima e satisfação, a fim de diagnosticar os pontos a serem aprimorados e endereçá-los por meio de ações relacionadas às práticas de gestão de pessoas.

No início do 2º semestre de 2020, a Companhia participou da Pesquisa de Clima e Engajamento Organizacional aplicada pelo BB, que demonstrou que 86,17% dos funcionários estão satisfeitos com seu trabalho na BB Seguridade, com um índice de engajamento de 72,34% (grau em que o trabalho apresenta interesse, diversidade, satisfação pessoal e orgulho de pertencer à empresa).

Em complementação a essas pesquisas, em 2020, trimestralmente, foi disponibilizado o Pulso de Clima, o qual é composto pela pergunta do e-NPS (Employee Net Promoter Score) e por uma pergunta adicional relacionada a temas variados, que tem como principal objetivo identificar, no curto prazo, os possíveis fatores de eventual satisfação e/ou insatisfação dos funcionários.

Com base no levantamento da percepção dos funcionários por meio desses instrumentos, a Companhia vem realizando ações para elevar o engajamento dos colaboradores e o clima organizacional

da Companhia.

Em 2020, a rotatividade da empresa, considerando os colaboradores que retornam ao Banco do Brasil ou são cedidos a uma de nossas coligadas, foi de 5,19%, o que representa um decréscimo de 5,61 p.p. em relação a 2019.

10 - RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A BB Seguridade tem o compromisso de alinhar as suas iniciativas no âmbito ASG (ambiental, social e governança) às práticas de mercado. Além disso, baseia sua atuação nas diretrizes adotadas pelo seu controlador, o Banco do Brasil.

A atividade de seguridade é intrinsecamente relacionada à sustentabilidade ambiental e social ao promover a gestão de riscos por meio da oferta de soluções para proteção de bens, conquistas e de incentivo à poupança, estimulando a conscientização da sociedade sobre a necessidade de cuidar do hoje para que se possa desfrutar de um amanhã equilibrado e saudável.

Em 2020, a Companhia inovou suas abordagens de responsabilidade social em resposta à crise gerada pela decretação do estado de pandemia mundial em decorrência da crise sanitária deflagrada pela COVID-19. Honrando sua ligação com a sociedade brasileira e sua tradição em apoiar pessoas e comunidades em situação de risco em todo o território brasileiro, o Grupo BB Seguridade optou pela ação rápida e focada no manejo das externalidades negativas decorrentes das medidas de isolamento social impostas pela necessidade de contenção da propagação do vírus. Foram doados R$40 milhões para aquisição de alimentos e materiais de higiene que já estão melhorando as condições de sobrevivência de milhares de brasileiros em todas as regiões do país. A aplicação desses recursos foi articulada pela Fundação Banco do Brasil, em atividade desde 1985, tendo-se projetado o alcance de mais de um milhão de pessoas. Já no sentido de cuidar dos funcionários da rede de atendimento aos clientes, foram doadas 196 mil máscaras de tecido para proteção, alcançando 5 mil agências em todo o território nacional.

Com o objetivo de estar ao lado dos clientes e da sociedade, a Companhia adotou medidas visando manter os clientes protegidos neste contexto de pandemia e restrição financeira, sendo disponibilizada a extensão da cobertura por morte decorrente de Covid-19 e a adoção do "pula parcelas" para produtos do portfólio para o período de maior impacto das medidas de distanciamento, estudando cada linha de negócio e as necessidades dos seus clientes.

Adicionalmente, com o intuito de minimizar o sofrimento e a solidão decorrentes das medidas de isolamento social, foram oferecidas atividades de leitura e psicoterapia por meio digital, bem como foram oferecidos gratuitamente serviços de assistência técnica relacionada a dispositivos eletrônicos.

Quanto ao requisito governança, a BB Seguridade possui representantes nos mais diversos órgãos de governança dispostos nas suas investidas, influenciando e incentivando a realização de iniciativas economicamente viáveis, alinhadas às boas práticas de mercado, de forma a apoiar a destinação de recursos para projetos de apoio à cultura, ações sociais e bem-estar.

Informações adicionais sobre as práticas ASG adotadas podem ser obtidas no Relatório de Sustentabilidade da Companhia, disponível no endereço eletrônico http://www.bbseguridaderi.com.br/pt/informacoes-financeiras/relatorios-de-administracao-anual-e-de-sustentabilidade.

A fim de corroborar as assertivas acima, seguem as principais iniciativas relacionadas ao tema das nossas companhias investidas em 2020:

Brasilseg

ISO 14001:2015: a Brasilseg é certificada na ISO 14001:2015, o que atesta o padrão internacional do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da empresa. Este sistema é baseado na análise dos aspectos e impactos ambientais significativos, diretos e indiretos, associados aos processos da sede da empresa. Cuidar do meio ambiente é uma prática diária na companhia, que determina metas e desafios em sua gestão sustentável, com impacto em toda a cadeia de valor.

Pacto Global Rede Brasil - a Brasilseg tornou-se, em 2019, signatária do Pacto Global visando contribuir para a construção de um mercado global mais inclusivo e igualitário.

Programa Brasileiro GHG Protocol - a companhia mensura as emissões de gases do efeito estufa da sede administrativa e de Franca por meio da Ferramenta de Gestão de Carbono GHG Protocol para compensar as emissões. O processo abrange todos os colaboradores e no cálculo de emissões considera o consumo de energia, resíduos gerados, deslocamento dos colaboradores até a empresa e deslocamento de viagens a negócio. Em 2020, foram compensadas 1.043 toneladas de CO2 equivalente por meio do cancelamento voluntário de créditos de carbono no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS - a Brasilseg atua de maneira alinhada aos ODS por meio de um conjunto de compromissos, programas e metas em áreas como diversidade, inclusão, relacionamento com clientes e conformidade. Adicionalmente, promove o engajamento dos funcionários com a causa por meio de ações educacionais no âmbito da própria empresa.

Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI): desde 2019, a companhia se tornou formalmente signatária do PSI e vem desenvolvendo ações, projetos e investimentos para atendê-los.

Projetos Incentivados: em 2020, foram realizados 22 projetos socioculturais por meio da Lei de Incentivo à Cultura, da Lei de Incentivo ao Esporte, do Fundo para a Infância e a Adolescência, do Fundo do Idoso, do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS), com mais de 220 mil pessoas atendidas até o momento.

Comprometida com os princípios da prestação de contas e maior transparência em relação às práticas Ambientais, Sociais e de Governança, a Brasilseg passou a publicar, a partir de 2019, seu Relatório de Sustentabilidade seguindo as diretrizes da Global Reporting Iniciative (GRI), disponibilizado no site da companhia (https://www.bbseguros.com.br/seguradora/seguros/quem-somos/sustentabilidade).

Brasiprev

Princípios para o Investimento Responsável (PRI): a Brasilprev integra e subscreve compromissos e acordos voluntários com instituições e organizações com as quais compartilha princípios e valores a fim de exercer seu papel de agente transformador na sociedade. Dentre eles estão os Princípios para o Investimento Responsável (PRI), desde 2017. O PRI é reconhecido por estabelecer os padrões globais relacionados a investimentos responsáveis, incentivando os investidores a incorporar os aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG) em seus processos de investimento.

Ampliação das Estratégias de Investimentos ASG: a Brasilprev lançou em fevereiro de 2019 o fundo Brasilprev TOP ASG, com alocação em ETFs (Fundo de Índice) ASG no exterior. Até dezembro/2020 o fundo possuía patrimônio acumulado de R$ 54,0 milhões e rentabilidade de 61,0% (vs. 8,1% do CDI), desde sua criação. Em dezembro/2020, a estratégia ASG deu origem a um novo produto destinado aos clientes private, que além dos ETFs no exterior também investirá em ações brasileiras que sigam boas práticas ASG.

Declaração sobre Títulos Verdes: a Brasilprev é signatária desde 2017, juntamente com outros investidores representando cerca de R$ 1,8 trilhão em ativos sob gestão. Na declaração, os signatários se comprometem a dialogar com entidades, governamentais ou não, para estimular o desenvolvimento de um mercado brasileiro de títulos verdes robusto e que contribua verdadeiramente para endereçar as mudanças climáticas.

Carbon Disclosure Project (CDP): a Brasilprev participa do CDP como investidora signatária, tendo acesso a sua base de dados global com informações sobre o compromisso das empresas, sejam potenciais ou já investidas, em relação a emissões de carbono e ações de sustentabilidade.

Projetos incentivados: em 2020, foram apoiados 4 projetos sociais por meio de Leis de Incentivo (Idoso e Fumcad), beneficiando mais de 54 mil crianças e idosos.

Informações relacionadas ao tema estão disponibilizadas no site da companhia (https://www.brasilprev.com.br/quem-somos.html).

Brasilcap

Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI): única empresa de capitalização do Brasil signatária dos Princípios para Sustentabilidade em Seguros do qual faz parte desde 2015.

Instituto Ethos: a Brasilcap é associada ao Instituto Ethos com direito a participar dos fóruns relacionados às questões ASG e utilizar a Ferramenta Ethos - que possibilita a gestão de indicadores e monitoramento da evolução ASG e do índice geral de sustentabilidade da empresa.

Ações contra a Covid-19: em 2020 a companhia ampliou sua atuação em responsabilidade social em resposta à crise sanitária deflagrada pela Covid-19, tendo apoiado, dentre outras, as ações "Adote um Leito UTI - Na Luta Contra o Coronavírus", com a doação de recursos que contribuíram para a aquisição de respiradores, incubadoras, cama elétrica para UTI, cardioversor, monitor cardíaco, insumos hospitalares como EPI's (máscaras, aventais e instrumentos cirúrgicos), bem como nos gastos com serviços de médicos, enfermeiros e assistentes.

Maiores informações relacionadas ao tema estão disponibilizadas no site da companhia (https://www.brasilcap.com.br/brasilcap/brasilcap/responsabilidade-socioambiental/responsabilidade-socioambiental.html).

11 - PRINCIPAIS RECONHECIMENTOS

Em 2020, a BB Seguridade foi a vencedora do 20º Prêmio Broadcast Empresas, em parceria com a Economática, que premiou as empresas que apresentaram os melhores desempenhos em um conjunto de indicadores e práticas de governança corporativa no ano de 2019. A Companhia foi vencedora ainda na categoria "Novo Mercado".

Abaixo, os principais prêmios e reconhecimentos recebidos pelas empresas que fazem parte do Grupo BB Seguridade:

Brasilseg

Great Place to Work (GPTW): a Brasilseg foi reconhecida no ranking do Instituto Great Place to Work por conta de suas ações de clima, desenvolvimento e bem-estar de colaboradores.

Brasilprev

Isto é Dinheiro: escolhida a empresa do ano no setor de seguros do anuário As Melhores da Dinheiro 2020, e alcançou o 1º lugar em desempenho da gestão da responsabilidade social.

Brasilcap

Certificado de Empresa Cidadã: pelo décimo ano consecutivo, a Brasilcap conquista o Certificado de Empresa Cidadã. A iniciativa do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ) está em sua 18ª edição e visa incentivar a excelência na qualidade das informações contábeis e socioambientais, publicadas nos relatórios anuais de empresas de todos os portes e segmentos do país;

Prêmio Consumidor Moderno: a Brasilcap foi a vencedora da 21ª edição do "Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente", no segmento Previdência e Capitalização. O Prêmio é uma iniciativa da Revista Consumidor Moderno, em parceria com o Centro de Inteligência Padrão (CIP) e com a OnYou. O processo de análise envolveu três fases, com abordagens distintas, que garantiram a avaliação de diferentes aspectos do atendimento prestado pela companhia.

12 - INFORMAÇÕES LEGAIS

No encerramento do exercício de 2020, a BB Seguridade não registrou endividamento financeiro em suas demonstrações financeiras. A fonte de obtenção de recursos era constituída principalmente por capital próprio, além de eventuais fontes cíclicas de financiamento.

Os investimentos de suas companhias investidas seguirão seu fluxo normal de execução, de acordo com planos individuais estruturados por cada empresa.

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que durante o exercício de 2020 a BB Seguridade utilizou os serviços de auditoria independente da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ("Deloitte"), por meio de contrato firmado pelo seu controlador, o Banco do Brasil S.A.

Ainda, a BB Seguridade e suas subsidiárias informam que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independente não prestou, em 2020, serviços que pudessem afetar sua independência em relação aos trabalhos de auditoria, comprovada por meio de Carta de Independência apresentada à BB Seguridade.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a BB Seguridade adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; e (ii) o auditor não deve atuar gerencialmente perante seu cliente, nem tampouco promover os interesses dele.

A tabela abaixo apresenta a relação de contratos de prestação de serviços que estiveram vigentes durante o ano de 2020 entre a Deloitte e as empresas investidas e controladora da BB Seguridade:

Contratante	Datas do Contrato		Natureza do Serviço	Valor total dos honorários (R$)
	Início	Fim		
Banco do Brasil S.A.	22/03/2019	22/03/2021	Serviços de auditoria contábil sobre as demonstrações contábeis do Conglomerado Banco do Brasil, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) e de outros serviços correlatos	17.805.810,40
Brasilcap Capitalização S.A.	01/04/2019	30/04/2021	Auditoria contábil sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2019 e 2020	753.000,00
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	01/03/2020	30/04/2025	Contrato de auditoria contemplando a Auditoria Contábil e Atuarial para os semestres findos em 30/06/2020 à 31/12/2024	700.000,00
Brasilseg Companhia de Seguros	15/10/2020	14/10/2021	Auditoria Atuarial para o exercício social de 2020	237.500,00

Aliança do Brasil Seguros S/A

A BB Seguridade, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver quaisquer disputas ou controvérsias relacionadas ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social da BB Seguridade, artigo 51.

Agradecimentos

Agradecemos a dedicação e o empenho de nossos funcionários e colaboradores e à rede de distribuição do Banco do Brasil e demais parceiros, fundamentais para a manutenção de um atendimento de qualidade aos clientes e da conformidade dos processos em um ano tão desafiador como o de 2020, além da confiança depositada por acionistas, clientes e sociedade em geral.

Brasília, 2021
A ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
R$ mil (exceto lucro por ação)

		Controlador		Consolidado	
	Nota	Exercício/2020	Exercício/2019	Exercício/2020	Exercício/2019
Receitas Operacionais		3.833.384	**6.569.590**	5.131.769	**5.389.990**
Resultado de investimentos em participações societárias	[7.b]	3.833.384	6.569.590	1.880.490	2.323.759
Receitas de comissões, líquidas	[8]	--	--	3.251.279	3.066.231
Custo dos Serviços Prestados	[9]	--	--	(176.868)	**(185.706)**
Resultado Bruto		3.833.384	6.569.590	4.954.901	**5.204.284**
Outras Receitas e Despesas		(10.882)	(8.930)	(173.411)	**3.396.651**
Despesas com pessoal	[10]	(11.602)	(10.812)	(63.893)	(58.438)
Despesas administrativas e com vendas	[11]	(3.096)	(2.567)	(69.424)	(41.339)
Despesas tributárias	[12.c]	(3.645)	(9.236)	(12.559)	(24.625)
Outras	[13]	7.461	13.685	(27.535)	3.521.053
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras		3.822.502	**6.560.660**	4.781.490	**8.600.935**
Resultado Financeiro	[14]	37.295	**143.472**	111.150	**312.869**
Receitas financeiras		62.764	173.832	138.657	343.522
Despesas financeiras		(25.469)	(30.360)	(27.507)	(30.653)
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		3.859.797	6.704.132	4.892.640	**8.913.804**
Imposto de Renda e Contribuição Social	[12.a]	(9.026)	(45.351)	(1.041.869)	(2.255.023)
Lucro Líquido do Exercício		3.850.771	6.658.781	3.850.771	6.658.781
Número de ações	[25.a]	2.000.000.000	2.000.000.000	2.000.000.000	2.000.000.000
Número médio ponderado de ações (básico e diluído)	[25.c]	1.996.626.255	1.996.600.247	1.996.626.255	1.996.600.247
Lucro por ação (básico e diluído) (R$)	[25.c]	1,93	3,34	1,93	3,34

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
R$ mil

		Controlador		Consolidado	
	Nota	Exercício/2020	Exercício/2019	Exercício/2020	Exercício/2019
Lucro Líquido do Exercício		3.850.771	6.658.781	3.850.771	6.658.781
Participação no Resultado Abrangente de Investimentos em participações societárias	[7.b]	**(15.569)**	28.219	(15.569)	28.219
Ganhos/(perdas) sobre ativos financeiros		(25.950)	75.405	(25.950)	75.405
Outros resultados abrangentes		--	(28.373)	--	(28.373)
Efeito fiscal		10.381	(18.813)	10.381	(18.813)
Resultado Abrangente do Exercício		3.835.202	6.687.000	3.835.202	6.687.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL
R$ mil

		Controlador		Consolidado	
	Nota	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Ativo Circulante		1.279.341	6.201.551	3.618.881	8.666.370
Caixa e equivalentes de caixa	[15]	208.893	4.231.195	2.195.445	7.381.292
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	[16.b]	--	--	245.101	286.301
Dividendos/JCP a receber	[17]	1.060.278	1.961.491	--	--
Comissões a receber	[18]	--	--	1.173.988	996.720
Outros ativos	[20]	10.170	8.865	4.347	2.057
Ativo Não Circulante		6.067.671	5.547.167	7.281.415	**6.260.177**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	[16.a]	3.948	3.413	4.986	460.147
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	[16.b]	--	--	204.449	238.305
Investimentos em participações societárias	[7.b]	5.971.729	5.478.303	6.084.345	4.918.370
Intangível	[19]	5.481	5.901	5.481	5.901
Ativos por impostos correntes	[12.d]	85.155	55.532	114.776	71.889
Ativos por impostos diferidos	[12.e]	1.305	3.974	17.634	18.054
Comissões a receber	[18]	--	--	643.090	343.595
Outros ativos	[20]	53	44	206.654	203.916
Total do Ativo		7.347.012	11.748.718	10.900.296	14.926.547
Passivo Circulante		957.301	6.499.861	2.853.303	8.215.728
Obrigações Societárias e Estatutárias	[21]	948.493	6.490.643	948.493	6.490.643
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	[22]	124	--	6.411	11.248
Passivos por impostos correntes	[12.g]	81	980	682.950	656.137
Comissões a apropriar	[23]	--	--	1.127.358	993.057
Outros passivos	[24]	8.603	8.238	88.091	64.643
Passivo Não Circulante		106	103	1.657.388	1.462.065
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	[22]	106	103	11.573	6.546
Passivos por impostos diferidos	[12.h]	--	--	228.565	228.564
Comissões a apropriar	[23]	--	--	1.417.250	1.226.955
Total do Passivo		957.407	6.499.964	4.510.691	9.677.793
Patrimônio Líquido		6.389.605	5.248.754	6.389.605	**5.248.754**
Capital social	[25.a]	3.396.767	3.396.767	3.396.767	3.396.767
Reservas de capital	[25.b]	1.588	1.117	1.588	1.117
Reservas de lucros	[25.b]	3.060.956	1.905.725	3.060.956	1.905.725
Ações em tesouraria	[25.g.4]	(82.588)	(83.306)	(82.588)	(83.306)
Outros resultados abrangentes acumulados	[25.e]	12.882	28.451	12.882	28.451
Total do Patrimônio Líquido		6.389.605	5.248.754	6.389.605	5.248.754
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		7.347.012	11.748.718	10.900.296	14.926.547

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA R$ mil

	Nota	Controlador		Consolidado	
		Exercício/2020	**Exercício/2019**	**Exercício/2020**	**Exercício/2019**
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações					
Lucro Líquido do exercício		**3.850.771**	6.658.781	3.850.771	6.658.781
Ajustes ao Lucro:					
Resultado de investimentos em participações societárias	[7.b]	(3.833.384)	(6.569.590)	(1.880.490)	(2.323.759)
Atualização monetária de dividendos e juros sobre capital próprio, líquida		10.882	20.831	24.871	27.398
Ganho na alienação de investimentos - IRB Re Brasil		--	--	--	(3.519.736)
Atualização monetária dos ativos financeiros ao custo amortizado		--	--	(18.377)	(31.075)
Outros ajustes		2.094	763	2.158	(611)
Lucro Ajustado		30.363	110.785	1.978.933	810.998
Variações Patrimoniais:					
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		(535)	(2.205)	455.161	(24.172)
Ativos por impostos correntes e diferidos		(26.954)	9.473	(42.467)	8.318
Comissões a receber		--	--	(476.763)	(333.376)
Outros ativos		(1.314)	(3.533)	(5.028)	(12.099)
Comissões a apropriar		--	--	324.596	363.575
Passivos por impostos correntes e diferidos		(899)	(240)	26.814	64.848
Outros passivos		365	(564)	23.447	16.217
Caixa Gerado/(Consumido) Pelas Atividades Operacionais		1.026	113.716	2.284.693	894.309
Fluxos De Caixa Provenientes das Atividades de Investimento					
Aplicações em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		--	--	(200.000)	--
Resgates em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		--	--	293.433	--
Dividendos recebidos	[7.b]	4.239.591	5.549.643	1.573.182	2.044.221
Juros sobre capital próprio recebidos	[7.b]	--	--	51.302	65.856
Aporte de capital social - Ciclic Corretora de Seguros S.A.	[7.b]	--	--	(25.599)	--
Aporte de capital social - Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	[7.b]	--	--	(899.939)	--
Recebimento relativo à Alienação de investimento - IRB Brasil RE		--	--	--	4.181.779
Outras aquisições		(357)	(981)	(357)	(981)
Caixa Gerado/(Consumido) pelas Atividades de Investimento		4.239.234	5.548.662	792.022	6.290.875
Fluxos De Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento					
Dividendos pagos		(5.562.658)	(5.860.139)	(5.562.658)	(5.860.139)
Pagamento da restituição - Redução de capital		(2.699.904)	--	(2.699.904)	--
Caixa Gerado/(Consumido) pelas Atividades de Financiamento		(8.262.562)	(5.860.139)	(8.262.562)	(5.860.139)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(4.022.302)	(197.761)	(5.185.847)	1.325.045
Início do exercício	[15]	4.231.195	4.428.956	7.381.292	6.056.247
Fim do exercício	[15]	208.893	4.231.195	2.195.445	7.381.292
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(4.022.302)	(197.761)	(5.185.847)	1.325.045
Informações Complementares das Operações					
Imposto de Renda pago no exercício		(1.175)	--	(666.364)	(1.477.038)
Contribuição Social paga no exercício		(2.725)	(8.803)	(271.344)	(582.303)
Total dos Tributos Pagos		(3.900)	(8.803)	(937.708)	(2.059.341)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
R$ mil

EVENTO	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes Acumulados	Total
				Reserva Legal	Reservas Estatutárias				
Saldos em 31.12.2018		5.646.767	1.262	1.087.026	178.549	(83.451)	--	232	6.830.385
Redução de capital	[25.a]	(2.700.000)	--	--	--	--	--	--	(2.700.000)
Capitalização de Reserva Legal	[25.a]	450.000	--	(450.000)	--	--	--	--	--
Transações com pagamento baseado em ações		--	(145)	--	--	145	--	--	--
Outros resultados abrangentes		--	--	--	--	--	--	28.219	28.219
Dividendos prescritos	[25.d]	--	--	--	--	--	24	--	24
Lucro Líquido do Exercício	[25.c]	--	--	--	--	--	6.658.781	--	6.658.781
Destinações - Reservas de Lucros	[25.b]	--	--	42.328	1.047.822	--	(1.090.150)	--	--
- Dividendos pagos	[25.d]	--	--	--	--	--	(1.778.339)	--	(1.778.339)
- Dividendos propostos	[25.d]	--	--	--	--	--	(3.790.316)	--	(3.790.316)
Saldos em 31.12.2019		3.396.767	1.117	679.354	1.226.371	(83.306)	--	28.451	5.248.754
Mutações do Exercício		(2.250.000)	(145)	(407.672)	1.047.822	145	--	28.219	(1.581.631)
Saldos em 31.12.2019		3.396.767	1.117	679.354	1.226.371	(83.306)	--	28.451	5.248.754
Transações com pagamento baseado em ações		--	471	--	--	718	--	--	1.189
Outros resultados abrangentes	[7.b]	--	--	--	--	--	--	(15.569)	(15.569)
Dividendos prescritos	[25.d]	--	--	--	--	--	42	--	42
Lucro Líquido do Exercício	[25.c]	--	--	--	--	--	3.850.771	--	3.850.771
Destinações - Reservas de Lucros	[25.b]	--	--	--	1.155.231	--	(1.155.231)	--	--
- Dividendos intermediários pagos	[25.d]	--	--	--	--	--	(1.747.565)	--	(1.747.565)
- Dividendos propostos	[25.d]	--	--	--	--	--	(948.017)	--	(948.017)
Saldos em 31.12.2020		3.396.767	1.588	679.354	2.381.602	(82.588)	--	12.882	6.389.605
Mutações do Exercício		--	471	--	1.155.231	718	--	(15.569)	1.140.851

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
R$ mil

	Nota	Controlador		Consolidado	
		Exercício/2020	Exercício/2019	Exercício/2020	Exercício/2019
Receitas		7.763	13.996	3.690.845	7.070.562

Receitas de comissões	[8]	--	--	3.676.972	3.474.987
Outras receitas	[13]	7.763	13.996	13.873	3.595.575
Insumos Adquiridos de Terceiros		**(3.224)**	(2.712)	(286.689)	(300.680)
Despesas administrativas e com vendas	[11]	(3.096)	(2.567)	(69.424)	(41.339)
Custos dos serviços prestados	[9]	--	--	(176.868)	(185.706)
Outras	[13]	(128)	(145)	(40.397)	(73.635)
Valor Adicionado Bruto		4.539	11.284	3.404.156	6.769.882
Depreciação e Amortização	[13]	(174)	(166)	(1.011)	(887)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		**4.365**	11.118	3.403.145	6.768.995
Valor Adicionado Recebido em Transferência		3.896.148	6.743.422	2.019.147	2.667.281
Resultado de investimentos em participações societárias	[7.b]	3.833.384	6.569.590	1.880.490	2.323.759
Receitas financeiras	[14]	62.764	173.832	138.657	343.522
Valor Adicionado Total a Distribuir		**3.900.513**	6.754.540	5.422.292	9.436.276
Distribuição do Valor Adicionado		**3.900.513**	6.754.540	5.422.292	9.436.276
Pessoal	[10]	11.602	10.812	63.893	58.438
Impostos, taxas e contribuições		12.671	54.587	1.480.121	2.688.404
Despesas financeiras	[14]	25.469	30.360	27.507	30.653
Remuneração de capital próprio	[25.d]	2.695.540	5.568.631	2.695.540	5.568.631
Lucros retidos no exercício		1.155.231	1.090.150	1.155.231	1.090.150

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A BB Seguridade Participações S.A. ("BB Seguridade" ou "Companhia") é uma empresa de participações (holding) controlada pelo Banco do Brasil S.A., constituída em 20 de dezembro de 2012, e que atua em negócios de seguridade. É uma sociedade anônima de capital aberto e tem suas ações negociadas no segmento Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código "BBSE3" e suas ADRs (American Depositary Receipts) no mercado de balcão dos Estados Unidos da América (Over-the-Counter) sob o código "BBSEY".

Está inscrita sob o CNPJ nº 17.344.597/0001-94 e sediada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Torre Sul,

3º Andar, Edifício Banco do Brasil, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Tem por objeto social participar em sociedades seguradoras, de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e planos privados de assistência à saúde, bem como em outras sociedades cujo objeto social seja a corretagem e a viabilização de negócios envolvendo empresas de seguros dos ramos elementares, de vida, saúde, capitalização, previdência e administração de bens.

A BB Seguridade possui, dentre suas participações societárias, duas subsidiárias integrais, BB Seguros Participações S.A. ("BB Seguros") e BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ("BB Corretora"), estrutura societária que forma o Grupo BB Seguridade ("Grupo").

Tais participações estão, atualmente, organizadas em dois segmentos: negócios de risco e acumulação, que operam produtos de seguros, previdência aberta, capitalização e planos de assistência odontológica por meio da BB Seguros com parceiros privados; e negócios de distribuição, que comercializa seguros, previdência aberta, títulos de capitalização e planos privados de assistência odontológica, por meio da BB Corretora, além de investida que atua na distribuição de produtos de seguridade por meio de canais digitais.

Contando com a rede de distribuição do Banco do Brasil como o principal canal de comercialização de um portfólio completo de produtos com a intermediação de uma corretora própria, a BB Seguridade ocupa hoje posição de destaque no mercado em todos os segmentos em que está presente.

Diante da atual conjuntura causada pelo surto do Coronavírus (Covid-19) e apesar da estratégia de longo prazo estar mantida, o modelo de gestão da Companhia foi adaptado para contemplar uma atuação ainda mais focada. Foi declarado um plano específico de enfrentamento à Covid-19, que apresenta as iniciativas priorizadas pela Companhia, cuja condução se dá por equipes multidisciplinares, com fluxos de acompanhamento e execução comunicados e realimentados por todos os intervenientes internos.

O referido plano, executado a partir do 2º trimestre de 2020, sustentado sob os pilares de foco extremo, processo decisório ágil e comunicação tempestiva, possui quatro objetivos: (i) cuidar das nossas equipes; (ii) estar ao lado dos clientes e da sociedade; (iii) garantir a sustentação da Companhia; e (iv) preparar-se para o pós-crise. Agora, ainda em um ambiente de incertezas, a Companhia segue para execução do ciclo ordinário de planejamento estratégico 2021-2025, com vistas a atrair novos clientes, fortalecer nossa posição competitiva e explorar novos mercados.

Nossos clientes continuam sendo atendidos e apoiados em suas necessidades, e os seguros, no cenário atual, apresentam-se como um grande aliado para trazer a serenidade e a segurança esperada por aqueles que já utilizam nossos produtos e serviços, além dos que desejarão consumi-los a partir desta situação adversa. Ampliamos os limites de atendimento em canais digitais e continuamos focados em completar as jornadas de autosserviço. Oferecemos, ainda, benefícios e serviços úteis para que nossos clientes passem pela situação de isolamento social de forma tranquila.

Tomar as medidas que sustentem nosso negócio atual, enquanto mantemos o olhar para o novo normal, completam a atuação da Companhia no enfrentamento dos efeitos decorrentes da Covid-19. Priorizamos, então, a geração de receitas com negócios mais aderentes e menos impactados pela situação, garantindo que entregas estratégicas de tecnologia não percam o ritmo, além de acelerarmos projetos com alto potencial para capturar oportunidades de mercado.

Dessa forma, a Companhia vem monitorando e se adaptando aos impactos e avaliando os cenários que afetaram ou possam vir a afetar suas operações, com avaliação diária da situação, atualização das medidas preventivas e ações de minimização de riscos e coordenação da execução de planos de ação no Grupo Coordenador de Continuidade. Até o momento, não se vislumbra impactos significativos que possam comprometer a sustentabilidade das operações da Companhia e de suas Investidas.

Além disso, a Companhia vem adotando diversas medidas para mitigação dos impactos decorrentes da pandemia, com o objetivo de manter a segurança dos seus colaboradores, colaborar com a sociedade e com as autoridades na contenção do vírus e dar continuidade às suas operações, tais como a adoção do trabalho remoto para todos os colaboradores, o cancelamento ou adiamento das viagens internacionais e nacionais e a suspensão de treinamentos e eventos corporativos presenciais, além do incentivo à adoção de soluções de teleconferência e videoconferência para realização de reuniões internas e externas.

A Companhia possui Plano de Retorno ao Escritório (PRE) elaborado com o objetivo de preparar um ambiente que ofereça segurança e tranquilidade para os funcionários na retomada dos postos de trabalho, assegurando a continuidade dos negócios após a flexibilização da quarentena.

Porém, por buscar especialmente a preservação da saúde de todos os funcionários, a Companhia continua adotando o regime de trabalho remoto, sendo possível a realização de todos os processos do mesmo modo que quando operando na sede da Companhia, sem ter sido executado ainda o Plano de Retorno. Três indicadores - (i) média móvel de casos; (ii) ocupação dos leitos de UTI; e (iii) taxa de transmissibilidade -, assim como as definições dos Programas de Vacinação a serem implementados, estão sendo acompanhados diretamente pela Diretoria Executiva da Companhia, com vistas a definir o melhor momento para executar o PRE. Ressalta-se que o modelo de trabalho segue sem registro de falhas atípicas ou deficiências significativas em sistemas, processos ou controles do Grupo.

No campo social, dado que a pandemia afetou consideravelmente a conjuntura socioeconômica doméstica e sempre pensando na proteção e no cuidado com as pessoas, o Grupo, por intermédio da BB Corretora, efetuou a doação de

R$ 40 milhões, via Fundação Banco do Brasil (FBB), cujos desembolsos foram despendidos conforme o ritmo de demanda da Fundação, visando conter os efeitos do avanço do Coronavírus.

Entendemos que a BB Seguridade detém a força de trabalho adequada e a liquidez necessária para ultrapassar o desafio da melhor maneira possível. O monitoramento dos possíveis riscos inerentes à pandemia que possam afetar a empresa, a logística e os colaboradores e clientes estão abordados na Nota Explicativa 5 - GERENCIAMENTO DE RISCOS.

2 - AQUISIÇÕES, VENDAS E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) Alienação Total de Ações - IRB-Brasil Resseguros S.A.

Em 10 de julho de 2019, após decisão do Conselho de Administração da Companhia, a Diretoria da BB Seguros aprovou o lançamento de uma oferta secundária de ações com esforços restritos de colocação ("Oferta Restrita") com vistas a alienar a totalidade das 47.520.213 ações ordinárias de emissão do IRB-Brasil RE que detinha, num movimento alinhado à estratégia da BB Seguridade Participações S.A. de focar nos segmentos mais rentáveis para a Companhia e com alta sinergia na distribuição por meio do canal bancário. Na mesma Oferta, a União Federal também alienou 36.458.237 ações ordinárias que detinha no IRB-Brasil RE. Em 12 de julho de 2019 a Susep concedeu autorização para que o IRB passasse da condição de companhia de controle definido para companhia sem controlador, ou seja, com capital pulverizado ("true corporation").

Em 18 de julho de 2019 foi concluído o procedimento de coleta de intenções de investimento (bookbuilding), tendo sido o preço por ação fixado em R$ 88,00 e no dia 23 do mesmo mês foi realizada a efetiva liquidação da oferta, com a entrega das ações aos respectivos investidores e o concomitante recebimento, pela BB Seguros, do montante de R$ 4.181 milhões pela venda das ações. Com a alienação, a BB Seguros deixou de deter quaisquer ações de emissão do IRB Brasil-RE.

A alienação total das ações produziu um ganho, considerando a baixa contábil do investimento, de R$ 3,5 bilhões. Deduzidos os valores dos tributos incidentes sobre o ganho de capital obtido na venda, que representou R$ 1,2 bilhões, dos custos de distribuição e demais efeitos, a operação proporcionou um ganho de R$ 2,3 bilhões para a BB Seguros no exercício findo em 31 de dezembro de 2019..

b) Ciclic Corretora de Seguros S.A.

m 27 de fevereiro de 2020, a Assembleia Geral da Ciclic, reunida extraordinariamente, aprovou o aumento de seu capital social em R$ 17.001.400,00 mediante emissão de 8.500.700 ações ordinárias e 8.500.700 ações preferenciais, com preço de emissão de R$ 1,00 cada uma.

A BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. subscreveu 4.249.500 ações ordinárias e 8.500.700 ações preferenciais, equivalentes a R$ 12.750.200,00, integralizadas em moeda corrente nacional, na data de realização da Assembleia Geral que deliberou pelo aumento do capital social.

A PFG do Brasil 2 Participações Ltda. subscreveu 4.251.200 ações ordinárias, equivalentes a R$ 4.251.200,00, integralizadas em moeda corrente nacional, na data de realização da Assembleia Geral que deliberou pelo aumento do capital social.

O capital social da Ciclic, totalmente subscrito e integralizado, passou a ser, na ocasião, de R$ 44,0 milhões, dividido em 44 milhões de ações, das quais 22 milhões são ações ordinárias e 22 milhões são ações preferenciais, distribuídas entre as acionistas na seguinte proporção:

Acionistas	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
BB Corretora	10.997.800	49,990	22.000.000	100,000	32.997.800	74,995
PFG2	11.002.200	50,010	--	--	11.002.200	25,005
Total	22.000.000	100,000	22.000.000	100,000	44.000.000	100,000

Em 4 de dezembro de 2020, a Assembleia Geral da Ciclic se reuniu novamente, de maneira extraordinária, para aprovar novo aumento de capital social Companhia, em R$ 17.132.548,00 mediante emissão de 8.566.274 ações ordinárias e 8.566.274 ações preferenciais, com preço de emissão de R$ 1,00 cada uma.

A BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. subscreveu 4.282.280 ações ordinárias e 8.566.274 ações preferenciais, equivalentes a R$ 12.848.554,00, integralizadas em moeda corrente nacional em 7 de dezembro de 2020.

A PFG do Brasil 2 Participações Ltda. subscreveu 4.283.994 ações ordinárias, equivalentes a R$ 4.283.994,00, integralizadas em moeda corrente nacional em 8 de dezembro de 2020.

O capital social da Ciclic, totalmente subscrito e integralizado, passou a ser de R$ 61.132.548,00, dividido em 61.132.548 de ações, das quais 30.566.274 são ações ordinárias e 30.566.274 são ações preferenciais, distribuídas entre as acionistas na seguinte proporção:

Acionistas	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
BB Corretora	15.280.080	49,990	30.566.274	100,000	45.846.354	74,995
PFG2	15.286.194	50,010	--	--	15.286.194	25,005
Total	30.566.274	100,000	30.566.274	100,000	61.132.548	100,000

c) Brasilprev Seguros e Previdência S.A.

Em 30 de dezembro de 2020, a Assembleia Geral da Brasilprev se reuniu, de maneira extraordinária, para aprovar o aumento de capital social Companhia, em R$ 1.199.998.758,74 mediante emissão de 422.686 ações ordinárias e 422.686 ações preferenciais, com preço de emissão de R$ 1.419,49 cada uma, calculado com base no Patrimônio Líquido da Brasilprev de 30 de novembro de 2020. Na mesma data, a BB Seguridade Participações S.A. divulgou Fato Relevante ao mercado comunicando a transação, suas características e motivação.

A BB Seguros Participações S.A. subscreveu 211.301 ações ordinárias e 422.686 ações preferenciais, equivalentes a R$ 899.939.450,39, enquanto a PFG do Brasil Ltda. subscreveu 211.385 ações ordinárias, equivalentes a R$ 300.059.308,35, tendo as acionistas deliberado pela integralização até 31 de janeiro de 2021.

O capital social da Brasilprev, totalmente subscrito, passou a ser de R$ 2.929.257.699,28 (sendo R$ 2.779.228.045,11 já integralizados até o encerramento do exercício 2020 e R$ 150.029.654,17 a serem integralizados até 31 de janeiro de 2021), dividido em 3.135.452 de ações, das quais 1.567.726 são ações ordinárias e 1.567.726 são ações preferenciais, distribuídas entre as acionistas na seguinte proporção:

Acionistas	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
BB Seguros	783.707	49,990	1.567.726	100,000	2.351.433	74,995
PFG	784.019	50,010	--	--	784.019	25,005
Total	1.567.726	100,000	1.567.726	100,000	3.135.452	100,000

3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as diretrizes emanadas da Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Não há divergências de práticas contábeis adotadas para estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tendo em vista a conformidade das práticas contábeis adotadas no Brasil e aquelas emitidas pelo IASB.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Para a elaboração destas Demonstrações Contábeis, foram observadas as orientações quanto aos aspectos relevantes trazidos pelo Ofício-Circular CVM 01/2021, de 29 de janeiro de 2021.

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas pelo Conselho de Administração em 05.02.2021.

b) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade da BB Seguridade continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

c) Bases de Mensuração dos Ativos e dos Passivos

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de mensuração, exceto para ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

d) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis da BB Seguridade, para fins de moeda funcional e de apresentação, são apresentadas em Reais (R$). A BB Seguridade e suas controladas não realizaram operações em moeda estrangeira.

e) Base de Consolidação

As demonstrações contábeis da BB Seguridade incluem a consolidação dos ativos e passivos da BB Seguridade e das suas controladas, conforme descrito no quadro a seguir:

Empresa	**Atividade**	**País de Constituição**	**% Participação total**	
			31.12.2020	**31.12.2019**
BB Seguros	Holding	Brasil	100%	100%
BB Corretora	Corretora	Brasil	100%	100%

Os saldos e transações intragrupo, assim como eventuais receitas ou despesas não realizadas nas transações entre as companhias do consolidado, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

f) Sazonalidade das Operações

A BB Seguridade e suas empresas controladas consideram a natureza de suas transações como não cíclicas e não sazonais, levando em consideração suas atividades exercidas. Consequentemente, não foram fornecidas divulgações específicas nestas notas explicativas.

g) Principais Julgamentos e Estimativas Contábeis

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no exercício em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis apresentam, de forma adequada, a posição financeira da BB Seguridade e o resultado das suas operações, em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens como valor justo de instrumentos financeiros, redução ao valor recuperável de ativos financeiros - imparidade, redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - imparidade, impostos sobre os lucros, reconhecimento e avaliação de impostos diferidos e provisões e passivos contingentes.

4 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Práticas contábeis são os princípios, as bases, as convenções e as regras específicas aplicados pela BB Seguridade na elaboração e na apresentação de demonstrações contábeis. A BB Seguridade aplicou as práticas contábeis descritas nesta nota explicativa de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações contábeis equivalem àqueles aplicadas às demonstrações anuais referentes ao exercício encerrado em 31.12.2019.

a) Reconhecimento de Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência e são reportadas nas demonstrações contábeis dos exercícios a que se referem. Receitas são aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio.

Esse conceito geral é aplicado para as principais receitas geradas pelas atividades da BB Seguridade e suas investidas, a saber:

a.1) Receita de investimentos em participações societárias - As receitas oriundas da aplicação do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em participações societárias são reconhecidas na proporção da participação acionária detida pela BB Seguridade nos resultados gerados pelas investidas, de acordo com o CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

a.2) Receita de comissões - As receitas de comissões são reconhecidas pro rata dia quando o seu valor, os seus custos associados e o estágio de conclusão da transação puderem ser mensurados de forma confiável e quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação serão realizados, de acordo com o CPC 47 / IFRS15 - Receita de Contrato com Cliente.

Para o reconhecimento da receita, a BB Seguridade utiliza o conceito de um modelo de cinco etapas para determinar quando reconhecer a receita: (i) identificação do contrato; (ii) identificação das obrigações de desempenho; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação e (v) reconhecimento da receita.

As receitas de comissões são reconhecidas quando (ou à medida que) a entidade satisfizer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. As receitas de comissões são provenientes dos segmentos de seguros de pessoas, ramos elementares, planos de previdência, capitalização e de saúde. Essas receitas são reconhecidas ao longo do tempo (produtos com vigência definida), em que a obrigação de desempenho é diluída de forma linear ao longo da vigência do produto/seguro, ou em momento específico (produtos mensais), em que a obrigação de desempenho ocorre mensalmente, conforme as características dos produtos.

Em casos de devolução de Prêmios aos segurados, a corretora restitui à seguradora a comissão (seguros anuais) recebida na proporção do valor devolvido ou não recebido pela seguradora em função do período restante da apólice.

Para os seguros cujo fim da vigência não é objetivamente definido (seguros mensais), o pagamento mensal das contraprestações é determinante para a continuidade da vigência das apólices, não cabendo, em geral, devolução de comissões.

Para o acompanhamento e controle das comissões de corretagem, a BB Seguridade utiliza o sistema ERP (Enterprise Resource Planning), que possui módulo específico para as corretagens, denominado Motor de Cálculo. Tal módulo tem como objetivo receber de forma padronizada todas as informações necessárias das empresas investidas e do Banco do Brasil, permitindo automatizar as análises quantitativas e qualitativas dos processos de operações de vendas e operações de contas a receber dos produtos de seguridade, possibilitando maior controle e conciliação dos valores de corretagem, além de permitir a contabilização de forma automática. Os produtos da Brasilcap, Brasilprev, Brasildental e Mapfre Seguros Gerais já estão implantados nessa ferramenta. A conclusão dos produtos da Brasilseg está prevista para o ano de 2021.

a.3) Receitas e despesas financeiras - As receitas e despesas financeiras de instrumentos financeiros decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam atualização monetária e/ou juros, assim como os valores referentes à atualização a valor justo, são reconhecidas no resultado do exercício de acordo com o regime de competência, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

No caso dos instrumentos avaliados a valor justo por meio do resultado (conforme alínea c.3 a seguir), a determinação do valor justo é efetuada conforme descrito na alínea c.4.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em fundo de curto prazo, aplicações em operações compromissadas, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados em função do modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixas dos instrumentos de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

Os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: (i) instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; (ii) instrumento financeiro mensurado ao custo amortizado e; (iii) instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os principais instrumentos financeiros da BB Seguridade e suas controladas são títulos e valores mobiliários custodiados principalmente no Banco do Brasil (fundos de investimentos de curto e longo prazo, letras financeiras e operações compromissadas). No exercício de reporte a BB Seguridade não fez uso de instrumentos financeiros derivativos.

O BB Seguridade, por meio da BB Seguros, possui participações em empresas seguradoras, para as quais não é aplicado o CPC 48. Quando há divergência na prática contábil nos investimentos em participações societárias, faz-se necessário ajustar as práticas contábeis para uniformização. Porém, a Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 12/2017 do CPC permitiu, em função de isenção para as seguradoras, que a Companhia aplique o referido pronunciamento técnico sem necessidade de uniformização em relação às estas investidas (até 1º de janeiro de 2023).

c.1) Custo Amortizado - São ativos financeiros mantidos pela BB Seguridade (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

As letras financeiras são reconhecidas como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As atualizações e juros desses ativos são reconhecidos no resultado do exercício em receita ou despesa financeira, dependendo do resultado obtido.

c.2) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - São ativos financeiros mantidos pela BB Seguridade (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para o exercício de reporte a BB Seguridade não possuía ativos financeiros classificados nessa categoria.

c.3) Valor Justo por meio do Resultado (VJR) - São classificados nessa categoria os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os fundos de investimentos e operações compromissadas são reconhecidas como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c.4) Determinação do Valor Justo - Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data da mensuração.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado cotado ou na cotação do preço de balcão (preço de venda para posições compradas ou preço de compra para posições vendidas), sem nenhuma dedução de custo de transação.

Nas situações em que não existe um preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, o seu valor justo é estimado com base em métodos de avaliação comumente utilizados nos mercados financeiros, adequados às características específicas do instrumento e que capturam os diversos riscos aos quais está exposto. Métodos de valoração incluem: o método do fluxo de caixa descontado, comparação a instrumentos financeiros semelhantes para os quais existe um mercado com preços observáveis, modelo de precificação de opções, modelos de crédito e outros modelos de valoração conhecidos.

Os modelos internos de precificação podem envolver algum nível de estimativa e julgamento da Administração cuja intensidade dependerá, entre outros fatores, da complexidade do instrumento financeiro.

c.5) Passivos financeiros - Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de que sua liquidação seja efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal. Passivos financeiros incluem dívidas emitidas de curto e de longo prazo que são inicialmente mensurados ao valor justo, que é o valor recebido líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado.

d) Baixa de Ativos Financeiros e de Passivos Financeiros

d.1) Ativos financeiros - Um ativo financeiro é baixado quando: (i) os direitos contratuais relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem; (ii) transferir para terceiros a maioria dos riscos e benefícios associados ao ativo; ou (iii) quando o controle sobre o ativo é transferido, mesmo tendo retido parte dos riscos e benefícios associados à sua detenção.

Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e como passivos, quando apropriado. Se o controle sobre o ativo é retido, continua-se a reconhecê-lo na extensão do seu envolvimento contínuo, que é determinado pela extensão em que ele permanece exposto a mudanças no valor do ativo transferido.

d.2) Passivos financeiros - Um passivo financeiro é baixado quando a respectiva obrigação é eliminada, cancelada ou prescrita. Se um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

e) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Financeiros - Imparidade

Para a redução ao valor recuperável de ativos financeiros (imparidade), o CPC 48 - Instrumentos Financeiros considera as perdas de crédito esperadas, que são uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito (ou seja, valor presente de todos os déficits de caixa) ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O déficit de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a entidade espera receber. Como as perdas de crédito esperadas consideram o valor e a época dos pagamentos, a perda de crédito ocorre mesmo se a entidade espera ser paga integralmente, mas depois do vencimento estipulado pelo contrato.

Para a redução ao valor recuperável das comissões a receber foi utilizado a abordagem simplificada permitida pelo CPC 48 para recebíveis comerciais em que o reconhecimento das perdas de crédito esperadas segue o modelo para a vida inteira do instrumento.

Anualmente ou sempre que houver indicação de que o ativo financeiro possa estar desvalorizado, é avaliado, na BB Seguridade, se há alguma evidência objetiva de redução ao valor recuperável de seus ativos financeiros, de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

No exercício não houve perdas por desvalorização dos ativos financeiros da BB Seguridade.

f) Mudança de Participação Societária em Subsidiárias

As alterações na participação societária em uma subsidiária que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais, ou seja, transações com proprietários em sua condição de proprietários. Consequentemente, nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

Nessas circunstâncias, os valores contábeis das participações controladoras e não controladoras serão ajustados para refletir as mudanças em suas participações relativas na subsidiária. Qualquer diferença entre o valor pelo qual são ajustadas as participações não controladoras e o valor justo da contrapartida, paga ou recebida, será reconhecida diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da controladora.

g) Ágio e Outros Ativos Intangíveis

O ágio gerado na aquisição de investimentos em participações societárias é contabilizado considerando a avaliação ao valor justo dos ativos identificáveis e dos passivos assumidos da adquirida na data-base da aquisição e, em conformidade com as normas aplicáveis, não é amortizado. No entanto, ele é testado, no mínimo anualmente, para fins de redução ao valor recuperável. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

Os ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do ágio quando são separáveis ou surgem de direitos contratuais ou outros direitos legais, o seu valor justo pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos futuros esperados sejam transferidos para a BB Seguridade. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios é o seu valor justo na data de aquisição. Os ativos intangíveis adquiridos independentemente são inicialmente mensurados ao custo.

A vida útil dos ativos intangíveis é considerada definida ou indefinida. Ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados ao longo de sua vida econômica. São registrados inicialmente ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis de vida útil indefinida são registrados ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável.

O período e método de amortização de um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo anualmente. Alterações na vida útil esperada ou proporção de uso esperado dos benefícios futuros incorporados ao ativo são reconhecidas via alteração do período ou método de amortização, quando apropriado, e tratados como alterações em estimativas contábeis.

Os custos incorridos relacionados com a aquisição, produção e desenvolvimento de softwares são capitalizados e registrados como ativos intangíveis. Gastos realizados na fase de pesquisa são registrados em despesa.

A despesa de amortização de ativos intangíveis com vida útil definida e as perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado do período na linha "Outras" da Demonstração do Resultado.

h) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros - Imparidade

Anualmente ou sempre que houver indicação de que o ativo possa estar desvalorizado, avalia-se, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se houver essa indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável do ativo é o maior entre o seu valor justo menos os custos para vendê-lo ou o seu valor em uso.

Independentemente de haver qualquer indicação de redução no valor recuperável, é efetuado, anualmente, o teste de imparidade de um ativo intangível de vida útil indefinida, incluindo o ágio adquirido em uma combinação de negócios, ou de um ativo intangível ainda não disponível para o uso. Esse teste pode ser realizado em qualquer época durante um período anual, desde que seja realizado na mesma época a cada ano.

Na hipótese de o valor recuperável do ativo ser menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio do registro de uma perda por imparidade, cuja contrapartida é reconhecida no resultado do período em que ocorrer, em outras despesas/receitas operacionais.

Avalia-se ainda, anualmente, se há qualquer indicação de que uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida em exercícios anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, pode não mais existir ou pode ter diminuído. Se houver essa indicação, o valor recuperável desse ativo é estimado. A reversão de uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo será reconhecida imediatamente no resultado do exercício, como retificadora do saldo de outras despesas/receitas operacionais.

No exercício não houve perdas por desvalorização dos investimentos da BB Seguridade.

i) Investimentos em Participações Societárias

De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento é mensurado inicialmente ao custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da parte do investidor nas alterações dos ativos líquidos da investida. Além disso, deve constar no resultado do exércicio do investidor a parcela que lhe couber nos resultados gerados pela investida, conforme CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

Nas situações em que as investidas utilizam práticas contábeis diferentes em eventos e transações de mesma natureza em circunstâncias semelhantes, efetua-se os ajustes necessários para adequar as demonstrações contábeis das investidas às práticas contábeis adotadas pela investidora.

j) Provisões, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As provisões relativas aos processos judiciais e/ou administrativos são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, com base na análise de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisadas mensalmente de forma individualizada, assim considerados os processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a análise de assessores jurídicos, considerando o valor indenizatório pretendido.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

As obrigações legais fiscais são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento e têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

k) Impostos Sobre os Lucros

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	31.12.2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) (1)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	9%
Contribuição ao PIS/Pasep	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)	7,60%
Contribuição ao PIS/Pasep (2)	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) (2)	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) (3)	Até 5%

(1) Incluiu alíquota básica (15%) e adicional (10%)

(2) Alíquota incidente sobre aplicações financeiras.

(3) Aplicada apenas à BB Corretora.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, e estão suportadas por estudo de capacidade de realização.

(l) Divulgação por Segmentos

O CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS 8) requer a divulgação de informações financeiras de segmentos operacionais da entidade tendo como base as divulgações internas que são utilizadas pela Administração para alocar recursos e para avaliar a sua performance financeira e econômica.

m) Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos

As companhias brasileiras podem atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre o seu capital próprio. O valor dos juros sobre o capital próprio é considerado como um dividendo e, quando aplicável, apresentado nessas demonstrações contábeis consolidadas como uma redução direta no patrimônio líquido.

De acordo com a política de dividendos, a BB Seguridade distribui aos acionistas como dividendo obrigatório parcela correspondente a, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado com as deduções e acréscimos previstos no art. 202 da Lei 6.404/76, que são reconhecidos como um passivo e deduzidos do patrimônio líquido quando da destinação do resultado do período.

No exercício reportado não houve pagamento de juros sobre capital próprio.

n) Lucro por Ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 - Resultado por Ação - aprovado pela Deliberação CVM n° 636/2010. O lucro por ação da BB Seguridade foi calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias totais, excluídas as ações em tesouraria. A BB Seguridade não tem instrumentos de opções, bônus de subscrição ou seus equivalentes que deem ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro básico e o diluído por ação, são equivalentes.

(o) Arrendamento Mercantil

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos arrendamentos mercantis são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

A BB Seguridade e suas controladas não possuem operações de arrendamento mercantil, porém possuem participações em empresas seguradoras, para as quais a Superintendência de Seguros Privados (Susep) ainda não aprovou a adoção da nova norma.

Quando há divergência na prática contábil adotada pela investida em relação às empresas participadas, faz-se necessário procedimentos de ajustes para fins de uniformização. Considerando as atuais operações de arrendamento mercantil das participadas, foram realizados os devidos ajustes nos investimentos para uniformização das práticas.

Existem operações de arrendamento mercantil nas investidas indiretas Aliança do Brasil Seguros e BrasilSeg Companhia de Seguros, que adotam as práticas contábeis definidas pela Susep. No entanto, a BB Mapfre Participações S.A., controladora direta daquelas companhias, adota as práticas contábeis adotadas no Brasil em suas informações contábeis, capturando em suas informações financeiras os ajustes necessários para uniformização das práticas contábeis.

Existem também operações de arrendamento mercantil nas investidas diretas Brasilprev e Brasilcap, por esse motivo em 31.12.2020 foram efetuados ajustes no resultado da BB Seguridade Consolidado para uniformização de prática contábil adotada pela investida Brasilprev Seguros e Previdência S.A. no valor de R$ 2.421 mil e pela Brasilcap Capitalização S.A. no valor de R$ 75 mil.

P) Melhorias às IFRS e Pronunciamentos Recentemente Emitidos

Melhorias às IFRS são emendas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e compreendem alterações nas regras de reconhecimento, mensuração e evidenciação relacionadas a diversas IFRS. Apresentamos um resumo de algumas emendas, bem como das interpretações e pronunciamentos recentemente emitidos pelo IASB e CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que entrarão em vigor após este exercício:

IFRS 17 - Contratos de Seguros - Em maio 2017, o IASB emitiu a IFRS 17, em substituição à IFRS 4 - Contratos de Seguros, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração e evidenciação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. O objetivo da IFRS 17 é garantir que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm na posição financeira da entidade, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

Em março de 2020, por meio da Emenda à IFRS 17, o IASB decidiu que a data efetiva da norma será adiada para os exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. Decidiu também estender a isenção atualmente em vigor para algumas seguradoras em relação à aplicação dos Instrumentos Financeiros da IFRS 9 para permitir implementar a IFRS 9 e a IFRS 17 ao mesmo tempo.

Até a presente data o CPC não emitiu norma equivalente.

As empresas seguradoras investidas da BB Seguridade cujas operações se enquadram no escopo de aplicação da nova norma, ainda estão em fase de adaptação à aplicação da nova norma.

5 - GERENCIAMENTO DE RISCOS

O gerenciamento de riscos na BB Seguridade segue as diretrizes estabelecidas em sua Política de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade, aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado por meio do website de Relações com Investidores (RI).

Por entender que a exposição a riscos do Grupo também se origina de suas participações, a Política de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade contempla duas dimensões para o gerenciamento de seus riscos: gestão de riscos (riscos provenientes da operação da BB Seguridade e suas controladas) e governança de riscos (riscos advindos da participação nas sociedades investidas).

Por meio de sua Declaração de Apetite a Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração, o Grupo define os níveis máximos de riscos que aceita incorrer para o cumprimento de seus objetivos.

O processo de gerenciamento de riscos da BB Seguridade é composto pelas etapas de estabelecimento de contexto, identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento, comunicação e consulta dos riscos e aprimoramento contínuo. Esse processo está documentado internamente por meio do Modelo de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade do Grupo.

A Superintendência de Riscos e Controles é responsável por fornecer fundamentos e suporte à execução do processo de gerenciamento de riscos, controles internos e conformidade, à BB Seguridade e suas controladas, além da realização da governança de riscos nas demais sociedades em que detém participações. Para que isso funcione adequadamente, a área é segregada das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

Como resposta à pandemia de Covid-19, a gestão de riscos foi aprimorada ao longo do exercício, buscando uma visão mais prospectiva e integrada à estratégia corporativa. O acompanhamento mais próximo, com testes de sensibilidade e simulações de impactos com cenários adversos, permitiu um monitoramento sistemático dos efeitos da pandemia, contingenciando impactos e reduzindo os efeitos no atingimento dos objetivos estratégicos. Temas regulatórios de abrangência geral, como a Lei Geral de Proteção de Dados, e aqueles próprios do segmento em que o Grupo e suas investidas atuam, como Relacionamento com Clientes e Prevenção à Lavagem de Dinheiro, ganharam ênfase e impulsionaram a necessidade de maior sinergia entre o Planejamento Estratégico e a Gestão de Riscos, favorecendo a sustentabilidade empresarial.

a) Gestão de Riscos na BB Seguridade e suas sociedades controladas

A gestão de riscos da BB Seguridade, conforme definido em sua Política de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade, segue um modelo estruturado em três linhas: na primeira linha, os gestores dos processos (proprietários dos riscos) são responsáveis por implementar ações preventivas e corretivas que mitigam as fragilidades identificadas nos processos e deficiências em controles; na segunda linha, a Superintendência de Riscos e Controles auxilia e monitora o proprietário do risco no gerenciamento dos riscos e controles de forma a adequá-los ao apetite a riscos do Grupo; e na terceira linha, a Auditoria Interna atua com independência, fornecendo aos órgãos de governança avaliações sobre a eficácia do gerenciamento de riscos e dos controles internos.

Os mecanismos e instrumentos para o gerenciamento de riscos contemplam ainda, entre outros aspectos: segregação de funções; decisões colegiadas; Política de Segurança da Informação; Política de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e à Corrupção; Código de Ética e Conduta; e um Programa de Integridade alinhado à Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e ao Decreto 8.420/2015 (documentos divulgados internamente e também a mercado por meio do website de RI); normatizações internas de gerenciamento de riscos, controles internos e conformidade; e programa de comunicação interna a respeito do gerenciamento de riscos, controles internos e conformidade, promovendo de forma contínua o aculturamento de todo o Grupo nesses temas.

A Diretoria Colegiada conta com o Comitê de Finanças e Investimentos para assessoramento em questões relativas à gestão e ao controle dos riscos de investimentos em ativos financeiros do Grupo e de suas controladas.

Compõe ainda a estrutura de governança da BB Seguridade o Comitê de Auditoria, órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, a quem compete, dentre outras atribuições, avaliar e monitorar as exposições a riscos do Grupo.

Informações relacionadas à gestão de riscos são reportadas periodicamente à Diretoria Colegiada e ao Conselho de Administração (discutidas no Comitê de Auditoria) e também levadas ao conhecimento do Conselho Fiscal.

a.1) Riscos associados aos investimentos em ativos financeiros

O Grupo possui Política de Investimentos Financeiros, aprovada pelo Conselho de Administração e aplicável a todas as companhias do Grupo, na qual estão estabelecidos os critérios referentes à natureza, ao prazo e aos riscos aceitáveis para alocação em ativos financeiros. A política vigente permite a aplicação de recursos apenas em ativos de renda fixa e, no caso de aquisição direta de títulos privados, a contraparte deve possuir no mínimo classificação de rating "grau de investimento", emitida por pelo menos uma das seguintes agências: Moody's, Standard & Poor's e Fitch Ratings. Além disso são definidos limites de concentração por contraparte e rating. As operações com ativos que resultem em risco de moeda estrangeira, risco de renda variável ou alavancagem são vedadas, assim como a negociação de instrumentos derivativos, exceto via Fundos de Investimento de Renda Fixa.

Os investimentos em ativos financeiros da BB Seguridade e suas controladas, classificados como equivalentes de caixa, estão concentrados em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais e em títulos privados junto ao Banco do Brasil (Nota 15). Os demais investimentos em ativos classificados como instrumentos financeiros estão aplicados em fundo de investimento de longo prazo e em letras financeiras (Nota 16).

a.2) Risco de mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de impactos negativos decorrentes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos financeiros detidos pelo Grupo. Na BB Seguridade e suas controladas, a exposição a esse risco origina-se da carteira de investimentos em ativos financeiros.

A gestão do risco de mercado é executada com base na Política de Investimentos Financeiros, que define os ativos que podem ou não compor os investimentos em ativos financeiros e o limite de VaR (Value at Risk), calculado para horizonte de 21 dias úteis, com a volatilidade da carteira estimada por meio do modelo de média móvel exponencial (EWMA) e nível de confiança de 95%. O indicador é monitorado pelo Comitê de Finanças e Investimentos e pela Diretoria Colegiada.

Exposição ao risco de mercado nos investimentos em ativos financeiros

R$ mil

	Impacto na carteira							
	Controlador				Consolidado			
	31.12.2020	%	31.12.2019	%	31.12.2020	%	31.12.2019	%
Value at Risk (VaR)	--	0,00	--	0,00	4	0,00	26	0,00

A carteira do grupo é composta, quase em sua totalidade (mais de 99,99% em 31.12.2020), por instrumentos financeiros com taxa de remuneração pós-fixada atrelada à Selic ou DI. Ao longo de 2020 observou-se oscilações de mercado provocadas pela pandemia de Covid-19, todavia sem impactos significativos no VaR apurado em dezembro, principalmente em virtude da redução de exposições em ativos de prazos longos.

Análise de sensibilidade aos fatores de risco de mercado

Em 31 de dezembro de 2020, assim como observado no fechamento dos trimestres anteriores, os Contratos de Futuro de DI1 (Futuro de Taxa Média de Depósitos Interfinanceiros de Um Dia), presentes em fundo de investimentos de renda fixa, permanecem como os únicos instrumentos derivativos detidos pelo Grupo. A exposição da BB Seguridade e suas controladas aos fatores de risco de mercado origina-se de seus ativos financeiros que são constituídos, quase que em sua totalidade, por instrumentos pós-fixados. Com base nos estudos realizados, não há exposição relevante a fatores de risco de mercado.

a.3) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido pelo Grupo como a possibilidade de impactos negativos associados ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte. Na BB Seguridade e suas controladas, a exposição a esse risco origina-se da carteira de investimentos em ativos financeiros, que possui em sua composição títulos emitidos por contrapartes privadas.

Sobre o risco de crédito proveniente do pagamento de corretagem dos produtos comercializados pela BB Corretora, considera-se devidamente mitigado, em função da natureza da operação do Grupo e pelo fato de tais valores serem recebidos por meio do Banco do Brasil e repassados diretamente à BB Corretora.

Exposição ao risco de crédito nos investimentos em ativos financeiros

R$ mil

Ativos Financeiros [1]	Controlador				Consolidado			
	31.12.2020	%	31.12.2019	%	**31.12.2020**	%	31.12.2019	%
Títulos Públicos Federais [2]	208.469	100	4.231.193	100	2.192.597	82,97	7.662.234	91,62
TítulosPrivaos [3]	--	--	2	0,00	449.960	17,03	700.401	8,38
Outros [4]	--	--	-- -	--	0	0	(6)	(0)
Total [5]	**208.469**	100	**4.231.195**	**100**	**2.642.557**	**100**	**8.362.629**	**100**

(1) Não inclui os valores referentes ao fundo Brasil Aceleradora de Startups. Valor total do fundo é de R$ 3.948 mil em 31.12.2020 (R$ 3.413 mil em 31.12.2019)
(2) Inclui operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.
(3) Para o controlador, os títulos privados concentram-se em letras financeiras, cujo emissor tem rating nacional equivalente a AA+.
(4) Inclui caixa, equivalentes de caixa, valores a pagar e a receber de fundos de investimentos.
(5) Redução do volume total de ativos motivada pela redução de capital da Companhia, abordado na Nota Explicativa 21 a, e pelo aporte de capital na Brasilprev, abordado na Nota 28.

R$ mil

Títulos privados - Rating [1]	**Consolidado**									
	31.12.2020					31.12.2019				
	Debêntures	LF	FIDC	Outros [2]	**Total**	Debêntures	LF	FIDC	Outros [2]	**Total**
AAA	70	18	--	5	93	27.767	17.294	--	1.616	**46.677**
AA+ / AA / AA-	51	449.787	--	5	**449.843**	18.684	623.120	--	3.795	**645.599**
A+ / A / A-	2	--	--	1	**3**	1.055	--	--	--	**1.055**
BBB+ / BBB / BBB-	--	--	--	2	**2**	347	--	--	--	**347**
BB+ / BB / BB-	--	--	--	1	1	96	--	--	--	**96**
B+ / B / B- [3]	2	--	--	--	2	--	--	--	--	**--**
CCC+ / CCC / CCC- / CC / C	--	--	--	--	--	--	--	--	--	**--**
D	--	--	--	--	--	276	--	--	--	**276**
Sem Rating	10	4	2	--	**16**	1.635	1.258	3.458	--	**6.351**
Total	135	**449.809**	**2**	**14**	**449.960**	**49.860**	**641.672**	3.458	**5.411**	**700.401**

(1) A Standard & Poor's foi utilizada como base para conversão dos ratings das demais agências, todos apresentados em escala nacional.
(2) Inclui DPGEs, Letras Hipotecárias, CDBs e Notas Promissórias.
(3) Não estão inclusos parte do valor investido em debêntures da Oi S. A., presentes em fundos de investimentos, pois existe valor provisionado pelos fundos devido a recuperação judicial da empresa. Valor provisionado total é de R$ 1 mil em 31.12.2020 (R$ 402 mil em 31.12.2019).

A redução da exposição a contrapartes privadas reflete resgate de fundo de investimento e não reaplicação das LFs com vencimento do trimestre, restando a concentração na segunda faixa de rating, representada pelas letras financeiras mantidas diretamente pela Companhia.

a.4) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é definido pelo Grupo como a possibilidade de impactos negativos devido à falta de recursos para honrar seus compromissos financeiros no vencimento.

A BB Seguridade e suas controladas mantém ativos com alto grau de conversibilidade em espécie compatível com a necessidade de cobertura de passivos e outras destinações previstas para o curto prazo. Os parâmetros utilizados são definidos pela Política de Investimentos Financeiros, pela Política de Gestão de Capital e pelo Plano de Capital.

O Plano de Capital, elaborado para um horizonte mínimo de três anos, apresenta os fluxos financeiros projetados da atividade operacional, como a remuneração recebida de comissões, de participações acionárias, os gastos inerentes à atividade do Grupo e os decorrentes de movimentos estratégicos, como a alocação de recursos em participações acionárias, investimentos estratégicos, desinvestimentos e alienações e considera a manutenção de margem de liquidez visando o equilíbrio financeiro em caso de eventos não previsíveis.

Os principais passivos da BB Seguridade e suas controladas são despesas administrativas, pagamentos de tributos e pagamentos de dividendos, conforme apresentado a seguir.

R$ mil

Risco de Liquidez		Controlador			
		31.12.2020		31.12.2019	
	Nota	Até 1 ano	Mais de 1 ano	**Até 1 ano**	Mais de 1 ano
ATIVOS					
Caixa e Equivalentes de Caixa [1]	[15]	208.893	--	4.231.195	--
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[16]	--	3.948	--	3.413
Dividendos/JCP a Receber	[17]	1.060.279	--	1.961.491	--
PASSIVOS					
Obrigações Societárias e Estatutárias [1]	[21]	948.493	--	6.490.643	--
Passivos por impostos correntes	[12]	81	--	1.713	--
Outros passivos	[24]	8.603	--	8.238	--

(1) Redução de tais valores ao longo de 2020 é explicada na Nota Explicativa 21 a R$ mil

Risco de Liquidez		Consolidado			
		31.12.2020		31.12.2019	
	Nota	Até 1 ano	Mais de 1 ano	**Até 1 ano**	Mais de 1 ano
ATIVOS					
Caixa e Equivalentes de Caixa [1]	[15]	2.195.445	--	7.381.292	--
Ativos financeiros mensurado ao custo amortizado	[16]	245.101	204.449	286.301	238.305
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[16]	--	4.986	--	460.147
Comissões a receber	[18]	1.173.988	643.090	996.720	343.595
PASSIVOS					
Obrigações Societárias e Estatutárias [1]	[21]	948.493	--	6.490.643	--
Passivos por impostos correntes	[12]	682.950	--	656.871	--
Comissões a apropriar	[23]	1.127.358	1.417.250	993.057	1.226.955
Outros passivos	[24]	88.091	--	64.643	--

(1) Redução de tais valores ao longo de 2020 é explicada na Nota Explicativa 21 a

b) Governança de riscos aplicada às sociedades coligadas

As sociedades investidas da BB Seguridade possuem estruturas próprias de gerenciamento de riscos compatíveis com a natureza e complexidade de seus negócios, sendo que as reguladas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) atendem aos requisitos definidos pelo regulador, estabelecidos na Circular Susep n°521/2015. A partir dos resultados dos trabalhos executados pelas participadas, a BB Seguridade monitora e avalia continuamente os níveis de exposição a riscos atuando, via governança, para garantir a adoção das melhores práticas de gestão de riscos em suas investidas.

b.1) Liquidez, solvência e gestão do capital

Na gestão de capital das sociedades investidas supervisionadas pela Susep, o principal indicador utilizado é o Capital Mínimo Requerido (CMR), que representa o capital total que uma companhia deve manter, a qualquer tempo, para operar, e visa garantir os riscos inerentes às suas operações, conforme regulamentado pela Resolução CNSP n° 321/2015 e alterações posteriores.

O CMR é composto por parcelas referentes aos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado e a suficiência de capital é medida utilizando-se o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da entidade, que deve ser igual ou superior ao CMR calculado.

A Resolução CNSP n° 321/2015 e alterações posteriores estabelece, também, modelos para cálculo de provisões técnicas além de exigir ativos líquidos adicionais para manutenção da liquidez da Companhia.

Para a Brasildental, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) estabelece regras para constituição de provisões técnicas e critérios de manutenção de PLA e Margem de Solvência (MS) de acordo com a Resolução Normativa 451/2020.

Em 31 de dezembro de 2020, todas as sociedades investidas nas quais a BB Seguridade detém participações e que estão sujeitas a requerimento de capital regulatório apresentavam suficiência de liquidez, de capital e solvência, em conformidade com a legislação vigente aplicável.

Ao longo do segundo semestre de 2020 o índice IGP-M sofreu aceleração e manteve-se em patamares elevados, fato que, concomitantemente com o fechamento da curva de longo prazo deste indexador (ETTJ - Estrutura a Termo da Taxa de Juros em IGP-M), resultou na elevação do passivo dos planos tradicionais da Brasilprev atrelados a este índice, sem a respectiva valorização proporcional dos ativos de cobertura. Essa combinação de fatores resultou em elevação do CMR nas parcelas associadas aos riscos de subscrição e de mercado e impactou diretamente o resultado do Teste de Adequação do Passivo (TAP), promovendo redução do PLA da referida investida, em especial na parcela composta pelos chamados "ajustes associados a variações econômicas", presentes no Art. 64, da resolução CNSP n° 321/2015.

Assim, de forma a garantir os níveis de margem de solvência da Brasilprev e se antecipar a possíveis movimentos desfavoráveis de variáveis econômicas com potencial para impactá-la, em 30 de dezembro de 2020 foi aprovado aporte de capital na empresa, no valor total de R$1,2 bilhão (cabendo à BB Seguridade, por meio de sua controlada BB Seguros Participações S.A., o montante de R$ 899,94 milhões).

Diante desse cenário, a Brasilprev imediatamente adotou medidas para reforçar a gestão e o monitoramento das variáveis que impactam seu requerimento regulatório de capital (CMR) e patrimônio para fins de solvência regulatória (PLA) e está promovendo melhorias, destacadamente, em aspectos de projeções, periodicidade de estudos e governança da gestão de capital. A BB Seguridade avalia que a volatilidade relacionada aos fatores que motivaram a decisão do aporte de capital ainda pode gerar impactos nos resultados da Brasilprev e na sua margem de solvência regulatória, com reflexos na sua capacidade de distribuição de dividendos. Durante o exercício de 2021 será intensificada a gestão de capital por meio de novos estudos de sensibilidade, teste de stress e elaboração de novos cenários adversos.

c) Impacto da Covid-19 na Companhia e suas investidas

c.1) Impactos na continuidade de negócios

O Grupo BB Seguridade continua contando com o Grupo Coordenador de Continuidade (GCC), que faz reuniões periódicas para buscar alternativas aos mais diversos cenários e impactos advindos desses, buscando garantir a continuidade da Companhia em situações de crise. Após adotada a estratégia de home office, a atuação do GCC permanece, de forma a garantir a continuidade dos processos e atividades da companhia, em especial no que se refere à disponibilidade de sistemas, ferramentas e conectividade.

Por buscar especialmente a preservação da saúde de todos os funcionários, a Companhia continua adotando o regime de home office, embora já tenha elaborado um Plano de Retorno ao Escritório (PRE), com objetivo de garantir um ambiente de trabalho seguro e tranquilo para os funcionários quando do retorno às atividades presenciais.

Ressalta-se que o modelo de trabalho segue sem registro de falhas atípicas ou deficiências em sistemas, processos ou controles do Grupo.

Em relação aos serviços contratados pela BB Seguridade, conforme monitoramento, não foi detectada nenhuma descontinuidade associada a contratos vigentes que possa impactar os negócios da Companhia. Os principais impactos sofridos em decorrência da pandemia foram percebidos nas operações das centrais de atendimento das companhias Brasilprev, Brasilseg e Brasilcap, essencialmente no início da pandemia. As causas principais foram a necessidade de ajustar a dinâmica de trabalho e implantar o modelo de home office e teletrabalho para os atendentes.

c.2) Impactos nas demonstrações contábeis

A capacidade da Administração para a realização do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis das empresas do Grupo BB Seguridade (BB Seguridade, BB Seguros e BB Corretora) não foi afetada. O andamento das atividades está ocorrendo de acordo com o cronograma previsto para as publicações e com normalidade da execução de todos os processos.

O recebimento dos balancetes de dezembro das empresas investidas da BB Seguros e BB Corretora, que são insumos para o fechamento dos balancetes e elaboração das DFs das empresas do Grupo BB Seguridade, transcorreram dentro dos prazos mensais regulares, sem qualquer atraso.

Do mesmo modo, o fechamento dos balancetes das empresas do Grupo BB Seguridade transcorreu dentro dos prazos mensais regulares.

Ressalte-se que os processos, especificamente da Superintendência de Contabilidade, estão contemplados em planos de Gestão da Continuidade de Negócios e Crises (modelo seguido pelo controlador Banco do Brasil), sendo grande parte deles considerados críticos, e que, portanto, são testados semestralmente para o enfrentamento de crises.

Até o momento, não tivemos impactos relacionados à produção dos diversos insumos gerados pelas áreas internas da companhia ou das empresas investidas, não obstante a adoção do trabalho remoto pelos colaboradores por meio de ferramenta específica (Virtual Private Network) ou acessando remotamente os computadores da sede da empresa. Adicionalmente, não houve impacto no ERP ou demais sistemas utilizados.

Portanto, considerando as informações aqui expostas e considerando ainda a experiência bem-sucedida da divulgação dos resultados ao longo de 2020, não há indícios, até o momento, de que ocorrerão problemas com as demonstrações contábeis, ou qualquer outra prática contábil, até o final da crise promovida pela pandemia.

c.3) Capacidade de enfrentamento da crise

O Plano específico de enfrentamento à Covid-19 foi executado no decorrer do segundo trimestre de 2020. Sob os pilares de foco extremo, processo decisório ágil e comunicação tempestiva, foram executadas mais de 30 iniciativas com o envolvimento de praticamente toda a empresa.

Não foram feitas alterações no quadro de funcionários, entretanto, a atual estrutura organizacional foi aprimorada para dar maior ênfase às iniciativas digitais, visando capturar oportunidades trazidas pela aceleração da migração do comportamento dos consumidores para ambientes online.

Além disso, nossos colaboradores continuam em regime de trabalho remoto. Para os casos excepcionais, está autorizada a ida aos escritórios de Brasília (DF) e São Paulo (SP), ambos devidamente sinalizados e com disposição de estações de trabalho que respeitam as regras mais exigentes de distanciamento social e higiene.

Por fim, mesmo em um ambiente de elevada incerteza, revisamos o planejamento estratégico para o ciclo 2021-2025, considerando os desafios iminentes do nosso mercado de atuação e os impactos da pandemia. O foco permanece em atrair novos clientes, fortalecer nossa posição competitiva e explorar novos mercados.

c.4) Impactos em capital regulatório

No quesito de capital, destaca-se que não há exigência mínima de capital definida por órgãos reguladores para as empresas do Grupo. Já para as participadas, em que é exigido capital mínimo, verifica-se a existência de capital adicional, apresentando situação confortável em relação ao capital regulatório. Nas participadas reguladas pela Susep, além do capital regulatório, também mantém capital adicional em consonância com apetite a riscos definido por seus Conselhos de Administração.

A Resolução CNSP nº 321 e alterações posteriores estabelece critérios para o estabelecimento de planos de regularização de solvência e liquidez em casos de desenquadramentos regulatórios, estabelecendo prazos para readequação. Importante destacar que as empresas participadas, conforme diretrizes definidas pelo Grupo, não têm apetite a riscos para desenquadramento de capital regulatório, mesmo que por período curto de tempo, envidando os melhores esforços para impedir que tal situação aconteça, de forma a garantir as melhores práticas bem como a quitação de seus compromissos futuros.

A volatilidade das curvas de juros futuros promove volatilidade também no capital regulatório das companhias, pois os valores de mercado dos ativos influenciam o PLA, independente da classificação contábil dos títulos mantidos em carteira, bem como influenciam os valores dos passivos atrelados a índices de mercado específicos.

Os ajustes econômicos no PLA, dentre outros ajustes, para efeito regulatório, ocorrem apenas semestralmente, o que impacta o capital no fechamento do exercício, porém as companhias acompanham tais variações com periodicidade menor, justamente para gerir possíveis reduções no PLA no final do exercício, que foram decorrentes das variações de mercado ao longo dos meses.

A Brasilprev, que possui ativos e passivos atrelados ao IGP-M teve impacto significativo decorrente principalmente do aumento desse indicador ao longo do segundo semestre, o que foi identificado pela Companhia e culminou no reforço de capital realizado no último dia útil do ano, para evitar qualquer desenquadramento de capital regulatório. Importante destacar que o aporte de capital foi suficiente para garantir a manutenção do nível de capital adicional ao regulatório no fechamento do exercício de 2020, de acordo com o mínimo estabelecido no apetite a riscos da Companhia.

De forma prudencial, visando manter a solvência dentro dos limites estabelecidos para o apetite a riscos, a Brasilcap adotou postura conservadora em relação ao payout de 2020, e estabeleceu mudanças em sua gestão de riscos fortalecendo a visão prospectiva e a maior integração entre a estratégia corporativa e o gerenciamento de riscos. A medida adotada de forma prudencial não comprometeu a distribuição de 70% do lucro líquido de 2020 da BB Seguridade sob a forma de dividendos, anunciado por meio de fato relevante divulgado em 30.12.2020, e possibilitará melhor aproveitamento de oportunidades de rentabilização da carteira de ativos financeiros ao longo de 2021.

Em relação à Brasilseg, além de vários aprimoramentos na gestão de riscos e de capital, houve revisão do buffer de solvência para melhor suportar as volatilidades de mercado.

Considerando as incertezas que persistem num contexto de pandemia, as coligadas ou controladas em conjunto estão constantemente revisando seus modelos de projeção de capital e testes de estresse, para realizar a melhor gestão em busca da manutenção do capital regulatório, não existindo até o momento expectativa de desenquadramento regulatório até o final de 2021.

c.5) Expectativa de impactos futuros

Ainda que com todas as incertezas, a característica da formação de resultado da BB Seguridade, baseada principalmente em receitas diferidas e rentabilidade sobre as reservas, contribui para a redução na volatilidade do lucro líquido da Companhia. Conforme verificado no exercício de 2020, apesar de não ser imune aos efeitos da crise, o resultado projetado para a BB Seguridade não teve variação relevante em relação às estimativas realizadas antes da pandemia.

Mesmo em um cenário mais adverso, assumindo a persistência da situação de pandemia ao longo de 2021, não foram identificados indícios de fatores que levem a quaisquer necessidades de constituição de provisões adicionais ou que comprometam a estrutura de capital e liquidez das empresas do conglomerado.

O índice de payout das companhias do Grupo precisou ser reduzido devido ao reforço de capital na Brasilprev, porém a política de dividendos e práticas de distribuição de resultados continuam sendo consideradas adequadas.

Considera-se que fatores positivos das características da operação do Grupo como: a baixa sensibilidade dos seguros rurais aos efeitos causados pela pandemia, o conservadorismo adotado na alocação dos ativos financeiros das empresas do conglomerado e a ausência de endividamento, colaboram para que os impactos da pandemia nos negócios da BB Seguridade não sejam tão severos como em outras empresas/indústrias.

6 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento foram elaboradas de acordo com os critérios utilizados pela Administração na avaliação do desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimentos e outros fins, considerando-se o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços.

As operações do Grupo BB Seguridade estão divididas basicamente em dois segmentos: i) seguridade (negócios de risco e acumulação), que contempla operações de seguros (e resseguros, até 23.07.2019), previdência aberta, capitalização e assistência odontológica; e ii) corretagem (negócios de distribuição).

a) Segmento Seguridade

Nesse segmento são registrados os resultados oriundos da oferta de produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial, rural, riscos especiais e financeiros, transportes, cascos, habitacional e pessoas, planos de previdência complementar, planos odontológicos e planos de capitalização.

O resultado desse segmento provém, principalmente, das receitas com prêmios de seguros (e resseguros, até 23.07.2019), contribuições de planos de previdência, contribuições de planos odontológicos, títulos de capitalização, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com sinistros.

O registro contábil desses resultados é efetuado por meio de equivalência patrimonial dos investimentos em participações societárias. Na nota explicativa 7 - Investimento em participações societárias consta a descrição dos Investimentos em Participações Societárias, por Segmento / Ramo de Atuação.

b) Segmento Corretagem

Nesse segmento são registrados os resultados oriundos das receitas com corretagem e a administração, realização, promoção e viabilização de negócios de seguros dos ramos elementares, vida e capitalização, planos de previdência aberta, planos odontológicos e seguro saúde. Compreende os valores da BB Corretora e sua investida Ciclic.

c) Demonstração do Resultado por Segmento

R$ mil

	Exercício/2020			
	Seguridade	Corretagem	Eliminações intersegmentos	Total
Receitas Operacionais	**5.729.788**	**3.235.365**	**(3.833.384)**	**5.131.769**
Resultado de investimentos em participações societárias	5.729.788	(15.914)	(3.833.384)	1.880.490
Receitas de comissões líquida	--	3.251.279	--	3.251.279
Custo dos Serviços Prestados	--	(176.868)	--	(176.868)
Resultado Bruto	5.729.788	**3.058.497**	**(3.833.384)**	**4.954.901**
Outras Receitas e Despesas	**(57.667)**	**(115.742)**	**--**	**(173.411)**
Despesas com pessoal	(21.319)	(42.574)	--	(63.893)
Despesas administrativas diversas	(6.441)	(62.983)	--	(69.424)
Despesas tributárias	(9.796)	(2.762)	--	(12.559)
Outras	(20.111)	(7.423)	--	(27.535)
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras	5.672.121	**2.942.755**	**(3.833.384)**	**4.781.490**
Resultado Financeiro	61.897	**49.252**	**--**	**111.150**
Receitas financeiras	94.622	58.024	(13.990)	138.657
Despesas financeiras	(32.725)	(8.772)	13.990	(27.507)

Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**5.734.018**	**2.992.007**	**(3.833.384)**	**4.892.640**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(18.968)	(1.022.900)	--	(1.041.869)
Lucro Líquido do Exercício	**5.715.050**	**1.969.107**	**(3.833.384)**	**3.850.771**

R$ mil

	Exercício/2019			
	Seguridade	Corretagem	Eliminações intersegmentos	Total
Receitas Operacionais	**8.907.623**	3.051.957	(6.569.590)	5.389.990
Resultado de investimentos em participações societárias	8.907.623	(14.274)	(6.569.590)	2.323.759
Receitas de comissões líquida	--	3.066.231	--	3.066.231
Custo dos Serviços Prestados	--	(185.706)	--	(185.706)
Resultado Bruto	8.907.623	2.866.251	(6.569.590)	5.204.284
Outras Receitas e Despesas	**3.472.554**	(75.903)	--	3.396.651
Despesas com pessoal	(21.106)	(37.332)	--	(58.438)
Despesas administrativas diversas	(13.543)	(27.796)	--	(41.339)
Despesas tributárias	(19.454)	(5.171)	--	(24.625)
Outras	3.526.654	(5.601)	--	3.521.053
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras	12.380.177	2.790.348	(6.569.590)	8.600.935
Resultado Financeiro	211.244	101.625	--	312.869
Receitas financeiras	242.382	109.932	(8.792)	343.522
Despesas financeiras	(31.138)	(8.307)	8.792	(30.653)
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**12.591.420**	2.891.974	(6.569.590)	8.913.804
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.275.649)	(979.374)	--	(2.255.023)
Lucro Líquido do Exercício	**11.315.772**	1.912.599	(6.569.590)	6.658.781

Em 23.07.2019 a BB Seguros alienou a totalidade das ações detidas no IRB-Brasil Resseguros S.A., gerando um impacto em Outras Receitas de R$ 3.519.736 mil. A alienação proporcionou um ganho no lucro líquido de R$ 2.320.460 mil no exercício de 2019.

d) Balanço por Segmento

R$ mil

	31.12.2020			
	Seguridade	Corretagem	Eliminações intersegmentos	Total
Ativo circulante	1.378.679	3.307.742	(1.067.540)	3.618.881
Ativo não circulante	12.161.502	1.098.937	(5.979.024)	7.281.415
Total do Ativo	**13.540.181**	4.406.679	(7.046.564)	10.900.296
Passivo circulante	996.377	2.931.761	(1.074.836)	2.853.303
Passivo não circulante	229.378	1.428.010	--	1.657.388
Patrimônio líquido	12.314.426	46.908	(5.971.728)	6.389.605
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**13.540.181**	4.406.679	(7.046.564)	10.900.296

R$ mil

	31.12.2019			
	Seguridade	Corretagem	Eliminações intersegmentos	Total
Ativo circulante	7.904.964	2.736.976	(1.975.570)	8.666.370
Ativo não circulante	10.464.289	1.274.191	(5.478.303)	6.260.177
Total do Ativo	**18.369.253**	4.011.167	(7.453.873)	14.926.547
Passivo circulante	7.460.057	2.731.240	(1.975.570)	8.215.728
Passivo não circulante	229.047	1.233.019		1.462.065
Patrimônio líquido	10.680.149	46.908	(5.478.303)	5.248.754
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**18.369.253**	4.011.167	(7.453.873)	14.926.547

7 - INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) Descrição dos Investimentos em Participações Societárias, por segmento de negócio / ramo de atuação

Segmento	Ramo de atuação	Empresa	Descrição	Prática Contábil	% de participação 31.12.2020	
				Original	ON	Total
Seguridade		BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros)	Holding de sociedades seguradoras, de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e sociedades que operam planos de assistência à saúde.	BRGAAP	100,00	100,00
	Seguros - Vida, habitacional, rural e patrimonial	BB Mapfre Participações S.A. (BB Mapfre)	Holding de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola.	BRGAAP	49,99	74,99
		Brasilseg Companhia de Seguros S.A. (Brasilseg)	Atuação no segmento de riscos de pessoas, seguros rurais e seguro habitacional.	SUSEPGAAP	49,99	74,99
		Aliança do Brasil Seguros S.A. (Aliança do Brasil)	Atuação no segmento de seguros de danos.	SUSEPGAAP	49,99	74,99
	Capitalização	Brasilcap Capitalização S.A. (Brasilcap)	Comercializa planos de capitalização, bem como outros produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização.	SUSEPGAAP	49,99	66,66
	Previdência Privada	Brasilprev Seguros e Previdência S.A. (Brasilprev)	Comercializa seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de aposentadoria e benefícios complementares.	SUSEPGAAP	49,99	74,99
	Saúde	Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Brasildental)	Comercializa de planos odontológicos.	ANSGAAP	49,99	74,99
Corretagem		BB Corretora de Seguros e Adm. de Bens S.A. (BB Corretora)	Corretagem de seguros dos ramos elementares, vida e saúde, títulos de capitalização, planos de previdência complementar aberta e a administração de bens.	BRGAAP	100,00	100,00
		Ciclic Corretora de Seguros S.A. (Ciclic)	Corretagem de produtos de previdência privada, seguros viagem e assistência residencial no canal digital.	BRGAAP	49,99	74,99

As empresas investidas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e não há indicativo de descontinuidade operacional.

Os investimentos em participações societárias nas companhias BB Seguros Participações S.A. e BB Corretora de Seguros e Administração de Bens S.A. são avaliados como investimentos em controladas.

Os investimentos em participações societárias nas companhias BB Mapfre Participações S.A., Brasilprev Seguros e Previdência S.A., Brasilcap Capitalização S.A., Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. e Ciclic Corretora de Seguros S.A. são avaliados como investimentos em "coligadas" ou "controladas em conjunto".

Os investimentos em participações societárias, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, não possuem ações regularmente negociadas em bolsas de valores. Nenhum dos investimentos em participações societárias, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, apresentou restrições significativas para a transferência de recursos na forma de dividendos em caixa ou de restituição de empréstimos ou adiantamentos nos períodos apresentados.

b) Participações Societárias avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial

R$ mil

	Controlador		
	BB Seguros	BB Corretora	Total
Saldo em 31.12.2020			
Capital Social	4.210.872	36.211	--
Patrimônio Líquido	5.924.821	46.908	--
Saldo em 31.12.2019			
Capital Social	4.210.872	36.211	--
Patrimônio Líquido	5.431.395	46.908	--

Movimentação dos Investimentos no exercício de 2020			
Saldo Contábil 31.12.2019	5.431.395	**46.908**	5.478.303
Dividendos/JCP	(1.355.284)	(1.969.105)	**(3.324.389)**
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(15.569)	--	(15.569)
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.864.279	1.969.105	3.833.384
Saldo Contábil 31.12.2020	5.924.821	46.908	5.971.729

Resultado de Equivalência Patrimonial			
Exercício/2020	1.864.279	1.969.105	3.833.384
Exercício/2019	4.656.991	**1.912.599**	**6.569.590**

R$ mil

	Consolidado						
	BB Mapfre	Brasilprev	IRB	Brasilcap	Brasildental	Ciclic	Total
Saldo em 31.12.2020							
Capital Social	1.469.848	1.418.669	--	231.264	9.500	61.133	--
Patrimônio Líquido	2.294.376	4.328.467	--	539.537	20.775	19.311	--
Saldo em 31.12.2019							
Capital Social	1.469.848	1.402.269	--	231.264	9.500	26.999	--
Patrimônio Líquido	2.047.097	3.284.200	--	481.823	17.174	6.398	--
Movimentação dos Investimentos no exercício de 2020							
Saldo Contábil 31.12.2019	2.028.605	2.440.155	--	431.932	12.880	4.798	4.918.370
Dividendos/JCP	(858.035)	(687.810)	--	(63.639)	(15.000)	--	(1.624.484)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(11.399)	(424)	--	(3.746)	--	--	(15.569)
Outros Eventos	--	899.939	--	--	--	25.599	925.538
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.086.543	686.379	--	105.780	17.702	(15.914)	1.880.490
Saldo Contábil 31.12.2020	2.245.714	3.338.239	--	470.327	15.582	14.483	6.084.345
Resultado de Equivalência Patrimonial							
Exercício/2020	1.086.543	686.379	--	105.780	17.702	(15.914)	1.880.490
Exercício/2019	1.072.991	1.064.501	118.791	67.265	14.485	**(14.274)**	**2.323.759**

Os Patrimônios líquidos, em 31.12.2020 e de 31.12.2019, anteriormente mencionados, não foram ajustados pelos percentuais de participação societária detido pela BB Seguridade.

Em 23.07.2019 a BB Seguros alienou a totalidade das ações detidas no IRB-Brasil Resseguros S.A., conforme Nota Explicativa 2.a.

O saldo contábil, em 31.12.2020, do investimento na BB Mapfre de R$ 2.245.714 mil, inclui intangível de vida útil definida no montante líquido de amortizações de R$ 186.157 mil em 31.12.2020 (R$ 199.895 mil em 31.12.2019), sendo o valor da amortização de R$ 13.738 mil no exercício de 2020 (R$ 13.369 mil no exercício 2019) e intangível de vida útil indefinida no montante de R$ 339.004 mil oriundo do acordo de parceria com a Mapfre.

O saldo contábil, em 31.12.2020, do investimento na Brasilprev de R$ 3.338.239 mil, inclui R$ 2.421 mil de ajustes para fins de uniformização de divergência de prática contábil adotada pela investida.

Em 30 de dezembro de 2020, foi aprovado um aumento de capital social no montante de R$ 1.199.999 mil na Brasilprev. O aumento de capital foi totalmente subscrito pelos sócios em dezembro de 2020, mantendo-se a mesma estrutura de composição acionária entre os acionistas. A BB Seguros integralizou o capital em 30 de dezembro de 2020, no montante de R$ 899.939 mil. A Principal Financial Group, sócia da BB Seguros no investimento, integralizou R$ 150.030 mil na mesma data e R$ 150.030 mil em 07 de janeiro de 2021.

O reforço de capital foi necessário para a manutenção da suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado da Brasilprev frente ao capital mínimo requerido (requisito regulatório), impactada a partir de outubro de 2020, em função do comportamento da carteira de planos tradicionais.

Dentre os fatores que provocaram o referido impacto, destacam-se o crescimento do passivo dos planos tradicionais indexados ao IGP-M, em função da forte aceleração do indexador em 2020 e do fechamento da ETTJ (Estrutura a Termo da Taxa de Juros) em IGP-M, com impacto na apuração do capital, da adequação de passivo e do Patrimônio Líquido Ajustado; e a mudança na interpretação da Susep sobre a classificação dos planos tradicionais para efeito de compensação de resultados no Teste de Adequação do Passivo.

O saldo contábil, em 31.12.2020, do investimento na Brasilcap de R$ 470.327 mil e R$ 431.932 mil em 31.12.2019, inclui o ágio de R$ 110.749 mil, na aquisição de participação societária da empresa Sulacap pela BB Seguros, ocorrida em 22.07.2011 e R$ 75 mil de ajustes para fins de uniformização de divergência de prática contábil adotada pela investida em 31.12.2020.

Em Outros Eventos, o saldo de R$ 899.939 mil refere-se ao aporte de capital social da BB Seguros referente a participação na Brasilprev e R$ 25.599 mil refere-se ao aporte de capital social da BB Corretora referente a participação societária na Ciclic.

Não houve necessidade de ajustes para fins de uniformização de práticas contábeis adotadas pela investida Brasildental, tendo em vista não ter existido nenhum efeito causado por eventual diferença de prática ao longo do exercício.

A BB Mapfre adota BRGAAP em suas informações contábeis. Portanto, efetua os ajustes necessários para uniformização das práticas adotadas pelas suas controladas, Brasilseg e Aliança do Brasil, que adotam as normas contábeis definidas pela SUSEP (SUSEPGAAP).

Foram recebidos dos investimentos em participações societárias, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, R$ 4.239.591 mil de dividendos (R$ 5.549.643 mil no exercício de 2019) pelo Controlador e R$ 1.573.182 mil de dividendos (R$ 2.044.221 mil em 31.12.2019) e R$ 51.302 mil de JCP (R$ 65.856 mil no exercício de 2019) pelo Consolidado.

c) Informações financeiras resumidas dos Investimentos em Participações Societárias

Os valores apresentados abaixo se referem às demonstrações contábeis das investidas elaboradas de acordo com as suas respectivas práticas contábeis, conforme descrito no item "a" acima.

c.1) BB Mapfre Participações

Informações de Resultado

R$ mil

Segmento	Seguridade					
Ramo de atuação	Seguros - Vida, habitacional, rural e patrimonial					
	Exercício/2020			Exercício/2019		
	Aliança do Brasil	Brasilseg	BB Mapfre	Aliança do Brasil	Brasilseg	BB Mapfre
Receitas líquidas das operações/prêmios	130.761	**2.361.065**	**--**	127.675	**2.282.351**	**--**
Seguros	615.153	8.325.642	--	590.466	7.554.731	--
Resseguros	44.552	7.976	--	15.639	348.288	--
Custos/despesas	(528.944)	(5.972.553)	--	(478.430)	(5.620.668)	--
Resultado financeiro	**10.715**	**248.659**	**2.274**	**24.736**	**328.733**	**3.389**
Receitas de juros	9.604	152.463	--	14.933	125.105	--
Outras receitas financeiras	17.159	190.487	2.288	31.214	367.896	3.390
Despesas de juros	(4.349)	(17.052)	--	(12.572)	(66.303)	--
Outras despesas financeiras	(11.699)	(77.239)	(14)	(8.839)	(97.965)	(1)
Resultado patrimonial	**--**	**2.040**	**1.468.583**	**15**	**875**	**1.457.153**
Outras receitas/despesas patrimoniais	--	2.040	1.468.583	15	875	1.457.153
Outras receitas e despesas	**(63.448)**	**(684.071)**	**(4.045)**	**(56.960)**	**(633.587)**	**(3.449)**
Outras despesas	(63.448)	(684.071)	(4.045)	(56.960)	(633.587)	(3.449)
Resultado operacional	78.028	**1.927.693**	**1.466.812**	**95.466**	**1.978.372**	**1.457.093**
Ganhos/perdas com ativos não correntes	(242)	14	--	(1.151)	(4.592)	--
Resultado antes dos impostos	77.786	**1.927.707**	**1.466.812**	**94.315**	**1.973.780**	**1.457.093**
Impostos	(29.891)	(485.653)	425	(36.902)	(562.156)	14
Participações nos lucros	(1.094)	(20.274)	--	(398)	(19.923)	--
Lucro líquido do exercício	**46.801**	**1.421.780**	**1.467.237**	**57.015**	**1.391.701**	**1.457.107**
Resultado abrangente total	46.801	**1.421.780**	**1.467.237**	**57.015**	**1.391.701**	**1.457.107**
Atribuível à BB Seguridade	35.096	**1.066.193**	**1.100.281**	**42.756**	**1.043.637**	**1.092.685**
Diferença de prática contábil (1)	--	--	--	--	--	(6.325)
Outros ajustes (2)	--	--	(13.738)	--	--	(13.369)
Resultado de equivalência	35.096	**1.066.193**	**1.086.543**	**--**	--	1.072.991

(1) Ajustes para fins de uniformização de prática contábil em virtude do CPC 06 (R2) - Arrendamentos.
(2) Amortização do intangível oriundo do acordo de parceria com a Mapfre.

Informações Patrimoniais

R$ mil

Segmento	Seguridade					
Ramo de atuação	Seguros - Vida, habitacional, rural e patrimonial					
	31.12.2020			31.12.2019		
	Aliança do Brasil	Brasilseg	BB Mapfre	Aliança do Brasil	Brasilseg	BB Mapfre
Ativo circulante	696.068	**7.014.657**	**91.167**	**554.758**	7.872.919	90.901
Caixa e equivalentes de caixa	3.500	6.040	--	13.338	1.593	--
Aplicações	344.980	2.960.674	89.872	273.528	4.515.917	90.127
Outros ativos circulantes	347.588	4.047.943	1.295	267.892	3.355.409	774
Ativo não circulante	155.666	**8.906.115**	**2.203.448**	**287.128**	5.569.901	1.956.397
Aplicações	70.370	3.784.285	--	191.698	2.133.503	--
Outros ativos não circulantes	85.296	5.121.830	2.203.448	95.430	3.436.398	1.956.397
Passivo circulante	523.812	**8.549.722**	**239**	**490.038**	7.153.319	201
Passivos financeiros	24.407	250.282	239	23.065	369.447	201
Provisões técnicas	402.270	5.464.185	--	406.726	4.915.991	--
Outros passivos circulantes	97.135	2.835.255	--	60.247	1.867.881	--
Passivo não circulante	149.379	**5.642.957**	**--**	**159.433**	4.890.661	--
Passivos financeiros	--	522	--	4	10.619	--
Provisões técnicas	133.739	4.983.788	--	142.684	4.218.119	--
Outros passivos não circulantes	15.640	658.647	--	16.745	661.923	--
Patrimônio líquido	178.543	**1.728.093**	**2.294.376**	**192.415**	1.398.840	2.047.097
Atribuível à BB Seguridade	133.889	**1.295.897**	1.720.553	144.292	1.048.990	1.535.118
Amortização do intangível [1]	--	--	525.161	--	--	538.899
Diferença de prática contábil [2]	--	--	--	--	--	(45.412)
Saldo do investimento	133.889	**1.295.897**	2.245.714	144.292	1.048.990	2.028.605

(1) Inclui no valor contábil do investimento da BB Mapfre, intangível de vida útil definida, no montante líquido de amortizações de R$ 186.157 mil em 31.12.2020 (R$ 199.895 mil em 31.12.2019) e intangível de vida útil indefinida no montante de R$ 339.004 mil oriundo do acordo de parceria com a Mapfre.
(2) Ajustes para fins de uniformização de prática contábil em virtude do CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

c.2) Brasilprev, IRB, Brasilcap, Brasildental, BB Corretora e Ciclic

Informações de Resultado

R$ mil

Segmento	Seguridade			Corretagem	
Ramo de atuação	Previdência Privada	Capitalização	Saúde	Corretagem	Corretagem
Exercício/2020	Brasilprev	Brasilcap	Brasildental	BB Corretora	Ciclic
Receitas líquidas das operações/prêmios	2.357.279	(898)	70.813	3.074.411	4.382
Previdência	2.357.279	--	--	--	--
Capitalização	--	690.264	--	--	--
Assistência à saúde	--	--	70.813	--	--
Corretagem	--	--	--	3.251.279	5.166
Custos/despesas	--	(691.161)	--	(176.868)	(784)
Resultado financeiro	(278.561)	**239.061**	**(536)**	**49.252**	**(344)**
Receitas de juros	4.517.529	630.578	--	58.024	--
Outras receitas financeiras	4.973.066	124.894	765	--	216
Despesas de juros	(1.695.581)	(423.051)	--	(8.456)	(9)
Outras despesas financeiras	(8.073.575)	(93.360)	(1.301)	(316)	(552)
Resultado patrimonial	(42.495)	(862)	**(39)**	**(646)**	**(480)**
Depreciação e amortização	(42.495)	(862)	(39)	(646)	(480)
Outras receitas e despesas	(577.432)	**28.226**	**(3.587)**	**(131.012)**	**(24.766)**
Outras receitas	16.367	29.079	23	--	--
Outras despesas	(593.799)	(853)	(3.610)	(131.012)	(24.766)
Resultado operacional	1.458.791	265.527	**36.294**	**2.992.005**	**(21.208)**
Ganhos/perdas com ativos não correntes	**(1.501)**	**12**	**--**	**--**	**--**
Resultado antes dos impostos	1.457.290	**265.539**	**36.294**	**2.992.005**	**(21.208)**
Impostos	(537.168)	(101.144)	(12.326)	(1.022.900)	--
Participações nos lucros	(8.118)	(5.595)	(366)	--	--
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	912.004	**158.801**	23.602	**1.969.105**	**(21.208)**
Outros resultados abrangentes	(566)	**46.327**	**--**	--	**--**
Resultado abrangente total	911.438	**205.128**	**23.602**	**1.969.105**	**(21.208)**
Atribuível à BB Seguridade	683.958	**105.855**	**17.702**	**1.969.105**	**(15.905)**
Diferença de prática contábil [1]	2.421	(75)	--	--	**--**
Outros ajustes [2]	--	--	--	--	(9)
Resultado de equivalência	686.379	**105.780**	**17.702**	**1.969.105**	**(15.914)**

(1) Ajustes para fins de uniformização de prática contábil em virtude do CPC 06 (R2) - Arrendamentos.
(2) Resultado de períodos anteriores.

R$ mil

Segmento	Seguridade				Corretagem	
Ramo de atuação	Previdência Privada	Resseguro	Capitalização	Saúde	Corretagem	Corretagem
Exercício/2019	Brasilprev	IRB Brasil	Brasilcap	Brasildental	BB Corretora	Ciclic
Receitas líquidas das operações/prêmios	2.355.139	598.287	(32.099)	40.630	2.880.525	6.497
Resseguros	--	2.756.763	--	--	--	--
Previdência	2.355.139	--	--	--	--	--
Capitalização	--	--	687.607	--	--	--
Assistência à saúde	--	--	--	64.955	--	--
Corretagem	--	--	--	--	3.066.231	7.455
Custos/despesas	--	(2.158.476)	(719.706)	(24.325)	(185.706)	(958)
Resultado financeiro	653.296	**315.637**	**192.787**	**429**	**101.625**	**914**
Receitas de juros	2.139.273	957.840	870.973	--	109.933	1.079
Outras receitas financeiras	18.427.074	144.738	62.177	2.023	--	38
Despesas de juros	(356.677)	(673.442)	(474.322)	**--**	(8.048)	(7)
Outras despesas financeiras	(19.556.374)	(113.499)	(266.041)	(1.594)	(260)	(196)
Resultado patrimonial	(36.737)	**149.375**	**(1.090)**	**(21)**	**(529)**	**(26.257)**
Depreciação e amortização	(36.737)	(159)	(1.090)	(21)	(529)	(316)
Outras receitas/despesas	--	149.534	--	--	--	(25.941)
Outras receitas e despesas	**(686.261)**	**(217.999)**	**9.844**	**(11.338)**	**(89.647)**	**--**
Outras receitas	20.938	--	12.090	70	--	--
Outras despesas	(707.199)	(217.999)	(2.246)	(11.408)	(89.647)	--
Resultado operacional	2.285.437	**845.300**	**169.442**	**29.700**	**2.891.974**	**(18.846)**
Ganhos/perdas com ativos não correntes	**(9.073)**	**27**	**37**	**--**	**--**	**--**

Resultado antes dos impostos	2.276.364	**845.327**	**169.479**	**29.700**	**2.891.974**	**(18.846)**
Impostos	(844.815)	(106.476)	(63.231)	(10.043)	(979.375)	--
Participações nos lucros	(12.120)	--	(5.341)	(343)	--	--
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.419.429	**738.851**	100.907	**19.314**	**1.912.599**	**(18.846)**
Outros resultados abrangentes	1.861	**--**	51.947		**--**	--
Resultado abrangente total	1.421.290	**738.851**	152.854	**19.314**	**1.912.599**	**(18.846)**
Atribuível à BB Seguridade	1.064.501	112.533	67.265	14.485	1.912.599	**(14.134)**
Ajustes (1)	--	6.258	--	--	--	(140)
Resultado de equivalência	1.064.501	118.791	**67.265**	14.485	1.912.599	**(14.274)**

(1) Resultado de exercícios anteriores.

Informações Patrimoniais

R$ mil

Segmento	Seguridade			Corretagem	
Ramo de atuação	Previdência Privada	Capitalização	Saúde	Corretagem	Corretagem
31.12.2020	Brasilprev	Brasilcap	Brasildental	BB Corretora	Ciclic
Ativo circulante	**299.893.358**	**5.952.543**	**45.380**	**3.324.087**	**26.125**
Caixa e equivalentes de caixa	14.201	413	2.108	1.887.215	158
Aplicações	298.891.327	5.929.382	37.126	245.101	17.602
Comissões a receber	--	--	--	1.173.988	2.919
Outros ativos circulantes	987.830	22.748	6.146	17.783	5.446
Ativo não circulante	**13.261.289**	**3.958.005**	**1.775**	**1.082.592**	**1.676**
Aplicações	12.246.283	2.800.346	--	205.487	--
Comissões a receber	--	--	--	643.090	--
Outros ativos não circulantes	1.015.006	**1.157.658**	1.775	234.015	1.676
Passivo circulante	**35.083.159**	**8.351.928**	**23.083**	**2.931.761**	**8.489**
Passivos financeiros	266.586	526	--	--	964
Provisões técnicas	34.486.024	8.261.132	14.295	--	3.839
Dividendos a pagar	--	1.814	--	1.060.278	--
Comissões a apropriar	--	--	--	1.127.358	
Outros passivos circulantes	330.549	88.457	8.788	744.125	3.686
Passivo não circulante	**273.743.021**	**1.019.084**	**3.296**	**1.428.010**	**--**
Provisões técnicas	273.724.242	--	--	--	--
Comissões a apropriar	--	--	--	1.417.250	--
Outros passivos não circulantes	18.779	1.019.084	3.296	10.760	--
Patrimônio líquido	**4.328.467**	**539.536**	**20.776**	**46.908**	**19.311**
Atribuível à BB Seguridade	3.246.134	359.653	15.582	46.908	14.483
Diferença de prática contábil (1)	2.421	(75)	--	--	--
Ajustes (2)	89.684	110.749	--	--	--
Saldo do investimento	3.338.239	470.327	15.582	46.908	14.483

(1) Ajustes para fins de uniformização de prática contábil em virtude do CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

(2) Inclui na Brasilprev o valor de R$ 112.515 mil referente ao valor proporcional à participação da BB Seguros no capital social integralizado pela Principal Financial Group em janeiro de 2021 e redução de R$ 22.831 mil de resultado não realizado. Na Brasilcap, inclui o ágio na aquisição de participação societária da empresa Sulacap pela BB Seguros, ocorrida em 22/07/2011.

R$

Segmento	Seguridade			Corretagem	
Ramo de atuação	Previdência Privada	Capitalização	Saúde	Corretagem	Corretagem
31.12.2019	Brasilprev	Brasilcap	Brasildental	BB Corretora	Ciclic
Ativo circulante	**281.444.183**	**5.237.584**	**42.702**	**2.753.321**	**10.507**
Caixa e equivalentes de caixa	3.907	14	2.238	1.453.569	403
Aplicações	280.742.356	5.196.596	32.144	286.301	5.332
Comissões a receber	--	--	--	996.720	2.697
Outros ativos circulantes	697.920	40.974	8.320	16.731	2.075
Ativo não circulante	**13.712.760**	**4.813.453**	**1.125**	**1.257.846**	**1.452**
Aplicações	11.711.696	3.543.968	--	695.039	--
Comissões a receber	--	--	--	343.595	**--**
Outros ativos não circulantes	2.001.064	1.269.485	1.125	219.212	1.452
Passivo circulante	**33.335.319**	**8.423.711**	**24.263**	**2.731.240**	**5.562**
Passivos financeiros	676.381	--	**--**	--	2.109
Provisões técnicas	32.441.394	8.342.007	15.827	--	2.993
Dividendos a pagar	--	1.724	--	1.031.794	--
Comissões a apropriar	--	--	--	993.057	--
Outros passivos circulantes	217.544	79.980	8.436	706.389	460
Passivo não circulante	**258.537.424**	**1.145.502**	**2.391**	**1.233.019**	**--**
Provisões técnicas	257.369.919	--	--	--	--
Comissões a apropriar	--	--	--	1.226.955	--
Outros passivos não circulantes	1.167.505	1.145.502	2.391	6.064	--
Patrimônio líquido	**3.284.200**	481.823	**17.173**	**46.908**	**6.398**
Atribuível à BB Seguridade	2.462.986	321.183	12.880	46.908	4.798
Ajustes (1)	(22.831)	110.749	--	--	--
Saldo do investimento	2.440.155	431.932	12.880	46.908	4.798

(1) Inclui na Brasilprev de resultado não realizado. Na Brasilcap, inclui o ágio na aquisição de participação societária da empresa Sulacap pela BB Seguros, ocorrida em 22/07/2011.

8 - RECEITAS DE COMISSÕES

R$ mil

	Consolidado	
	Exercício/2020	Exercício/2019
Receitas de comissões brutas	3.676.972	3.474.987
BB Mapfre	2.659.958	2.407.981
Brasilprev	489.694	517.023
Mapfre Seguros Gerais (1)	144.349	163.221
Brasilcap	374.304	377.844
Outras empresas	8.667	8.918
Deduções da Receita de comissões	(425.693)	(408.756)
PIS	(60.633)	(57.304)
Cofins	(279.280)	(263.944)

ISS	(85.780)	(87.508)
Receitas de comissões líquida	**3.251.279**	3.066.231

(1) Apesar da venda da participação, os produtos da Mapfre continuam sendo comercializados pela BB Corretora no âmbito do acordo operacional de Auto e Grandes Riscos.

Não há saldo de receitas de comissões no controlador.

No modelo de parceria celebrado entre a BB Seguros e o Grupo Mapfre, está previsto o pagamento de remuneração adicional pela Brasilseg Companhia de Seguros S.A. à BB Corretora vinculada à superação da meta de crescimento de vendas em alguns produtos específicos, obedecendo ao disposto no 2º Aditamento ao Acordo Operacional para Atuação no Segmento de Seguros e seus anexos ("Acordo Operacional" ou "Acordo") do qual Aliança do Brasil e BB Corretora são signatárias desde 30.11.2018.

9 - CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

R$ mil

	Consolidado	
	Exercício/2020	Exercício/2019
Custo administrativo de produtos	(88.852)	(83.575)
Custo suporte operacional	(68.764)	(75.463)
Custo processamento de dados	(19.252)	(19.298)
Custo Gerência de Investimentos [1]	--	(7.370)
Total	(176.868)	**(185.706)**

(1) No exercício de 2019 houve ressarcimento de custos referentes ao assessoramento para comercialização dos produtos de seguridade (este serviço de assessoramento foi descontinuado em 2020).

Não há custos de serviços prestados no Controlador.

10 - DESPESAS COM PESSOAL

R$ mil

	Controlador		Consolidado	
	Exercício/2020	Exercício/2019	Exercício/2020	Exercício/2019
Proventos	(6.128)	(5.978)	(36.328)	(33.282)
Encargos sociais	(3.109)	(2.971)	(17.325)	(16.173)
Honorários	(1.300)	(943)	(3.853)	(3.858)
Benefícios	(930)	(745)	(5.517)	(4.147)
Capacitação	(135)	(175)	(870)	(978)
Total	**(11.602)**	(10.812)	(63.893)	(58.438)

11 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COM VENDAS

R$ mil

	Controlador		Consolidado	
	Exercício/2020	Exercício/2019	Exercício/2020	Exercício/2019
Doação e Patrocínio [1]	--	--	(40.400)	(13.774)
Promoção de vendas	--	--	(9.323)	(3.113)
Processamento de dados	(1.061)	(772)	(6.700)	(3.517)
Aluguéis e taxa condominial	(925)	(927)	(4.459)	(4.496)
Serviços técnicos especializados [2]	(311)	(217)	(2.665)	(9.548)
Viagens a serviço	(273)	(266)	(1.521)	(1.621)
Gastos com comunicação	(127)	(91)	(778)	(553)
Publicações	(51)	(40)	(415)	(337)
Serviços contratados de terceiros	(25)	(28)		(164)
				(157)
Promoções e relações públicas	(29)	(40)		(148)
				(257)
Outras	(294)	(186)		(2.851)
				(3.966)
Total	(3.096)	(2.567)	(69.424)	(41.339)

(1) No exercício de 2020 (Consolidado) inclui o montante de R$ 40.000 mil referente às doações efetuadas via Fundação Banco do Brasil, com objetivo de conter os efeitos da pandemia de coronavírus.

(2) No exercício de 2019 (Consolidado) incluí as comissões de assessoramento na alienação das ações detidas no IRB-Brasil Resseguros S.A., conforme Nota Explicativa 2.a.

12 - TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CS

R$ mil

	Controlador		Consolidado	
	Exercício/2020	Exercício/2019	Exercício/2020	Exercício/2019
Valores Correntes	**(9.071)**	(45.385)	(1.044.162)	(2.258.705)
IR e CS	(9.071)	(45.385)	(1.044.162)	(2.258.705)
Valores Diferidos	45	34	2.293	3.682
Passivo Fiscal Diferido	--	--	--	1.887
Diferenças intertemporais	--	--	--	1.887
Ativo Fiscal Diferido	45	34	2.293	1.795
Diferenças intertemporais	45	34	2.293	1.795
Total	(9.026)	(45.351)	(1.041.869)	(2.255.023)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CS

R$ mil

	Controlador		Consolidado	
	Exercício/2020	Exercício/2019	Exercício/2020	Exercício/2019
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**3.859.797**	6.704.132	4.892.640	8.913.804
a) Encargo total do IR (25%) e da CS (9%)	(1.312.331)	(2.279.405)	(1.663.498)	(3.030.693)
Efeito no Cálculo dos Tributos:				
b) Receitas não tributáveis - resultado de investimentos em participações societárias (34%)	1.303.351	2.233.661	639.367	790.078
c) Despesas não dedutíveis/demais receitas não tributáveis (34%)	(46)	393	(17.738)	(14.408)
Imposto de Renda e Contribuição Social (a+b+c)	(9.026)	(45.351)	(1.041.869)	(2.255.023)

c) Despesas Tributárias

R$ mil

	Controlador		Consolidado	
	Exercício/2020	Exercício/2019	Exercício/2020	Exercício/2019
Sobre Receitas Financeiras e Outras				
Cofins	(3.039)	(7.821)	(10.467)	(20.712)
PIS/Pasep	(523)	(1.318)	(1.939)	(3.727)
IOF	(24)	(33)	(24)	(55)
Outras	(59)	(64)	(129)	(131)
Total	(3.645)	(9.236)	(12.559)	(24.625)

d) Ativos por Impostos Correntes
R$ mil

	Controlador		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	**31.12.2019**
Impostos a compensar	54.136	45.598	70.494	61.956
IRRF a deduzir	31.037	13.102	70.639	40.112
(-) Impostos correntes deduzidos/compensados	(18)	(3.168)	(26.357)	(30.179)
Total (1)	**85.155**	55.532	114.776	71.889

(1) Os saldos em 31.12.2020 e 31.12.2019 (controlador e consolidado) referem-se principalmente à IRRF de anos anteriores não compensados/deduzidos.

e) Ativos por Impostos Diferidos (Créditos Tributários)
R$ mil

	Controlador			
	31.12.2020	Constituição	Baixa	31.12.2019
Diferenças Temporárias				
Prejuízo fiscal/Base negativa	1.227	--	(2.713)	3.940
Provisões passivas	78	44	--	34
Total dos Créditos Tributários Ativados	1.305	44	(2.713)	3.974
Imposto de renda	961	32	(2.019)	2.948
Contribuição social	344	12	(694)	1.026

R$ mil

	Consolidado			
	31.12.2020	Constituição	Baixa	31.12.2019
Diferenças Temporárias				
Prejuízo fiscal/Base negativa	1.227	--	(2.713)	3.940
Provisões passivas	13.354	5.786	(3.493)	11.061
Amortização de ágio	3.053	--	--	3.053
Total dos Créditos Tributários Ativados	17.634	5.786	(6.206)	18.054
Imposto de renda	13.775	4.254	(4.586)	14.107
Contribuição social	3.859	1.532	(1.620)	3.947

f) Expectativa de Realização
R$ mil

	Controlador		Consolidado	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2021	--	--	2.227	2.191
Em 2022	--	--	2.324	2.216
Em 2023	1.305	1.203	3.420	3.129
Em 2024	--	--	2.462	2.114
Em 2025	--	--	2.390	1.928
Após 2025	--	--	4.811	3.610
Total	1.305	1.203	17.634	15.188

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado para a data base de 31.12.2020, sendo o valor presente descontado da Taxa Média Selic (TMS) projetada para cada período de apuração.

Durante o exercício de 2020, observou-se a realização de parte dos créditos tributários no montante de R$ 2.713 mil no controlador e de R$ 6.206 mil no consolidado.

g) Passivos por Impostos Correntes
R$ mil

	Controlador		Consolidado (1)	
	31.12.2020	**31.12.2019**	**31.12.2020**	31.12.2019
Imposto de renda	--	2.435	491.329	471.434
Contribuição social	--	861	170.504	166.017
Cofins	16	631	25.225	27.047
ISS	--	--	16.671	15.894
Pasep	2	102	5.463	5.804
Outros	81	119	115	120
(-) Impostos correntes deduzidos/compensados	(18)	(3.168)	(26.357)	(30.179)
Total	**81**	980	682.950	656.137

h) Passivos por Impostos Diferidos
R$ mil

	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Decorrentes da parceria com a Mapfre	223.387	223.387
Decorrentes de amortização de ágio da Brasilcap	4.647	4.647
Outras diferenças temporárias	531	530
Total da Obrigações Fiscais Diferidas	228.565	228.564

Não há saldo de passivos por impostos diferidos no Controlador.

13 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS
R$ mil

	Controlador		Consolidado	
	Exercício/2020	Exercício/2019	Exercício/2020	Exercício/2019
Ganho na alienação de participação societária - IRB-Brasil (1)	--	--	--	3.519.736
Receita com ADR (2)	7.746	12.141	7.746	12.141
Recuperação de provisão operacional	--	--	--	7.324
(Constituição)/reversão de provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	(127)	(103)	(190)	1.271
Despesas de depreciação/amortização	(174)	(166)	(1.011)	(887)
Ganho/(perda) *earn in earn out* (3)	--	--	(27.534)	(13.972)
Outras Receitas/(Despesas) (4)	16	1.813	(6.546)	(4.560)
Total	7.461	13.685	(27.535)	3.521.053

(1) Refere-se ao ganho na alienação das ações detidas no IRB-Brasil Resseguros S.A, conforme Nota Explicativa 2.a.

(2) Refere-se ao compartilhamento, pelo banco depositário do programa de ADR Nível I, das receitas com tarifas de emissão, cancelamento e processamento de dividendos cobradas dos investidores que detêm ADRs (American Depositary Receipts) da BB Seguridade, com o objetivo de custear as despesas do Programa.

(3) Refere-se ao mecanismo de ajuste de preço dos ativos da Brasilveículos (atual Mapfre Seguros Gerais) alienados à MAPFRE Brasil em 30.11.2018, com apuração, provisionamentos mensais e pagamento anual, feita com base no cumprimento de metas nas vendas dos seguros de automóveis. O mecanismo prevê possibilidade de earn in ou earn out, ou seja, pagamento da MAPFRE Brasil para BB Seguros ou da BB Seguros para MAPFRE Brasil e será calculado a cada exercício até 2031.

(4) No Consolidado do exercício de 2020 e 2019 inclui o montante de R$ 6.552 mil referente à provisão para corretagem a devolver à Brasilprev. No exercício de 2019, houve reversão de provisão para remuneração variável da Diretoria (Controlador e Consolidado) - R$ 1.833 mil.

14 - RESULTADO FINANCEIRO
R$ mil

	Controlador		Consolidado	
	Exercício/2020	Exercício/2019	Exercício/2020	Exercício/2019
Receitas Financeiras	62.764	173.832	138.657	343.522
Rendimento de aplicações financeiras	47.305	162.427	134.123	331.711
Atualização monetária de depósitos judiciais	--	--	3.064	6.963
Atualização monetária de tributos	1.468	2.604	1.468	2.611
Atualização monetária de dividendos e juros sobre capital próprio	13.989	8.792	--	2.225
Outras	2	9	2	12
Despesas Financeiras	(25.469)	(30.360)	(27.507)	(30.653)
Atualização monetária de dividendos e juros sobre capital próprio	(24.871)	(29.623)	(24.871)	(29.623)
Serviços do sistema financeiro	(480)	(555)	(828)	(826)
Perdas em aplicações financeiras	(117)	(173)	(1.803)	(173)
Outras	(1)	(9)	(5)	(31)
Resultado Financeiro	37.295	143.472	111.150	312.869

15 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
R$ mil

	Controlador		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Caixa	424	--	3.475	2
Fundo de curto prazo	--	377	10	10.812
Operações compromissadas (1)	208.469	4.230.818	2.191.960	7.370.478
Total	208.893	4.231.195	2.195.445	7.381.292

(1) Referem-se aos investimentos em operações compromissadas junto ao Banco do Brasil S.A. lastreadas em títulos públicos federais com liquidez diária e risco insignificante de mudança de valor justo.

As aplicações financeiras em fundos de curto prazo e operações compromissadas estão categorizadas como ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

16 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado

R$ mil

	Controlador						
	31.12.2019					31.12.2020	
	Valor de Custo	Valor de Mercado/ Contábil	Aplicações	Resgates	Rentabilidade	Valor de Custo	Valor de Mercado/ Contábil
Fundo de longo prazo (1)	3.691	3.413	465	--	70	4.157	3.948
Total	3.691	3.413	465	--	70	4.157	3.948

R$ mil

	Consolidado						
	31.12.2019					31.12.2020	
	Valor de Custo	Valor de Mercado/ Contábil	Aplicações	Resgates	Rentabilidade	Valor de Custo	Valor de Mercado/ Contábil
Fundo de longo prazo (2)	330.476	460.147	465	464.204	8.578	4.953	4.986
Total	330.476	460.147	465	464.204	8.578	4.953	4.986

(1) Referente ao fundo Brasil Aceleradora de Startups cuja política prevê aplicações de no mínimo 90% de seu Patrimônio Líquido na aquisição de ações e debêntures emitidas pelas empresas Startups (Companhias Alvo) conversíveis em ações.

(2) Do total de R$ 4.986 mil, R$ 1.038 mil refere-se à fundo de investimento BB Renda Fixa Longo Prazo Corporativo 10 Milhões, cuja política de investimentos prevê aplicações em fundos de investimentos com carteira composta, isolada ou cumulativamente, por títulos e valores mobiliários, públicos ou privados, prefixados e/ou pós-fixados, operações compromissadas, todo e qualquer ativo financeiro e/ou modalidades operacionais disponíveis no mercado financeiro, conforme regulamentação. O fundo deve manter 80% da carteira em títulos públicos federais e/ou ativos com baixo risco de crédito. Não são admitidas estratégias que impliquem risco de moeda estrangeira, de renda variável ou alavancagem.

b) Ativos Financeiros Mensurados pelo Custo Amortizado

		Consolidado					
	Rating da Contraparte	**31.12.2020**			**31.12.2019**		
		Valor de Custo	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor Contábil	Valor de Mercado
Letras financeiras de curto prazo (1)	AA-	220.400	245.101	245.033	265.000	286.301	286.427
Letras financeiras de longo prazo (2)	AA-	200.000	204.449	203.374	220.400	238.305	238.457
Total		420.400	449.550	448.407	485.400	524.606	524.884

(1) Refere-se a aplicação em Letras Financeiras pós-fixadas com prazo de vencimentos até 1 ano, sendo que o primeiro vencimento ocorrerá em 26.03.2021 e os demais até 31.12.2021.

(2) Refere-se a aplicação em Letra Financeira pós-fixada com vencimento em 11.03.2022.

Não há saldo de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado no Controlador.

c) Hierarquia de valor justo

A Companhia classifica os instrumentos financeiros em três níveis de subjetividade na determinação do valor justo. Os diferentes níveis são definidos conforme segue:

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

Nível 3: Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

R$ mil

	Controlador					
	31.12.2020			31.12.2019		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundo de longo prazo	3.948	--	3.948	3.413	--	3.413
Caixa e equivalentes de caixa	208.893	--	208.893	4.231.195	--	4.231.195
Total	212.841	--	212.841	4.234.608	--	4.234.608

R$ mil

	Consolidado					
	31.12.2020			31.12.2019		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundo de longo prazo	4.986	--	4.986	460.147	--	460.147
Caixa e equivalentes de caixa	2.195.445	--	2.195.445	7.381.292	--	7.381.292
Letras financeiras	--	448.407	448.407	--	524.884	524.884
Total	2.200.431	448.407	2.648.838	7.841.439	524.884	8.366.323

17 - DIVIDENDOS / JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER
R$ mil

	Controlador		Consolidado	
	31.12.2020 (1)	31.12.2019	**31.12.2020**	31.12.2019
Dividendos a receber	1.060.278	1.961.491	--	--

(1) Em 31.12.2020, refere-se aos dividendos a receber da BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.

18 - COMISSÕES A RECEBER
R$ mil

	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Ativo Circulante	1.173.988	996.720
BB Mapfre (1)	1.120.275	921.184
Mapfre Seguros Gerais	43.169	63.873
Brasilprev	9.388	5.114
Brasilcap	1.094	6.549
Outras	62	--
Ativo Não Circulante	643.090	343.595
BB Mapfre	643.090	343.595
Total	1.817.078	1.340.315

(1) Em 31.12.2020, R$ 464 milhões refere-se à comissão adicional conforme acordo de reestruturação descrito na Nota 2. A provisão da comissão adicional é efetuada mensalmente e seu recebimento está previsto para até 60 dias após o fechamento do exercício. Em 31.12.2019, R$ 446 milhões refere-se à comissão adicional, recebida em 27/02/2020.

Não há saldo de comissões a receber no Controlador.

As Comissões a Receber estão categorizadas como ativos financeiros avaliados ao custo amortizado conforme nota 4.

19 - ATIVO INTANGÍVEL
a) Sistema ERP (Enterprise Resource Planning)
R$ mil

	Controlador e Consolidado					
	31.12.2019	Exercício/2020			31.12.2020	
	Saldo Contábil	Aquisições	Amortização no Exercício	Valor de Custo	Amortização Acumulada	**Saldo Contábil**
Software adquirido - ERP (1)	5.901	335	(755)	7.488	(2.007)	5.481

(1) A partir de janeiro de 2018, iniciou-se a amortização do custo do software de gestão adquirido (Enterprise Resource Planning - ERP), conforme CPC 04 (IAS 38) - Ativo Intangível, em que o prazo de amortização é de dez anos e a amortização, calculada à taxa anual de 10%, é reconhecida no resultado pelo método linear.

a.1) Estimativa de amortização
R$ mil

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Total
Estimativa de Amortização	783	783	783	783	783	783	783	5.481

20 - OUTROS ATIVOS
R$ mil

	Controlador		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Ativo Circulante	**10.170**	8.865	4.347	2.057
Valores a receber de sociedades ligadas	7.261	7.194	--	--
Valores a receber ADR	2.899	1.665	2.899	1.665
Outros	10	6	1.448	392
Ativo Não Circulante	53	44	206.654	203.916
Depósitos judiciais (1)	--	--	206.601	203.872
Imobilizado (2)	53	44	53	44
Total	10.223	8.909	211.001	205.973

(1) Refere-se, principalmente, à ação judicial de natureza fiscal, com o objetivo de anular decisão administrativa que não homologou declarações de compensação de saldos negativos de IRPJ com diversos tributos próprios. O valor atualizado do referido depósito judicial é de R$ 151.968 mil (R$ 149.547 mil em 31.12.2019), sendo sua atualização pela taxa SELIC.

(2) Aquisição de computadores e móveis no valor de R$ 74 mil (depreciação de R$ 21 mil) em 31.12.2020.

21 - OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS E ESTATUTÁRIAS
R$ mil

	Controlador		**Consolidado**	
	31.12.2020	31.12.2019	**31.12.2020**	31.12.2019
Dividendos a pagar (1) (2)	948.398	3.790.643	948.398	3.790.643
Redução de capital a pagar (3)	95	2.700.000	95	2.700.000
Total	948.493	6.490.643	948.493	6.490.643

(1) Em 31.12.2020, R$ 400 mil referem-se aos dividendos não pagos de períodos anteriores.
(2) Em 31.12.2019, R$ 340 mil referem-se aos dividendos não pagos de períodos anteriores.
(3) Redução de capital aprovada pelo Conselho de Administração, cujo efetivo pagamento ocorreu em 30.04.2020, conforme detalhado Nota Explicativa 25 "a".

22 - PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

ATIVOS CONTINGENTES

Em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não foram reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

PASSIVOS CONTINGENTES - PROVÁVEIS

a) Ações fiscais

As ações fiscais da Companhia relativas à BB Corretora advêm, principalmente, de autuações do fisco municipal/distrital (discutindo o "recolhimento" do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN); e de demandas da União propostas nas esferas administrativa ou judicial discutindo tributos federais, notadamente não homologação de compensações de tributos próprios com outros tributos.

Em 31 de dezembro de 2020, a BB Corretora, tinha um total de 37 (trinta e sete) ações fiscais ativas discutindo matérias afetas a área fisco-tributária, classificadas como remota, possível e provável a depender da fase do processo e/ou situação específica afeta a cada caso concreto. E, as citadas ações estão assim distribuídas: (i) 23 (vinte e três) delas na esfera administrativa, exclusivamente, junto à Receita Federal do Brasil (RFB); e (ii) 14 (quatorze) delas ajuizados no judiciário brasileiro, sendo 10 (dez) na esfera Estadual e 04 (quatro) na esfera Federal.

Dentre a totalidade das ações fiscais, 4 (quatro) delas estão classificadas com probabilidade de perda provável. A seguir, uma breve síntese do principal processo classificado como "Provável", em outras palavras, cujo valor envolvido é expressivo:

A BB Corretora é parte em processo judicial cuja causa de pedir central diz respeito ao recolhimento de ISSQN, em trâmite junto ao TJ-MG, ao qual foi atribuído o valor da causa inicial de R$ 8,3 milhões e, ajuizada em 29/06/1998. A referida ação foi julgada pelo juízo competente, o qual reconheceu o direito do Município em receber o ISSQN requerido, todavia reduziu o valor para o importe de R$ 19 mil. No decorrer do processo, em sede de discussão de embargos à execução foi efetuado o depósito judicial junto ao BB, cujo valor atualizado em 31/12/2020 é de R$ 594 mil. Em razão da situação instalada do processo em 31/12/2020 a BB Corretora mantém provisão no importe de R$ 507 mil, vez que o processo tem probabilidade de perda como "provável" em função do julgamento do mérito. Finalmente, cite-se que o Município ajuizou execução fiscal do valor da condenação (R$ 19 mil), a qual se encontra em fase de liquidação para apuração do quantum devido

Quanto à BB Seguridade e à BB Seguros, não possuem ações fiscais com valores significativos.

b) Ações cíveis

Nas ações de natureza cível envolvendo BB Seguridade, BB Seguros e BB Corretora, destacam-se os pedidos de indenizações diversas (dano material, dano moral, etc.), notadamente, decorrentes das relações consumeristas envolvendo os produtos de seguridade e afins (seguros de pessoas e patrimoniais, previdência complementar aberta, capitalização e planos odontológicos).

c) Ações Trabalhistas

As ações trabalhistas envolvendo BB Seguros e BB Corretora advêm, principalmente, de reclamatórias trabalhistas com cunho cível decorrentes, principalmente, de seguros empresariais de vida em grupo, cujas empregadoras originárias não arcaram com as verbas rescisórias trabalhistas e demandas de terceiros em desfavor das investidas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e da BB Seguros (como acionista) notadamente, requerendo eventual condenação subsidiária. Por outro lado, as ações trabalhistas da BB Seguridade envolvem ex-funcionários, discutindo direitos decorrentes de 7ª e 8ª horas extras bancárias e respectivos reflexos nas demais verbas de natureza salarial/indenizatória.

Provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas classificadas como prováveis

Em conformidade com o CPC 25, a BB Seguridade constitui provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas com risco de perda "provável".
R$ mil

	Consolidado [1] [2]	
	Exercício/2020	Exercício/2019
Demandas Fiscais		
Saldo Inicial	999	939
Constituição / Atualização [1]	441	73
Reversão de provisão	--	--
Baixa por pagamento	--	(12)
Saldo Final	1.440	1.000
Demandas Cíveis		
Saldo Inicial	16.692	18.126
Constituição / Atualização [2]	5.713	8.881
Reversão de provisão	(4.413)	(6.499)
Baixa por pagamento	(1.678)	(3.817)
Saldo Final	16.314	16.691
Demandas Trabalhistas		
Saldo Inicial	103	--
Constituição / Atualização	127	103
Reversão de provisão	--	--
Baixa por pagamentos	--	--
Saldo Final	230	103
Total	17.984	17.794

(1) Em 31.12.2020 foi incluído no montante o valor de R$ 28 mil referente a atualização monetária do exercício.
(2) Em 31.12.2020 foi incluído no montante o valor de R$ 836 mil referente a atualização monetária do exercício.
Referem-se, principalmente, às contingências registradas na BB Corretora.
Em 31.12.2020 foi provisionado no controlador o valor de R$ 230 mil relativo a demandas trabalhistas. Para as demais demandas não existem saldos de provisão no controlador.
Fluxos estimados de saída de benefícios econômicos
R$ mil

	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total
Até 5 anos	230	547	13.297	14.074
De 5 a 10 anos	--	338	2.459	**2.797**
Acima de 10 anos	--	555	558	1.113
Total	**230**	1.440	16.314	17.984

Dado o cenário de incertezas no que diz respeito à duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, os fluxos de saída de benefícios econômicos têm sido estimados com base nas melhores informações disponíveis.
PASSIVOS CONTINGENTES - POSSÍVEIS
a) Ações Fiscais
Nas ações de natureza fiscal, classificadas como possíveis, temos as que se referem à BB Corretora que contesta a não homologação de pedidos de compensação de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins efetuadas entre os anos de 1999 e 2003, em virtude do não reconhecimento dos saldos negativos dos anos de 1995 e 1997 e da dedução de valores da CSLL da base de cálculo do IRPJ concedida em decisão de Mandado de Segurança. A possibilidade de perda da demanda está classificada como possível, não sendo, portanto, constituída provisão.
Na forma da legislação aplicável, notadamente, o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; as ações com classificação de risco remota ou possível estão dispensadas de constituição de provisão. Todavia, consignamos a seguir breve síntese dos principais processos judicializados em face da BB Corretora:
A BB Corretora possui disputa judicial relacionada a "DCOMP Saldo Negativo IRPJ", junto ao TRF1/DF, cujo valor inicial da causa era de R$ 82,3 milhões, ajuizada em 18/04/2011. O processo se encontra na fase inicial de conhecimento (não há sentença). Cite-se ainda, que esse processo possui depósito judicial (egresso da fase administrativa da discussão) no valor de R$ 152,1 milhões (data base: 31.12.2020) depositado em conta judicial na Caixa Econômica Federal.
Quanto à BB Seguridade e à BB Seguros, não possuem ações fiscais com valores significativos.
Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis
As demandas fiscais e cíveis classificadas com risco "possível" são dispensadas de constituição de provisão, em conformidade com o CPC 25.
R$ mil

	Controlador		**Consolidado**	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Demandas trabalhistas	--	--	--	--
Demandas fiscais [1]	--	275	230.189	215.397
Demandas cíveis	--	--	2.647	2.337
Total	**--**	275	232.836	217.734

(1) Refere-se, principalmente, à ação judicial de natureza fiscal de autoria da BB Corretora com o objetivo de anular decisão administrativa que não homologou declarações de compensação de saldos negativos de IRPJ com diversos tributos próprios. Existe depósito em garantia para a ação mencionada conforme demonstrado no item "c" abaixo.
A BB Seguridade não possui passivos contingentes de suas investidas compartilhados com outros investidores das coligadas e não é responsável solidária por todos ou parte dos passivos de suas investidas.
DEPÓSITOS EM GARANTIA DE RECURSOS
Os depósitos judiciais são efetuados no Banco do Brasil ou em outra instituição financeira oficial, como meio de pagamento ou como meio de garantir o pagamento de condenações, indenizações, acordos e demais despesas decorrentes de processos judiciais. Os valores estão apresentados no balanço patrimonial em Outros Ativos.
Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as provisões e passivos contingentes
R$ mil

	Controlador		**Consolidado**	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Demandas trabalhistas	--	--	50	20
Demandas fiscais [1]	--	--	204.133	201.126
Demandas cíveis	--	--	2.418	2.726
Total	**--**	--	206.601	203.872

(1) Refere-se, principalmente, à ação judicial com o objetivo de anular decisão administrativa que não homologou declarações de compensação de saldos negativos de IRPJ com diversos tributos próprios. O valor atualizado do referido depósito judicial é de R$ 151.967 mil (R$ 149.547 mil em 31.12.2019), referente à investida BB Corretora, sendo sua atualização pela taxa SELIC.
23 - COMISSÕES A APROPRIAR
R$ mil

	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Passivo Circulante	1.127.358	993.057
BB Mapfre	1.049.015	902.215
Mapfre Seguros Gerais [1]	78.037	90.495
Outras	306	347
Passivo Não Circulante	1.417.250	1.226.955
BB Mapfre	1.389.918	1.185.165
Mapfre Seguros Gerais [1]	27.331	41.789

Outras	1	1
Total	**2.544.608**	2.220.012

(1) Apesar da venda da participação, os produtos da Mapfre continuam sendo comercializados pela BB Corretora. Não há saldo de comissões a apropriar no controlador.

24 - OUTROS PASSIVOS

R$ mil

	Controlador		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Passivo Circulante				
Valores a pagar a sociedades ligadas (1)	5.145	5.615	84.514	62.008
Programa de remuneração variável de administradores	2.576	2.444	2.576	2.444
Programa de premiação por resultados	392	--	392	--
Outros	490	179	609	191
Total	8.603	8.238	88.091	64.643

(1) Refere-se ao rateio de despesas apurado em conformidade com o contrato de compartilhamento de dados de clientes, utilização de quadro de pessoal, da rede de distribuição e dos recursos materiais tecnológicos e administrativos, celebrado entre o Banco do Brasil, BB Seguridade, BB Corretora e BB Seguros. No Consolidado, inclui também valores a pagar, no montante de R$ 29.292 mil referente ao mecanismo de ajuste de preço dos ativos da Brasilveículos (atual Mapfre Seguros Gerais) alienados à MAPFRE Brasil em 30.11.2018.

25 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social, no montante de R$ 3.396.767 mil em 31.12.2020 e 31.12.2019, está dividido em 2.000.000.000 (dois bilhões) de ações ordinárias em 31.12.2020 e 31.12.2019, representadas na forma escritural e sem valor nominal. O Patrimônio Líquido de R$ 6.389.605 mil (R$ 5.248.754 mil em 31.12.2019), corresponde a um valor patrimonial de R$ 3,19 por ação (R$ 2,62 por ação em 31.12.2019).

Em 25 de setembro de 2019, o Conselho de Administração da BB Seguridade Participações S.A. aprovou a submissão de proposta à Assembleia Geral de acionistas para:

i. aumento do capital social no montante de R$ 450 milhões, sem emissão de novas ações, por meio da capitalização de parte da reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76; e

ii. ato contínuo, redução do capital social no montante de R$ 2,7 bilhões, sem cancelamento de ações, por considerá-lo excessivo, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76.

Em 30 de outubro de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou as respectivas propostas. Após o cumprimento de todos os requisitos legais aplicáveis a essa transação, a redução de capital foi efetivada no dia 30 de abril de 2020. Neste dia foi realizada a liquidação financeira da operação sendo pago o valor de R$ 1,352298117 por ação.

b) Reservas de Capital e Lucros

R$ mil

	Controlador e Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Reservas de Capital (1)	**1.588**	1.117
Reservas de Lucros	3.060.956	1.905.725
Reserva Legal	679.354	679.354
Reservas Estatutárias	2.381.602	1.226.371

(1) Em 30.06.2020, houve R$ 221 mil de ganho com alienação de ações do Programa de Recompra de Ações que foram transferidas para o Programa de Remuneração Variável e para o Programa de Premiação por Resultado.

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social e o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital que não excederá 30% (trinta por cento) do capital social.

A Reserva Estatutária para Equalização da Remuneração de Capital tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, limitada a 80% do valor do capital social, sendo formada com recursos: equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício e decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos.

A Reserva Estatutária para Reforço de Capital tem por finalidade garantir meios financeiros para a operação da sociedade, inclusive para aumento do capital nas sociedades das quais participa como acionista e a aquisição de sociedades enquadradas no Art. 3º deste Estatuto, limitada a 80% do valor do capital social e sendo formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício.

c) Lucro por ação

R$ mil

	Controlador e Consolidado	
	Exercício/2020	**Exercício/2019**
Lucro líquido atribuível aos acionistas (R$ mil)	3.850.771	6.658.781
Número médio ponderado de ações (básico e diluído)	1.996.626.255	1.996.600.247
Lucro por ação (básico e diluído) (R$)	1,93	3,34

O lucro por ação básico é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos períodos apresentados.

O lucro por ação diluído é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação, incluindo o efeito de todas as ações ordinárias potenciais dilutivos.

A BB Seguridade não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro líquido por ação básico e diluído são iguais.

d) Dividendos

R$ mil

	Exercício/2020	Exercício/2019
(1) - Lucro líquido	3.850.771	6.658.781
(2) - Reserva legal constituída	--	42.328
(=) Base de cálculo (1 - 2)	**3.850.771**	6.616.453
(3) - Dividendos mínimos obrigatórios	962.693	1.654.113
(4) - Dividendos adicionais	1.732.847	3.914.518
(5) - Reserva Estatutária	1.155.231	1.047.822
(=) Saldo do lucro líquido ajustado, após as destinações (1-2-3-4-5)	--	--
(6) - Dividendos propostos (3+4)	2.695.540	5.568.631
(7) - Dividendos prescritos	42	24
(8) - Dividendos pagos	1.747.565	1.778.339
(=) Dividendos a pagar (6+7-8)	948.017	3.790.316

A BB Seguridade segue a Política de Dividendos disponível no site de Relações com Investidores da BB Seguridade.

A Política é revisada a cada três anos ou, extraordinariamente, a qualquer tempo, e submetida ao Conselho de Administração para aprovação.

Os dividendos relativos ao lucro do 2º semestre de 2019, de R$ 3.790.316 mil, conforme seu estatuto social, foram pagos em fevereiro de 2020, com a atualização monetária de R$ 24.871 mil pela taxa Selic, somando um montante destinado de R$ 3.815.187mil.

Os dividendos intermediários do lucro do 1º semestre de 2020 de R$ 1.747.542 mil e os dividendos prescritos de R$ 23 mil, somando um montante destinado de R$ 1.747.565 mil, aprovados pelo Conselho de Administração da BB Seguridade em 25.06.2020 conforme seu estatuto social, foram pagos em agosto de 2020.

d.1) Dividendos por ação

	2° Sem/2020		1° Sem/2020		2° Sem/2019		1° Sem/2019	
	Valor (R$ mil)	Valor por ação (R$)	**Valor (R$ mil)**	**Valor por ação (R$)**	**Valor (R$ mil)**	**Valor por ação (R$)**	Valor (R$ mil)	Valor por ação (R$)
Dividendos	948.017	0,474	1.747.565	0,875	3.790.316	1,898	1.778.339	0,890

e) Outros Resultados Abrangentes Acumulados

saldo positivo registrado em Outros Resultados Abrangentes Acumulados no montante de R$ 12.882 mil (R$ 28.451 mil positivo em 31.12.2019) é composto por:

i. R$ 33.872 mil positivo (R$ 49.441 mil positivo em 31.12.2019) decorrente principalmente da valorização ou desvalorização resultante do ajuste ao valor de mercado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, dos títulos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes da Brasilprev Seguros e Previdência S.A., BB Mapfre Participações S.A. e Brasilcap Capitalização S.A.;

ii. R$ 20.824 mil negativo (R$ 20.824 mil negativo em 31.12.2019) de ajustes para fins de uniformização de prática contábil de períodos anteriores dos arrendamentos mercantis, CPC 06 R2, na BB Mapfre Participações S.A.; e

iii. R$ 166 mil negativo (R$ 166 mil negativo em 31.12.2019) de resultados de períodos anteriores à participação da BB Corretora na Ciclic.

Tendo em vista que a BB Seguridade não possui títulos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os valores constantes em suas demonstrações contábeis são reflexos dos valores existentes nas empresas em que a BB Seguros detém participação.

f) Participações Acionárias (Quantidade de Ações)

Acionistas	31.12.2020		31.12.2019	
	Ações	% Total	Ações	% Total
Banco do Brasil	1.325.000.000	66,25	1.325.000.000	66,25
Outros Acionistas	671.634.681	33,58	671.601.167	33,58
Ações em Tesouraria	3.365.319	0,17	3.398.833	0,17
Total	2.000.000.000	**100**	**2.000.000.000**	100
Residentes no país	1.464.036.514	73,20	1.427.384.006	71,37
Residentes no exterior	535.963.486	26,80	572.615.994	28,63

g) Ações em Tesouraria

g.1) Pagamento Baseado em Ações - Programa de Remuneração Variável

O Programa de Remuneração Variável da Diretoria da BB Seguridade tem periodicidade anual e prevê que, do valor total destinado ao pagamento da remuneração variável, 50% será realizado em ações da BB Seguridade (BBSE3). Do total pago em ações, 20% será imediatamente transferido para a titularidade do beneficiário e 80% será diferido pelo prazo de quatro anos.

Em 13 de novembro de 2014, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) autorizou a BB Seguridade a efetuar a negociação privada de ações de sua própria emissão, com o intuito de suprir, por meio destas, o pagamento de parte da remuneração variável dos membros de sua Diretoria Executiva por meio de ações, sem a necessidade de submeter, a cada ano, novas solicitações àquela comissão. Trata-se, portanto, de autorização permanente.

Apresentamos abaixo, o demonstrativo das ações adquiridas, a distribuir:

	Total de Ações do Programa	Custo mínimo	Custo médio	Custo máximo	Ações Distribuídas	Ações a Distribuir	Cronograma Estimado de Transferências
Programa 2016	25.703	28,59	28,70	28,99	20.565	5.138	03.2021
Total de ações a distribuir						5.138	
Programa 2017	19.359	28,92	29,02	29,15	11.619	3.870	03.2021
						3.870	03.2022
Total de ações a distribuir						7.740	
Programa 2018	16.393	27,78	27,78	27,80	6.565	3.276	03.2021
						3.276	03.2022
						3.276	03.2023
Total de ações a distribuir						9.828	
Programa 2019	28.333	31,93	31,93	31,93	5.673	5.665	03.2021
						5.665	03.2022
						5.665	03.2023
						5.665	03.2024
Total de ações a distribuir						22.660	

g.2) Programa de Recompra

Em 15 de outubro de 2015, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 10.000.000 de ações de própria emissão da Companhia para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento. O prazo de vigência foi de até 365 dias contados a partir da data de aprovação, em consonância com o limite estipulado pela Instrução CVM 567. O Programa de Recompra se encerrou em 14.10.2016 e foram adquiridas 3.360.000 ações no montante de R$ 82.201 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R$ 21,09, R$ 24,46 e R$ 27,76, respectivamente.

Em 27 de outubro de 2016, o Conselho de Administração aprovou o II Programa de Recompra de até 10.000.000 de ações de própria emissão da Companhia para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento. O prazo de vigência foi de até 365 dias contado da data de aprovação. O II Programa se encerrou em 26.10.2017 e não foram efetuadas aquisições de ações.

Em 26 de outubro de 2017, o Conselho de Administração aprovou o III Programa de Recompra de até 10.000.000 de ações de própria emissão da Companhia para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento. O prazo de vigência é de até 365 dias contado da data de aprovação. O III Programa se encerrou em 25.10.2018 e não foram efetuadas aquisições de ações.

No dia primeiro de novembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou o IV Programa de Recompra de até 10.000.000 de ações de própria emissão da Companhia para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento. O prazo de vigência é de até 365 dias contado da data de aprovação, sendo que não houve aquisição de ações por conta do IV Programa até o seu encerramento em 31.10.2019. A Companhia, até a presenta data, não aprovou um novo Programa de Recompra.

Em 21 de dezembro de 2018 foram distribuídas 450 ações em tesouraria, provenientes do Programa de Recompra realizado em 2015, a todos os funcionários da ativa da BB Seguridade (desconsiderando-se os estatutários) a título de premiação, independentemente do nível hierárquico, onde cada funcionário recebeu 3 ações ordinárias. Os papeis estão custodiados no Banco do Brasil e somente poderão ser comercializados pelo funcionário após o término da relação mantida com a BB Seguridade (fim da cessão decorrente do Convênio de Disponibilidade firmado entre o Banco do Brasil S/A e a BB Seguridade). As ações transferidas totalizaram R$ 12.451,50 considerado o preço de fechamento médio da semana anterior à do pagamento.

Em 30 de outubro de 2019 a Assembleia Geral de Acionistas autorizou a negociação das ações de emissão da BB Seguridade mantidas em tesouraria, especificamente para premiação de empregados e remuneração variável de diretores da Companhia, até o limite de 3.359.550 de ações, e autorizou o Conselho de Administração a definir e implementar a melhor forma e o momento para realizar a referida negociação. Neste sentido, em março foram transferidas 28.333 ações do Programa de Recompra de Ações para o Programa de Remuneração Variável referente ao exercício de 2019.

Em abril de 2020 foram transferidas 22.503 ações do Programa de Recompra de Ações para o programa de remuneração de empregados da companhia, assim denominado Programa de Premiação por Resultado (PPR). Deste total, 11.264 ações foram transferidas diretamente aos beneficiários no dia 27.04.20, restando um saldo de 11.239 ações a serem transferidas em 2021, caso os beneficiários atendam às condições impostas pelo programa para o recebimento da segunda parcela.

g.3) Programa de Premiação de Funcionário

Em 30 de outubro de 2019 a Assembleia Geral da BB Seguridade autorizou a negociação das ações de emissão da BB Seguridade mantidas em tesouraria para premiação de empregados e remuneração variável de diretores da Companhia, até o limite de 3.359.550 de ações, e autorizado o Conselho de Administração a definir e implementar a melhor forma e o momento para realizar a referida negociação.

Neste sentido, em 18 de dezembro de 2019 o Conselho de Administração aprovou o Programa de Premiação de Funcionários, que tem por objetivo reconhecer funcionários da BB Seguros de cargos não-estatutários, com desempenho destacado na Comissão de Desenvolvimento e Carreira. Considerando a nova redação do § 4º do art. 457 da CLT, alterado pela Lei nº 13.467/2017, o programa é enquadrado como premiação e não há incidência de encargos trabalhistas e previdenciários.

A ativação do programa ocorre anualmente e está condicionada à superação do Lucro Líquido orçado da Companhia. O público alvo é limitado a, no máximo, 30% dos funcionários por cargo, no caso de funções gerenciais ou equivalentes, e por cargo e por diretoria, no caso de funções técnicas. O critério de escolha dos funcionários envolve avaliação de competências técnicas e comportamentais, atingimento de metas e estilo de gestão.

O crédito do prêmio é realizado 100% (cem por cento) em ações da BB Seguridade S.A. (BBSE3), após devido recolhimento de Imposto de Renda, em duas parcelas iguais, a primeira em até 10 dias após a divulgação do resultado e a segunda um ano após o pagamento da primeira. As ações utilizadas serão as já existentes em Tesouraria, oriundos do Programa de Recompra de Ações, cujo custo médio de aquisição foi de R$ 24,46.

As negociações com ações BBSE3 recebidas no âmbito do Programa de Premiação de Funcionários estão sujeitas às regras da Política de Negociação com Valores Mobiliários da BB Seguridade.

	Total de Ações do Programa	Custo mínimo	Custo médio	Custo máximo	Ações Distribuídas	Ações a Distribuir	Cronograma Estimado de Transferências
Programa 2019	22.503	24,46	24,46	24,46	11.264	11.239	04.2021
Total de ações a distribuir						11.239	

g.4) Quantidade de Ações em Tesouraria

Descrição	Controlador e Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Programa de Remuneração Variável	45.366	39.283
Programa de Recompra	3.308.714	3.359.550
Programa de Premiação por Resultado	11.239	--
Total	**3.365.319**	3.398.833

O valor de custo das ações em tesouraria é de R$ 82.588 mil e o valor pela cotação em bolsa em 31.12.2020 é de R$ 99.714 mil.

26 - PARTES RELACIONADAS

A BB Seguridade e suas controladas possuem convênio com o Banco do Brasil S.A., firmado em 20 de dezembro de 2012, com vigência de 20 anos, para rateio e/ou ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos decorrentes da utilização do quadro de pessoal, recursos materiais, tecnológicos e administrativos, necessários para a manutenção das atividades das Companhias e, em especial, comercialização de produtos no canal bancário.

O convênio visa capturar sinergias decorrentes do compartilhamento de recursos e seus termos preveem que o ressarcimento siga critérios de rateio com base em metodologias de apuração previstas no referido convênio, observando a efetiva utilização dos recursos. Os valores do rateio são apurados e pagos mensalmente.

O quadro a seguir apresenta os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração da BB Seguridade, formado pela Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração e os custos atribuídos ao Conselho Fiscal:

	Exercício/2020	Exercício/2019
Benefícios de curto prazo	6.298	6.010
Honorários e encargos sociais	4.669	4.915
Diretoria Executiva	3.388	3.790
Comitê de Auditoria	719	571
Conselho de Administração	306	310
Conselho Fiscal	256	244
Remuneração Variável (1)	**1.168**	710
Outros (2)	**461**	385
Remuneração Baseada em Ações (3)	**934**	772
Total	**7.232**	6.782

(1) Refere-se ao valor em espécie de quitação do Programa de Remuneração Variável dos Administradores de 2019 e adiantamento do PRVA 2020.
(2) Benefícios considerados: assistência médica, avaliação de saúde, seguro de vida, vantagem de remoção e previdência complementar dos administradores.
(3) Refere-se ao custo das ações relativas às parcelas dos programas de pagamentos baseados em ações de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019.

De acordo com a política de remuneração variável da BB Seguridade Participações, estabelecida em conformidade com a Lei 6.404/76, artigo 152 e o CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações.

A BB Seguridade não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração e nem aos seus funcionários.

Os custos correntes com pessoal são ressarcidos ao controlador Banco do Brasil S.A., no âmbito do convênio de cessão de funcionários, no período em que estiverem alocados às atividades da Companhia.

O Grupo BB Seguridade realiza transações bancárias com o seu controlador, Banco do Brasil S.A., como depósitos em conta corrente (não remunerados), cartões empresariais, aplicações financeiras, prestação de serviços e de garantias, em condições equivalentes às disponibilizadas a demais clientes.

O Grupo BB Seguridade não concede empréstimos a seus Diretores e aos membros dos Conselhos Fiscais e de Administração e do Comitê de Auditoria.

Apresentamos a seguir as principais operações com partes relacionadas vigentes entre as empresas do Grupo BB Seguridade:

a) Sumário das Transações com Partes Relacionadas

BB Seguridade - Controlador

R$ mil

	31.12.2020		**31.12.2019**	
	Controlador (1)	**Controladas (2)**	**Controlador (1)**	**Controladas (2)**
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	208.893	--	4.231.195	--
Dividendos	--	1.060.278	--	1.961.491
Valores a receber de sociedades ligadas	--	7.261	--	7.194
Passivos				
Obrigações sociais e estatutárias	628.377	--	4.300.051	--
Valores a pagar a sociedades ligadas	5.145	--	5.615	--

R$ mil

	Exercício/2020		Exercício/2019	
	Controlador (1)	**Controladas (2)**	**Controlador (1)**	**Controladas (2)**
Resultado				
Receita de juros de instrumentos financeiros	47.118	--	161.972	--
Despesas com pessoal	(11.602)	--	(10.812)	--
Despesas administrativas (3)	(1.223)	--	(3.132)	--
Variações monetárias ativas	--	13.989	--	8.792
Variações monetárias passivas	(16.477)	--	(19.625)	--

(1) Banco do Brasil S.A.
(2) BB Seguros e BB Corretora.
(3) Refere-se às despesas conforme contrato de compartilhamento de dados de clientes, utilização de quadro de pessoal, da rede de distribuição e dos recursos materiais tecnológicos e administrativos, celebrado entre o Banco do Brasil, BB Seguridade, BB Corretora e BB Seguros.

BB Seguridade - Consolidado

R$ mil

	31.12.2020			**31.12.2019**		
	Controlador (1)	**Empresas Investidas (2)**	**Outras Partes Relacionadas**	Controlador (1)	**Empresas Investidas (2)**	**Outras Partes Relacionadas**
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	2.195.445	--	--	7.381.292	--	--
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.038	--	--	456.534	--	--
Ativos financeiros ao custo amortizado	--	--	204.449	--	--	54.324
Comissões a receber	--	1.817.078	--	--	1.340.315	--
Passivos						
Obrigações sociais e estatutárias	628.377	--	--	4.300.051	--	--
Valores a pagar a sociedades ligadas	20.746	63.769	--	20.979	41.029	--
Comissões a apropriar	--	2.544.608	--	--	2.220.012	--

R$ mil

	Exercício/2020			**Exercício/2019**		
	Controlador (1)	**Empresas Investidas (2)**	**Outras Partes Relacionadas**	Controlador (1)	**Empresas Investidas (2)**	**Outras Partes Relacionadas**
Resultado						
Receita de juros de instrumentos financeiros	115.558	--	4.449	300.182	--	4.324
Receita de comissões	--	3.532.176	--	--	3.307.907	--
Despesas com pessoal	(63.893)	--	--	(58.438)	--	--
Despesas administrativas diversas/Custos dos serviços prestados (3)	(186.105)	--	--	(196.709)	--	---
Variações monetárias ativas	--	--	--	--	2.225	--
Variações monetárias passivas	(16.477)	--	--	(19.625)	--	--

(1) Banco do Brasil S.A.
(2) Empresas relacionadas BB MAPFRE Participações S.A. e suas controladas, Brasilprev Seguros e Previdência S.A., Brasilcap Capitalização S.A., IRB-Brasil (até 23.07.2019 conforme nota explicativa 2) e a Brasildental S.A.
(3) Refere-se às despesas conforme contrato de compartilhamento de dados de clientes, utilização de quadro de pessoal, da rede de distribuição e dos recursos materiais tecnológicos e administrativos, celebrado entre o Banco do Brasil, BB Seguridade, BB Corretora e BB Seguros.

b) Convênio de Cessão de Funcionários

Em 15.04.2016, foi assinada nova versão do convênio de cessão de funcionários do Banco do Brasil S.A. para a BB Seguridade Participações S.A., para o exercício de funções dos níveis Diretivo, Gerencial e outros cargos de confiança. A cessão dá-se na forma de disponibilidade sem ônus. O Banco do Brasil S.A. continua processando a folha de pagamento dos funcionários cedidos, mediante ressarcimento mensal pela BB Seguridade de todos os custos correntes.

c) Remuneração paga a Empregados e Administradores

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração da BB Seguridade S.A.

(Em Reais):

	31.12.2020	31.12.2019
Menor salário	7.378,28	7.269,24
Maior salário	38.499,07	37.930,12
Salário médio	15.252,91	14.979,54
Dirigentes		
Diretor Presidente	61.564,83	61.564,83

Diretores	52.177,45	52.177,45
Conselheiros		
Conselho de Administração	5.906,80	5.906,80
Conselho Fiscal	5.906,80	5.906,80
Comitê de Auditoria - Titular	9.868,90	9.868,90

27 - OUTRAS INFORMAÇÕES

Durante o ano de 2020, por conta do surto da Covid-19 e suas implicações sanitárias e sociais, foi dada especial atenção aos eventos que pudessem afetar a mensuração do valor justo e a recuperabilidade dos ativos. Neste sentido, foram realizadas avaliações em ao menos três ocasiões em 2020 que buscaram incorporar os impactos trazidos pela Covid-19 e em nenhuma delas se identificou ativos com indícios de desvalorização. Da mesma forma, para os ativos sujeitos ao teste de imparidade, observou-se que o valor recuperável obtido foi superior ao saldo contábil dos investimentos e ativos intangíveis, quando existente, não havendo necessidade de registro de perda por desvalorização de ativos.

A metodologia utilizada consistiu em uma avaliação em duas etapas. Na primeira houve o levantamento de indícios de perda para os ativos não estratégicos do Grupo BB Seguros. Estes ativos, dos quais os mais representativos são caixa e equivalentes seguidos por recebíveis da BB Corretora. O resultado da avaliação apontou para inexistência de indícios de perdas. A segunda etapa consistiu na elaboração do teste de imparidade para os ativos relativos aos investimentos em participações, que representam mais de 50% dos ativos do Grupo.

Para realização do teste de imparidade foi utilizado o método de Fluxo de Dividendos Descontados, portanto, uma avaliação por valor em uso, em que se estimou o valor a ser recebido de dividendos das empresas investidas. Foi estimado um fluxo de caixa para o prazo de cinco anos mais o valor residual na perpetuidade. Cabe citar que o teste considerou três cenários, base, otimista e adverso, com pesos de 60%, 10% e 30%, respetivamente. Tendo em vista que as empresas não possuem endividamento financeiro, a taxa de desconto utilizada foi equivalente a Taxa Mínima de Atratividade adotada pelo grupo BB Seguros.

Para o teste do valor recuperável do exercício de 2020, foi considerado no valor contábil o ágio de R$ 110.749 mil da aquisição da totalidade das ações de propriedade da Sulacap na Brasilcap e R$ 528.595 mil referentes ao ganho de parceria e intangíveis do acordo de parceria com a Mapfre na SH1.

Principais premissas utilizadas no cenário base do teste de imparidade:

Receitas e Custos: foi utilizada base histórica, refletindo assim a experiência passada, e expectativas de crescimento do mercado, do segmento onde atuam e do desempenho de cada negócio;

Resultado Financeiro: projeção da rentabilidade média condizente com os níveis atuais de remuneração no mercado financeiro;

Capital Mínimo Requerido: considerado o capital regulatório vigente na data da avaliação, conforme estabelecido pelo Conselho Nacional Seguros Privados e Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Imposto de Renda e Contribuição Social: consideradas as alíquotas previstas na legislação vigente.

Perpetuidade: foi considerada taxa condizente com investimentos de longo prazo.

Taxa de Desconto: para a determinação da taxa de desconto, utilizou-se de metodologia para apuração do custo do capital próprio, uma vez que as empresas investidas não apresentam endividamento. A taxa foi obtida pelo modelo CAPM (Capital Asset Pricing Model), que considera o custo de capital correspondente à rentabilidade exigida pelos acionistas como compensação pelo risco de mercado ao qual estão expostos.

28 - EVENTO SUBSEQUENTE

Integralização de capital na Brasilprev

Em 07.01.2021, houve integralização de capital social pela Principal Financial Group na Brasilprev Seguros e Previdência, no valor de R$ 150.030 mil.

Referida integralização refere-se ao aumento de capital social na Brasilprev Seguros e Previdência realizado em 30.12.2020, no valor de R$ 1.199.999 mil, conforme descrito na Nota 2 - Aquisições, Vendas e Reestruturações Societárias, em que a BB Seguros subscreveu e integralizou, ainda em 30.12.2020, o montante de R$ 899.939 mil, enquanto a Principal subscreveu ações equivalentes a R$ 300.059 mil e integralizou parcialmente, na mesma data, o valor de R$ 150.030 mil.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração, aos Administradores e aos Acionistas da
BB Seguridade Participações S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da BB Seguridade Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BB Seguridade Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Receitas de comissões

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a BB Corretora, controlada direta da Companhia, contabiliza as receitas oriundas de comissões de acordo com o pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de contrato com cliente (equivalente à IFRS 15), considerando as seguintes etapas: i) identificação do contrato; ii) identificação das obrigações de desempenho; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação; e v) reconhecimento da receita. Assim, as receitas de comissões são reconhecidas quando (ou à medida que) a BB Corretora satisfaz a obrigação de desempenho ao transferir o serviço prometido ao cliente.

Devido à relevância das receitas de comissões para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria.

Avaliamos o desenho dos principais controles internos relacionados ao processo de reconhecimento das receitas de comissões e efetuamos os seguintes principais procedimentos de auditoria substantivos para uma amostra de transações selecionada aleatoriamente: (i) verificação da ocorrência das transações por meio da realização de consultas aos sistemas legados do Banco do Brasil e da verificação da sua liquidação financeira; (ii) leitura dos acordos operacionais pactuados entre a BB Corretora, o Banco do Brasil e as empresas operacionais, investidas indiretas da Companhia, para avaliar se as taxas de corretagem praticadas para as transações selecionadas foram as taxas pactuadas entre as partes; (iii) verificação do cálculo da apropriação da receita de comissões em conformidade com os conceitos do pronunciamento técnico CPC 47 (IFRS 15). Adicionalmente, efetuamos a circularização das principais empresas operacionais, investidas indiretas da Companhia, para a confirmação das receitas de comissões referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, identificamos deficiência de controle no processo de reconhecimento das receitas de comissões, que resultaram em ajustes não registrados, por serem considerados imateriais. Consideramos os valores contabilizados relativos às receitas de comissões aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demais demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem

os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 05 de fevereiro de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" DF

ROBERTO PAULO KENEDI
Contador CRC nº 1 RJ 081401/O-5

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO 2020

Introdução

O Comitê de Auditoria foi instalado na BB Seguridade Participações S.A. em 2015. É um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente, com a finalidade precípua de avaliar e manifestar-se sobre a qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Companhia; a efetividade do sistema de controles internos e da Auditoria Interna; a atuação do Auditor Externo; as exposições de risco da Companhia e a adequação das transações com partes relacionadas. O Regimento Interno do Comitê, aprovado pelo Conselho de Administração, encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.bbseguridaderi.com.br/pt/governanca-corporativa/comite-de-auditoria.

Conforme previsto no Regimento Interno, a partir da adesão das sociedades controladas ao Comitê de Auditoria único, a composição passou a ser de até 05 (cinco) membros, sendo 01 (um) indicado pelos representantes dos minoritários, 01 (um) membro independente do Conselho de Administração e os demais titulares, 03 (três), indicados pelos outros membros do Conselho de Administração.

A Administração é responsável por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, definir, testar e manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos.

A Auditoria Externa é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis. Avalia, também, no contexto do trabalho de auditor externo, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Principais Atividades

No período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, o Comitê realizou um total de 102 (cento e duas) reuniões, fez diligências e requisições de documentos e informações junto à Administração da BB Seguridade, da BB Corretora e da BB Seguros, gestor de riscos e controles, e aos auditores interno e externo. As atividades desenvolvidas em 2020, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão adiante sintetizadas.

Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados às demonstrações contábeis, aos sistemas de controles internos, processos contábeis, fisco-tributários e de gestão de riscos e relativos a transações com partes relacionadas. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Em março, após a declaração de pandemia de Covid-19 pela Organização Mundial da Saúde ("OMS"), discutiu o assunto e fez recomendações à Administração da Companhia relacionadas à continuidade dos negócios; aos colaboradores, diretoria, comitês e conselhos; e às divulgações ao mercado, clientes, fornecedores e reguladores.

Também foi objeto de especial atenção o monitoramento e acompanhamento das providências adotadas pela Companhia para adaptação aos requerimentos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Manteve diálogo com as auditorias interna e externa, oportunidades em que apreciou os seus planejamentos e conheceu os resultados dos principais trabalhos, suas conclusões e recomendações.

Revisou as demonstrações contábeis, previamente à divulgação, da BB Seguridade, BB Corretora e BB Seguros, assim como as notas explicativas e o relatório da Administração, e discutiu com o auditor externo seus relatórios e apontamentos.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

a) Os controles internos das Companhias evoluíram em 2020 e se mostraram adequados ao porte e à complexidade dos negócios e objeto de permanente atenção por parte da Administração;

b) A Auditoria Interna, com orçamento e estrutura própria e adequada, desempenhou suas funções com independência, objetividade e qualidade;

c) A qualidade dos trabalhos e das informações fornecidas pelo Auditor Externo foram adequadas e apoiaram a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;

d) Os processos internos de gestão de riscos evoluíram em relação ao período anterior, embora ainda careçam de melhorias, como ferramentas e informações que permitam à Companhia ampliar sua visão e capacidade de ação sobre os processos de gestão de riscos e de capital, inclusive no âmbito de empresas participadas;

e) As transações com partes relacionadas da Companhia foram avaliadas e monitoradas pela Administração e por comitê próprio estatutário, não tendo sido reportadas distorções significativas. Dado o volume de transações, é mantido um acompanhamento contínuo objetivando conferir maior transparência aos processos;

f) Com base nos trabalhos e entrevistas realizadas ao longo do exercício, o Comitê de Auditoria não encontrou nenhum indício ou evidência de que as demonstrações contábeis individual e consolidada não representem, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Seguridade Participações S.A. e de suas Controladas em 31 de dezembro de 2020, e os resultados de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Por esta razão, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das respectivas demonstrações financeiras, na forma como elaboradas e aprovadas pela Diretoria Executiva.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2021.
LUIZ CLAUDIO MORAES

ARNALDO JOSÉ VOLLET

ARTEMIO BERTHOLINI

MANOEL GIMENES RUY

ROBERTO LAMB

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas que o acompanham, quais sejam, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, bem como as Notas Explicativas relacionadas, o correspondente Relatório emitido pelos Auditores Independentes e a Proposta de Destinação do Resultado, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Nossos exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análises, documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.

Desta forma, com base nos trabalhos e esclarecimentos prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Consultores e no seu relatório, emitido em 05 de fevereiro de 2021, sem ressalvas e, ainda, nos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, este Conselho Fiscal, por unanimidade de seus membros, concluiu que as Demonstrações Financeiras, acima mencionadas, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, e a proposta de destinação do resultado estão adequadamente apresentadas e opina favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembléia Geral dos Acionistas.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2021.

LUCINÉIA POSSAR
Presidente

FRANCISCO OLINTO VELO SCHMITT
Conselheiro

LUIS FELIPE VITAL NUNES PEREIRA
Conselheiro

Declaração dos Membros da Diretoria Executiva sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 da BB Seguridade Participações S.A. e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente ao período apresentado.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2021.

MARCIO HAMILTON FERREIRA
Diretor-Presidente

PEDRO BRAMONT
Diretor de Estratégia, Tecnologia e Clientes

REINALDO KAZUFUMI YOKOYAMA
Diretor Comercial e Marketing

RAFAEL AUGUSTO SPERENDIO
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Declaração dos Membros da Diretoria Executiva sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que baseado no nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, de 05 de fevereiro de 2021, referentes às demonstrações contábeis da BB Seguridade Participações S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2021.

MARCIO HAMILTON FERREIRA
Diretor-Presidente

PEDRO BRAMONT
Diretor de Estratégia, Tecnologia e Clientes

REINALDO KAZUFUMI YOKOYAMA
Diretor Comercial e Marketing

RAFAEL AUGUSTO SPERENDIO
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETOR-PRESIDENTE

MARCIO HAMILTON FERREIRA

DIRETORES

PEDRO BRAMONT

RAFAEL AUGUSTO SPERENDIO

REINALDO KAZUFUMI YOKOYAMA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CARLOS MOTTA DOS SANTOS (PRESIDENTE)

ARNALDO JOSÉ VOLLET

BRUNO SILVA DALCOLMO

CLAUDIO XAVIER SEEFELDER FILHO

ISABEL DA SILVA RAMOS

MARCIO HAMILTON FERREIRA

MAURO RIBEIRO NETO

CONSELHO FISCAL

LUCINÉIA POSSAR

FRANCISCO OLINTO VELO SCHMITT

LUIS FELIPE VITAL NUNES PEREIRA

COMITÊ DE AUDITORIA

LUIZ CLAUDIO MORAES

ARNALDO JOSÉ VOLLET

ARTEMIO BERTHOLINI

MANOEL GIMENES RUY

ROBERTO LAMB

CONTADOR

PEDRO KIEFER BRAGA
CRC-DF 020.786/O-0
CPF 027.782.029-43

BB CORRETORA DE SEGUROS E ADMINISTRADORA DE BENS S.A.

CNPJ: 27.833.136/0001-39

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Exercício encerrado em 31.12.2020

Senhores Acionistas,

Apresentamos as Demonstrações Financeiras da BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ("BB Corretora") relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2020.

A BB Corretora é a subsidiária integral da BB Seguridade Participações S.A. ("BB Seguridade") responsável pela comercialização de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização e assistência odontológica via canal bancário do Banco do Brasil.

Em canais digitais que não tenham relação com o Banco do Brasil, a BB Corretora atua por meio da Ciclic Corretora de Seguros S.A. ("Ciclic"), empresa constituída em parceria com a Principal Financial Group para distribuir tanto os produtos das outras empresas investidas da BB Seguridade, como de outras seguradoras. A parceria teve início em 10.09.2018 e, conforme estabelecido em acordo de acionistas, vigente até 27.10.2032, a BB Corretora detém 74,995%, sendo 49,99% das ações ordinárias ("ON") e 100,00% das ações preferenciais ("PN").

Em 27 de fevereiro de 2020, a Assembleia Geral da Ciclic aprovou, em reunião extraordinária, o aumento do capital social da companhia em R$17,0 milhões. Dessa forma, a BB Corretora subscreveu 4.249.500 ações ON e 8.500.700 ações PN, equivalentes a R$12,7 milhões.

Adicionalmente, em 4 de dezembro de 2020, a Assembleia Geral da Ciclic se reuniu novamente, de maneira extraordinária, para aprovar novo aumento de capital, de R$17,1 milhões, tendo a BB Corretora subscrito 4.282.280 ações ON e 8.566.274 ações PN, equivalentes a R$12,8 milhões. Após os aportes realizados pela BB Corretora, o capital social da Ciclic passou a ser distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
BB Corretora	15.280.080	49,990	30.566.274	100,000	45.846.354	74,995
PFG2	15.286.194	50,010	--	--	15.286.194	25,005
Total	30.566.274	100,000	30.566.274	100,000	61.132.548	100,000

Atendendo ao art. 243 da Lei 6.404/76, o quadro a seguir detalha o investimento da BB Corretora na Ciclic, bem como as modificações ocorridas durante o exercício:

Tabela 1 - Participações Acionárias

		Participação (%)	Saldo do Investimento		Resultado de Participação
	Atividade	31.12.2020	31.12.2020	31.12.2019	Exercício/2020
Participações societárias					
Ciclic	Corretagem	74,99%	14.483	4.798	(15.914)

A BB Corretora apresentou lucro líquido de R$2,0 bilhões em 2020, crescimento de 3,0% em relação ao registrado no ano anterior. No 2T20, como parte dos esforços da BB Seguridade para contribuir com as respostas aos impactos da pandemia da Covid-19, o Conselho de Administração aprovou uma doação de até R$40 milhões pela BB Corretora à Fundação Banco do Brasil (FBB), tendo como finalidade exclusiva a aquisição de alimentos e itens de higiene, de limpeza e de proteção individual necessários ao amparo social das populações carentes mais afetadas. Do montante total aprovado, foram requeridos até o final de junho pela FBB cerca de R$37,9 milhões e o saldo de R$2,1 milhões foi desembolsado entre os meses de julho e agosto. Considerando o volume total desembolsado no ano, o impacto negativo no lucro líquido foi de R$26,4 milhões.

Descontando o evento mencionado acima, classificado como extraordinário, o lucro líquido ajustado da BB Corretora aumentou 4,3%, impulsionado pela evolução das receitas de corretagem (+5,8%) e pela melhora da margem operacional (+0,8 p.p.), efeitos que foram parcialmente compensados pela retração de 51,5% do resultado financeiro, em função principalmente da retração da taxa média Selic.

O crescimento das receitas de corretagem no ano é decorrente do bom desempenho comercial observado nos seguros rural, prestamista e vida, além de maiores receitas com o bônus de performance pela superação das metas de venda de vida e prestamista.

Já o índice de despesas gerais e administrativas, ajustado para excluir o efeito da doação, retraiu 0,8 p.p., beneficiado pelo crescimento das receitas de corretagem em ritmo superior à evolução das despesas (+1,2%), com um mix de vendas concentrado em produtos com menor custo unitário de ressarcimento e com o reconhecimento de receitas diferidas referente a vendas de seguros realizadas em anos anteriores, que portanto não geraram custo de distribuição em 2020, o que fez com que o custo administrativo de produtos e suporte operacional não acompanhasse o ritmo de evolução das receitas.

No ano, o aumento das despesas gerais e administrativas é explicado por:

§ maiores despesas tributárias de PIS e COFINS, que acompanharam a dinâmica das receitas operacionais; e

§ aumento de gastos com ações comerciais de incentivo à força de vendas, investimentos em inteligência de dados (analytics) e incremento das despesas com pessoal, justificado pela contabilização de gastos com PPR (Programa de Participação nos Resultados).

Brasília, 2021.

A Diretoria

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

R$ mil (exceto lucro por ação)

	Nota	Exercício/2020	Exercício/2019
Receitas Operacionais		**3.251.279**	3.066.231
Receitas de comissões, líquidas	[6]	3.251.279	3.066.231
Custo dos Serviços Prestados	**[7]**	(176.868)	**(185.706)**
Resultado Bruto		3.074.411	**2.880.525**
Outras Receitas e Despesas		(131.658)	(90.176)
Resultado de investimentos em participações societárias	[5.b]	(15.914)	(14.274)
Despesas com pessoal	[8]	(42.574)	(37.332)
Despesas administrativas e com vendas	[9]	(62.983)	(27.797)
Despesas tributárias	[10.c]	(2.762)	(5.171)
Outras	[11]	(7.425)	(5.602)
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras		**2.942.753**	**2.790.349**
Resultado Financeiro	[12]	49.252	**101.625**
Receitas financeiras		58.024	109.933
Despesas financeiras		(8.772)	(8.308)
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**2.992.005**	**2.891.974**
Imposto de Renda e Contribuição Social	[10.a]	(1.022.900)	(979.375)
Lucro Líquido do Exercício		1.969.105	1.912.599
Número de ações	[21.a]	1.000.000	1.000.000
Lucro por ação (R$)		1.969,11	1.912,60

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

R$ mil

	Nota	Exercício/2020	Exercício/2019
Lucro Líquido do Exercício		**1.969.105**	1.912.599
Resultado Abrangente do Exercício		**1.969.105**	1.912.599

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.
BALANÇO PATRIMONIAL
R$ mil

	Nota	31.12.2020	31.12.2019
Ativo Circulante		**3.307.742**	2.736.976
Caixa e equivalentes de caixa	[13]	1.887.215	1.453.569
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	[14.b]	245.101	286.301
Comissões a receber	[15]	1.173.988	996.720
Outros ativos	[16]	1.438	386
Ativo Não Circulante		**1.098.937**	1.274.191
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	[14.a]	1.038	456.734
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	[14.b]	204.449	238.305
Investimentos em participações societárias	[5]	14.483	4.798
Ativos por impostos correntes	[10.d]	16.345	16.345
Ativos por impostos diferidos	[10.e]	12.947	10.640
Comissões a receber	[15]	643.090	343.595
Outros ativos	[16]	206.585	203.774
Total do Ativo		**4.406.679**	4.011.167
Passivo Circulante		2.931.761	2.731.240
Dividendos a pagar	[17]	1.060.278	1.031.794
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	[18]	6.026	10.488
Passivos por impostos correntes	[10.g]	681.928	647.903
Comissões a apropriar	[19]	1.127.358	993.057
Outros passivos	[20]	56.171	47.998
Passivo Não Circulante		**1.428.010**	1.233.019
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	[18]	10.760	6.064
Comissões a apropriar	[19]	1.417.250	1.226.955
Total do Passivo		**4.359.771**	3.964.259
Patrimônio Líquido		46.908	46.908
Capital social	[21.a]	36.211	36.211
Reservas de capital	[21.b]	4.975	4.975
Reservas de lucros	[21.b]	5.888	5.888
Outros resultados abrangentes acumulados	[21.d]	(166)	(166)
Total do Patrimônio Líquido		**46.908**	46.908
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		4.406.679	4.011.167

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
R$ mil

	Nota	Exercício/2020	Exercício/2019
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações			
Lucro Líquido do Exercício		1.969.105	1.912.599
Ajustes ao Lucro:			
Resultado de investimentos em participações societárias	[5.b]	15.914	14.274
Atualização monetária de dividendos, líquida	[12]	6.770	8.048
Atualização monetária dos ativos financeiros ao custo amortizado		(18.377)	(31.075)
Outros ajustes		234	(1.328)
Lucro Ajustado		**1.973.646**	**1.902.518**
Variações Patrimoniais:			
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		455.696	(21.967)
Ativos por impostos correntes e diferidos		(2.307)	(1.160)
Comissões a receber		(476.763)	(333.376)
Outros ativos		(3.863)	(10.423)
Comissões a apropriar		324.596	363.575
Passivos por impostos correntes e diferidos		34.025	68.807
Outros passivos		8.173	12.112
Caixa Gerado/(Consumido) pelas Atividades Operacionais		**2.313.203**	**1.980.086**
Fluxos De Caixa Provenientes das Atividades de Investimento			
Aplicações em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		(200.000)	--
Resgates em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		293.433	--
Aporte de capital social - Ciclic Corretora de Seguros S.A.	[5.b]	(25.599)	--
Caixa Gerado/(Consumido) pelas Atividades de Investimento		**67.834**	--
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento			
Dividendos pagos		(1.947.391)	(1.404.455)
Caixa Gerado/(Consumido) pelas Atividades de Financiamento		**(1.947.391)**	(1.404.455)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		433.646	**575.631**
Início do exercício	[13]	1.453.569	877.938
Fim do exercício	[13]	1.887.215	1.453.569
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		**433.646**	**575.631**
Informações Complementares das Operações			
Imposto de Renda pago no exercício		(662.704)	(590.481)
Contribuição Social paga no exercício		(264.682)	(243.633)
Total dos Tributos Pagos		**(927.386)**	**(834.114)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
R$ mil

Evento	**Nota**	**Capital Social**	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	**Lucros ou Prejuízos Acumulados**	Outros Resultados Abrangentes Acumulados	**Total**
				Reserva Legal			
Saldos em 31.12.2018		36.211	4.975	5.888	--	(166)	46.908
Lucro Líquido do Exercício	[21.c]	--	--	--	1.912.599	--	1.912.599
Destinações: - Dividendos Antecipados - 1º semestre/2019		--	--	--	(481.964)	--	(481.964)
- Dividendos Propostos - 1° semestre/2019		--	--	--	(398.841)	--	(398841)
- Dividendos propostos - 2º semestre/2019		--	--	--	(1.031.794)	--	(1.031.794)
Saldos em 31.12.2019		**36.211**	**4.975**	**5.888**	**--**	**(166)**	**46.908**
Mutações do Exercício		--	--	--	--	--	--
Saldos em 31.12.2019		36.211	4.975	5.888	--	(166)	46.908
Lucro Líquido do Exercício	**[21.c]**	--	--	--	1.969.105	--	1.969.105
Destinações: - Dividendos intermediários pagos	[21.c]	--	--	--	(908.827)	--	(908.827)
- Dividendos propostos	[21.c]	--	--	--	(1.060.278)	--	(1.060.278)

Saldos em 31.12.2020	36.211	4.975	5.888	--	(166)	46.908
Mutações do Exercício	--	--	--	--	--	--

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

R$ mil

	Nota	Exercício/2020	Exercício/2019
Receitas		3.682.725	3.485.309
Receitas de comissões	[6]	3.676.972	3.474.987
Outras Receitas	[11]	5.753	10.322
Insumos Adquiridos de Terceiros		**(252.382)**	(228.898)
Despesas administrativas e com vendas	[9]	(62.983)	(27.797)
Custos dos serviços prestados	[7]	(176.868)	(185.706)
Outras	[11]	(12.531)	(15.395)
Valor Adicionado Bruto		**3.430.343**	3.256.411
Depreciação e Amortização	[11]	(646)	(529)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		**3.429.697**	3.255.882
Valor Adicionado Recebido em Transferência		**42.110**	95.659
Resultado de investimentos em participações societárias	[5.b]	(15.914)	(14.274)
Receitas financeiras	[12]	58.024	109.933
Valor Adicionado Total a Distribuir		**3.471.807**	3.351.541
Distribuição do Valor Adicionado		**3.471.807**	3.351.541
Pessoal	[8]	42.574	37.332
Impostos, taxas e contribuições		1.451.356	1.393.302
Despesas financeiras	[12]	8.772	8.308
Remuneração de capital próprio	[21.c]	1.969.105	1.912.599

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ("BB Corretora" ou "Companhia") é uma empresa controlada pela BB Seguridade Participações S.A. e indiretamente pelo Banco do Brasil S.A., constituída em 30 de junho de1987.

Está inscrita sob o CNPJ nº 27.833.136/0001-39 e sediada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Torre Sul, 3º Andar, Edifício Banco do Brasil, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Tem por objeto social a administração de bens, a corretagem e a administração, realização, promoção e viabilização de negócios envolvendo seguros dos ramos elementares, vida, capitalização, planos previdenciários e seguro saúde, sendo permitido à Companhia participar direta ou indiretamente de outras sociedades.

Atualmente, além da atuação direta nos negócios de distribuição, que comercializa seguros, previdência aberta, títulos de capitalização e planos privados de assistência odontológica, a BB Corretora detém participação societária na Ciclic Corretora de Seguros S.A. ("Ciclic"), que atua na distribuição de produtos de seguridade por meio de canais digitais.

Diante da atual conjuntura, causada pelo surto do Coronavírus (Covid-19) e apesar da estratégia de longo prazo do Grupo BB Seguridade estar mantida, o modelo de gestão da Companhia foi adaptado para contemplar uma atuação ainda mais focada. Foi declarado um Plano específico de enfrentamento à Covid-19, que apresenta as iniciativas priorizadas pela Companhia, cuja condução se dá por equipes multidisciplinares, com fluxos de acompanhamento e execução comunicados e realimentados por todos os intervenientes internos.

O referido plano, executado a partir do 2º trimestre de 2020, sustentado sob os pilares de foco extremo, processo decisório ágil e comunicação tempestiva, possui quatro objetivos: (i) cuidar das nossas equipes; (ii) estar ao lado dos clientes e da sociedade; (iii) garantir a sustentação da Companhia; e (iv) preparar-se para o pós-crise. Agora, ainda em um ambiente de incertezas, a Companhia segue para execução do ciclo ordinário de planejamento estratégico 2021-2025, com vistas a atrair novos clientes, fortalecer nossa posição competitiva e explorar novos mercados.

Nossos clientes continuam sendo atendidos e apoiados em suas necessidades, e os seguros, no cenário atual, apresentam-se como um grande aliado para trazer a serenidade e a segurança esperada por aqueles que já utilizam nossos produtos e serviços, além dos que desejarão consumi-los a partir desta situação adversa. Ampliamos os limites de atendimento em canais digitais e continuamos focados em completar as jornadas de autosserviço. Oferecemos, ainda, benefícios e serviços úteis para que nossos clientes passem pela situação de isolamento social de forma tranquila.

Tomar as medidas que sustentem nosso negócio atual, enquanto mantemos o olhar para o novo normal, completam a atuação da Companhia no enfrentamento dos efeitos decorrentes da Covid-19. Priorizamos, então, a geração de receitas com negócios mais aderentes e menos impactados pela situação, garantindo que entregas estratégicas de tecnologia não percam o ritmo, além de acelerarmos projetos com alto potencial para capturar oportunidades de mercado.

Dessa forma, a Companhia vem monitorando e se adaptando aos impactos e avaliando os cenários que afetaram ou possam vir a afetar suas operações, com avaliação diária da situação, atualização das medidas preventivas e ações de minimização de riscos e coordenação da execução de planos de ação no Grupo Coordenador de Continuidade. Até o momento, não se vislumbra impactos significativos que possam comprometer a sustentabilidade das operações da Companhia e de suas Investidas.

Além disso, o Grupo BB Seguridade vem adotando diversas medidas para mitigação dos impactos decorrentes da pandemia, com o objetivo de manter a segurança dos seus colaboradores, colaborar com a sociedade e com as autoridades na contenção do vírus e dar continuidade às suas operações, tais como como a adoção do trabalho remoto para todos os colaboradores, o cancelamento ou adiamento das viagens internacionais e nacionais e a suspensão de treinamentos e eventos corporativos presenciais, além do incentivo à adoção de soluções de teleconferência e videoconferência para realização de reuniões internas e externas.

A Companhia possui Plano de Retorno ao Escritório (PRE) elaborado com o objetivo de preparar um ambiente que ofereça segurança e tranquilidade para os funcionários na retomada dos postos de trabalho, assegurando a continuidade dos negócios após a flexibilização da quarentena.

Porém, por buscar especialmente a preservação da saúde de todos os funcionários, a Companhia continua adotando o regime de trabalho remoto, sendo possível a realização de todos os processos do mesmo modo que quando operando na sede da Companhia, sem ter sido executado ainda o Plano de Retorno. Três indicadores - (i) média móvel de casos; (ii) ocupação dos leitos de UTI; e (iii) taxa de transmissibilidade -, assim como as definições dos Programas de Vacinação a serem implementados, estão sendo acompanhados diretamente pela Diretoria Executiva da Companhia, com vistas a definir o melhor momento para executar o PRE. Ressalta-se que o modelo de trabalho segue sem registro de falhas atípicas ou deficiências significativas em sistemas, processos ou controles do Grupo.

No campo social, dado que a pandemia afetou consideravelmente a conjuntura socioeconômica doméstica e sempre pensando na proteção e no cuidado com as pessoas, o Grupo, por intermédio da BB Corretora, efetuou a doação de

R$ 40 milhões, via Fundação Banco do Brasil (FBB), cujos desembolsos foram despendidos conforme o ritmo de demanda da Fundação, visando conter os efeitos do avanço do Coronavírus.

Entendemos que a BB Corretora detém a força de trabalho adequada e a liquidez necessária para ultrapassar o desafio da melhor maneira possível. O monitoramento dos possíveis riscos inerentes à pandemia que possam afetar a empresa, a logística e os colaboradores e clientes estão abordados na Nota Explicativa 4 - GERENCIAMENTO DE RISCOS.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as diretrizes emanadas da Lei das Sociedades por Ações e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria da BB Corretora em 05.02.2021.

b) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade da BB Corretora continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

c) Bases de Mensuração dos Ativos e dos Passivos

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de mensuração, exceto para os seguintes itens: (i) ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) ativos financeiros ao custo amortizado.

d) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis da BB Corretora, para fins de moeda funcional e de apresentação, são apresentadas em Reais (R$).

e) Sazonalidade das Operações

A BB Corretora e sua investida consideram a natureza de suas transações como não cíclicas e não sazonais, levando em consideração suas atividades exercidas. Consequentemente, não foram fornecidas divulgações específicas nestas notas explicativas.

f) Principais Julgamentos e Estimativas Contábeis

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no exercício em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis apresentam, de forma adequada, a posição financeira da BB Corretora e o resultado das suas operações, em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens como valor justo de instrumentos financeiros, redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda - imparidade, redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - imparidade, impostos sobre os lucros, reconhecimento e avaliação de impostos diferidos e provisões e passivos contingentes.

g) Aumento de Capital - Ciclic Corretora de Seguros S.A.

A Ciclic Corretora de Seguros S.A. tem como objeto social a atividade de distribuição de produtos de seguridade e prestação de serviços, inclusive de tecnologia. A Ciclic é considerada atividade acessória à operação da BB Corretora, uma vez que se trata de investimento em participação societária.

Em 27 de fevereiro de 2020, a Assembleia Geral da Ciclic, reunida extraordinariamente, aprovou o aumento de capital social da companhia em R$ 17.001 mil mediante emissão de 8.500.700 ações ordinárias e 8.500.700 ações preferenciais, com preço de emissão de R$ 1,00 cada uma.

A BB Corretora de Seguros S.A. subscreveu 4.249.500 ações ordinárias e 8.500.700 ações preferenciais, equivalentes a R$ 12.750 mil integralizadas em moeda corrente nacional, na data de realização da Assembleia Geral que deliberou pelo aumento do capital social.

A PFG do Brasil 2 Participações Ltda subscreveu 4.251.200 ações ordinárias, equivalentes a R$ 4.251 mil, integralizadas em moeda corrente nacional, na data de realização da Assembleia Geral que deliberou pelo aumento do capital social.

O capital social da companhia, totalmente subscrito e integralizado, passou a ser de R$ 44.000 mil, dividido em 44 milhões de ações, das quais 22 milhões são ações ordinárias e 22 milhões são ações preferenciais, distribuídas entre as acionistas na seguinte proporção:

Acionistas	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
BB Corretora	10.997.800	49,99	22.000.000	100,00	32.997.800	74,995
PFG2	11.002.200	50,01	--	--	11.002.200	25,005
Total	**22.000.000**	**100,00**	**22.000.000**	**100,00**	**44.000.000**	**100,00**

Em 4 de dezembro de 2020, a Assembleia Geral da Ciclic se reuniu novamente, de maneira extraordinária, para aprovar novo aumento de capital social da Companhia, em R$ 17.132 mil mediante emissão de 8.566.274 ações ordinárias e 8.566.274 ações preferenciais, com preço de emissão de R$ 1,00 cada uma.

A BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. subscreveu 4.282.280 ações ordinárias e 8.566.274 ações preferenciais, equivalentes a R$ 12.848 mil integralizadas em moeda corrente nacional em 7 de dezembro de 2020.

A PFG do Brasil 2 Participações Ltda. subscreveu 4.283.994 ações ordinárias, equivalentes a R$ 4.284 mil integralizadas em moeda corrente nacional em 8 de dezembro de 2020.

O capital social da Ciclic, totalmente subscrito e integralizado, passou a ser de R$ 61.132 mil dividido em 61.132.548 de ações, das quais 30.566.274 são ações ordinárias e 30.566.274 são ações preferenciais, distribuídas entre as acionistas na seguinte proporção:

Acionistas	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
BB Corretora	15.280.080	49,990	30.566.274	100,000	45.846.354	74,995
PFG2	15.286.194	50,010	--	--	15.286.194	25,005
Total	**30.566.274**	100,000	30.566.274	100,000	61.132.548	100,000

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLITÍCAS CONTÁBEIS

Práticas contábeis são os princípios, as bases, as convenções e as regras específicas aplicados pela BB Corretora na elaboração e na apresentação de demonstrações contábeis. A BB Corretora aplicou as práticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações contábeis equivalem àqueles aplicadas às demonstrações anuais referentes ao exercício encerrado em 31.12.2019.

a) Reconhecimento de Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência e são reportadas nas demonstrações contábeis dos exercícios a que se referem. As receitas são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil, originado no curso das atividades usuais da entidade, na forma de fluxos de entrada ou aumentos nos ativos ou redução nos passivos que resultam em aumento no patrimônio líquido, e que não sejam provenientes de aportes dos participantes do patrimônio.

Esse conceito geral é aplicado para as principais receitas geradas pelas atividades da BB Corretora a saber:

a.1) Receita de investimentos em participações societárias - As receitas oriundas da aplicação do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em participações societárias são reconhecidas na proporção da participação acionária detida pela BB Corretora nos resultados gerados pelas investidas, de acordo com o CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

a.2) Receita de comissões - As receitas de comissões são reconhecidas quando o seu valor, os seus custos associados e o estágio de conclusão da transação puderem ser mensurados de forma confiável e quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação serão realizados, de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Para o reconhecimento da receita, a BB Corretora utiliza do conceito de um modelo de cinco etapas para determinar quando reconhecer a receita: (i) identificação do contrato; (ii) identificação das obrigações de desempenho; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação e (v) reconhecimento da receita.

As receitas de comissões são reconhecidas quando (ou à medida que) a entidade satisfizer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. As receitas de comissões são provenientes dos segmentos de seguros de pessoas, ramos elementares, planos de previdência, capitalização e de saúde. Essas receitas são reconhecidas ao longo do tempo (produtos com vigência definida), em que a obrigação de desempenho é diluída de forma linear ao longo da vigência do produto/seguro, ou em momento específico (produtos mensais), em que a obrigação de desempenho ocorre mensalmente, conforme as características dos produtos.

Em casos de devolução de Prêmios aos segurados, a corretora restitui à seguradora a comissão (seguros anuais) recebida na proporção do valor devolvido ou não recebido pela seguradora em função do período restante da apólice.

Para os seguros cujo fim da vigência não é objetivamente definido (seguros mensais), o pagamento mensal das contraprestações é determinante para a continuidade da vigência das apólices, não cabendo, em geral, devolução de comissões.

Para o acompanhamento e controle das comissões de corretagem, a BB Corretora utiliza o sistema ERP (Enterprise Resource Planning), que possui módulo específico para as corretagens, denominado Motor de Cálculo. Tal módulo tem como objetivo receber de forma padronizada todas as informações necessárias das empresas investidas e do Banco do Brasil, permitindo automatizar as análises quantitativas e qualitativas dos processos de operações de vendas e operações de contas a receber dos produtos de seguridade, possibilitando maior controle e conciliação dos valores de corretagem, além de permitir a contabilização de forma automática. Os produtos da Brasilcap, Brasilprev, Brasildental e Mapfre Seguros Gerais já estão implantados nessa ferramenta. A conclusão dos produtos da Brasilseg está prevista para o ano de 2021.

a.3) Receitas e despesas financeiras - As receitas e despesas financeiras de instrumentos financeiros decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam juros, assim como os valores referentes à atualização a valor justo, são reconhecidas no resultado do exercício de acordo com o regime de competência, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

No caso dos instrumentos avaliados a valor justo por meio do resultado (conforme alínea c.3 a seguir), a determinação do valor justo é efetuada conforme descrito na alínea c.4.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em fundo de curto prazo, aplicações em operações compromissadas, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados em função do modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixas dos instrumentos de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

Os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: (i) instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; (ii) instrumento financeiro mensurado ao custo amortizado e; (iii) instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para o exercício de reporte, a BB Corretora não fez uso de instrumentos financeiros derivativos.

Os principais instrumentos financeiros da BB Corretora são títulos e valores mobiliários custodiados, principalmente, no Banco do Brasil (fundos de investimentos de curto e longo prazo, letras financeiras e operações compromissadas).

c.1) Custo Amortizado - São ativos financeiros mantidos pela BB Corretora (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

As letras financeiras são reconhecidas como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As atualizações e juros desses ativos são reconhecidos no resultado do exercício em receita ou despesa financeira, dependendo do resultado obtido.

c.2) Valor Justo por meio do Resultado (VJR) - São classificados nessa categoria os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os fundos de investimentos e operações compromissadas são reconhecidas como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c.3) Determinação do Valor Justo - Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data da mensuração.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado cotado ou na cotação do preço de balcão (preço de venda para posições compradas ou preço de compra para posições vendidas), sem nenhuma dedução de custo de transação.

Nas situações em que não existe um preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, o seu valor justo é estimado com base em métodos de avaliação comumente utilizados nos mercados financeiros, adequados às características específicas do instrumento e que capturam os diversos riscos aos quais está exposto. Métodos de valoração incluem: o método do fluxo de caixa descontado, comparação a instrumentos financeiros semelhantes para os quais existe um mercado com preços observáveis, modelo de precificação de opções, modelos de crédito e outros modelos de valoração conhecidos.

Os modelos internos de precificação podem envolver algum nível de estimativa e julgamento da Administração cuja intensidade dependerá, entre outros fatores, da complexidade do instrumento financeiro.

c.4) Passivos financeiros - Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de que sua liquidação seja efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal. Passivos financeiros incluem dívidas emitidas de curto e de longo prazo que são inicialmente mensurados ao valor justo, que é o valor recebido líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado.

d) Baixa de Ativos Financeiros e de Passivos Financeiros

d.1) Ativos financeiros - Um ativo financeiro é baixado quando: (i) os direitos contratuais relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem; (ii) a BB Corretora transferir para terceiros a maioria dos riscos e benefícios associados ao ativo; ou (iii) quando o controle sobre o ativo é transferido, mesmo tendo retido parte dos riscos e benefícios associados à sua detenção.

Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e como passivos, quando apropriado. Se o controle sobre o ativo é retido, a BB Corretora continua a reconhecê-lo na extensão do seu envolvimento contínuo, que é determinado pela extensão em que ele permanece exposto a mudanças no valor do ativo transferido.

d.2) Passivos financeiros - Um passivo financeiro é baixado quando a respectiva obrigação é eliminada, cancelada ou prescrita. Se um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

e) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Financeiros - Imparidade

Para a redução ao valor recuperável de ativos financeiros (imparidade), o CPC 48 - Instrumentos Financeiros considera as perdas de crédito esperadas, que são uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito (ou seja, valor presente de todos os déficits de caixa) ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O déficit de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a entidade espera receber. Como as perdas de crédito esperadas consideram o valor e a época dos pagamentos, a perda de crédito ocorre mesmo se a entidade espera ser paga integralmente, mas depois do vencimento estipulado pelo contrato.

Para a redução ao valor recuperável das comissões a receber foi utilizado a abordagem simplificada permitida pelo CPC 48 para recebíveis comerciais em que o reconhecimento das perdas de crédito esperadas segue o modelo para a vida inteira do instrumento.

Anualmente ou sempre que houver indicação de que o ativo financeiro possa estar desvalorizado, é avaliado na BB Corretora, se há alguma evidência objetiva de redução ao valor recuperável de seus ativos financeiros, de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

No exercício não houve perdas por desvalorização dos ativos financeiros da BB Corretora.

f) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros - Imparidade

Anualmente ou sempre que houver indicação de que o ativo possa estar desvalorizado, avalia-se, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se houver essa indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável do ativo é o maior entre o seu valor justo menos os custos para vendê-lo ou o seu valor em uso.

Independentemente de haver qualquer indicação de redução no valor recuperável, é efetuado, anualmente, o teste de imparidade de um ativo intangível de vida útil indefinida ou de um ativo intangível ainda não disponível para o uso. Esse teste pode ser realizado em qualquer época durante um período anual, desde que seja realizado na mesma época a cada ano.

Na hipótese de o valor recuperável do ativo ser menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio do registro de uma perda por imparidade, cuja contrapartida é reconhecida no resultado do período em que ocorrer, em outras despesas/receitas operacionais.

Avalia-se ainda, anualmente, se há qualquer indicação de que uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida em exercícios anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, pode não mais existir ou pode ter diminuído. Se houver essa indicação, o valor recuperável desse ativo é estimado. A reversão de uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo será reconhecida imediatamente no resultado do exercício, como retificadora do saldo de outras despesas/receitas operacionais.

No exercício não houve perdas por desvalorização dos investimentos da BB Corretora.

g) Investimentos em Participações Societárias

De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento é mensurado inicialmente ao custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da parte do investidor nas alterações dos ativos líquidos da investida. Além disso, deve constar no resultado do exercício do investidor a parcela que lhe couber nos resultados gerados pela investida, conforme CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

Nas situações em que a investida utiliza práticas contábeis diferentes em eventos e transações de mesma natureza em circunstâncias semelhantes, efetua-se os ajustes necessários para adequar as

demonstrações contábeis das investidas às práticas contábeis adotadas pela investidora.

h) Provisões, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na análise de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisadas mensalmente de forma individualizada, assim considerados os processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a análise de assessores jurídicos, considerando o valor indenizatório pretendido.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

As obrigações legais fiscais são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento e tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

l) Impostos Sobre os Lucros

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	31.12.2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) (1)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	9%
Contribuição ao PIS/Pasep	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)	7,60%
Contribuição ao PIS/Pasep (2)	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) (2)	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	Até 5%

(1) Incluiu alíquota básica (15%) e adicional (10%)

(2) Alíquota incidente sobre aplicações financeiras.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

j) Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos

As companhias brasileiras podem atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre o seu capital próprio. O valor dos juros sobre o capital próprio é considerado como um dividendo e, quando aplicável, apresentado nessas demonstrações contábeis como uma redução direta no patrimônio líquido.

De acordo com a política de dividendos, a BB Corretora distribui aos acionistas como dividendo obrigatório parcela correspondente a, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado com as deduções e acréscimos previstos no art. 202 da Lei 6.404/76, que são reconhecidos como um passivo e deduzidos do patrimônio líquido quando da destinação do resultado do período.

No exercício reportado não houve pagamento de juros sobre capital próprio.

k) Lucro por Ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM n.º 636/2010. O lucro por ação da BB Corretora foi calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias totais.

4 - GERENCIAMENTO DE RISCOS

A BB Corretora é uma empresa controlada pela BB Seguridade, que atua utilizando, de forma compartilhada, a infraestrutura tecnológica e administrativa dessa companhia. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas nesse contexto. A Administração da BB Corretora segue a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade adotada pela BB Seguridade.

Por meio de sua Declaração de Apetite a Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração, a BB Seguridade define os níveis máximos de riscos que aceita incorrer para o cumprimento de seus objetivos.

O processo de gerenciamento de riscos da BB Seguridade é composto pelas etapas de estabelecimento de contexto, identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento, comunicação e consulta dos riscos e aprimoramento contínuo. Esse processo está documentado internamente por meio do Modelo de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade da BB Seguridade.

A BB Seguridade possui área técnica de gerenciamento de riscos, controles internos e conformidade, segregada das áreas de negócio e da Auditoria Interna, responsável por fornecer fundamentos e suporte à execução do processo de gerenciamento de riscos, que contempla a BB Seguridade e suas controladas.

O gerenciamento dos riscos corporativos na BB Corretora abrange os seguintes riscos: estratégia, crédito, liquidez, mercado, modelo, conformidade, corrupção, lavagem de dinheiro, legal, segurança da informação, operacional, socioambiental e reputação.

A BB Corretora segue a Política de Investimentos Financeiros adotada pela BB Seguridade, na qual estão estabelecidos os critérios referentes à natureza, ao prazo e aos riscos aceitáveis para alocação em ativos financeiros. A política vigente permite a aplicação de recursos apenas em ativos de renda fixa e, no caso de aquisição direta de títulos privados, a contraparte deve possuir no mínimo classificação de rating "grau de investimento", emitida por pelo menos uma das seguintes agências: Moody's, Standard & Poor's e Fitch Ratings. Além disso são definidos limites de concentração por contraparte e rating. As operações com ativos que resultem em risco de moeda estrangeira, risco de renda variável ou alavancagem são vedadas, assim como a negociação de instrumentos derivativos, exceto via Fundos de Investimento de Renda Fixa.

A estratégia de investimentos busca reduzir a exposição aos riscos de mercado e de crédito. A gestão da liquidez é operacionalizada por meio da manutenção de investimentos financeiros que privilegiem a liquidez, buscando manter uma reserva compatível com o fluxo de entrada de recursos e obrigações projetadas da BB Corretora, cuja parcela mais significativa refere-se ao recolhimento de tributos e pagamento de dividendos. A gestão da liquidez considera a classificação dos investimentos financeiros em duas categorias (carteira de curto e longo prazo), diferenciadas pela espécie de ativos e exposição a riscos admitidos na alocação dos recursos e pelo horizonte temporal previsto para sua utilização.

As exposições da BB Corretora em seus investimentos financeiros estão concentradas em operações compromissadas lastreadas por títulos públicos federais junto ao Banco do Brasil e em letras financeiras.

Sobre o risco de crédito proveniente do pagamento de corretagem dos produtos comercializados pela BB Corretora, considera-se devidamente mitigado, em função da natureza da operação do Grupo e pelo fato de tais valores serem recebidos por meio do Banco do Brasil e repassados diretamente à BB Corretora.

Impacto do COVID-19 na Companhia e suas investidas

a) Impactos na continuidade de negócios

A BB Corretora, estando dentro da estrutura administrativa da BB Seguridade, conta com o Grupo Coordenador de Continuidade (GCC), que faz reuniões periódicas para buscar alternativas aos mais diversos cenários e impactos advindos desses, buscando garantir a continuidade da Companhia em situações de crise. Após adotada a estratégia de home office, as reuniões continuaram ocorrendo, de forma a garantir a continuidade dos processos e atividades da companhia, em especial no que se refere à disponibilidade de sistemas, ferramentas e conectividade.

Por buscar especialmente a preservação da saúde de todos os funcionários, a Companhia continua adotando o regime de home office, embora já tenha elaborado um Plano de Retorno ao Escritório (PRE), com objetivo de garantir um ambiente de trabalho seguro e tranquilo para os funcionários quando do retorno às atividades presenciais.

Ressalta-se que o modelo de trabalho segue sem registro de falhas atípicas ou deficiências significativas em sistemas, processos ou controles da BB Corretora.

Em relação aos serviços contratados pela BB Corretora, conforme monitoramento, não foi detectada nenhuma descontinuidade associada a contratos vigentes que possa impactar os negócios da Companhia.

b) Impactos nas demonstrações contábeis

A capacidade da Administração para a realização do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis da BB Corretora continua não afetada. O andamento das atividades continua ocorrendo de acordo com o cronograma previsto para as publicações e com normalidade da execução de todos os processos.

O recebimento dos balancetes de dezembro de 2020 da empresa investida da BB Corretora, que são insumos para o fechamento dos balancetes e elaboração das DFs, transcorreram dentro dos prazos mensais regulares, sem qualquer atraso. Do mesmo modo, o fechamento dos balancetes da BB Corretora transcorreu dentro dos prazos mensais regulares.

Ressalte-se que os processos da Superintendência de Contabilidade estão contemplados em planos de Gestão da Continuidade de Negócios e Crises (modelo seguido pelo controlador Banco do Brasil), sendo grande parte deles considerados críticos, e que, portanto, são testados semestralmente para o enfrentamento de crises.

Até o momento, não tivemos impactos relacionados à produção dos diversos insumos gerados pelas áreas internas da companhia ou das empresas investidas, não obstante a adoção do trabalho remoto pelos colaboradores por meio de ferramenta específica (Virtual Private Network) ou acessando remotamente os computadores da sede da empresa. Adicionalmente, não houve impacto no ERP ou demais sistemas utilizados.

Portanto, considerando as informações aqui expostas e considerando ainda a experiência bem-sucedida da divulgação dos resultados ao longo de 2020, não há indícios, até o momento, de que ocorrerão problemas com as demonstrações contábeis, ou qualquer outra prática contábil, até o final da crise promovida pela pandemia.

c) Capacidade de enfrentamento da crise

O Plano específico de enfrentamento à Covid-19 foi executado no decorrer do segundo trimestre de 2020. Sob os pilares de foco extremo, processo decisório ágil e comunicação tempestiva, foram executadas mais de 30 iniciativas com o envolvimento de praticamente toda a empresa.

Não foram feitas alterações no quadro de funcionários, entretanto, a atual estrutura organizacional foi aprimorada para dar maior ênfase às iniciativas digitais, visando capturar oportunidades trazidas pela aceleração da migração do comportamento dos consumidores para ambientes online.

Além disso, nossos colaboradores continuam em regime de trabalho remoto. Para os casos excepcionais, está autorizada a ida aos escritórios de Brasília (DF) e São Paulo (SP), ambos devidamente sinalizados e com disposição de estações de trabalho que respeitam as regras mais exigentes de distanciamento social e higiene.

Por fim, mesmo em um ambiente de elevada incerteza, revisamos o planejamento estratégico para o ciclo 2021-2025, considerando os desafios iminentes do nosso mercado de atuação e os impactos da pandemia. O foco permanece em atrair novos clientes, fortalecer nossa posição competitiva e explorar novos mercados.

d) Expectativa de impactos futuros

No quesito de capital, destaca-se que não há exigência mínima de capital definida por órgãos reguladores para a BB Corretora

Ainda que com todas as incertezas, a característica da formação de resultado da BB Corretora, baseada principalmente em receitas diferidas, contribui para a redução na volatilidade do lucro líquido da companhia. Conforme verificado no exercício de 2020, apesar de não ser imune aos efeitos da crise, o resultado projetado para a BB Corretora não teve variação relevante em relação às estimativas realizadas antes da pandemia.

Mesmo em um cenário mais adverso, assumindo a persistência da situação de pandemia ao longo de 2021, não foram identificados indícios de fatores que levem a quaisquer necessidades de constituição de provisões adicionais. Tampouco foi verificado qualquer indício de necessidade de redução do índice de payout, se comparado à média histórica. A política de dividendos e práticas de distribuição de resultados também permanecem adequadas.

Considera-se que fatores positivos das características da operação do Grupo como: a baixa sensibilidade dos seguros rurais aos efeitos causados pela pandemia, o conservadorismo adotado na alocação dos ativos financeiros e a ausência de endividamento colaboram para que os impactos da pandemia nos negócios da BB Corretora não sejam tão severos como em outras empresas/indústrias.

5- INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) Descrição dos Investimentos em Participações Societárias, por segmento de negócio / ramo de atuação

	Empresa	Segmento Descrição	Prática Contábil Original	% de participação 31.12.2020	
				ON	**Total**
Corretagem	Ciclic Corretora de Seguros S.A. (Ciclic)	Corretagem de produtos de previdência privada, seguros viagem e assistência residencial no canal digital.	BRGAAP	49,99	74,99

A empresa investida é avaliada pelo método de equivalência patrimonial e não há indicativo de descontinuidade operacional.
O investimento em participação societária na companhia Ciclic é avaliado como investimento em "controlada em conjunto".

b) Participações Societárias avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial

R$ mil

	Ciclic
Saldo em 31.12.2020	
Capital Social	61.133
Patrimônio Líquido	19.311
Saldo em 31.12.2019	
Capital Social	26.999
Patrimônio Líquido	6.398
Movimentação do Investimento no exercício de 2020	
Saldo Contábil 31.12.2019	4.798
Dividendos/JCP	--
Ajustes de Avaliação Patrimonial	--
Outros Eventos	25.599
Resultado de Equivalência Patrimonial	(15.914)
Saldo Contábil 31.12.2020	14.483
Resultado de Equivalência Patrimonial	
Exercício/2020	**(15.914)**
Exercício/2019	**(14.274)**

Os Patrimônios líquidos, em 31.12.2020 e de 31.122019, anteriormente mencionados, não foram ajustados pelo percentual de participação societária detido pela BB Corretora.

O saldo de R$ 25.599 mil, em Outros Eventos, refere-se ao aporte de capital social referente a participação societária na Ciclic Corretora de Seguros S.A.

6 - RECEITAS DE COMISSÕES

R$ mil

	Exercício/2020	Exercício/2019
Receitas de comissões brutas	3.676.972	3.474.987
BB Mapfre	2.659.958	2.407.981
Brasilprev	489.694	517.023
Mapfre Seguros Gerais	144.349	163.221
Brasilcap	374.304	377.844
Outras empresas	8.667	8.918
Deduções da Receita de comissões	(425.693)	(408.756)
PIS	(60.633)	(57.304)
Cofins	(279.280)	(263.944)
ISS	(85.780)	(87.508)
Receitas de comissões líquida	**3.251.279**	3.066.231

No modelo de parceria celebrado entre a BB Seguros e o Grupo Mapfre, está previsto o pagamento de remuneração adicional pela Brasilseg Companhia de Seguros S.A. à BB Corretora vinculada à superação da meta de crescimento de vendas em alguns produtos específicos, obedecendo ao disposto no 2º Aditamento ao Acordo Operacional para Atuação no Segmento de Seguros e seus anexos ("Acordo Operacional" ou "Acordo") do qual Aliança do Brasil e BB Corretora são signatárias desde 30.11.2018.

7 - CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

R$ mil

	Exercício/2020	Exercício/2019
Custo administrativo de produtos	(88.852)	(83.575)
Custo suporte operacional	(68.764)	(75.463)
Custo processamento de dados	(19.252)	(19.298)
Custo Gerência de Investimentos [1]	--	(7.370)
Total	(176.868)	(185.706)

(1)No exercício de 2019 houve ressarcimento de custos referentes ao assessoramento para comercialização dos produtos de seguridade (este serviço de assessoramento foi descontinuado em 2020).

8 - DESPESAS COM PESSOAL

R$ mil

	Exercício/2020	Exercício/2019
Proventos	(24.525)	(21.396)
Encargos sociais	(11.536)	(10.344)
Honorários	(2.158)	(2.264)
Benefícios	(3.757)	(2.695)
Capacitação	(598)	(633)
Total	(42.574)	**(37.332)**

9 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS E VENDAS

R$ mil

	Exercício/2020	Exercício/2019
Doação e Patrocínio [1]	(40.400)	(13.774)
Promoção de vendas	(9.323)	(3.113)
Processamento de dados	(4.550)	(1.954)
Aluguéis e taxa condominial	(2.566)	(2.495)
Serviços técnicos especializados	(1.692)	(911)
Viagens a serviço	(1.022)	(1.075)
Gastos com comunicação	(540)	(365)
Publicações	(302)	(238)
Serviços contratados de terceiros	(112)	(101)
Promoções e relações públicas	(97)	(173)
Outras	(2.379)	(3.598)
Total	(62.983)	**(27.797)**

(1)No exercício de 2020 inclui o montante de R$ 40.000 mil referente às doações efetuadas via Fundação Banco do Brasil, com objetivo de conter os efeitos da pandemia de coronavírus.

10 - TRIBUTOS

a) Demonstração das Despesas de IR e CS

R$ mil

	Exercício/2020	Exercício/2019
Valores Correntes	(1.025.208)	(981.151)
IR e CS	(1.025.208)	(981.151)
Valores Diferidos	2.308	1.776
Ativo Fiscal Diferido	2.308	1.776

Diferenças intertemporais	2.308	1.776
Total	(1.022.900)	(979.375)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CS
R$ mil

	Exercício/2020	Exercício/2019
Resultado Antes dos Tributos e Participações	2.992.005	2.891.974
a) Encargo total do IR (25%) e da CS (9%)	(1.017.282)	(983.271)
Efeito no Cálculo dos Tributos:		
b) Despesas não dedutíveis - resultado de investimentos em participações societárias (34%)	(5.411)	(4.853)
c) Patrocínio/Doação (34%)	(136)	(4.683)
d) Incentivo fiscal	400	13.774
e) Despesas não dedutíveis/receitas não tributáveis (34%)	(471)	(342)
Imposto de Renda e Contribuição Social (a+b+c+d+e)	(1.022.900)	(979.375)

c) Despesas Tributárias
R$ mil

	Exercício/2020	Exercício/2019
Sobre Receitas Financeiras e Outras		
Cofins	(2.321)	(4.397)
PIS/Pasep	(377)	(715)
Outras	(64)	(59)
Total	**(2.762)**	(5.171)

d) Ativos por Impostos Correntes
R$ mil

	31.12.2020	31.12.2019
Impostos a compensar	16.345	16.345
IRRF	19.061	23.294
(-) Impostos correntes deduzidos/compensados	(19.061)	(23.294)
Total [(1)]	**16.345**	16.345

(1)O saldo em 31.12.2020 refere-se ao pedido de restituição de IRRF junto a RFB.

e) Ativos por Impostos Diferidos (Créditos Tributários)
R$ mil

	31.12.2020	Constituição	Baixa	31.12.2019
Diferenças Temporárias				
Provisões passivas	12.947	5.597	(3.290)	10.640
Total dos Créditos Tributários Ativados	**12.947**	5.597	(3.290)	10.640
Imposto de renda	9.519	4.115	(2.419)	7.823
Contribuição social	3.428	1.482	(871)	2.817

f) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários Ativados

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado para a data base de 31.12.2020, sendo o valor presente apurado com base na taxa média Selic.

R$ mil

	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2021	2.227	2.191
Em 2022	2.324	2.216
Em 2023	2.115	1.926
Em 2024	2.462	2.114
Em 2025	2.390	1.928
Após 2025	1.429	1.091
Total de Créditos Tributários	**12.947**	11.466

No decorrer do exercício de 2020, observou-se a realização de parte dos créditos tributários na BB Corretora no montante de R$ 3.290 mil.

g) Passivos por Impostos Correntes
R$ mil

	31.12.2020	31.12.2019
Imposto de renda	484.051	462.798
Contribuição social	169.629	162.950
Cofins	25.153	24.300
ISS	16.671	15.894
Pasep	5.452	5.255
Outros	33	--
(-) Impostos correntes deduzidos/compensados	(19.061)	(23.294)
Total	**681.928**	647.903

11 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS
R$ mil

	Exercício/2020	Exercício/2019
(Constituição)/reversão de provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	(234)	1.329
Outras Receitas/(Despesas) (1)	(7.191)	(6.931)
Total	(7.425)	(5.602)

(1)No exercício de 2020 e 2019 inclui o montante de R$ 6.552 mil referente à provisão para corretagem a devolver à Brasilprev.

12 - RESULTADO FINANCEIRO
R$ mil

	Exercício/2020	Exercício/2019
Receitas Financeiras	58.024	109.933
Rendimento de aplicações financeiras	54.960	102.966
Atualização monetária de depósitos judiciais	3.064	6.960
Atualização monetária de tributos	--	7
Despesas Financeiras	(8.772)	(8.308)
Atualização monetária de dividendos	(6.770)	(8.048)
Perda em aplicação financeira	(1.686)	--
Serviços do sistema financeiro	(312)	(238)
Outras	(4)	(22)
Resultado Financeiro	49.252	101.625

13 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
R$ mil

	31.12.2020	31.12.2019
Caixa	2.992	2
Fundo de curto prazo	--	10.197
Operações compromissadas [(1)]	1.884.223	1.443.370
Total	**1.887.215**	**1.453.569**

(1)Referem-se aos investimentos em operações compromissadas junto ao Banco do Brasil S.A. lastreadas em títulos públicos federais com liquidez diária e risco insignificante de mudança de valor justo.

As aplicações financeiras em fundos de curto prazo e operações compromissadas estão categorizadas como ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

14 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS
a)Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado
R$ mil

	31.12.2019					31.12.2020	
	Valor de Custo	Valor de Mercado/ Contábil	Aplicações	Resgates	Rentabilidade	Valor de Custo	Valor de Mercado/ Contábil
Fundo de longo prazo [1]	326.784	456.734	--	464.204	8.508	797	1.038
Total	326.784	456.734	--	464.204	8.508	797	1.038

(1) Refere-se à investimentos no fundo de investimento BB Renda Fixa Longo Prazo Corporativo 10 Milhões, cuja política de investimentos prevê aplicações em fundos de investimentos com carteira composta, isolada ou cumulativamente, por títulos e valores mobiliários, públicos ou privados, prefixados e/ou pós-fixados, operações compromissadas, todo e qualquer ativo financeiro e/ou modalidades operacionais disponíveis no mercado financeiro, conforme regulamentação. O fundo deve manter 80% da carteira em títulos públicos federais e/ou ativos com baixo risco de crédito. Não são admitidas estratégias que impliquem risco de moeda estrangeira, de renda variável ou alavancagem.

b)Ativos Financeiros Mensurados pelo Custo Amortizado
R$ mil

	Rating da Contraparte	31.12.2020			31.12.2019		
		Valor de Custo	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor Contábil	Valor de Mercado
Letras financeiras de curto prazo [1]	AA-	220.400	245.101	245.033	265.000	286.301	286.427
Letras financeiras de longo prazo [2]	AA-	200.000	204.449	203.374	220.400	238.305	238.457
Total		420.400	449.550	448.407	485.400	524.606	524.884

(1) Referem-se às aplicações em Letras Financeiras pós-fixadas com prazo de vencimento em até 1 ano, sendo que o primeiro vencimento ocorrerá em 26.03.2021 e os demais até 31.12.2021.
(2) Referem-se às aplicações em Letra Financeira pós-fixada com vencimento em 11.03.2022.
c)Hierarquia de valor justo
A Companhia classifica os instrumentos financeiros em três níveis de subjetividade na determinação do valor justo. Os diferentes níveis são definidos conforme segue:
Nível 1: Preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
Nível 2: Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
Nível 3: Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).
R$ mil

	31.12.2020			31.12.2019		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundo de longo prazo	1.038	--	1.038	456.733	--	456.733
Caixa e equivalentes de caixa	1.887.215	--	1.887.215	1.453.569	--	1.453.569
Letras financeiras	--	448.407	448.407	--	524.884	524.884
Total	1.888.253	448.407	2.336.660	1.910.302	524.884	2.435.186

15 - COMISSÕES A RECEBER
R$ mil

	31.12.2020	31.12.2019
Ativo Circulante	1.173.988	996.720
BB Mapfre[1]	1.120.275	921.184
Mapfre Seguros Gerais	43.169	63.873
Brasilprev	9.388	5.114
Brasilcap	1.094	6.549
Outras	62	--
Ativo Não Circulante	643.090	343.595
BB Mapfre	643.090	343.595
Total	1.817.078	1.340.315

(1)Em 31.12.2020, R$ 464 milhões refere-se à comissão adicional conforme acordo de reestruturação descrito na Nota 2. A provisão da comissão adicional é efetuada mensalmente e seu recebimento está previsto para até 60 dias após o fechamento do exercício. Em 31.12.2019, R$ 446 milhões refere-se à comissão adicional, recebida em 27/02/2020.

16 - OUTROS ATIVOS
R$ mil

	31.12.2020	31.12.2019
Ativo Circulante	1.438	**386**
Outros	1.438	386
Ativo Não Circulante	206.585	**203.774**
Depósito judicial - Fiscal [1]	165.315	162.765
Depósito judicial - SRF [2]	38.813	38.355
Depósito judicial - Cível	2.407	2.634
Outros	50	20
Total	**208.023**	**204.160**

(1) Refere-se, principalmente, à ação judicial de natureza fiscal, com o objetivo de anular decisão administrativa que não homologou declarações de compensação de saldos negativos de IRPJ com diversos tributos próprios. O valor atualizado do referido depósito judicial é de R$ 151.968 mil (R$ 149.547 mil em 31.12.2019), sendo sua atualização pela taxa SELIC.

(2) Refere-se a processo de compensação de débitos de PASEP, COFINS, CSLL e IRPJ, com créditos oriundos de saldos negativos de IRPJ dos anos-calendários de 1999 a 2003.

17 - DIVIDENDOS A PAGAR
R$ mil

	31.12.2020	31.12.2019
Dividendos a pagar [1]	**1.060.278**	**1.031.794**

(1) Dividendos a pagar à BB Seguridade Participações S.A

18 - PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Os valores de provisões apresentados para demandas trabalhistas, cíveis e fiscais são estimativas de perda cujo julgamento é realizado pela administração, com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes e não pelo valor total das causas.

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

b) Passivos Contingentes - Prováveis

Ações Fiscais

As ações fiscais da BB Corretora advêm, principalmente, de autuações do fisco municipal/distrital (discutindo o "recolhimento" do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza [ISSQN]); e, de demandas da União propostas nas esferas administrativa ou judicial discutindo tributos federais (notadamente, a não homologação de compensações de tributos próprios com outros tributos).

Em 31 de dezembro de 2020, a BB Corretora, tinha um total de 37 (trinta e sete) ações fiscais ativas discutindo matérias afetas a área fisco-tributária, classificadas como remota, possível e provável a depender da fase do processo e/ou situação específica afeta a cada caso concreto. E, as citadas ações estão assim distribuídas: (i) 23 (vinte e três) delas na esfera administrativa, exclusivamente, junto à Receita Federal do Brasil (RFB); e (ii) 14 (quatorze) delas ajuizados no judiciário brasileiro, sendo 10 (dez) na esfera Estadual e 04 (quatro) na esfera Federal.

Dentre a totalidade das ações fiscais, 4 (quatro) delas estão classificadas com probabilidade de perda provável. A seguir, uma breve síntese do principal processo classificado como "Provável", em outras palavras, cujo valor envolvido é expressivo:

A BB Corretora é parte em processo judicial cuja causa de pedir central diz respeito ao recolhimento de ISSQN, em trâmite junto ao TJ-MG, ao qual foi atribuído o valor da causa inicial de R$ 8,3 milhões e, ajuizada em 29/06/1998. A referida ação foi julgada pelo juízo competente, o qual reconheceu o direito do Município em receber o ISSQN requerido, todavia reduziu o valor para o importe de R$ 19 mil. No decorrer do processo, em sede de discussão de embargos à execução foi efetuado o depósito judicial junto ao BB, cujo valor atualizado em 31/12/2020 é de R$ 594 mil. Em razão da situação instalada do processo em 31/12/2020 a BB Corretora mantém provisão no importe de R$ 507 mil, vez que o processo tem probabilidade de perda como "provável" em função do julgamento do mérito. Finalmente, cite-se que o Município ajuizou execução fiscal do valor da condenação (R$ 19 mil), a qual se encontra em fase de liquidação para apuração do quantum devido.

Ações Cíveis

Nas ações de natureza cível envolvendo à BB Corretora, destacam-se os pedidos de indenizações diversas (dano material, dano moral, etc.), notadamente, decorrentes das relações consumeristas envolvendo os produtos de seguridade e afins (seguros de pessoas e patrimoniais, previdência complementar aberta, capitalização e planos odontológicos).

Ações Trabalhistas

As ações trabalhistas envolvendo à BB Corretora advêm, principalmente, de reclamatórias trabalhistas, com cunho cível (decorrentes, principalmente, de seguros empresariais de vida em grupo, cujas empregadoras originárias não arcaram com as verbas rescisórias trabalhistas); e, demandas de terceiros em desfavor das Companhias Coligadas e da BB Corretora na condição de integrante do Grupo BB Seguridade especialmente, requerendo eventual condenação subsidiária.

Movimentações na provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas classificadas como prováveis:
R$ mil

	Exercício/2020	Exercício 2019
Demandas Fiscais		
Saldo Inicial	**994**	**939**
Constituição / Atualização (1)	441	67
Reversão de provisão	--	--
Baixa por pagamento	--	(12)
Saldo Final	1.435	**994**
Demandas Cíveis		
Saldo Inicial	**15.558**	**16.942**
Constituição / Atualização (2)	5.527	8.775
Reversão de provisão	(4.238)	(6.374)
Baixa por pagamento	(1.496)	(3.785)
Saldo Final	15.351	**15.558**
Total	**16.786**	**16.552**

(1) Em 31.12.2020 foi incluído no montante o valor de R$ 28 mil referente a atualização monetária do exercício.
(2) Em 31.12.2020 foi incluído no montante o valor de R$ 787 mil referente a atualização monetária do exercício.
Fluxos estimados de saída de benefícios econômicos
R$ mil

	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total
Até 5 anos	--	542	12.512	13.054
De 5 a 10 anos	--	338	2.314	2.652
Acima de 10 anos	--	555	525	1.080
Total	--	**1.435**	**15.351**	**16.786**

Dado o cenário de incertezas no que diz respeito à duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, os fluxos de saída de benefícios econômicos têm sido estimados com base nas melhores informações disponíveis.

c) Passivos Contingentes - Possíveis
Ações Fiscais
As demandas fiscais classificadas com risco possível são dispensadas de constituição de provisão, cujos processo, apresentam natureza administrativa e judicial.
A BB Corretora contesta a não homologação de pedidos de compensação de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins efetuadas entre os anos de 1999 e 2003, em virtude do não reconhecimento dos saldos negativos dos anos de 1995 e 1997 e da dedução de valores da CSLL da base de cálculo do IRPJ concedida em decisão de Mandado de Segurança. A possibilidade de perda da demanda está classificada como possível, não sendo, portanto, constituída provisão.

Na forma da legislação aplicável, notadamente, o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; as ações com classificação de risco remota ou possível estão dispensadas de constituição de provisão. Todavia, consignamos a seguir breve síntese dos principais processos judicializados em face da Companhia:

A BB Corretora possui disputa judicial relacionada a "DCOMP Saldo Negativo IRPJ", junto ao TRF1/DF, cujo valor inicial da causa era de R$ 82,3 milhões, ajuizada em 18/04/2011. O processo se encontra na fase inicial de conhecimento (não há sentença). Cite-se ainda, que esse processo possui depósito judicial (egresso da fase administrativa da discussão) no valor de R$ 152,1 milhões (data base: 31.12.2020) depositado em conta judicial na Caixa Econômica Federal.

Ações de Natureza Cível
Nas ações de natureza cível envolvendo BB Corretora, destacam-se os pedidos de indenizações diversas (dano material, dano moral, etc.), notadamente, decorrentes das relações consumeristas envolvendo os produtos de seguridade e afins (seguros de pessoas e patrimoniais, previdência complementar aberta, capitalização e planos odontológicos).

Ações Trabalhistas
As ações trabalhistas envolvendo BB Corretora advêm, principalmente, de reclamatórias trabalhistas, com cunho cível decorrentes de seguros empresariais de vida em grupo, cujas empregadoras originárias não arcaram com as verbas rescisórias trabalhistas e, demandas de terceiros em desfavor das Companhias Coligadas e da BB Corretora na condição de integrante do Grupo BB Seguridade notadamente, requerendo eventual condenação subsidiária.

Saldos das demandas fiscais e cíveis classificadas como possíveis:
R$ mil

	31.12.2020	31.12.2019
Demandas trabalhistas	--	--
Demandas fiscais (1)	230.189	215.122
Demandas cíveis	2.627	2.318
Total	232.816	**217.440**

(1) Referem-se, principalmente, à ações judiciais de natureza fiscal com o objetivo de anular decisão administrativa que não homologou declarações de compensação de saldos negativos de IRPJ com diversos tributos próprios. Existe depósito em garantia para a ação mencionada conforme demonstrado no item "d" abaixo.

d) Depósitos em Garantia de Recursos
Os depósitos judiciais são efetuados no Banco do Brasil ou em outra instituição financeira oficial, como meio de pagamento ou como meio de garantir o pagamento de condenações, indenizações, acordos e demais despesas decorrentes de processos judiciais. Os valores estão apresentados no balanço patrimonial em Outros Ativos.

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as provisões e passivos contingentes
R$ mil

	31.12.2020	31.12.2019
Demandas trabalhistas	50	21
Demandas fiscais (1)	204.128	201.119
Demandas cíveis	2.407	2.634
Total	206.585	**203.774**

(1) Refere-se, principalmente, à ação judicial de natureza fiscal com o objetivo de anular decisão administrativa que não homologou declarações de compensação de saldos negativos de IRPJ com diversos tributos próprios. O valor atualizado do referido depósito judicial é de R$ 151.967 mil (R$ 149.547 mil em 31.12.2019), referente à investida BB Corretora, sendo sua atualização pela taxa SELIC.

19 - COMISSÕES A APROPRIAR
R$ mil

	31.12.2020	31.12.2019
Passivo Circulante	1.127.358	993.057
BB Mapfre	1.049.015	902.215
Mapfre Seguros Gerais	78.037	90.495
Outras	306	347
Passivo Não Circulante	1.417.250	1.226.955
BB Mapfre	1.389.918	1.185.165
Mapfre Seguros Gerais	27.331	41.789
Outras	1	1
Total	2.544.608	2.220.012

20 - OUTROS PASSIVOS
R$ mil

		31.12.2020	31.12.2019
Passivo Circulante			
Valores a pagar a sociedades ligadas (1)		56.051	47.991
Outros	120	7	
Total		**56.171**	**47.998**

(1) Valores de despesas repassadas pelo Banco do Brasil e BB Seguridade, conforme convênio de rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

21 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social
O Capital Social, no montante de R$ 36.211 mil em 31.12.2020 e em 31.12.2019 está dividido em 1.000.000 ações ordinárias, representadas na forma escritural e sem valor nominal.

O Patrimônio Líquido de R$ 46.908 mil em 31.12.2020 e em 31.12.2019, corresponde a um valor patrimonial de R$ 46,91 em 31.12.2020 e em 31.112.2019.

b) Reservas de Capital e de Lucros
R$ mil

	31.12.2020	31.12.2019
Reserva de Capital	**4.975**	**4.975**
Reservas de Lucros	5.888	5.888
Reserva legal	5.888	5.888

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social e o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital que não excederá 30% (trinta por cento) do capital social.

c) Dividendos
R$ mil

	Exercício/2020	Exercício/2019
(1) - Lucro líquido	1.969.105	1.912.599
(2) - Reserva legal constituída	--	--
(=) Base de cálculo (1 - 2)	1.969.105	**1.912.599**
(3) - Dividendos mínimos obrigatórios	492.276	478.150
(4) - Dividendos adicionais	1.476.829	1.434.449
(5) - Reserva Estatutária	--	--
(=) Saldo do lucro líquido ajustado, após as destinações (1-2-3-4-5)	**--**	**--**
(6) - Dividendos propostos (3+4)	1.969.105	1.912.599
(7) - Dividendos pagos	908.827	880.805
(=) Dividendos a pagar (6-7)	**1.060.278**	**1.031.794**

A BB Corretora segue a Política de Dividendos do grupo BB Seguridade disponível no site de Relações com Investidores da BB Seguridade, que permite a distribuição da totalidade dos lucros não destinados às reservas estatutária e de lucros a realizar nos termos da Lei das Sociedade por Ações.

A Política é revisada anualmente ou, extraordinariamente, a qualquer tempo, e submetida ao Conselho de Administração do grupo para aprovação.

Os dividendos relativos ao lucro do 2º semestre de 2019, de R$ 1.031.794 mil, foram pagos em fevereiro de 2020, com a atualização monetária de R$ 6.770 mil pela taxa Selic, somando um montante pago de R$ 1.038.564 mil, conforme seu estatuto social.

Os dividendos intermediários relativos ao lucro do 1º semestre de 2020, de R$ 908.827 mil, aprovados pela Assembleia Geral Extraordinária em 30.06.2020, conforme seu estatuto social, foram pagos em agosto de 2020.

c.1) Dividendos por ação

	2° Sem/2020		1° Sem/2020		2° Sem/2019		**1° Sem/2019**	
	Valor (R$ mil)	Valor por ação (R$)	**Valor (R$ mil)**	**Valor por ação (R$)**	**Valor (R$ mil)**	**Valor por ação (R$)**	Valor (R$ mil)	Valor por ação (R$)
Dividendos	1.060.278	1.060,28	908.827	908,83	1.031.794	1.031,79	880.805	880,81

d) Outros resultados abrangentes acumulados

O saldo negativo registrado na conta de outros resultados abrangentes acumulados no montante de R$ 166 mil em 31.12.2020 e em 31.12.2019 refere-se a resultado de períodos anteriores à participação da BB Corretora na Ciclic.

22 - PARTES RELACIONADAS

A BB Corretora realizou transações bancárias com o Banco do Brasil S.A., tais como depósitos em conta corrente (não remunerados) e aplicações financeiras.

A BB Corretora possui convênio com o Banco do Brasil S.A., firmado em 20 de dezembro de 2012, com vigência de 20 anos, para rateio e/ou ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos decorrentes da utilização do quadro de pessoal, recursos materiais, tecnológicos e administrativos, necessários para a manutenção das atividades das Companhias e, em especial, comercialização de produtos no canal bancário.

O convênio visa capturar sinergias decorrentes do compartilhamento de recursos e seus termos preveem que o ressarcimento siga critérios de rateio com base em metodologias de apuração previstas no referido convênio, observando a efetiva utilização dos recursos. Os valores do rateio são apurados e pagos mensalmente.

Os custos com a remuneração atribuída ao Conselho Fiscal da BB Corretora no exercício de 2020 foram de R$ 200 mil (R$ 343 mil no exercício de 2019).

A BB Corretora não concede empréstimos a seus Diretores e aos membros do Conselho Fiscal.

a) Sumário das Transações com Partes Relacionadas

Saldos das operações ativas e passivas da BB Corretora com as partes relacionadas em 31.12.2020 e 31.12.2019 e seus respectivos resultados nos exercícios de 2020 e 2019 foram:

R$ mil

	31.12.2020				31.12.2019			
	Controlador Final [1]	**Controlador Direto [1]**	**Outras Partes Relacionadas**	Total	Controlador Final [1]	**Controlador Direto [1]**	**Outras Partes Relacionadas**	Total
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	1.887.215	--	--	1.887.215	1.453.569	--	--	1.453.569
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.038	--	--	1.038	456.734	--	--	456.734
Ativos financeiros ao custo amortizado	--	--	204.449	204.449	--	--	54.324	54.324
Comissões a receber [2]	--	--	1.817.078	1.817.078	--	--	1.340.315	1.340.315
Passivos								
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	15.600	5.976	34.475	56.051	15.352	5.778	26.861	47.991
Comissões a apropriar [3]	--	--	2.544.608	2.544.608	--	--	2.220.012	2.220.012
Dividendos a pagar	--	1.060.278	--	1.060.278	--	1.031.794	--	1.031.794

(1) O controlador final é o Banco do Brasil e o controlador direto é a BB Seguridade.
(2) Referem-se às comissões de corretagem a receber da Brasilseg, Mapfre, Brasilcap, Brasilprev e BB Dental.
(3) Referem-se às comissões de corretagem a apropriar da Brasilseg, Mapfre e BB Dental.

R$ mil

	Exercício/2020				Exercício/2019			
	Controlador Final [1]	**Controlador Direto [1]**	**Outras Partes Relacionadas**	Total	Controlador Final [1]	**Controlador Direto [1]**	**Outras Partes Relacionadas**	Total
Resultado								
Receitas de aplicações financeiras	36.583	--	4.449	41.032	71.892	--	4.324	76.216
Receita de prestação de serviços [2]	--	--	3.532.176	3.532.176	--	--	3.307.907	3.307.907
Despesas de pessoal	(42.574)	--	--	(42.574)	(37.332)	--	--	(37.332)
Despesas administrativas [3]	(177.016)	(5.672)	--	(182.688)	(196.538)	(6.274)	--	(202.813)
Variações monetárias passivas [4]	--	(6.770)	--	(6.770)	--	--	(8.048)	(8.048)
Outras despesas financeiras	--	--	(310)	(310)	--	--	(238)	(238)

(1) O controlador final é o Banco do Brasil e o controlador direto é a BB Seguridade.

(2) Referem-se às comissões de corretagem recebidas/apropriadas da Brasilseg, Mapfre, Brasilprev, Brasilcap e BB Dental.

(3) Valores de despesas repassadas pelo Banco do Brasil, conforme convênio de rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos e rateio interno de despesas realizado com a BB Seguridade.

(4) Valor referente à atualização monetária dos dividendos a pagar a BB Seguridade.

b) Remuneração paga a Empregados e Administradores

A BB Corretora não possui quadro próprio de empregados, nem remunera seus administradores, uma vez que suas atividades são conduzidas integralmente pela estrutura administrativa da BB Seguridade.

A BB Corretora ressarce a BB Seguridade pelas despesas de pessoal. As despesas de pessoal estão divulgadas na Nota 08.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Acionista da
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a

eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 5 de fevereiro de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" DF

DIEGO WAILER DA SILVA

Contador CRC nº 1 RS 074562/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA BB CORRETORA DE SEGUROS E ADMINISTRADORA DE BENS S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras que o acompanham, quais sejam, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, bem como as Notas Explicativas relacionadas, o correspondente Relatório emitido pelos Auditores Independentes e a Proposta de Destinação do Resultado, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Nossos exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análises, documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.

Desta forma, com base nos trabalhos e esclarecimentos prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Consultores e no seu relatório, emitido em 05 de fevereiro de 2021, sem ressalvas e, ainda, nos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, este Conselho Fiscal, por unanimidade de seus membros, concluiu que as Demonstrações Financeiras, acima mencionadas, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, e a proposta de destinação do resultado estão adequadamente apresentadas e opina favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembléia Geral dos Acionistas.

Brasília-DF, 5 de fevereiro de 2021.
LUCINÉIA POSSAR
Presidente

FRANCISCO OLINTO VELO SCHMITT
Conselheiro

LUIS FELIPE VITAL NUNES PEREIRA
Conselheiro

DIRETORIA
MEMBROS DA ADMINSTRAÇÃO
DIRETOR PRESIDENTE

LEONARDO AMBRÓSIO GOSLING

DIRETORES

CHARLLES WILLIAN LOPES FERREIRA

JORGE LUIS DE FREITAS DUARTE

CONSELHO FISCAL

LUCINEIA POSSAR

FRANCISCO OLINTO VELO SCHMITT

LUIS FELIPE VITAL NUNES PEREIRA

COMITÊ DE AUDITORIA

LUIZ CLAUDIO MORAES

ARNALDO JOSÉ VOLLET

ARTEMIO BERTHOLINI

MANOEL GIMENES RUY

ROBERTO LAMB

CONTADOR

PEDRO KIEFER BRAGA
CRC-DF 020.786/O-0
CPF 027.782.029-43

BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 11.159.426/0001-09

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Exercício encerrado em 31.12.2020

Senhores Acionistas,

Apresentamos as Demonstrações Financeiras da BB Seguros Participações S.A. ("BB Seguros") relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2020.

A BB Seguros é uma subsidiária integral da BB Seguridade Participações S.A. que tem por objeto a participação em sociedades seguradoras, de capitalização, de entidades abertas de previdência complementar e de empresas que operam planos privados de assistência à saúde.

Atendendo ao art. 243 da Lei 6.404/76, o quadro a seguir relaciona os investimentos da BB Seguros em empresas investidas, bem como as modificações ocorridas durante o exercício:

Tabela 1 - Participações Acionárias

R$ mil

		Participação (%)	Saldo do Investimento		Resultado de Participação
Atividade		31.12.2020	31.12.2020	31.12.2019	Exercício/2020
Participações societárias					
Brasilseg	Seguros	74,99%	2.245.714	2.028.605	1.086.543
Brasilprev	Previdência	74,99%	3.338.239	2.440.155	686.379
Brasilcap	Capitalização	66,66%	470.327	431.932	105.780
Brasildental	Odontológico	74,99%	15.582	12.880	17.702

Mudança no investimento na Brasilprev

Em 30 de dezembro de 2020 foi aprovado um reforço de capital na Brasilprev, no montante de R$1,2 bilhão. O reforço se fez necessário em virtude da forte alta do IGP-M, ocorrida principalmente no segundo semestre de 2020, fato que, concomitantemente com o fechamento da curva de longo prazo da estrutura a termo de taxa de juros em IGP-M (ETTJ IGP-M), resultou na elevação do passivo dos planos tradicionais da Brasilprev atrelados a este índice, sem a respectiva valorização proporcional dos ativos de cobertura. Essa combinação de fatores resultou em elevação do Capital Mínimo Requerido (CMR) nas parcelas associadas aos riscos de subscrição e de mercado e impactou diretamente o resultado do Teste de Adequação do Passivo (TAP), promovendo redução do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da referida investida, em especial na parcela composta pelos chamados "ajustes associados a variações econômicas".

Considerando a manutenção da participação acionária de 74,995%, o montante subscrito e integralizado pela BB Seguros foi de R$899,9 milhões.

Desempenho econômico-financeiro

Enquanto empresa de participações, o lucro líquido da BB Seguros é composto basicamente pelo resultado de equivalência patrimonial, apurado a partir do resultado de suas empresas investidas, e das demais receitas e despesas operacionais e financeiras da companhia.

Em 2020, a BB Seguros apresentou lucro líquido de R$1,9 bilhão, redução de 60,0% em relação ao lucro líquido reportado no ano de 2019. No entanto, cabe ressaltar que em 2019 ocorreram os seguintes eventos que impactaram positivamente o resultado daquele ano:

Brasilseg - reversão de Provisão de Prêmios Não Ganhos ("PPNG"): em novembro de 2019, foi concluído o trabalho de regularização do saldo de PPNG, que registrava um excesso de provisão decorrente do fluxo de endosso de apólices de seguro prestamista. O excesso de R$121,1 milhões foi revertido, sendo segregado o montante de R$44,5 milhões como extraordinário visto que se tratava de parcela relativa a exercícios anteriores. A quantia revertida de R$44,5 milhões gerou um impacto positivo de R$16,5 milhões no lucro líquido da Brasilseg e de R$12,4 milhões na BB Seguros.

Brasilprev - reversão de Provisão para Despesas Relacionadas ("PDR"): em novembro de 2019, foi realizada uma revisão das premissas da PDR, incorporando o resultado de estudos atuariais sobre a variável que se refere ao percentual de clientes que optam por receber a sua reserva acumulada na forma de benefício. Com isso, o lucro líquido da Brasilprev foi positivamente impactado em R$26,2 milhões, beneficiando o lucro líquido da BB Seguros em R$19,7 milhões.

BB Seguros - oferta pública com esforços restritos de distribuição secundária das ações do IRB Brasil-RE: alienação da totalidade das ações ordinárias de titularidade da BB Seguros, em julho de 2019, produzindo um ganho líquido de R$2,3 bilhões.

Descontado os eventos mencionados, classificados como extraordinários, o resultado de investimentos em participações societárias contraiu 17,8%, desempenho que pode ser explicado tanto pela queda de 34,3% no resultado oriundo da Brasilprev, em função do resultado financeiro negativo no ano, motivado pelo diferencial nos índices de inflação que atualizaram os ativos (IPCA e IGP-M acumulado entre janeiro e dezembro de 2020) e passivos (IGP-M com defasagem média de um mês) dos planos de benefício definido, como pelo resultado de equivalência do IRB Brasil RE, que em 2019 havia contribuído com R$118,8 milhões para o resultado.

As despesas gerais e administrativas ajustadas, desconsiderando os valores referentes a taxas e comissões de assessoramento na alienação das ações do IRB, registraram aumento de 52,8% em 2020, explicado principalmente pelo maior volume de provisões para ajuste dos preços dos ativos da Brasilveículos alienados à MAPFRE quando da reestruturação da parceira, em função do não atingimento das metas de venda do seguro automóvel no canal bancário, conforme dinâmica prevista nos acordos assinados na reestruturação (earn in / earn out), enquanto em 2019 houve uma reversão de R$7,3 milhões dessas provisões, relativo ao saldo provisionado referente ao exercício de 2018, que impactou positivamente o segundo trimestre daquele ano. Em contrapartida, a redução das despesas tributárias de PIS e Cofins incidentes sobre as receitas financeiras (-39,8%) compensaram parte desse aumento no ano.

O resultado financeiro contraiu 63,7%, em razão de um menor saldo de aplicações financeiras no comparativo e da queda da taxa média Selic, principal índice vinculado às aplicações financeiras da companhia.

Brasília, 2021.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
R$ mil

	Nota	Exercício/2020	Exercício/2019
Receitas Operacionais		**1.896.404**	**2.338.033**
Resultado de investimentos em participações societárias	[6.b]	1.896.404	2.338.033
Resultado Bruto		1.896.404	**2.338.033**
Outras Receitas e Despesas		**(46.785)**	**3.481.483**
Despesas com pessoal	[7]	(9.717)	(10.294)
Despesas administrativas diversas	[8]	(3.345)	(10.975)
Despesas tributárias	[9.c]	(6.152)	(10.218)
Outras	[10]	(27.571)	3.512.970
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras		1.849.619	**5.819.516**
Resultado Financeiro	[11]	24.603	**67.771**
Receitas financeiras		31.858	68.548
Despesas financeiras		(7.255)	(777)
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**1.874.222**	**5.887.287**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**[9.a]**	(9.943)	**(1.230.296)**
Lucro Líquido do Exercício		**1.864.279**	4.656.991
Número de ações	[18.a]	278.862.835	278.862.835
Lucro por ação (R$)		6,69	16,70

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
R$ mil

	Nota	Exercício/2020	Exercício/2019
Lucro Líquido do Exercício		**1.864.279**	4.656.991
Participação no Resultado Abrangente de Investimentos em participações societárias	[6.b]	(15.569)	28.219
Ganhos/(perdas) sobre ativos financeiros		(25.950)	75.405
Outros resultados abrangentes		--	(28.373)
Efeito fiscal		10.381	(18.813)
Resultado Abrangente do Exercício		1.848.710	4.685.210

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL
R$ mil

	Nota	31.12.2020	31.12.2019
Ativo Circulante		99.337	1.696.528
Caixa e equivalentes de caixa	[12]	99.337	1.696.528
Ativo Não Circulante		6.086.536	4.917.123
Investimentos em participações societárias	[6.b]	6.069.862	4.913.572
Ativos por impostos correntes	[9.d]	13.276	13
Ativos por impostos diferidos	[9.e]	3.382	3.440
Outros ativos	[14]	16	98
Total do Ativo		6.185.873	6.613.651
Passivo Circulante		31.780	953.313
Dividendos a pagar	[15]	--	929.697
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	[16]	261	760
Passivos por impostos correntes	[9.g]	941	7.255
Outros passivos	[17]	30.578	15.601
Passivo Não Circulante		229.272	228.943
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	[16]	707	379
Passivos por impostos diferidos	[9.h]	228.565	228.564
Total do Passivo		261.052	1.182.256
Patrimônio Líquido		5.924.821	5.431.395
Capital social	[18.a]	4.210.872	4.210.872
Reservas de lucros	[18.b]	1.700.901	1.191.906
Outros resultados abrangentes acumulados	[18.d]	13.048	28.617
Total do Patrimônio Líquido		5.924.821	5.431.395
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		6.185.873	6.613.651

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
R$ mil

	Nota	Exercício/2020	Exercício/2019
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações			
Lucro Líquido do exercício		1.864.279	4.656.991
Ajustes ao Lucro:			
Resultado de investimentos em participações societárias	[6.b]	(1.896.404)	(2.338.033)
Ganho na alienação de investimento - IRB Brasil RE		--	(3.519.736)
Atualização monetária de dividendos e juros sobre capital próprio, líquida		7.219	(1.481)
Outros ajustes		(171)	(45)
Lucro Ajustado		(25.077)	(1.202.304)
Variações Patrimoniais:			
Ativos por impostos correntes e diferidos		(13.205)	6
Outros ativos		82	(32)
Passivos por impostos correntes e diferidos		(6.313)	(3.721)
Outros passivos		14.977	6.557
Caixa Gerado/(Consumido) pelas Atividades Operacionais		(29.536)	(1.199.494)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento			
Dividendos recebidos	[6.b]	1.573.182	2.044.221
Juros sobre capital próprio recebidos	[6.b]	51.302	65.856
Recebimento relativo à Alienação de investimento - IRB Brasil RE		--	4.181.779
Aporte de capital social - Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	[6.b]	(899.939)	--
Caixa Gerado/(Consumido) pelas Atividades de Investimento		724.545	6.291.856
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento			
Dividendos pagos		(2.292.200)	(4.145.188)
Caixa Gerado/(Consumido) pelas Atividades de Financiamento		(2.292.200)	(4.145.188)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.597.191)	947.174
Início do exercício	[12]	1.696.528	749.354
Fim do exercício	[12]	99.337	1.696.528
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.597.191)	947.174
Informações Complementares das Operações			
Imposto de Renda pago no exercício		(2.485)	(886.557)
Contribuição Social paga no exercício		(3.937)	(329.867)
Total dos Tributos Pagos		(6.422)	(1.216.424)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
R$ mil

Evento	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulado	Outros Resultados Abrangentes Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reservas Estatutárias			
Saldos em 31.12.2018		4.210.872	471.535	1.137.521	--	398	5.820.326
Outros resultados abrangentes		--	--	--	--	28.219	28.219
Dividendos intermediários pagos		--	--	(650.000)	--	--	(650.000)
Lucro líquido do exercício	[18.c]	--	--	--	4.656.991	--	4.656.991
Destinações:- Reservas de Lucros		--	232.850	1.000.000	(1.232.850)	--	--
- Dividendos propostos antecipados - 1º semestre/2019		--	--	(1.000.000)	--	--	(1.000.000)
- Dividendos Propostos - 1º semestre/2019		--	--	--	(115.896)	--	(115.896)
- Dividendos propostos antecipados - 2º semestre/2019		--	--	--	(2.378.548)	--	(2.378.548)
- Dividendos propostos - 2º semestre/2019		--	--	--	(929.697)	--	(929.697)
Saldos em 31.12.2019		4.210.872	704.385	487.521	--	28.617	5.431.395
Mutações do Exercício		--	232.850	(650.000)	--	28.219	(388.931)
Saldos em 31.12.2019		4.210.872	704.385	487.521	--	28.617	5.431.395
Outros resultados abrangentes	[6.b]	--	--	--	--	(15.569)	(15.569)
Dividendos intermediários pagos	[18.c]	--	--	(487.521)	--	--	(487.521)
Lucro líquido do Exercício	[18.c]	--	--	--	1.864.279	--	1.864.279
Destinações:- Reservas de Lucros	[18.b]	--	93.214	903.302	(996.516)	--	--
- Dividendos intermediários pagos	[18.c]	--	--	--	(867.763)	--	(867.763)
Saldos em 31.12.2020		4.210.872	797.599	903.302	--	13.048	5.924.821
Mutações do Exercício		--	93.214	415.781	--	(15.569)	493.426

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
R$ mil

	Nota	Exercício/2020	Exercício/2019
Receitas		357	3.571.257
Outras Receitas	[10]	357	3.571.257
Insumos Adquiridos de Terceiros		(31.083)	(69.070)
Despesas administrativas diversas	[8]	(3.345)	(10.975)
Outras	[10]	(27.738)	(58.095)
Valor Adicionado Bruto		(30.726)	3.502.187
Depreciação e Amortização	[10]	(192)	(192)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		(30.918)	3.501.995
Valor Adicionado Recebido em Transferência		1.928.262	2.406.581
Resultado de investimentos em participações societárias	[6.b]	1.896.404	2.338.033
Receitas financeiras	[11]	31.858	68.548
Valor Adicionado Total a Distribuir		1.897.344	5.908.576
Distribuição do Valor Adicionado		1.897.344	5.908.576
Pessoal	[7]	9.717	10.294
Impostos, taxas e contribuições		16.094	1.240.514
Despesas financeiras	[11]	7.255	777
Remuneração de capital próprio	[18.c]	867.763	4.424.141
Lucros retidos no exercício	[18.c]	996.515	232.850

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A BB Seguros Participações S.A. ("BB Seguros" ou "Companhia") é uma empresa de participações (holding) controlada pela BB Seguridade Participações S.A. e indiretamente pelo Banco do Brasil S.A., constituída em 30 de setembro de 2009, a partir da cisão parcial do patrimônio do BB-Banco de Investimento S.A.

Está inscrita sob o CNPJ nº 11.159.426/0001-09 e sediada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Torre Sul, 3º Andar, Edifício Banco do Brasil, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Tem por objeto social participar em sociedades seguradoras, de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e planos privados de assistência à saúde.

Tais participações estão, atualmente, organizadas no segmento de negócios de risco e acumulação, que operam produtos de seguros, previdência aberta, capitalização e planos de assistência odontológica por meio da BB Seguros com parceiros privados.

Diante da atual conjuntura, causada pelo surto do Coronavírus (Covid-19) e apesar da estratégia de longo prazo do Grupo BB Seguridade estar mantida, o modelo de gestão da Companhia foi adaptado para contemplar uma atuação ainda mais focada. Foi declarado um Plano específico de enfrentamento à Covid-19, que apresenta as iniciativas priorizadas pela Companhia, cuja condução se dá por equipes multidisciplinares, com fluxos de acompanhamento e execução comunicados e realimentados por todos os intervenientes internos.

O referido plano, executado a partir do 2º trimestre de 2020, sustentado sob os pilares de foco extremo, processo decisório ágil e comunicação tempestiva, possui quatro objetivos: (i) cuidar das nossas equipes; (ii) estar ao lado dos clientes e da sociedade; (iii) garantir a sustentação da Companhia; e (iv) preparar-se para o pós-crise. Agora, ainda em um ambiente de incertezas, a Companhia segue para execução do ciclo ordinário de planejamento estratégico 2021-2025, com vistas a atrair novos clientes, fortalecer nossa posição competitiva e explorar novos mercados.

Nossos clientes continuam sendo atendidos e apoiados em suas necessidades, e os seguros, no cenário atual, apresentam-se como um grande aliado para trazer a serenidade e a segurança esperada por aqueles que já utilizam nossos produtos e serviços, além dos que desejarão consumi-los a partir desta situação adversa. Ampliamos os limites de atendimento em canais digitais e continuamos focados em completar as jornadas de autosserviço. Oferecemos, ainda, benefícios e serviços úteis para que nossos clientes passem pela situação de isolamento social de forma tranquila.

Tomar as medidas que sustentem nosso negócio atual, enquanto mantemos o olhar para o novo normal, completam a atuação da Companhia no enfrentamento dos efeitos decorrentes da Covid-19. Priorizamos, então, a geração de receitas com negócios mais aderentes e menos impactados pela situação, garantindo que entregas estratégicas de tecnologia não percam o ritmo, além de acelerarmos projetos com alto potencial para capturar oportunidades de mercado.

Dessa forma, a Companhia vem monitorando e se adaptando aos impactos e avaliando os cenários que afetaram ou possam vir a afetar suas operações, com avaliação diária da situação, atualização das medidas preventivas e ações de minimização de riscos e coordenação da execução de planos de ação no Grupo Coordenador de Continuidade. Até o momento, não se vislumbra impactos significativos que possam comprometer a sustentabilidade das operações da Companhia e de suas Investidas.

Além disso, o Grupo BB Seguridade vem adotando diversas medidas para mitigação dos impactos decorrentes da pandemia, com o objetivo de manter a segurança dos seus colaboradores, colaborar com a sociedade e com as autoridades na contenção do vírus e dar continuidade às suas operações, tais como como a adoção do trabalho remoto para todos os colaboradores, o cancelamento ou adiamento das viagens internacionais e nacionais e a suspensão de treinamentos e eventos corporativos presenciais, além do incentivo à adoção de soluções de teleconferência e videoconferência para realização de reuniões internas e externas.

A Companhia possui Plano de Retorno ao Escritório (PRE) elaborado com o objetivo de preparar um ambiente que ofereça segurança e tranquilidade para os funcionários na retomada dos postos de trabalho, assegurando a continuidade dos negócios após a flexibilização da quarentena.

Porém, por buscar especialmente a preservação da saúde de todos os funcionários, a Companhia continua adotando o regime de trabalho remoto, sendo possível a realização de todos os processos do mesmo modo que quando operando na sede da Companhia, sem ter sido executado ainda o Plano de Retorno. Três indicadores - (i) média móvel de casos; (ii) ocupação dos leitos de UTI; e (iii) taxa de transmissibilidade -, assim como as definições dos Programas de Vacinação a serem implementados, estão sendo acompanhados diretamente pela Diretoria Executiva da Companhia, com vistas a definir o melhor momento para executar o PRE. Ressalta-se que o modelo de trabalho segue sem registro de falhas atípicas ou deficiências significativas em sistemas, processos ou controles do Grupo.

No campo social, dado que a pandemia afetou consideravelmente a conjuntura socioeconômica doméstica e sempre pensando na proteção e no cuidado com as pessoas, o Grupo, por intermédio da BB Corretora, efetuou a doação de R$ 40 milhões, via Fundação Banco do Brasil (FBB), cujos desembolsos foram despendidos conforme o ritmo de demanda da Fundação, visando conter os efeitos do avanço do Coronavírus.

Entendemos que a BB Seguros detém a força de trabalho adequada e a liquidez necessária para ultrapassar o desafio da melhor maneira possível. O monitoramento dos possíveis riscos inerentes à pandemia que possam afetar a empresa, a logística e os colaboradores e clientes estão abordados na Nota Explicativa 5 - GERENCIAMENTO DE RISCOS.

2 - AQUISIÇÕES, VENDAS E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) Alienação Total de Ações - IRB-Brasil Resseguros S.A.

Em 10 de julho de 2019, após decisão do Conselho de Administração da Companhia, a Diretoria da BB Seguros aprovou o lançamento de uma oferta secundária de ações com esforços restritos de colocação ("Oferta Restrita") com vistas a alienar a totalidade das 47.520.213 ações ordinárias de emissão do IRB-Brasil RE que detinha, num movimento alinhado à estratégia da BB Seguridade Participações S.A. de focar nos segmentos mais rentáveis para a Companhia e com alta sinergia na distribuição por meio do canal bancário. Na mesma Oferta, a União Federal também alienou 36.458.237 ações ordinárias que detinha no IRB-Brasil RE. Em 12 de julho de 2019 a Susep concedeu autorização para que o IRB passasse da condição de companhia de controle definido para companhia sem controlador, ou seja, com capital pulverizado ("true corporation").

Em 18 de julho de 2019 foi concluído o procedimento de coleta de intenções de investimento (bookbuilding), tendo sido o preço por ação fixado em R$ 88,00 e no dia 23 do mesmo mês foi realizada a efetiva liquidação da oferta, com a entrega das ações aos respectivos investidores e o concomitante recebimento, pela BB Seguros, do montante de R$ 4.181 milhões pela venda das ações. Com a alienação, a BB Seguros deixou de deter quaisquer ações de emissão do IRB Brasil-RE.

A alienação total das ações produziu um ganho, considerando a baixa contábil do investimento, de R$ 3,5 bilhões. Deduzidos os valores dos tributos incidentes sobre o ganho de capital obtido na venda, que representou R$ 1,2 bilhões, dos custos de distribuição e demais efeitos, a operação proporcionou um ganho de R$ 2,3 bilhões para a BB Seguros no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

b) Brasilprev Seguros e Previdência S.A.

Em 30 de dezembro de 2020, a Assembleia Geral da Brasilprev se reuniu, de maneira extraordinária, para aprovar o aumento de capital social da Companhia, em R$ 1.199.998.758,74 mediante emissão de 422.686 ações ordinárias e 422.686 ações preferenciais, com preço de emissão de R$ 1.419,49 cada uma, calculado com base no Patrimônio Líquido da Brasilprev de 30 de novembro de 2020. Na mesma data, a BB Seguridade Participações S.A. divulgou Fato Relevante ao mercado comunicando a transação, suas características e motivação.

A BB Seguros Participações S.A. subscreveu 211.301 ações ordinárias e 422.686 ações preferenciais, equivalentes a R$ 899.939.450,39, enquanto a PFG do Brasil Ltda. subscreveu 211.385 ações ordinárias, equivalentes a R$ 300.059.308,35, tendo as acionistas deliberado pela integralização até 31 de janeiro de 2021.

O capital social da Brasilprev, totalmente subscrito, passou a ser de R$ 2.929.257.699,28 (sendo R$ 2.779.228.045,11 já integralizados até o encerramento do exercício 2020 e R$ 150.029.654,17 a serem integralizados até 31 de janeiro de 2021), dividido em 3.135.452 de ações, das quais 1.567.726 são ações ordinárias e 1.567.726 são ações preferenciais, distribuídas entre as acionistas na seguinte proporção:

Acionistas	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
BB Seguros	783.707	49,990	1.567.726	100,000	2.351.433	74,995
PFG	784.019	50,010	--	--	784.019	25,005
Total	1.567.726	100,000	1.567.726	100,000	3.135.452	100,000

3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC)

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria da BB Seguros em 07.02.2020.

b) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade da BB Seguros continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

c) Bases de mensuração dos ativos e dos passivos

Estas demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de mensuração.

d) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis da BB Seguros, para fins de moeda funcional e de apresentação, são apresentadas em Reais (R$).

e) Sazonalidade das Operações

A BB Seguros e suas investidas consideram a natureza de suas transações como não cíclicas e não sazonais, levando em consideração suas atividades exercidas. Consequentemente, não foram fornecidas divulgações específicas nestas notas explicativas referentes ao exercício.

f) Principais Julgamentos e Estimativas Contábeis

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no exercício em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis apresentam, de forma adequada, a posição financeira da BB Seguros e o resultado das suas operações, em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens como valor justo de instrumentos financeiros, redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda - imparidade, redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - imparidade, impostos sobre os lucros, reconhecimento e avaliação de impostos diferidos e provisões e passivos contingentes.

4 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLITÍCAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis são os princípios, as bases, as convenções, as regras e as práticas específicas aplicados pela BB Seguros na elaboração e na apresentação de demonstrações contábeis. A BB Seguros aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

As políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações contábeis equivalem-se àqueles aplicadas às demonstrações contábeis anuais referentes ao exercício encerrado em 31.12.2019.

a) Reconhecimento de Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência e são reportadas nas demonstrações contábeis dos exercícios a que se referem. Receitas são aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio.

Esse conceito geral é aplicado para as principais receitas geradas pelas atividades da BB Seguros, a saber:

a.1) Receita de investimentos em participações societárias - As receitas oriundas da aplicação do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em participações societárias são reconhecidas na proporção da participação acionária detida pela BB Seguros nos resultados gerados pelas investidas, de acordo com o CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

a.2) Receitas financeiras - As receitas financeiras de instrumentos financeiros decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam juros são reconhecidas no resultado do exercício de acordo com o regime de competência, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

No caso dos instrumentos avaliados a valor justo por meio do resultado (conforme alínea c.3 a seguir), a determinação do valor justo é efetuada conforme descrito na alínea c.4.

As receitas da BB Seguros advêm, principalmente, das receitas de investimentos em participações societárias e receitas financeiras. O IFRS 15 / CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente) não atinge a BB Seguros, uma vez que as receitas de investimentos em participações estão amparadas pela IAS 28 / CPC 18 (Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto) e as receitas financeiras pela IFRS 9 / CPC 48 (Instrumentos Financeiros).

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em fundo de curto prazo, aplicações em operações compromissadas, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados em função do modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixas dos instrumentos de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

Os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: i) instrumento financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, instrumento financeiro mensurado pelo custo amortizado e instrumento financeiro mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para o exercício de reporte a BB Seguros não fez uso de instrumentos financeiros derivativos.

Os principais instrumentos financeiros da BB Seguros são títulos e valores mobiliários custodiados principalmente no Banco do Brasil (fundos de investimentos de curto prazo e operações compromissadas).

A BB Seguros possui participações em empresas seguradoras, para as quais não é aplicado o IFRS 9 / CPC 48 (Instrumentos Financeiros). Quando há divergência na prática contábil nos investimentos em participações societárias, faz-se necessário ajustar as práticas contábeis para uniformização. Porém, a Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 12/2017 do CPC permitiu, em função de isenção para as seguradoras, que a empresa aplique o CPC sem necessidade de uniformização em relação às coligadas e controladas em conjunto (até 1º de janeiro de 2023).

c.1) Custo Amortizado - São ativos financeiro: (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para o exercício de reporte a BB Seguros não possuía ativos financeiros classificados nessa categoria.

c.2) Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - São ativos financeiros mantidos pela BB Seguros (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para o exercício de reporte a BB Seguros não possuía ativos financeiros classificados nessa categoria.

c.3) Valor Justo por meio do resultado (VJR) - São classificados nessa categoria os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os principais instrumentos financeiros da BB Seguros são títulos e valores mobiliários custodiados, principalmente, no Banco do Brasil (fundos de investimentos de curto e longo prazo e operações compromissadas). Esses valores são reconhecidos como Caixa e Equivalentes de Caixa conforme nota explicativa 6.

c.4) Determinação do valor justo - Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data da mensuração.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado cotado ou na cotação do preço de balcão (preço de venda para posições compradas ou preço de compra para posições vendidas), sem nenhuma dedução de custo de transação.

Nas situações em que não existe um preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, o seu valor justo é estimado com base em métodos de avaliação comumente utilizados nos mercados financeiros, adequados às características específicas do instrumento e que capturam os diversos riscos aos quais está exposto. Métodos de valoração incluem: o método do fluxo de caixa descontado, comparação a instrumentos financeiros semelhantes para os quais existe um mercado com preços observáveis, modelo de precificação de opções, modelos de crédito e outros modelos de valoração conhecidos.

Os modelos internos de precificação podem envolver algum nível de estimativa e julgamento da Administração cuja intensidade dependerá, entre outros fatores, da complexidade do instrumento financeiro.

c.5) Passivos financeiros - Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de que sua liquidação seja efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal. Passivos financeiros incluem dívidas emitidas de curto e de longo prazo que são inicialmente mensurados ao valor justo, que é o valor recebido líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado.

d) Baixa de Ativos Financeiros e de Passivos Financeiros

d.1) Ativos financeiros - Um ativo financeiro é baixado quando: (i) os direitos contratuais relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem; (ii) a BB Seguros transferir para terceiros a maioria dos riscos e benefícios associados ao ativo; ou (iii) quando o controle sobre o ativo é transferido, mesmo a BB Seguros tendo retido parte dos riscos e benefícios associados à sua detenção.

Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e como passivos, quando apropriado. Se o controle sobre o ativo é retido, a BB Seguros continua a reconhecê-lo na extensão do seu envolvimento contínuo, que é determinado pela extensão em que ele permanece exposto a mudanças no valor do ativo transferido.

d.2) Passivos financeiros - Um passivo financeiro é baixado quando a respectiva obrigação é eliminada, cancelada ou prescrita. Se um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

e) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Financeiros - Imparidade

Para a redução ao valor recuperável de ativos financeiros (imparidade), o CPC 48 considera as perdas de crédito esperadas, que são uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito (ou seja, valor presente de todos os déficits de caixa) ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O déficit de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a entidade espera receber. Como as perdas de crédito esperadas consideram o valor e a época dos pagamentos, a perda de crédito ocorre mesmo se a entidade espera ser paga integralmente, mas depois do vencimento estipulado pelo contrato.

Anualmente, é avaliado na BB Seguros se há alguma evidência objetiva de redução ao valor recuperável de seus ativos financeiros, de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

f) Mudança de Participação Societária

As alterações na participação societária que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais (ou seja, transações com proprietários em sua condição de proprietários). Consequentemente, nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

Nessas circunstâncias, os valores contábeis das participações controladoras e não controladoras serão ajustados para refletir as mudanças em suas participações relativas. Qualquer diferença entre o valor pelo qual são ajustadas as participações não controladoras e o valor justo da contrapartida paga ou recebida será reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

g) Ágio e Outros Ativos Intangíveis

O ágio gerado na aquisição de investimentos em participações societárias é contabilizado considerando a avaliação ao valor justo dos ativos identificáveis e dos passivos assumidos da adquirida na data-base da aquisição e, em conformidade com as normas aplicáveis, não é amortizado. No entanto, ele é testado, no mínimo anualmente, para fins de redução ao valor recuperável. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

Os ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do ágio quando são separáveis ou surgem de direitos contratuais ou outros direitos legais, o seu valor justo pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos futuros esperados sejam transferidos para a BB Seguros. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios é o seu valor justo na data de aquisição. Os ativos intangíveis adquiridos independentemente são inicialmente mensurados ao custo.

A vida útil dos ativos intangíveis é considerada definida ou indefinida. Ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados ao longo de sua vida econômica. São registrados inicialmente ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis de vida útil indefinida são registrados ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os custos incorridos relacionados com a aquisição, produção e desenvolvimento de softwares são capitalizados e registrados como ativos intangíveis. Gastos realizados na fase de pesquisa são registrados em despesa.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados numa base linear ao longo da vida útil estimada. O período e método de amortização de um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo anualmente. Alterações na vida útil esperada ou proporção de uso esperado dos benefícios futuros incorporados ao ativo são reconhecidas via alteração do período ou método de amortização, quando apropriado, e tratados como alterações em estimativas contábeis.

A despesa de amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida no resultado do exercício, em Amortização de ativos intangíveis. As perdas por redução ao valor recuperável são registradas como despesas de ajuste ao valor recuperável (outras despesas) na Demonstração do Resultado.

h) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros - Imparidade

Anualmente, avalia-se, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se houver essa indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável do ativo é o maior entre o seu valor justo menos os custos para vendê-lo ou o seu valor em uso.

Independentemente de haver qualquer indicação de redução no valor recuperável, é efetuado, anualmente, o teste de imparidade de um ativo intangível de vida útil indefinida, incluindo o ágio adquirido em uma combinação de negócios, ou de um ativo intangível ainda não disponível para o uso. Esse teste pode ser realizado em qualquer época durante o exercício, desde que seja realizado na mesma época a cada ano.

Na hipótese de o valor recuperável do ativo ser menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio do registro de uma perda por imparidade, cuja contrapartida é reconhecida no resultado do exercício em que ocorrer, em outras despesas/receitas operacionais.

Avalia-se ainda, anualmente, se há qualquer indicação de que uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida em exercícios anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, pode não mais existir ou pode ter diminuído. Se houver essa indicação, o valor recuperável desse ativo é estimado. A reversão de uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo será reconhecida imediatamente no resultado do exercício, como retificadora do saldo de outras despesas/receitas operacionais.

i) Investimentos em Participações Societárias

De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento é mensurado inicialmente ao custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da parte do investidor nas alterações dos ativos líquidos da investida. Além disso, deve constar no resultado do exercício do investidor a parcela que lhe couber nos resultados gerados pela investida, conforme CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

Nas situações em que as investidas utilizam práticas contábeis diferentes em eventos e transações de mesma natureza em circunstâncias semelhantes, efetua-se os ajustes necessários para adequar as demonstrações contábeis das investidas às práticas contábeis adotadas pela investidora.

j) Provisões, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na análise de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisadas mensalmente de forma individualizada, assim considerados os processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a análise de assessores jurídicos, considerando o valor indenizatório pretendido.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

As obrigações legais fiscais são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento e tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

k) Impostos sobre os Lucros

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) (1)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	9%
Contribuição ao PIS/Pasep	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)	7,60%
Contribuição ao PIS/Pasep (2)	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) (2)	4%

(1) Inclui alíquota básica (15%) e adicional (10%)

(2) Alíquota incidente sobre aplicações financeiras.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

l) Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos

As companhias brasileiras podem atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre o seu capital próprio. O valor dos juros sobre o capital próprio é considerado como um dividendo e, quando aplicável, apresentado nessas demonstrações contábeis como uma redução direta no patrimônio líquido.

De acordo com a política de dividendos, a BB Seguros distribui ao seu acionista como dividendos obrigatórios parcela correspondente a, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado com as deduções e acréscimos previstos no art. 202 da Lei 6.404/76, que são reconhecidos como um passivo e deduzidos do patrimônio líquido quando da destinação do resultado do exercício.

No exercício reportado não houve pagamento de Juros sobre Capital Próprio.

m) Lucro por Ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 - Resultado por Ação. O lucro por ação da BB Seguros foi calculado dividindo-se o lucro líquido pelo número de ações ordinárias totais.

n) Arrendamento Mercantil

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos arrendamentos mercantis são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, com vigência a partir de 1° de janeiro de 2019.

A BB Seguros não possui operações de arrendamento mercantil, porém possui participações em empresas seguradoras, para as quais a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP ainda não aprovou a adoção da nova norma.

Quando há divergência na prática contábil adotada pela investida em relação às empresas participadas, faz-se necessário procedimentos de ajustes para fins de uniformização. Considerando as atuais operações de arrendamento mercantil das participadas, foram realizados os devidos ajustes nos investimentos para uniformização das práticas.

Existem operações de arrendamento mercantil nas investidas indiretas Aliança do Brasil Seguros e BrasilSeg Companhia de Seguros, que adotam as práticas contábeis definidas pela Susep. No entanto, a BB Mapfre Participações S.A., controladora direta daquelas companhias, adota as práticas contábeis adotadas no Brasil em suas informações contábeis, capturando em suas informações financeiras os ajustes necessários para uniformização das práticas contábeis.

Existem também operações de arrendamento mercantil nas investidas diretas Brasilprev e Brasilcap, por esse motivo em 31.12.2020 foram efetuados ajustes no resultado da BB Seguros para uniformização de prática contábil adotada pela investida Brasilprev Seguros e Previdência S.A. no valor de R$ 2.421 mil e na pela Brasilcap Capitalização S.A. no valor de R$ 75 mil.

o) Melhorias às IFRS e Pronunciamentos Recentemente Emitidos

Melhorias às IFRS são emendas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e compreendem alterações nas regras de reconhecimento, mensuração e evidenciação relacionadas a diversas IFRS. Apresentamos um resumo de algumas emendas, bem como das interpretações e pronunciamentos recentemente emitidos pelo IASB e CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que entrarão em vigor após este exercício:

IFRS 17 - Contratos de Seguros - Em maio 2017, o IASB emitiu a IFRS 17, em substituição à IFRS 4 - Contratos de Seguros, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração e evidenciação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. O objetivo da IFRS 17 é garantir que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm na posição financeira da entidade, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

Em março de 2020, por meio da Emenda à IFRS 17, o IASB decidiu que a data efetiva da norma será adiada para os exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. Decidiu também estender a isenção atualmente em vigor para algumas seguradoras em relação à aplicação dos Instrumentos Financeiros da IFRS 9 para permitir implementar a IFRS 9 e a IFRS 17 ao mesmo tempo.

Até a presente data o CPC não emitiu norma equivalente.

As empresas seguradoras investidas da BB Seguros cujas operações se enquadram no escopo de aplicação da nova norma, ainda estão em fase de adaptação à aplicação da nova norma.

5 - GERENCIAMENTO DE RISCOS

A BB Seguros conduz suas operações em um contexto que envolve um conjunto de empresas controladas pela BB Seguridade, que atuam utilizando, de forma compartilhada, a infraestrutura tecnológica e administrativa dessa companhia. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas nesse contexto. A Administração da BB Seguros segue a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade adotada pela BB Seguridade.

O gerenciamento dos riscos corporativos na BB Seguros abrange os seguintes riscos: estratégia, contágio, crédito, liquidez, mercado, modelo, conformidade, corrupção, legal, segurança da informação, operacional, socioambiental e reputação. A exposição ao risco de subscrição e de lavagem de dinheiro acontece, exclusivamente, nas sociedades coligadas, sendo originada pelas operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e planos de assistência odontológica conduzidas nestas companhias.

A exemplo do que acontece na BB Seguros, as sociedades nas quais detém participações apresentam estruturas segregadas das áreas de negócios e da Auditoria Interna e com independência para a gestão de riscos. Os resultados dos trabalhos executados por essas estruturas são o subsídio para o monitoramento e avaliação contínuos, pela BB Seguros, das exposições e dos riscos relevantes nessas sociedades.

Nesse contexto, a BB Seguros busca, por meio da atuação via governança das suas participações, assegurar a adoção das melhores práticas de gestão de riscos pelas sociedades nas quais detém participações. Como mecanismo de governança para a gestão de riscos, a BB Seguros indica membros em comitês voltados para a gestão financeira e de riscos nessas sociedades.

A seguir são apresentadas informações referentes ao gerenciamento dos riscos de subscrição, crédito, mercado e liquidez originados das operações conduzidas pelas sociedades nas quais a BB Seguros detém participações.

5.1) Risco de subscrição: possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas de uma companhia seguradora, de capitalização, entidade aberta de previdência complementar ou companhia que opera planos privados de assistência à saúde, associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições, quotas e provisões técnicas.

A exposição ao risco de subscrição ocorre indiretamente em razão das atividades operacionais de suas investidas nos segmentos de seguros (Brasilseg e Aliança do Brasil), de previdência complementar aberta (Brasilprev), de capitalização (Brasilcap), e planos de assistência odontológica (Brasildental).

No mercado de seguros, as seguradoras entendem que o principal risco transferido para elas é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor dos passivos dos contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e a severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo desses passivos.

Para reduzir esses riscos, são utilizadas estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuam rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado.

No mercado de previdência, a Brasilprev monitora o risco de longevidade, adotando, no cálculo das provisões técnicas e no desenho de produtos, premissas de melhoria na expectativa de vida futura da população segurada e assistida pela companhia, e gerencia os riscos associados ao cancelamento antecipado de planos.

No mercado de capitalização, a exposição ao risco de subscrição decorre do risco de sorteios a realizar, da garantia de resgate pelo cliente conforme condições do produto e de despesas administrativas, todos geridos pela Brasilcap durante o desenvolvimento e ao longo da vida dos produtos.

Cabe destacar que as provisões técnicas das sociedades operacionais vinculadas à BB Seguros são calculadas de acordo com notas técnicas e normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

5.2) Risco de crédito: possibilidade de impactos negativos associados ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte.

No que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito em relação aos direitos de recebimento dos prêmios e contribuições. Considerando as características do portfólio de negócios e o perfil da carteira de clientes, a Administração entende que o risco de crédito está presente de forma mais intensa nas aplicações financeiras e nas operações de resseguros e retrocessão contratadas pelas sociedades em que a BB Seguros detém participações.

O risco de crédito associado à contraparte em operações de resseguros e retrocessão é gerenciado pelas sociedades participadas por meio de regras de cessão, limites de exposição consolidados para cada negócio, limites de cessão por rating e limites de crédito por ressegurador, respeitando-se ainda os limites regulatórios.

Em relação aos investimentos financeiros, as sociedades nas quais a BB Seguros detém participações priorizam as contrapartes com alta qualidade de rating de crédito, e mantém posições concentradas predominantemente no risco do Tesouro Nacional.

5.3) Risco de mercado: possibilidade de impactos negativos decorrentes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos financeiros detidos pela companhia.

Os investimentos financeiros da BB Seguros estão concentrados em títulos públicos federais e em operações compromissadas lastreadas por estes títulos, indexados à taxa Selic, apresentando reduzida exposição ao risco de mercado.

Nas sociedades participadas, a gestão do risco de mercado é sustentada por ferramentas estatísticas como análises de sensibilidade à moeda estrangeira, índices de preços e taxas de juros, cálculo do Value at Risk (VaR), Stress Testing, dentre outras. Uma parcela dos ativos exposta a taxas de juros pré-fixadas encontra-se protegida contra variações de mercado por operações com derivativos (hedge).

5.4) Risco de liquidez: possibilidade de impactos negativos devido à falta de recursos para honrar seus compromissos financeiros no vencimento.

Gestão de capital e solvência e liquidez regulatória das sociedades coligadas

Na gestão de capital das sociedades investidas supervisionadas pela Susep, o principal indicador utilizado é o Capital Mínimo Requerido (CMR), que representa o capital total que uma companhia deve manter, a qualquer tempo, para operar, e visa garantir os riscos inerentes às suas operações, conforme regulamentado pela Resolução CNSP n° 321/2015 e alterações posteriores.

O CMR é composto por parcelas referentes aos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado e a suficiência de capital é medida utilizando-se o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da entidade, que deve ser igual ou superior ao CMR calculado.

A Resolução CNSP n° 321/2015 e alterações posteriores estabelece, também, modelos para cálculo de provisões técnicas além de exigir ativos líquidos adicionais para manutenção da liquidez da Companhia.

Para a Brasildental, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) estabelece regras para constituição de provisões técnicas e critérios de manutenção de PLA e Margem de Solvência (MS) de acordo com a Resolução Normativa 451/2020.

Em 31 de dezembro de 2020, todas as sociedades investidas nas quais a BB Seguridade detém participações e que estão sujeitas a requerimento de capital regulatório apresentavam suficiência de liquidez, de capital e solvência, em conformidade com a legislação vigente aplicável.

Ao longo do segundo semestre de 2020 o índice IGP-M sofreu aceleração e manteve-se em patamares elevados, fato que, concomitantemente com o fechamento da curva de longo prazo deste indexador (ETTJ - Estrutura a Termo da Taxa de Juros em IGP-M), resultou na elevação do passivo dos planos tradicionais da Brasilprev atrelados a este índice, sem a respectiva valorização proporcional dos ativos de cobertura. Essa combinação de fatores resultou em elevação do CMR nas parcelas associadas aos riscos de subscrição e de mercado e impactou diretamente o resultado do Teste de Adequação do Passivo (TAP), promovendo redução do PLA da referida investida, em especial na parcela composta pelos chamados "ajustes associados a variações econômicas", presentes no Art. 64, da resolução CNSP n° 321/2015.

Assim, de forma a garantir os níveis de margem de solvência da Brasilprev e se antecipar a possíveis movimentos desfavoráveis de variáveis econômicas com potencial para impactá-la, em 30 de dezembro de 2020 foi aprovado aporte de capital na empresa, no valor total de R$1,2 bilhão (cabendo à BB Seguridade, por meio de sua controlada BB Seguros Participações S.A., o montante de R$ 899,94 milhões).

Diante desse cenário, a Brasilprev imediatamente adotou medidas para reforçar a gestão e o monitoramento das variáveis que impactam seu requerimento regulatório de capital (CMR) e patrimônio para fins de solvência regulatória (PLA) e está promovendo melhorias, destacadamente, em aspectos de projeções, periodicidade de estudos e governança da gestão de capital. A BB Seguridade avalia que a volatilidade relacionada aos fatores que motivaram a decisão do aporte de capital ainda pode gerar impactos nos resultados da Brasilprev e na sua margem de solvência regulatória, com reflexos na sua capacidade de distribuição de dividendos. Durante o exercício de 2021 será intensificada a gestão de capital por meio de novos estudos de sensibilidade, teste de stress e elaboração de novos cenários adversos.

Impacto da Covid-19 na BB Seguros e suas investidas

a) Impactos na continuidade de negócios

A BB Seguros, por meio do Grupo BB Seguridade conta com o Grupo Coordenador de Continuidade (GCC), que faz reuniões periódicas para buscar alternativas aos mais diversos cenários e impactos advindos desses, buscando garantir a continuidade da Companhia em situações de crise. Após adotada a estratégia de home office, a atuação do GCC permanece, de forma a garantir a continuidade dos processos e atividades da companhia, em especial no que se refere à disponibilidade de sistemas, ferramentas e conectividade.

Por buscar especialmente a preservação da saúde de todos os funcionários, a Companhia continua adotando o regime de home office, embora já tenha elaborado um Plano de Retorno ao Escritório (PRE), com objetivo de garantir um ambiente de trabalho seguro e tranquilo para os funcionários quando do retorno às atividades presenciais.

Ressalta-se que o modelo de trabalho segue sem registro de falhas atípicas ou deficiências em sistemas, processos ou controles do Grupo.

Em relação aos serviços contratados pela BB Seguros, conforme monitoramento, não foi detectada nenhuma descontinuidade associada a contratos vigentes que possa impactar os negócios da Companhia. Os principais impactos sofridos em decorrência da pandemia foram percebidos nas operações das centrais de atendimento das companhias Brasilprev, Brasilseg e Brasilcap, essencialmente no início da pandemia. As causas principais foram a necessidade de ajustar a dinâmica de trabalho e implantar o modelo de home office e teletrabalho para os atendentes.

b) Impactos nas demonstrações contábeis

A capacidade da Administração para a realização do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis da BB Seguros não foi afetada. O andamento das atividades está ocorrendo de acordo com o cronograma previsto para as publicações e com normalidade da execução de todos os processos.

O recebimento dos balancetes de dezembro das empresas investidas da BB Seguros, que são insumos para o fechamento dos balancetes e elaboração das DFs da Companhia, transcorre dentro dos prazos mensais regulares, sem qualquer atraso.

Do mesmo modo, o fechamento dos balancetes da BB Seguros transcorreu dentro dos prazos mensais regulares.

Ressalte-se que os processos, especificamente da Superintendência de Contabilidade, estão contemplados em planos de Gestão da Continuidade de Negócios e Crises (modelo seguido pelo controlador Banco do Brasil), sendo grande parte deles considerados críticos, e que, portanto, são testados semestralmente para o enfrentamento de crises.

Até o momento, não tivemos impactos relacionados à produção dos diversos insumos gerados pelas áreas internas da companhia ou das empresas investidas, não obstante a adoção do trabalho remoto pelos colaboradores por meio de ferramenta específica (Virtual Private Network) ou acessando remotamente os computadores da sede da empresa. Adicionalmente, não houve impacto no ERP ou demais sistemas utilizados.

Portanto, considerando as informações aqui expostas e considerando ainda a experiência bem-sucedida da divulgação dos resultados ao longo de 2020, não há indícios, até o momento, de que ocorrerão problemas com as demonstrações contábeis, ou qualquer outra prática contábil, até o final da crise promovida pela pandemia.

c) Capacidade de enfrentamento da crise

O Plano específico de enfrentamento à Covid-19 foi executado no decorrer do segundo trimestre de 2020. Sob os pilares de foco extremo, processo decisório ágil e comunicação tempestiva, foram executadas mais de 30 iniciativas com o envolvimento de praticamente toda a empresa.

Não foram feitas alterações no quadro de funcionários, entretanto, a atual estrutura organizacional foi aprimorada para dar maior ênfase às iniciativas digitais, visando capturar oportunidades trazidas pela aceleração da migração do comportamento dos consumidores para ambientes online.

Além disso, nossos colaboradores continuam em regime de trabalho remoto. Para os casos excepcionais, está autorizada a ida aos escritórios de Brasília (DF) e São Paulo (SP), ambos devidamente sinalizados e com disposição de estações de trabalho que respeitam as regras mais exigentes de distanciamento social e higiene.

Por fim, mesmo em um ambiente de elevada incerteza, revisamos o planejamento estratégico para o ciclo 2021-2025, considerando os desafios iminentes do nosso mercado de atuação e os impactos da pandemia. O foco permanece em atrair novos clientes, fortalecer nossa posição competitiva e explorar novos mercados.

d) Impactos em capital regulatório

No quesito de capital, destaca-se que não há exigência mínima de capital definida por órgãos reguladores para a BB Seguros. Já para as participadas, em que é exigido capital mínimo, verifica-se a existência de capital adicional, apresentando situação confortável em relação ao capital regulatório. Nas participadas reguladas pela Susep, além do capital regulatório, também mantém capital adicional em consonância com apetite a riscos definido por seus Conselhos de Administração.

A Resolução CNSP nº321 e alterações posteriores estabelece critérios para o estabelecimento de planos de regularização de solvência e liquidez em casos de desenquadramentos regulatórios, estabelecendo prazos para readequação. Importante destacar que as empresas participadas, não têm apetite a riscos para desenquadramento de capital regulatório, mesmo que por período curto de tempo, envidando os melhores esforços para impedir que tal situação aconteça, de forma a garantir as melhores práticas bem como a quitação de seus compromissos futuros.

A volatilidade das curvas de juros futuros promove volatilidade também no capital regulatório das companhias, pois os valores de mercado dos ativos influenciam o PLA, independente da classificação contábil dos títulos mantidos em carteira, bem como influenciam os valores dos passivos atrelados a índices de mercado específicos.

Os ajustes econômicos no PLA, dentre outros ajustes, para efeito regulatório, ocorrem apenas semestralmente, o que impacta o capital no fechamento do exercício, porém as companhias acompanham tais variações com periodicidade menor, justamente para gerir possíveis reduções no PLA no final do exercício, que foram decorrentes das variações de mercado ao longo dos meses.

A Brasilprev, que possui ativos e passivos atrelados ao IGP-M teve impacto significativo decorrente principalmente do aumento desse indicador ao longo do segundo semestre, o que foi identificado pela Companhia e culminou no reforço de capital realizado no último dia útil do ano, para evitar qualquer desenquadramento de capital regulatório. Importante destacar que o aporte de capital foi suficiente para garantir a manutenção do nível de capital adicional ao regulatório no fechamento do exercício de 2020, em acordo com o mínimo estabelecido no apetite a riscos da companhia.

De forma prudencial, visando manter a solvência dentro dos limites estabelecidos para o apetite a riscos, a Brasilcap adotou postura conservadora em relação ao payout de 2020, e estabeleceu mudanças em sua gestão de riscos fortalecendo a visão prospectiva e a maior integração entre a estratégia corporativa e o gerenciamento de riscos. A medida adotada de forma prudencial não comprometeu o percentual de distribuição do lucro líquido de 2020 da BB Seguros sob a forma de dividendos, e possibilitará melhor aproveitamento de oportunidades de rentabilização da carteira de ativos financeiros ao longo de 2021.

Em relação à Brasilseg, além de vários aprimoramentos na gestão de riscos e de capital, houve revisão do buffer de solvência para melhor suportar as volatilidades de mercado.

Considerando as incertezas que persistem num contexto de pandemia, as coligadas ou controladas em conjunto estão constantemente revisando seus modelos de projeção de capital e testes de estresse, para realizar a melhor gestão em busca da manutenção do capital regulatório, não existindo até o momento expectativa de desenquadramento regulatório até o final de 2021.

e) Expectativa de impactos futuros

Ainda que com todas as incertezas, a característica da formação de resultado da BB Seguros, baseada principalmente em receitas diferidas e rentabilidade sobre as reservas, contribui para a redução na volatilidade do lucro líquido da Companhia. Conforme verificado no exercício de 2020, apesar de não ser imune aos efeitos da crise, o resultado projetado para a BB Seguros não teve variação relevante em relação às estimativas realizadas antes da pandemia.

Mesmo em um cenário mais adverso, assumindo a persistência da situação de pandemia ao longo de 2021, não foram identificados indícios de fatores que levem a quaisquer necessidades de constituição de provisões adicionais ou que comprometam a estrutura de capital e liquidez das empresas do conglomerado.

O índice de payout da BB Seguros precisou ser reduzido devido ao reforço de capital na Brasilprev, porém a política de dividendos e práticas de distribuição de resultados continuam sendo consideradas adequadas.

Considera-se que fatores positivos das características da operação da BB Seguros como: a baixa sensibilidade dos seguros rurais aos efeitos causados pela pandemia, o conservadorismo adotado na alocação dos ativos financeiros das empresas do conglomerado e a ausência de endividamento, colaboram para que os impactos da pandemia nos negócios da BB Seguros não sejam tão severos como em outras empresas/indústrias.

6 - INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) Descrição dos Investimentos em Participações Societárias, por segmento de negócio / ramo de atuação

R$ mil

Segmento	Ramo de atuação	Empresa	Descrição	Prática Contábil Original	% de participação 31.12.2020	
					ON	Total
Seguridade	Seguros - Vida, habitacional, rural e patrimonial	BB Mapfre Participações S.A. (BB Mapfre)	Holding de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola.	BRGAAP	49,99	74,99
		Brasilseg Companhia de Seguros S.A. (Brasilseg)	Atuação no segmento de riscos de pessoas, seguros rurais e seguro habitacional.	SUSEPGAAP	49,99	74,99
		Aliança do Brasil Seguros S.A. (Aliança do Brasil)	Atuação no segmento de seguros de danos.	SUSEPGAAP	49,99	74,99
Capitalização		Brasilcap Capitalização S.A. (Brasilcap)	Comercializa planos de capitalização, bem como outros produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização.	SUSEPGAAP	49,99	66,66
Previdência Privada		Brasilprev Seguros e Previdência S.A. (Brasilprev)	Comercializa seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de aposentadoria e benefícios complementares.	SUSEPGAAP	49,99	74,99
Saúde		Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Brasildental)	Comercializa de planos odontológicos.	ANSGAAP	49,99	74,99

As empresas investidas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e não há indicativo de descontinuidade operacional.

Os investimentos em participações societárias nas companhias BB Mapfre Participações S.A., Brasilprev Seguros e Previdência S.A., Brasilcap Capitalização S.A. e Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. são avaliados como investimentos em "coligadas" ou "controladas em conjunto".

Os investimentos em participações societárias, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, não possuem ações regularmente negociadas em bolsas de valores. Nenhum dos investimentos em participações societárias, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, apresentou restrições significativas para a transferência de recursos na forma de dividendos em caixa ou de restituição de empréstimos ou adiantamentos nos períodos apresentados.

b) Participações Societárias avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial

	BB Mapfre	Brasilprev	IRB	Brasilcap	Brasildental	Total
Saldo em 31.12.2020						
Capital Social	1.469.848	1.418.669	--	231.264	9.500	--
Patrimônio Líquido	2.294.376	4.328.467	--	539.537	20.775	--
Saldo em 31.12.2019						
Capital Social	1.469.848	1.402.269	--	231.264	9.500	--
Patrimônio Líquido	2.047.097	3.284.200	--	481.823	17.174	--
	Movimentação dos Investimentos no exercício de 2020					
Saldo Contábil 31.12.2019	2.028.605	2.440.155	--	431.932	12.880	4.913.572
Dividendos/JCP	(858.035)	(687.810)	--	(63.639)	(15.000)	**(1.624.484)**
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(11.399)	(424)	--	(3.746)	--	**(15.569)**
Outros Eventos	--	899.939	--	--	--	899.939
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.086.543	686.379	--	105.780	17.702	**1.896.404**
Saldo Contábil 31.12.2020	2.245.714	3.338.239	--	470.327	15.582	6.069.862
	Resultado de Equivalência Patrimonial					
Exercício/2020	1.086.543	686.379	--	105.780	17.702	1.896.404
Exercício/2019	1.072.991	1.064.501	118.791	67.265	14.485	**2.338.033**

Os Patrimônios líquidos, em 31.12.2020 e de 31.12.2019, anteriormente mencionados, não foram ajustados pelos percentuais de participação societária detido pela BB Seguros.

Em 23.07.2019 a BB Seguros alienou a totalidade das ações detidas no IRB-Brasil Resseguros S.A., conforme Nota Explicativa 2.a.

O saldo contábil, em 31.12.2020, do investimento na BB Mapfre de R$ 2.245.714 mil, inclui intangível de vida útil definida no montante líquido de amortizações de R$ 186.157 mil em 31.12.2020 (R$ 199.895 mil em 31.12.2019), sendo o valor da amortização de R$ 13.738 mil no exercício de 2020 (R$ 13.369 mil no exercício 2019) e intangível de vida útil indefinida no montante de R$ 339.004 mil oriundo do acordo de parceria com a Mapfre.

O saldo contábil, em 31.12.2020, do investimento na Brasilprev de R$ 3.338.239 mil, inclui R$ 2.421 mil de ajustes para fins de uniformização de divergência de prática contábil adotada pela investida.

Em 30 de dezembro de 2020, foi aprovado um aumento de capital social no montante de R$ 1.199.999 mil na Brasilprev. O aumento de capital foi totalmente subscrito pelos sócios em dezembro de 2020, mantendo-se a mesma estrutura de composição acionária entre os acionistas. A BB Seguros integralizou o capital em 30 de dezembro de 2020, no montante de R$ 899.939 mil. A Principal Financial Group, sócia da BB Seguros no investimento, integralizou R$ 150.030 mil na mesma data e R$ 150.030 mil em 07 de janeiro de 2021.

O reforço de capital foi necessário para a manutenção da suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado da Brasilprev frente ao capital mínimo requerido (requisito regulatório), impactada a partir de outubro de 2020, em função do comportamento da carteira de planos tradicionais.

Dentre os fatores que provocaram o referido impacto, destacam-se o crescimento do passivo dos planos tradicionais indexados ao IGP-M, em função da forte aceleração do indexador em 2020 e do fechamento da ETTJ (Estrutura a Termo da Taxa de Juros) em IGP-M, com impacto na apuração do capital, da adequação de passivo e do Patrimônio Líquido Ajustado; e a mudança na interpretação da Susep sobre a classificação dos planos tradicionais para efeito de compensação de resultados no Teste de Adequação do Passivo.

O saldo contábil, em 31.12.2020, do investimento na Brasilcap de R$ 470.327 mil e R$ 431.932 mil em 31.12.2019, inclui o ágio de R$ 110.749 mil, na aquisição de participação societária da empresa Sulacap pela BB Seguros, ocorrida em 22.07.2011 e R$ 75 mil de ajustes para fins de uniformização de divergência de prática contábil adotada pela investida em 31.12.2020.

Em Outros Eventos, o saldo de R$ 899.939 mil refere-se ao aporte de capital social da BB Seguros referente a participação na Brasilprev.

Não houve necessidade de ajustes para fins de uniformização de práticas contábeis adotadas pela investida Brasildental, tendo em vista não ter existido nenhum efeito causado por eventual diferença de prática ao longo do exercício.

A BB Mapfre adota BRGAAP em suas informações contábeis. Portanto, efetua os ajustes necessários para uniformização das práticas adotadas pelas suas controladas, Brasilseg e Aliança do Brasil, que adotam as normas contábeis definidas pela SUSEP (SUSEPGAAP).

Foram recebidos dos investimentos em participações societárias, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, R$ 1.573.182 mil de dividendos (R$ 2.044.221 mil no exercício de 2019) e R$ 51.302 mil de JCP (R$ 65.856 mil no exercício de 2019).

c) Informações financeiras resumidas dos Investimentos em Participações Societárias

Os valores apresentados inicialmente se referem às demonstrações contábeis das investidas de acordo com as suas respectivas práticas contábeis, conforme descrito na alínea "a".

c.1) BB Mapfre Participações

Informações de Resultado

Segmento	Seguridade					
Ramo de atuação	Seguros - Vida, habitacional, rural e patrimonial					
	Exercício/2020			Exercício/2019		
	Aliança do Brasil	Brasilseg	BB Mapfre	Aliança do Brasil	Brasilseg	BB Mapfre

Receitas líquidas das operações/prêmios	130.761	**2.361.065**	--	127.675	**2.282.351**	--
Seguros	615.153	8.325.642	--	590.466	7.554.731	--
Resseguros	44.552	7.976	--	15.639	348.288	--
Custos/despesas	(528.944)	(5.972.553)	--	(478.430)	(5.620.668)	--
Resultado financeiro	**10.715**	**248.659**	**2.274**	**24.736**	**328.733**	**3.389**
Receitas de juros	9.604	152.463	--	14.933	125.105	--
Outras receitas financeiras	17.159	190.487	2.288	31.214	367.896	3.390
Despesas de juros	(4.349)	(17.052)	--	(12.572)	(66.303)	--
Outras despesas financeiras	(11.699)	(77.239)	(14)	(8.839)	(97.965)	(1)
Resultado patrimonial	**--**	**2.040**	**1.468.583**	**15**	**875**	**1.457.153**
Outras receitas/despesas patrimoniais	--	2.040	1.468.583	15	875	1.457.153
Outras receitas e despesas	**(63.448)**	**(684.071)**	**(4.045)**	**(56.960)**	**(633.587)**	**(3.449)**
Outras despesas	(63.448)	(684.071)	(4.045)	(56.960)	(633.587)	(3.449)
Resultado operacional	78.028	**1.927.693**	**1.466.812**	**95.466**	**1.978.372**	**1.457.093**
Ganhos/perdas com ativos não correntes	(242)	14	--	(1.151)	(4.592)	--
Resultado antes dos impostos	77.786	**1.927.707**	**1.466.812**	**94.315**	**1.973.780**	**1.457.093**
Impostos	(29.891)	(485.653)	425	(36.902)	(562.156)	14
Participações nos lucros	(1.094)	(20.274)	--	(398)	(19.923)	--
Lucro líquido do exercício	**46.801**	**1.421.780**	**1.467.237**	**57.015**	**1.391.701**	**1.457.107**
Resultado abrangente total	46.801	**1.421.780**	**1.467.237**	**57.015**	**1.391.701**	**1.457.107**
Atribuível à BB Seguridade	35.096	**1.066.193**	**1.100.281**	**42.756**	**1.043.637**	**1.092.685**
Diferença de prática contábil (1)	--	--	--	--	--	(6.325)
Outros ajustes (2)	--	--	(13.738)	--	--	(13.369)
Resultado de equivalência	35.096	**1.066.193**	**1.086.543**	**--**	--	1.072.991

(1) Ajustes para fins de uniformização de prática contábil em virtude do CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

(2) Amortização do intangível oriundo do acordo de parceria com a Mapfre.

INFORMAÇÕES PATRIMONIAIS

Segmento	Seguridade					
Ramo de atuação	Seguros - Vida, habitacional, rural e patrimonial					
	31.12.2020			31.12.2019		
	Aliança do Brasil	Brasilseg	BB Mapfre	Aliança do Brasil	Brasilseg	BB Mapfre
Ativo circulante	696.068	**7.014.657**	**91.167**	**554.758**	7.872.919	90.901
Caixa e equivalentes de caixa	3.500	6.040	--	13.338	1.593	--
Aplicações	344.980	2.960.674	89.872	273.528	4.515.917	90.127
Outros ativos circulantes	347.588	4.047.943	1.295	267.892	3.355.409	774
Ativo não circulante	**155.666**	**8.906.115**	**2.203.448**	**287.128**	5.569.901	1.956.397
Aplicações	70.370	3.784.285	--	191.698	2.133.503	--
Outros ativos não circulantes	85.296	5.121.830	2.203.448	95.430	3.436.398	1.956.397
Passivo circulante	**523.812**	**8.549.722**	**239**	**490.038**	7.153.319	201
Passivos financeiros	24.407	250.282	239	23.065	369.447	201
Provisões técnicas	402.270	5.464.185	--	406.726	4.915.991	--
Outros passivos circulantes	97.135	2.835.255	--	60.247	1.867.881	--
Passivo não circulante	**149.379**	**5.642.957**	**--**	**159.433**	4.890.661	--
Passivos financeiros	--	522	--	4	10.619	--
Provisões técnicas	133.739	4.983.788	--	142.684	4.218.119	--
Outros passivos não circulantes	15.640	658.647	--	16.745	661.923	--
Patrimônio líquido	**178.543**	**1.728.093**	**2.294.376**	**192.415**	1.398.840	2.047.097
Atribuível à BB Seguridade	133.889	**1.295.897**	1.720.553	144.292	1.048.990	1.535.118
Amortização do intangível (1)	--	--	525.161	--	--	538.899
Diferença de prática contábil (2)	--	--	--	--	--	(45.412)
Saldo do investimento	**133.889**	**1.295.897**	2.245.714	144.292	1.048.990	2.028.605

(1) Inclui no valor contábil do investimento da BB Mapfre, intangível de vida útil definida, no montante líquido de amortizações de R$ 186.157 mil em 31.12.2020 (R$ 199.895 mil em 31.12.2019) e intangível de vida útil indefinida no montante de R$ 339.004 mil oriundo do acordo de parceria com a Mapfre.

(2) Ajustes para fins de uniformização de prática contábil em virtude do CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

c.2) Brasilprev, IRB, Brasilcap e Brasildental

Informações de Resultado

Segmento	Seguridade		
Ramo de atuação	Previdência Privada	Capitalização	Saúde
Exercício/2020	Brasilprev	Brasilcap	Brasildental
Receitas líquidas das operações/prêmios	2.357.279	(898)	--
Previdência	2.357.279	--	--
Capitalização	--	690.264	--
Assistência à saúde	--	--	70.813
Custos/despesas	--	(691.161)	--
Resultado financeiro	(278.561)	**239.061**	**(536)**
Receitas de juros	4.517.529	630.578	--
Outras receitas financeiras	4.973.066	124.894	765
Despesas de juros	(1.695.581)	(423.051)	--
Outras despesas financeiras	(8.073.575)	(93.360)	(1.301)
Resultado patrimonial	(42.495)	**(862)**	**(39)**
Depreciação e amortização	(42.495)	(862)	(39)
Outras receitas e despesas	(577.432)	**28.226**	**(3.587)**
Outras receitas	16.367	29.079	23
Outras despesas	(593.799)	(853)	(3.610)
Resultado operacional	1.458.791	**265.527**	**36.294**
Ganhos/perdas com ativos não correntes	(1.501)	**12**	**--**
Resultado antes dos impostos	1.457.290	**265.539**	**36.294**
Impostos	(537.168)	(101.144)	(12.326)
Participações nos lucros	(8.118)	(5.595)	(366)
Lucro líquido do exercício	912.004	**158.801**	23.602
Outros resultados abrangentes	(566)	**46.327**	**--**
Resultado abrangente total	911.438	**205.128**	**23.602**
Atribuível à BB Seguridade	683.958	**105.855**	**17.702**
Diferença de prática contábil (1)	2.421	(75)	--
Resultado de equivalência	686.379	**105.780**	**17.702**

(1) Resultado de exercícios anteriores.

Segmento	Seguridade			
Ramo de atuação	Previdência Privada	Resseguro	Capitalização	Saúde
Exercício/2019	Brasilprev	IRB Brasil	Brasilcap	Brasildental
Receitas líquidas das operações/prêmios	2.355.139	598.287	(32.099)	40.630
Resseguros	--	2.756.763	--	--
Previdência	2.355.139	--	--	--
Capitalização	--	--	687.607	--
Assistência à saúde	--	--	--	64.955
Custos/despesas	--	(2.158.476)	(719.706)	(24.325)
Resultado financeiro	653.296	**315.637**	**192.787**	**429**
Receitas de juros	2.139.273	957.840	870.973	--
Outras receitas financeiras	18.427.074	144.738	62.177	2.023
Despesas de juros	(356.677)	(673.442)	(474.322)	**--**
Outras despesas financeiras	(19.556.374)	(113.499)	(266.041)	(1.594)
Resultado patrimonial	(36.737)	**149.375**	**(1.090)**	**(21)**
Depreciação e amortização	(36.737)	(159)	(1.090)	(21)
Outras receitas/despesas	--	149.534	--	--
Outras receitas e despesas	**(686.261)**	**(217.999)**	**9.844**	**(11.338)**
Outras receitas	20.938	--	12.090	70
Outras despesas	(707.199)	(217.999)	(2.246)	(11.408)
Resultado operacional	2.285.437	**845.300**	**169.442**	**29.700**
Ganhos/perdas com ativos não correntes	**(9.073)**	**27**	**37**	**--**
Resultado antes dos impostos	2.276.364	**845.327**	**169.479**	**29.700**
Impostos	(844.815)	(106.476)	(63.231)	(10.043)
Participações nos lucros	(12.120)	--	(5.341)	(343)
Lucro líquido do exercício	1.419.429	**738.851**	100.907	**19.314**
Outros resultados abrangentes	1.861	**--**	51.947	
Resultado abrangente total	1.421.290	**738.851**	152.854	**19.314**
Atribuível à BB Seguridade	1.064.501	112.533	67.265	14.485
Ajustes (1)	--	6.258	--	--
Resultado de equivalência	1.064.501	118.791	**67.265**	14.485

(1) Resultado de exercícios anteriores.

Informações Patrimoniais

Segmento	Seguridade		
Ramo de atuação	Previdência Privada	Capitalização	Saúde
31.12.2020	Brasilprev	Brasilcap	Brasildental
Ativo circulante	**299.893.358**	**5.952.543**	**45.380**
Caixa e equivalentes de caixa	14.201	413	2.108
Aplicações	298.891.327	5.929.382	37.126
Outros ativos circulantes	987.830	22.748	6.146
Ativo não circulante	**13.261.289**	**3.958.005**	**1.775**
Aplicações	12.246.283	2.800.346	--
Outros ativos não circulantes	1.015.006	**1.157.658**	1.775
Passivo circulante	**35.083.159**	**8.351.928**	**23.083**
Passivos financeiros	266.586	526	--
Provisões técnicas	34.486.024	8.261.132	14.295
Dividendos a pagar	--	1.814	--
Outros passivos circulantes	330.549	88.457	8.788
Passivo não circulante	**273.743.021**	**1.019.084**	**3.296**
Provisões técnicas	273.724.242	**--**	--
Outros passivos não circulantes	18.779	1.019.084	3.296
Patrimônio líquido	**4.328.467**	**539.536**	**20.776**
Atribuível à BB Seguridade	3.246.134	359.653	15.582
Diferença de prática contábil (1)	2.421	(75)	--
Ajustes (2)	89.684	110.749	--
Saldo do investimento	3.338.239	470.327	15.582

(1) Ajustes para fins de uniformização de prática contábil em virtude do CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

(2) Inclui na Brasilprev o valor de R$ 112.515 mil referente ao valor proporcional à participação da BB Seguros no capital social integralizado pela Principal Financial Group em janeiro de 2021 e redução de R$ 22.831 mil de resultado não realizado. Na Brasilcap, inclui o ágio na aquisição de participação societária da empresa Sulacap pela BB Seguros, ocorrida em 22/07/2011.

Segmento	Seguridade		
Ramo de atuação	Previdência Privada	Capitalização	Saúde
31.12.2019	Brasilprev	Brasilcap	Brasildental
Ativo circulante	**281.444.183**	**5.237.584**	**42.702**
Caixa e equivalentes de caixa	3.907	14	2.238
Aplicações	280.742.356	5.196.596	32.144
Outros ativos circulantes	697.920	40.974	8.320
Ativo não circulante	**13.712.760**	**4.813.453**	**1.125**
Aplicações	11.711.696	3.543.968	--
Outros ativos não circulantes	2.001.064	1.269.485	1.125
Passivo circulante	**33.335.319**	**8.423.711**	**24.263**
Passivos financeiros	676.381	--	**--**
Provisões técnicas	32.441.394	8.342.007	15.827
Dividendos a pagar	--	1.724	--
Outros passivos circulantes	217.544	79.980	8.436
Passivo não circulante	**258.537.424**	**1.145.502**	**2.391**

Provisões técnicas	257.369.919	--	--
Outros passivos não circulantes	1.167.505	1.145.502	2.391
Patrimônio líquido	**3.284.200**	481.823	**17.173**
Atribuível à BB Seguridade	2.462.986	321.183	12.880
Ajustes [1]	(22.831)	110.749	--
Saldo do investimento	2.440.155	431.932	12.880

(1) Inclui na Brasilprev de resultado não realizado. Na Brasilcap, inclui o ágio na aquisição de participação societária da empresa Sulacap pela BB Seguros, ocorrida em 22/07/2011.

7 - DESPESAS COM PESSOAL
R$ mil

	Exercício/2020	Exercício/2019
Proventos	(5.590)	(5.909)
Encargos sociais	(2.681)	(2.858)
Honorários	(479)	(651)
Benefícios	(830)	(707)
Capacitação	(137)	(169)
Total	(9.717)	(10.294)

8 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS DIVERSAS
R$ mil

	Exercício/2020	Exercício/2019
Processamento de dados	(1.089)	(791)
Aluguéis e taxa condominial	(968)	(1.073)
Serviços técnicos especializados [1]	(662)	(8.421)
Viagens a serviço	(226)	(279)
Gastos com comunicação	(110)	(97)
Outras	(290)	(314)
Total	(3.345)	(10.975)

(1) No exercício de 2019, inclui as comissões de assessoramento na alienação das ações detidas no IRB-Brasil Resseguros S.A, conforme Nota Explicativa 2.a.

9 - TRIBUTOS
a) Demonstração das Despesas de IR e CS
R$ mil

	Exercício/2020	Exercício/2019
Valores correntes	(9.884)	(1.232.169)
IR e CS	(9.884)	(1.232.169)
Valores diferidos	(59)	1.873
Ativo fiscal diferido	(59)	1.887
Diferenças intertemporais	(59)	1.887
Passivo fiscal diferido	--	(14)
Diferenças intertemporais	--	(14)
Total	**(9.943)**	(1.230.296)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CS
R$ mil

	Exercício/2020	Exercício/2019
Resultado Antes dos Tributos e Participações	1.874.222	5.887.287
a) Encargo total do IR (25%) e da CS (9%)	(637.235)	(2.001.678)
Efeito no cálculo dos tributos:		
b) Receitas não tributáveis - resultado de investimentos em participações societárias (34%)	644.777	794.931
c) Despesas não dedutíveis/receitas não tributáveis (34%)	(17.485**)**	(23.549)
Imposto de Renda e Contribuição Social (a+b+c)	(9.943)	(1.230.296)

c) Despesas Tributárias
R$ mil

	Exercício/2020	Exercício/2019
Sobre Receitas Financeiras e Outras		
Cofins	(5.108)	(8.494)
PIS/Pasep	(1.039)	(1.694)
IOF	--	(21)
Outras	(5)	(9)
Total	(6.152)	(10.218)

d) Ativos por Impostos Correntes
R$ mil

	31.12.2020	31.12.2019
Impostos a compensar	13	13
IRRF	20.541	3.716
(-) Impostos correntes deduzidos/compensados	(7.278)	(3.716)
Total [1]	13.276	13

(1) O saldo de 2020 refere-se a IRRF (Sado Negativo) que será compensado com futuros impostos a pagar.

e) Ativos por Impostos Diferidos (Créditos Tributários)
R$ mil

	31.12.2020	Constituição	Baixa	31.12.2019
Diferenças Temporárias				
Amortização de ágio	3.053	--	--	3.053
Provisões passivas	329	144	(202)	387
Total dos Créditos Tributários Ativados	3.382	144	(202)	3.440
Imposto de renda	3.294	105	(149)	3.338
Contribuição social	88	39	(53)	102

f) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários Ativados

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado para a data base de 31.12.2020, sendo o valor presente apurado com base na taxa média Selic.

R$ mil

	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2021	--	--
Em 2022	--	--
Em 2023	--	--
Em 2024	--	--
Em 2025	--	--
Após 2025	3.382	2.519
Total de Créditos Tributários	3.382	2.519

No decorrer do exercício de 2020, observou-se a realização de parte dos créditos tributários na BB Seguros no montante de R$ 202 mil.

g) Passivos por Impostos Correntes
R$ mil

	31.12.2020	31.12.2019
Imposto de renda	7.278	6.201
Contribuição social	875	2.206
COFINS	57	2.116
Pasep	9	446
Outros	--	2
(-) Impostos correntes deduzidos/compensados	(7.278)	(3.716)
Total	941	7.255

h) Passivos por Impostos Diferidos
R$ mil

	31.12.2020	31.12.2019
Decorrentes da parceria com a Mapfre	223.387	223.387
Decorrentes de amortização de ágio da Brasilcap	4.647	4.647
Outras diferenças temporárias	531	530
Total da Obrigações Fiscais Diferidas	228.565	228.564

10 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS
R$ mil

	Exercício/2020	Exercício/2019
Ganho na alienação de participação societária - IRB-Brasil [1]	--	3.519.736
Reversão de provisão operacional [2]	--	7.324
Ganho/(perda) *earn in earn out* [3]	(27.534)	(13.972)
Despesa de depreciação	(192)	(192)
(Constituição)/reversão de provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	171	45
Outras	(16)	29
Total	(27.571)	3.512.970

(1) Refere-se ao ganho na alienação das ações detidas no IRB-Brasil Resseguros S.A, conforme Nota Explicativa 2.a.

(2) Houve reversão do valor de ajuste de preço dos ativos da Brasilveículos (atual Mapfre Seguros Gerais), relativo ao exercício de 2018.

(3) Refere-se ao mecanismo de ajuste de preço dos ativos da Brasilveículos (atual Mapfre Seguros Gerais), alienados à MAPFRE Brasil em 30.11.2018, com apuração, provisionamentos mensais e pagamento anual, feita com base no cumprimento de metas nas vendas dos seguros de automóveis. O mecanismo prevê possibilidade de earn in ou earn out, ou seja, pagamento da MAPFRE Brasil para BB Seguros ou da BB Seguros para MAPFRE Brasil e será calculado a cada exercício até 2031.

11 - RESULTADO FINANCEIRO
R$ mil

	Exercício/2020	Exercício/2019
Receitas Financeiras	31.858	68.548
Rendimento de aplicações financeiras	31.858	66.318
Atualização monetária de dividendos e juros sobre capital próprio	--	2.225
Atualização monetária de depósitos judiciais	--	3
Outras	--	2
Despesas Financeiras	(7.255)	(777)
Atualização monetária de dividendos	(7.219)	(744)
Serviços do sistema financeiro	(36)	(33)
Resultado Financeiro	24.603	67.771

12 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
R$ mil

	31.12.2020	31.12.2019
Caixa	59	--
Fundo de curto prazo	10	237
Operações compromissadas [1]	99.268	1.696.291
Total	99.337	1.696.528

(1) Referem-se aos investimentos em operações compromissadas junto ao Banco do Brasil S.A. lastreadas em títulos públicos federais com liquidez diária e risco insignificante de mudança de valor justo.

As aplicações financeiras em fundos de curto prazo e operações compromissadas estão categorizadas como ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

13 - DIVIDENDOS / JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER

Não há dividendos ou juros sobre o capital próprio a receber em 31/12/2019 e 31/12/2020.

14 - OUTROS ATIVOS
R$ mil

	31.12.2020	31.12.2019
Ativo Não Circulante		
Depósito judiciais	16	98
Total	16	98

15 - DIVIDENDOS A PAGAR

R$ mil

	31.12.2020	31.12.2019
Dividendos a Pagar [1]	--	929.697

16 - PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Ativos contingentes

Não foram reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

Ações Fiscais

Não há ações fiscais com valores significativos.

Ações Cíveis

Nas ações de natureza cível envolvendo BB Seguros, destacam-se os pedidos de indenizações diversas (dano material, dano moral, etc.), notadamente, decorrentes das relações consumeristas envolvendo os produtos de seguridade e afins (seguros de pessoas e patrimoniais, previdência complementar aberta, capitalização e planos odontológicos).

Ações Trabalhistas

As ações trabalhistas envolvendo à BB Seguros advêm, principalmente, de reclamatórias trabalhistas, com cunho cível (decorrentes, principalmente, de seguros empresariais de vida em grupo, cujas empregadoras originárias não arcaram com as verbas rescisórias trabalhistas); e, demandas de terceiros em desfavor das Companhias Coligadas e da BB Seguros (como acionista) especialmente, requerendo eventual condenação subsidiária.

a) Passivos Contingentes - Prováveis

A BB Seguros constitui provisão para demandas cíveis classificadas como "provável".

Provisão para demandas cíveis classificadas como prováveis:

R$ mil

	Exercício/2020	Exercício/2019
Demandas Fiscais		
Saldo inicial	5	--
Constituição / Atualização	--	5
Reversão de provisão	--	--
Baixa por pagamento	--	--
Saldo final	5	5
Demandas Cíveis		
Saldo inicial	1.134	1.184
Constituição / Atualização [1]	186	107
Reversão de provisão	(175)	(125)
Baixa por pagamento	(182)	(32)
Saldo final	963	1.134
Total	968	1.139

(1) Em 31.12.2020 foi incluído no montante o valor de R$ 49 mil referente a atualização monetária do exercício.

Fluxos estimados de saída de benefícios econômicos

R$ mil

	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total
Até 5 anos	--	5	785	790
De 5 a 10 anos	--	--	145	145
Acima de 10 anos	--	--	33	33
Total	--	5	963	968

Dado o cenário de incertezas no que diz respeito à duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, os fluxos de saída de benefícios econômicos têm sido estimados com base nas melhores informações disponíveis.

b) Passivos Contingentes - Possíveis

As demandas cíveis classificadas com risco possível são dispensadas de constituição de provisão.

Os saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis são os seguintes:

R$ mil

	31.12.2020	31.12.2019
Demandas Cíveis	20	19

c) Depósitos em Garantia de Recursos

Os depósitos judiciais são efetuados no Banco do Brasil ou em outra instituição financeira oficial, como meio de pagamento ou como meio de garantir o pagamento de condenações, indenizações, acordos e demais despesas decorrentes de processos judiciais. Os valores estão apresentados no balanço patrimonial em Outros Ativos.

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as provisões e passivos contingentes:

	31.12.2020	31.12.2019
Demandas fiscais	5	5
Demandas cíveis	11	93
Total	16	98

17 - OUTROS PASSIVOS

R$ mil

	31.12.2020	31.12.2019
Passivo Circulante		
Valores a pagar a sociedades ligadas [1]	30.577	15.598
Outros	1	3
Total	30.578	15.601

(1) Em 31.12.2020, R$ 29.292 mil (R$ 14.170 mil em 31.12.2019) referem-se ao mecanismo de ajuste de preço dos ativos (Earn In/Out) da Brasillveículos (atual Mapfre Seguros Gerais) alienados à MAPFRE Brasil em 30.11.2018.

18 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social, no montante de R$ 4.210.872 mil em 31.12.2020 e em 31.12.2019 está dividido em 278.862.835 ações ordinárias, representadas na forma escritural e sem valor nominal.

O Patrimônio Líquido de R$ 5.924.821 mil em 31.12.2020 e R$ 5.431.395 mil em 31.12.2019 corresponde a um valor patrimonial de R$ 21,25 e R$ 19,48, respectivamente.

b) Reservas de Capital e de Lucros

R$ mil

	31.12.2020	31.12.2019
Reservas de Lucros	1.700.901	1.191.906
Reserva legal	797.599	704.385
Reserva Estatutária	903.302	487.521

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social e o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital que não excederá 30% (trinta por cento) do capital social.

A Reserva Estatutária para Equalização da Remuneração de Capital tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, limitada a 80% do valor do capital social, sendo formada com recursos: Equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício e decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos.

A Reserva Estatutária para Reforço de Capital tem por finalidade garantir meios financeiros para a operação da sociedade, inclusive para aumento do capital nas sociedades das quais participa como acionista e a aquisição de sociedades enquadradas no art. 5º deste Estatuto Social, limitada a 80% do valor do capital social e sendo formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício.

c) Dividendos

R$ mil

	Exercício/2020	Exercício/2019
(1) - Lucro líquido	1.864.279	4.656.991
(2) - Reserva legal constituída	93.214	232.850
(=) Base de cálculo (1 - 2)	**1.771.065**	4.424.141
(3) - Dividendos mínimos obrigatórios	442.766	1.106.035
(4) - Dividendos adicionais	424.997	3.318.106
(5) - Reserva Estatutária	903.302	--
(=) Saldo do lucro líquido ajustado, após as destinações (1-2-3-4-5)	--	--
(6) - Dividendos propostos (3+4)	867.763	4.424.141
(7) - Dividendos pagos	867.763	3.494.444
(=) Dividendos a pagar (6-7)	--	929.697

A BB Seguros segue a Política de Dividendos disponível no site de Relações com Investidores da BB Seguridade.

A Política é revisada anualmente ou, extraordinariamente, a qualquer tempo, e submetida ao Conselho de Administração do grupo para aprovação.

Os dividendos relativos ao lucro do 2º semestre de 2019, de R$ 929.697 mil, conforme seu estatuto social, foram pagos em fevereiro de 2020, com a atualização monetária de R$ 4.459 mil pela taxa Selic, somando um montante pago de R$ 934.156 mil.

Em abril de 2020 foram pagos R$ 487.521 mil de dividendos intermediários provenientes da reserva estatutária, aprovados pela Assembleia Geral Extraordinária em 30.04.2020.

Os dividendos intermediários do lucro do 1º semestre de 2020, de R$ 867.763 mil, aprovados pela Assembleia Geral Extraordinária em 30.06.2020 conforme seu estatuto social, foram pagos em agosto de 2020, com a atualização monetária de R$ 2.760 mil pela taxa Selic, somando um montante pago de R$ 870.523 mil.

c.1) Dividendos por ação

R$ mil

	2° Sem/2020		1° Sem/2020		2° Sem/2019		1° Sem/2019	
	Valor (R$ mil)	Valor por ação (R$)	**Valor (R$ mil)**	**Valor por ação (R$)**	**Valor (R$ mil)**	**Valor por ação (R$)**	Valor (R$ mil)	Valor por ação (R$)
Dividendos	--	--	1.355.284	4,86	3.308.245	11,86	1.115.896	4,00

d) Outros resultados abrangentes acumulados

O saldo positivo registrado em Outros Resultados Abrangentes Acumulados no montante de R$ 13.048 mil (R$ 28.617 mil positivo em 31.12.2019) é composto por:

i. R$ 33.872 mil positivo (R$ 49.441 mil positivo em 31.12.2019) decorrente principalmente da valorização ou desvalorização resultante do ajuste ao valor de mercado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, dos títulos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes da Brasilprev Seguros e Previdência S.A., BB Mapfre Participações S.A. e Brasilcap Capitalização S.A.; e

ii. R$ 20.824 mil negativo (R$ 20.824 mil negativo em 31.12.2019) de ajustes para fins de uniformização de prática contábil de períodos anteriores dos arrendamentos mercantis, CPC 06 R2, na BB Mapfre Participações S.A.

Tendo em vista que a BB Seguros não possui títulos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os valores constantes em suas demonstrações contábeis são reflexos dos valores existentes nas suas investidas.

19 - PARTES RELACIONADAS

A BB Seguros possui convênio firmado com a BB Seguridade para rateio e ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos decorrentes da utilização do quadro de pessoal, do espaço físico, dos recursos materiais, tecnológicos e administrativos, necessários à manutenção das atividades das Companhias. O convênio visa capturar sinergias decorrentes do compartilhamento de recursos e seus termos preveem que o ressarcimento siga critérios de rateio conforme a efetiva utilização dos recursos. A estrutura compartilhada entre a BB Seguros e seu Controlador contribui para a economicidade na utilização dos recursos.

Os custos com a remuneração atribuída ao Conselho Fiscal da BB Seguros no exercício de 2020 foram de R$ 184 mil (R$ 263 mil no exercício de 2019).

As transações bancárias foram realizadas com o Banco do Brasil S.A., tais como depósitos em conta corrente (não remunerados) e aplicações financeiras, bem como o rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

A BB Seguros não concede empréstimos a seus Diretores e aos membros do Conselho Fiscal.

A relação de suas participações em empresas investidas está demonstrada na nota 6.

a) Sumário das Transações com Partes Relacionadas

Os saldos das operações ativas e passivas da BB Seguros com as partes relacionadas em 31.12.2020 e 31.12.2019 e seus respectivos resultados no exercício de 2020 e 2019 são apresentados abaixo:

R$ mil

	31.12.2020				31.12.2019			
	Controlador Final (1)	Controlador Direto (2)	Empresas Investidas (3)	Total	Controlador Final (1)	Controlador Diretor (2)	Empresas Investidas (3)	Total
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	99.337	--	--	99.337	1.696.528	--	--	1.696.528
Passivos								
Valores a pagar a sociedades ligadas	--	1.285	29.292	30.577	12	1.416	14.170	15.598
Dividendos a pagar	--	--	--	--	--	929.697	--	929.697

R$ mil

	Exercício/2020				Exercício/2019			
	Controlador Final(1)	Controlador Direto(2)	Empresas Investidas(3)	Total	Controlador Final(1)	Controlador Diretor(2)	Empresas Investidas(3)	Total
Resultado								
Receitas de aplicações financeiras	31.857	--	--	31.857	66.282	--	--	66.282
Despesas de pessoal	(9.717)	--	--	(9.717	(10.294)	--	--	(10.294)
Despesas administrativas	--	(1.070)	--	(1.070)	--	(1.462)	--	(1.462)
Variações monetárias ativas (4)	--	--	--	--	--	--	2.225	2.225
Variações monetárias passivas	--	(7.219)	--	(7.219)	--	(744)	--	(744)

(1) O controle direto da BB Seguros foi alterado em 31.12.2012, passando do Banco do Brasil S.A. para a BB Seguridade Participações S.A. Entretanto, o Banco do Brasil S.A. continua sendo o controlador em última instância.

(2) BB Seguridade Participações S.A.

(3) Compreendem as empresas Brasilcap Capitalização S.A., Brasilprev Seguros e Previdência S.A., BB Mapfre Participações S.A.,), IRB Brasil Resseguros S.A. (até 23/07/2019 conforme nota explicativa 2) e Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A, conforme descrito na nota 6.

(4) Refere-se a atualização monetária de dividendos e juros sobre capital próprio recebido do IRB-Brasil.

b) Remuneração paga a Empregados e Administradores

A BB Seguros não possui quadro próprio de empregados, nem remunera seus administradores, uma vez que suas atividades são conduzidas integralmente pela estrutura administrativa da BB Seguridade.

A BB Seguros ressarce a BB Seguridade pelas despesas de pessoal. As despesas de pessoal estão divulgadas na Nota 07.

20 - OUTRAS INFORMAÇÕES

Durante o ano de 2020, por conta do surto da Covid-19 e suas implicações sanitárias e sociais, foi dada especial atenção aos eventos que pudessem afetar a mensuração do valor justo e a recuperabilidade dos ativos. Neste sentido, foram realizadas avaliações em ao menos três ocasiões em 2020 que buscaram incorporar os impactos trazidos pela Covid-19 e em nenhuma delas se identificou ativos com indícios de desvalorização. Da mesma forma, para os ativos sujeitos ao teste de imparidade, observou-se que o valor recuperável obtido foi superior ao saldo contábil dos investimentos e ativos intangíveis, quando existente, não havendo necessidade de registro de perda por desvalorização de ativos.

A metodologia utilizada consistiu em uma avaliação em duas etapas. Na primeira houve o levantamento de indícios de perda para os ativos não estratégicos da BB Seguros. Estes ativos, dos quais os mais representativos são caixa e equivalentes, o resultado da avaliação apontou para inexistência de indícios de perdas. A segunda etapa consistiu na elaboração do teste de imparidade para os ativos relativos aos investimentos em participações, que representam mais de 50% dos ativos da BB Seguros.

Para realização do teste de imparidade foi utilizado o método de Fluxo de Dividendos Descontados, portanto, uma avaliação por valor em uso, em que se estimou o valor a ser recebido de dividendos das empresas investidas. Foi estimado um fluxo de caixa para o prazo de cinco anos mais o valor residual na perpetuidade. Cabe citar que o teste considerou três cenários, base, otimista e adverso, com pesos de 60%, 10% e 30%, respetivamente. Tendo em vista que as empresas não possuem endividamento financeiro, a taxa de desconto utilizada foi equivalente a Taxa Mínima de Atratividade adotada pela BB Seguros.

Para o teste do valor recuperável do exercício de 2020, foi considerado no valor contábil o ágio relativo a R$ 110.749 mil da aquisição da totalidade das ações de propriedade da Sulacap na Brasilcap e R$ 528.595 mil referentes ao ganho de parceria e intangíveis do acordo de parceria com a Mapfre na SH1.

Principais premissas utilizadas no cenário base do teste de imparidade:

Receitas e Custos: foi utilizada base histórica, refletindo assim a experiência passada, e expectativas de crescimento do mercado, do segmento onde atuam e do desempenho de cada negócio;

Resultado Financeiro: projeção da rentabilidade média condizente com os níveis atuais de remuneração no mercado financeiro;

Capital Mínimo Requerido: considerado o capital regulatório vigente na data da avaliação, conforme estabelecido pelo Conselho Nacional Seguros Privados e Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Imposto de Renda e Contribuição Social: consideradas as alíquotas previstas na legislação vigente.

Perpetuidade: foi considerada taxa condizente com investimentos de longo prazo.

Taxa de Desconto: para a determinação da taxa de desconto, utilizou-se de metodologia para apuração do custo do capital próprio, uma vez que as empresas investidas não apresentam endividamento. A taxa foi obtida pelo modelo CAPM (Capital Asset Pricing Model), que considera o custo de capital correspondente à rentabilidade exigida pelos acionistas como compensação pelo risco de mercado ao qual estão expostos.

21 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Integralização de capital na Brasilprev

Em 07.01.2021, houve integralização de capital social pela Principal Financial Group na Brasilprev Seguros e Previdência, no valor de R$ 150.030 mil.

Referida integralização refere-se ao aumento de capital social na Brasilprev Seguros e Previdência realizado em 30.12.2020, no valor de R$ 1.199.999 mil, conforme descrito na Nota 2 - Aquisições, Vendas e Reestruturações Societárias, em que a BB Seguros subscreveu e integralizou, ainda em 30.12.2020, o montante de R$ 899.939 mil, enquanto a Principal subscreveu ações equivalentes a R$ 300.059 mil e integralizou parcialmente, na mesma data, o valor de R$ 150.030 mil.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e Acionista da
BB Seguros Participações S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Seguros Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Seguros Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 5 de fevereiro de 2021
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" DF

ROBERTO PAULO KENEDI
Contador CRC nº 1 RJ 081401/O-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras que o acompanham, quais sejam, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimonio Liquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, bem como as Notas Explicativas relacionadas, o correspondente Relatório emitido pelos Auditores Independentes e a Proposta de Destinação do Resultado, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Nossos exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análises, documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.

Desta forma, com base nos trabalhos e esclarecimentos prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Consultores e no seu relatório, emitido em 05 de fevereiro de 2021, sem ressalvas e, ainda, nos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, este Conselho Fiscal, por unanimidade de seus membros, concluiu que as Demonstrações Financeiras, acima mencionadas, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, e a proposta de destinação do resultado estão adequadamente apresentadas e opina favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembléia Geral dos Acionistas.

Brasília-DF, 5 de fevereiro de 2021.
LUCINÉIA POSSAR
Presidente

FRANCISCO OLINTO VELO SCHMITT
Conselheiro

LUIS FELIPE VITAL NUNES PEREIRA
Conselheiro

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE

MARCIO HAMILTON FERREIRA

DIRETORES

PEDRO BRAMONT

RAFAEL AUGUSTO SPERENDIO

CONSELHO FISCAL

LUCINÉIA POSSAR

FRANCISCO OLINTO VELO SCHMITT

LUIS FELIPE VITAL NUNES PEREIRA

COMITÊ DE AUDITORIA

LUIZ CLAUDIO MORAES

ARNALDO JOSÉ VOLLET

ARTEMIO BERTHOLINI

MANOEL GIMENES RUY

ROBERTO LAMB

CONTADOR

PEDRO KIEFER BRAGA
CRC-DF 020.786/O-0
CPF 027.782.029-43

FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PORTARIA Nº 71, DE 3 DE MARÇO DE 2021

Estabelece as diretrizes e procedimentos gerais de implementação do programa de gestão no âmbito da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap

O PRESIDENTE DA ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - Enap, conforme Portaria nº 1.821, de 30 de maio de 2019, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto aprovado pelo Decreto nº 10.369, de 22 de maio de 2020, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, resolve:

Art. 1° Fica instituído o Programa de Gestão no âmbito desta Enap, autorizado pela Portaria nº 334, de 2 de outubro de 2020, do Ministério da Economia.

Parágrafo único. Os procedimentos gerais para implementação do Programa de Gestão se darão nos termos desta Portaria.

Art. 2° São resultados e benefícios esperados do Programa de Gestão da Enap:

I - promoção da produtividade e da qualidade das entregas;

II - redução de despesas de custeio;

III - atração e manutenção de novos talentos;

IV - promoção da motivação e do comprometimento dos participantes com o planejamento estratégico da Enap;

V - estímulo ao desenvolvimento do trabalho criativo, da inovação e da cultura de governo digital;

VI - melhoria da qualidade de vida dos participantes; e

VII - promoção da cultura orientada a resultados, com foco no incremento da eficiência e da efetividade na prestação de serviço.

Art. 3° Podem participar do programa de gestão:

I - servidores públicos ocupantes de cargo efetivo;

II - servidores públicos ocupantes de cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

III - empregados públicos regidos pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, em exercício na unidade; e

IV - contratados temporários regidos pela Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

Art. 4° O Programa de Gestão da Enap observará os procedimentos determinados na Instrução Normativa nº 65, de 2020, ficando definidos os parâmetros abaixo para os planos de trabalho de cada participante:

I - poderão ser adotados nas modalidades presencial ou teletrabalho, em regime integral ou parcial;

II - a participação no programa de gestão poderá incluir todos os servidores da unidade, a critério do seu dirigente;

III - o prazo de antecedência mínima de convocação para comparecimento pessoal de participante à unidade, quando houver interesse fundamentado da Administração e pendência que não possa ser solucionada por meios telemáticos ou informatizados, será estabelecido pelo dirigente da unidade e registrada no Termo de Ciência e Responsabilidade; e

IV - os planos de trabalho observarão a Tabela de Atividades, a Tabela de Parâmetros e o Termo de Ciência e Responsabilidade fixadas nos Anexos desta Portaria.

§ 1° Caberá ao Diretor de cada unidade, ou autoridade equivalente, estabelecer a modalidade e o regime que melhor se adequem ao melhor desempenho das atividades inseridas no Programa de Gestão.

§ 2° O participante selecionado assinará, no sistema informatizado definido pela Enap, o Termo de Ciência e Responsabilidade.

§ 3° O participante selecionado, em regime de teletrabalho integral ou parcial, poderá exercer suas atividades presencialmente em qualquer ambiente corporativo ou nas dependências da própria Enap, quando for necessário e de interesse do servidor.

§ 4° Na hipótese prevista no parágrafo anterior e quando o servidor for selecionado para o regime de teletrabalho integral, a Enap não se obriga a dispor da infraestrutura necessária para o exercício das atividades.

§ 5° A alteração da Tabela de Atividades prescinde de ato normativo, desde que seguidas as formalidades previstas na Instrução Normativa no 65, de 2020.

Art. 5° Compete a cada Diretor ou autoridade equivalente, estabelecer as vedações expressas à participação no Programa de Gestão, a partir da análise da natureza e complexidade das atividades desempenhadas em suas respectivas unidades.

Parágrafo único. As vedações de que trata o caput deverão estar expressamente inseridas na Tabela de Atividades, constante do Anexo I.

Art. 6° Os parâmetros relativos ao funcionamento do Programa de Gestão são os indicados no Anexo II e poderão ser alterados por intermédio de comunicação formal do Diretor da Unidade, ou equivalente, aos seus administrados.

Art. 7° Fica adotado o modelo de Termo de Ciência e Responsabilidade constante do Anexo III, que será assinado pelo participante do Programa de Gestão e pela chefia imediata, após o pacto a respeito do plano de trabalho de que trata a Instrução Normativa no 65, de 2020.

Art. 8° Na avaliação da complexidade das entregas pactuadas, a chefia imediata deverá computar as atividades conexas de articulação, treinamento, representação, participação em eventos e similares.

Art. 9° O participante no Programa de Gestão deverá possuir e manter os meios tecnológicos necessários e suficientes para a execução de seu plano de trabalho e cumprimento do Termo de Ciência e Responsabilidade.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIOGO G. R. COSTA

ANEXO I

TABELA DE ATIVIDADES
A Tabela de Atividades do Programa de Gestão da Enap encontra-se disponível no portal da Enap, acessível a partir do endereço eletrônico: gov.br/enap.

ANEXO II

TABELA DE PARÂMETROS

Nome da Unidade	
Percentual máximo de participantes	
Percentual mínimo de produtividade adicional dos participantes	
Percentual máximo de produtividade adicional dos participantes	
Antecedência mínima de convocação para comparecimento pessoal do participante à unidade	

Observação: Os parâmetros constantes da tabela acima estão inseridos no sistema do PdG

ANEXO III

TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

O participante do programa de gestão acima qualificado declara que:

I - Atende às condições para participação no Programa de Gestão da Enap, conforme a Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, bem como as regras definidas pela Portaria nº 71, de 3 de março de 2021;

II - Compromete-se a atender à convocação para comparecimento pessoal na [nome da unidade], com antecedência mínima de [prazo];

III - Mantém a infraestrutura necessária para o exercício de suas atribuições, inclusive aquelas relacionadas à segurança da informação;

IV - Está ciente que sua participação no programa de gestão não constitui direito adquirido, podendo ser desligado nas condições estabelecidas no Capítulo III da Instrução Normativa Nº 65/2020; V - Está ciente quanto à vedação de pagamento das vantagens a que se referem os arts. 29 a 36 da Instrução Normativa Nº 65/2020; VI - Está ciente quanto à vedação de utilização de terceiros para a execução dos trabalhos acordados como parte das metas; VII - Está ciente quanto ao dever de observar as disposições constantes da Lei nº 13.709, de 14 e agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoas (LGPD), no que couber, e as orientações da Portaria nº 15.543/SEDGG/ME, de 2 de julho de 2020, que divulga o Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal. VIII - Está ciente que todo deslocamento e despesas diárias, quando necessário e justificado, seja por interesse da Administração Pública ou interesse pessoal, deverá ser custeado pelo próprio servidor.	
Com a assinatura deste formulário, o participante inserido no Programa de Gestão da Enap na modalidade de teletrabalho, nos regimes parcial ou integral: I - autoriza o fornecimento do número de telefone pessoal a pessoas que façam chamadas telefônicas para a sua unidade de exercício na Enap, sem necessidade de avaliação, pelo atendente, a respeito da pertinência do fornecimento; e II - autoriza o fornecimento do número de telefone pessoal a servidores em exercício na Enap que indiquem necessidade de contato telefônico relacionado às suas atividades profissionais.	
O participante compromete-se a manter operante, disponível e acessível pela Enap, durante toda a jornada de teletrabalho, com acesso ao e-mail institucional e ao telefone celular, nos termos dos artigos 22 e 23 da Instrução Normativa nº 65, de 2020.	
Assinatura do/da Participante	Assinatura da Chefia Imediata

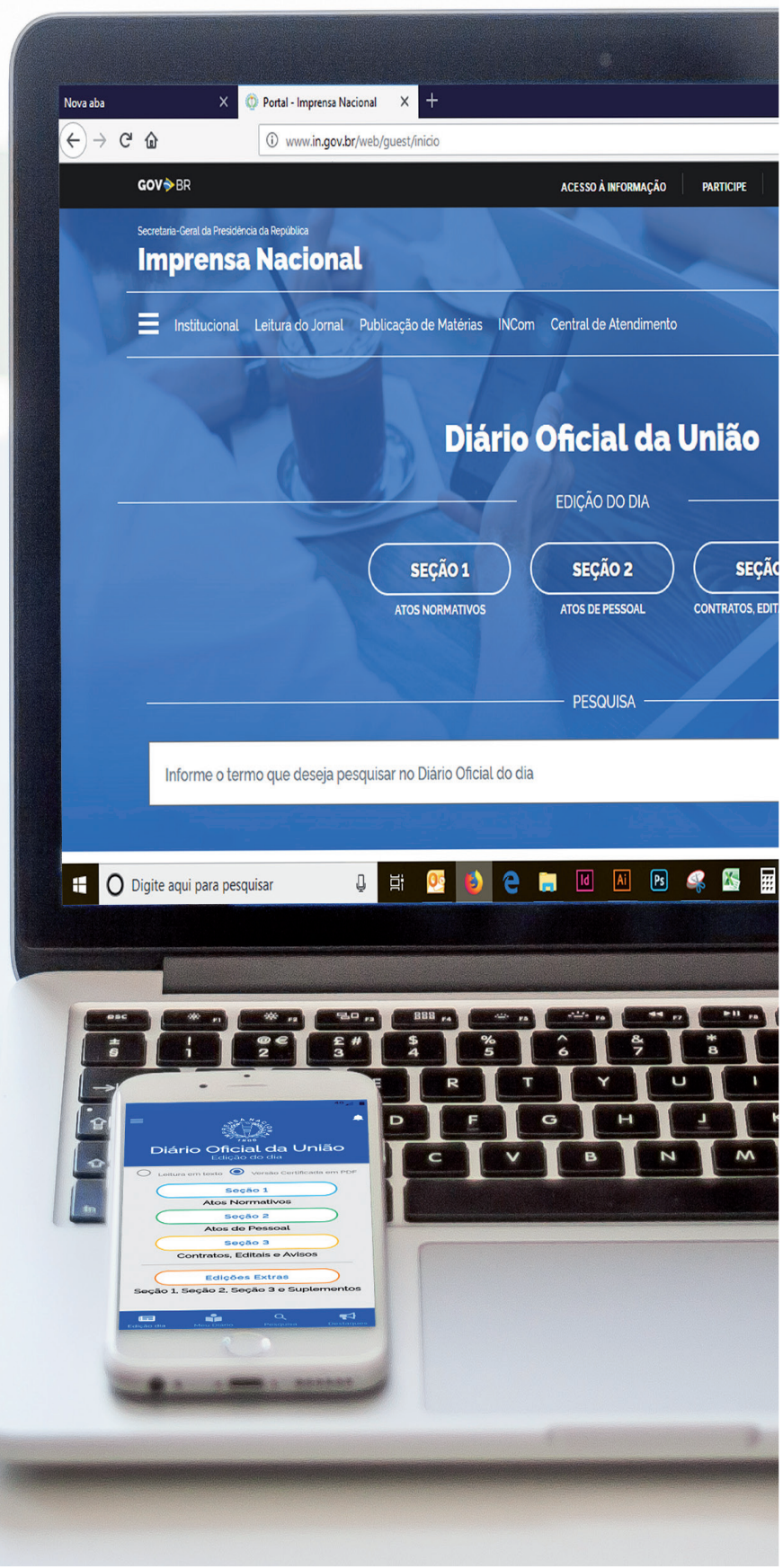
Observação: como o termo está inserido no sistema de PdG, a data estará registrada e as assinaturas serão digitais

Diário Oficial da União Digital

A informação oficial ao alcance de todos

Confira as facilidades oferecidas pela Imprensa Nacional:

- Acesso **livre** e **gratuito** às edições
- **Disponibilidade imediata** no momento da publicação
- **Pesquisa avançada** por palavra, data, órgão, ato, etc.
- Edições **completas** e **certificadas**
- Disponibilizado em **diferentes formatos de leitura** (*pdf, html*) e em **dados abertos** (*xml*)
- Novas funcionalidades e serviços no **App DOU**



Acesse o portal da Imprensa Nacional
www.in.gov.br

Baixe o App DOU nas lojas

App Store Google Play

IMPRENSA NACIONAL 1808

Ministério da Educação

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 59, DE 21 DE JANEIRO DE 2021 (*)

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 03/09/2018, em conformidade com o Processo SEI nº 23000.002861/2021-61, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de mantidas, conforme planilha anexa, na forma de aditamento ao ato de recredenciamento da Instituição Incorporadora, nos termos do Art. 43 da Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017.

§ 1º A Instituição de Educação Superior incorporadora assume responsabilidade integral pelos cursos em funcionamento e regularmente autorizados nas instituições unificadas neste ato, garantindo a manutenção da qualidade de todos os registros acadêmicos, sem prejuízo para os alunos regularmente matriculados, além de assumir a responsabilidade formal a respeito dos processos e documentos em trâmite no sistema e-MEC.

§ 2º Declara-se extinta a Instituição de Educação Superior incorporada à Instituição incorporadora.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

Processo e-MEC	Mantenedora, CNPJ	IES Incorporadora	IES Incorporada	Denominação da IES após a unificação de mantidas	Endereço da IES após a unificação de mantidas
202021764	Centro de Ensino São Lucas Ltda. 84.596.170/0001-70	Centro Universitário São Lucas - UniSL (1414)	Faculdade São Lucas Porto Velho (1738)	Centro Universitário São Lucas - UniSL (1414)	Rua Alexandre Guimarães, 1927, Areal, Porto Velho/RO. CEP: 76804-373.

(*) Republicada por ter saído no DOU nº 15, de 22/01/2021, Seção 1, página 44, com incorreção no original.

PORTARIA Nº 176, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201715776	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	Centro Universitário UNA de Betim	BRASIL EDUCACAO S/A	AVENIDA GOVERNADOR VALADARES, 640, - DE 400 A 698 - LADO PAR, CENTRO, BETIM/MG
2	201715778	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	Centro Universitário UNA de Betim	BRASIL EDUCACAO S/A	AVENIDA GOVERNADOR VALADARES, 640, - DE 400 A 698 - LADO PAR, CENTRO, BETIM/MG
3	201715775	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	100 (cem)	Centro Universitário UNA de Contagem	BRASIL EDUCACAO S/A	AVENIDA JOÃO CÉSAR DE OLIVEIRA, 5775, , BEATRIZ, CONTAGEM/MG
4	201715772	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	100 (cem)	Centro Universitário UNA de Contagem	BRASIL EDUCACAO S/A	AVENIDA JOÃO CÉSAR DE OLIVEIRA, 5775, , BEATRIZ, CONTAGEM/MG
5	201715666	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE CEARENSE	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO CEARA	AVENIDA JOÃO PESSOA, 4005, , DAMAS, FORTALEZA/CE
6	201715633	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNINASSAU JOÃO PESSOA	CENESUP - CENTRO NACIONAL DE ENSINO SUPERIOR LTDA	AVENIDA PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 67, FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE JOÃO PESSOA, ESTADOS, JOÃO PESSOA/PB

PORTARIA Nº 177, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201713464	DIREITO (Bacharelado)	152 (cento e cinquenta e duas)	FACULDADE DE BALSAS	UNIBALSAS EDUCACIONAL LTDA	BR 230 KM 5, S/N, FAZENDA MALIDERE 4, BALSAS/MA
2	201713478	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA	UNEF UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DE FEIRA DE SANTANA LTDA	AVENIDA DEPUTADO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, S/N, , SUBAÉ, FEIRA DE SANTANA/BA

PORTARIA Nº 178, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201715460	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	Centro Universitário Fametro	EMPREENDIMENTO EDUCACIONAL MARACANAU LTDA.	RUA CONSELHEIRO ESTELITA, 264, , CENTRO, FORTALEZA/CE
2	201715504	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	200 (duzentas)	Faculdade Estácio da Paraíba	IDEZ EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA.	AVENIDA GOVERNADOR FLÁVIO RIBEIRO COUTINHO, 115, MANAÍRA, JOÃO PESSOA/PB
3	201715390	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNINASSAU LAURO DE FREITAS	CETEBA - CENTRO DE ENSINO E TECNOLOGIA DA BAHIA LTDA	ESTRADA DO COCO KM 4,5, S/N, , CENTO, LAURO DE FREITAS/BA

4	201715399	INFORMÁTICA BIOMÉDICA (Bacharelado)	40 (quarenta)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIENCIAS DA SAUDE DE PORTO ALEGRE	RUA SARMENTO LEITE, 245, , CENTRO, PORTO ALEGRE/RS
5	201715636	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	30 (trinta)	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO CEARA	AVENIDA CONTORNO NORTE, 10, , DISTRITO INDUSTRIAL, MARACANAÚ/CE

PORTARIA Nº 179, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta do(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) autorizado(s) o(s) curso(s) superior(es) na modalidade a distância, relacionado(s) no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais dos cursos de graduação, ofertados na modalidade a distância, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC, nos termos do art. 16, do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º A(s) instituição(ões) deverá(ão) solicitar o reconhecimento do(s) curso(s), neste ato autorizado(s), nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Autorização de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora
1	201908017	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100	INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE POUSO ALEGRE	UNISEPE UNIAO DAS INSTITUICOES DE SERVICO, ENSINO E PESQUISA LTDA

PORTARIA Nº 180, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201715470	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DA AMAZÔNIA	SOCIEDADE EDUCACIONAL ATUAL DA AMAZONIA LTDA	RUA JORNALISTA HUMBERTO SILVA, 308, UNIÃO, BOA VISTA/RR
2	201715400	RADIOLOGIA (Tecnológico)	100 (cem)	Centro Universitário Facid Wyden	YDUQS EDUCACIONAL LTDA.	RUA VETERINÁRIO BUGYJA BRITO, 1354, , HORTO FLORESTAL, TERESINA/PI
3	201715669	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO	LICEU CORACAO DE JESUS	AV. ALMEIDA GARRET, 267, UNIDADE DE ENSINO DE CAMPINAS - CAMPUS SÃO JOSÉ, JARDIM NOSSA SENHORA AUXILIADORA, CAMPINAS/SP
4	201715712	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE FINOM DE PATOS DE MINAS	INSTITUTO TECSOMA LTDA - ITEC	RUA ANA DE OLIVEIRA, 645, EDIFÍCIO MARQUES, LOTE D , QUADRA 98, CENTRO, PATOS DE MINAS/MG
5	201715770	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNINASSAU JABOATÃO DOS GUARARAPES	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA JOSÉ BRÁS MOSCOW, 252, - ATÉ 348/349, PIEDADE, JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
6	201715398	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Licenciatura)	35 (trinta e cinco)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS	AVENIDA DIRCE PEREIRA ROSA, 300, , JARDIM ESPERANÇA, POÇOS DE CALDAS/MG

PORTARIA Nº 181, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201217259	PEDAGOGIA (Licenciatura)	180 (cento e oitenta)	Faculdade Linear	INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA DO PLANALTO CENTRAL LTDA - ME	QUADRA 8, 07/16, , MANSÕES VILLAGE, ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS/GO
2	201503568	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA	FUNDACAO VALEPARAIBANA DE ENSINO	PRAÇA CÂNDIDO DIAS CASTEJÓN, 116, CENTRO, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP

PORTARIA Nº 182, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201715418	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CURITIBA	INSTITUTO DE EDUCACAO UNICURITIBA LTDA	RUA CHILE, 1678, PRÉDIO, REBOUÇAS, CURITIBA/PR
2	201715641	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ	ASSOCIACAO DAS RELIGIOSAS DA INSTRUCAO CRISTA	AVENIDA RUI BARBOSA, 1426, BAIRRO DAS GRAÇAS, RECIFE/PE
3	201715501	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE ESTÁCIO DO AMAZONAS - ESTÁCIO AMAZONAS	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO AMAZONAS LTDA	AVENIDA CONSTANTINO NERY, 3.693, CONSTANTINO NERY, CHAPADA, MANAUS/AM
4	201715522	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PITÁGORAS DE IMPERATRIZ	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	RUA MONTE CASTELO, 161, UNIDADE SEDE, CENTRO, IMPERATRIZ/MA
5	201715497	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE SANTA MARIA	LACERDA & GOLDFARB LTDA - EPP	BR 230 KM, S/N, SÍTIO SERROTE, CRISTO REI, CAJAZEIRAS/PB

PORTARIA Nº 183, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017 e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa,

resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais nos termos do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, dos cursos neste ato reconhecidos, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC.

Art. 3º Nos termos do art. 10 § 3º do Decreto nº 9.235, de 2017, e dos artigos 37 a 42 da Portaria MEC nº 23, de 2017, o presente ato autorizativo é válido até o final do ciclo avaliativo ao qual cada curso pertence.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora
1	201905344	PEDAGOGIA (Licenciatura)	300 (trezentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE	CENESUP - CENTRO NACIONAL DE ENSINO SUPERIOR LTDA

PORTARIA Nº 184, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201815819	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	80 (oitenta)	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS	CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE MINAS GERAIS	AV. MONSENHOR LUIZ DE GONZAGA, 103, , CENTRO, NEPOMUCENO/MG
2	201715747	ENFERMAGEM (Bacharelado)	400 (quatrocentas)	Centro Universitário das Américas	SOCIEDADE EDUCACIONAL DAS AMERICAS S.A.	RUA AUGUSTA, 1520, 1508 A , CONSOLAÇÃO, SÃO PAULO/SP
3	201715767	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	Centro Universitário Fibra	FACULDADES INTEGRADAS BRASIL AMAZONIA S/S LTDA	AVENIDA GENERALÍSSIMO DEODORO, 1532, AVENIDA GENTIL BITTENCOURT, NAZARÉ, BELÉM/PA
4	201715857	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE MACAPÁ	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	RODOVIA DE DUCA SERRA, S/N, - DO KM 0,004 AO KM 0,006, CABRALZINHO, MACAPÁ/AP
5	201715375	ARTES VISUAIS (Licenciatura)	36 (trinta e seis)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE GOIAS	RUA 2, 00, QUADRA 10, LOTE 1 A 15, RESIDENCIAL BAUMAN, GOIÁS/GO
6	201715502	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE SANTO AMARO	OBRAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS DE LUZ	RUA ISABEL SCHIMDT, 349, CAMPUS II, SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP

PORTARIA Nº 185, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201709889	CIÊNCIAS ECONÔMICAS (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FRANCISCANA	SOC CARIT E LIT SAO FRANCISCO DE ASSIS ZONA NORTE	RUA SILVA JARDIM, 1175, , NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, SANTA MARIA/RS
2	201616261	GEOGRAFIA (Licenciatura)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS	CENTRO DE ESTUDOS UNIFICADOS BANDEIRANTE	RUA DA CONSTITUIÇÃO, 374, , VILA NOVA, SANTOS/SP

PORTARIA Nº 186, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.
Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201815821	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	80 (oitenta)	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS	CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE MINAS GERAIS	AVENIDA DOS IMIGRANTES, 1000, - DE 884 A 1290 - LADO PAR, VARGEM, VARGINHA/MG
2	201715890	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE PITÁGORAS DE BELO HORIZONTE	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	AVENIDA PRESIDENTE ANTONIO CARLOS, 4.157, , SÃO FRANCISCO, BELO HORIZONTE/MG
3	201715870	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNINASSAU PETROLINA	SER EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA CORONEL CLEMENTINO COELHO, 714, , ATRÁS DA BANCA, PETROLINA/PE
4	201715864	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	RUA ENG. ALFREDO HUCH, 475, , CENTRO, RIO GRANDE/RS
5	201715863	LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS (Licenciatura)	32 (trinta e duas)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	RUA PRINCESA ISABEL, 60, , VILA RICA, FELIZ/RS
6	201715853	ENGENHARIA FLORESTAL (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	RUA PAU AMARELO, S/N, , VILA NOVA, CAPITÃO POÇO/PA

PORTARIA Nº 187, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Modalidade	Código Curso	Nome Curso	Grau	Código IES	IES	Código Mantenedora	Mantenedora
1	202108126	Educação Presencial	1404760	EDUCAÇÃO FÍSICA	Licenciatura	2194	FACULDADE ANHANGUERA DO RIO GRANDE	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A
2	202107855	Educação Presencial	1441222	GASTRONOMIA	Tecnológico	707	CENTRO UNIVERSITÁRIO CENTRAL PAULISTA	471	ASSOCIACAO DE ESCOLAS REUNIDAS LTDA.
3	202108565	Educação a Distância	1303645	PROCESSOS GERENCIAIS	Tecnológico	3998	INSTITUTO INFNET RIO DE JANEIRO	2519	INFNET EDUCACAO LTDA.
4	202108574	Educação a Distância	1322508	CINEMA E AUDIOVISUAL	Bacharelado	3998	INSTITUTO INFNET RIO DE JANEIRO	2519	INFNET EDUCACAO LTDA.
5	202108563	Educação a Distância	1279522	PRODUÇÃO MULTIMÍDIA	Tecnológico	3998	INSTITUTO INFNET RIO DE JANEIRO	2519	INFNET EDUCACAO LTDA.
6	202108569	Educação a Distância	1303641	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Tecnológico	3998	INSTITUTO INFNET RIO DE JANEIRO	2519	INFNET EDUCACAO LTDA.
7	202107908	Educação Presencial	1059656	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Licenciatura	4277	FACULDADE ESTÁCIO DO AMAZONAS - ESTÁCIO AMAZONAS	2683	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO AMAZONAS LTDA
8	202107925	Educação Presencial	1272765	LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS	Licenciatura	597	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	15446	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO
9	202108091	Educação Presencial	1145609	LOGÍSTICA	Tecnológico	2814	FACULDADE SÃO SEBASTIÃO	1834	INSTITUTO DE ENSINO SAO SEBASTIAO LTDA
10	202107765	Educação Presencial	1123112	REDES DE COMPUTADORES	Tecnológico	797	Faculdade AVEC de Vilhena	2454	REDE GONZAGA DE ENSINO SUPERIOR - REGES
11	202108571	Educação a Distância	1279535	FOTOGRAFIA	Tecnológico	3998	INSTITUTO INFNET RIO DE JANEIRO	2519	INFNET EDUCACAO LTDA.
12	202108573	Educação a Distância	1299591	DESIGN DE INTERIORES	Tecnológico	3998	INSTITUTO INFNET RIO DE JANEIRO	2519	INFNET EDUCACAO LTDA.
13	202107768	Educação Presencial	1150436	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	16502	FACULDADE PESTALOZZI DE FRANCA	15452	FUNDACAO EDUCANDARIO PESTALOZZI
14	202108572	Educação a Distância	1322072	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	Bacharelado	3998	INSTITUTO INFNET RIO DE JANEIRO	2519	INFNET EDUCACAO LTDA.
15	202107921	Educação Presencial	1272766	LETRAS - PORTUGUÊS E ESPANHOL	Licenciatura	597	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	15446	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO
16	202107918	Educação Presencial	1272771	HOTELARIA	Bacharelado	597	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	15446	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO
17	202107915	Educação Presencial	1272763	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	597	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	15446	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO
18	202108575	Educação a Distância	1322070	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	3998	INSTITUTO INFNET RIO DE JANEIRO	2519	INFNET EDUCACAO LTDA.
19	202108531	Educação Presencial	1441453	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Tecnológico	1364	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFTC	1564	INSTITUTO MANTENEDOR DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA - ME
20	202108150	Educação Presencial	1180106	LOGÍSTICA	Tecnológico	1426	INSTITUTO LUTERANO DE ENSINO SUPERIOR DE ITUMBIARA	314	AELBRA EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO E POS-GRADUACAO S.A.
21	202107723	Educação Presencial	1184538	LOGÍSTICA	Tecnológico	13	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	13	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
22	202108570	Educação a Distância	1303524	GESTÃO COMERCIAL	Tecnológico	3998	INSTITUTO INFNET RIO DE JANEIRO	2519	INFNET EDUCACAO LTDA.
23	202108564	Educação a Distância	1279536	PRODUÇÃO AUDIOVISUAL	Tecnológico	3998	INSTITUTO INFNET RIO DE JANEIRO	2519	INFNET EDUCACAO LTDA.
24	202108566	Educação a Distância	1303644	LOGÍSTICA	Tecnológico	3998	INSTITUTO INFNET RIO DE JANEIRO	2519	INFNET EDUCACAO LTDA.
25	202108568	Educação a Distância	1303638	GESTÃO FINANCEIRA	Tecnológico	3998	INSTITUTO INFNET RIO DE JANEIRO	2519	INFNET EDUCACAO LTDA.

PORTARIA Nº 188, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Para fins exclusivos de emissão e registro de diplomas, ficam reconhecidos os cursos constantes da tabela do Anexo desta Portaria, na forma prevista no art. 60 da Portaria Normativa MEC nº 23, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

Nº de ordem	Registro e-MEC	Modalidade	Código Curso	Nome Curso	Grau	Código IES	IES	Código Mantenedora	Mantenedora
1	202107927	Educação Presencial	1272791	MATEMÁTICA	Licenciatura	597	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	15446	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO
2	202108024	Educação Presencial	1055353	MARKETING	Tecnológico	12791	FACULDADE ANHANGUERA DE PINDAMONHANGABA	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A
3	202107859	Educação Presencial	1260779	GESTÃO FINANCEIRA	Tecnológico	707	CENTRO UNIVERSITÁRIO CENTRAL PAULISTA	471	ASSOCIACAO DE ESCOLAS REUNIDAS LTDA.
4	202108153	Educação Presencial	5000182	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Bacharelado	1980	FACULDADE SINERGIA	1298	SINERGIA SISTEMA DE ENSINO LTDA - EPP
5	202108060	Educação Presencial	1204453	GESTÃO FINANCEIRA	Tecnológico	4277	FACULDADE ESTÁCIO DO AMAZONAS - ESTÁCIO AMAZONAS	2683	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO AMAZONAS LTDA
6	202107942	Educação Presencial	71159	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	1574	FACULDADE EDUCACIONAL DE MEDIANEIRA	1033	DIRETIVA ADMINISTRADORA DE PARTICIPACOES LTDA
7	202107874	Educação Presencial	1258096	SISTEMAS PARA INTERNET	Tecnológico	707	CENTRO UNIVERSITÁRIO CENTRAL PAULISTA	471	ASSOCIACAO DE ESCOLAS REUNIDAS LTDA.
8	202107767	Educação Presencial	49248	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	797	Faculdade AVEC de Vilhena	2454	REDE GONZAGA DE ENSINO SUPERIOR - REGES
9	202107866	Educação Presencial	1280399	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	Bacharelado	707	CENTRO UNIVERSITÁRIO CENTRAL PAULISTA	471	ASSOCIACAO DE ESCOLAS REUNIDAS LTDA.
10	202108021	Educação Presencial	1055302	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Bacharelado	12791	FACULDADE ANHANGUERA DE PINDAMONHANGABA	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A
11	202108436	Educação Presencial	1389825	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Tecnológico	4007	FATECE - FACULDADE DE TECNOLOGIA, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO	2523	DIDACIEBE CENTRO INTEGRADO DE EDUCACAO BRASIL - EUROPA LTDA
12	202108025	Educação Presencial	1069796	SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	12791	FACULDADE ANHANGUERA DE PINDAMONHANGABA	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A
13	202107906	Educação Presencial	1176095	GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	17091	Faculdade CERS	16797	COMPLEXO DE ENSINO RENATO SARAIVA LTDA
14	202108055	Educação Presencial	1204481	MARKETING	Tecnológico	4277	FACULDADE ESTÁCIO DO AMAZONAS - ESTÁCIO AMAZONAS	2683	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO AMAZONAS LTDA
15	202108022	Educação Presencial	1055303	LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS	Licenciatura	12791	FACULDADE ANHANGUERA DE PINDAMONHANGABA	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A
16	202108155	Educação Presencial	1205154	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Tecnológico	1980	FACULDADE SINERGIA	1298	SINERGIA SISTEMA DE ENSINO LTDA - EPP

PORTARIA Nº 189, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Para fins exclusivos de emissão e registro de diplomas, fica renovado o reconhecimento dos cursos constantes da tabela do Anexo desta Portaria, na forma prevista no art. 60 da Portaria Normativa MEC nº 23, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

Nº de ordem	Registro e-MEC	Modalidade	Código Curso	Nome Curso	Grau	Código IES	IES	Código Mantenedora	Mantenedora
1	202107922	Educação Presencial	21547	TURISMO E HOTELARIA	Bacharelado	1196	UNIVERSIDADE CESUMAR	560	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA
2	202107891	Educação Presencial	311236	FÍSICA	Bacharelado	546	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	378	FUNDACAO SAO PAULO
3	202107760	Educação Presencial	1104496	HOTELARIA	Tecnológico	1675	FACULDADE METROPOLITANA DA GRANDE RECIFE	1100	UNIAO DAS ESCOLAS SUPERIORES DE JABOATAO-UNESJ
4	202108092	Educação Presencial	29441	JORNALISMO	Bacharelado	526	CENTRO UNIVERSITÁRIO BRAZ CUBAS	365	SOCIEDADE EDUCACIONAL BRAZ CUBAS LTDA.
5	202107870	Educação Presencial	102855	PROCESSOS GERENCIAIS	Tecnológico	437	UNIVERSIDADE PARANAENSE	305	ASSOCIACAO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA
6	202107713	Educação Presencial	9220	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	Bacharelado	446	UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA	311	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA
7	202108035	Educação Presencial	64504	MECATRÔNICA	Tecnológico	2183	CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ	149	FUNDACAO SANTO ANDRE
8	202107690	Educação Presencial	73093	GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	271	UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA	194	ASSOCIACAO PRUDENTINA DE EDUCACAO E CULTURA APEC
9	202107852	Educação Presencial	17316	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	1175	FACULDADE ESTÁCIO DO RIO GRANDE DO SUL - ESTÁCIO FARGS	799	SOCIEDADE EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL
10	202108116	Educação Presencial	8265	TURISMO	Bacharelado	398	UNIVERSIDADE TIRADENTES	274	SOCIEDADE DE EDUCACAO TIRADENTES S.A
11	202107756	Educação Presencial	74904	ADMINISTRAÇÃO COM HABILITAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	Bacharelado	4010	CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA	304	INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA
12	202108090	Educação Presencial	26451	PSICOLOGIA	Bacharelado	526	CENTRO UNIVERSITÁRIO BRAZ CUBAS	365	SOCIEDADE EDUCACIONAL BRAZ CUBAS LTDA.
13	202107692	Educação Presencial	64366	PRODUÇÃO FONOGRÁFICA	Tecnológico	271	UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA	194	ASSOCIACAO PRUDENTINA DE EDUCACAO E CULTURA APEC
14	202107790	Educação Presencial	86802	SECRETARIADO EXECUTIVO	Bacharelado	1336	CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ	893	FUNDACAO ASSIS GURGACZ

15	202108123	Educação Presencial	110654	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Licenciatura	2194	FACULDADE ANHANGUERA DO RIO GRANDE	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A
16	202107981	Educação Presencial	110184	GESTÃO FINANCEIRA	Tecnológico	3768	FACULDADE IBGEN	2377	IBGEN EDUCACIONAL LTDA
17	202107797	Educação Presencial	79979	DESIGN	Bacharelado	4256	Centro Universitário FIP-MOC	1040	SOCIEDADE PADRAO DE EDUCACAO SUPERIOR LTDA
18	202107930	Educação Presencial	862	DESENHO INDUSTRIAL	Bacharelado	10	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	10	ASSOCIACAO PARANAENSE DE CULTURA - APC
19	202108114	Educação Presencial	1168817	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	398	UNIVERSIDADE TIRADENTES	274	SOCIEDADE DE EDUCACAO TIRADENTES S.A
20	202107949	Educação Presencial	1140257	NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS	Tecnológico	1185	CENTRO UNIVERSITÁRIO JORGE AMADO	805	ASBEC - SOCIEDADE BAIANA DE EDUCACAO E CULTURA S/A
21	202107753	Educação Presencial	84818	MARKETING	Tecnológico	14248	Faculdade Presidente Antônio Carlos de Uberlândia	221	FUNDACAO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS
22	202108016	Educação Presencial	34322	RÁDIO, TV E INTERNET	Bacharelado	387	UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	270	MISSAO SALESIANA DE MATO GROSSO
23	202107900	Educação Presencial	11235	MATEMÁTICA	Licenciatura	546	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	378	FUNDACAO SAO PAULO
24	202107924	Educação Presencial	118066	TURISMO	Bacharelado	1196	UNIVERSIDADE CESUMAR	560	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA
25	202107943	Educação Presencial	54666	TURISMO	Bacharelado	2343	Centro Universitário U:VERSE	1534	SOCIEDADE ACREANA DE EDUCACAO E CULTURA LTDA
26	202108241	Educação Presencial	40307	LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS	Licenciatura	3875	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAXUPÉ	353	FUNDACAO EDUCACIONAL GUAXUPE
27	202107991	Educação Presencial	21003	EMPREENDIMENTO	Tecnológico	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
28	202107749	Educação Presencial	100000	MARKETING	Tecnológico	4150	FACULDADE DE TECNOLOGIA DE PIRACICABA	2605	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E EDUCACIONAL DE PIRACICABA LTDA
29	202107884	Educação Presencial	96793	MARKETING	Tecnológico	1457	Faculdade Estácio de Cotia	545	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.
30	202107965	Educação Presencial	1118272	GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	473	FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E DA COMPUTAÇÃO DOM BOSCO	327	ASSOCIACAO EDUCACIONAL DOM BOSCO
31	202107882	Educação Presencial	46385	TURISMO	Bacharelado	1659	FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE OURINHOS	119	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA
32	202108157	Educação Presencial	1111762	LOGÍSTICA	Tecnológico	4420	Centro Universitário Aeso - Barros Melo	276	AESO-ENSINO SUPERIOR DE OLINDA LTDA
33	202107686	Educação Presencial	120813	FILOSOFIA	Licenciatura	271	UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA	194	ASSOCIACAO PRUDENTINA DE EDUCACAO E CULTURA APEC
34	202107899	Educação Presencial	32980	LETRAS - LíNGUA FRANCESA	Licenciatura	546	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	378	FUNDACAO SAO PAULO
35	202108431	Educação Presencial	347043	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Licenciatura	1575	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PLANALTO DE ARAXÁ	78	FUNDACAO CULTURAL DE ARAXA
36	202108475	Educação Presencial	1487498	NUTRIÇÃO	Bacharelado	1107	Centro Universitário Estácio do Ceará	545	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.
37	202107848	Educação Presencial	102871	PSICOLOGIA	Bacharelado	546	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	378	FUNDACAO SAO PAULO
38	202107986	Educação Presencial	100177	PROCESSOS GERENCIAIS	Tecnológico	2350	ESCOLA SUPERIOR MADRE CELESTE	1539	SOCIEDADE CIVIL INTEGRADA MADRE CELESTE LTDA
39	202108143	Educação a Distância	107877	NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS	Tecnológico	417	UNIVERSIDADE CIDADE DE SÃO PAULO	290	SECID - SOCIEDADE EDUCACIONAL CIDADE DE SAO PAULO LTDA
40	202108061	Educação Presencial	10747	SECRETARIADO EXECUTIVO - BILÍNGUE	Tecnológico	526	CENTRO UNIVERSITÁRIO BRAZ CUBAS	365	SOCIEDADE EDUCACIONAL BRAZ CUBAS LTDA.
41	202108038	Educação Presencial	27222	JORNALISMO	Bacharelado	221	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	159	CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.
42	202107748	Educação Presencial	25606	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	446	UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA	311	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA
43	202107696	Educação Presencial	68103	SANEAMENTO AMBIENTAL	Tecnológico	271	UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA	194	ASSOCIACAO PRUDENTINA DE EDUCACAO E CULTURA APEC
44	202108104	Educação Presencial	87254	DESIGN	Bacharelado	1427	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA SERRA GAÚCHA	943	SOCIEDADE EDUCACIONAL SANTA RITA S.A.
45	202108072	Educação Presencial	107400	NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS	Tecnológico	417	UNIVERSIDADE CIDADE DE SÃO PAULO	290	SECID - SOCIEDADE EDUCACIONAL CIDADE DE SAO PAULO LTDA
46	202108122	Educação Presencial	74498	EVENTOS	Tecnológico	398	UNIVERSIDADE TIRADENTES	274	SOCIEDADE DE EDUCACAO TIRADENTES S.A
47	202107752	Educação Presencial	106788	GESTÃO DE TURISMO	Tecnológico	167	UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	123	INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR
48	202108095	Educação Presencial	47136	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	526	CENTRO UNIVERSITÁRIO BRAZ CUBAS	365	SOCIEDADE EDUCACIONAL BRAZ CUBAS LTDA.
49	202107728	Educação Presencial	50778	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	1396	Centro Universitário Dinâmica das Cataratas	924	UNIAO DINAMICA DE FACULDADES CATARATAS UDC LTDA
50	202107976	Educação Presencial	47166	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	5511	CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL	1120	UB - CAMPO REAL EDUCACIONAL S.A.
51	202107746	Educação Presencial	91365	GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	14148	Faculdade Presidente Antônio Carlos de Mariana	221	FUNDACAO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS
52	202107712	Educação Presencial	34613	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	Bacharelado	446	UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA	311	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA
53	202107920	Educação Presencial	69146	TEOLOGIA	Bacharelado	25277	UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAIBA	17818	UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAIBA - UFDPAR
54	202107896	Educação Presencial	111256	GESTÃO AMBIENTAL	Tecnológico	546	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	378	FUNDACAO SAO PAULO
55	202107967	Educação Presencial	48178	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	1927	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO VALE DO IGUAÇU	1191	UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR VALE DO IGUACU S.A.
56	202107789	Educação Presencial	75684	MARKETING	Tecnológico	1256	FACULDADE DOM BOSCO	840	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE CASCAVEL LTDA
57	202107693	Educação Presencial	64326	PRODUÇÃO SUCROALCOOLEIRA	Tecnológico	271	UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA	194	ASSOCIACAO PRUDENTINA DE EDUCACAO E CULTURA APEC
58	202107865	Educação Presencial	34583	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	1175	FACULDADE ESTÁCIO DO RIO GRANDE DO SUL - ESTÁCIO FARGS	799	SOCIEDADE EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL
59	202107771	Educação Presencial	55262	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	2205	Faculdade REGES de Tupi Paulista	2454	REDE GONZAGA DE ENSINO SUPERIOR - REGES
60	202107941	Educação Presencial	48972	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	1574	FACULDADE EDUCACIONAL DE MEDIANEIRA	1033	DIRETIVA ADMINISTRADORA DE PARTICIPACOES LTDA
61	202107860	Educação a Distância	1058368	SECRETARIADO	Tecnológico	555	UNIVERSIDADE DE FORTALEZA	386	FUNDACAO EDSON QUEIROZ
62	202107868	Educação Presencial	83120	MODA	Bacharelado	437	UNIVERSIDADE PARANAENSE	305	ASSOCIACAO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA
63	202107878	Educação Presencial	102878	MARKETING	Tecnológico	546	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	378	FUNDACAO SAO PAULO
64	202107932	Educação Presencial	856	SECRETARIADO EXECUTIVO	Bacharelado	10	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	10	ASSOCIACAO PARANAENSE DE CULTURA - APC
65	202107703	Educação Presencial	70237	PROCESSOS GERENCIAIS	Tecnológico	163	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	119	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA

66	202108067	Educação Presencial	64946	PRODUÇÃO MULTIMÍDIA	Tecnológico	526	CENTRO UNIVERSITÁRIO BRAZ CUBAS	365	SOCIEDADE EDUCACIONAL BRAZ CUBAS LTDA.
67	202107974	Educação Presencial	47165	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	5511	CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL	1120	UB - CAMPO REAL EDUCACIONAL S.A.
68	202108068	Educação Presencial	64956	DESENHO DE ANIMAÇÃO	Tecnológico	526	CENTRO UNIVERSITÁRIO BRAZ CUBAS	365	SOCIEDADE EDUCACIONAL BRAZ CUBAS LTDA.
69	202107857	Educação Presencial	61541	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	1175	FACULDADE ESTÁCIO DO RIO GRANDE DO SUL - ESTÁCIO FARGS	799	SOCIEDADE EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL
70	202108047	Educação Presencial	1128912	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	216	CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA IZABELA HENDRIX	154	INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX
71	202108113	Educação Presencial	114324	PRODUÇÃO AUDIOVISUAL	Tecnológico	526	CENTRO UNIVERSITÁRIO BRAZ CUBAS	365	SOCIEDADE EDUCACIONAL BRAZ CUBAS LTDA.
72	202108425	Educação Presencial	20694	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	Bacharelado	4420	Centro Universitário Aeso - Barros Melo	276	AESO-ENSINO SUPERIOR DE OLINDA LTDA
73	202107948	Educação Presencial	1139905	PROCESSOS GERENCIAIS	Tecnológico	1185	CENTRO UNIVERSITÁRIO JORGE AMADO	805	ASBEC - SOCIEDADE BAIANA DE EDUCACAO E CULTURA S/A
74	202108154	Educação a Distância	107554	GESTÃO DE NEGÓCIOS	Tecnológico	526	CENTRO UNIVERSITÁRIO BRAZ CUBAS	365	SOCIEDADE EDUCACIONAL BRAZ CUBAS LTDA.
75	202107751	Educação Presencial	1152400	DESIGN DE INTERIORES	Tecnológico	167	UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	123	INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR
76	202108000	Educação Presencial	319418	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Bacharelado	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
77	202107684	Educação Presencial	6499	COMUNICAÇÃO SOCIAL	Bacharelado	271	UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA	194	ASSOCIACAO PRUDENTINA DE EDUCACAO E CULTURA APEC
78	202108099	Educação Presencial	52630	PSICOLOGIA	Bacharelado	526	CENTRO UNIVERSITÁRIO BRAZ CUBAS	365	SOCIEDADE EDUCACIONAL BRAZ CUBAS LTDA.
79	202107762	Educação Presencial	86894	COMUNICAÇÃO SOCIAL	Bacharelado	1675	FACULDADE METROPOLITANA DA GRANDE RECIFE	1100	UNIAO DAS ESCOLAS SUPERIORES DE JABOATAO-UNESJ
80	202107955	Educação Presencial	1139908	EVENTOS	Tecnológico	1185	CENTRO UNIVERSITÁRIO JORGE AMADO	805	ASBEC - SOCIEDADE BAIANA DE EDUCACAO E CULTURA S/A
81	202107990	Educação Presencial	63784	COMUNICAÇÃO SOCIAL	Bacharelado	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
82	202107695	Educação Presencial	97817	GESTÃO COMERCIAL	Tecnológico	163	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	119	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA
83	202108105	Educação Presencial	84384	GESTÃO DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO	Tecnológico	526	CENTRO UNIVERSITÁRIO BRAZ CUBAS	365	SOCIEDADE EDUCACIONAL BRAZ CUBAS LTDA.
84	202108136	Educação Presencial	67533	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Bacharelado	1130	FACULDADE METODISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS	238	INSTITUTO METODISTA DE EDUCACAO - IMED
85	202107966	Educação Presencial	48176	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	1927	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO VALE DO IGUAÇU	1191	UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR VALE DO IGUACU S.A.
86	202107881	Educação Presencial	113084	MARKETING	Tecnológico	1659	FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE OURINHOS	119	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA
87	202107807	Educação Presencial	45838	TURISMO	Bacharelado	4256	Centro Universitário FIP-MOC	1040	SOCIEDADE PADRAO DE EDUCACAO SUPERIOR LTDA
88	202108100	Educação Presencial	106442	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	Bacharelado	1187	CENTRO UNIVERSITÁRIO MÓDULO	521	SOCIEDADE EMPRESARIA DE ENSINO SUPERIOR DO LITORAL NORTE LTDA
89	202107968	Educação Presencial	68157	SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	1927	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO VALE DO IGUAÇU	1191	UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR VALE DO IGUACU S.A.
90	202107993	Educação Presencial	98820	GEOGRAFIA	Licenciatura	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
91	202108041	Educação Presencial	23279	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	221	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	159	CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.
92	202107980	Educação Presencial	110456	GESTÃO COMERCIAL	Tecnológico	3768	FACULDADE IBGEN	2377	IBGEN EDUCACIONAL LTDA
93	202107889	Educação Presencial	11236	FÍSICA	Licenciatura	546	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	378	FUNDACAO SAO PAULO
94	202107997	Educação Presencial	1168825	TEATRO	Licenciatura	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
95	202107694	Educação Presencial	70255	GESTÃO COMERCIAL	Tecnológico	163	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	119	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA
96	202108075	Educação Presencial	97451	PRODUÇÃO PUBLICITÁRIA	Tecnológico	417	UNIVERSIDADE CIDADE DE SÃO PAULO	290	SECID - SOCIEDADE EDUCACIONAL CIDADE DE SAO PAULO LTDA
97	202108050	Educação Presencial	85650	COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	Tecnológico	417	UNIVERSIDADE CIDADE DE SÃO PAULO	290	SECID - SOCIEDADE EDUCACIONAL CIDADE DE SAO PAULO LTDA
98	202108034	Educação Presencial	109326	GESTÃO FINANCEIRA	Tecnológico	221	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	159	CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.
99	202108137	Educação Presencial	29678	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	1130	FACULDADE METODISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS	238	INSTITUTO METODISTA DE EDUCACAO - IMED
100	202107698	Educação Presencial	1183660	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Tecnológico	163	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	119	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA
101	202108085	Educação Presencial	1114808	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Tecnológico	519	UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR	360	ASSOCIACAO UNIVERSITARIA E CULTURAL DA BAHIA
102	202107913	Educação Presencial	1204168	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Bacharelado	1509	Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte - Estácio BH	119	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA
103	202108127	Educação Presencial	48365	SECRETARIADO EXECUTIVO	Bacharelado	1149	CENTRO UNIVERSITÁRIO NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO	120	SOCIEDADE DE EDUCACAO NOSSA SENHORA DO PATROCINIO S/S LTDA
104	202107928	Educação Presencial	97589	MARKETING	Tecnológico	1196	UNIVERSIDADE CESUMAR	560	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA
105	202107944	Educação Presencial	18019	SECRETARIADO EXECUTIVO	Bacharelado	2343	Centro Universitário U:VERSE	1534	SOCIEDADE ACREANA DE EDUCACAO E CULTURA LTDA
106	202107862	Educação Presencial	26037	COMUNICAÇÃO SOCIAL	Bacharelado	2	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	2	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA
107	202107776	Educação Presencial	1081526	LOGÍSTICA	Tecnológico	1618	CENTRO UNIVERSITÁRIO SOCIESC DE BLUMENAU	902	SOCIEDADE DE EDUCACAO SUPERIOR E CULTURA BRASIL S.A.
108	202107875	Educação Presencial	90422	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Bacharelado	707	CENTRO UNIVERSITÁRIO CENTRAL PAULISTA	471	ASSOCIACAO DE ESCOLAS REUNIDAS LTDA.
109	202108118	Educação Presencial	1190596	NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS	Tecnológico	398	UNIVERSIDADE TIRADENTES	274	SOCIEDADE DE EDUCACAO TIRADENTES S.A
110	202107779	Educação Presencial	46123	SECRETARIADO EXECUTIVO	Bacharelado	1618	CENTRO UNIVERSITÁRIO SOCIESC DE BLUMENAU	902	SOCIEDADE DE EDUCACAO SUPERIOR E CULTURA BRASIL S.A.
111	202108115	Educação Presencial	97790	COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	1149	CENTRO UNIVERSITÁRIO NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO	120	SOCIEDADE DE EDUCACAO NOSSA SENHORA DO PATROCINIO S/S LTDA
112	202108056	Educação Presencial	67535	SECRETARIADO EXECUTIVO	Bacharelado	1130	FACULDADE METODISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS	238	INSTITUTO METODISTA DE EDUCACAO - IMED
113	202107946	Educação Presencial	1140241	SECRETARIADO	Tecnológico	1185	CENTRO UNIVERSITÁRIO JORGE AMADO	805	ASBEC - SOCIEDADE BAIANA DE EDUCACAO E CULTURA S/A
114	202107901	Educação Presencial	102857	FISIOTERAPIA	Bacharelado	546	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	378	FUNDACAO SAO PAULO
115	202107710	Educação Presencial	20967	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	Bacharelado	446	UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA	311	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA
116	202107978	Educação Presencial	48785	COMUNICAÇÃO SOCIAL	Bacharelado	5511	CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL	1120	UB - CAMPO REAL EDUCACIONAL S.A.
117	202108040	Educação Presencial	109370	MARKETING	Tecnológico	221	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	159	CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.

118	202107849	Educação Presencial	99990	GESTÃO COMERCIAL	Tecnológico	1067	FACULDADE DE JUSSARA	744	CENTRO DE CIENCIAS DE JUSSARA LTDA - EPP
119	202107989	Educação Presencial	1160306	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Licenciatura	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
120	202108018	Educação Presencial	64654	GESTÃO COMERCIAL	Tecnológico	1196	UNIVERSIDADE CESUMAR	560	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA
121	202107689	Educação Presencial	64340	GESTÃO HOTELEIRA	Tecnológico	271	UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA	194	ASSOCIACAO PRUDENTINA DE EDUCACAO E CULTURA APEC
122	202107856	Educação Presencial	115124	CONSERVAÇÃO E RESTAURO	Tecnológico	546	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	378	FUNDACAO SAO PAULO
123	202108062	Educação Presencial	107480	PRODUÇÃO MULTIMÍDIA	Tecnológico	526	CENTRO UNIVERSITÁRIO BRAZ CUBAS	365	SOCIEDADE EDUCACIONAL BRAZ CUBAS LTDA.
124	202107917	Educação Presencial	1108102	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Tecnológico	2859	FACULDADE DE BELÉM	1865	UNEMPE - UNIAO EMPRESARIAL EDUCACIONAL LTDA
125	202108093	Educação Presencial	67490	TURISMO	Bacharelado	2814	FACULDADE SÃO SEBASTIÃO	1834	INSTITUTO DE ENSINO SAO SEBASTIAO LTDA
126	202107951	Educação Presencial	1139789	HOTELARIA	Tecnológico	1185	CENTRO UNIVERSITÁRIO JORGE AMADO	805	ASBEC - SOCIEDADE BAIANA DE EDUCACAO E CULTURA S/A
127	202107757	Educação a Distância	113496	HOTELARIA	Tecnológico	3160	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS - IFAL	15532	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS - IF/AL
128	202108026	Educação Presencial	108835	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	221	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	159	CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.
129	202107972	Educação Presencial	47168	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	5511	CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL	1120	UB - CAMPO REAL EDUCACIONAL S.A.
130	202107886	Educação Presencial	311240	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Bacharelado	546	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	378	FUNDACAO SAO PAULO
131	202108064	Educação Presencial	21537	JORNALISMO	Bacharelado	417	UNIVERSIDADE CIDADE DE SÃO PAULO	290	SECID - SOCIEDADE EDUCACIONAL CIDADE DE SAO PAULO LTDA
132	202108058	Educação Presencial	47135	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	526	CENTRO UNIVERSITÁRIO BRAZ CUBAS	365	SOCIEDADE EDUCACIONAL BRAZ CUBAS LTDA.
133	202108013	Educação Presencial	61014	SISTEMA DE INFORMAÇÃO	Bacharelado	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
134	202107898	Educação Presencial	46006	LETRAS - LINGUA ESPANHOLA	Licenciatura	546	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	378	FUNDACAO SAO PAULO
135	202108110	Educação Presencial	111874	PSICOLOGIA	Bacharelado	526	CENTRO UNIVERSITÁRIO BRAZ CUBAS	365	SOCIEDADE EDUCACIONAL BRAZ CUBAS LTDA.
136	202107726	Educação Presencial	48999	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	1396	Centro Universitário Dinâmica das Cataratas	924	UNIAO DINAMICA DE FACULDADES CATARATAS UDC LTDA
137	202108427	Educação Presencial	20693	JORNALISMO	Bacharelado	4420	Centro Universitário Aeso - Barros Melo	276	AESO-ENSINO SUPERIOR DE OLINDA LTDA
138	202108138	Educação Presencial	18144	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	1130	FACULDADE METODISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS	238	INSTITUTO METODISTA DE EDUCACAO - IMED
139	202107769	Educação Presencial	1123070	GESTÃO DE TURISMO	Tecnológico	137	CENTRO UNIVERSITÁRIO SAGRADO CORAÇÃO	97	INSTITUTO DAS APOSTOLAS DO SAGRADO CORACAO DE JESUS
140	202108049	Educação Presencial	58884	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	2043	CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO SALGADO	1344	TCC EDUCACAO, CIENCIA E CULTURA LTDA - EPP
141	202108070	Educação Presencial	21516	DESIGN	Bacharelado	526	CENTRO UNIVERSITÁRIO BRAZ CUBAS	365	SOCIEDADE EDUCACIONAL BRAZ CUBAS LTDA.
142	202107987	Educação Presencial	105340	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Tecnológico	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
143	202107893	Educação Presencial	18537	GEOGRAFIA	Licenciatura	546	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	378	FUNDACAO SAO PAULO
144	202108094	Educação Presencial	21504	TURISMO	Bacharelado	526	CENTRO UNIVERSITÁRIO BRAZ CUBAS	365	SOCIEDADE EDUCACIONAL BRAZ CUBAS LTDA.
145	202107775	Educação Presencial	1075746	GESTÃO DA QUALIDADE	Tecnológico	1618	CENTRO UNIVERSITÁRIO SOCIESC DE BLUMENAU	902	SOCIEDADE DE EDUCACAO SUPERIOR E CULTURA BRASIL S.A.
146	202107785	Educação Presencial	1121682	GESTÃO COMERCIAL	Tecnológico	1264	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE	846	LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
147	202107933	Educação Presencial	1114878	GESTÃO FINANCEIRA	Tecnológico	10	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	10	ASSOCIACAO PARANAENSE DE CULTURA - APC
148	202107982	Educação Presencial	110181	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Tecnológico	3768	FACULDADE IBGEN	2377	IBGEN EDUCACIONAL LTDA
149	202108098	Educação Presencial	1259005	DESIGN GRÁFICO	Tecnológico	2135	CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICA DE QUIXADÁ	15681	ASSOCIACAO EDUCACIONAL E CULTURAL DE QUIXADA
150	202107867	Educação Presencial	1114349	GESTÃO COMERCIAL	Tecnológico	1175	FACULDADE ESTÁCIO DO RIO GRANDE DO SUL - ESTÁCIO FARGS	799	SOCIEDADE EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL
151	202107950	Educação Presencial	1130177	MARKETING	Tecnológico	1185	CENTRO UNIVERSITÁRIO JORGE AMADO	805	ASBEC - SOCIEDADE BAIANA DE EDUCACAO E CULTURA S/A
152	202107953	Educação Presencial	1122774	GESTÃO DA QUALIDADE	Tecnológico	1185	CENTRO UNIVERSITÁRIO JORGE AMADO	805	ASBEC - SOCIEDADE BAIANA DE EDUCACAO E CULTURA S/A
153	202107977	Educação Presencial	46553	SECRETARIADO EXECUTIVO	Bacharelado	5511	CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL	1120	UB - CAMPO REAL EDUCACIONAL S.A.
154	202108012	Educação Presencial	1189072	QUÍMICA	Licenciatura	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
155	202107911	Educação Presencial	102258	MARKETING	Tecnológico	2859	FACULDADE DE BELÉM	1865	UNEMPE - UNIAO EMPRESARIAL EDUCACIONAL LTDA
156	202108029	Educação Presencial	101456	DESIGN	Bacharelado	221	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	159	CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.
157	202108083	Educação Presencial	23682	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	Bacharelado	526	CENTRO UNIVERSITÁRIO BRAZ CUBAS	365	SOCIEDADE EDUCACIONAL BRAZ CUBAS LTDA.
158	202107766	Educação Presencial	25868	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	797	Faculdade AVEC de Vilhena	2454	REDE GONZAGA DE ENSINO SUPERIOR - REGES
159	202108006	Educação Presencial	150068	FÍSICA	Licenciatura	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
160	202107755	Educação Presencial	75707	ADMINISTRAÇÃO DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS	Bacharelado	4010	CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA	304	INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA
161	202108028	Educação Presencial	108852	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Bacharelado	221	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	159	CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.
162	202107772	Educação Presencial	55264	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	2205	Faculdade REGES de Tupi Paulista	2454	REDE GONZAGA DE ENSINO SUPERIOR - REGES
163	202108037	Educação Presencial	81304	JORNALISMO	Bacharelado	221	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	159	CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.
164	202107916	Educação Presencial	49243	GESTÃO FINANCEIRA	Tecnológico	793	Centro Universitário Estácio de São Paulo	545	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.
165	202107750	Educação Presencial	89014	COMUNICAÇÃO SOCIAL	Bacharelado	167	UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	123	INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR
166	202107892	Educação Presencial	318537	GEOGRAFIA	Bacharelado	546	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	378	FUNDACAO SAO PAULO
167	202107699	Educação Presencial	21577	TURISMO	Bacharelado	271	UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA	194	ASSOCIACAO PRUDENTINA DE EDUCACAO E CULTURA APEC
168	202108224	Educação Presencial	31146	LETRAS - INGLÊS	Licenciatura	3875	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAXUPÉ	353	FUNDACAO EDUCACIONAL GUAXUPE
169	202107812	Educação Presencial	10338	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	Bacharelado	3875	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAXUPÉ	353	FUNDACAO EDUCACIONAL GUAXUPE
170	202107939	Educação Presencial	113080	NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS	Tecnológico	1573	CENTRO UNIVERSITÁRIO ALFREDO NASSER	1032	ASSOCIACAO APARECIDENSE DE EDUCACAO
171	202108117	Educação Presencial	97791	EVENTOS	Tecnológico	1149	CENTRO UNIVERSITÁRIO NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO	120	SOCIEDADE DE EDUCACAO NOSSA SENHORA DO PATROCINIO S/S LTDA

172	202107724	Educação Presencial	119886	GESTÃO COMERCIAL	Tecnológico	163	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	119	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA
173	202108156	Educação Presencial	1111760	DESIGN DE PRODUTO	Tecnológico	4420	Centro Universitário Aeso - Barros Melo	276	AESO-ENSINO SUPERIOR DE OLINDA LTDA
174	202107895	Educação Presencial	59839	MODA	Bacharelado	826	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO OESTE	17143	UNIDESC LTDA
175	202107919	Educação Presencial	54264	TURISMO	Bacharelado	2459	FACULDADE DE ESTUDOS AVANÇADOS DO PARÁ	1603	CEAPA-CENTRO DE ESTUDOS AVANCADOS DO PARA S/S LIMITADA
176	202108077	Educação Presencial	27372	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	Bacharelado	417	UNIVERSIDADE CIDADE DE SÃO PAULO	290	SECID - SOCIEDADE EDUCACIONAL CIDADE DE SAO PAULO LTDA
177	202107938	Educação Presencial	53265	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	Bacharelado	1573	CENTRO UNIVERSITÁRIO ALFREDO NASSER	1032	ASSOCIACAO APARECIDENSE DE EDUCACAO
178	202108051	Educação Presencial	63272	CRIAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA	Tecnológico	417	UNIVERSIDADE CIDADE DE SÃO PAULO	290	SECID - SOCIEDADE EDUCACIONAL CIDADE DE SAO PAULO LTDA
179	202107731	Educação Presencial	1146455	COMÉRCIO EXTERIOR	Tecnológico	266	UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA	189	INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA
180	202107947	Educação Presencial	104590	PRODUÇÃO MULTIMÍDIA	Tecnológico	1185	CENTRO UNIVERSITÁRIO JORGE AMADO	805	ASBEC - SOCIEDADE BAIANA DE EDUCACAO E CULTURA S/A
181	202108121	Educação Presencial	74506	GESTÃO COMERCIAL	Tecnológico	398	UNIVERSIDADE TIRADENTES	274	SOCIEDADE DE EDUCACAO TIRADENTES S.A
182	202108010	Educação Presencial	150070	LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS	Licenciatura	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
183	202107936	Educação Presencial	882	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Bacharelado	10	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	10	ASSOCIACAO PARANAENSE DE CULTURA - APC
184	202107975	Educação Presencial	47169	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	5511	CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL	1120	UB - CAMPO REAL EDUCACIONAL S.A.
185	202108046	Educação Presencial	10736	COMUNICAÇÃO SOCIAL	Bacharelado	526	CENTRO UNIVERSITÁRIO BRAZ CUBAS	365	SOCIEDADE EDUCACIONAL BRAZ CUBAS LTDA.
186	202107851	Educação Presencial	109640	GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	668	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ENSINO SUPERIOR DO AMAZONAS	440	SOCIEDADE AMAZONENSE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA - SAMEC.
187	202108131	Educação a Distância	116894	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Bacharelado	573	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	15591	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO
188	202107888	Educação Presencial	11240	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Licenciatura	546	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	378	FUNDACAO SAO PAULO
189	202107863	Educação Presencial	33056	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	1175	FACULDADE ESTÁCIO DO RIO GRANDE DO SUL - ESTÁCIO FARGS	799	SOCIEDADE EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL
190	202108027	Educação Presencial	32896	LETRAS - INGLÊS	Licenciatura	2183	CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ	149	FUNDACAO SANTO ANDRE
191	202108087	Educação Presencial	1114806	MARKETING	Tecnológico	519	UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR	360	ASSOCIACAO UNIVERSITARIA E CULTURAL DA BAHIA
192	202107708	Educação Presencial	103135	GESTÃO COMERCIAL	Tecnológico	403	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA	278	UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO CATOLICA
193	202107929	Educação Presencial	18798	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	913	FACULDADES INTEGRADAS DE PARANAÍBA - FIPAR	16860	COSTA EDUCACIONAL EIRELI - ME
194	202108146	Educação Presencial	10753	QUALIDADE	Tecnológico	526	CENTRO UNIVERSITÁRIO BRAZ CUBAS	365	SOCIEDADE EDUCACIONAL BRAZ CUBAS LTDA.
195	202107894	Educação Presencial	50149	Tecnologia e Mídias Digitais	Bacharelado	546	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	378	FUNDACAO SAO PAULO
196	202107835	Educação Presencial	15447	TURISMO	Bacharelado	668	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ENSINO SUPERIOR DO AMAZONAS	440	SOCIEDADE AMAZONENSE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA - SAMEC.
197	202108011	Educação Presencial	1167102	PROCESSOS GERENCIAIS	Tecnológico	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
198	202107912	Educação Presencial	104053	GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	2859	FACULDADE DE BELÉM	1865	UNEMPE - UNIAO EMPRESARIAL EDUCACIONAL LTDA
199	202108036	Educação Presencial	101070	GESTÃO FINANCEIRA	Tecnológico	221	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	159	CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.
200	202107952	Educação Presencial	1139912	GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	1185	CENTRO UNIVERSITÁRIO JORGE AMADO	805	ASBEC - SOCIEDADE BAIANA DE EDUCACAO E CULTURA S/A
201	202108031	Educação Presencial	21084	FÍSICA	Licenciatura	2183	CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ	149	FUNDACAO SANTO ANDRE
202	202107853	Educação Presencial	109432	GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	555	UNIVERSIDADE DE FORTALEZA	386	FUNDACAO EDSON QUEIROZ
203	202107903	Educação Presencial	46922	COMUNICAÇÃO SOCIAL	Bacharelado	862	FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE CAMPO GRANDE	119	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA
204	202108120	Educação Presencial	74504	GESTÃO FINANCEIRA	Tecnológico	398	UNIVERSIDADE TIRADENTES	274	SOCIEDADE DE EDUCACAO TIRADENTES S.A
205	202107778	Educação Presencial	59163	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Bacharelado	1618	CENTRO UNIVERSITÁRIO SOCIESC DE BLUMENAU	902	SOCIEDADE DE EDUCACAO SUPERIOR E CULTURA BRASIL S.A.
206	202108152	Educação Presencial	69392	JORNALISMO	Bacharelado	15453	Faculdade Presidente Antônio Carlos de Conselheiro Lafaiete	221	FUNDACAO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS
207	202107934	Educação Presencial	1114884	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Tecnológico	10	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	10	ASSOCIACAO PARANAENSE DE CULTURA - APC
208	202108549	Educação Presencial	33805	COMUNICAÇÃO SOCIAL - RADIALISMO	Bacharelado	584	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	14856	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS
209	202107872	Educação Presencial	102873	SECRETARIADO EXECUTIVO TRILÍNGUE	Bacharelado	546	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	378	FUNDACAO SAO PAULO
210	202108032	Educação Presencial	108874	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Tecnológico	221	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	159	CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.
211	202108002	Educação Presencial	150066	EDUCAÇÃO ESPECIAL	Licenciatura	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
212	202107706	Educação Presencial	17501	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	2123	CENTRO UNIVERSITÁRIO MAX PLANCK	1399	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE INDAIATUBA LTDA
213	202108129	Educação Presencial	49110	RÁDIO, TV E INTERNET	Bacharelado	1185	CENTRO UNIVERSITÁRIO JORGE AMADO	805	ASBEC - SOCIEDADE BAIANA DE EDUCACAO E CULTURA S/A
214	202107905	Educação Presencial	11228	SECRETARIADO EXECUTIVO - BILÍNGUE	Bacharelado	546	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	378	FUNDACAO SAO PAULO
215	202107844	Educação Presencial	15446	SECRETARIADO EXECUTIVO	Bacharelado	668	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ENSINO SUPERIOR DO AMAZONAS	440	SOCIEDADE AMAZONENSE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA - SAMEC.
216	202108203	Educação Presencial	68955	SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	3875	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAXUPÉ	353	FUNDACAO EDUCACIONAL GUAXUPE
217	202108089	Educação Presencial	67492	HOTELARIA	Bacharelado	2814	FACULDADE SÃO SEBASTIÃO	1834	INSTITUTO DE ENSINO SAO SEBASTIAO LTDA
218	202107843	Educação Presencial	102848	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	546	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	378	FUNDACAO SAO PAULO
219	202107754	Educação Presencial	21308	ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR	Bacharelado	4010	CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA	304	INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA
220	202108059	Educação Presencial	120164	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	526	CENTRO UNIVERSITÁRIO BRAZ CUBAS	365	SOCIEDADE EDUCACIONAL BRAZ CUBAS LTDA.
221	202107998	Educação Presencial	150061	ARTES VISUAIS	Licenciatura	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
222	202107994	Educação Presencial	27526	LETRAS - INGLÊS	Licenciatura	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA

223	202107956	Educação Presencial	104862	DESIGN DE MODA	Tecnológico	1185	CENTRO UNIVERSITÁRIO JORGE AMADO	805	ASBEC - SOCIEDADE BAIANA DE EDUCACAO E CULTURA S/A
224	202107960	Educação Presencial	105328	SECRETARIADO	Tecnológico	1237	CENTRO UNIVERSITÁRIO NOSSA SENHORA APARECIDA	827	ASSOCIACAO EDUCACIONAL NOSSA SENHORA APARECIDA - AENSA
225	202107685	Educação Presencial	120815	DESIGN DE PRODUTO	Tecnológico	271	UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA	194	ASSOCIACAO PRUDENTINA DE EDUCACAO E CULTURA APEC
226	202108125	Educação Presencial	89062	HOTELARIA	Tecnológico	1149	CENTRO UNIVERSITÁRIO NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO	120	SOCIEDADE DE EDUCACAO NOSSA SENHORA DO PATROCINIO S/S LTDA
227	202107841	Educação Presencial	120723	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	4163	CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE	1124	FUNDACAO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE
228	202107744	Educação Presencial	59812	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	1396	Centro Universitário Dinâmica das Cataratas	924	UNIAO DINAMICA DE FACULDADES CATARATAS UDC LTDA
229	202107926	Educação Presencial	57358	TEOLOGIA	Bacharelado	1196	UNIVERSIDADE CESUMAR	560	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA
230	202108073	Educação Presencial	10500	SECRETARIADO EXECUTIVO	Bacharelado	519	UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR	360	ASSOCIACAO UNIVERSITARIA E CULTURAL DA BAHIA
231	202107983	Educação Presencial	1305060	PROCESSOS GERENCIAIS	Tecnológico	3768	FACULDADE IBGEN	2377	IBGEN EDUCACIONAL LTDA
232	202107806	Educação Presencial	90639	TEOLOGIA	Bacharelado	2444	Faculdade Unirb - Barreiras	16248	UNIDADE REGIONAL BRASILEIRA DE EDUCACAO LTDA
233	202108001	Educação Presencial	1167092	DESIGN DE INTERIORES	Tecnológico	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
234	202108102	Educação Presencial	84368	GESTÃO DE RELAÇÕES HUMANAS	Tecnológico	526	CENTRO UNIVERSITÁRIO BRAZ CUBAS	365	SOCIEDADE EDUCACIONAL BRAZ CUBAS LTDA.
235	202107935	Educação Presencial	1114886	GESTÃO DA QUALIDADE	Tecnológico	10	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	10	ASSOCIACAO PARANAENSE DE CULTURA - APC
236	202107861	Educação Presencial	32776	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	1175	FACULDADE ESTÁCIO DO RIO GRANDE DO SUL - ESTÁCIO FARGS	799	SOCIEDADE EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL
237	202108048	Educação Presencial	58879	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	2043	CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO SALGADO	1344	TCC EDUCACAO, CIENCIA E CULTURA LTDA - EPP
238	202108101	Educação Presencial	64958	MARKETING E COMUNICAÇÃO PROMOCIONAL	Tecnológico	526	CENTRO UNIVERSITÁRIO BRAZ CUBAS	365	SOCIEDADE EDUCACIONAL BRAZ CUBAS LTDA.
239	202108078	Educação Presencial	21536	TURISMO	Bacharelado	417	UNIVERSIDADE CIDADE DE SÃO PAULO	290	SECID - SOCIEDADE EDUCACIONAL CIDADE DE SAO PAULO LTDA
240	202107897	Educação Presencial	17109	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	Bacharelado	826	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO OESTE	17143	UNIDESC LTDA
241	202108030	Educação Presencial	1202873	EVENTOS	Tecnológico	221	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	159	CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.
242	202108015	Educação Presencial	121322	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Bacharelado	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
243	202107850	Educação Presencial	102863	DESIGN DE MODA	Tecnológico	437	UNIVERSIDADE PARANAENSE	305	ASSOCIACAO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA
244	202107730	Educação Presencial	1104077	MARKETING	Tecnológico	266	UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA	189	INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA
245	202107971	Educação Presencial	107578	LOGÍSTICA	Tecnológico	3768	FACULDADE IBGEN	2377	IBGEN EDUCACIONAL LTDA
246	202108466	Educação Presencial	1487492	FISIOTERAPIA	Bacharelado	1107	Centro Universitário Estácio do Ceará	545	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.
247	202107795	Educação Presencial	81406	FOTOGRAFIA	Tecnológico	3840	CENTRO UNIVERSITÁRIO FACVEST	2417	SOCIEDADE DE EDUCACAO N.S. AUXILIADORA LTDA
248	202107883	Educação Presencial	47038	TURISMO	Bacharelado	1457	Faculdade Estácio de Cotia	545	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.
249	202108231	Educação Presencial	10319	LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS	Licenciatura	3875	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAXUPÉ	353	FUNDACAO EDUCACIONAL GUAXUPE
250	202108065	Educação Presencial	63286	JORNALISMO	Bacharelado	417	UNIVERSIDADE CIDADE DE SÃO PAULO	290	SECID - SOCIEDADE EDUCACIONAL CIDADE DE SAO PAULO LTDA
251	202108484	Educação Presencial	1078409	SISTEMAS PARA INTERNET	Tecnológico	1575	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PLANALTO DE ARAXÁ	78	FUNDACAO CULTURAL DE ARAXA
252	202108128	Educação Presencial	81005	HOTELARIA	Tecnológico	1185	CENTRO UNIVERSITÁRIO JORGE AMADO	805	ASBEC - SOCIEDADE BAIANA DE EDUCACAO E CULTURA S/A
253	202108141	Educação Presencial	58143	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	2408	FACULDADE ESAMC SANTOS	1567	ESACOM - ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRACAO, COMUNICACAO E MARKETING S/C LTDA
254	202108432	Educação Presencial	47043	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Bacharelado	1575	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PLANALTO DE ARAXÁ	78	FUNDACAO CULTURAL DE ARAXA
255	202107774	Educação Presencial	110840	COMÉRCIO EXTERIOR	Bacharelado	81	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE	65	FUNDACAO EDUCACIONAL DA REGIAO DE JOINVILLE
256	202108003	Educação Presencial	68650	ENFERMAGEM	Bacharelado	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
257	202107854	Educação Presencial	20653	TURISMO	Bacharelado	1419	CENTRO UNIVERSITÁRIO CURITIBA	325	INSTITUTO DE EDUCACAO UNICURITIBA LTDA
258	202107777	Educação Presencial	46119	TURISMO	Bacharelado	1618	CENTRO UNIVERSITÁRIO SOCIESC DE BLUMENAU	902	SOCIEDADE DE EDUCACAO SUPERIOR E CULTURA BRASIL S.A.
259	202107910	Educação Presencial	71381	TURISMO	Bacharelado	2859	FACULDADE DE BELÉM	1865	UNEMPE - UNIAO EMPRESARIAL EDUCACIONAL LTDA
260	202108111	Educação Presencial	106838	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	1149	CENTRO UNIVERSITÁRIO NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO	120	SOCIEDADE DE EDUCACAO NOSSA SENHORA DO PATROCINIO S/S LTDA
261	202107727	Educação Presencial	48998	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	1396	Centro Universitário Dinâmica das Cataratas	924	UNIAO DINAMICA DE FACULDADES CATARATAS UDC LTDA
262	202108088	Educação Presencial	1145607	COMÉRCIO EXTERIOR	Tecnológico	2814	FACULDADE SÃO SEBASTIÃO	1834	INSTITUTO DE ENSINO SAO SEBASTIAO LTDA
263	202108130	Educação Presencial	20092	TURISMO	Bacharelado	1149	CENTRO UNIVERSITÁRIO NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO	120	SOCIEDADE DE EDUCACAO NOSSA SENHORA DO PATROCINIO S/S LTDA
264	202107745	Educação Presencial	20968	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	446	UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA	311	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA
265	202107869	Educação Presencial	21258	TURISMO	Bacharelado	1175	FACULDADE ESTÁCIO DO RIO GRANDE DO SUL - ESTÁCIO FARGS	799	SOCIEDADE EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL
266	202107954	Educação Presencial	118856	GASTRONOMIA	Tecnológico	1185	CENTRO UNIVERSITÁRIO JORGE AMADO	805	ASBEC - SOCIEDADE BAIANA DE EDUCACAO E CULTURA S/A
267	202107999	Educação Presencial	1170407	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Licenciatura	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
268	202107959	Educação Presencial	114566	MARKETING	Tecnológico	1237	CENTRO UNIVERSITÁRIO NOSSA SENHORA APARECIDA	827	ASSOCIACAO EDUCACIONAL NOSSA SENHORA APARECIDA - AENSA
269	202107973	Educação Presencial	47167	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	5511	CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL	1120	UB - CAMPO REAL EDUCACIONAL S.A.

PORTARIA Nº 190, DE 4 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201509988	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA	BRASIL EDUCACAO S/A	RUA DOS AIMORÉS, 1.451, CAMPUS SEDE AIMORÉS E NEAD, LOURDES, BELO HORIZONTE/MG
2	201713572	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADES INTEGRADAS DE PONTA PORÃ	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR PONTAPORANENSE-AESP	RUA CALÓGERAS, 890, - DE 851/852 A 1289/1290, CENTRO, PONTA PORÃ/MS
3	201616948	LICENCIATURA INTERCULTURAL - CIÊNCIAS SOCIAIS (Licenciatura)	20 (vinte)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	AVENIDA CAPITÃO ENE GARCEZ, 2413, , AEROPORTO, BOA VISTA/RR
4	201616908	LETRAS - ALEMÃO (Licenciatura)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	CAMPUS UNIVERSITÁRIO, S/N, TRINDADE, FLORIANÓPOLIS/SC
5	201617039	LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA (Licenciatura)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	AV. DA UNIVERSIDADE, 2853, BENFICA., 2853, , BENFICA, FORTALEZA/CE

PORTARIA Nº 191, DE 4 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 03/09/2018, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de mantidas, conforme planilha anexa, na forma de aditamento ao ato de recredenciamento da Instituição Incorporadora, nos termos do Art. 43 da Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017.

§ 1º A Instituição de Educação Superior incorporadora assume responsabilidade integral pelos cursos em funcionamento e regularmente autorizados nas instituições unificadas neste ato, garantindo a manutenção da qualidade de todos os registros acadêmicos, sem prejuízo para os alunos regularmente matriculados, além de assumir a responsabilidade formal a respeito dos processos e documentos em trâmite no sistema e-MEC.

§ 2º Declara-se extinta a Instituição de Educação Superior incorporada à Instituição incorporadora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO DE ARAÚJO ALMEIDA

ANEXO

Processo e-MEC	Mantenedora, CNPJ	IES Incorporadora	IES Incorporada s	Denominação da IES após a unificação de mantidas	Endereço da IES após a unificação de mantidas
202025095	SOCIEDADE CATALANA DE EDUCACAO S/C LTDA - EPP (2095). 05.373.130/0001-93	INSTITUTO UNIVERSITÁRIO UNA DE CATALÃO - CATALANA (3319).	CENTRO SUPERIOR UNA DE CATALÃO (754); FACULDADE UNA DE CATALÃO (18474).	INSTITUTO UNIVERSITÁRIO UNA DE CATALÃO - CATALANA (3319).	Avenida Presidente Médici, s/n, Santa Cruz - Catalão/GO. CEP: 75706-420.

PORTARIA Nº 192, DE 4 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e considerando o disposto no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; considerando as determinações contidas na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013; considerando a Portaria nº 572, de 18 de junho de 2018; considerando o relatório de avaliação da Comissão de Monitoramento e Acompanhamento da Escolas Médicas - CAMEM constantes do Processo nº 23000.002330/2021-78; e ainda, considerando os termos que constam no Processo e-MEC nº 201910815, referente à proposta selecionada no Edital nº 1/2018/SERES/MEC, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o curso de Medicina (Código e-MEC nº 1483765), bacharelado, com 50 (cinquenta) vagas totais anuais e prazo mínimo para integralização de 6 (seis) anos, a ser ministrado na Rua Suriname Lote 2, Quadra 7, Bairro Parque das Nações, município de Açailândia/MA, pela Faculdade de Medicina de Açailândia (Cód.24446), mantida pelo IBMEC EDUCACIONAL LTDA. (cód. 1223), com sede na Alameda Santos, 2.326, Bairro Cerqueira César, no Município de São Paulo/SP (CNPJ 04.298.309/0001-60).

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 193, DE 4 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e considerando o disposto no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; considerando as determinações contidas na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013; considerando a Portaria nº 572, de 18 de junho de 2018; considerando o relatório de avaliação da Comissão de Monitoramento e Acompanhamento da Escolas Médicas - CAMEM constantes do Processo nº 23000.001659/2021-11; e ainda, considerando os termos que constam no Processo e-MEC nº 201927794, referente à proposta selecionada no Edital nº 1/2018/SERES/MEC, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o curso de Medicina (Código e-MEC nº 1498936), bacharelado, com 50 (cinquenta) vagas totais anuais e prazo mínimo para integralização de 6 (seis) anos, a ser ministrado na Av. Jesus Maria José, SN, Quadra 40, Lote 100, Bairro Jardim dos Monolitos, município de Quixadá/CE, pelo Centro Universitário Estácio do Ceará- Campus Quixadá (Cód.1107), mantido pela IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. (cód. 545), com sede na Rua Promotor Gabriel Netuzzi Perez nº 108, Bairro Santo Amaro, no município de São Paulo/SP (CNPJ 02.608.755/0001-07).

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 194, DE 4 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e considerando o disposto no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; considerando as determinações contidas na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013; considerando a Portaria nº 572, de 18 de junho de 2018; considerando o relatório de avaliação da Comissão de Monitoramento e Acompanhamento da Escolas Médicas - CAMEM constante do Processo nº 23000.002186/2021-70; e ainda, considerando os termos que constam no Processo e-MEC nº 201926716, referente à proposta selecionada no Edital nº 1/2018/SERES/MEC, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o curso de Medicina (código e -MEC 1497536), bacharelado, com 50 (cinquenta) vagas totais anuais e prazo mínimo para integralização de 6 (seis) anos, a ser ministrado na Rodovia BR-316 S/N, KM 60, Apeú, no município de Castanhal/PA, pela Faculdade de Medicina Estácio de Castanhal (código e-MEC 24687) mantida pela IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA. (Código e-MEC 545), com sede na Rua Promotor Gabriel Netuzzi Perez, 108, Santo Amaro, no Município de São Paulo/SP.

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 195, DE 4 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, no art. 7º, I e II, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nos arts. 2º, 45 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e nos arts. 68, 72, 76 e 77 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 21/2021/CGSO-TÉCNICOS/DISUP/SERES, nos autos do Processo de Supervisão nº 23546.010618/2020-78, resolve:

Art. 1º Instaurar procedimento sancionador perante a Faculdade Interação Americana - FIA (cód. e-MEC nº 803), mantida pelo IBREPE - Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas (cód. e-MEC nº 554), inscrita no CNPJ sob o nº 53.709.440/0001-89, com sede na Avenida Lucas Nogueira Garcez, s/nº, Sede - FAINAM, Centro, São Bernardo do Campo/SP, CEP 09750-660.

Art. 2º Aplicar as seguintes medidas cautelares em face da FIA:

I - a apresentação de tabela editável de controle da expedição, do registro e da entrega de diplomas de todos os alunos que concluíram algum curso de graduação oferecido até o período atual;

II - o sobrestamento de processos regulatórios em trâmite protocolizados pela IES ou pelas demais mantidas da mesma mantenedora;

III- o impedimento de protocolização de novos processos regulatórios realizados pela IES ou pelas demais mantidas da mesma mantenedora;

IV - a atualização imediata do endereço de sede e oferta de cursos superiores no sistema e-MEC;

V - a reunião integral do acervo acadêmico no endereço de sede e de oferta de cursos superiores;

VI - a suspensão de ingresso de novos estudantes nos cursos ofertados pela FIA, até que o acervo acadêmico esteja integralmente reunido no local de sede e de oferta de cursos;

VII - a suspensão da possibilidade de celebrar novos contratos de Financiamento Estudantil - Fies;

VIII - a suspensão da possibilidade de participação em processo seletivo para a oferta de bolsas do Programa Universidade para Todos - ProUni; e

IX - a suspensão ou restrição da possibilidade de participação em outros programas federais de acesso ao ensino superior.

Art. 3º Notificar e intimar a FIA, por meio eletrônico através de e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, para a apresentação de defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do parágrafo único, do art. 71, do Decreto nº 9.235/2017; e para apresentação de recurso no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 63, § 2º, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 4º Notificar os órgãos que representaram junto ao Ministério da Educação - MEC sobre a referida apuração.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

DESPACHO Nº 24, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e pelo Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e considerando o disposto na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, no Edital nº 1/2018/SERES/MEC, nos processos judiciais nº 1002414-07.2019.4.01.3400, e nº 1025863-28.2018.4.01.3400, no Parecer nº 00560/2019/CONJUR - MEC/CGU/AGU, e nas NOTAS nº 00017/2021/CONJUR-MEC/CGU/AGU e nº 00232/2021/CONJUR-MEC/CGU/AGU, e ainda considerando os fundamentos dos pareceres insertos nos Processos SEI nº 23000.027273/2018-34; 23000.027301/2018-13; 23000.027303/2018-11; e 23000.027302/2018-68, torna público, na forma do Anexo, o resultado da análise, em condição sub judice, de propostas inscritas na chamada pública de mantenedoras de Instituições de Educação Superior do Sistema Federal de Ensino para seleção de propostas para autorização de funcionamento de curso de Medicina por IES privadas para os municípios de Ponta Porã/MS, Cruzeiro do Sul/AC e Ji-Paraná/RO, selecionados no âmbito do Edital nº 2, de 7 de dezembro de 2017.

As mantenedoras discriminadas no Anexo poderão interpor recurso ao resultado, exclusivamente, por meio do Sistema de Monitoramento, Execução e Controle do MEC - SIMEC, no período de 05/03/2021 a 15/03/2021.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

UF	Município	Nº Inscrição	Processo Judicial	Mantenedora	ETAPA 1 - Análise de Admissibilidade	ETAPA 2 - Análise Econômico-Financeira	ETAPA 3 - Análise da Mérito (N1)	Análise da Experiência Regulatória (N2)	RESULTADO FINAL
MS	Ponta Porã	247146/2018	1002414-07.2019.4.01.3400	FACEB EDUCACAO LTDA	Admitida	Habilitada	Desclassificada	N/A	DESCLASSIFICADA ETAPA 3 (item 4.1.3 do Edital)
MS	Ponta Porã	150186/2018	1025863- 28.2018.4.01.3400	Universidade Brasil	Admitida	Inabilitada	N/A	N/A	DESCLASSIFICADA (Itens: 4.1.2, 5.2.3 e 10.3.2 do Edital)
RO	Ji-Paraná	255188/2018	1025863- 28.2018.4.01.3400	Universidade Brasil	Admitida	Inabilitada	N/A	N/A	DESCLASSIFICADA (Itens: 4.1.2, 5.2.3 e 10.3.2 do Edital)
AC	Cruzeiro do Sul	259190/2018	1025863- 28.2018.4.01.3400	Universidade Brasil	Admitida	Inabilitada	N/A	N/A	DESCLASSIFICADA (Itens: 4.1.2, 5.2.3 e 10.3.2 do Edital)

DESPACHO Nº 25, DE 4 DE MARÇO DE 2021

Decide o processo nº 23000.002966/2021-10.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, art. 46 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, artigos 2º, 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, artigos 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e artigos 56, 58 a 60, 72 e 73 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, com base na Nota Técnica nº 67/2021/CGSE/DISUP/SERES, determina perante Faculdade Equipe (cód. 3171) é mantida pela Associação Técnica Educacional Equipe (cód. 2014):

I. O seu descredenciamento institucional;

II. A revogação das medidas cautelares impostas à Instituição pela Portaria SERES nº 113, publicada em 10 de fevereiro de 2021;

III. A intimação da sua mantenedora, na pessoa de seu representante legal, para informar sobre alunos remanescentes, se houver, e os meios adotados para a guarda e conservação dos documentos acadêmicos, ou a cargo de qual entidade serão entregues os documentos acadêmicos, nos termos do art. 58 do Decreto nº 9.235/2017, sob pena de aplicação de medidas previstas na legislação civil e penal;

IV. A determinação à sua mantenedora, na pessoa de seu representante legal, para comprovar a publicação da decisão de descredenciamento no seu site na WEB;

V. A notificação da decisão e da possibilidade de apresentação de recurso ao Conselho Nacional de Educação, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 75 do Decreto 9.235/2017, sem efeito suspensivo nos termos do art. 61 da Lei nº 9.784/1999;

VI. A efetivação da notificação por meio eletrônico mediante e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC;

VII. O arquivamento do presente processo, após o prazo recursal, na ausência da interposição do recurso cabível.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

DESPACHO Nº 26, DE 4 DE MARÇO DE 2021

Decide o processo nº 23000.002965/2021-75.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, art. 46 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, artigos 2º, 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, artigos 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e artigos 56, 58 a 60, 72 e 73 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, com base na Nota Técnica nº 66/2021/CGSE/DISUP/SERES, determina perante o Instituto Superior de Educação Orígenes Lessa - ISEOL (Cód. 1973) é mantido pela Proped Educacional Eireli (Cód. 17472):

I. O seu descredenciamento institucional;

II. A revogação das medidas cautelares impostas à Instituição pela Portaria SERES nº 113, publicada em 10 de fevereiro de 2021;

III.A intimação da sua mantenedora, na pessoa de seu representante legal, para informar sobre alunos remanescentes, se houver, e os meios adotados para a guarda e conservação dos documentos acadêmicos, ou a cargo de qual entidade serão entregues os documentos acadêmicos, nos termos do art. 58 do Decreto nº 9.235/2017, sob pena de aplicação de medidas previstas na legislação civil e penal;

IV. A determinação à sua mantenedora, na pessoa de seu representante legal, para comprovar a publicação da decisão de descredenciamento no seu site na WEB;

V. A notificação da decisão e da possibilidade de apresentação de recurso ao Conselho Nacional de Educação, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 75 do Decreto 9.235/2017, sem efeito suspensivo nos termos do art. 61 da Lei nº 9.784/1999;

VI. A efetivação da notificação por meio eletrônico mediante e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC;

VII. O arquivamento do presente processo, após o prazo recursal, na ausência da interposição do recurso cabível.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

DESPACHO Nº 27, DE 4 DE MARÇO DE 2021

Decide o processo nº 23000.002978/2021-44.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, art. 46 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, artigos 2º, 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, artigos 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e artigos 56, 58 a 60, 72 e 73 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, com base na Nota Técnica nº 64/2021/CGSE/DISUP/SERES, determina perante a Faculdade de Tecnologia Ipeno-Factipeno (cód. 18038) é mantida pelo Instituto de Pós-Graduação e Atualização em Odontologia (cód. 15930):

I. O seu descredenciamento institucional;

II. A revogação das medidas cautelares impostas à Instituição pela Portaria SERES nº 113, publicada em 10 de fevereiro de 2021;

III. A intimação da sua mantenedora, na pessoa de seu representante legal, para informar sobre alunos remanescentes, se houver, e os meios adotados para a guarda e conservação dos documentos acadêmicos, ou a cargo de qual entidade serão entregues os documentos acadêmicos, nos termos do art. 58 do Decreto nº 9.235/2017, sob pena de aplicação de medidas previstas na legislação civil e penal;

IV. A determinação à sua mantenedora, na pessoa de seu representante legal, para comprovar a publicação da decisão de descredenciamento no seu site na WEB;

V. A notificação da decisão e da possibilidade de apresentação de recurso ao Conselho Nacional de Educação, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 75 do Decreto 9.235/2017, sem efeito suspensivo nos termos do art. 61 da Lei nº 9.784/1999;

VI. A efetivação da notificação por meio eletrônico mediante e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC;

VII. O arquivamento do presente processo, após o prazo recursal, na ausência da interposição do recurso cabível.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

DESPACHO Nº 28, DE 4 DE MARÇO DE 2021

Decide o processo 23000.002998/2021-15.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, art. 46 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, arts. 2º, 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, arts. 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e arts. 56, 58 a 60, 72 e 73 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, com base na Nota Técnica nº 63/2021/CGSE/DISUP/SERES, determina perante a Faculdade de Tecnologia SENAI Campo Grande (cód. 4532), mantida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI (cód. 2865), inscrito no CNPJ sob o nº 03.772.576/0001-65:

I. O seu descredenciamento na modalidade EaD;

II. A intimação da sua mantenedora, na pessoa de seu representante legal, para informar sobre alunos remanescentes, se houver, e os meios adotados para a guarda e conservação dos documentos acadêmicos, ou a cargo de qual entidade serão entregues os documentos acadêmicos, nos termos do art. 58 do Decreto nº 9.235/2017, sob pena de aplicação de medidas previstas na legislação civil e penal;

III. A determinação à sua mantenedora, na pessoa de seu representante legal, para comprovar a publicação da decisão de descredenciamento no seu site na WEB;

IV. A notificação da decisão e da possibilidade de apresentação de recurso ao Conselho Nacional de Educação - CNE, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 75 do Decreto 9.235/2017, sem efeito suspensivo nos termos do art. 61 da Lei nº 9.784, de 1999;

V. A efetivação da notificação por meio eletrônico mediante e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC;

VI. O arquivamento do presente processo, após o prazo recursal, na ausência da interposição do recurso cabível.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

DESPACHO Nº 29, DE 4 DE MARÇO DE 2021

Decide o processo nº 23000.002976/2021-55.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, art. 46 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, artigos 2º, 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, artigos 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e artigos 56, 58 a 60, 72 e 73 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, com base na Nota Técnica nº 71/2021/CGSE/DISUP/SERES, determina perante a Faculdade Refidim - REFIDIM (cód. 14097), mantida pela Associação Centro Evangélico de Educação, Cultura e Assistência Social - CEEDUC (cód. 13202):

I. o seu descredenciamento institucional;

II. a revogação das medidas cautelares impostas à Instituição pela Portaria SERES nº 113, publicada em 10/02/2021;

III. a intimação da sua mantenedora, na pessoa de seu representante legal, para informar sobre alunos remanescentes, se houver, e os meios adotados para a guarda e conservação dos documentos acadêmicos, ou a cargo de qual entidade serão entregues os documentos acadêmicos, nos termos do art. 58 do Decreto nº 9.235/2017, sob pena de aplicação de medidas previstas na legislação civil e penal;

IV. o reconhecimento para fins de expedição e registro de diplomas dos cursos de Bacharelado em Teologia, EAD (Cód. 1290455), com 100 vagas anuais autorizadas, nos termos do artigo 73, § 2º do Decreto nº 9.235, de 2017 e artigo 27, §2º da Portaria nº 315, publicada no DOU de 5 de abril de 2018;

V. a determinação à sua mantenedora, na pessoa de seu representante legal, para comprovar a publicação da decisão de descredenciamento no seu site na WEB;

VI. a notificação da decisão e da possibilidade de apresentação de recurso ao Conselho Nacional de Educação, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 75 do Decreto 9.235/2017, sem efeito suspensivo nos termos do art. 61 da Lei nº 9.784/1999;

VII. a efetivação da notificação por meio eletrônico mediante e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC;

VIII. o arquivamento do presente processo, após o prazo recursal, na ausência da interposição do recurso cabível.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

DESPACHO Nº 30, DE 4 DE MARÇO DE 2021

Decide o processo 23000.002972/2021-77.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, art. 46 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, arts. 2º, 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, arts. 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e arts. 56, 58 a 60, 72 e 73 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, com base na Nota Técnica nº 70/2021/CGSE/DISUP/SERES, determina perante a Faculdade JK Brasília - Recanto das Emas II (cód. 4199), mantida pelo JK Educacional Ltda. (cód. 15890), CNPJ 17.347.405/0001-01:

I. O seu descredenciamento institucional;

II. A intimação da sua mantenedora, na pessoa de seu representante legal, para informar sobre alunos remanescentes, se houver, e os meios adotados para a guarda e conservação dos documentos acadêmicos, ou a cargo de qual entidade serão entregues os documentos acadêmicos, nos termos do art. 58 do Decreto nº 9.235/2017, sob pena de aplicação de medidas previstas na legislação civil e penal;

III. A determinação à sua mantenedora, na pessoa de seu representante legal, para comprovar a publicação da decisão de descredenciamento no seu site na WEB;

IV. A notificação da decisão e da possibilidade de apresentação de recurso ao Conselho Nacional de Educação, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 75 do Decreto 9.235/2017, sem efeito suspensivo nos termos do art. 61 da Lei nº 9.784, de 1999;

V. A efetivação da notificação por meio eletrônico mediante e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC;

VI. O arquivamento do presente processo, após o prazo recursal, na ausência da interposição do recurso cabível.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

PORTARIA Nº 239, DE 4 DE MARÇO DE 2021

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, nomeado pelo Decreto Presidencial de 22 de outubro de 2018, publicado no Diário Oficial da União do dia 23 subsequente, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. Atribuir a Função Gratificada - FG-01 ao desempenho das atribuições de Presidente da Comissão Permanente de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares - COPSPAD.

Art. 2º. Revogar a Portaria nº 1.063, de 13/07/2020, publicada no DOU de 16/07/2020, Edição: 135, Seção: 1, Página: 49.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÍCERO NICÁCIO DO NASCIMENTO LOPES

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO 5 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, DE 4 DE MARÇO DE 2021

Aprova a revogação expressa dos atos normativos, já revogados tacitamente, conforme previsão no art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução nº 8, de 3 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União, de 4 de março de 2021, e considerando o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Aprovar, ad referendum, a revogação expressa dos atos normativos, listados abaixo, já revogados tacitamente, conforme

previsão no art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

I	Resolução do Conselho Diretor/CEFET-PI nº 06/2005
II	Resolução do Conselho Diretor/CEFET-PI nº 04/2009
III	Resolução do Conselho Diretor/CEFET-PI nº 05/2009
IV	Resolução do Conselho Superior-CONSUP/IFPI nº 03/2011
V	Resolução do Conselho Superior-CONSUP/IFPI nº 02/2012
VI	Resolução do Conselho Superior-CONSUP/IFPI nº 07/2012

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO HENRIQUE GOMES DE LIMA

RESOLUÇÃO NORMATIVA 10 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, DE 4 DE MARÇO DE 2021

Aprova a atualização do Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Análise e Planejamento Espacial - Mestrado Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução nº 8, de 3 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União, de 4 de março de 2021, e considerando Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Aprovar, ad referendum, a atualização do Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Análise e Planejamento Espacial - Mestrado Profissional, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.

CAPÍTULO I

DAS FINALIDADES

Art. 2º O Programa de Pós-Graduação em Análise e Planejamento Espacial - Mestrado Profissional (MAPEPROF) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) tem por finalidade qualificar recursos humanos, desenvolvendo estudos e produtos, com aplicação, voltados para o ordenamento territorial.

Parágrafo único. O MAPEPROF será orientado pelo regimento interno do IFPI, contido em resolução do Conselho Superior (CONSUP - IFPI), que dispõe sobre normas dos programas e cursos de pós-graduação da instituição.

Art. 3º O curso oferecido pelo MAPEPROF volta-se ao atendimento das necessidades de formação continuada de profissionais de Geociências, Geografia e áreas afins visando responder à demanda da sociedade no que se refere à qualificação profissional e ao conhecimento técnico-científico, podendo, para tanto, firmar convênios e contratos com entidades públicas e/ou privadas na prestação de serviços de assessoria, consultoria, cooperação e outros.

Art. 4º O MAPEPROF do IFPI tem como área de concentração a Organização do Espaço, constituída por duas linhas de pesquisa:

I - Gestão territorial e geoprocessamento; e

II - Análise ambiental.

Parágrafo único. A criação, a alteração ou a desativação de áreas de concentração e de linhas de pesquisa serão homologadas pelo Colegiado do MAPEPROF, quando do interesse de professores vinculados à área.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 5º A Organização Administrativa do MAPEPROF é constituída de um Colegiado, uma Coordenação e uma Secretaria.

Seção I

Do Colegiado Art.

6º O Colegiado do MAPEPROF é constituído pelo Coordenador do Programa, seu Presidente; pelo Vice- Coordenador do Programa, seu Vice-Presidente; pelos demais professores integrantes do programa e por representação do corpo discente do curso.

Parágrafo único. Nos impedimentos ou ausências eventuais simultâneas do Presidente e do Vice Presidente, o Colegiado será presidido pelo membro mais antigo da instituição, vinculado ao MAPEPROF

Art. 7º Além das atribuições dispostas nos documentos de regulação da Pós-Graduação do IFPI, compete ao Colegiado: I - elaborar e atualizar o Regimento Interno do Programa;

II - definir sobre as vagas discentes para ingresso no curso;

III - decidir sobre criação, alteração e extinção de componentes curriculares;

IV - aprovar a oferta de componentes curriculares e respectivos professores para cada período letivo;

V - decidir sobre dispensa, aproveitamento e equivalência de disciplinas;

VI - aprovar a elaboração dos relatórios do MAPEPROF a serem encaminhados aos órgãos superiores do IFPI e aos órgãos de financiamento e de fomento à pesquisa;

VII - analisar e decidir, previamente, sobre os planos de utilização de recursos financeiros captados pelo MAPEPROF; VIII - deliberar sobre o processo seletivo de que trata o Capítulo III deste Regimento;

IX - deliberar sobre a formação das bancas de Exame de Qualificação e de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso solicitadas pelos orientadores;

X - credenciar e descredenciar professores no MAPEPROF;

XI - deliberar sobre a participação de professores externos em atividades no MAPEPROF;

XII - discutir e aprovar o calendário de atividades acadêmicas e administrativas do MAPEPROF, sendo o mesmo instrumento legal para aplicação dos prazos regimentais;

XIII - deliberar sobre pedidos de prorrogação de prazos para conclusão de curso, desligamentos de alunos do MAPEPROF e outros assuntos;

XIV - emitir parecer, quando solicitado, sobre processos de revalidação de diploma de Pós-Graduação expedido no exterior; e

XV - deliberar sobre qualquer tipo de recurso administrativo pertinente ao MAPEPROF.

Seção II

Da Coordenação

Art. 8º A coordenação será composta de um Coordenador e de um Vice-Coordenador, dentre os docentes permanentes do MAPEPROF, eleitos de acordo com o Regimento Geral.

Art. 9º Compete ao Coordenador do MAPEPROF:

I - dirigir e supervisionar a Secretaria do MAPEPROF, na forma do Artigo 10 deste Regimento;

II - encaminhar à Comissão de Seleção, nos prazos estabelecidos, a documentação necessária ao processo seletivo, recebendo dela, em tempo hábil, a documentação e os resultados do referido processo;

III - elaborar proposta de distribuição orçamentária e efetuar anualmente prestações de contas junto ao Colegiado; e IV - elaborar e submeter à apreciação do Colegiado, dentro dos prazos estabelecidos, documentos, relatórios e planos definidos neste Regimento.

Art. 10. São atribuições do Vice-Coordenador do MAPEPROF: substituir o Coordenador nas suas ausências e impedimentos eventuais, bem como desenvolver atividades de comum acordo com o Coordenador e com o Colegiado do Curso.

Seção III

Da Secretaria

Art. 11. A Secretaria, unidade executora dos serviços administrativo-burocráticos, localizada no Campus Teresina Central do IFPI, é supervisionada pelo Coordenador do MAPEPROF e administrada por Secretários(as), a quem compete:

I - organizar, coordenar e controlar os trabalhos inerentes à Secretaria;

II - manter atualizadas as devidas anotações referentes aos docentes, discentes e funcionários vinculados ao MAPEPROF;

III- registrar os dados acadêmicos dos alunos, para envio aos órgãos competentes do IFPI e de outras instituições;

IV - manter em dia a relação dos estudantes matriculados por disciplina, bem como os casos de matrícula especial, e remeter à Pró- Reitoria de Pesquisa e Inovação nos prazos regimentais;

V - processar, informar, distribuir e arquivar documentos relativos às atividades didáticas e administrativas;

VI - manter organizados e atualizados os registros sobre a legislação e outros instrumentos legais pertinentes ao MAPEPROF;

VII - sistematizar informações, organizar prestações de conta, elaborar e digitar documentos e relatórios e remeter aos órgãos competentes, dentro dos prazos estabelecidos;

VIII - secretariar as reuniões do Colegiado do MAPEPROF e preparar as respectivas atas;

IX - manter atualizado inventário dos equipamentos e dos materiais pertencentes ao MAPEPROF; e

X - manter atualizada a página eletrônica do MAPEPROF.

CAPÍTULO III

DO INGRESSO DISCENTE E DO REGIME DIDÁTICO-CIENTÍFICO

Seção I

Do Processo Seletivo e da Aprovação

Art. 12. O ingresso no MAPEPROF, em nível de Mestrado Profissional, far-se-á através de um processo de seleção, efetuado por Comissão Examinadora composta por, pelo menos, 03 (três) professores vinculados ao Programa, de acordo com a área de concentração e linhas de pesquisa, conforme o Art. 4º deste Regimento, e de acordo com o número de vagas determinado pelo Colegiado do Curso. Poderão inscrever-se na seleção ao Curso de Mestrado:

I - portadores de diploma de graduação em Geografia, Tecnologia em Gestão Ambiental, Tecnologia em Geoprocessamento, Agronomia, Biologia, Arquitetura e Urbanismo, Geologia, Engenharias ou áreas afins, obtido em instituição reconhecida pelo MEC; e

II - portadores de diploma de graduação obtido em instituição estrangeira desde que reconhecido pelo MEC.

§1º O número de vagas de que trata o caput deste Artigo será definido pelo Colegiado do MAPEPROF em conformidade com as normativas institucionais.

§2º O pedido de inscrição no processo seletivo será dirigido à Coordenação do MAPEPROF, na forma estabelecida no Edital de Seleção.

Art. 13. O processo seletivo constará de:

I - análise do projeto de pesquisa, de caráter eliminatório, segundo critérios apresentados no Edital de Seleção;

II - prova escrita, de caráter eliminatório, relacionada aos conhecimentos específicos, constando de questões elaboradas segundo programa apresentado no Edital de Seleção;

III - defesa do projeto, de caráter classificatório, frente à comissão de seleção composta por pelo menos um professor da linha de pesquisa pertinente; e

IV - avaliação do curriculum vitae do candidato, em caráter classificatório, de acordo com normas estabelecidas no Edital de Seleção.

Parágrafo único. O resultado do processo seletivo será submetido à homologação do Colegiado do MAPEPROF.

Seção II

Da Matrícula e da Inscrição em Disciplina

Art. 14. O candidato aprovado no processo seletivo terá direito à matrícula no MAPEPROF.

§1º O candidato aprovado terá que se matricular no Programa e cursar disciplinas no primeiro semestre referente à sua aprovação. Assim não procedendo, o candidato perderá, automaticamente, o direito à vaga.

§2º Os alunos matriculados no Programa terão prazo máximo de um ano para apresentar certificação de proficiência em língua estrangeira (inglês, francês ou espanhol) emitido por instituição habilitada.

Art. 15. O pedido de trancamento da matrícula deverá ser encaminhado à Secretaria do MAPEPROF mediante requerimento do interessado com justificativa do orientador pelo período de 1 (um) semestre. Parágrafo único. Esgotado o período de trancamento e não renovada a matrícula no prazo de 30 (trinta) dias, o aluno será automaticamente desligado do curso.

Art. 16. Será permitido ao aluno pedir prorrogação de prazo de permanência no curso pelo tempo máximo de 06 (seis) meses, desde que não tenha solicitado anteriormente.

Art. 17. É permitido ao aluno o cancelamento de inscrição em uma ou mais disciplinas, desde que decorrido até 1/3 (um terço) da carga horária da disciplina, com a exclusiva aquiescência de seu professor orientador.

Parágrafo único. Só será permitido o cancelamento de inscrição em uma mesma disciplina apenas uma vez, durante o tempo do curso.

Seção III

Do Corpo Docente, da Orientação e da Coorientação

Art. 18. O corpo docente do MAPEPROF do IFPI será constituído de Professores Permanentes, Professores Colaboradores e Professores Visitantes.

Art. 19. Os professores permanentes e colaboradores deverão ter produção científica, orientação, ministrar disciplinas e coordenar projeto de pesquisa, junto ao MAPEPROF.

Parágrafo único. Os professores que, no período de dois anos, não cumprirem o disposto neste artigo serão automaticamente desligados do programa.

Art. 20. O professor permanente poderá ter, no máximo, 06 (seis) orientandos e o colaborador, no máximo, 03 (três), no programa.

Parágrafo único. O professor permanente que contar 06 (seis) orientandos e o professor colaborador que contar 03 (três), na data da publicação anual do edital de seleção, não poderá constar da lista de provável orientador.

Art. 21. A orientação ao aluno consistirá no acompanhamento sistemático de sua evolução acadêmica, em conformidade com sua área de interesse, com vistas à sua formação científica adequada.

§1º A orientação ao aluno é feita por um Professor Orientador, vinculado ao MAPEPROF.

§2º Professores afastados das atividades do IFPI, por período superior a 1 (um) ano, não poderão assumir novas orientações.

§3º A mudança de orientador poderá ocorrer mediante deliberação do Colegiado.

§4º Além dos membros do corpo docente do MAPEPROF, professores de outros cursos de pós-graduação stricto sensu ou doutores poderão participar da orientação do TCC, em regime de coorientação, mediante deliberação do Colegiado.

Seção IV

Do Corpo Discente

Art. 22. O corpo discente é composto pelos alunos regularmente matriculados no MAPEPROF. Art.

23. São duas as categorias de alunos do MAPEPROF:

I - alunos regulares; e

II - alunos especiais.

§1º Fica a critério de cada professor estabelecer a seleção de alunos especiais, desde que não ultrapasse 50% (cinquenta por cento) da turma.

§2º Somente será permitido a cada aluno especial cursar, no máximo, duas disciplinas.

Seção V

Das Disciplinas e do Aproveitamento

Art. 24. O Currículo do MAPEPROF é constituído por componentes curriculares obrigatórios e optativos

§1º As disciplinas optativas correspondem àquelas que são do interesse específico do aluno, de modo que o conteúdo programático contribua para o desenvolvimento do seu projeto de pesquisa e para a elaboração do TCC.

§2º As atividades corresponderão à orientação de estudos, colóquio temático, exame de qualificação e TCC, que são componentes curriculares obrigatórios, mas não contam carga horária.

Art. 25. O MAPEPROF terá um mínimo de 24 (vinte e quatro) créditos, sendo 08 (oito) em disciplinas obrigatórias e 16 (dezesseis) em disciplinas optativas.

Parágrafo único. Do total de créditos em disciplinas optativas, o aluno do curso de mestrado poderá cursar 25% em outros programas de pósgraduação relacionados a Geociências, Geografia e áreas afins de nível equivalente, desde que recomendado pelo orientador.

Art. 26. A avaliação do aluno, nas disciplinas oferecidas pelo MAPEPROF, é feita através de provas, seminários, trabalhos de campo, de laboratório, trabalhos monográficos, artigos e relatórios e outros a critério do professor responsável, sendo que a avaliação de desempenho do aluno, em cada componente, será traduzida quantitativamente em notas de 0 (zero) a 10 (dez).

Art. 27. A aprovação em disciplina dependerá da avaliação realizada pelo professor, na qual o aluno obtenha nota final igual ou superior a 7,0 (sete), e não tenha deixado de cumprir frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) das atividades de ensino desenvollvidas na disciplina.

§1º O aluno que obtiver nota inferior a 7,0 (sete) será considerado reprovado na disciplina.

§2º O aluno tem direito de solicitar à Coordenação do Programa, por escrito, revisão de nota atribuída pelo professor, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a data da divulgação do resultado da sua avaliação.

§3º Compete à Coordenação instalar Comissão de revisão da nota final atribuída ao aluno, através de Portaria, que deverá ser composta de 03 (três) professores, entre os quais o professor que atribuiu a nota.

Art. 28. O aluno reprovado em mais de uma disciplina ou duas vezes na mesma disciplina será automaticamente desligado do curso e perderá sua matrícula institucional.

Art. 29. A Coordenação do Programa poderá designar comissão para fazer aproveitamento de créditos de disciplinas obtidos pelo aluno, nos últimos 05 (cinco) anos, em outros cursos de pós-graduação stricto sensu de outras instituições, desde que o curso seja recomendado pela CAPES, até o máximo de 50% da carga horária total em disciplina optativa, se entender que seu conteúdo seja pertinente e/ou equivalente ao constante do Currículo do MAPEPROF.

Art. 30. Nenhum candidato será admitido à defesa de Trabalho de Conclusão do Curso antes de obter os créditos exigidos para o respectivo grau e ter sido aprovado no Exame de Qualificação, conforme prevê a Seção VI, do Capítulo III deste Regimento.

Art. 31. O rendimento escolar de cada aluno será expresso em notas de acordo com o que prevê o Artigo 26 deste regimento.

Art. 32. O desligamento de aluno do Programa, a ser decidido pelo Colegiado do MAPEPROF, ocorrerá em função de, pelo menos, uma das seguintes condições:

I - ter ultrapassado o prazo máximo de duração do curso, fixado por este Regimento;

II - deixar de realizar matrícula em qualquer período letivo;

III - ter insucesso na defesa do Trabalho de Conclusão do Curso; ou

IV - ter sido reprovado em mais de 1 (uma) disciplina.

Seção VI

Do Exame de Qualificação

Art. 33. O Exame de Qualificação do aluno, atividade obrigatória, ocorrerá até o 3º período letivo após o ingresso no curso e dar-se-á da seguinte forma:

I - apresentação do andamento do Trabalho de Conclusão do Curso, através de trabalho escrito, a ser lido e discutido por uma Banca Examinadora formada por três professores, incluindo o orientador, indicada por este último e aprovada pelo Colegiado;

II - ao final do Exame, a Banca Examinadora emitirá parecer sobre o trabalho do aluno, considerando-o aprovado ou reprovado. O aluno reprovado terá 30 dias para refazer o exame de qualificação. A reprovação por duas vezes no referido exame implicará desligamento imediato do aluno do MAPEPROF; e

III - o Exame de Qualificação é de caráter público e deverá ocorrer em data, horário e local previamente fixados.

Seção VII

Do Trabalho de Conclusão do Curso

Art. 34. O Trabalho de Conclusão do Curso poderá ser apresentado em diferentes formatos (mapas, relatórios técnicos, planos de gestão territorial e ambiental, dissertação e outros), por meio dos quais o aluno deverá demonstrar competências e habilidades na proposição de inovações e/ou soluções de problemas específicos relacionados ao tratamento de informações espaciais, explicitando a concepção teórico-metodológica que norteou sua elaboração e suas finalidades.

Parágrafo único. A avaliação dos produtos educacionais deve considerar seu ineditismo, qualidade, relevância, alcance, facilidade de uso pelo público-alvo, formas de divulgação e, principalmente, a contribuição dada à gestão do território.

Art. 35. Só poderá requerer autorização para apresentação do Trabalho de Conclusão do Curso o candidato que tiver obtido todos os créditos previstos neste Regimento, com o coeficiente de rendimento escolar global mínimo exigido, que tiver sido aprovado no Exame de Línguas Estrangeiras e tiver sido habilitado no Exame de Qualificação.

Art. 36. Para a Defesa do Trabalho de Conclusão do Curso, o aluno deverá depositar, na Secretaria do Programa, 30 (trinta) dias antes da data prevista para a defesa, 04 (quatro) exemplares do trabalho.

Art. 37. O orientador deverá formalizar, por escrito, proposta de Banca Examinadora a ser aprovada pelo Colegiado. A Banca Examinadora do Trabalho de Conclusão do Curso de Mestrado, que terá o orientador como seu Presidente, deverá ter a seguinte composição: 03 (três) membros titulares, sendo pelo menos 1 (um) professor de outra IES, além de 2 (dois) suplentes, sendo um externo à instituição.

Art. 38. O ato da defesa do Trabalho de Conclusão do Curso de Mestrado processar-se-á em sessão pública, em local e data previamente marcados pelo Coordenador do MAPEPROF.

§1º Após a defesa do Trabalho de Conclusão do Curso, a Comissão Examinadora atribuirá ao trabalho a condição de APROVADO ou REPROVADO.

§2º O aluno deverá entregar na Secretaria, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir da data da defesa, sob pena de não ser efetuada a homologação do título de Mestre em Análise e Planejamento Espacial, 02 (dois) exemplares do trabalho, com as correções exigidas pela Banca Examinadora, sendo 01 (um) para a biblioteca central e 01 (um) para a Secretaria do programa, além de uma cópia digital.

Art. 39. Nos casos em que a Banca Examinadora opinar desfavoravelmente à aprovação, o candidato estará desligado do Programa.

Art. 40. Após entrega dos exemplares definitivos do Trabalho de Conclusão do Curso, a Coordenação do MAPEPROF solicitará a homologação do mesmo ao Colegiado do Programa e, posteriormente, à Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação do IFPI.

Art. 41. Satisfeitas as exigências regulamentares a que se refere o Artigo 39, o candidato poderá requerer que lhe seja conferido o respectivo diploma.

CAPÍTULO IV

DO GRAU ACADÊMICO, DO DIPLOMA E DO CERTIFICADO

Art. 42. Para a obtenção do Grau de Mestre em Análise e Planejamento Espacial, o candidato deve, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogáveis por até 06 (seis) meses, ter cumprido suas obrigações acadêmicas para com o programa.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 43. Os casos omissos neste Regimento serão analisados e deliberados pelo Colegiado do MAPEPROF

Art. 44. Fica revogada a Resolução nº 66, de 24 de outubro de 2017.

Art. 45. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO HENRIQUE GOMES DE LIMA

ANEXO I

NORMAS ESPECÍFICAS PARA CREDENCIAMENTO E RECREDENCIAMENTO DE PROFESSORES

Art. 1º O credenciamento do professor no MAPEPROF dar-se-á por solicitação pessoal junto à Coordenação do curso através de preenchimento de formulário acompanhado de currículo atualizado e proposta de atividades a desenvolver no programa, indicando a linha de pesquisa em que atuará e a disposição para ministrar disciplina e orientar trabalhos de conclusão de curso.

§1º Para fins de credenciamento de professor permanente, o docente deverá, no período previsto de 3 (três) anos, cumprir as seguintes condições:

a) ter publicado, como autor ou coautor, pelo menos 03 (três) trabalhos completos pertinentes à área de atuação no MAPEPROF, em veículo de divulgação científica ou tecnológica (periódico indexado e pertinente à área);

b) ter realizado, como coordenador ou pesquisador participante, pelo menos uma pesquisa pertinente à área de atuação no MAPEPROF; e

c) ter realizado produção técnica.

§2º O professor que solicitar credenciamento no MAPEPROF e não atingir os requisitos previstos no parágrafo 1°, poderá ser credenciado como professor colaborador mediante aprovação do Colegiado do Curso.

Art. 2º 0 professor do MAPEPROF deve submeter-se, a cada três anos, a processo de recredenciamento por meio de relatório circunstanciado. §1º Para fins de recredenciamento de professor permanente, o docente deverá, no período previsto de 3 (três) anos, cumprir as seguintes condições:

a) ter ministrado pelo menos uma disciplina regular no MAPEPROF;

b) ter levado à defesa e à aprovação pelo menos um trabalho de conclusão de curso de orientando seu no MAPEPROF;

c) ter publicado, como autor ou coautor, pelo menos 02 (dois) trabalhos completos pertinentes à área de atuação no MAPEPROF em veículo de divulgação científica ou tecnológica (periódico indexado);

d) ter realizado, como coordenador ou pesquisador participante, pelo menos uma pesquisa pertinente à área de atuação no MAPEPROF; e

e) ter realizado produção técnica.

§2º Para fins de recredenciamento como professor colaborador, o docente deverá, no período previsto de 03 (três) anos, cumprir as mesmas condições apresentadas no parágrafo anterior.

ANEXO II

NORMAS ESPECÍFICAS PARA A REALIZAÇÃO DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO

Da natureza e do caráter

Art. 1º O Exame de Qualificação é componente obrigatório do Curso de Mestrado em Tratamento da Informação Espacial e tem caráter avaliativo. Da obrigatoriedade e dos prazos de realização

Art. 2º O Exame de Qualificação é atividade obrigatória do aluno do Curso de Mestrado e deverá ser realizado em conformidade com o que determina o Artigo 33 deste Regimento.

Art. 3º O pedido de realização do Exame de Qualificação deverá ser encaminhado formalmente pelo(a) orientador(a) à Coordenação do MAPEPROF, em Formulário de Exame de Qualificação fornecido pela Secretaria. Parágrafo Único. Compete ao Colegiado aprovar data e banca do Exame de Qualificação.

Da composição da Banca Examinadora

Art. 4º A Banca Examinadora de Mestrado será composta por 03 (três) professores titulares, incluindo o orientador, todos com grau de doutor.

Da apresentação do Exame de Qualificação

Art. 5º Para a realização do Exame, o candidato deverá encaminhar à Secretaria da unidade à qual está vinculado, juntamente com o pedido formal, um relatório impresso em 03 (três) vias, cuja estrutura deverá apresentar o seguinte modelo:

I - título, nome do(a) aluno(a) e do(a) orientador(a);

2 - introdução ao tema e problemática de estudo;

3 - pressupostos teóricos;

4 - objetivos e procedimentos metodológicos; e

5 - descrição das etapas de elaboração do produto ou dissertação e o estágio em que se encontra o estudo.

PAULO HENRIQUE GOMES DE LIMA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO NORMATIVA 12 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, DE 4 DE MARÇO DE 2021

Aprova a atualização dos procedimentos para concessão do Incentivo à Qualificação, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução nº 8, de 3 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 4 de março de 2021, e considerando o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e ainda:

a Lei nº 8.112/1990 e suas alterações posteriores;

a Lei nº 11.091/2005 e suas alterações posteriores;

o Decreto nº 5.824/2006; o Acórdão 3150/2010 - Plenário/TCU, 24/11/2010;

a Lei nº 12.772, de 28/12/2012; e

a necessidade de regularização e uniformização de procedimentos administrativos nas áreas da Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP) e Comissão de Análise de Títulos dos servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAEs), resolve:

Art. 1º Aprovar, ad referendum, a atualização dos procedimentos para concessão do Incentivo à Qualificação para os servidores Técnico-Administrativos, no âmbito do IFPI.

Art. 2º O Incentivo à Qualificação é uma gratificação concedida aos servidores Técnico-Administrativos, integrantes do Plano de Carreira dos cargos Técnico-Administrativos em Educação.

Art. 3º O servidor Técnico-Administrativo deverá dar entrada na solicitação de concessão do Incentivo à Qualificação no Setor de Protocolo do respectivo campus de lotação.

Art. 4º Os processos para concessão de Incentivo à Qualificação serão avaliados mediante a apresentação da seguinte documentação:

I - requerimento geral preenchido e assinado; e

II - cópia frente e verso do diploma que comprove a titulação e, em caso de especialização, do histórico escolar.

§ 1º Na falta do diploma/certificado, serão aceitos os seguintes documentos:

I - na Especialização - histórico escolar contendo:

a) relação das disciplinas, carga horária, nota ou conceito obtido pelo aluno e nome e qualificação dos professores por elas responsáveis;

b) período em que o curso foi realizado e a sua duração total;

c) título da monografia ou do trabalho de conclusão do curso e nota ou conceito obtido; d) declaração da instituição de que o curso cumpriu todas as disposições da Resolução nº 1, de 8 de junho de 2007 e a citação do ato legal de credenciamento da instituição; e e) certidão da instituição de ensino declarando que o aluno concluiu o curso de especialização.

II - no Mestrado/Doutorado:

a) ata de defesa da tese ou dissertação;

b) histórico escolar;

c) cópia da Portaria do MEC de reconhecimento do curso; e d) cópia da Portaria da CAPES de reconhecimento do curso.

§ 2º Serão estipulados os seguintes prazos para entrega da documentação:

I - 6 (seis) meses para que o servidor apresente documentação definitiva;

II - após decorrer esse prazo, o Incentivo à Qualificação será automaticamente suspenso e o servidor terá mais 6 (seis) meses para apresentar a documentação definitiva (após protocolar justificativa condizente com a demanda);

III - se o servidor apresentar documentação definitiva no intervalo de 6 (seis) meses da prorrogação do prazo, os Incentivos à Qualificação serão suspensos nesse intervalo serão pagos retroativamente; e

IV - caso o servidor não apresente a documentação exigida, ao final de um ano (equivalente aos 6 meses iniciais, somados à igual prorrogação do prazo), será aberto Processo Administrativo para que o servidor devolva o valor corresponde aos Incentivos à Qualificação pagos inicialmente.

Art. 5º É de responsabilidade do setor de protocolo o envio do processo à Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP), Comissão de Análise de Títulos dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação, para análise e providências.

Art. 6º É de responsabilidade da Comissão de Análise de Títulos dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação:

I - analisar os processos de Incentivo à Qualificação;

II - emitir parecer conclusivo, definindo a data inicial para os efeitos financeiros decorrentes da concessão do Incentivo à Qualificação, conforme fundamentação legal; e

III - monitorar, através da DIGEP, os incentivos concedidos.

Art.7º. Ficam revogadas:

I - a Resolução nº 010/2013 - CONSELHO SUPERIOR, de 16 de abril de 2013; e

II - a Resolução nº 041/2013 - CONSELHO SUPERIOR, de 05 de agosto de 2014.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

PAULO HENRIQUE GOMES DE LIMA

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PORTARIA Nº 45, DE 3 DE MARÇO DE 2021(*)

Revoga portarias, para fins do disposto no art. 7º do Decreto nº 10.139, de 2019

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, CAPES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II, III e IX do art. 26 do Estatuto da Capes aprovado pelo Decreto nº 8.977, 30 de janeiro de 2017,

Considerando o disposto nos incisos I e II do art. 8º do Decreto nº 10.139, 28 de novembro de 2019, e

Considerando o constante dos autos do processo nº 23038.004381/2020-26, resolve:

Art. 1º Revogar as seguintes portarias que se exauriram no tempo, conforme determinado no art. 8º do Decreto nº 10.139, de 2019:

I- portaria GAB/Capes nº 10, de 23 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 6/2/2013. Estabelece o calendário de atividades relativas às ações de avaliação dos cursos de pós-graduação, a cargo da Diretoria de Avaliação da CAPES;

II- portaria GAB/Capes nº 11, de 28 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 30/1/2014. Estabelece o calendário de atividades da Diretoria de Avaliação da CAPES para o ano de 2014;

III- portaria GAB/Capes nº 67, de 13 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 18/5/2015. Estabelece o calendário de atividades da Diretoria de Avaliação da CAPES para o ano de 2015;

IV- portaria GAB/Capes nº 3, 11 de janeiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 12/1/2016. Estabelece o calendário de atividades da Diretoria de Avaliação para o ano de 2016;

V- portaria GAB/Capes nº 9, de 12 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 17/1/2017. Estabelece o calendário de atividades da Diretoria de Avaliação da CAPES para o ano de 2017;

VI- portaria GAB/Capes nº 160, de 18 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 23/8/2017. Estabelece o calendário de atividades da Diretoria de Avaliação da CAPES para o ano de 2017;

VII- portaria GAB/Capes nº 173, de 12 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 13/9/2017. Estabelece o calendário de atividades da Diretoria de Avaliação para o ano de 2017;

VIII- portaria GAB/Capes nº 223, de 14 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 28/11/2017. Estabelecer o calendário de atividades da Diretoria de Avaliação para o ano de 2018;

IX- portaria GAB/Capes nº 249, de 21 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 22/12/2017. Altera o Art. 1º da Portaria 223, de 14 de novembro de 2017;

X - portaria GAB/Capes nº 250, de 9 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 13/11/2018. Estabelece o calendário de atividades da Diretoria de Avaliação para o ano de 2019; e

XI- portaria GAB/Capes nº 93, de 29 de abril de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 3/5/2019. Alterar o Art. 1º da Portaria nº 250, de 09 de novembro de 2018, que estabelece o calendário de atividades da Diretoria de Avaliação para o ano de 2019.

Art. 2º Revogar as seguintes portarias que foram revogadas tacitamente, conforme determinado no art. 8º do Decreto nº 10.139, de 2019:

I- portaria GAB/Capes nº 15, de 6 de fevereiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 8/2/2013. Revoga o Artigo 15 da Portaria CAPES nº 193/2011, que dispõe sobre os pedidos de reconsideração de resultados da avaliação de cursos novos de mestrado e doutorado; e

II- portaria GAB/Capes nº 247, de 20 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 21/12/2017. Revoga a Portaria nº 237, de 07 de dezembro de 2017 que Regulamentou os Projetos de Mestrado Interinstitucional (Minter), de Doutorado Interinstitucional (Dinter) e de Turma Fora de Sede e tornar sem efeito o Edital nº 44/2017 publicado em 11 de dezembro de 2017.

Art. 3º Extinguir os grupos de trabalho, os comitês e as comissões e revogar as portarias correlatas enumerados a seguir:

I- portaria GAB/Capes nº 29, de 29 de janeiro de 2010, publicada no Boletim de Serviço nº 1, Janeiro de 2010. Institui Grupo de Trabalho responsável por realizar levantamento da situação dos Projetos de Mestrado e Doutorado Interinstitucionais aprovados pela CAPES, elaborar estudo sobre a sistemática de avaliação e trâmite das propostas no âmbito desta Fundação e análise da legislação pertinente;

II- portaria GAB/Capes nº 94, de 28 de abril de 2010, publicado no Boletim de Serviço Especial nº 3, Abril de 2010. Prorroga por 90 (noventa) dias o prazo fixado no § 1º do artigo 2º da Portaria nº 29, de 29 de janeiro de 2010, que instituiu o Grupo de Trabalho responsável pelo levantamento da situação dos projetos MINTER e DINTER;

III- resolução CS/CAPES nº 1, de 20 de março de 2014, publicado no Boletim de Serviço nº 5, Maio de 2014. Aprova a criação de Comitês de Busca para a escolha dos Coordenadores de Área da CAPES;

IV- portaria GAB/Capes nº 137, de 13 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 17/11/2015. Institui o Grupo de Trabalho (GT) de Avaliação de Impacto de Programas;

V- portaria GAB/Capes nº 138, de 13 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 17/11/2015. Institui o Grupo de Trabalho (GT) da Árvore do Conhecimento;

VI- portaria GAB/Capes nº 139, de 13 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 17/11/2015. Institui o Grupo de Trabalho (GT) de Análise de Risco de Programas;

VII- portaria GAB/Capes nº 140, de 13 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 17/11/2015. Institui o Grupo de Trabalho (GT) Análise do Sistema CAPES de Avaliação da Pós-Graduação;

VIII- portaria GAB/Capes nº 141, de 13 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 17/11/2015. Institui o Grupo de Trabalho (GT) Sistemas de Informações para a Pós-Graduação;

IX- portaria GAB/Capes nº 142, de 13 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 17/11/2015. Institui o Grupo de Trabalho (GT) da Revista Brasileira de Pós-Graduação (RBPG);

X- portaria GAB/Capes nº 143, de 13 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 17/11/2015. Institui o Grupo de Trabalho (GT) do Qualis Produção Técnica e Tecnológica;

XI- portaria GAB/Capes nº 144, 13 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 17/11/2015. Institui o Grupo de Trabalho (GT) QUALIS Referência Periódicos;

XII- portaria GAB/Capes nº 145, 13 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 17/11/2015. Institui o Grupo de Trabalho (GT) QUALIS Livros;

XIII- portaria GAB/Capes nº 146, de 13 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 17/11/2015. Institui o Grupo de Trabalho (GT) Qualis Eventos;

XIV- portaria GAB/Capes nº 147, de 13 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 17/11/2015. Institui o Grupo de Trabalho (GT) de Mestrados Profissionais;

XV- portaria GAB/Capes nº 148, de 13 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 17/11/2015. Institui o Grupo de Trabalho (GT) relativo à articulação da Pós-Graduação com a Educação Básica;

XVI- portaria GAB/Capes nº 157, de 24 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 25/11/2015. Institui Comissão Especial para Análise do Sistema e Processo de Avaliação da Qualidade da Pós-Graduação Brasileira;

XVII- portaria GAB/Capes nº 29, de 15 de março de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 16/3/2016. Alterar o artigo 2º da Portaria nº 157, de 24/11/2015;

XVIII- portaria GAB/Capes nº 40, de 4 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 13/4/2016. Institui Comissão Especial responsável pela preparação da Avaliação Quadrienal a ser realizada no ano de 2017, referente ao período de 2013 a 2016;

XIX- portaria GAB/Capes nº 77, de 25 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 27/5/2016. Altera as Portarias CAPES nº 137 a 148, de 13/11/2015, publicadas no DOU de 17/11/2015, seção 2, págs. 15 a 19;

XX- portaria GAB/Capes nº 150, de 4 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União em6/7/2018. Instituir o Grupo de Trabalho (GT) do Qualis Periódicos;

XXI- portaria GAB/Capes nº 151, de 4 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 6/7/2018. Instituir o Grupo de Trabalho (GT) de Classificação de Livros;

XXII- portaria GAB/Capes nº 172, de 2 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 3/8/2018. Instituir o Grupo de Trabalho (GT) do Qualis Artístico e Classificação de Eventos;

XXIII- portaria GAB/Capes nº 189, de 21 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 22/8/2018. Altera o artigo 2º, da Portaria nº 151, de 04 de julho de 2018, publicada no DOU de 06 de julho de 2018, seção 2, página 18, para designar novos membros da composição do Grupo de Trabalho de Classificação de Livros;

XXIV- portaria GAB/Capes nº 190, de 21 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 22/8/2018. Altera o artigo 2º, da Portaria nº 172, de 02 de agosto de 2018, publicada no DOU de 03 de agosto de 2018, seção 2, página 17, para designar novos membros da composição do Grupo de Trabalho do Qualis Artístico e Classificação de Eventos;

XXV- portaria GAB/Capes nº 252, de 14 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 19/11/2018. Institui o Grupo de Trabalho (GT) de revisão da Portaria CAPES nº 131 de 28 de junho de 2017 que dispõe sobre o mestrado e o doutorado profissional;

XXVI- portaria GAB/Capes nº 271, de 14 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 18/12/2018. Institui o Grupo de Trabalho (GT) do Qualis Periódicos do Colégio das Humanidades;

XXVII- portaria GAB/Capes nº 277, de 24 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 27/12/2018. Institui o Grupo de Trabalho (GT) da Internacionalização;

XXVIII- portaria GAB/Capes nº 6, de 25 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 29/01/2019. Altera o artigo 2º e 4º, da Portaria nº 277, de 24 de dezembro de 2018;

XXIX- portaria GAB/Capes nº 8, de 31 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 1º/2/2019. Institui o Grupo de Trabalho (GT) do Qualis Periódicos dos Colégios de Ciências da Vida e Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar;

XXX- portaria GAB/Capes nº 138, de 27 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 28/6/2019. Esta Portaria dispõe sobre a recriação do Grupo de Trabalho (GT) Inovação e Transferência de Conhecimento, a partir de 28 de junho de 2019, define suas competências, composição, regras de funcionamento e deliberação, bem como sua duração e objetivos;

XXXI- portaria GAB/Capes nº 139, de 27 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 28/6/2019. Esta Portaria dispõe sobre a recriação do Grupo de Trabalho (GT) Impacto e Relevância Econômica e Social, a partir de 28 de junho de 2019, define suas competências, composição, regras de funcionamento e deliberação, bem como sua duração e objetivos;

XXXII- portaria GAB/Capes nº 140, de 27 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 28/6/2019. Esta Portaria dispõe sobre a recriação do Grupo de Trabalho (GT) Ficha de Avaliação, a partir de 28 de junho de 2019, define suas competências, composição, regras de funcionamento e deliberação, bem como sua duração e objetivos; e

XXXIII- portaria GAB/Capes nº 141, de 27 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 28/6/2019. Esta Portaria dispõe sobre a recriação do Grupo de Trabalho de Critérios Avaliativos para Propostas de Cursos Novos na Modalidade EAD (GT-EAD), define suas competências, composição, regras de funcionamento e deliberação, bem como sua duração e objetivos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENEDITO GUIMARÃES AGUIAR NETO

(*) Republicada por ter saído no DOU de 4/3/2021, Seção 1, pág. 62, com incorreção do original.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

PORTARIA Nº 477, DE 3 DE MARÇO DE 2021

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, no uso das atribuições legais, regimentais e estatutárias; e considerando o que consta no processo administrativo nº 23107.003009/2021-12, resolve:

PRORROGAR, por mais 02 (dois) anos, o Resultado Final do Concurso Público de Provas para provimento de Cargos da Carreira de Técnico-Administrativo em Educação, realizado nos termos do Edital PRODGEP n.º 02/2018, homologado no Diário Oficial da União n.º 102, Seção 3, página 141, de 29 de maio de 2019, a contar de 29 de maio de 2021.

MARGARIA DE AQUINO CUNHA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 352, DE 4 DE MARÇO DE 2021

O Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Ouro Preto, no uso da competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 540, de 05/08/1994, considerando o processo UFOP de Seleção Simplificada para contratação de Professor substituto nº 23109.000217/2021-40; resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final da Seleção Simplificada de que trata o Edital PROAD nº 03/2021, realizado para a contratação de professor substituto, Área: Letras / Ensino de Língua e Literatura de Expressão em Língua Inglesa, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Marlei Rose Renzetti Tartoni e Carine Ribeiro Souza.

BRUNO CAMILLOTO ARANTES

CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO Nº 8.051, DE 4 DE MARÇO 2021

A Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, no uso de suas atribuições legais, Considerando a resolução Cepe nº 7.758 e os Editais Proad nº 12/2020 e Progep nº 9/2021, Considerando o disposto nos Processos nº 23109.004641/2016-04, nº 23109.002209/2017-51 e 23109.004480/2020-27, resolve:

Aprovar, ad referendum deste Conselho, a prorrogação, por um ano, contado a partir de 11 de março de 2021, da validade do Concurso Público de Provas e Títulos realizado para o cargo de Professor Classe A, denominação Assistente A - nível 1, área de Transportes, do Departamento de Engenharia Civil, de que trata o Edital Proad nº 46/2018 (12), retomado pelo Edital Progep 09/2021, cujo resultado foi homologado pela resolução Cepe nº 7.758.

CLÁUDIA APARECIDA MARLIÉRE DE LIMA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

PORTARIAS DE 4 DE MARÇO DE 2021

A Reitora da Universidade Federal de São Carlos, no uso das atribuições legais e estatutárias que lhe foram conferidas pelo art. 4º do Estatuto da FUFSCar, aprovado pela Portaria MEC nº 1161, de 04/07/1991, publicada no DOU de 05/07/1991 e pelo art. 27 do Estatuto da UFSCar, aprovado pela Portaria SESu/MEC nº 984, de 29/11/2007, publicada no DOU de 30/11/2007, CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 61/2021/ProEx, de 24 de fevereiro de 2021, resolve:

Nº 4.906 - Remanejar a Função Gratificada nível 02, da Coordenadoria do Núcleo Município/ProEx, para o Núcleo Educação, Tecnologia e Cultura de Sorocaba - NETC/Sor.

Nº 4.908 - Remanejar a Função Gratificada nível 03, da Coordenadoria do Núcleo Educação, Tecnologia e Cultura de Sorocaba - NETC/ProEx, para o Departamento de Administração, Finanças e Contratos - DEAFC/ProEx.

ANA BEATRIZ DE OLIVEIRA

Ministério da Infraestrutura

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 262, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

Aprova a alteração do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto Organizado de Salvador e Aratu-Candeias, nos termos que especifica.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 37, inciso VII, do Anexo I do Decreto n.º 10.368, de 22 de maio de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 17, § 2º, da Lei n.º 12.815, de 5 de junho de 2013, e no art. 26 da Portaria MInfra n.º 61, de 10 de junho de 2020, e o constante nos autos do processo administrativo SEI-MInfra n.º 50000.018904/2020-11, resolve:

Art. 1º Aprovar a alteração do denominado "PDZ - 2018 do Porto de Salvador e Aratu-Candeias", aprovado pela Portaria n.º 481, de 15 de agosto de 2018, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, de forma a incorporar as modificações apresentadas pela Companhia Docas do Estado da Bahia - CODEBA, Autoridade Portuária local, por meio de seu documento OFÍCIO Nº 43/2020/DPR-CODEBA, de 09 de novembro de 2020, e seus respectivos anexos.

Art. 2º Estabelecer que o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto Organizado de Salvador e Aratu-Candeias receba a denominação de PDZ do Porto Organizado de Salvador e Aratu-Candeias - 2018, alterado por aprovação desta Portaria.

Art. 3º Determinar a publicação no sítio eletrônico do Ministério da Infraestrutura, bem como no sítio eletrônico da Companhia Docas do Estado da Bahia - CODEBA, do PDZ consolidado com as alterações aprovadas por esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 3934, de 6 de janeiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 11 de janeiro de 2021, Seção 1, página 30, onde se lê: "na modalidade de ensino a distância (EAD)" leia - se: "na modalidade de ensino semipresencial".

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 4.240, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o constante dos autos do processo nº 00065.001595/2021-07, resolve:

Art. 1º Excluir o aeródromo público abaixo do cadastro de aeródromos públicos:

I - denominação: Cocos;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: BA0058;

III - município (UF): Cocos (BA); e

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 14° 10' 22'' S / 044° 32' 48'' W.

Art. 2º Ficam revogadas:

I - Portaria nº 2385/SIA, de 10 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 11 de setembro de 2015, Seção nº 1, Página nº 6; e

II - Portaria nº 3544/GFIC/SIA, de 1º de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 9 de dezembro de 2020, Seção nº 1, Página nº 258.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 4.356, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, inciso XVI, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 41 do Anexo I do Decreto no 5.731, de 20 de março de 2006, 14 da Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, e 36 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no parágrafo 108.255(a) do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 108, e no Anexo 17 da Convenção da Aviação Civil Internacional, promulgada pelo Decreto nº 21.713, de 27 de agosto de 1946, e considerando o que consta do processo nº 00058.017033/2020-85, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 4.144, de 1º de fevereiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 12 de fevereiro de 2021, Seção 1, página 69, que aprovou a Revisão D da Instrução Suplementar nº 108-001 (IS nº 108-001D), passa a vigorar com a inclusão do Artigo 2º-A, nos seguintes termos:

"Art. 2º-A A partir de 2 de agosto de 2021, os procedimentos descritos na IS nº 108-001D corresponderão ao Programa de Segurança de Operador Aéreo - PSOA dos operadores aéreos, perdendo automaticamente a validade todas as Listagens de Inclusão de Medidas de Segurança e Procedimentos Alternativos aprovadas pela ANAC em data anterior, ressalvados os procedimentos alternativos e a inclusão de medidas de segurança já aprovados que não contrariem o disposto na Emenda nº 03 do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 108." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 2 de agosto de 2021.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 4.387, DE 2 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso das atribuições outorgadas pelo art. 33, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, conforme previsto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 139, e considerando o que consta do processo no 00058.041819/2020-13, resolve:

Art. 1º Conceder o Certificado Operacional de Aeroporto no 55/SBSI/2021 à SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S/A, operadora do Aeroporto Presidente João Batista Figueiredo - Sinop/MT (SBSI) (código CIAD: MT0002).

Parágrafo único. A certificação operacional fica condicionada, ao menos, à manutenção, pelo operador aeroportuário, dos aspectos avaliados no âmbito do processo por meio do qual a outorga foi concedida.

Art. 2º O aeroporto certificado nos termos do art. 1º operará com as seguintes especificações operativas:

I - Geral:

a) Código de referência: 3C;

b) O aeroporto pode ser utilizado regularmente por quaisquer aeronaves compatíveis com o código de referência 3C ou inferior;

c) Tipo de operação por pista/cabeceira:

Cabeceira 03: VFR / IFR Não-precisão (NPA) - diurna/noturna;

Cabeceira 21: VFR / IFR Não-precisão (NPA) - diurna/noturna;

d) Categoria Contraincêndio do Aeródromo - CAT: 5;

e) Autorizações de Operações Especiais: Não há.

II - Restrição a classes e tipos de aeronaves: Não aplicável.

III - Restrição aos serviços aéreos: Não aplicável.

IV - Restrições operacionais: Não há.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 4.388, DE 2 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º da Resolução nº 371, de 15 de dezembro de 2015, tendo em vista as disposições transitórias do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 139, e considerando o que consta do processo nº 00058.041819/2020-13, resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo da Portaria nº 908/SIA, de 13 de abril de 2016, que define as aeronaves críticas e as respectivas frequências semanais de operação para aeródromos civis públicos brasileiros, para excluir o Aeroporto Presidente João Batista Figueiredo (Código OACI atual: SBSI; anteriormente designado SWSI), localizado em Sinop (MT), com as seguintes informações:

Código	Nome	Município	UF	Aeronave crítica	Tipo de aproximação	Frequência semanal
SWSI	Presidente João Batista Figueiredo	Sinop	MT	4C	NINST	52

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 4.396, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 107, e considerando o que consta do Processo nº 00058.013167/2018-11, resolve:

Art. 1º Aprovar o Programa de Segurança Aeroportuária (Revisão 00) da operadora Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, CNPJ nº 00.352.294/0060-70, responsável pela operação do Aeroporto de Carajás (SBCJ), em Parauapebas/PA (código CIAD: PA0006), nos termos do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 107, Emenda 02, e da Instrução Suplementar nº 107-001, revisão D (IS nº 107-001D), e considerando as seguintes especificações:

I - Classe do aeródromo: AP-1

II - Serviços aéreos: voos domésticos

III - Capacidade da maior aeronave: Superior a 60 assentos

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 4.239, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.001595/2021-07, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Cocos;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: BA0058;

III - município (UF): Cocos (BA);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 14° 10' 22'' S / 044° 32' 48'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 4.309, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.026657/2020-02, resolve:

Art. 1º Alterar a inscrição do Aeródromo Privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Eletro Cesar Primavera;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: RO0013;

III - município (UF): Pimenta Bueno (RO);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 11° 54' 14'' S / 061° 13' 33'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade até 11 de setembro de 2024.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 2117/SIA de 10 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 11 de setembro de 2014, Seção nº 1, Página nº 6.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 4.310, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00058.004816/2021-80, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Paraíso;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MS0558;

III - município (UF): Ribas do Rio Pardo (MS);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 20° 49' 13'' S / 053° 25' 52'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 4.311, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 2748, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00058.051721/2020-74, resolve:

Art. 1º Inscrever o Heliponto Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Parque da Cidade Torre B1;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SP1094;

III - município (UF): São Paulo (SP);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 23° 37' 30'' S / 046° 42' 18'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 4.339, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.006395/2021-32, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Margarida;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MT0697;

III - município (UF): Matupá (MT);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 09° 44' 41'' S / 054° 00' 54'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 4.346, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.033934/2020-25, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: De Belmonte;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: BA0041;

III - município (UF): Belmonte (BA);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 15° 52' 20'' S / 038° 52' 20'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 4.370, DE 1º DE MARÇO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00065.006970/2021-05, resolve:

Art. 1º Considerar inscrito no cadastro e aberto ao tráfego aéreo o heliponto privado abaixo, com as seguintes características:

I - Nome da plataforma/embarcação: PETROBRAS 09;

II - Indicador de localidade: 9PSS;

III - Indicativo de chamada da EPTA: P-09;

IV - Tipo de plataforma/embarcação: Plataforma Flutuante;

V - Área de exploração dos recursos naturais: Bacia de Campos;

VI - Altitude em relação ao nível do mar: 22,82 metros;

VII - Resistência do pavimento: 10,4 toneladas;

VIII - Comprimento máximo do maior helicóptero a operar: 19,5 metros;

IX - Condições operacionais: Pousos e decolagens no período diurno. Pousos e decolagens, em caráter de emergência, no período noturno;

X - Classe: 1;

XI - Categoria: H2; e

XII - Sistema de combustível homologado: Não Possui.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade até 25 de fevereiro de 2024.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 1150/SIA, de 15 de abril de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 18 de abril de 2019, Seção 1, página 48.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIA Nº 4.358, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, inciso VIII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 18-A da Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, e a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e considerando o que consta do processo nº 00065.068796/2019-61, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 3.252/SPO, de 18 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 1º de novembro de 2019, Seção 1, página 76, que aprovou a IS nº 61-004, Revisão P.

Parágrafo único. A Portaria que trata este artigo encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/links-acesso-rapido/boletim-de-pessoal-e-servico-bps) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao) desta Agência, na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de abril de 2021.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

CORREGEDORIA

DECISÃO DE 4 DE MARÇO DE 2021

Processo nº 00058.009462/2021-60

No exercício das atribuições conferidas pelo art. 1º da Portaria ANAC nº 604, de 21 de fevereiro de 2018, do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil, e nos termos dos fundamentos fáticos e jurídicos veiculados no Despacho CRG 5360234, decido, com fulcro no disposto no art. 11 e §§, do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, pelo indeferimento do pedido de reconsideração formulado por FORTE LIMP ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA nos autos em epígrafe, mantendo-se, em consequência, a decisão prolatada no Processo Administrativo de Responsabilização de Pessoa Jurídica - PAR nº 00058.046020/2018-07, a qual deverá ser cumprida pela pessoa jurídica interessada no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de publicação desta nova decisão.

ALTAIR ROBERTO DE LIMA
Corregedor

SUPERINTENDÊNCIA DE PESSOAL DA AVIAÇÃO CIVIL
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 4.227, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141, e considerando o que consta do processo nº 00065.062901/2019-59, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão do Certificado de Centro de Instrução de Aviação Civil - CIAC, emitido em 08 de fevereiro de 2021, em favor da NORDESTE LINHAS AEREAS S.A., com base nas seguintes características:

I - Endereço: Estrada do Galeão, 3200 - Ilha do Governador, Galeão, Rio de Janeiro/RJ - CEP 21941-352;

II - Tipo de operador: Centro de Instrução de Aviação Civil;

III - Tipo de operação: Ensino e adestramento; e

IV - Regulamentação: RBAC nº 141.

Art. 2º Este Certificado de CIAC substitui o certificado emitido em 22 de janeiro de 2021, publicado no Diário Oficial da União de 4 de fevereiro de 2021, seção 1, pág. 153.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 4.244, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141, e considerando o que consta do processo nº 00065.038919/2020-73, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão do Certificado de Centro de Instrução de Aviação Civil - CIAC, emitido em 10 de fevereiro de 2021, em favor da UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI, com base nas seguintes características:

I - Endereço: Rua Doutor Almeida Lima, 1124 - , Mooca, São Paulo/SP - CEP 03164-000;

II - Tipo de operador: Centro de Instrução de Aviação Civil;

III - Tipo de operação: Ensino e adestramento; e

IV - Regulamentação: RBAC nº 141.

Art. 2º Revogar o curso teórico de Piloto Privado Avião - PPA.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 4.251, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141, e considerando o que consta do processo nº 00065.032086/2020-37, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão do Certificado de Centro de Instrução de Aviação Civil - CIAC, emitido em 12 de fevereiro de 2021, em favor da ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL SKY-LEADER LTDA, com base nas seguintes características:

I - Endereço: Rua Abraham Lincoln, 349, (Antigo 265), Guarulhos (SP), CEP: 07090-100;

II - Tipo de operador: Centro de Instrução de Aviação Civil;

III - Tipo de operação: Ensino e adestramento; e

IV - Regulamentação: RBAC nº 141.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA,

PORTARIA Nº 4.292, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141, e considerando o que consta do processo nº 00065.003833/2021-19, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão do Certificado de Centro de Instrução de Aviação Civil - CIAC, emitido em 03 de março de 2021, em favor da IVAER - CENTRO DE INSTRUCAO DE AVIACAO CIVIL LTDA, com base nas seguintes características:

I - Endereço: Avenida Ayrton Senna, 2541 - Rua D2, Hangar 4 - Salas 1 e 2 - Aeroporto de Jacarepaguá, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ - CEP 22775-002;

II - Tipo de operador: Centro de Instrução de Aviação Civil;

III - Tipo de operação: Ensino e adestramento; e

IV - Regulamentação: RBAC nº 141.

Art. 2º Este Certificado de CIAC substitui o certificado emitido em 14 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União de 24 de outubro de 2020, seção 1, pág. 162.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 4.321, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141, e considerando o que consta do processo nº 00065.006265/2021-08, resolve:

Art. 1º Revogar, a pedido, a autorização de funcionamento, da EPA - ESCOLA PARANAENSE DE AVIAÇÃO - FILIAL GUARATUBA, situada à Av. Damião Botelho de Souza, s/nº, hangar 2, Mirim, em Guaratuba (PR), CEP: 83280-000.

Art. 2º Revogar, a pedido, as homologações dos cursos teóricos de Piloto Privado de Avião (PPA), Piloto Comercial de Avião/Voo por Instrumentos (PCA/IFR), Instrutor de Voo de Avião (INVA) e dos cursos práticos de Piloto Privado de Avião (PPA), Piloto Comercial de Avião (PCA), Instrutor de Voo de Avião (INVA) e Voo por Instrumentos de Avião (IFRA) da EPA - ESCOLA PARANAENSE DE AVIAÇÃO - FILIAL GUARATUBA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 4.347, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141, e considerando o que consta do processo nº 00065.033573/2020-17, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão do Certificado de Centro de Instrução de Aviação Civil - CIAC, emitido em 03 de março de 2021, em favor da PROFLIGHT - ESCOLA DE AVIACAO CIVIL LTDA, com base nas seguintes características:

I - Endereço: Avenida Brasil, 1664, Guanabara/Jardim Chapadão, Campinas/SP - CEP 13070-178;

II - Tipo de operador: Centro de Instrução de Aviação Civil;

III - Tipo de operação: Ensino e adestramento; e

IV - Regulamentação: RBAC nº 141.

Art. 2º Revogar os cursos teóricos de Piloto Privado Avião - PPA, Piloto Comercial Avião e Voo por Instrumentos - PC/IFRA, Voo por Instrumentos - IFR, e Instrutor de Voo Avião - INVA, da instituição.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 4.361, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso V do artigo 18 da Portaria nº 2.928, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC n° 110, e considerando o que consta do Processo nº 00058.045959/2020-61, resolve:

Art. 1º Revogar, a pedido, a autorização do centro de instrução ZAH AVIATION SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AEREO LTDA, CNPJ nº 24.691.426/0001-05, para ministrar o curso Básico em Segurança da Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilícita (Básico AVSEC), na modalidade de ensino presencial, nos termos do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 110:

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 4.362, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141, e considerando o que consta do processo nº 00065.064365/2019-26, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão do Certificado de Centro de Instrução de Aviação Civil - CIAC, emitido em 3 de março de 2021, em favor da AG ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA, com base nas seguintes características:

I - Endereço: Rodovia BR 759, S/N - KM 37, Revés do Belém, Bom Jesus do Galho/MG - CEP 35340-972

II - Tipo de operador: Centro de Instrução de Aviação Civil;

III - Tipo de operação: Ensino e adestramento; e

IV - Regulamentação: RBAC nº 141.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 4.366, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141, e considerando o que consta do processo nº 00065.043053/2019-89, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão do Certificado de Centro de Instrução de Aviação Civil - CIAC, emitido em 3 de março de 2021, em favor do AEROCLUBE DE IBITINGA, com base nas seguintes características:

I - Endereço: Estrada Municipal Carlos Augusto Zucco, 540, Chácara Aeroporto, Ibitinga/SP - CEP 14943-320;

II - Tipo de operador: Centro de Instrução de Aviação Civil;

III - Tipo de operação: Ensino e adestramento; e

IV - Regulamentação: RBAC nº 141.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 4.367, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141, e considerando o que consta do processo nº 00065.064725/2019-90, resolve:

Art. 1º Tornar púbica a emissão do Certificado de Centro de Instrução de Aviação Civil - CIAC, emitido em 3 de março de 2021, em favor da EJ - ESCOLA DE AVIACAO CIVIL LTDA com base nas seguintes características:

I - Endereço: Rua Paraná, 450 - , Distrito Industrial III, Itápolis/SP - CEP 14900-000;

II - Tipo de operador: Centro de Instrução de Aviação Civil;

III - Tipo de operação: Ensino e adestramento; e

IV - Regulamentação: RBAC nº 141.

Art. 2º Revogar os cursos teóricos de Instrutor de Voo Helicóptero - INVH, Piloto Comercial de Helicóptero - PCH e Piloto de Planador - PPL homologados pelo RBHA 141.

Art. 3° Independente do exposto na presente Portaria, as operações somente poderão iniciar-se e manter-se enquanto estiver válida uma Autorização para Operar, emitida pela Diretoria e publicada no Diário Oficial da União - DOU

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 4.369, DE 1º DE MARÇO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica - RBHA 141 e na Resolução nº 514, de 25 de abril de 2019, e considerando o que consta do processo nº 00065.003760/2020-76, resolve:

Art. 1º Prorrogar, até 31 de julho de 2021, o vencimento da homologação dos cursos teóricos de Instrutor de Voo de Avião (INVA) e Piloto Comercial de Helicóptero (PCH), do Aeroclube de Brasília, situado à SGAS, S/Nº, Qd 903, Bl. B, Brasília/DF.

Art. 2º Prorrogar, até 31 de julho de 2021, o vencimento da homologação dos cursos práticos de Piloto Comercial de Avião (PCA) e Voo por Instrumentos de Avião (IFRA), da Escola Internacional de Aviação Civil - EIAC, situada à Avenida Alcindo Cacela, 411, Umarizal, Belém/PA.

Art. 3° Prorrogar, até 31 de julho de 2021, o vencimento da homologação do curso teórico/prático de Piloto Agrícola de Avião (PAGA) da EJ - Escola de Aeronáutica, situada à Rua Paraná, 450, Distrito Industrial III, Itápolis/SP.

Art. 4° Prorrogar, até 31 de julho de 2021, o vencimento da homologação do curso prático de Voo por Instrumentos de Avião (IFRA) e do curso teórico de Piloto Comercial e Voo por Instrumentos de Avião (PC/IFRA) do Aeroclube de Resende, situado à Estrada Aeroporto de Resende, S/N, Itapuca, Resende/RJ.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 4.372, DE 1º DE MARÇO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141, e considerando o que consta do processo nº 00065.023723/2020-84, resolve:

Art. 1º Tornar púbica a emissão do Certificado de Centro de Instrução de Aviação Civil - CIAC, emitido em 03 de março de 2021, em favor do AEROCLUBE DE ALEGRETE com base nas seguintes características:

I - Endereço: Rodovia BR 290, S/N - KM 292, Interior, Alegrete/RS - CEP 97541-000;

II - Tipo de operador: Centro de Instrução de Aviação Civil;

III - Tipo de operação: Ensino e adestramento; e

IV - Regulamentação: RBAC nº 141.

Art. 2° Independente do exposto na presente Portaria, as operações somente poderão iniciar-se e manter-se enquanto estiver válida uma Autorização para Operar, emitida pela Diretoria e publicada no Diário Oficial da União - DOU

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

ACÓRDÃO Nº 82-ANTAQ, DE 3 DE MARÇO DE 2021

Processo: 50300.018327/2020-83

Parte: CEMOPAR CERÂMICA MODERNA DE PARINTINS IND. E COM. LTDA (04.015.210/0001-04)

Ementa: Trata o presente Acórdão de requerimento formulado pela empresa CEMOPAR CERÂMICA MODERNA DE PARINTINS IND. E COM. LTDA para registro de instalação de apoio ao transporte aquaviário, localizada na Rua Luiz Gonzaga, nº 449, Térreo, Bairro Santa Clara, Parintins/AM, nos termos do Inciso V do art. 2º da Resolução Normativa nº 13-ANTAQ. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade dos votos objeto da Ata da 495ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 22 e 24/02/2021, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários em: I - autorizar o registro da instalação portuária de apoio ao transporte aquaviário em nome de CEMOPAR CERÂMICA MODERNA DE PARINTINS IND. E COM. LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.015.210/0001-04, localizada na Rua Luis Gonzaga, nº 449, Santa Clara, Parintins/AM, cuja atividade consiste na fabricação e comercialização de gelo, nos termos do inciso V do artigo 2º da Resolução Normativa 13-ANTAQ; II - ressaltar que o registro ora deferido não desonera a empresa do atendimento aos padrões de regularidade e segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, especialmente no tocante às competências afetas à Marinha do Brasil, ao Poder Público Municipal, à Autoridade Aduaneira, ao Corpo de Bombeiros local e ao Órgão de Meio Ambiente; III - determinar à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais (SFC) o acompanhamento do cumprimento do artigo 3º da Resolução Normativa nº 13/2016-ANTAQ, no que couber, e do atendimento às exigências que tocam as competências afetas à Marinha do Brasil, Corpo de Bombeiros e Órgão de Meio Ambiente; e IV - cientificar a empresa acerca da presente decisão. Participaram da deliberação o Diretor-Geral, Eduardo Nery, o Diretor Relator, Adalberto Tokarski, e a Diretora Gabriela Costa.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

UNIDADE REGIONAL DE MANAUS-AM

DELIBERAÇÃO Nº 8, DE 25 DE JANEIRO DE 2021

Processo nº 50300.010248/2020-24. Fiscalizada: AJATO NAVEGAÇÃO EIRELI - ME, CNPJ sob o nº 01.377.439/0001-09. Objeto e Fundamento Legal: O Chefe da Unidade Regional de Manaus (UREMN) no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 60 do Regimento Interno, julgo subsistente o Auto de Infração nº 004636-1, SEI Nº 1178130, alterando a capitulação legal, uma vez que restou materializado nos autos que a empresa AJATO NAVEGAÇÃO EIRELI - ME, CNPJ: 01.377.439/0001-09, prejudicou o fornecimento de informações e documentos solicitados pela equipe de fiscalização, pois não prestou as informações requeridas pelos Ofícios nº 523/2020/UREMN/SFC-ANTAQ (1074776), nº 525/2020/UREMN/SFC-ANTAQ (1075318), nº 526/2020/UREMN/SFC-ANTAQ (1076147) e nº 601/2020/UREMN/SFC-ANTAQ (1107091) no prazo assinalado e, considero que a apresentação extemporânea, por ocasião da defesa, de parte dos documentos requeridos nos citados Ofícios não afasta a autoria e materialidade da infração disposta no artigo 20, XXIII, da Norma aprovada pela Resolução Nº 912-ANTAQ, de 23 de novembro de 2007. A conduta infracional se materializa inclusive pelo retardo no fornecimento das informações solicitadas. Basta que o fiscalizado deixe de prestar as informações nos prazos que lhe forem assinalados para que reste configurada a infração.

LUCIANO MOREIRA DE SOUSA NETO
Chefe da Unidade

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

TERMO DE LIBERAÇÃO DE OPERAÇÃO - TLO Nº 6-SOG, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, em observância ao disposto no Art. 8º da Resolução Normativa nº 13-ANTAQ de 2016, combinado art. 30 da norma aprovada pela Resolução Normativa nº 20, de 15 de maio de 2018, e tendo em vista o que consta do Processo nº 50300.017211/2020-27 resolve:

Autorizar a empresa L J COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES POR NAVEGAÇÃO LTDA com sede na Margem da Baía do Rio Negro S/N, bairro de Educandos, Manaus-AM CEP 69070-020, inscrita no CNPJ sob o nº 15.394.407/0001-18 a dar início a operação da sua Instalação de Apoio ao Transporte Aquaviário conhecida como Pontão L J, na modalidade de instalações flutuantes fundeadas sem ligação com instalação em terra, nos termos do Art. 2º inciso I da Resolução Normativa nº 13-ANTAQ, localizada no mesmo endereço da sede para operação integral de suas atividades em observância às normas e regulamentos da Antaq e, especificamente à Resolução nº 7919-ANTAQ de 03/08/2020.

A autorização ora deferida não desonera a empresa do atendimento aos padrões de segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, mormente no tocante às competências afetas à Marinha do Brasil, ao Corpo de Bombeiros e ao Órgão de Meio Ambiente.

ALBER VASCONCELOS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

PORTARIA Nº 31, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 7º, inciso IX, da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e tendo em vista o que consta do Processo nº 50500.074116/2020-74, resolve:

Art. 1º Prorrogar pelo período de 180 (cento e oitenta) dias a validade da habilitação concedida à sociedade empresária Companhia Siderúrgica Nacional, CNPJ nº 33.042.730/0001-04, por meio da Deliberação n° 405, de 15 de setembro de 2020, para negociação de contrato de transporte junto à Concessionária Ferrovia Centro Atlântica S/A, referente ao fluxo de transporte ferroviário de clínquer, com origem em Arcos/MG e destino em Volta Redonda/RJ, nos termos do artigo 28, §2º, do Regulamento Anexo à Resolução nº 3.694, de 14 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN MAFRA DOS REIS

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO Nº 171, DE 3 DE MARÇO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com as Resoluções nº 5.888, de 12 de maio de 2020 e nº 5.818, de de 03 de maio de 2018 e considerando o que consta no processo nº 50500.421270/2019-14, decide:

Art. 1º Conhecer o pedido de impugnação e reconsideração apresentados pelas empresas EXPRESSO GUANABARA LTDA, CNPJ/MF nº 41.550.112/0001-01 e EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 16.624.611/0098-73, protocolos nº 5392372, 50500.058142/2020-55 e 50500.015332/2021-69 e no mérito, negar lhes provimento, mantendo os termos da Portaria nº 104, de 12 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

DECISÃO Nº 172, DE 3 DE MARÇO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade no uso de suas atribuições e conforme as Resoluções nº 5.818, de de 03 de maio de 2018, e nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.321548/2019-46, decide:

Art. 1º Conhecer o pedido de reconsideração da empresa VIAÇÃO CONTINENTAL DE TRANSPORTES LTDA, CNPJ 21.642.756/0001-04, protocolo nº 50500.090868/2020-82, e no mérito negar provimento, mantendo os termos da Portaria nº 596, de 05 de agosto de 2020.

Art. 2º Não conhecer o pedido de impugnação de protocolo 50505.325757/2019-19, da VIAÇÃO COMETA S/A, CNPJ. 61.084.018/0001-03, por perda de objeto.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

DECISÃO Nº 173, DE 3 DE MARÇO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade no uso de suas atribuições e conforme as Resoluções nº 5.818, de de 03 de maio de 2018, e nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.321549/2019-91, decide:

Art. 1º Conhecer o pedido de reconsideração da empresa VIAÇÃO CONTINENTAL DE TRANSPORTES LTDA, CNPJ 21.642.756/0001-04, protocolo 50500.090864/2020-02, e no mérito negar provimento, mantendo os termos da Portaria nº 598, de 05 de agosto de 2020.

Art. 2º Não conhecer o pedido de impugnação da empresa VIAÇÃO COMETA S.A, CNPJ nº 61.084.018/0001-03, protocolo 50505.325758/2019-63, por perda de objeto.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 178, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.007232/2020-88, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados pleiteados pela empresa GUERINO SEISCENTO TRANSPORTES S.A, CNPJ nº 72.543.978/0001-00, por inobservância ao disposto no art. 4º, caput, da Deliberação 134, de 21 de março de 2018 c/c art. 1º, inciso V da Deliberação 254, de 5 de maio de 2020.

Art. 2º Não conhecer os pedidos de impugnação das empresas VIAÇÃO CAIÇARA LTDA em "Recuperação Judicial", CNPJ nº 11.047.649/0001-84; AUTO VIAÇÃO 1001 LTDA CNPJ nº 30.069.314/0001-01; VIAÇÃO COMETA S/A, CNPJ nº 61.084.018/0001-03; AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA, CNPJ nº 82.647.884/0001-35; EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LIMITADA, CNPJ nº 16.624.611/0098-73 e EMPRESAS REUNIDAS PAULISTAS DE TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 44.993.632/0001-79, por perda do objeto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 200, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, em cumprimento ao Mandado de Segurança nº 5044682-45.2020.4.04.7100, constante do

processo nº 00421.109786/2020-21, e conforme consta no processo nº 50500.015751/2019-86, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa Viação União Santa Cruz Ltda, CNPJ nº 95.424.735/0001-59, para a inclusão dos mercados a seguir, na condição sub judice, em sua Licença Operacional - LOP, de número 99:

I - De: SANTA CRUZ DO SUL (RS) Para: CHAPECO (SC), XANXERE (SC), PATO BRANCO (PR), FRANCISCO BELTRAO (PR), CASCAVEL (PR) e TOLEDO (PR);

II - De: CARAZINHO (RS) Para: CONCÓRDIA (SC), APUCARANA (PR), ARAPONGAS (PR) e LONDRINA (PR);

III - De: PASSO FUNDO (RS) Para: APUCARANA (PR), ARAPONGAS (PR) e LONDRINA (PR);

IV - De: ERECHIM (RS), CHAPECÓ (SC) e XANXERÊ (SC) Para: APUCARANA (PR) e ARAPONGAS (PR); e,

V - De: CONCÓRDIA (SC) Para: FRANCISCO BELTRÃO (PR), APUCARANA (PR) e ARAPONGAS (PR).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 203, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, em cumprimento a Apelação Cível Nº : 0051348-18.2016.4.01.3400, e conforme consta no processo nº 50500.098236/2020-67, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa EXPRESSO SÃO PEDRO LTDA, CNPJ nº 99.591.533/0001-00, para a inclusão dos mercados a seguir, na condição sub judice, em sua Licença Operacional - LOP, de número 207:

I - De: Cacequi (RS) São Vicente do Sul (RS), São Pedro do Sul (RS) e Santa Maria (RS) para: Penha (SC), Florianópolis (SC), Itapema (SC), Balneário Camboriú (SC) e Piçarras (SC).

II - De: Santiago (RS), Jaguari (RS), São Vicente do Sul (RS), Santa Maria (RS), Lajeado (RS), Estrela (RS), Garibaldi (RS), Bento Gonçalves (RS) e Farroupilha (RS) para: Balneário Camboriú (SC), Sombrio (SC), Tubarão (SC), Florianópolis (SC) e Itapema (SC).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 205, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, em cumprimento ao Mandado de Segurança nº 5044682-45.2020.4.04.7100, constante do processo nº 00421.109786/2020-21, e conforme consta no processo nº 50500.016204/2019-18, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa Viação União Santa Cruz Ltda, CNPJ nº 95.424.735/0001-59, para a inclusão dos mercados a seguir, na condição sub judice, em sua Licença Operacional - LOP, de número 99:

I - DE CONCORDIA (SC), CHAPECO (SC) E XANXERE (SC) PARA: ASSIS (SP), MARILIA (SP), BAURU (SP), JAU (SP), ARARAQUARA (SP), RIBEIRAO PRETO (SP) E FRANCA (SP).

Art. 2º Conhecer os pedidos de impugnação das empresas Expresso da Prata Ltda, CNPJ nº 45.007.088/0001-27; Auto Viação Catarinense Ltda, CNPJ nº 82.647.884/0001-35; Viação Cometa S.A, CNPJ nº 61.084.018/0001-03 e Planalto Transportes Ltda, CNPJ nº 95.592.077/0001-04 e, no mérito, negar-lhes provimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 207, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso IX do art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e o que consta no processo nº 50500.016352/2021-57, resolve:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo desta Portaria para a prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização.

Art. 2º A autorizatária deverá observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização.

Art. 3º A não observância do art. 24 da Resolução ANTT nº 4.770, de 25 de junho de 2015, implica na extinção da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º Será declarada a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A autorização poderá ser extinta mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º A não observância do disposto nesta Portaria implicará na aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

ANEXO

Razão Social	CNPJ	TAR
AG TUR - TRANSPORTE E TURISMO LTDA	10.511.532/0001-47	0403
EXPRESSO ARCA LTDA	55.457.758/0001-45	0404

PORTARIA Nº 208, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso XII do art. 8º da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e o que consta no processo nº 50500.016307/2021-01, resolve:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo desta Portaria para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, implica na renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º Será declarada a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A autorização poderá ser extinta mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º A não observância do disposto nesta Portaria implicará na aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 7º Será disponibilizado às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ
A3 VIAGENS E TURISMO EIRELI	004827	36.485.917/0001-70
ALINE BARC LTDA	004828	35.686.595/0001-65
ANDREI ALAN ALVES TRANSPORTES EIRELI	004829	39.358.137/0001-58
ANJOS E ARCANJOS TRANSPORTES E TURISMO LTDA	004830	40.751.108/0001-30
BRAUER TUR LTDA	004831	40.524.432/0001-16
CACIQUE SERVICOS TRANSPORTES E TURISMO LTDA	004832	02.529.577/0001-10
CAROLTUR TRANSPORTE LTDA - ME	000400	28.721.861/0001-88
COOTRANSP COOPERATIVA DOS TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS	004833	36.380.584/0001-15
D E C RAMOS TRANSPORTE E TURISMO EIRELI	004834	40.790.660/0001-38
GAROA EXPRESSO VIAGENS E TURISMO EIRELI	004835	39.555.187/0001-25
GERALDO WEMERSON SOARES DE DEUS EIRELI	004836	34.031.266/0001-13
JGA TOUR EIRELI	004837	20.969.418/0001-19
JULIO CESAR FERREIRA PAES EIRELI	004838	18.798.945/0001-66
L H TRANSPORTES EIRELI	004839	40.824.464/0001-37
LARISSA MARIA DA SILVA TRANSPORTES LTDA	004840	36.180.326/0001-95
LUCAM LOCADORA E TRANSPORTE EXECUTIVO LTDA	000465	24.365.222/0001-76
MARCELO CORREA DOS SANTOS EIRELI	004841	13.747.210/0001-90
MARCIO CESAR RODRIGUES LTDA	004842	13.506.531/0001-00
ND LOCADORA DE VEICULOS LTDA - ME	000467	03.629.156/0001-24
ONIBUS COLETIVOS E TRANSPORTES LTDA	266928	12.823.282/0001-06
OTTHO VIAGENS E TURISMO LTDA	000384	12.191.933/0001-92
PEDRO FRANCISCO DE OLIVEIRA - LOCACAO DE VEICULOS OLIVEIRA EIRELI	004843	05.166.833/0001-40
R.A.O FERREIRA TURISMO E TRANSPORTES LTDA	004844	19.512.859/0001-08
RB TURISMO EIRELI	004845	38.054.324/0001-85
SANTIAGO - TURISMO, FRETAMENTO E SERVICOS LTDA	004846	01.329.578/0001-59
SUA ROTA TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA	004847	05.270.486/0001-00
TRANSPORTES RODOGLOBO LTDA - ME	000233	21.852.838/0001-83
UNI VARGINHA LTDA	004848	40.187.511/0001-89
VALDOMIRO DA SILVA THUR ARAPOTI LTDA	004849	01.611.397/0001-10
WASHINGTON RODRIGUES DE SOUZA EIRELI	004850	27.732.978/0001-02

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 76, DE 4 DE MARÇO DE 2021

Aprova o Regimento Interno da Assessoria Especial de Controle Interno.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA substituto, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da CRFB, c/c o inciso III do art. 1º do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, o art. 6º do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 08011.000046/2019-20, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno da Assessoria Especial de Controle Interno - AECI, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º O quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança, nos termos do parágrafo único do art. 5º do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, é o constante do Anexo II da Portaria MJSP nº 821, de 31 de outubro de 2019.

Art. 3º Fica revogada a Portaria MJSP nº 906, de 24 de outubro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 12 de março de 2021.

TERCIO ISSAMI TOKANO

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º A Assessoria Especial de Controle Interno - AECI é órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, nos termos da alínea "a" do inciso I do art. 2º do Anexo I do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019.

Art. 2º Compete à AECI:

I - assessorar diretamente o Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública nas áreas de controle, risco, transparência e integridade da gestão;

II - assistir o Ministro de Estado no pronunciamento estabelecido no art. 52 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

III - prestar orientação técnica ao Secretário-Executivo, aos gestores do Ministério e aos representantes indicados pelo Ministro de Estado em conselhos e comitês, nas áreas de controle, risco, transparência e integridade da gestão;

IV - prestar orientação técnica e acompanhar os trabalhos das unidades do Ministério com vistas a subsidiar a elaboração da prestação de contas anual do Presidente da República e do relatório de gestão;

V - prestar orientação técnica na elaboração e na revisão de normas internas e de manuais;

VI - apoiar a supervisão ministerial das entidades vinculadas, em articulação com as respectivas unidades de auditoria interna, inclusive quanto ao planejamento e aos resultados dos trabalhos;

VII - auxiliar na interlocução sobre assuntos relacionados com a ética, a ouvidoria e a correição entre as unidades responsáveis no Ministério e os órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado;

VIII - acompanhar processos de interesse do Ministério junto aos órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado;

IX - acompanhar a implementação das recomendações da Controladoria-Geral da União e das deliberações do Tribunal de Contas da União, relacionadas ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, e atender outras demandas provenientes dos órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado; e

X - apoiar as ações de capacitação nas áreas de controle, risco, transparência e integridade da gestão.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 3º A AECI tem a seguinte estrutura:

1. Coordenação-Geral de Integridade e Riscos - CGIR:

1.1. Coordenação de Controle, Transparência e Integridade - CCTI; e

1.2. Coordenação de Controle e Gestão de Riscos - CCGR.

2. Coordenação-Geral de Controle Interno - CGCIN:

2.1. Coordenação de Gestão de Controle Interno - CCIN:

2.1.1 Divisão de Gestão de Controle - DIGEC.

Art. 4º A AECI será dirigida por Chefe de Assessoria Especial; as Coordenações-Gerais, por Coordenador-Geral; as Coordenações, por Coordenador; e a Divisão, por Chefe, cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 5º À Coordenação-Geral de Integridade e Riscos compete:

I - assistir o Chefe da AECI na formulação, coordenação, fomento e apoio à implementação de planos, programas, projetos e normas voltadas à promoção da transparência, ao fortalecimento da integridade e à gestão de riscos no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

II - assistir o Chefe da AECI nos assuntos a serem tratados nos comitês por ele coordenados ou nos que tenha participação;

III - monitorar a aderência e a aplicação homogênea, pelas unidades e entidades vinculadas ao Ministério, de orientações, manuais, normas e procedimentos vigentes referentes às temáticas transparência, integridade e gestão de riscos;

IV - prestar apoio e orientação técnica às unidades e às entidades vinculadas ao Ministério nas áreas de transparência, integridade e gestão de riscos;

V - orientar, acompanhar e monitorar as unidades e as entidades vinculadas ao Ministério no atendimento às demandas provenientes dos órgãos de controle interno e externo, no que tange a assuntos relacionados à ética, à ouvidoria e à correição;

VI - coordenar, acompanhar e supervisionar no âmbito do Ministério as ações para promoção da integridade e gestão de riscos;

VII - auxiliar as unidades nas ações de capacitação afetas à transparência, à integridade e à gestão de riscos;

VIII - propor ações de aprimoramento e disseminação da cultura de transparência, integridade e riscos; e

IX - propor orientações, manuais, normas e procedimentos que visem à melhoria e ao aperfeiçoamento dos trabalhos sobre transparência, integridade e riscos.

Art. 6º À Coordenação de Controle, Transparência e Integridade compete:

I - apoiar o planejamento das atividades da coordenação afetas ao controle, à transparência e à integridade;

II - subsidiar as atividades de apoio e orientação técnica às unidades e às entidades vinculadas ao Ministério nas áreas de controle, transparência e integridade;

III - monitorar a implantação do programa de integridade pelas unidades e entidades vinculadas ao Ministério;

IV - elaborar, propor e atuar nas ações de capacitação, disseminação e aprimoramento da cultura de controle e integridade;

V - auxiliar na elaboração e proposição de orientações, manuais, normas e procedimentos que visem à melhoria e ao aperfeiçoamento dos trabalhos sobre transparência e integridade; e

VI - acompanhar a evolução das normas e entendimentos relacionados aos temas de transparência e integridade e realizar os devidos encaminhamentos.

Art. 7º À Coordenação de Controle e Gestão de Riscos compete:

I - apoiar o planejamento das atividades da coordenação afetas à gestão de riscos;

II - subsidiar as atividades de apoio e orientação técnica às unidades e às entidades vinculadas ao Ministério relacionadas à temática de gestão de riscos;

III - monitorar as ações conduzidas pelas unidades e entidades vinculadas ao Ministério para implantação e gerenciamento de riscos;

IV - elaborar, propor e atuar nas ações de capacitação, disseminação e aprimoramento da cultura de controle e gestão de riscos;

V - auxiliar na elaboração e proposição de orientações, manuais, normas e procedimentos que visem à melhoria e ao aperfeiçoamento dos trabalhos sobre gestão de riscos; e

VI - acompanhar a evolução das normas e entendimentos relacionados aos temas de transparência e integridade e realizar os devidos encaminhamentos.

Art. 8º À Coordenação-Geral de Controle Interno compete:

I - assistir o Chefe da AECI nas atividades de Prestação de Contas do Presidente da República, prestação de contas, tomada de contas, tomada de contas especial, monitoramento das recomendações e deliberações dos órgãos de controle interno e externo;

II - orientar as unidades e as entidades vinculadas ao Ministério, com vistas à subsidiar a elaboração da Prestação de Contas Anual do Presidente da República, da prestação de contas e do relatório de gestão;

III - auxiliar as unidades e as entidades vinculadas ao Ministério, quando da elaboração da prestação de contas anual em relação aos procedimentos de instrução e publicação de informações e das peças das unidades prestadoras de contas;

IV - prestar apoio e orientação técnica às unidades e entidades vinculadas ao Ministério na área de controle interno;

V - orientar, acompanhar e monitorar as unidades e as entidades vinculadas ao Ministério no atendimento às demandas provenientes dos órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado;

VI - assistir o Chefe da AECI nos assuntos a serem tratados nos comitês por ele coordenados ou que tenha participação;

VII - analisar e monitorar processos de licitação e contratações, sob a ótica do aperfeiçoamento dos controles internos do Ministério, quando solicitada, mediante ações voltadas à garantia da conformidade dos procedimentos administrativos celebrados;

VIII - propor orientações, normas, manuais, procedimentos, projetos básicos, planos de trabalho e termos de referência no âmbito de sua área de atuação que visem a melhoria e ao aperfeiçoamento dos trabalhos realizados;

IX - acompanhar processos de interesse do Ministério junto aos órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado;

X - auxiliar as unidades nas ações de capacitação de matérias afetas à gestão dos controles internos; e

XI - propor ações de capacitação e de disseminação da cultura de controle interno.

Art. 9º À Coordenação de Gestão de Controle Interno compete:

I - propor ações de melhoria dos controles internos nas unidades e nas entidades vinculadas ao Ministério;

II - subsidiar as atividades de apoio e orientação técnica às unidades e entidades vinculadas ao Ministério, relacionadas ao controle interno;

III - acompanhar e monitorar:

a) os trabalhos de auditorias realizados pelos órgãos de controle interno e externo no âmbito do Ministério;

b) o atendimento às recomendações da Controladoria-Geral da União e às deliberações do Tribunal de Contas da União pelos órgãos do Ministério; e

c) os processos de Prestação de Contas Anual do Presidente da República, de prestação de contas e de tomada de contas e de tomada de contas especial a serem encaminhados aos órgãos de controle interno e externo, bem como o julgamento desses processos pelo Tribunal de Contas da União;

IV - analisar e monitorar os processos de licitação e contratações, sob a ótica do aperfeiçoamento dos controles internos do Ministério, quando solicitado, mediante ações voltadas à garantia da conformidade dos procedimentos administrativos celebrados;

V - monitorar de forma gerencial os processos de celebração e de prestação de contas de convênios e instrumentos congêneres, sob à ótica do aperfeiçoamento dos controles internos do Ministério;

VI - efetuar o acompanhamento das normas e entendimentos acerca dos temas relacionados à gestão de controle interno e realizar os devidos encaminhamentos;

VII - atuar nas ações de capacitação e de disseminação da cultura de controle interno; e

VIII - auxiliar na elaboração e proposição de orientações, manuais, normas e procedimentos que visem à melhoria e ao aperfeiçoamento de temas afetos ao controle interno.

Art. 10. À Divisão de Gestão de Controle compete:

I - manter atualizadas as informações sobre a tramitação de documentos e sobre o respectivo cumprimento de prazos das diligências do Tribunal de Contas da União e das demandas da Controladoria-Geral da União, quando houver;

II - acompanhar a atualização das informações divulgadas no sítio eletrônico do Ministério, referentes aos trabalhos de auditoria realizados pelos órgãos de controle interno e externo nesta Pasta;

III - acompanhar normas e entendimentos nos temas relacionados ao controle interno e realizar os devidos encaminhamentos; e

IV - realizar atividades de apoio ao Chefe da AECI, ao Coordenador-Geral de Controle Interno e ao Coordenador de Gestão de Controle Interno.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 11. Ao Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno compete:

I - prestar assessoramento direto ao Ministro nas áreas de controle, de risco, de transparência e de integridade da gestão;

II - coordenar, dirigir, planejar, supervisionar e controlar as atividades da AECI;

III - requerer informações junto aos órgãos de assistência direta e imediata, os específicos singulares, os colegiados e as entidades vinculadas ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, para fins de cumprimento das atividades da AECI, previstas neste Regimento;

IV - coordenar os comitês instituídos no âmbito da competência da AECI;

V - promover a articulação entre os órgãos e as entidades vinculadas ao Ministério com vistas ao atendimento de demandas oriundas dos órgãos de controle interno e externo, nos casos que requeiram a cooperação e a atuação conjunta de dois ou mais órgãos do Ministério;

VI - manifestar-se previamente nos processos que têm por objeto a formulação de consultas aos órgãos de controle interno e externo;

VII - praticar os demais atos inerentes ao exercício de suas atividades; e

VIII - atuar, ou gerir a atuação dos integrante da AECI, em conselhos e demais órgãos colegiados que a unidade presida, coordene ou participe, mantendo atualizadas as respectivas informações.

Art. 12. Aos Coordenadores-Gerais compete:

I - assistir o Chefe da AECI nos assuntos de sua competência;

II - orientar, coordenar, planejar, supervisionar e controlar as atividades a cargo da unidade sob sua direção;

III - adotar ou propor medidas que objetivem o aperfeiçoamento dos serviços afetos à Coordenação-Geral; e

IV - emitir informações, notas e pareceres de natureza técnica nos assuntos pertinentes à sua área de atuação.

Art. 13. Aos Coordenadores e Chefes de Divisão compete:

I - assistir os respectivos Coordenadores-Gerais nos assuntos de sua competência;

II - orientar, coordenar, planejar, supervisionar e controlar as atividades a cargo da unidade sob sua direção;

III - adotar ou propor medidas que objetivem o aperfeiçoamento dos serviços afetos à Coordenação; e

IV - emitir informações, notas e pareceres de natureza técnica nos assuntos pertinentes à sua área de atuação.

Art. 14. Ao Chefe de Divisão compete auxiliar nas orientações dos trabalhos realizados na respectiva unidade.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15. O Chefe de AECI, os Coordenadores-Gerais, os Coordenadores e os Chefes, cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente, serão substituídos, em seus afastamentos ou impedimentos legais, por servidores designados na forma da legislação vigente.

Art. 16. Aos servidores com funções não especificadas neste Regimento caberá executar as atribuições que lhe forem cometidas por seus superiores imediatos.

Art. 17. Além das competências e atribuições estabelecidas neste Regimento, outras poderão ser cometidas aos órgãos e servidores pela autoridade competente, com o propósito de cumprir a finalidade da AECI.

Art. 18. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHO DE 4 DE MARÇO DE 2021

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, faz público que, em reunião de 25 de fevereiro de 2021, o Conselho Nacional de Imigração deferiu os seguintes pedidos, ressaltando que os respectivos registros deverão observar as instruções de atendimento da Polícia Federal:

Residência - CNIg - Resolução Normativa nº 23; de 2017 - Prazo 2 anos

Processo: 08000030088201914 Imigrante: FANG ZHOU Passaporte: EE0702325; e

Processo: 08505025516201914 Imigrante: LUIGIA ROCCO Passaporte: YB5642137.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, fundamentado na Resolução Conjunta nº 01/2018 e na deliberação ocorrida na I Reunião do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), em 22 de março de 2019, torna público o deferimento dos processos abaixo, ad referendum do referido Conselho, ressaltando que os respectivos registros deverão observar as instruções de atendimento da Polícia Federal:

Residência - CNIg - Resolução Conjunta nº 01, de 2018 - Prazo 2 anos

Processo: 47040000974202032 Imigrante: MARILYN BANDAGOSA BALBIN Passaporte: P6107074A;

Processo: 08352002975201911 Imigrante: MOHAMED ZEROUAL Passaporte: IX2956145;

Processo: 47040000984202078 Imigrante: LORADEL ALLADO LANOSA Passaporte: P4412883B;

Processo: 47040001004202054 Imigrante: OSMAN ALI Passaporte: BE0699612;

Processo: 47040001011202056 Imigrante: BABU MIAH Passaporte: BQ0841983;

Processo: 47040001012202009 Imigrante: FORHAD HOSSAIN Passaporte: BW0776597;

Processo: 47040001013202045 Imigrante: MD ALAL MIAH Passaporte: BR0025759;

Processo: 47040001014202090 Imigrante: ABDOULAYE BAH Passaporte: O00079331;
Processo: 47040001017202023 Imigrante: EVANGELINE SUNER SOGO AN Passaporte: P5872403A;
Processo: 47040001018202078 Imigrante: ROMUALDO WALTER JOSE ADOLFO Passaporte: C00197573;
Processo: 47040001019202012 Imigrante: MOHAMMED LONI MIAH Passaporte: EG0653281;
Processo: 47040001020202047 Imigrante: ANAMUL HOQUE Passaporte: BT0263097;
Processo: 47040001021202091 Imigrante: MOHAMMAD JAMAL UDDIN Passaporte: BC0397813;
Processo: 47040001022202036 Imigrante: MD FAZLUR RAHMAN SHIPON Passaporte: BW0391524;
Processo: 47040001023202081 Imigrante: JAMAL HOSSEN Passaporte: BR0348017;
Processo: 47040001024202025 Imigrante: MAHBUB HOSSAIN Passaporte: BR0614855;
Processo: 47040001025202070 Imigrante: SHAHIN AHMED Passaporte: BX0282228;
Processo: 47040001026202014 Imigrante: NURUL ABSER TUTUL Passaporte: BX0380113;
Processo: 47040000002202129 Imigrante: OUSMANE GASSAMA Passaporte: AA0392974;
Processo: 47040000003202173 Imigrante: MD RUHUL AMIN Passaporte: BR0614833;
Processo: 47040000004202118 Imigrante: MOHAMMAD MAHAL UDDIN MIAH Passaporte: BK0503465;
Processo: 47040000005202162 Imigrante: ANGELYN ERMITANO CABILDO Passaporte: P5552255B;
Processo: 47040000006202115 Imigrante: SALIFOU TRAORE Passaporte: AA0522770;
Processo: 47040000007202151 Imigrante: ABDRAHAMANE SOW Passaporte: AA0459749;
Processo: 08505012198202057 Imigrante: PETER ANAEDUMAKA CHUKWUJEKWU ONUIGBO Passaporte: A05887718;
Processo: 08505000464202180 Imigrante: MUSSA TURE Passaporte: C00062400;
Processo: 47040000008202104 Imigrante: TAUBBUR RAHMAN Passaporte: BT0170732;
Processo: 47040000009202141 Imigrante: MD HUMAYUN KABIR Passaporte: BW0920557;
Processo: 08354000188202121 Imigrante: DAYRON ALDAMA GONZALEZ Passaporte: B576398;
Processo: 47040000010202175 Imigrante: FAJLUR RAHIM Passaporte: EF0931996;
Processo: 47040000011202110 Imigrante: USAMA NASEEM Passaporte: BE9855212;
Processo: 08505000714202009 Imigrante: MOHAMMED TOFAYEL AHMED Passaporte: BQ0496891;
Processo: 47040000012202164 Imigrante: ALFA UMARO BALDE Passaporte: C00050043;
Processo: 47040000013202117 Imigrante: MOHAMMAD AKRAM HOSSEN BHUIYAN Passaporte: BQ0103408;
Processo: 47040000014202153 Imigrante: MD HABIBUR RAHMAN Passaporte: EA0137884;
Processo: 47040000015202106 Imigrante: ISMAIL HOSSAIN Passaporte: BJ0430065;
Processo: 47040000016202142 Imigrante: MOHAMMAD ABDUS SALAM Passaporte: EA0184106;
Processo: 47040000018202131 Imigrante: ADNAN HUSSAIN Passaporte: EG0131837;
Processo: 47040000019202186 Imigrante: SHAMIM AHEMED SUNOR Passaporte: EF0931953;
Processo: 08506000978202125 Imigrante: GLEN GUZMAN GOMEZ Passaporte: I831960;
Processo: 47040000021202155 Imigrante: SUFEN SHI Passaporte: E24122167;
Processo: 08353000025202158 Imigrante: ALPHA OMAR JALLOW Passaporte: PC531712;
Processo: 08084000103202131 Imigrante: VIVENCIO BENEDITO LOLOJI SAPALO Passaporte: N1604303; e
Processo: 08506008317202067 Imigrante: ENAMEGUONOR CONFIDENCE ENYAMUKE Passaporte: A07967148.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, faz público que, em reunião de 25 de fevereiro de 2021, o Conselho Nacional de Imigração indeferiu os seguintes pedidos:

Residência - CNIg - Resolução Normativa 23, de 2017

Processo: 08505001969201947 Imigrante: KAROLA ARNTSEN;
Processo: 08505007266201922 Imigrante: CHEIKH DIENG;
Processo: 08505014881201995 Imigrante: JINGJING XU;
Processo: 08795001004201936 Imigrante: MOUSSA SAKHO;
Processo: 08505013889201934 Imigrante: JOÃO ACÁCIO NUNES ESTEVES;
Processo: 08705002220201961 Imigrante: EMILEYDIS SANREGRE CARDENAS;
Processo: 08385013938201942 Imigrante: AMILCAR FRANCISCO GONÇALVES JOAQUIM TCHINGUELESSY;
Processo: 08505017297201991 Imigrante: CLARA BELA AGRELA DE ASSUNÇÃO;
Processo: 08709004667201934 Imigrante: LAURA VERNEY;
Processo: 08460006559201956 Imigrante: SALVATORE SCOTELLARO;
Processo: 08295010063201936 Imigrante: GLORIA MARISELA SÁNCHEZ MORALES;
Processo: 08385015928201941 Imigrante: MADALENA JOÃO AUGUSTO;
Processo: 08505017399201915 Imigrante: BLAISE KIJINGO LOURENÇO;
Processo: 08460006446201951 Imigrante: MARIO MILANO;
Processo: 08430012564201955 Imigrantes: ANTONIO MIGUEL AMARAL COCHICHO RAMALHO e JOÃO ANTÔNIO MORGADO PARADA;
Processo: 08444001967201910 Imigrante: ELVA ROSA LEÓN FRÓMETA;
Processo: 08505002619202031 Imigrante: MENCHIE CERDON HERNANDEZ;
Processo: 08354000876201976 Imigrante: ALEXANDRE OBIANG NDONG GAUBERT;
Processo: 08389005932202003 Imigrante: YILIAN RODRIGUEZ DIAZ;
Processo: 08505009465202017 Imigrante: JOSÉ FERNANDO RIBEIRO MACIEL DE SOUSA;
Processo: 08505002006202002 Imigrante: MOHAMAD MOUTAZ DLLOUL;
Processo: 08460004369202038 Imigrante: LIYAN PIAO;
Processo: 08241000763202081 Imigrante: ONEL SERRANO MUNOZ;
Processo: 08520003718202042 Imigrante: TOMAS MENDES;
Processo: 08000045846202032 Imigrante: WILSON FORTUNATO GRACIANO CAMBULO;
Processo: 08795000924202071 Imigrante: ABDELHANINE RHANNANE;
Processo: 08795000941202016 Imigrante: OSAMAH SAADI KADHIM AL HELLI;
Processo: 08460005112202001 Imigrante: JUJIN LIM;
Processo: 08460005111202059 Imigrante: JAEYUN LIM;
Processo: 08460005117202026 Imigrante: JAE HYEOK OH;
Processo: 08460005116202081 Imigrante: JU HYUN YOON;
Processo: 08505011003202051 Imigrante: ZHENGXIN MEI;
Processo: 08335004614202042 Imigrante: HAN YU CHIEN;
Processo: 08107002395/2019-17 Imigrante: DANIEYIS MIRABAL JIMENEZ CAVALCANTE;
Processo: 08000040775202081 Imigrante: FANNI DEZSENY;
Processo: 08705002612201920 Imigrante: GARTH CLAYTON ERA;
Processo: 08389005935202039 Imigrante: BLANCA ROSA AGUIAR BARRERAS; e
Processo: 08460005114202092 Imigrante: HAJIN LIM.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, fundamentado na Resolução Conjunta nº 01/2018 e na deliberação ocorrida na I Reunião do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), em 22 de março de 2019, torna público o indeferimento dos processos abaixo, ad referendum do referido Conselho:

Residência - CNIg - Resolução Conjunta nº 01, de 2018

Processo: 08505023150201931 Imigrante: ANTONIO BACAME VAZ;
Processo: 47040000826201984 Imigrante: DUARTE SANCA;
Processo: 08452006322201974 Imigrante: FALLOU NDAO;
Processo: 47040000944202026 Imigrante: DARWIN NUNES ANTONIO;
Processo: 08018039912202046 Imigrante: RUILUN LUO;
Processo: 08505009565202035 Imigrante: ABDOU BADIANE;
Processo: 47040000977202076 Imigrante: ABDOULIE JAMMEH;
Processo: 08296000297201965 Imigrante: ABDOULAYE SOW;
Processo: 08460004005202058 Imigrante: MABANZA MAKANGU;
Processo: 08505010196202023 Imigrante: ALSENY I DIALLO;
Processo: 08505002727202012 Imigrante: DIARADOUGA DOUCOURE;
Processo: 47040000990202025 Imigrante: ELHAM ABDELHADY AHMED WAHBA SELIM;
Processo: 47040001001202011 Imigrante: MEHDI HAYDAR AHMAD;
Processo: 08505021205201978 Imigrante: JIANHANG HUANG;
Processo: 47040000001202184 Imigrante: ADELINO CHIPENGUE FRANCISCO; e
Processo: 47040000901202041 Imigrante: GONGAN CHE.

ANA PAULA SANTOS DA SILVA CAMPELO

POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 1.293, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/9610 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa FIEL VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 01.775.654/0004-00, sediada no Pará, para adquirir:

Da empresa cedente MASTER VIGILANCIA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ nº 77.998.912/0001-29:

60 (sessenta) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1080 (uma mil e oitenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.299, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/78779 - DPF/PFO/RS, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa PASSO FUNDO-CENTRO DE FORMACAO E RECICLAGEM DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 36.442.907/0001-58, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 467/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.300, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/6905 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa RENAFORTE SERVIÇOS DE SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 00.957.525/0002-09, sediada na Bahia, para adquirir:

Da empresa cedente MENDES E FERREIRA SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 34.324.913/0001-85:

17 (dezessete) Revólveres calibre 38

3 (três) Pistolas calibre .380

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

15 (quinze) Espingardas calibre 12

135 (cento e trinta e cinco) Munições calibre .380

360 (trezentas e sessenta) Munições calibre 12

306 (trezentas e seis) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.301, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/7148 - DELESP/DREX/SR/PF/TO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MONTANA SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 19.200.109/0001-09, sediada em Tocantins, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

12 (doze) Revólveres calibre 38

144 (cento e quarenta e quatro) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.302, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/7803 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ASSOCIAÇAO JARDINS VIENA, CNPJ nº 00.550.146/0001-00, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

90 (noventa) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.303, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/7859 - DELESP/DREX/SR/PF/SE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 25.278.459/0004-25, sediada em Sergipe, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1355 (uma mil e trezentas e cinquenta e cinco) Munições calibre 38

1 (uma) Arma de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.304, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/8056 - DPF/SOD/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa BERBEL CENTRO DE FORMACAO E TREINAMENTO DE PROFISSIONAIS EM SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 10.189.259/0001-86, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10350 (dez mil e trezentas e cinquenta) Munições calibre 12

17400 (dezessete mil e quatrocentas) Espoletas calibre 38

17400 (dezessete mil e quatrocentos) Estojos calibre 38

9526 (nove mil e quinhentos e vinte e seis) Gramas de pólvora

17400 (dezessete mil e quatrocentos) Projéteis calibre 38

18190 (dezoito mil e cento e noventa) Espoletas calibre .380

18190 (dezoito mil e cento e noventa) Estojos calibre .380

18190 (dezoito mil e cento e noventa) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.305, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/8256 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CASPVAP ACADEMIA DE VIGILANTES LTDA - ME, CNPJ nº 23.750.468/0002-80, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

9900 (nove mil e novecentas) Munições calibre .380

5400 (cinco mil e quatrocentas) Munições calibre 12

17400 (dezessete mil e quatrocentas) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.306, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/8358 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa NORDESTE CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA., CNPJ nº 09.461.393/0001-05, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

38000 (trinta e oito mil) Espoletas calibre 38

1000 (um mil) Estojos calibre 38

40000 (quarenta mil) Projéteis calibre 38

7000 (sete mil) Espoletas calibre .380

500 (quinhentos) Estojos calibre .380

7000 (sete mil) Projéteis calibre .380

2000 (duas mil) Buchas calibre 12

50 (cinquenta) Quilos de chumbo calibre 12

2000 (duas mil) Espoletas calibre 12

300 (trezentos) Estojos calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.307, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/8362 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa INTEX SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 37.629.940/0001-54, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.308, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/8465 - DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve:

CONCEDER autorização à empresa IBL TRANSPORTES DE VALORES LTDA., CNPJ nº 26.729.300/0004-42, sediada no Espírito Santo, para adquirir:

Da empresa cedente GP - GUARDA PATRIMONIAL DE SÃO PAULO LTDA, CNPJ nº 50.087.022/0005-32:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente SUHAI - VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 66.654.179/0001-09:

15 (quinze) Pistolas calibre .380

4 (quatro) Espingardas calibre 12

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Espingardas calibre 12

675 (seiscentas e setenta e cinco) Munições calibre .380

126 (cento e vinte e seis) Munições calibre 12

90 (noventa) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.309, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/8523 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa RESOLV VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 06.085.164/0002-26, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Revólveres calibre 38

168 (cento e sessenta e oito) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.310, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/8555 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SÃO SALVADOR ALIMENTOS SA, CNPJ nº 03.387.396/0011-31, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (um) Revólver calibre 38

18 (dezoito) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.311, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/8563 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa VOIGHT VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 32.001.675/0001-41, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Da empresa cedente ARION VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA - ME, CNPJ nº 23.446.572/0001-02:

4 (quatro) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

48 (quarenta e oito) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.312, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/9504 - DPF/LDA/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa S.P.I. SEGURANÇA PATRIMONIAL INTELIGENTE EIRELI - ME, CNPJ nº 22.226.700/0001-31, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Pistolas calibre .380

90 (noventa) Munições calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.313, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/9542 - DPF/CRU/PE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 11.179.264/0015-76, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

333 (trezentas e trinta e três) Munições calibre 38

236 (duzentas e trinta e seis) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.314, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/9558 - DELESP/DREX/SR/PF/RN, resolve:

CONCEDER autorização à empresa REALIZA SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 20.603.680/0002-26, sediada no Rio Grande do Norte, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

90 (noventa) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.315, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/9684 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa HAGANA SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 01.115.200/0003-14, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Revólveres calibre 38

382 (trezentas e oitenta e duas) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.316, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/9738 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa E.R SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI - ME, CNPJ nº 13.506.821/0001-46, sediada no Maranhão, para adquirir:

Da empresa cedente ALERTA SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 07.275.436/0001-32:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente ALERTA SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 07.275.436/0001-32:

100 (cem) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.317, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/9897 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa REDENTOR SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI, CNPJ nº 01.696.924/0001-37, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Da empresa cedente GUARDIOES VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 41.053.109/0001-74:

4 (quatro) Pistolas calibre .380

Da empresa cedente GUARDIOES VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 41.053.109/0003-36:

15 (quinze) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

240 (duzentas e quarenta) Munições calibre 38

150 (cento e cinquenta) Munições calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.318, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/10059 - DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CENTRO DE TREINAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PRIVADA LTDA., CNPJ nº 39.302.369/0001-94, sediada no Espírito Santo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10000 (dez mil) Munições calibre .380

2000 (duas mil) Munições calibre 12

10000 (dez mil) Munições calibre 38

60000 (sessenta mil) Espoletas calibre 38

12000 (doze mil) Gramas de pólvora

60000 (sessenta mil) Projéteis calibre 38

4000 (quatro mil) Projéteis calibre .380

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Máquina de recarga calibre 38, 380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.319, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/10218 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PERSONAL SECURITY CURSOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 00.086.345/0001-00, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

22000 (vinte e duas mil) Munições calibre .380

5000 (cinco mil) Munições calibre 12

5000 (cinco mil) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.320, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/10548 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TRAINING DE FORMACAO E RECICLAGEM DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 65.032.997/0001-07, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

80000 (oitenta mil) Espoletas calibre 38

22000 (vinte e dois mil) Gramas de pólvora

80000 (oitenta mil) Projéteis calibre 38

10000 (dez mil) Espoletas calibre .380

10000 (dez mil) Projéteis calibre .380

5000 (cinco mil) Buchas calibre 12

5000 (cinco mil) Espoletas calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.321, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/10585 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa AQUACLARA -AQUICULTURA SANTA CLARA EIRELI, CNPJ nº 04.331.031/0001-86, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Carabinas calibre 38

60 (sessenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.322, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/10982 - DPF/NIG/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa VIGFAT VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 10.380.412/0001-58, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

14 (quatorze) Revólveres calibre 38

702 (setecentas e duas) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.323, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/11085 - DELESP/DREX/SR/PF/PI, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SOCIMOL INDUSTRIA DE COLCHÕES E MÓVEIS LTDA, CNPJ nº 06.751.564/0001-42, sediada no Piauí, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Carabina calibre 38

36 (trinta e seis) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.324, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/11087 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa FORBIN FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA., CNPJ nº 29.365.897/0001-39, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10000 (dez mil) Munições calibre 38

72286 (setenta e duas mil e duzentas e oitenta e seis) Espoletas calibre 38

5000 (cinco mil) Estojos calibre 38

38576 (trinta e oito mil e quinhentos e setenta e seis) Gramas de pólvora

72286 (setenta e dois mil e duzentos e oitenta e seis) Projéteis calibre 38

21846 (vinte e uma mil e oitocentas e quarenta e seis) Espoletas calibre .380

2000 (dois mil) Estojos calibre .380

21846 (vinte e um mil e oitocentos e quarenta e seis) Projéteis calibre .380

6324 (seis mil e trezentas e vinte e quatro) Buchas calibre 12

236 (duzentos e trinta e seis) Quilos de chumbo calibre 12

6324 (seis mil e trezentas e vinte e quatro) Espoletas calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.325, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/11165 - DELESP/DREX/SR/PF/PI, resolve:

CONCEDER autorização à empresa BIKE DO NORDESTE S/A., CNPJ nº 02.220.262/0001-97, sediada no Piauí, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Carabina calibre 38

36 (trinta e seis) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.326, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/11177 - DELESP/DREX/SR/PF/PI, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ELETRO DO NORDESTE S/A, CNPJ nº 04.082.204/0001-70, sediada no Piauí, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (dois) Revólveres calibre 38

36 (trinta e seis) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.327, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/11185 - DELESP/DREX/SR/PF/PI, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CLAUDINO S.A - LOJAS DE DEPARTAMENTOS, CNPJ nº 06.862.627/0001-38, sediada no Piauí, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Carabina calibre 38

36 (trinta e seis) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.328, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/11503 - DPF/PFO/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa RIO GRANDE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - ME, CNPJ nº 09.510.136/0001-16, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

7 (sete) Revólveres calibre 38

126 (cento e vinte e seis) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.329, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/11554 - DELESP/DREX/SR/PF/SE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SACEL ESCOLA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO AO TIRO PARA VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 32.845.596/0001-17, sediada em Sergipe, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1812 (uma mil e oitocentas e doze) Munições calibre 12

64052 (sessenta e quatro mil e cinquenta e duas) Espoletas calibre 38

17143 (dezessete mil e cento e quarenta e três) Gramas de pólvora

64052 (sessenta e quatro mil e cinquenta e dois) Projéteis calibre 38

2076 (duas mil e setenta e seis) Espoletas calibre .380

2076 (dois mil e setenta e seis) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 4 - CGCSP/DIREX/PF, DE 3 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre regulamentação da vistoria remota nas instituições financeiras.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, bem como os artigos 3º. e 80, § 2º., da Portaria nº.3.233-DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012, e tendo em vista o disposto na Lei nº. 7.102, de 20 de junho de 1983, no Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983 e na Portaria nº. 3.233-DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012, publicada no D.O.U. em 13 de dezembro de 2012;

CONSIDERANDO a situação de pandemia enfrentada no mundo inteiro, especialmente no país;

CONSIDERANDO as dificuldades geográficas em virtude da extensão territorial do país e dificuldades de locomoção;

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade às vistorias nas instituições financeiras, bem como as restrições impostas para a realização da vistoria presencial; e,

CONSIDERANDO a experiência piloto desenvolvida por algumas unidades da Polícia Federal, resolve:

Art. 1.º Disciplinar a vistoria remota nas instituições financeiras.

Parágrafo único. A vistoria remota não tem o condão de substituir a vistoria presencial, a qual poderá ser realizada a qualquer momento.

Art. 2.º Caso entenda necessário, a DELESP ou a CV poderá realizar vistoria remota por intermédio das centrais de monitoramento das instituições financeiras, as quais devem possuir um responsável para o devido acompanhamento e viabilização dos trabalhos a serem desempenhados.

§ 1. A Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) deverá informar à CGCSP/DIREX a lista de centrais de monitoramento das instituições que as possuam.

§ 2.º Referida lista será atualizada pela FEBRABAN, sempre que ocorrer qualquer alteração.

Art. 3.º Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação no Diário Oficial da União.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 17.412.188, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08310.006643/2019-93 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida à empresa ALERTA SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ/MF nº 07.275.436/0001-32, localizada no Estado do MARANHÃO.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

DESPACHO Nº 517/2021

Assunto: Defesa do Consumidor: Averiguações Preliminares de Irregularidades e Condutas infrativas interessado (a): EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. Adoto a Nota Técnica 10/2021 como motivação. Ante os indícios de infração ao disposto nos artigos 8º (caput e § 1º), 9º, (caput), 10 (§§ 1º e 2º), 18, caput e § 6º, inc. II, 39, caput, todos do Código de Defesa do Consumidor e Portaria MJ n. 618/2019, nos termos do art. 50 da Lei n. 9.784/99, acolho os argumentos consubstanciados na Nota Técnica elaborada pela Coordenação de Saúde e Segurança do Consumidor, da Coordenação-Geral de Consultoria Técnica e Sanções Administrativas (14013262), cujo relatório e fundamentação passam a fazer parte integrante da presente decisão e determino, assim, a instauração de processo administrativo no âmbito deste Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, notificando-se a EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A, para apresentar defesa, na forma dos artigos 42 e 44 do Decreto n. 2.181 de 20 de março de 1997, alterado pelo Decreto n. 7.738 de 28 de maio de 2012. Determino, por fim, a expedição de ofícios circulares, nos termos do art. 106 da Lei n. 8.078/90, aos Procons estaduais e municipais das capitais, bem como aos membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (especialmente ao Ministério Público do Estado de São Paulo), e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária dando-lhes ciência da instauração do Processo Administrativo no âmbito deste Departamento, com cópia da presente decisão, para conhecimento e providências que entenderem pertinente.

PEDRO AURÉLIO DE QUEIROZ PEREIRA DA SILVA
Diretor

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL

DESPACHO DE 4 DE MARÇO DE 2021

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes dos ofícios ao MRE nº 0091/2021 de 01/03/2021, 0093/2021 de 02/03/2021, 0094/2021 de 02/03/2021, 0095/2021 de 03/03/2021 e 0096/2021 de 03/03/2021, respectivamente:

Residência Prévia - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039000761202121 Requerente: CORRETORA DE IMOVEIS SEGURA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YU ZHANG Data Nascimento: 29/07/1986 Passaporte: EG2296566 País: CHINA Mãe: Lili Yang Pai: Jun Zhang;

Processo: 47039000780202157 Requerente: SUPERVIA - CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KENSUKE MATSUDA Data Nascimento: 21/08/1989 Passaporte: TR6384143 País: JAPÃO Mãe: MAMI MATSUDA Pai: KAZUHIDE MATSUDA;

Processo: 47039002233202114 Requerente: GRUPO B2E INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Tareq Al Nakchbandi Data Nascimento: 01/01/1981 Passaporte: 013716191 País: SÍRIA Mãe: Zainab Morahli Pai: Ayman AL Nakchbandi;

Processo: 47039002381202121 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: XINGQI WANG Data Nascimento: 04/02/1994 Passaporte: E 57200994 País: CHINA Mãe: YANYING LIU Pai: CHUANXIN WANG;

Processo: 47039002462202121 Requerente: WUHAN FIBERHOME INTERNACIONAL TECNOLOGIAS DO BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: XIN LI Data Nascimento: 22/11/1995 Passaporte: PE1009396 País: CHINA Mãe: CHUNXIANG CHENG Pai: ZHONGLING LI;

Processo: 47039002544202175 Requerente: NISSIN FOODS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Hiroki Iio Data Nascimento: 20/07/1991 Passaporte: TT1265247 País: JAPÃO Mãe: Akiko Iio Pai: Yoshihisa Iio;

Processo: 47039002548202153 Requerente: PIETRO PAOLO BERLINGIERI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SHANTI LAMA GURUNG Data Nascimento: 09/09/1990 Passaporte: 11556758 País: NEPAL Mãe: Sanukanchhi Lama Pai: Suresh Kumar Lama;

Processo: 47039002553202166 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KEITA YOKOTA Data Nascimento: 10/05/1982 Passaporte: TR5737148 País: JAPÃO Mãe: MITSUKO YOKOTA Pai: SHIROU YOKOTA;

Processo: 47039002566202135 Requerente: YAMAHA MOTOR DA AMAZONIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MITSUTOSHI IMAMURA Data Nascimento: 27/03/1979 Passaporte: TT1505176 País: JAPÃO Mãe: Shigeko Imamura Pai: Yusuke Imamura;

Processo: 47039002806202100 Requerente: CMOC BRASIL MINERACAO, INDUSTRIA E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: YING LIU Data Nascimento: 26/11/1989 Passaporte: E31574639 País: CHINA Mãe: Zhenju Huang Pai: Faming Liu;

Processo: 47039002808202191 Requerente: CMOC BRASIL MINERACAO, INDUSTRIA E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LICHUAN FENG Data Nascimento: 10/04/1981 Passaporte: EG6238222 País: CHINA Mãe: Cangxue Zhang Pai: Yusheng Feng;

Processo: 47039002810202160 Requerente: CMOC BRASIL MINERACAO, INDUSTRIA E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: BIN YAN Data Nascimento: 04/11/1964 Passaporte: EE5204737 País: CHINA Mãe: Runyun Zhou Pai: Qirui Yan;

Processo: 47039002829202114 Requerente: ASSOCIACAO INTERNACIONAL DE EDUCACAO DE BELO HORIZONTE Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Kevin Robert McLean Data Nascimento: 23/05/1972 Passaporte: 506352743 País: EUA Mãe: Susan Lee Kelly Pai: Harry Alexander McLean;

Processo: 47039002871202127 Requerente: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Masato Otsuka Data Nascimento: 05/01/1988 Passaporte: TT1677953 País: JAPÃO Mãe: Atsuko Otsuka Pai: Shigeo Otsuka;

Processo: 47039002899202164 Requerente: SANKYU LOGISTICS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: TAKAYUKI OKUDERA Data Nascimento: 10/09/1969 Passaporte: TR7229695 País: JAPÃO Mãe: Machiko Okudera Pai: Osami Okudera;

Processo: 47039002958202102 Requerente: EL SHADAY ASSESSORIA EMPRESARIAL EIRELI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LU WANG Data Nascimento: 01/09/1990 Passaporte: E51828598 País: CHINA Mãe: Yun Li Pai: Shaoqin Wang;

Processo: 47039002985202177 Requerente: CMOC BRASIL MINERACAO, INDUSTRIA E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ZHENGHUI CHEN Data Nascimento: 11/12/1972 Passaporte: EF9977113 País: CHINA Mãe: Xuefang Zhang Pai: Dashang Chen;

Processo: 47039002986202111 Requerente: 3SHAPE DO BRASIL SOLUCOES TECNOLOGICAS PARA SAUDE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CARLOTTA FEDI Data Nascimento: 22/07/1993 Passaporte: YA7018674 País: ITÁLIA Mãe: Pina Potestio Pai: Roberto Fedi;

Processo: 47039003072202178 Requerente: WUHAN FIBERHOME INTERNACIONAL TECNOLOGIAS DO BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: TONGQUAN CHEN Data Nascimento: 14/10/1986 Passaporte: PE1519766 País: CHINA Mãe: DINGFENG WANG Pai: DAIYIN CHEN; e

Processo: 47039003074202167 Requerente: WUHAN FIBERHOME INTERNACIONAL TECNOLOGIAS DO BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: GUOEN SUN Data Nascimento: 10/07/1985 Passaporte: PE1266020 País: CHINA Mãe: XIUPING ZHANG Pai: WEIQIAN SUN.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º)

Processo: 47039000135202134 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KENT STEVEN DUNHAM Data Nascimento: 15/06/1965 Passaporte: AE952965 País: CANADÁ;

Processo: 47039002218202168 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SUNGHWAN JI Data Nascimento: 16/04/1968 Passaporte: M24983481 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039002220202137 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GILRO LEE Data Nascimento: 30/09/1988 Passaporte: M78514559 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039002221202181 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JAEPYUNG KIM Data Nascimento: 17/07/1982 Passaporte: M74411905 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039002223202171 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SUNGIL KIM Data Nascimento: 13/08/1975 Passaporte: M39014540 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039002820202103 Requerente: ARAUPEL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MICHAEL HANS HERMANN SIEBERT Data Nascimento: 15/04/1957 Passaporte: C6N1692CG País: ALEMANHA;

Processo: 47039002821202140 Requerente: ARAUPEL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ZOLTAN IULIU NAGY Data Nascimento: 23/12/1969 Passaporte: 055476362 País: ROMÊNIA;

Processo: 47039002839202141 Requerente: JBS S/A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HECTOR ANDRES URIBE IGLESIAS Data Nascimento: 09/08/1985 Passaporte: P19067387 País: CHILE;

Processo: 47039002858202178 Requerente: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BERNARD KUENZLE Data Nascimento: 11/07/1976 Passaporte: X6277429 País: SUIÇA Imigrante: MAXIE LEIPNER Data Nascimento: 05/04/1988 Passaporte: C0HLKW1LC País: ALEMANHA;

Processo: 47039002913202120 Requerente: ALTENBURG TEXTIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Alexander Michael Kruska Data Nascimento: 26/11/1996 Passaporte: C8LR7C2GX País: ALEMANHA;

Processo: 47039002970202117 Requerente: FLSMIDTH LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MICHAEL PAUL WANYO Data Nascimento: 08/03/1970 Passaporte: 505815092 País: EUA;

Processo: 47039003075202110 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JEONGHUN SONG Data Nascimento: 03/08/1990 Passaporte: M57224778 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: JEONGWOO LEE Data Nascimento: 01/10/1977 Passaporte: M50505312 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: KWANSU PARK Data Nascimento: 03/12/1987 Passaporte: M52808145 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: MINWOO KANG Data Nascimento: 02/01/1991 Passaporte: M20481225 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: WANGSOO KIM Data Nascimento: 02/08/1988 Passaporte: M47467433 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: YONGDUK KIM Data Nascimento: 28/05/1985 Passaporte: M02449267 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: YOUNG HO JEON Data Nascimento: 15/01/1993 Passaporte: M30800298 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039003078202145 Requerente: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: John Oliver Zetelski Data Nascimento: 19/07/1979 Passaporte: 484135582 País: EUA;

Processo: 47039003086202191 Requerente: CAMERON TECNOLOGIA DE CONTROLE DE FLUXO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: AQUILES JOSE NAVARRO DUARTE Data Nascimento: 23/12/1982 Passaporte: AW091545 País: COLÔMBIA;

Processo: 47039003087202136 Requerente: CAMERON TECNOLOGIA DE CONTROLE DE FLUXO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MANWEENDERJEET SINGH Data Nascimento: 10/06/1988 Passaporte: C0062996 País: INDONÉSIA;

Processo: 47039003089202125 Requerente: CAMERON TECNOLOGIA DE CONTROLE DE FLUXO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KENNETH ANDREW HAMPTON Data Nascimento: 19/02/1971 Passaporte: GJ220374 País: CANADÁ;

Processo: 47039003090202150 Requerente: CAMERON TECNOLOGIA DE CONTROLE DE FLUXO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BERNARD ALBERT SIMON GOURGUES Data Nascimento: 26/09/1960 Passaporte: 17FV16979 País: FRANÇA;

Processo: 47039003092202149 Requerente: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JANI PETTERI MALMI Data Nascimento: 19/08/1982 Passaporte: FP2265005 País: FINLÂNDIA;

Processo: 47039003095202182 Requerente: CAMERON TECNOLOGIA DE CONTROLE DE FLUXO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: AGUSTIN MENDEZ ALAMILLA Data Nascimento: 28/04/1986 Passaporte: G27798185 País: MÉXICO;

Processo: 47039003097202171 Requerente: CAMERON TECNOLOGIA DE CONTROLE DE FLUXO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TAYLOR NGUYEN Data Nascimento: 01/03/1996 Passaporte: AL901734 País: CANADÁ;

Processo: 47039003103202191 Requerente: CABOT BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Sourav Mitra Data Nascimento: 16/10/1991 Passaporte: Z3478717 País: ÍNDIA;

Processo: 47039003110202192 Requerente: BERNECK S.A. PAINEIS E SERRADOS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GERALD LEITNER Data Nascimento: 11/04/1967 Passaporte: U5442327 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039003121202172 Requerente: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: INGRID MARIA HARALDSDOTTIR MATHISEN Data Nascimento: 07/09/1987 Passaporte: 32058766 País: NORUEGA; e

Processo: 47039003129202139 Requerente: MOBIS BRASIL FABRICACAO DE AUTO PECAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BONGSEOK CHOI Data Nascimento: 27/06/1981 Passaporte: M19486744 País: CORÉIA DO SUL.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Caput)

Processo: 47039003397202151 Requerente: CARGOTEC BRAZIL SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA MOVIMENTACAO DE CARGAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LONG CHEN Data Nascimento: 06/04/2000 Passaporte: EF0438376 País: CHINA;

Processo: 47039003399202140 Requerente: CARGOTEC BRAZIL SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA MOVIMENTACAO DE CARGAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GUANGTAI HE Data Nascimento: 22/07/1994 Passaporte: E63503242 País: CHINA;

Processo: 47039003400202136 Requerente: CARGOTEC BRAZIL SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA MOVIMENTACAO DE CARGAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GANG LI Data Nascimento: 09/12/1997 Passaporte: EJ2194094 País: CHINA;

Processo: 47039003401202181 Requerente: CARGOTEC BRAZIL SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA MOVIMENTACAO DE CARGAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: XIANG LIN Data Nascimento: 09/11/1978 Passaporte: EG5378645 País: CHINA;

Processo: 47039003403202170 Requerente: CARGOTEC BRAZIL SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA MOVIMENTACAO DE CARGAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: YANG MIAO Data Nascimento: 18/12/1991 Passaporte: E66330840 País: CHINA;

Processo: 47039003405202169 Requerente: CARGOTEC BRAZIL SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA MOVIMENTACAO DE CARGAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: FEI QIU Data Nascimento: 12/05/1977 Passaporte: E04855476 País: CHINA;

Processo: 47039003406202111 Requerente: CARGOTEC BRAZIL SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA MOVIMENTACAO DE CARGAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JUNYIN SHI Data Nascimento: 24/09/1985 Passaporte: E00110241 País: CHINA;

Processo: 47039003408202101 Requerente: CARGOTEC BRAZIL SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA MOVIMENTACAO DE CARGAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CHAO SU Data Nascimento: 15/02/1990 Passaporte: EE4215536 País: CHINA;

Processo: 47039003412202161 Requerente: CARGOTEC BRAZIL SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA MOVIMENTACAO DE CARGAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JUN ZHOU Data Nascimento: 21/02/1989 Passaporte: EG0297652 País: CHINA; e

Processo: 47039003492202154 Requerente: KHS INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DENNIS HACKLER Data Nascimento: 02/04/1997 Passaporte: C7XH1HH5W País: ALEMANHA.

Residência Prévia - RN 04 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039001917202191 Requerente: SIEMENS GAMESA ENERGIA RENOVAVEL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JUAN MANUEL RISCOS SANCHEZ Data Nascimento: 05/09/1971 Passaporte: PAI294261 País: ESPANHA;

Processo: 47039001971202136 Requerente: SAMSUNG SDS LATIN AMERICA SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA Prazo: até 15/12/2021 Imigrante: JEONGHYEON LIM Data Nascimento: 30/05/1978 Passaporte: M36146422 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039002943202136 Requerente: RIG & SHIP SERVICES BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: NICHOLAS THOMAS SAYERS Data Nascimento: 18/08/1973 Passaporte: 551915705 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039002948202169 Requerente: HUAWEI GESTAO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JIBIN LE Data Nascimento: 29/12/1983 Passaporte: EA9242563 País: CHINA;

Processo: 47039003003202164 Requerente: MAMMOET BRASIL GUINDASTES LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: Luis Emiro Montero Buitrago. Data Nascimento: 04/04/1977 Passaporte: 128501379 País: VENEZUELA; e

Processo: 47039003054202196 Requerente: ACTIA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PIERRE LILIAN LUC SEROU Data Nascimento: 03/10/1991 Passaporte: 14DC33731 País: FRANÇA.

Residência Prévia - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039001704202169 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JOHN CHRISTOPHER ASILO ILAGAN Data Nascimento: 02/10/1986 Passaporte: P6056915B País: FILIPINAS;

Processo: 47039002435202158 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/12/2021 Imigrante: MIHAILS BALGALS Data Nascimento: 05/09/1991 Passaporte: LV4351597 País: LETÔNIA;

Processo: 47039002684202143 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: VIPUL KUMAR Data Nascimento: 14/03/1970 Passaporte: Z3887348 País: ÍNDIA;

Processo: 47039002685202198 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JERZY RYSZARD TOMCZAK Data Nascimento: 25/05/1956 Passaporte: EJ2241019 País: POLÔNIA;

Processo: 47039002835202163 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/02/2022 Imigrante: FABRIZIO GIGLIA Data Nascimento: 24/06/1976 Passaporte: YB6440130 País: ITÁLIA;

Processo: 47039002862202136 Requerente: SHEARWATER GEOSERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Alexei Medonchak Data Nascimento: 09/11/1978 Passaporte: 753437433 País: RÚSSIA Imigrante: Andrey Antipov Data Nascimento: 28/10/1984 Passaporte: 752446873 País: RÚSSIA Imigrante: Andrey Bubovich Data Nascimento: 07/08/1990 Passaporte: 762885099 País: RÚSSIA Imigrante: Andrey Yurkevich Data Nascimento: 07/04/1981 Passaporte: 753410350 País: RÚSSIA Imigrante: Iurii Bezuglov Data Nascimento: 19/02/1993 Passaporte: 758057522 País: RÚSSIA Imigrante: Maxim Tabyrtsa Data Nascimento: 25/08/1983 Passaporte: 754280464 País: RÚSSIA Imigrante: Pavel Zgdanov Data Nascimento: 08/12/1980 Passaporte: 763799663 País: RÚSSIA Imigrante: Sergey Baev Data Nascimento: 30/06/1984 Passaporte: 758376294 País: RÚSSIA Imigrante: Sergey Pashkevich Data Nascimento: 15/02/1970 Passaporte: 752942264 País: RÚSSIA Imigrante: Yana Domnina Data Nascimento: 11/07/1985 Passaporte: 728235078 País: RÚSSIA;

Processo: 47039002880202118 Requerente: SHEARWATER GEOSERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Armin Roehl Data Nascimento: 21/08/1963 Passaporte: C4KC7XMYJ País: ALEMANHA Imigrante: Bryony Amelia Price Data Nascimento: 25/11/1983 Passaporte: 515562160 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: Grzegorz Niemczyk Data Nascimento: 15/10/1977 Passaporte: EH4692790 País: POLÔNIA Imigrante: Ireneusz Oleksiak Data Nascimento: 07/07/1975 Passaporte: ER5937212 País: POLÔNIA Imigrante: Jar Mariusz Swirski Data Nascimento: 25/04/1964 Passaporte: EH7168258 País: POLÔNIA Imigrante: Julio Roman Panti Morales Data Nascimento: 09/08/1987 Passaporte: G37109499 País: MÉXICO Imigrante: Marcin Zawada Data Nascimento: 08/10/1977 Passaporte: ED3222891 País: POLÔNIA Imigrante: Mateusz Emil Dziopak Data Nascimento: 22/02/1982 Passaporte: ET7745897 País: POLÔNIA Imigrante: Michal Tomasz Podrycki Data Nascimento: 14/12/1971 Passaporte: EM5213045 País: POLÔNIA Imigrante: Slawomir Jozef Fobke Data Nascimento: 08/08/1978 Passaporte: EF5140894 País: POLÔNIA;

Processo: 47039002895202186 Requerente: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 31/05/2021 Imigrante: NAVEN DAVIDON ENTERO Data Nascimento: 02/10/1987 Passaporte: P2230284B País: FILIPINAS Imigrante: RAMON RUMBAUA BALAGOT Data Nascimento: 31/08/1978 Passaporte: P1565420A País: FILIPINAS;

Processo: 47039002898202110 Requerente: GOLAR SERVICOS DE OPERACAO DE EMBARCACOES LTDA Prazo: até 09/09/2021 Imigrante: Arnold Tañala Valles Data Nascimento: 04/04/1964 Passaporte: P3138680B País: FILIPINAS;

Processo: 47039002901202103 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/05/2022 Imigrante: MARK GERALD HALLARE MIRANDA Data Nascimento: 10/11/1991 Passaporte: P4134265B País: FILIPINAS;

Processo: 47039002916202163 Requerente: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: GLYN JONES Data Nascimento: 01/06/1965 Passaporte: 500980337 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: TERENCE ROBERT MIKOCH Data Nascimento: 25/08/1956 Passaporte: 529547195 País: EUA;

Processo: 47039002915202119 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/05/2022 Imigrante: BLITTZ STEPHEN DIEZ ALVARADO Data Nascimento: 20/07/1991 Passaporte: P1418417B País: FILIPINAS;

Processo: 47039002919202105 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: NORBERT MALAWKO Data Nascimento: 17/09/1974 Passaporte: ET5565040 País: POLÔNIA;

Processo: 47039002918202152 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/04/2022 Imigrante: RONNEL QUIAPE CACHIN Data Nascimento: 19/12/1993 Passaporte: P1323419B País: FILIPINAS;

Processo: 47039002921202176 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/07/2021 Imigrante: BORIS FERNANDO MARASIGAN DELA CRUZ Data Nascimento: 07/02/1989 Passaporte: P3681474B País: FILIPINAS;

Processo: 47039002922202111 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 22/11/2022 Imigrante: Jorlex De Los Reyes Ozoa Data Nascimento: 18/02/1981 Passaporte: P4578445A País: FILIPINAS;

Processo: 47039002923202165 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/07/2021 Imigrante: JUANITO BRUCE MALABANAN Data Nascimento: 27/05/1975 Passaporte: P2818568A País: FILIPINAS;

Processo: 47039002931202110 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KARTHIK VENKATACHALAM Data Nascimento: 10/12/1981 Passaporte: U0252911 País: ÍNDIA;

Processo: 47039002932202156 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 11/09/2022 Imigrante: JOHN STRACHAN Data Nascimento: 29/03/1974 Passaporte: 556532873 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039002955202161 Requerente: SHEARWATER GEOSERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Benoit Roger Gaetan Hernandez Data Nascimento: 03/03/1971 Passaporte: 17CA47612 País: FRANÇA Imigrante: Brian Michael Hanley Data Nascimento: 16/12/1979 Passaporte: LT7354111 País: IRLANDA Imigrante: Furkan Tozlu Data Nascimento: 28/10/1983 Passaporte: U11259291 País: TURQUIA Imigrante: Gorm Fiedler Data Nascimento: 08/05/1968 Passaporte: 208900666 País: DINAMARCA Imigrante: Hans Eli Reynskor Data Nascimento: 11/04/1969 Passaporte: 210964657 País: DINAMARCA Imigrante: KARL MICHAEL READ Data Nascimento: 14/03/1973 Passaporte: 95404197 País: SUÉCIA Imigrante: Marino Burmeta Data Nascimento: 12/04/1979 Passaporte: 153849782 País: CROÁCIA Imigrante: Osman Eren Data Nascimento: 20/05/1983 Passaporte: U23735107 País: TURQUIA Imigrante: Robert Handal Data Nascimento: 18/08/1978 Passaporte: 30741607 País: NORUEGA Imigrante: Vedran Vudrag Data Nascimento: 01/04/1981 Passaporte: 229008359 País: CROÁCIA;

Processo: 47039002954202116 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 09/07/2022 Imigrante: Maksym Levinson Data Nascimento: 24/06/1973 Passaporte: FG882640 País: UCRÂNIA;

Processo: 47039002959202149 Requerente: SHEARWATER GEOSERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Alwin Prakash Michael Thevadass Data Nascimento: 27/03/1985 Passaporte: A54736032 País: MALÁSIA Imigrante: Bob Ramirez Heruela Data Nascimento: 15/04/1977 Passaporte: P4257359B País: FILIPINAS Imigrante: Charlie Patacsil Corpuz Data Nascimento: 08/08/1984 Passaporte: P8548650A País: FILIPINAS Imigrante: Christopher Ninobla Aquino Data Nascimento: 29/09/1972 Passaporte: P2061806A País: FILIPINAS Imigrante: Christopher Ramos Oblimar Data Nascimento: 17/12/1975 Passaporte: P5189866B País: FILIPINAS Imigrante: Conceso Jr. Filosofo Ayapana Data Nascimento: 03/08/1969 Passaporte: P4823938A País: FILIPINAS Imigrante: Dennis Kalaw Bagayana Data Nascimento: 03/02/1975 Passaporte: P4862032B País: FILIPINAS Imigrante: Edgard de Luna Flores Data Nascimento: 06/09/1970 Passaporte: P1865197B País: FILIPINAS Imigrante: Efren Torda Testigo Data Nascimento: 03/02/1970 Passaporte: P3154707A País: FILIPINAS Imigrante: Ikram Syahidan Bin Abdullah Data Nascimento: 16/04/1983 Passaporte: A40749919 País: MALÁSIA;

Processo: 47039002975202131 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 25/11/2022 Imigrante: Gerardo Dalangin Magbojos Data Nascimento: 03/10/1968 Passaporte: P4029588B País: FILIPINAS;

Processo: 47039002979202110 Requerente: JANEIRO OFFSHORE CONSULTORIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Andrzej Reszczynski Data Nascimento: 16/05/1970 Passaporte: ET5044181 País: POLÔNIA;

Processo: 47039002998202146 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: NEIL EDWARD BIRKETT Data Nascimento: 06/10/1965 Passaporte: 511131232 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039003027202113 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: NIRBHAY RANJIT SINGH Data Nascimento: 12/06/1977 Passaporte: Z4129911 País: ÍNDIA;

Processo: 47039003047202194 Requerente: SHEARWATER GEOSERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Glen Herrero Diaz Data Nascimento: 14/11/1982 Passaporte: P1695992B País: FILIPINAS Imigrante: JOHN PAUL GALLARDO VILLANUEVA Data Nascimento: 05/10/1978 Passaporte: P3910477B País: FILIPINAS Imigrante: Peter John Ansay Dela Rosa Data Nascimento: 31/03/1985 Passaporte: P4812449A País: FILIPINAS Imigrante: Roberto Jr Catapia Esguerra Data Nascimento: 20/11/1983 Passaporte: P2553873A País: FILIPINAS Imigrante: Rodney Barrios Obligar Data Nascimento: 27/02/1967 Passaporte: P5012943A País: FILIPINAS Imigrante: Rolando Tiqui Baluyot Data Nascimento: 12/01/1962 Passaporte: P6597673A País: FILIPINAS Imigrante: Roldan Paracha Villansana Data Nascimento: 26/11/1959 Passaporte: EC7370242 País: FILIPINAS Imigrante: Rommel Clemente Eligio Data Nascimento: 21/11/1983 Passaporte: P1659196B País: FILIPINAS Imigrante: Ronald Canaway Felipe Data Nascimento: 10/01/1970 Passaporte: P1455992A País: FILIPINAS Imigrante: Samuel Jr. Afunay Calimag Data Nascimento: 10/02/1991 Passaporte: P2683161B País: FILIPINAS;

Processo: 47039003042202161 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Maeleachlainn O Conaill Data Nascimento: 17/10/1979 Passaporte: LB6307279 País: IRLANDA;

Processo: 47039003061202198 Requerente: SHEARWATER GEOSERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ADAM KINDNESS Data Nascimento: 29/06/1979 Passaporte: 507176723 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: ANDREW JOHN PETERS Data Nascimento: 20/11/1969 Passaporte: 544796971 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: Andrew Clark Macgregor Smith Data Nascimento: 21/11/1983 Passaporte: 556643109 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: Anneka Sarah Ferguson Data Nascimento: 28/10/1986 Passaporte: 120271910 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: Barry George Hodgson Data Nascimento: 02/06/1978 Passaporte: 557221008 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: Clive Alexander Wood Neilands Data Nascimento: 26/09/1975 Passaporte: 543279881 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: Glen Jack William Goldsbrough Data Nascimento: 05/09/1984 Passaporte: 511270807 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: Matthew Drew Gray Data Nascimento: 13/12/1978 Passaporte: 504826972 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039003059202119 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 01/05/2022 Imigrante: Mel Anthony Del Castillo Samper Data Nascimento: 16/05/1999 Passaporte: P8551418A País: FILIPINAS;

Processo: 47039003065202176 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 25/11/2022 Imigrante: Frankie Pamatian Relunio Data Nascimento: 15/07/1973 Passaporte: P7009315A País: FILIPINAS;

Processo: 47039003066202111 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 25/11/2022 Imigrante: PER-OLA MARIUS TOERNQVIST Data Nascimento: 26/06/1961 Passaporte: 91581991 País: SUÉCIA;

Processo: 47039003069202154 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 25/11/2022 Imigrante: Hendra Nur Prihatin Data Nascimento: 03/06/1984 Passaporte: C0827115 País: INDONÉSIA;

Processo: 47039003082202111 Requerente: SDC DO BRASIL - SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Kai Dong Data Nascimento: 28/11/1994 Passaporte: EG95510096 País: CHINA Imigrante: Linji Sun Data Nascimento: 23/01/1990 Passaporte: EG8849444 País: CHINA Imigrante: Shuang Li Data Nascimento: 24/08/2001 Passaporte: EH2954594 País: CHINA Imigrante: Songsong Sun Data Nascimento: 20/02/1998 Passaporte: EE3260241 País: CHINA Imigrante: Yao Hu Data Nascimento: 19/01/1991 Passaporte: EJ2827622 País: CHINA Imigrante: Zhiming Liu Data Nascimento: 18/12/1969 Passaporte: EI5718704 País: CHINA;

Processo: 47039003093202193 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 11/11/2022 Imigrante: Adrian Syah Data Nascimento: 22/06/1980 Passaporte: C3325851 País: INDONÉSIA Imigrante: Ognyan Hristov Rozov Data Nascimento: 22/02/1960 Passaporte: 384388817 País: BULGÁRIA;

Processo: 47039003100202157 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 11/09/2022 Imigrante: ENRIQUE RENOVATO MARTINEZ Data Nascimento: 31/01/1974 Passaporte: G24913471 País: MÉXICO;

Processo: 47039003109202168 Requerente: SHEARWATER GEOSERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Alastair James Friend Data Nascimento: 14/10/1981 Passaporte: 518004500 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: Giles Eric Fielding Data Nascimento: 13/12/1966 Passaporte: 510920810 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: Keith Ross Andrew Haig Data Nascimento: 05/07/1979 Passaporte: 522504305 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: Mark Vincent Matthews Data Nascimento: 12/08/1966 Passaporte: 121832838 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: Philip Griffith Evans Data Nascimento: 21/04/1987 Passaporte: 548030874 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: Russell William Turner Data Nascimento: 28/07/1971 Passaporte: 517676544 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: Simon Robert Bliault Data Nascimento: 09/09/1972 Passaporte: 518455998 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: Simon Robert Bowler Data Nascimento: 12/06/1974 Passaporte: 556931471 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: Timothy Gordon Cox Data Nascimento: 15/10/1977 Passaporte: 120470558 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: Tristan James Pridham Data Nascimento: 23/03/1989 Passaporte: 518379948 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039003106202124 Requerente: SHEARWATER GEOSERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Clayborne Mitche Godfrey Data Nascimento: 24/09/1976 Passaporte: 548777669 País: EUA Imigrante: Eliseo Leija Data Nascimento: 07/07/1963 Passaporte: 567925084 País: EUA Imigrante: Erich Edward Willenberg Data Nascimento: 11/07/1968 Passaporte: 511783069 País: EUA Imigrante: James Anton Kasparek Data Nascimento: 15/07/1958 Passaporte: 505895993 País: EUA Imigrante: Jason Levi Schleh Data Nascimento: 03/01/1973 Passaporte: 561341709 País: EUA Imigrante: Jimmy Dean Butler Data Nascimento: 26/05/1978 Passaporte: 565743353 País: EUA Imigrante: Kevin Wray Jones Data Nascimento: 24/08/1959 Passaporte: 561927498 País: EUA Imigrante: Luis Castillo Data Nascimento: 18/09/1978 Passaporte: 642405842 País: EUA Imigrante: Mikhail Ter- Grigoryan Data Nascimento: 04/02/1955 Passaporte: 655329933 País: EUA Imigrante: Thomas Joseph Hargroder Data Nascimento: 27/02/1991 Passaporte: 663018726 País: EUA;

Processo: 47039003107202179 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 07/08/2022 Imigrante: TEODOR CRACIUN Data Nascimento: 22/02/1987 Passaporte: 059399045 País: ROMÊNIA;

Processo: 47039003122202117 Requerente: SHEARWATER GEOSERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Andrius Cizauskis Data Nascimento: 02/07/1980 Passaporte: 24114990 País: LITUÂNIA Imigrante: Artem Tceunov Data Nascimento: 10/03/1984 Passaporte: 531211410 País: RÚSSIA Imigrante: Dmitrij Afanasjev Data Nascimento: 01/04/1985 Passaporte: 24984383 País: LITUÂNIA Imigrante: Eduard Lasuk Data Nascimento: 22/10/1983 Passaporte: KD0168732 País: ESTÔNIA Imigrante: Gary John Cook Data Nascimento: 09/09/1969 Passaporte: PB2331308 País: AUSTRÁLIA Imigrante: Ioana Cristina Stan Data Nascimento: 31/12/1986 Passaporte: 0-58170319 País: ROMÊNIA Imigrante: Radoslaw Adam Kostepski Data Nascimento: 10/05/1984 Passaporte: EG8197630 País: POLÔNIA Imigrante: SVJATOSLAVS PUTIRSKIS Data Nascimento: 14/01/1984 Passaporte: LV4493142 País: LETÔNIA Imigrante: Yury Sharkov Data Nascimento: 07/09/1984 Passaporte: 753074674 País: RÚSSIA; e

Processo: 47039003125202151 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 22/11/2022 Imigrante: Leonid Ometcinskii Data Nascimento: 23/09/1970 Passaporte: 530416917 País: RÚSSIA.

Residência Prévia - RN 11 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º)

Processo: 47039001626202101 Requerente: SAMSUNG SDS LATIN AMERICA SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Seungkyo Woo Data Nascimento: 23/11/1975 Passaporte: M83355649 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039001806202184 Requerente: OCEAN NETWORK EXPRESS (LATIN AMERICA) AGENCIA MARITIMA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: MASAKI KITANO Data Nascimento: 27/09/1985 Passaporte: TR7530293 País: JAPÃO; e

Processo: 47039003028202168 Requerente: STERLITE BRAZIL PARTICIPACOES S.A. Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: Amitabh Prasad Data Nascimento: 05/02/1969 Passaporte: Z4967026 País: ÍNDIA.

Residência Prévia - RN 11 - Resolução Normativa (Artigo 2º, Inciso I)

Processo: 47039017277202050 Requerente: GRI TOWER BRASIL ESTRUTURAS METALICAS S/A Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: ANDRE FILIPE DE OLIVEIRA APARICIO Data Nascimento: 16/12/1978 Passaporte: P726592 País: PORTUGAL;

Processo: 47039001569202151 Requerente: CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: JORGE MENDOZA LOZANO Data Nascimento: 26/07/1961 Passaporte: G18525411 País: MÉXICO;

Processo: 47039001705202111 Requerente: KOREA TABACOS DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: HWASUP YOO Data Nascimento: 24/08/1987 Passaporte: M17986779 País: CORÉIA;

Processo: 47039001715202149 Requerente: KOREA TABACOS DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: JIRO LEE Data Nascimento: 17/04/1971 Passaporte: M96029643 País: CORÉIA; e

Processo: 47039002741202194 Requerente: MITSUBISHI CORPORATION DO BRASIL S/A Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: TAKU NISHIGORI Data Nascimento: 25/03/1971 Passaporte: TT 1.260.378 País: JAPÃO.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência (imigrantes que já se encontram em território nacional), ressaltando que os respectivos registros, decorrentes de renovação ou alteração para prazo indeterminado ou situações correlatas, deverão observar as instruções de atendimento da Polícia Federal:

Residência - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039000443202160 Requerente: RIBJUL BHAHAR Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RIBJUL BHAHAR Data Nascimento: 01/11/1991 Passaporte: BY0803297 País: BANGLADESH Mãe: FULMOTI Pai: MOIN MIAH;

Processo: 47039000832202195 Requerente: HE CHEN Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GUANG CHEN Data Nascimento: 27/01/1974 Passaporte: E89654456 País: CHINA Mãe: YINEN SUN Pai: CHUANZU CHEN;

Processo: 47039000979202185 Requerente: MD JAKARIA AHMED Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MD JAKARIA AHMED Data Nascimento: 03/12/1994 Passaporte: BQ0250341 País: BANGLADESH Mãe: Mst Surtun Nessa Pai: MD Jomshed Ali;

Processo: 47039002754202163 Requerente: BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SEUNG WON YOON Data Nascimento: 03/07/1968 Passaporte: M88245970 País: CORÉIA DO SUL Mãe: TAEWOON LEE Pai: EUNSUNG YOON;

Processo: 47039002755202116 Requerente: BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SO YEON KANG Data Nascimento: 22/12/1958 Passaporte: M50839996 País: CORÉIA DO SUL Mãe: HWASOON OH Pai: JUNG HEE KANG;

Processo: 47039002756202152 Requerente: BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SOONSANG LEE Data Nascimento: 08/10/1944 Passaporte: M04555571 País: CORÉIA DO SUL Mãe: UN YEON SHIM Pai: SUNG JIN LEE;

Processo: 47039002757202105 Requerente: BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SUHO CHOI Data Nascimento: 25/07/1971 Passaporte: M93379891 País: CORÉIA DO SUL Mãe: OK SOON LEE Pai: SEUNG CHEOL CHOI;

Processo: 47039002758202141 Requerente: BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TAERIM LEE Data Nascimento: 11/04/1967 Passaporte: M19575316 País: CORÉIA DO SUL Mãe: TAESEO HYUN Pai: JINHO LEE;

Processo: 47039002803202168 Requerente: BANCO RCI BRASIL S.A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SAMUEL PAUL MARCEL LUCAS Data Nascimento: 16/01/1992 Passaporte: 15DD08587 País: FRANÇA Mãe: GENEVIEVE MARIE THERESE ELISABETH HURTEAU Pai: ROGER JOSEPH LUCIEN LUCAS; e

Processo: 47039003115202115 Requerente: BEAUTY 21 - COMERCIO E IMPORTACAO DE COSMETICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SUSANA MARIA BARREIRA FERNANDES RODRIGUES Data Nascimento: 31/01/1968 Passaporte: CB589925 País: PORTUGAL Mãe: MARIA ORLANDA TOMÁS BARREIRA FERNANDES Pai: ANICETO DO NASCIMENTO FERNANDES.

Residência - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039000479202143 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/05/2021 Imigrante: MICHAEL TORCUATOR

ROBLES Data Nascimento: 12/07/1978 Passaporte: P5242654A País: FILIPINAS;

Processo: 47039000564202110 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/07/2021 Imigrante: ABEL QUINIA MACABATAS Data Nascimento: 24/11/1971 Passaporte: P2880206A País: FILIPINAS;

Processo: 47039000565202156 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/07/2021 Imigrante: ALEKSEI ORLOV Data Nascimento: 17/09/1977 Passaporte: 75 5002074 País: RÚSSIA;

Processo: 47039002027202104 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/03/2021 Imigrante: JOHN STEPHEN IGNACIO SALAC Data Nascimento: 19/09/1995 Passaporte: P3264157B País: FILIPINAS; e

Processo: 47039002879202193 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KRIS NEILSON PANGANIBAN SANCHEZ Data Nascimento: 26/07/1989 Passaporte: P7447511A País: FILIPINAS.

Residência - RN 11 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 6º)

Processo: 47039002860202147 Requerente: TOKURA DO BRASIL CONSTRUTORA LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: YUKO TOKURA Data Nascimento: 12/11/1984 Passaporte: TK6842322 País: JAPÃO; e

Processo: 47039002987202166 Requerente: DAIKIN MCQUAY AR CONDICIONADO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: KOTA ARAKI Data Nascimento: 02/09/1987 Passaporte: TZ139986 País: JAPÃO.

Residência - RN 13 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039001297202190 Requerente: GALLERIA ADMINISTRACAO DE BENS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: BILAL KODAL Data Nascimento: 13/11/1975 Passaporte: U20257786 País: TURQUIA.

Residência - RN 14 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039002411202107 Requerente: MYRIAM VLEUGELS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MYRIAM VLEUGELS Data Nascimento: 04/01/1979 Passaporte: 17DK43495 País: FRANÇA;

Processo: 47039003030202137 Instituição: MOVIMENTO DUNAMIS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Clive Exford Jackson Jr. Data Nascimento: 17/09/1991 Passaporte: 556866858 País: INGLATERRA; e

Processo: 47039003187202162 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: diana lizeth ascanta cachiguango Data Nascimento: 12/05/1999 Passaporte: 1003226634 País: EQUADOR.

Residência - RN 15 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039001413202171 Requerente: MEDICOS SEM FRONTEIRAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MICHAEL ERNEST FRANCIS PARKER Data Nascimento: 09/09/1958 Passaporte: 099197697 País: GRÃ BRETANHA; e

Processo: 47039001719202127 Requerente: ASSOCIACAO COMUNIDADE FIGUEIRA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TIMOTHY EDWIN MORRIS Data Nascimento: 11/07/1984 Passaporte: 545973049 País: EUA.

Residência - RN 17 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039001506202103 Requerente: XIAO HEJIA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: XIAO HEJIA Data Nascimento: 04/01/1983 Passaporte: SE0242684 País: CHINA; e

Processo: 47039001531202189 Requerente: YAN SHU Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: YAN SHU Data Nascimento: 29/12/1984 Passaporte: SE0361262 País: CHINA.

Residência - RN 20 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039001613202123 Requerente: SIPKO MARTEN BULTHUIS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Sipko Marten Bulthuis Data Nascimento: 20/01/1985 Passaporte: NWCR518K0 País: PAÍSES BAIXOS; e

Processo: 47039003387202115 Requerente: FUNDACAO OSWALDO CRUZ Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Bruno Gomes da Silva Data Nascimento: 30/08/1983 Passaporte: P771362 País: PORTUGAL.

Residência - RN 24 - Resolução Normativa, de 20/02/2018

Processo: 47039001181202151 Requerente: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL Prazo: até 05/01/2022 Imigrante: FABRICE CHARLES BERNARD ISSAC Data Nascimento: 30/05/1966 Passaporte: 14DC28411 País: FRANÇA Mãe: PAULETTE MATTEODA Pai: CLAUDE ALBERT JUSTIN ISSAC.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 02/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039002896202121 Requerente: NEXANS BRASIL S/A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: VINCENT CHRISTIAN ANDRE MARIE MARIETTE Data Nascimento: 03/05/1992 Passaporte: 14AP70742 País: FRANÇA Mãe: CHRISTINE REGINE ROLLANDE MARIETTE Pai: HUGUES JEAN-MARIE GILLES MARIETTE; e

Processo: 47039002960202173 Requerente: BAYER S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MAIK ECKELMANN Data Nascimento: 11/08/1968 Passaporte: C4CWPX1TR País: ALEMANHA Mãe: Pai: Não informado.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 03/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039002662202183 Requerente: TRIDENT ENERGY DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HUGO GABRIEL SINTES Data Nascimento: 20/03/1992 Passaporte: 18DH08965 País: FRANÇA Mãe: MIREILLE JANE GABRIELLE PICHON Pai: PHILIPPE JEAN BARTHÉLÉMY SINTES;

Processo: 47039002665202117 Requerente: TRIDENT ENERGY DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YOANN PIERRE NIZET Data Nascimento: 03/01/1983 Passaporte: 17AA15770 País: FRANÇA Mãe: MIREILLE LASSARAT Pai: MARCEL EMILE NIZET; e

Processo: 47039002799202138 Requerente: RBR ENGENHARIA INSTALACOES & SERVICOS LTDA Prazo: até 11/03/2022 Imigrante: CHAKKRAVARTHI OGRA SOMASUNDARAM Data Nascimento: 21/09/1991 Passaporte: K3288062 País: ÍNDIA Mãe: VIJAYALAKSHMI SOMASUNDARAM Pai: SOMASUNDARAM OGRA SUBRAMANIAM.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 04/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039002129202111 Requerente: ACG DO BRASIL S/A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CHANDRASHEKHAR GEORGE MAKASARE Data Nascimento: 30/11/1971 Passaporte: T6162427 País: ÍNDIA Mãe: SUHASINI GEORGE MAKASARE Pai: GEORGE VASANT MAKASARE.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 06/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039001417202159 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LINO LESBINO Data Nascimento: 21/02/1966 Passaporte: YB1467750 País: ITÁLIA Mãe: TERESA SCOTTO DI MINICO Pai: LEONARDO LESBINO;

Processo: 47039002370202141 Requerente: BASSDRILL BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 30/05/2021 Imigrante: NICOLAS CHAIB Data Nascimento: 06/06/1986 Passaporte: 17FV29697 País: FRANÇA Mãe: Maryline Humbert Pai: Nourredine Chaib;

Processo: 47039002371202195 Requerente: BASSDRILL BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 30/05/2021 Imigrante: OLEG GAVRYLOV Data Nascimento: 04/05/1985 Passaporte: FE302382 País: UCRÂNIA Mãe: Valentyna Gavrylova Pai: Dmytro Gavrylov;

Processo: 47039002373202184 Requerente: BASSDRILL BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 30/05/2021 Imigrante: TOMISLAV SAKIC Data Nascimento: 12/06/1981 Passaporte: 231069522 País: CROÁCIA Mãe: Anamarija Sakic Pai: Radovan Sakic;

Processo: 47039002676202105 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 01/06/2022 Imigrante: Niteen Shashikant Khatu Data Nascimento: 26/02/1978 Passaporte: Z2983896 País: ÍNDIA Mãe: Khatu Bharati Shashikant Pai: Khatu Shashikant Bhikusheth;

Processo: 47039002677202141 Requerente: GUARA-NORTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Arthur Aubrey Tarin Data Nascimento: 01/03/1964 Passaporte: M00140879 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL Mãe: Shirley Tarin Pai: Aubrey Eric Tarin;

Processo: 47039002680202165 Requerente: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Pawel Mateusz Jazgar Data Nascimento: 29/05/1979 Passaporte: EG6429902 País: POLÔNIA Mãe: Teresa Jazgar Pai: Eugeniusz Jazgar;

Processo: 47039002690202109 Requerente: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Richard Bermudez Galimba Data Nascimento: 13/01/1977 Passaporte: P9229326A País: FILIPINAS Mãe: Evangeline Ferino Bermudez Pai: Rodolfo Benitez Galimba;

Processo: 47039002692202190 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Amithkumar Mani Data Nascimento: 09/04/1987 Passaporte: Z4629489 País: ÍNDIA Mãe: Poongothai Pai: Mani;

Processo: 47039002696202178 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Daniel Ross Sheehan Data Nascimento: 15/06/1975 Passaporte: GB672773 País: CANADÁ Mãe: Joanne Audrey Sheehan Pai: Daniel James Sheehan;

Processo: 47039002699202110 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Delton Shawn Lewis Data Nascimento: 11/11/1986 Passaporte: Z2548187 País: ÍNDIA Mãe: Janet Margaret Pai: Don Egbert;

Processo: 47039002711202188 Requerente: OOGTK LIBRA PRODUCAO DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Robert Tomasz Wojtusik Data Nascimento: 06/01/1975 Passaporte: ES8732071 País: POLÔNIA Mãe: Anna Wojtusik Pai: Henryk Wojtusik;

Processo: 47039002724202157 Requerente: ALTERA PIRANEMA SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 13/10/2021 Imigrante: Rune Groennevik Data Nascimento: 17/11/1972 Passaporte: 34386247 País: NORUEGA Mãe: Laila Espeland Pai: Rolf Bernhard Espeland;

Processo: 47039002727202191 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 11/11/2022 Imigrante: Dmitrii Zhilkin Data Nascimento: 27/12/1977 Passaporte: 720884389 País: RÚSSIA Mãe: Evgeniya Zhilkin Pai: Anatoliy Zhilkin;

Processo: 47039002785202114 Requerente: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: até 03/03/2022 Imigrante: JAN OLE SORENSEN Data Nascimento: 04/05/1965 Passaporte: 34159911 País: NORUEGA Mãe: ELLINOR SORENSEN Pai: ROLF SORENSEN;

Processo: 47039002786202169 Requerente: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: até 03/03/2022 Imigrante: JOHN CHARLES GARDNER Data Nascimento: 29/09/1958 Passaporte: 502224848 País: INGLATERRA Mãe: LILIAN GARDNER Pai: CYRIL GARDNER;

Processo: 47039002787202111 Requerente: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: até 03/03/2022 Imigrante: RIKARD JOAKIM GINBERG Data Nascimento: 23/12/1971 Passaporte: 91074777 País: SUÉCIA Mãe: ANN-KATRINE GINBERG Pai: GORAN GINBERG; e

Processo: 47039002790202127 Requerente: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: até 03/03/2022 Imigrante: LARS ANGEL SONDERLAND Data Nascimento: 20/08/1967 Passaporte: 30946744 País: NORUEGA Mãe: FRIDA SONDERLAND Pai: PEDER SONDERLAND.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 11/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039002420202190 Requerente: OKI BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS E TECNOLOGIA EM AUTOMACAO S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: HIDEAKI SATO Data Nascimento: 22/05/1968 Passaporte: TR8253063 País: JAPÃO Mãe: KATSUKO SATO Pai: TOSHIHIKO SATO.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 15/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039003056202185 Requerente: IGREJA CRISTA EVANGELICA MINISTERIO LUZ PARA OS POVOS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: WERNER REINIER DU PLESSIS Data Nascimento: 18/05/1976 Passaporte: A02356970 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL Mãe: ANNA MAGRIETHA STRAUSS Pai: REINIER TOERIEN DU PLESSIS; e

Processo: 47039003588202112 Requerente: ASSOCIACAO DOS PARCEIROS DA REGIAO DE KANSAI - ESCRITORIO DE CURITIBA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: NOBUYUKI NAGATA Data Nascimento: 10/10/1968 Passaporte: TK4843082 País: JAPÃO Mãe: AKIKO NAGATA Pai: TOSHIO NAGATA.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 17/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039002471202111 Requerente: DONGJUN ZHU Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Dongjun Zhu Data Nascimento: 07/11/1988 Passaporte: SE0346756 País: CHINA Mãe: Ling Zhang Pai: Wengen Zhu.

Residência - RN 30 - ALTERAÇÃO DE PRAZO (RN 02/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039020444202040 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: Mauro Bettanin Data Nascimento: 28/06/1981 Passaporte: YB3495651 País: ITÁLIA Mãe: Maria Teresa Mistrorigo Pai: Valter Bettanin;

Processo: 47039001596202124 Requerente: ENEVA S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: FRANCISCO SÓCRATES MARTINS MURTA Data Nascimento: 17/06/1988 Passaporte: CB303183 País: PORTUGAL Mãe: MARIA HELENA SÓCRATES DA COSTA MOTA MARTINS Pai: PEDRO MANUEL SALVADOR MARQUES MURTA;

Processo: 47039001673202146 Requerente: GMS MANAGEMENT SOLUTIONS CONSULTORIA BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: NICOLAS DEL RIO TOME Data Nascimento: 01/03/1993 Passaporte: PAB108845 País: ESPANHA Mãe: MARIA JOSEFA TOME TOME Pai: NICOLAS FELIPE DEL RIO RASILLO;

Processo: 47039002357202191 Requerente: PRENSAS SCHULER S A Prazo: Indeterminado Imigrante: ARMIN KOLLMANNTHALER Data Nascimento: 22/05/1992 Passaporte: C4CWL1549 País: ALEMANHA Mãe: SABINE ERIKA KOLLMANNTHALER Pai: PETER KOLLMANNTHALER;

Processo: 47039002484202191 Requerente: TOOLSTAR BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: LIJUN DENG Data Nascimento: 29/04/1982 Passaporte: EE1126622 País: CHINA Mãe: CHANGE DUAN Pai: JIAWU DENG;

Processo: 47039002679202131 Requerente: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: Andrea Galter Data Nascimento: 15/01/1975 Passaporte: YA5358042 País: ITÁLIA Mãe: Daniela Squazzini Pai: Lanfranco Galter;

Processo: 47039002866202114 Requerente: FUNDACAO ANGLO BRASILEIRADE EDUCACAO E CULTURA DE SP Prazo: Indeterminado Imigrante: ROSEMARY ELIZABETH POUNTAIN Data Nascimento: 06/06/1986 Passaporte: 528348582 País: INGLATERRA Mãe: MARY PRISCILLA POUNTAIN Pai: CHRISTOPHER JOHN POUNTAIN;

Processo: 47039002863202181 Requerente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: Christopher Shea Wellin Data Nascimento: 31/07/1989 Passaporte: 567112794 País: EUA Mãe: Annette Claire Mishler Pai: Thomas Warner Wellin;

Processo: 47039002892202142 Requerente: AGRESTE COTTON AGROPECUARIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JOSÉ FRANCISCO DE LIRA FERNANDES RODRIGUES DA SILVA Data Nascimento: 14/03/1972 Passaporte: C950656 País: PORTUGAL Mãe: MARIA BEATRIZ FARIA DE LIRA FERNANDES RODRIGUES DA SILVA Pai: JOSÉ JOAQUIM RODRIGUES DA SILVA;

Processo: 47039003180202141 Requerente: EDMOND JREISSATI Prazo: Indeterminado Imigrante: CELIA NAVAL CRUZ Data Nascimento: 12/04/1970 Passaporte: P4572035A País: FILIPINAS Mãe: Merciana Naval Cruz Pai: Virgelio Naval Cruz;

Processo: 47039003191202121 Requerente: FLSMIDTH LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: OSAMA ABDELMOHSEN ABDELWAHAB HASSAN Data Nascimento: 23/03/1985 Passaporte: A25692555 País: REPÚBLICA ÁRABE DO EGITO Mãe: Rahma Morsy Pai: Abdelmohsen Hassan;

Processo: 47039003193202110 Requerente: KERUI METODO CONSTRUCAO E MONTAGEM S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: GUOYI LU Data Nascimento: 30/09/1963 Passaporte: AD123261 País: CANADÁ Mãe: SHEN WANG Pai: AIREN LU;

Processo: 47039003195202117 Requerente: FLSMIDTH LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: JANIS ANANTH GNANAPRAKASAM Data Nascimento: 14/05/1991 Passaporte: L7463315 País: ÍNDIA Mãe: KULANTHAI THERASA Pai: GNANAPRAKASAM;

Processo: 47039003201202128 Requerente: ENEL GREEN POWER BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: BÁRBARA ALEJANDRA GONZÁLEZ GONZÁLEZ Data Nascimento: 20/10/1983 Passaporte: F38718439 País: CHILE Mãe: Elizabeth Carmen Gonzalez Ulloa Pai: Neftali Ohar Gonzalez Astudillo; e

Processo: 47039003490202165 Requerente: NU PAGAMENTOS S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: AMINE MOHAMED HAMDAOUI Data Nascimento: 18/11/1992 Passaporte: 13AY46924 País: FRANÇA Mãe: OURIDA HANI Pai: ABDELOUAHAB HAMDAOUI.

Residência - RN 30 - ALTERAÇÃO DE PRAZO (RN 14/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039020174202077 Instituição: PROVINCIA DOS MISSIONARIOS COMBONIANOS DO BRASIL Prazo: Indeterminado Imigrante: JOSÉ LUIS RODRIGUEZ LOPEZ Data Nascimento: 12/12/1968 Passaporte: G11194745 País: MÉXICO Mãe: Maria Isabel Lopez Perez Pai: Salvador Rodriguez Zendejaz;

Processo: 47039001351202105 Instituição: DIOCESE DE RUY BARBOSA Prazo: Indeterminado Imigrante: Josiane Rasoarimalala Data Nascimento: 30/10/1976 Passaporte: A15X55850 País: MADAGASCAR Mãe: Razafiarisoa Lucie Seraphine Pai: Randriamaromanana;

Processo: 47039001356202120 Instituição: PIA SOCIEDADE SAO FRANCISCO XAVIER PARA AS MISSOES ESTRANGEIRAS Prazo: Indeterminado Imigrante: VALTER TAINI Data Nascimento: 04/12/1955 Passaporte: YA5549482 País: ITÁLIA Mãe: DOMENICA TOGNAZZI TAINI Pai: ETTORE TAINI;

Processo: 47039001535202167 Instituição: ASS DOS AGOSTINIANOS RECOLETOS DO NORTE DO BRASIL Prazo: Indeterminado Imigrante: ALFONSO MARIA LIGORIO LAZARO ALCALDE Data Nascimento: 02/08/1952 Passaporte: 190765MO País: ESPANHA Mãe: BENITA ALCALDE PALACIOS Pai: BASILIO LAZARO SAN MIGUEL; e

Processo: 47039001538202109 Instituição: ASS DOS AGOSTINIANOS RECOLETOS DO NORTE DO BRASIL Prazo: Indeterminado Imigrante: JOSE ARREDONDO VAZQUEZ Data Nascimento: 29/05/1984 Passaporte: G29001861 País: MÉXICO Mãe: EUSEBIA VAZQUEZ RUIZ Pai: JOSE LUZ ARREDONDO DOMINGUEZ.

Residência - MUDANÇA DE EMPREGADOR - Dec. 9.199/2017 - de 21/11/2017 (Artigo 147, Parágrafo 8)

Processo: 47039002737202126 Requerente: ALCOA WORLD ALUMINA BRASIL LTDA Prazo: até 21/03/2021 Imigrante: Alejandro Andres Ramirez Mayorga Data Nascimento: 20/07/1995 Passaporte: C01738650 País: NICARÁGUA.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante GUANHUA XU a exercer concomitantemente o cargo de Administrador na CBOM BRAZIL OLEO DE MAMONA LTDA. Processo: 47039.016172/2020-83, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.011651/2020-11.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ANDRE FILIPE DE OLIVEIRA APARICIO a exercer concomitantemente o cargo de Diretor de Planta e de Membro do Conselho de Administração na G &.B WIND SERVIÇES S.A. Processo: 47039.017277/2020-50, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.017277/2020-50.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ANDRE FILIPE DE OLIVEIRA APARICIO a exercer concomitantemente o cargo de Diretor de Planta e de Membro do Conselho de Administração na GRI FLANGES BRASIL FORJADOS DE AÇO S.A. Processo: 47039.017277/2020-50, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.017277/2020-50.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ANDRE FILIPE DE OLIVEIRA APARICIO a exercer concomitantemente o cargo de Diretor de Planta e de Membro do Conselho de Administração na GRI CORTE E BISELADO BRASIL S.A. Processo: 47039.017277/2020-50, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.017277/2020-50.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ROBERTA BONOMI a exercer concomitantemente o cargo de Diretora Presidente na ENEL GREEN POWER LAGOA III PARTICIPACOES S.A. Processo: 47039.002367/2021-27, anteriormente autorizado através do Processo: 47039013537/2018-01.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ROBERTA BONOMI a exercer concomitantemente o cargo de Diretora Presidente na ENEL GREEN POWER AROEIRA 06 S.A. Processo: 47039.002374/2021-29, anteriormente autorizado através do Processo: 47039013537/2018-01.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ROBERTA BONOMI a exercer concomitantemente o cargo de Diretora Presidente na ENEL GREEN POWER AROEIRA 02 S.A. Processo: 47039.002376/2021-18, anteriormente autorizado através do Processo: 47039013537/2018-01.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ROBERTA BONOMI a exercer concomitantemente o cargo de Diretora Presidente na ENEL GREEN POWER AROEIRA 08 S.A. Processo: 47039.002453/2021-30, anteriormente autorizado através do Processo: 47039013537/2018-01.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante KAZUYA KUWADA a exercer concomitantemente o cargo de Conselheiro na F.L.O.S.P.E. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A. Processo: 47039.002683/2021-07, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.008580/2020-61.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante FRANCESCO TUTOLI a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle na ENEL GREEN POWER LAGOA III PARTICIPACOES S.A. Processo: 47039.002976/2021-86, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.003045/2019-81.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante LUCA CECI a exercer concomitantemente o cargo de Diretor de Projetos na ENEL GREEN POWER VENTOS DE SANTA ESPERANCA 13 S.A. Processo: 47039.003071/2021-23, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.011838/2019-73.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante LUCA CECI a exercer concomitantemente o cargo de Diretor de Projetos na ENEL GREEN POWER VENTOS DE SANTA ESPERANCA 17 S.A. Processo: 47039.003073/2021-12, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.011838/2019-73.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante MARA AYESHA LOPEZ BERRIOS a exercer concomitantemente o cargo de Diretora Financeira, Administrativo e Planejamento na ENEL GREEN POWER CUMARU SOLAR 02 S.A. Processo: 47039.003094/2021-38, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.021469/2019-27.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de residência:

Processo: 47039019566202093 Requerente: SAEED SANKARI Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: wessam sankari Passaporte: 013440494;

Processo: 47039020421202035 Requerente: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Nonilon Isidoro Pangan Passaporte: P2709305A;

Processo: 47039000690202166 Requerente: M. R. MOGLER COMERCIO DE ALIMENTOS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Stefan Dietrich Passaporte: C988P5NM1;

Processo: 47039002408202185 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DONGLEI MA Passaporte: ED 7648361-;

Processo: 47039017281202018 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/01/2022 Imigrante: RIO LABATA ANIB Passaporte: EC8480120;

Processo: 47039018008202019 Requerente: MD JAKARIA AHMED Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MD JAKARIA AHMED Passaporte: BQ0250341;

Processo: 47039018013202013 Requerente: MASOUD GHANBARI KASHANI 06188062705 Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Masoud Ghanbari Kashani Passaporte: W37255871;

Processo: 47039019689202024 Requerente: HOUSSEIN MOSLIMANI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HOUSSEIN MOSLIMANI Passaporte: LR0911110;

Processo: 47039000403202118 Requerente: BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUARIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JAEUK LEE Passaporte: M50370693;

Processo: 47039000404202162 Requerente: BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JIEUN YOUN Passaporte: M84608417;

Processo: 47039000406202151 Requerente: BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUARIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JONGGON KIM Passaporte: M00578210;

Processo: 47039000407202104 Requerente: BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUARIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KI WON SUNG Passaporte: M68120224;

Processo: 47039000410202110 Requerente: BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUARIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KYUNG HEE KIM Passaporte: M72643804;

Processo: 47039000437202111 Requerente: BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUARIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: WOONYEON SEON Passaporte: M50583726;

Processo: 47039000439202100 Requerente: BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUARIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: YONG JA CHO Passaporte: M17106207;

Processo: 47039000440202126 Requerente: BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUARIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: YOUNG CHUL PARK Passaporte: M29872829;

Processo: 47039002226202112 Requerente: RENAN DOS SANTOS FIGUEIREDO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SHEILA MARISA JARDIM LOPES JESUS Passaporte: N2261229;

Processo: 47039003181202195 Requerente: MAMADU SAMBI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MAMADU SAMBI Passaporte: C00053753;

Processo: 47039000402202173 Requerente: BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUARIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: HYEON JU LEE Passaporte: M22900710;

Processo: 47039000411202164 Requerente: BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUARIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: KYUNGHO NAM Passaporte: M37370747;

Processo: 47039000413202153 Requerente: BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUARIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: OKNAM PARK Passaporte: M91622705;

Processo: 47039000426202122 Requerente: BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUARIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: SUNHUI PARK Passaporte: M14149560;

Processo: 47039003376202135 Requerente: Amadou Oury Diallo Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: AMADOU OURY DIALLO Passaporte: O00039044;

Processo: 47039003389202112 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: PARIDE BOLLETTIN Passaporte: YA6792320;

Processo: 47039019128202025 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 30/05/2021 Imigrante: Shivam Singh Passaporte: R2538657;

Processo: 47039019620202009 Requerente: ASSO MARITIMA NAVEGACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GIUSEPPE D'ALESSIO Passaporte: YA3054671;

Processo: 47039020527202039 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 24/05/2021 Imigrante: Ajai Kumar Rajbhar Passaporte: N9163243;

Processo: 47039000248202130 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: FIMA MARAN Passaporte: 59076000;

Processo: 47039000583202138 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 20/07/2022 Imigrante: ILYA PORTNYKH Passaporte: 73 2569854;

Processo: 47039001094202101 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/04/2022 Imigrante: CHRISTIAN QUINTERO BAJALA Passaporte: P2286850B;

Processo: 47039001099202126 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/04/2022 Imigrante: RAYMUND BAUTISTA FERNANDEZ Passaporte: P5023345B;

Processo: 47039001103202156 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/04/2022 Imigrante: EUGENE LOCERO MANUEL Passaporte: P4168635B;

Processo: 47039002562202157 Requerente: ASSOCIACAO SAO JOAO BATISTA PRECURSOR Prazo: Indeterminado Imigrante: Rebymon Kudilingal Chummar Passaporte: J0455363;

Processo: 47039019345202015 Requerente: OBRA SOCIAL N S DA GLORIA FAZENDA DA ESPERANCA Prazo: 365 Dia(s) Imigrante: EDSON SEMEDO MONTEIRO Passaporte: PA139274;

Processo: 47039016281202009 Requerente: VITORIA CHRISTIE LIMA DOS SANTOS Prazo: Indeterminado Imigrante: Marie Laure Montoya Passaporte: 18AL90027;

Processo: 47039016336202072 Requerente: PRMW CONSULTORIA LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: PEDRO MIGUEL RODRIGUES Passaporte: N564866;

Processo: 47039015875202094 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 05/11/2021 Imigrante: CATALIN ANDRONESCU Passaporte: 058478174;

Processo: 47039017936202058 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/06/2022 Imigrante: CATALIN CLAUDIU BRACACIU Passaporte: 056490026;

Processo: 47039003179202116 Requerente: YUANNAN ZHANG Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YUANNAN ZHANG Passaporte: SE0162079;

Processo: 47039000743202149 Requerente: ASSOCIACAO SAO FRANCISCO DE SALES Prazo: Indeterminado Imigrante: MERRY BENZER GEORGE Passaporte: S1988509;

Processo: 47039002032202117 Requerente: JOSE DJU Prazo: Indeteminado Imigrante: JOSE DJU Passaporte: C00150887;

Processo: 47039002627202164 Requerente: ADEY YOWA NSUTANI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ADEY YOWA NSUTANI Passaporte: OB0888515; e

Processo: 47039002628202117 Requerente: ADEY YOWA NSUTANI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ADEY YOWA NSUTANI Passaporte: OB0888515.

RETIFICAÇÃO

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 9, de 14/01/2021, Seção 1, página 255, Processo: 47039.020500/2020-46, onde se lê: Mãe: ESTHER RAMIREZ LOPES; Pai: VICTOR MANUEL NOGUEZ CORONA, leia-se: Mãe: ESTHER RAMIREZ; Pai: VICTOR MANUEL NOGUEZ.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 20, de 29/01/2021, Seção 1, página 79, Processo: 47039.000286/2021-92, onde se lê: Data Nascimento: 27/09/1973, leia-se: Data Nascimento: 27/09/1963.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 34, de 22/02/2021, Seção 1, página 67, Processo: 47039.002526/2021-93, onde se lê: Imigrante: CHE YO YUAN, leia-se: Imigrante: CHEN YO YUAN.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 37, de 25/02/2021, Seção 1, página 169, Processo: 47039.001205/2021-71, onde se lê: Mãe: LINDA TAYLOR NEWTON; Pai: MICHAEL RODNEY NEWTON, leia-se: Mãe: LINDA TAYLOR; Pai: RODNEY NEWTON.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 34, de 22/02/2021, Seção 1, página 70, Processo: 47039.002261/2021-23, onde se lê: Mãe: ROSA WILHELMINA WILLY, leia-se: Mãe: ROSA WILHELMINA KETTERER WILLY.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 37, de 25/02/2021, Seção 1, página 166, Processo: 47039.002365/2021-38, onde se lê: Mãe: MARIA DEL CARMEN SALGADO AUGUSTO, leia-se: Mãe: MARIA DEL CARMEN SALGADO ANGUSTO.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 37, de 25/02/2021, Seção 1, página 169, Processo: 47039.002487/2021-24, onde se lê: Mãe: ANDREAS SINA KOTEN; Pai: LUSIA BARE TUKAN, leia-se: Mãe: LUSIA BARE TUKAN; Pai: ANDREAS SINA KOTEN.

ANA PAULA SANTOS DA SILVA CAMPELO

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA

DESPACHO

DESPACHO Nº 715/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Tornar sem efeito
Interessado: ELIAS KHALIL
Processo: 08280.017024/2018-48

A COORDENADORA-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, em cumprimento à determinação judicial da MMª. Juíza Federal da 13ª Vara Cível Federal do Distrito Federal, datada de 17 de fevereiro de 2021, torna sem efeito o Despacho nº 13195/2019/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ, publicado no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 2020, e determina a reanálise do processo.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO
Substituta

COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 3.026, DE 4 DE MARÇO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.001110/2018-57, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ISABEL RODRIGUES ou JAKY RODRIGUEZ RICO, de nacionalidade colombiana, filha de Marina Rodrigues, nascida na República da Colômbia, em 14 de maio de 1970, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 2 (dois) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.027, DE 4 DE MARÇO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.010164/2013-91, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, LUIS GABRIEL TINTAYA, de nacionalidade boliviana, filho de Primitiva Tintaya Hilari, nascido em Santa Cruz, no Estado Plurinacional da Bolívia, em 27 de setembro de 1994, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.028, DE 4 DE MARÇO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.012212/2010-32, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ALEN MUJKIC, de nacionalidade eslovena, filho de Dzevad Mujkic e de Nada Mujkic, nascido na República da Eslovénia, em 14 de maio de 1987, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 12 (doze) anos, 1 (um) mês e 24 (vinte e quatro) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHO

Declara que a exata data de nascimento de BARBARA YAIMA GUERRA VIART, incluído na Portaria da SNJ nº 2.799, de 25 de Novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de Novembro de 2020, é 24 de julho de 1982 e não como constou. Processo: 08351.002515/2019-94

Declara que o exato nome de ROGER ALLAN ANTHONYLAUGHLIN GUEVARA, incluído na Portaria CPMIG nº 2.879, de 23 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 24 de dezembro de 2020, é ROGER ALLAN ANTHONY LAUGHLIN GUEVARA, e não como constou. Processo: 08505.024686/2019-73

Declara que a correta grafia do nome da genitora de MOHAMED HAMDI ALI EMARI, incluído na Portaria Naturalização nº 2.746, de 6 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 2020, é AFAF ELSAYED ATTIA e não como constou. Processo: 08460.003379/2020-56

Declara que a correta grafia do nome da genitora de LUIS ANTONIO AMARO MARTINS, incluído na Portaria Naturalização nº 830, de 18 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 21 de outubro de 2019, é Alice da Conceição Amaro e não como constou. Processo: 08709.003820/2019-14

Declara que a correta nacionalidade do requerente LIONEL MVUAMA KULENGA, incluído na Portaria Naturalização nº 2.871, de 18 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 21 de dezembro de 2020, é REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO e não como constou. Processo: 08460.001506/2020-82

Declara que a correta data de nascimento de BIBI HAWA, incluído na Portaria Naturalização nº 2.990, de 18 de fevereiro de 2021, publicada no diário oficial da União de 19 de fevereiro de 2021, é 01 de janeiro de 1992 e a correta grafia do nome da genitora é Mafia Bibi e não como constou. Processo: 235881.0008880/2020

Declara que a exata data de nascimento de ELY VIDAL MACHUCA, incluído na Portaria da SNJ nº 576, de 20 de Fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 21 de Fevereiro de 2020, é 02 de junho de 1994 e não como constou. Processo: 08241.000184/2020-39

Declara que a correta grafia do nome do genitor de FITO HELAS, incluído na Portaria Naturalização nº 2.990, de 18 de fevereiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 18 de fevereiro de 2021, é ENERVE HELAS e não como constou. Processo: 235881.0005751/2020

Declara que o exato nome dos genitores de MHD ALAA AL REFAI, incluído na Portaria nº 2.879, de 23 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 24 de dezembro de 2020, é Mazen Al Refai e Souzan Al Nahas, e não como constou. Processo: 08505.025375/2019-21

SIMONE ELIZA CASAGRANDE
Chefe de Divisão

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO SG Nº 4 DE 4 DE MARÇO DE 2021

Processo Administrativo nº 08700.001094/2016-24 (autos restritos n.º 08700.005699/2014-22). Representante: CADE ex officio. Representados: Compañia Sud Americana de Vapores S.A.; Eukor Car Carriers Inc.; Grimaldi Group SpA; Hoegh Autoliners Holdings AS; Kawasaki Kisen Kaisha; Mitsui O.S.K. Lines; Nippon Yusen Kaisha; Nissan Motor Car Carriers Co, Ltd; Wallenius Wilhelmsen Logistics; Akio Oe; ; Anzu Takahashi; Atsushi Matsumoto; Fabio Mello; Fujio Yamagata; Helder Filomeno do S. Malaguerra; Hideki Matsumoto; Hideki Nakai; Hideki Suzuki; Hiromichi Takezaki; Hiroshi Kawamura; Hiroshi Kubota; Hirotoshi Ushioku; Hiroyuki Fukumoto; Ichiro Osako; J. C. Lim; John Edward Grbic; John Patrick Ronan; Junji Muraoka; Katsumi Nagata; Keishin Watanabe; Kentaro Tsuji; Koji Wada; Konosuke Suzuki; Lídia Almeida; Masahiro Kato; Masato Oida; Masaya Futakuchi; Maurício Garrido Garcia; Michimasa Noda; Miguel Malaguerra; Mitsuhiro Iwata; Mitsuoki Moriya; Norio Abe; Osamu Ikehara; Pablo Sepúlveda Berrios; Rudolf H. Luttman; Satoshi Yamaguchi; Seong-Hwan Oh; Shin Miyawaki; Shunichi Kusunose; Susumu Tanaka; Tadanao Matsudaira; Takahiko Aoki; Takashi Ito; Takashi Kawamura; Takashi Kurauchi; Takashi Yamagushi; Takenori Igarashi; Toru Otoda; Toshitaka Shishido; Tsuyoshi Ono; Hiroshi Uehara; Yasuhiro Noguchi; Yoshiyuki Aoki; Yusuke Sasada; Yutaka Hinooka; Yutaka Ikeda e Yutaka Nishino. Advogados: Ana Gabriela Rezende Rego; Barbara Rosenberg; Camila Paoletti; Cláudio Coelho de Souza Timm; Eduardo Caminati Anders; Francisco Ribeiro Todorov; Heitor Bastos-Tigre; José Augusto Caleiro Regazzini; José Del Chiaro Ferreira da Rosa; Lara Marujo; Marcelo Procópio Calliari; Márcio de Carvalho Silveira Bueno; Maria Augusta Fidalgo; Maria Eugênia Novis de Oliveira; Mariana de Azevedo Castro Cesar, Mariana Villela Corrêa, Marina Franco Mendonça; Pedro Andres Garcia Valenzuela; Renata Arcoverde; Thalita de Carvalho Novo; Tito Amaral de Andrade; Yan Villela Vieira; Vivian Fraga e outros. Tendo em vista a Nota Técnica nº 21/2021/CGAA7/SGA2/SG/CADE (SEI 0871268) e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica, nos termos do art. 74 da Lei nº 12.529/2011 c/c art. 155, §1º, do Regimento Interno do Cade, decido pelo encaminhamento dos presentes autos ao Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, opinando-se: (a) pelo indeferimento das preliminares suscitadas pelos Representados; (b) pela condenação dos Representados Grimaldi Group SpA., Höegh Autoliners Holdings AS, Helder Miguel Malaguerra, Fabio Mello Fernandes dos Santos, J. C. Lim e Seong-Hwan Oh, por entender que suas condutas configuraram infração à ordem econômica de acordo com 20, incisos I a IV c/c artigo 21, incisos I, II e III, da Lei nº 8.884/94, vigente à época dos fatos, correspondentes ao art. 36, incisos I a IV c/c seu § 3º, inciso I, alíneas "a" e "c", e inciso II da Lei 12.529/2011, recomendando-se, ainda, a aplicação de multa por infração à ordem econômica nos termos da lei de defesa da concorrência, além das demais penalidades entendidas cabíveis; (c) pelo arquivamento dos autos em relação ao Representado Helder Miguel Malaguerra, por entender que não há nos autos provas de participação nas condutas investigadas; (d) pelo disposto na alínea "d" do item 3 Nota Técnica; (e) pelo arquivamento do processo em relação aos Compromissários Kawasaki Kisen Kaisha, Junji Muraoka, Kentaro Tsuji, Konosuke Suzuki, Masaya Futakuchi, Shin Miyawaki, Takashi Yamaguchi, Takenori Igarashi, Toru Otoda, Tsuyoshi Ono, Yoshiyuki Aoki, Lidia Maria Albuquerque Castro e Almeida, Nippon Yusen Kabushiki Kaisha, Yusuke Sasada, Hideki Nakai, Takashi Kawamura, Tadanao Matsudaira, Masahiro Kato, Shunichi Kusunose, Anzu Takahashi, Hideki Suzuki, Hiroshi Kawamura, Hiroshi Kubota, Susumu Tanaka, John Patrick Ronan, John Edward Grbic, Compañia Sud Americana de Vapores S.A., Maurício Garrido Garcia, Pablo Sepúlveda Berríos, Wallenius Wilhelmsen Logistics AS e Eukor Car Carriers Inc, por terem cumprido os termos de compromisso de cessação de prática, nos termos do art. 85, §9º, da Lei nº 12.529/2011; (f) ante a existência de indícios robustos de infração à ordem econômica, pela instauração de processo administrativo em face de Hitoshi Hashimoto, com sua inclusão no polo passivo do processo administrativo desmembrado (Autos nº 08700.003910/2019-87), com base no art. 146 do Regimento Interno do Cade, a fim de investigar as condutas passíveis de enquadramento no artigo 36, incisos I e IV, c/c seu §3º, inciso I, alíneas "a" e "c", e inciso II, da Lei n.º 12.529/2011, na forma do artigo 69 e seguintes da Lei n.º 12.529/11, e sugere-se, ainda, (a) a notificação dos Representados, nos termos do art. 70 do referido diploma legal, para que apresentem defesa no prazo de 30 (trinta) dias. Neste mesmo prazo, os Representados deverão especificar e justificar as provas que pretendam produzir, que serão analisadas pela autoridade nos termos do art. 155 do Regimento Interno do Cade. Caso o Representado tenha interesse na produção de prova testemunhal, deverá indicar na peça de defesa a qualificação completa de até 3 (três) testemunhas, a serem ouvidas na sede do Cade, conforme previsto no art. 70 da Lei n.º 12.529/11 c/c art. 155, § 2º, do Regimento Interno do Cade. Ao Protocolo. Publique-se.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MMA Nº 78, DE 3 DE MARÇO DE 2021

Declara estado de emergência ambiental nas seguintes épocas e regiões específicas.

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 2º, inciso IX, da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e o que consta nos autos dos Processos nº 02001.002447/2008-08 e nº 02001.001356/2021-19, resolve:

Art. 1º Declarar estado de emergência ambiental nas seguintes épocas e regiões específicas:

I - entre os meses de março a outubro de 2021:

a) no estado de Minas Gerais as mesorregiões Campo das Vertentes, Central Mineira, Noroeste de Minas, Sul/Sudoeste de Minas e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba;

II - entre os meses de abril a novembro de 2021:

a) o estado do Acre;

b) no estado do Amazonas, as mesorregiões Sudoeste Amazonense e Sul Amazonense;

c) no estado da Bahia, as mesorregiões Extremo Oeste Baiano e Vale São-Franciscano da Bahia;

d) o Distrito Federal;

e) o estado do Goiás;

f) no estado de Minas Gerais, as mesorregiões Jequitinhonha, Metropolitana de Belo , Horizonte, Norte de Minas, Oeste de Minas, Vale do Mucuri e Vale do Rio Doce;

g) o estado do Mato Grosso;

h) no estado do Piauí, a mesorregião Sudoeste Piauiense;

i) o estado do Rio de Janeiro;

j) o estado de Rondônia;

k) o estado do Tocantins;

III - entre os meses de maio a dezembro de 2021:

a) no estado do Amazonas, a mesorregião Centro Amazonense;

b) no estado do Maranhão, as mesorregiões Centro Maranhense, Leste Maranhense, Norte Maranhense e Sul Maranhense;

c) no estado de Minas Gerais, a mesorregião Zona da Mata;

d) o estado do Mato Grosso do Sul;

e) no estado do Pará, as mesorregiões Baixo Amazonas, Marajó, Metropolitana de Belém, Sudeste Paraense e Sudoeste Paraense;

f) no estado do Piauí, as mesorregiões Centro-Norte Piauiense e Sudeste Piauiense;

IV - entre os meses de junho de 2021 a janeiro 2022:

a) estado do Amapá;
b) no estado da Bahia, as mesorregiões Centro Norte Baiano e Centro Sul Baiano;
c) o estado do Ceará;
d) no estado do Maranhão, a mesorregião Oeste Maranhense;
e) no estado do Pará, a mesorregião Nordeste Paraense;
f) no estado de Pernambuco, as mesorregiões São Francisco Pernambucano e Sertão Pernambucano;
g) no estado do Piauí, a mesorregião Norte Piauiense;
V - entre os meses de julho de 2021 a fevereiro de 2022:
a) no estado da Bahia, a mesorregião Nordeste Baiano;
b) no estado de Pernambuco, a mesorregião Agreste Pernambucano, Mata Pernambucana e Metropolitana de Recife;
VI - entre os meses de agosto de 2021 a março de 2022:
a) no estado do Amazonas, a mesorregião Norte Amazonense;
VII - entre os meses de setembro de 2021 a abril de 2022:
a) no estado da Bahia, as mesorregiões Metropolitana de Salvador e Sul Baiano;
b) o estado de Roraima.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO SALLES

CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO

DELIBERAÇÃO CGEN Nº 58, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2019

Cria Câmara Temática, em caráter temporário, com a atribuição de apresentar ao Plenário do CGen proposta normativa quanto ao uso do óleo de babaçu para produção de sabões e produtos de limpeza, no âmbito da legislação de acesso e repartição de benefícios.

O CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO - CGen, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, e o Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, e tendo em vista o disposto no seu Regimento Interno, anexo à Portaria MMA nº 427, de 29 de setembro de 2016, resolve:

Art. 1º Criar Câmara Temática, por prazo de 180 dias, com a atribuição de apresentar proposta normativa quanto ao uso do óleo de babaçu para produção de sabões e produtos de limpeza, no âmbito da legislação de acesso e repartição de benefícios.

Art. 2º A Câmara Temática será composta por 12 (doze) membros, sendo 6 (seis) indicados pelos conselheiros do Plenário do CGen representantes de órgãos e entidades da Administração Pública Federal, 3 (três) indicados pelos conselheiros do Plenário do CGen representantes da Academia e do setor empresarial e 3 (três) indicados pelos conselheiros do Plenário do CGen representantes de populações indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais.

§ 1º As indicações de que trata o caput serão feitas da seguinte forma:
I - três pelo representante do Ministério do Meio Ambiente;
II - uma pelo representante do Ministério da Economia;
III - uma pelo representante do Ministério da Cidadania;
IV - uma pelo representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
V - uma pelo representante da Associação Brasileira de Antropologia - ABA;
VI - uma pelo representante da Confederação Nacional da Agricultura - CNA;
VII - uma pelo representante da Confederação Nacional da Indústria - CNI;
VIII - uma pelo representante do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT;
IX - uma pelo representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - Condraf; e
X - uma pelo representante do Conselho Nacional de Política Indigenista - CNPI.
§ 2º As indicações deverão seguir o modelo Anexo.
Art. 3º A Coordenação da Câmara Temática será exercida pelo representante indicado pela Confederação Nacional da Indústria.
Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO BRASILIANO DA SILVA
Presidente do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético

ANEXO

Conselheiro que indicou	Nome do indicado	Contatos (telefone e e-mail)	Qualificações (formação, atuação ou notório saber)	Informações adicionais

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 491, DE 3 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre o horário de funcionamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, a jornada de trabalho, o registro e o controle da frequência dos servidores e dos contratados temporários, bem como do horário especial e da redução da jornada de trabalho com remuneração proporcional.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (Ibama), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5º do Decreto n. 8.973, de 24 de janeiro de 2017; que aprovou a Estrutura Regimental do Ibama, publicado no Diário Oficial da União de 25 de janeiro 2017 e pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ibama nº 2.542 de 23 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 27 de outubro de 2020 e tendo em vista o constante dos autos do processo nº 02001.000914/2021-29; resolve:

Art. 1º Regulamentar o horário de expediente, a jornada de trabalho, o controle da frequência dos servidores e contratados temporários em exercício no Ibama, o horário especial e a redução da jornada de trabalho com remuneração proporcional.

CAPÍTULO I
DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Art. 2º O horário de funcionamento do Ibama será das 7 (sete) às 20 (vinte) horas.

§ 1º O horário referencial de expediente do Ibama e de atendimento ao público é de 8 (oito) às 12 (doze) e de 14 (quatorze) às 18 (dezoito) horas.

§ 2º Observado o disposto no caput os superintendentes estaduais poderão propor o horário referencial de expediente e de atendimento ao público das respectivas Superintendências, Gerências Executivas e Unidades Técnicas vinculadas.

§ 3º A implementação nas unidades descentralizadas de horário referencial de expediente e de atendimento ao público diferente ao especificado no § 2º deste artigo dependerá de aprovação da autoridade máxima da Autarquia e será objeto de Portaria do Presidente do Ibama publicada no Diário Oficial da União.

CAPÍTULO II
DA JORNADA DE TRABALHO
Seção I
Das regras gerais da jornada de trabalho

Art. 3º A jornada de trabalho dos servidores e dos contratados temporários de que trata a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, é de 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais, ressalvados os casos disciplinados em legislação específica.

Parágrafo único. Em casos excepcionais e justificados, o servidor poderá ser autorizado pela chefia imediata a cumprir jornada de trabalho em horário diverso ao horário de funcionamento do órgão, desde que haja infraestrutura compatível.

Seção II
Do intervalo para refeição

Art. 4º Os horários de início e término do intervalo para refeição serão fixados pela chefia imediata, respeitados os limites mínimo de 1 (uma) hora e máximo de 3 (três) horas.

§ 1º É vedado o fracionamento do intervalo de refeição.

§ 2º O intervalo de que trata o caput é obrigatório aos servidores com jornada de trabalho de 8 (oito) horas diárias.

§ 3º O período de trabalho que antecede ou que sucede o intervalo para refeição não poderá ser inferior a 2 (duas) horas e nem superior a 6 (seis) horas.

Art. 5º O intervalo mínimo de 1 (uma) hora para refeição não é considerado no cômputo das horas da jornada de trabalho do servidor e não poderá ser utilizado para compensação de jornada.

Seção III
Do controle de frequência

Art. 6º O controle de assiduidade e pontualidade será realizado por meio de Sistema de Registro Eletrônico de Frequência (Sisref).

§ 1º É obrigatório a utilização de Sistema de Registro Eletrônico de Frequência por todas as unidades organizacionais do Ibama.

§ 2º O registro de frequência é pessoal e intransferível, devendo ser realizado no início da jornada diária, na saída e no retorno do intervalo para as refeições, e ao término da jornada diária.

§ 3º Nos casos de ausência do registro de frequência por esquecimento, comprovado problema técnico no equipamento ou participação de atividades externas relacionadas ao exercício de suas atribuições, tais como reuniões, audiências públicas, vistorias técnicas e atividades de fiscalização ambiental, o servidor deverá, após apresentada a devida justificativa, solicitar que sua chefia imediata registre no Sistema de Registro Eletrônico de Frequência o horário não lançado, acompanhado do código indicado.

§ 4º Nos casos previstos no parágrafo anterior é vedada a aplicação de método que permita a marcação com horários uniformes de frequência ("registro britânico").

§ 5º Compete à chefia imediata a gestão da frequência dos seus servidores, bem como a respectiva homologação, impreterivelmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, podendo tal competência ser delegada mediante portaria publicada em boletim interno.

§ 6º É vedado ao servidor o registro de sua frequência no Sisref a partir de localização diversa ao seu local de trabalho

Art. 7º O servidor e o empregado de outro órgão ou entidade que estejam em exercício nesta autarquia e não receba remuneração relativa a cargo em comissão ou função comissionada, cumprirá jornada de trabalho como se em efetivo exercício estivesse no seu órgão ou entidade de origem.

Art. 8º Estão dispensados do controle eletrônico de frequência os ocupantes de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e de Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE, iguais ou superiores ao nível 4.

§ 1º Os substitutos dos titulares dos cargos comissionados e funções comissionadas referenciados no caput, quando no efetivo exercício da substituição, estão dispensados do controle eletrônico de frequência.

§ 2º Os ocupantes de DAS e FCPE mencionados no caput deverão ter suas ocorrências de afastamentos e licenças devidamente registradas em Sistema de Registro Eletrônico de Frequência.

Art. 9º Os afastamentos e licenças dos servidores desta autarquia devem, obrigatoriamente, ser publicados em Boletim de Serviço ou no Diário Oficial da União, conforme o caso.

Seção IV
Da compatibilidade de jornada para fins de acumulação cargos, empregos e funções

Art. 10. Nas hipóteses em que a Constituição admite acumulação de cargos públicos, caberá ao servidor informar e demonstrar a inexistência de sobreposição de horários, a viabilidade de deslocamento entre os locais de trabalho, respeitando-se os horários de início e término de cada jornada, bem como a ausência de prejuízo à carga horária e às atribuições exercidas nos cargos acumuláveis.

§ 1º O servidor deverá informar aos órgãos a que esteja vinculado qualquer alteração na jornada de trabalho ou nas atribuições exercidas nos cargos acumuláveis que possa modificar substancialmente a compatibilidade demonstrada nos termos do caput.

§ 2º A compatibilidade de horários não dispensa o servidor apresentar todos os documentos correlatos solicitados pela Administração e pela chefia imediata os quais deverão ser incluídos em seus assentamentos funcionais.

§ 3º A qualquer tempo a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e a chefia imediata do servidor poderá solicitar nova comprovação da compatibilidade de horários, devendo aplicar as medidas necessárias à regularização da situação, na hipótese em que for verificado que as jornadas dos cargos, empregos ou funções acumuladas não são mais materialmente compatíveis.

CAPÍTULO III
DA COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO

Art. 11. O servidor público terá descontada:
I - a remuneração do dia em que faltar ao serviço sem motivo justificado; e
II - a parcela de remuneração diária proporcional aos atrasos, ausências justificadas e saídas antecipadas, quando não compensadas até o mês subsequente ao da ocorrência e a critério da chefia imediata, em conformidade com a legislação vigente.

§ 1º Para efeito do desconto previsto no caput deste artigo, a jornada de trabalho realizada pelo servidor será apurada em minutos.

§ 2º O cálculo do valor a ser descontado será efetuado com base na remuneração do mês em que se verificar saldo negativo de horas.

Art. 12. As faltas injustificadas não poderão ser compensadas e deverão ser registradas como falta no controle eletrônico de frequência.

Parágrafo único. Ocorrendo faltas sucessivas, os finais de semana, feriados e os dias de ponto facultativo quando no intervalo das referidas faltas serão computados também como falta.

Art. 13. As saídas antecipadas e os atrasos deverão ser comunicados antecipadamente à chefia imediata e poderão ser compensados no controle eletrônico de frequência até o término do mês subsequente ao da sua ocorrência.

§ 1º As ausências justificadas somente poderão ser compensadas no controle eletrônico de frequência até o término do mês subsequente ao da ocorrência.

§ 2º A compensação de horário é estabelecida pela chefia imediata, sendo limitada a 2 (duas) horas diárias da jornada de trabalho.

§ 3º O servidor não pode realizar compensação de horário sem a prévia autorização da chefia imediata;

§ 4º Eventuais atrasos ou saídas antecipadas decorrentes de interesse do serviço poderão ser abonados pela chefia imediata, desde que devidamente justificado o interesse de serviço

§ 5º É vedada a realização de compensação de horário no período de gozo de férias ou quaisquer licenças ou afastamentos.

Art. 14. Ficam dispensadas de compensação, para fins de cumprimento da jornada diária, as ausências para comparecimento do servidor público, de seu dependente ou familiar às consultas médicas, odontológicas e realização de exames em estabelecimento de saúde.

§ 1º As ausências previstas no caput deverão ser previamente comunicadas à chefia imediata e a declaração de comparecimento deverá ser apresentada até o dia útil subsequente.

§ 2º O servidor público deverá agendar seus procedimentos clínicos, preferencialmente, nos horários que menos influenciem o cumprimento integral de sua jornada de trabalho.

§ 3º Para a dispensa de compensação de que trata o caput, incluído o período de deslocamento, deverão ser observados os seguintes limites:

I - 44 (quarenta e quatro) horas no ano, para os servidores públicos submetidos à jornada de trabalho de 8 (oito) horas diárias;

II - 33 (trinta e três) horas no ano, para os servidores públicos submetidos à jornada de trabalho de 6 (seis) horas diárias; e

III - 22 (vinte e duas) horas no ano, para os servidores públicos submetidos à jornada de trabalho de 4 (quatro) horas diárias.

§ 4º As ausências de que trata o caput que superarem os limites estabelecidos no § 3º serão objeto de compensação, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 13.

CAPÍTULO IV

DA JORNADA DE TRABALHO REDUZIDA COM REMUNERAÇÃO PROPORCIONAL

Art. 15. Ao servidor efetivo é facultado requerer redução da jornada de trabalho de 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais para 6 (seis) ou 4 (quatro) horas diárias e 30 (trinta) ou 20 (vinte) semanais, respectivamente, com remuneração proporcional, calculada sobre a totalidade da remuneração.

§ 1º A redução da jornada de trabalho poderá ser concedida por até 36 (trinta e seis) meses, sem prorrogação, mediante o poder discricionário da Administração e devidamente motivada pelo requerente.

§ 2º A contar da data de publicação desta Portaria e excetuadas as situações previstas no artigo 16, a concessão de nova redução de jornada de trabalho está condicionada ao servidor ter cumprido jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais por igual período ao da última concessão de redução de jornada.

§ 3º A redução de jornada de trabalho com remuneração proporcional não poderá implicar prejuízo para o serviço, ficando vedada a designação de outro servidor para realizar as atividades acometidas ao servidor em gozo do benefício.

§ 4º O servidor que tiver a jornada de trabalho reduzida não poderá estar no exercício ou ser nomeado para exercer cargo em comissão ou função de confiança, ou designado para o encargo de substituto eventual, devendo aquele que tiver nessa situação ser dispensado imediatamente.

Art. 16. A Administração observará as seguintes situações preferenciais relativas às concessões de redução de jornada de trabalho ao servidor:

I- que detenha responsabilidade decorrente da lei ou de decisão judicial atribuidora de curatela, tutela e guardas, de dependentes legais portadores de deficiências ou patologias, comprovadas por junta médica oficial;

II - que necessite acompanhar ou cuidar de ente familiar, previamente cadastrado no sistema SIAPE, no tratamento de saúde e desde que justifique sua assistência direta e pessoal;

III- que esteja em período de aleitamento materno ou por servidor que necessite de complementação do período de acompanhamento pós-natal para assistência direta e pessoal;

IV- que esteja em período de pós recuperação de doença acometida ao servidor ou para trato da própria saúde, em situações que outra lei não as abarquem.

Art. 17. Não será concedida ou revogada a redução de jornada de trabalho ao servidor que esteja na seguinte situação funcional: licenciado, afastado ou cedido.

Art. 18. A jornada de trabalho reduzida poderá ser revertida em integral, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou de ofício, por decisão motivada da Administração Pública.

§ 1º Na solicitação de reversão de jornada de trabalho efetuada pelo servidor deverá, obrigatoriamente, constar a anuência do chefe imediato.

§ 2º Em caso de retorno de ofício à jornada regular, deverão ser observados os seguintes prazos:

I - a conclusão do semestre letivo para o servidor estudante e o servidor com filho até 6 anos de idade; e

II - o prazo de 30 (trinta) dias para o servidor responsável pela assistência e pelos cuidados de pessoa idosa, doente ou com deficiência.

Art. 19. O ato de concessão, publicado em boletim interno, conterá os dados funcionais do servidor e a data do início e do término da redução da jornada.

§ 1º O servidor cumprirá a jornada a que estiver submetido até a data de início da jornada de trabalho reduzida, fixada no ato de concessão publicado em boletim de serviço, vedada a concessão retroativa.

§ 2º O servidor que solicitar a revogação da jornada de trabalho antes da data de término constante do caput do artigo 24, deverá aguardar a publicação do ato em boletim de serviço para retorno à jornada de trabalho regular.

CAPÍTULO V

DO BANCO DE HORAS E DO SOBREAVISO

Seção I

Do banco de horas

Art. 20. No interesse do serviço, como ferramenta de gestão, os chefes imediatos poderão adotar o banco de horas para execução das tarefas, projetos, programas e afins, de relevância para o serviço público.

§ 1º Nas situações de que trata o caput, serão computadas como crédito as horas excedentes realizadas além da jornada regular do servidor e as não trabalhadas como débito, contabilizadas em Sistema de Registro Eletrônico de Frequência.

§ 2º A permissão para a realização de banco de horas é facultada à chefia imediata e se dará em função da conveniência, do interesse e da necessidade do serviço, não se constituindo direito do servidor.

§ 3º Para fins de aferição do banco de horas, o Sistema de Registro Eletrônico de Frequência conterá as seguintes funcionalidades:

I - compensação automática do saldo negativo de horas apurado com o saldo positivo existente no banco de horas; e

II - consulta do quantitativo de horas acumuladas.

Art. 21. As horas excedentes à jornada diária devem ser prestadas no interesse do serviço e computadas no banco de horas, de forma individualizada, mediante prévia e expressa autorização da chefia imediata, observados os seguintes critérios:

I - as horas de trabalho excedentes à jornada diária não serão remuneradas como serviço extraordinário;

II - a chefia imediata deverá previamente, por meio do Sistema de Registro Eletrônico de Frequência, justificar a necessidade e informar a relação nominal dos servidores autorizados à realização das horas excedentes para inserção em banco de horas; e

III - as horas armazenadas não poderão exceder:

a) 2 (duas) horas diárias;

b) 40 (quarenta) horas no mês; e

c) 100 (cem) horas no período de 12 meses.

Art. 22. A utilização do banco de horas dar-se-á, obrigatoriamente, mediante prévia e expressa autorização da chefia imediata, sendo o registro por meio de sistema informatizado de controle eletrônico de frequência e observados os seguintes critérios:

I - as horas acumuladas em folgas a usufruir estão condicionadas ao máximo de:

a) 24 (vinte e quatro) horas por semana; e

b) 40 (quarenta) horas por mês.

Art. 23. O servidor que possuir crédito no banco de horas não poderá, por ser detentor de crédito, se ausentar ou faltar ao serviço sem comunicar previamente ao chefe imediato, sob pena de configurar falta injustificada;

Art. 24. Compete ao servidor que pretende se aposentar ou se desligar do órgão, informar data provável à chefia imediata, visando usufruir o período acumulado em banco de horas.

Parágrafo único. Nas hipóteses contidas no caput, o servidor poderá utilizar o montante acumulado em um período único, sendo obrigatória a utilização dentro do mesmo Exercício.

Art. 25. Salvo nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, devidamente justificados pela autoridade competente, a utilização do banco de horas não deverá ser concedida:

I - ao servidor que tenha horário especial, nos termos do art. 98 da Lei nº 8.112, de 1990;

II - ao servidor que cumpra jornada de trabalho de 6 (seis) ou 4 (quatro) horas diárias e 30 (trinta) ou 20 (vinte) semanais, respectivamente;

III - ao servidor que acumule cargos, cuja soma da jornada regular e a do banco de horas ultrapasse o total de 60 (sessenta) horas semanais.

Art. 26. As horas excedentes contabilizadas no banco de horas, em nenhuma hipótese, serão caracterizadas como serviço extraordinário ou convertidas em pecúnia.

Seção II

Do sobreaviso

Art. 27. Considera-se sobreaviso o período em que o servidor público permanece à disposição do órgão ou entidade, em regime de prontidão, aguardando chamado para o atendimento das necessidades essenciais de serviço, ainda que durante seus períodos de descanso, fora de seu horário e local de trabalho.

§ 1º Somente as horas efetivamente trabalhadas em decorrência do regime de sobreaviso poderão ser compensadas, na forma desta Portaria.

§ 2º É recomendável o estabelecimento prévio das escalas de sobreaviso com o nome dos servidores públicos que ficarão à disposição do órgão ou entidade para atender aos eventuais chamados.

§ 3º Em nenhuma hipótese as horas em regime de sobreaviso serão convertidas em pecúnia.

CAPÍTULO VI

DOS REGIMES DE TRABALHO E DAS JORNADAS ESPECIAIS

Art. 28. Os servidores ocupantes de cargo em comissão ou função comissionada submetem-se ao regime de dedicação integral ao serviço e poderão ser convocados além da jornada regular de trabalho, na hipótese em que o interesse da Administração assim o exigir.

Art. 29. Ao servidor estudante que, comprovadamente, demonstrar incompatibilidade entre o horário escolar e o exercício de suas atribuições, será concedido horário especial.

§ 1º Considera-se estudante, para os fins desta Portaria, o servidor matriculado em curso regular de ensino médio, graduação ou pós-graduação, reconhecidos pelo órgão governamental competente.

§ 2º O servidor estudante deverá solicitar a concessão de horário especial à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas no prazo de até 10 (dez) dias do início do período letivo.

§ 3º O servidor estudante, beneficiado pelo horário especial, que trancar a matrícula ou desistir de cursar qualquer disciplina em que tenha se matriculado, deverá comunicar à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, no prazo de 5 (cinco) dias da prática do ato, para o ajuste do seu horário de trabalho.

§ 4º Para efeito do disposto no caput, será exigida a compensação de horário na unidade que tiver exercício, respeitada a duração semanal do trabalho.

§ 5º A compensação de horário do servidor estudante não deverá ultrapassar mais do que duas horas além de sua jornada regular diária.

§ 6º O controle de frequência do servidor estudante beneficiado pelo horário especial poderá, excepcional e justificadamente, ser realizado por meio de folha de ponto.

Art. 30. Também será concedido horário especial, vinculado à compensação de horário a ser efetivada no prazo de até 1 (um) ano, ao servidor que desempenhe atividades, no horário de trabalho, sujeitas à percepção da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso - GECC.

§ 1º Independentemente de as atividades ensejadoras da GECC serem realizadas no horário de trabalho ou não, o servidor somente poderá realizar até 120 (cento e vinte) horas de trabalhos anuais, acrescidas de mais 120 (cento e vinte) horas, em situação excepcional, devidamente justificada e previamente aprovada pela autoridade máxima.

§ 2º O registro das horas de trabalho, relativas às atividades de GECC por servidor, será efetuado por Sistema de Registro Eletrônico de Frequência, para o controle dos limites de que trata o §1º.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. As horas de trabalho registradas em desconformidade com as disposições desta Portaria não serão computadas pelo sistema de controle diário de frequência, cabendo à chefia imediata a adoção das medidas cabíveis à sua adequação.

Art. 32. Os afastamentos decorrentes dos trabalhos prestados à Justiça Eleitoral devem ser definidos entre o servidor e a chefia imediata e, em caso de divergência, devem-se observar as disposições da Resolução TSE nº 22.747, de 2008.

Art. 33. Poderá haver a liberação do servidor público para participar de atividades sindicais, desde que haja a compensação das horas não trabalhadas até o mês subsequente ao da ocorrência.

Art. 34. Os casos omissos serão dirimidos pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas.

Art. 35. O Diretor de Planejamento, Administração e Logística do Ibama poderá editar Norma Executiva para definir procedimentos complementares à esta Portaria.

Art. 36. Ficam revogadas as seguintes portarias:

I - Portaria Ibama nº 2, de 7 de janeiro de 2011, publicada no Boletim de Serviço nº 01A, de 20 de janeiro de 2011 e;

II - Portaria Ibama nº 10, de 31 de março de 2016, publicada no Boletim de Serviço nº 04, de 1º de abril de 2016.

Art. 37.Esta portaria entra em vigor em 12 de abril de 2021.

EDUARDO FORTUNATO BIM

PORTARIA Nº 492, DE 3 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre o regime de plantão, a escala e o regime de turnos alternados por revezamento, voltada especificamente e em caráter excepcional, para as atividades exercidas pelos servidores do Ibama atuantes nas áreas de fiscalização e licenciamento ambiental, combate a incêndios e emergências ambientais e audiências públicas.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 5º do Decreto n. 8.973, de 24 de janeiro de 2017; que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no Diário Oficial da União de 25 de janeiro 2017 e pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ibama nº 2.542 de 23 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 27 de outubro de 2020, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria n. 278, de 4 de julho de 2003, do Ministro de Estado do Meio Ambiente, e,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 14 a 19 da IN nº 2/2018/SEGEP/MP e na Nota Técnica nº 31258/2020/ME;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo SEI nº 02001.027658/2018-11, resolve:

Art. 1º Esta Portaria tem por objetivo orientar, uniformizar e estabelecer critérios e procedimentos específicos a serem observados no plantão, na escala e no regime de turnos alternados por revezamento, relativos à jornada de trabalho dos servidores do Ibama.

Art. 2º Para efeito desta Portaria, entende-se por:

I - Plantão: o trabalho prestado em turnos contínuos pelos servidores, podendo ocorrer inclusive em feriados e finais de semana;

II- Regime de turnos alternados por revezamento: o regime de trabalho no qual o serviço não cessa, condicionando o encerramento de um plantão ao imediato início de outro; e

III - Escala: a definição dos turnos de trabalho e dos servidores que exercem suas atividades em plantões intercalados por períodos de folga.

Art. 3º O rol de atividades e serviços aos quais se aplicam o plantão, a escala e o regime de turnos alternados por revezamento, encontra-se definido no Anexo desta Portaria.

§ 1º As Diretorias do Ibama poderão propor, anualmente, a exclusão ou a inclusão de outras atividades e serviços ao rol constante no Anexo desta Portaria.

§ 2º As propostas de alteração do rol de atividades e serviços de que trata o caput deverão ser encaminhadas pelas Diretorias, até o 1º dia útil de outubro do ano anterior, para a Coordenação Geral de Gestão de Pessoas - CGGP, que fará a consolidação das informações, análise e assessoramento, com consequente envio de relatório à DIPLAN e posteriormente ao Presidente do Ibama.

§ 3º Caso sejam aprovadas as alterações a que se refere o parágrafo anterior, o Presidente do Ibama editará Portaria alterando o rol das atividades e serviços aos quais se aplicam o plantão, a escala e o regime de turnos alternados por revezamento, que será publicada em Boletim de Serviço.

Art. 4º A autorização para a realização de regime de trabalho por plantão ou turnos alternados por revezamento e a respectiva escala compete ao Coordenador-Geral da respectiva Diretoria, ou autoridade equivalente, no âmbito da Sede e ao Superintendente, no âmbito dos Estados, devendo limitar-se ao rol de atividades e serviços constantes no Anexo desta Portaria.

Parágrafo único. Após iniciadas as atividades e serviços em regime de plantão ou turnos alternados por revezamento, observados os casos de efetiva necessidade de alteração de servidores previamente designados na escala, compete à autoridade de que trata o caput deste artigo, autorizar a alteração da escala até o dia seguinte ao início das atividades e serviços registrando a autorização no processo correspondente de autorização inicial.

Art. 5º Os plantões deverão ser de 12 (doze) horas de trabalho, com 36 (trinta e seis) horas de descanso, estabelecidos por ato da autoridade de que trata o art. 4º desta Portaria e em função de demanda e recursos humanos disponíveis, desde que se respeite o limite de 40 (quarenta) horas semanais.

§1º Poderão ser adotados plantões e turnos alternados de revezamento de 24 (vinte e quatro) horas de trabalho, com 72 (setenta e duas) horas de descanso, desde que haja justificativa que considere, inclusive, os aspectos relativos à segurança, saúde e qualidade de vida do servidor.

§2º Nas jornadas previstas neste artigo, estão incluídos os intervalos para as refeições, com duração máxima de 1 (uma) hora para cada período de 12 (doze) horas de trabalho, em horários estabelecidos e conforme a demanda de serviço.

§3º O servidor que laborar em regime de turnos alternados por revezamento não poderá ausentar-se do local de trabalho, ao final do seu plantão, antes da chegada do servidor que irá sucedê-lo, devendo comunicar formalmente o atraso ao dirigente da unidade local, coordenador da operação de fiscalização ou autoridade equivalente, que deverá providenciar outro servidor para o turno de trabalho subsequente.

Art. 6º Excepcionalmente, poderão ser adotados plantões de 12 (doze) horas de trabalho, com 12 (doze) horas de descanso, condicionados à prévia e detalhada justificativa pela Unidade requerente e consequente autorização pela autoridade de que trata o art. 4º desta Portaria, pelo período máximo de 15 (quinze) dias consecutivos.

§ 1º Deverá ser observada ao servidor folga de igual período, a ser totalmente usufruída em até 30 (trinta) dias após findado o regime de plantão.

§ 2º É vedada a participação do servidor em outro regime de plantão sem o devido usufruto de folgas decorrentes de plantão anteriormente realizado.

Art. 7º Ao servidor com redução de jornada de trabalho prevista no caput e parágrafos do art. 98, da Lei n. 8.112, de 1990, é vedado designá-lo em escala para realização de regime de plantão e turnos alternados por revezamento.

Art. 8º A designação/convocação de servidores do Ibama e eventual equipe de apoio para atuarem em atividades de fiscalização ambiental em regime de trabalho por plantão deverá conter obrigatoriamente:

I - Relação nominal dos servidores com respectivas matrículas Siape e informação individualizada do regime de trabalho e o período que cada agente desempenhará a atividade ou serviço, com exceção das atividades e serviços desempenhadas pela Coordenação de Inteligência de Fiscalização - COINF e Núcleos de Inteligência estaduais - NUINs, cuja relação nominal de servidores será de acesso restrito, em razão do caráter sigiloso do planejamento e execução das Operações de Inteligência.

II - Assinatura do coordenador-geral, superintendente ou autoridade equivalente do formulário específico referente à autorização do regime de trabalho por plantão e escala.

Parágrafo único. Os documentos deverão constar em processo SEI próprio instaurado para essa finalidade.

Art. 9º A inclusão em regime de plantão, escala ou turno de revezamento não constitui direito do servidor, que poderá ser excluído de tal regime a critério da Autarquia.

Parágrafo único. Ficam vedados pagamentos de serviços extraordinários, bem como a inclusão e utilização em banco de horas e a compensação de atrasos ou faltas ao serviço por ocasião das horas de trabalho referentes à execução de jornada de trabalho em regime de plantão e em regime de turnos alternados por revezamento.

Art. 10. O Diretor de Planejamento, Administração e Logística do Ibama poderá editar Norma Executiva para definir procedimentos complementares a esta Portaria.

Art. 11. Esta portaria entra em vigor em 12 de abril de 2021.

EDUARDO FORTUNATO BIM

ANEXO I

[RELAÇÃO DE ATIVIDADES E SERVIÇOS AOS QUAIS SE APLICAM O REGIME DE PLANTÃO, DE ESCALA E DE TURNOS ALTERNADOS POR REVEZAMENTO]

1.DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL-DILIC

1.1. Participação em audiências públicas no âmbito dos licenciamentos ambientais conduzidos pelo Ibama;

1.2. Participação em reunião pública no âmbito dos licenciamentos ambientais conduzidos pelo Ibama;

1.3. Vistorias técnicas no âmbito dos licenciamentos ambientais conduzidos pelo Ibama;

1.4. Em simulados e atendimentos de emergências ambientais de empreendimentos ou atividades de competência para o licenciamento ambiental da União quando solicitado pela Coordenação Geral de Emergências Ambientais-CGEMA;

1.5. Atendimento a demandas emergenciais deliberada por órgão externos no âmbito do licenciamento ambiental federal de empreendimentos ou atividades de prioritárias;

1.6. Revezamento realizado durante a emergências ambientais de empreendimentos ou atividades de competência para o licenciamento ambiental da União quando solicitado pela Coordenação Geral de Emergências Ambientais-CGEMA;

1.7. Atividades de licenciamento ambiental federal que forem consideradas administrativamente e judicialmente como sendo essenciais durante eventual período de greve;

2. DIRETORIA DE USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E FLORESTAS - DBFLO

2.1. COORDENAÇÃO DE GESTÃO, DESTINAÇÃO E MANEJO DA BIODIVERSIDADE - COBIO

2.1.1. Serviços de atendimento médico veterinário aos animais alojados nos CETAS durante os finais de semana, feriados e fora do horário normal do expediente;

2.1.2. Atividades de resgate e soltura de animais silvestres durante finais de semana, feriados e fora do horário normal do expediente;

2.1.3. Serviços de enfermaria e maternidade veterinária de animais alojados no CETAS durante os finais de semana, feriados e fora do horário normal do expediente;

2.1.4. Atividades de monitoramento pós soltura em que é necessário o acompanhamento contínuo dos animais mesmo durante os finais de semana e feriados;

2.1.5. Atividades de manejo de ninhos no âmbito do Programa Quelônios da Amazônia;

2.1.6. Atividades de resgate e translocação de fauna em vida livre;

2.1.7. Atividades de monitoramento de fauna em que é necessário o acompanhamento contínuo dos animais mesmo durante os finais de semana e feriados;

2.2. COORDENAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS FLORESTAIS - COUSF

2.2.1. Serviços e atividades relacionados às vistorias de de Planos de Manejo Florestais Sustentáveis - PMFS, durante os finais de semana, feriados e fora do horário normal do expediente;

2.2.2. Atividades de mensuração de matéria florestal suprimida em empreendimentos licenciados pelo IBAMA para emissão de Autorização para Utilização de Matéria Prima Florestal - AUMPF, durante os finais de semana e feriados, bem como em locais distantes de centros urbanos;

2.2.3. Serviços de vistorias de áreas desmatadas por demanda da presidência do Ibama, com o fito de esclarecimento de duvidas acerca de enquadramentos sobre tipologia vegetal, estágios sucessionais, entre outras;

2.2.4. Atividades de treinamentos de outros órgãos do SISNAMA que, por sua natureza, ocorrem, invariavelmente, aos fins de semana;

2.3. COORDENAÇÃO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL - COREC

2.3.1. Atividade externa (vistoria), em regime emergencial ou não, de qualificação e quantificação de danos ambientais associados ao meio físico e biótico;

2.3.2. Atividade externa (vistoria) de acompanhamento de ações de restauração e recuperação de ambientes;

2.3.3. Cumprimento de ações judiciais, determinações legais ou procedimentos de rotina;

2.3.4. Atuação (vistoria técnica para ato ordinário, eventual, emergencial, ou sob demanda judicial) em localidades de comprovada dificuldade logística ou difícil acesso;

2.3.5. Monitoramento de áreas em recuperação ambiental, necessários ao registro do cumprimento de determinações administrativas ou legais;

3. DIRETORIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - DIPRO

3.1. COORDENAÇÃO-GERAL DE EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS - CGEMA

3.1.1. Executar e apoiar ações de acompanhamento e monitoramento a acidentes e emergências ambientais;

3.1.2. Participar da gestão de crise em conjunto com órgãos da esfera federal, estadual e municipal no atendimento aos acidentes ambientais de relevância regional e nacional;

3.2. COORDENAÇÃO DE INTELIGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO - COINF

3.2.1. Operações de inteligência, definidas pela Doutrina de Inteligência Ambiental do Ibama, instituída pela Portaria nº 3.338, de 19 de novembro de 2018, como "um conjunto de procedimentos para a obtenção dos dados negados, necessários à produção do conhecimento, por meio de técnicas operacionais de inteligência, com o emprego de pessoal especializado e materiais próprios";

3.2.2. Demandas de trabalho urgentes ou emergenciais em que haja necessidade de acionamento da atividade de inteligência, seja em situações excepcionais ou em apoio às operações de Garantia da Lei e da Ordem - GLO;

3.3. COMITÊ PERMANENTE DE OPERAÇÕES DE PROTEÇÃO À FLORA - NUFLORA-CP

3.3.1. Fiscalização da exploração ilegal das espécies ameaçadas de extinção;

3.3.2. Fiscalização da cadeia produtiva ilegal de produtos florestais, especialmente, comercialização, transporte e armazenamento;

3.3.3. Fiscalização do cumprimento de embargo e impedimento da regeneração natural;

3.3.4. Fiscalização da cadeia produtiva associada às áreas embargadas;

3.3.5. Fiscalização do desmatamento ilegal;

3.3.6. Fiscalização das concessões florestais federais;

3.3.7. Fiscalização de incêndios florestais;

3.3.8. Fiscalização de fraudes nos sistemas de controle florestal;

3.4. CENTRO DE OPERAÇÕES AÉREAS - COAER

3.4.1. Serviço de apoio às operações aéreas com atuações na área de fiscalização, licenciamento ambiental, combate a incêndios e emergências ambientais;

3.5. COMITÊ PERMANENTE DE OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA - NUPESC-CP

3.5.1. Fiscalização de desembarque de pescados, nas mais diversas modalidades de pescaria, realizadas no território brasileiro;

3.5.2. Fiscalização embarcada, que envolvam permanência no local de pesca ou até mesmo o pernoite em alto-mar visando flagrar o cometimento da infração;

3.5.3. Monitoramento (APOIO): Algumas Operações demandam monitoramento constante da atividade pesqueira, in loco ou remotamente por meio de plataforma de rastreamento, a fim de identificar ações suspeitas;

3.6. CENTRO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS - PREVFOGO

3.6.1. Combate a incêndios florestais;

3.6.2. Perícias de incêndios florestais;

3.6.3. Monitoramento de incêndios florestais;

3.6.4. Rotinas administrativas para operações de combate a incêndios florestais;

3.6.5. Práticas de Queimas Prescritas;

3.7. COMITÊ PERMANENTE DE OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES POLUENTES E CONTAMINANTES - NUPOL-CP

3.7.1. Fiscalização de produtos e substâncias controladas;

3.7.2. Fiscalização de resíduos contaminantes;

3.7.3. Fiscalização de emissões veiculares;

3.7.4. Fiscalização do transporte de produtos perigosos;

3.7.5. Fiscalização de garimpo ilegal;

3.7.6. Fiscalização de poluição (hídrica, atmosférica e do solo);

3.7.7. Fiscalização de fraudes em sistemas relacionados;

3.8. COORDENAÇÃO DE CONTROLE E LOGÍSTICA DA FISCALIZAÇÃO - CONOF
3.8.1. Operação de fiscalização ambiental em campo;
3.8.2. Operação de inteligência em campo;
3.8.3. Operação de fiscalização ambiental em unidades da fiscalização ambiental em zonas alfandegadas;
3.8.4. Apoio Administrativo em operações;
3.8.5. Funcionamento de unidades da fiscalização ambiental em zonas alfandegadas, de difícil acesso ou de difícil provimento e estratégicas;
3.9. COMITÊ PERMANENTE DE OPERAÇÕES ESPECIAIS DE FISCALIZAÇÃO - NOPE-CP
3.9.1. Ações de fiscalização ambiental em garimpos ilegais e exploração ilegais de madeira, realizadas prioritariamente, em Terras Indígenas e Unidades de Conservação;
3.9.2. Ações de fiscalização ambiental em desmatamentos e invasões posseiras irregulares;
3.9.3. Operações com alto risco de formação de turbas e hostilidade civil contra agentes públicos onde o Grupo Especial de Fiscalização (GEF) realiza ações de apoio a outros servidores do Ibama, principalmente em situações de combate ao desmatamento ilegal associado a invasões posseiras irregulares e em operação de combate à pesca ilegal;
3.9.4. Operações de apoio a outras instituições em ações conjuntas de combate a ilícitos ambientais planejadas por outras instituições, onde não é possível cumprir um regime de trabalho previamente estipulado pela administração do Ibama sem prejuízos às atividades fiscalizatórias.

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.696, DE 2 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:
Processo: 48500.000630/2021-11. Interessada: EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. Objeto: Declarar de utilidade pública, para desapropriação de área de terra necessária à implantação da Subestação 69/13,8 kV Santa Helena e para instituição de servidão administrativa de área de terra necessária à implantação de estrada de acesso à subestação, localizadas no município de Nova Venécia, estado do Espírito Santo. A íntegra desta Resolução e seus anexos constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.698, DE 2 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:
Processo: 48500.000528/2021-15. Interessada: Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Interessada, a área de terra necessária à passagem do trecho de linha de distribuição que perfaz o seccionamento da Linha de Distribuição 138 kV Pratudinho - Rio Formoso, na Subestação Rio Formoso II, localizada no município de Jaborandi, estado da Bahia. A íntegra desta Resolução, e seu anexo, constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.702, DE 2 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:
Processo: 48500.000227/2021-83. Interessada: Dois Saltos Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica Ltda. Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Interessada, a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 138 kV PCH Dois Saltos - SE Prudentópolis, localizada no município de Prudentópolis, estado do Paraná. A íntegra desta Resolução e seu anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.704, DE 2 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:
Processo: 48500.005720/2017-11. Interessada: Veredas Transmissora de Eletricidade S.A. Objeto: Alterar a Resolução Autorizativa nº 6.748, de 5 de dezembro de 2017, que declara de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Interessada, a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 500 kV Arinos 2 - Pirapora 2,localizada nos municípios de Arinos, Urucuia, Riachinho, São Romão, Santa Fé de Minas, Buritizeiro e Pirapora, estado de Minas Gerais. A íntegra desta Resolução e seu anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.742, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:
Processo: 48500.004845/2016-35. Interessada: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco Objeto: Autoriza a retificação da Tabela I.2 do Anexo I da Resolução Autorizativa nº 6.137, de 29 de novembro de 2016, que autoriza a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, a implantar reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade e estabelece os valores das correspondentes parcelas da Receita Anual Permitida. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em http://www.aneel.gov.br/biblioteca

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 508, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004845/2016-35, decide: (i) negar a alteração do escopo das obras previstas na Resolução Autorizativa nº 6.137, 29 de novembro de 2016; e (ii) determinar que a Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição - SCT adote as providências necessárias para retirar do Plano de Modernização de Instalações - PMI as obras cadastradas indevidamente pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf; cancelar a Receita Anual Permitida - RAP associada; e a Chesf restituir, no próximo ciclo tarifário, os valores recebidos indevidamente.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 512, DE 2 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005249/2016-72, decide: (i) homologar a produção dos Sistemas de Integração de Bases para Inscrições e de Gestão de Garantias Financeiras, cuja denominação passa a ser Sistema de Gerenciamento de Leilões; (ii) estabelecer o início do período de manutenção em 1º de abril de 2020; (iii) aprovar o ressarcimento adicional de R$ 728.368,82 (setecentos e vinte e oito mil, trezentos e sessenta e oito reais e oitenta e dois centavos) a ser atendido mediante desconto do saldo dos recursos oriundos do rateio entre os agentes de geração, distribuição e comercialização que já participaram dos leilões de energia nova e existente do Ambiente de Contratação Regulada - ACR ocorridos até 2019; (iv) utilizar o saldo arrecadado, após a liquidação da despesa referida no item "iii", para cobrir as despesas de manutenção dos Sistemas de Integração de Bases para Inscrições e de Gestão de Garantias Financeiras; (v) inscrever no Cadastro de Inadimplentes dos agentes de geração, distribuição e comercialização os que não ressarciram à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE pelo desenvolvimento do projeto Cadeia de Sistemas de Leilão; e (vi) aprovar a cobrança, nos Leilões de Geração a serem realizados no ano de 2021, para fins de ressarcimento à CCEE das despesas de manutenção e melhorias no Cadeia de Sistemas, do valor de R$ 1.778,00 (um mil, setecentos e setenta e oito reais) para cada participante inscrito e do valor de R$ 433,00 (quatrocentos e trinta e três reais) por contrato a ser celebrado, sendo este custo cobrado dos participantes que se sagrarem vencedores dos certames e das concessionárias de distribuição participantes.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 546, DE 1º DE MARÇO DE 2021

Processo nº 48500.000417/2021-09. Interessado: Ultra Energy Comercializadora de Energia Ltda. Decisão: Autorizar a Ultra Energy Comercializadora de Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 38.183.972/0001-31, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da CCEE. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHOS DE 3 DE MARÇO DE 2021

Nº 559. Processo nº 48500.003360/2016-24. Interessado: Usina de Energia Fotovoltaica Graviola I S.A. Decisão: alterar as características técnicas e o sistema de transmissão de interesse restrito da UFV Graviola 1, cadastrada no CEG sob o nº UFV.RS.PI.036925-0.01.

Nº 560. Processo nº 48500.003361/2016-79. Interessado: Usina de Energia Fotovoltaica Graviola II S.A. Decisão: alterar as características técnicas e o sistema de transmissão de interesse restrito da UFV Graviola 2, cadastrada no CEG sob o nº UFV.RS.PI.036926-8.01.

Nº 561. Processo nº 48500.003798/2017-93. Interessado: Usina de Energia Fotovoltaica Graviola III S.A. Decisão: alterar as características técnicas e o sistema de transmissão de interesse restrito da UFV Graviola 3, cadastrada no CEG sob o nº UFV.RS.PI.037745-7.01.

Nº 562. Processo nº 48500.003797/2017-49. Interessado: Usina de Energia Fotovoltaica Graviola IV S.A. Decisão: alterar as características técnicas e o sistema de transmissão de interesse restrito da UFV Graviola 4, cadastrada no CEG sob o nº UFV.RS.PI.037746-5.01.
A íntegra deste Despacho e seus Anexos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 563, DE 3 DE MARÇO DE 2021

Processo nº 48500.000105/2020-14. Interessadas: Siton do Brasil Eireli e Rio Minas Energia S.A. Decisão: alterar a titularidade do DRS-PCH nº 474, de 2021, e do DRI-PCH nº 551, de 2020, referentes à PCH Jambo, com 14.000 kW de potência instalada, cadastrada sob o CEG: PCH.PH.RJ.029433-0.01, a fim de incluir a empresa Rio Minas Energia S.A. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

DESPACHO Nº 565, DE 3 DE MARÇO DE 2021

Processo nº 48500.000017/2021-95. Interessado: Solis Energias Renováveis SPE Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga - DRO da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Solis, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG nº UFV.RS.RN.050745-8.01, com 100.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Pureza, estado do Rio Grande do Norte, em favor da empresa Solis Energias Renováveis SPE Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 39.616.666/0001-04. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHOS DE 3 DE MARÇO DE 2021

Nº 570. Processo nº 48500.006283/2020-41. Interessado: Enel Green Power Lagoa do Sol 02 S.A. Decisão: registrar o DRO da UFV Lagoa do Sol 02, cadastrada sob o CEG: UFV.RS.PI.050598-6.01, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Lagoa do Barro do Piauí, estado do Piauí.

Nº 571. Processo nº 48500.006284/2020-95. Interessado: Enel Green Power Lagoa do Sol 05 S.A. Decisão: registrar o DRO da UFV Lagoa do Sol 05, cadastrada sob o CEG: UFV.RS.PI.050599-4.01, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Lagoa do Barro do Piauí, estado do Piauí.

Nº 572. Processo nº 48500.006285/2020-30. Interessado: Enel Green Power Lagoa do Sol 06 S.A. Decisão: registrar o DRO da UFV Lagoa do Sol 06, cadastrada sob o CEG: UFV.RS.PI.050600-1.01, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Lagoa do Barro do Piauí, estado do Piauí.

Nº 573. Processo nº 48500.006286/2020-84. Interessado: Enel Green Power Lagoa do Sol 07 S.A. Decisão: registrar o DRO da UFV Lagoa do Sol 07, cadastrada sob o CEG: UFV.RS.PI.050601-0.01, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Lagoa do Barro do Piauí, estado do Piauí.

Nº 574. Processo nº 48500.006287/2020-29. Interessado: Enel Green Power Lagoa do Sol 08 S.A. Decisão: registrar o DRO da UFV Lagoa do Sol 08, cadastrada sob o CEG: UFV.RS.PI.050602-8.01, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Lagoa do Barro do Piauí, estado do Piauí.

Nº 575. Processo nº 48500.000040/2021-80. Interessado: Enel Green Power Lagoa do Sol 09 S.A. Decisão: registrar o DRO da UFV Lagoa do Sol 09, cadastrada sob o CEG: UFV.RS.PI.050603-6.01, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Dom Inocêncio, estado do Piauí.

Nº 576. Processo nº 48500.000419/2021-90. Interessadas: Enebras Projetos de Usinas Hidrelétricas Ltda. e Munapar Participações Societárias Ltda. Decisão: (i) conferir o Registro para Revisão do Inventário do rio Aporé, no trecho entre o canal de fuga da PCH Ritinha e o remanso do reservatório da PCH Veludo, integrante da sub-bacia 60, nos estados de Goiás e do Mato Grosso do Sul, cadastrado sob o CINV: INV.60.0006.01-6; e (ii) suspender os efeitos do Despacho nº 3.246, de 2016, no que se refere aos aproveitamentos hidrelétricos PCH Coqueiro, PCH Lagoa Santa e PCH Mimoso.

A íntegra destes despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 586, DE 3 DE MARÇO DE 2021

Processo nº: 48500.000531/2021-21. Interessado: Energética Entre Rios Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga - DRO da Central Geradora Termelétrica - UTE Entre Rios, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG nº UTE.AI.GO.050746-6.01, com 50.000 kW de Potência Instalada, utilizando bagaço de cana de açúcar como combustível, localizada no município de Turvelândia, estado de Goiás, em favor da empresa Energética Entre Rios Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 38.239.725/0001-00. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 590, DE 3 DE MARÇO DE 2021

Processo nº 48500.002994/2020-46. Interessada: Rubi Energia Ltda. Decisão: Registrar o DRO da UFV Parque Solar Pirapora 10, cadastrada sob o CEG: UFV.RS.MG.048636-1.01, com 29.600 kW de Potência Instalada, localizada no município de Pirapora, estado de Minas Gerais. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

RETIFICAÇÃO

Na íntegra do Despacho nº 3.504, de 11 de dezembro de 2020, constante do Processo nº 48500.002238/2016-31, disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca, publicado no DOU de 15 de dezembro de 2020, Seção 1 , p. 79, v. 158, n. 239, incluir o item (iii) alterar as coordenadas centroides da usina para: 6°21'9.16"S e 38°57'27.15"O .

Na íntegra do Despacho nº 3.505, de 11 de dezembro de 2020, constante do Processo nº 48500.002228/2016-03, disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca, publicado no DOU de 15 de dezembro de 2020, Seção 1 , p. 79, v. 158, n. 239, incluir o item (iii) alterar as coordenadas centroides da usina para: 6°21'12.03"S e 38°57'9.79"O.

Na íntegra do Despacho nº 3.506, de 11 de dezembro de 2020, constante do Processo nº 48500.002235/2016-05, disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca, publicado no DOU de 15 de dezembro de 2020, Seção 1 , p. 79, v. 158, n. 239, incluir o item (iii) alterar as coordenadas centroides da usina para: 6°21'50.24"S e 38°57'48.62"O.

Na íntegra do Despacho nº 3.507, de 11 de dezembro de 2020, constante do Processo nº 48500.002214/2016-81, disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca, publicado no DOU de 15 de dezembro de 2020, Seção 1 , p. 79, v. 158, n. 239, incluir o item (iii) alterar as coordenadas centroides da usina para: 6°22'7.04"S e 38°57'33.84"O.

Na íntegra do Despacho nº 3.508, de 11 de dezembro de 2020, constante do Processo nº 48500.002334/2016-89, disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca, publicado no DOU de 15 de dezembro de 2020, Seção 1 , p. 79, v. 158, n. 239, incluir o item (iii) alterar as coordenadas centroides da usina para: 6°22'25.77"S e 38°57'20.17"O.

Na íntegra do Despacho nº 3.509, de 11 de dezembro de 2020, constante do Processo nº 48500.002215/2016-26, disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca, publicado no DOU de 15 de dezembro de 2020, Seção 1 , p. 79, v. 158, n. 239, incluir o item (iii) alterar as coordenadas centroides da usina para: 6°22'37.74"S e 38°57'2.65"O.

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 4 DE MARÇO DE 2021

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação em teste a partir de 5 de março de 2021.

Nº 594. Processo nº: 48500.000553/2019-76. Interessados: EOL Potiguar B142 SPE S.A. Usina: EOL Vila Maranhão II. Unidades Geradoras: UG8 e UG9, de 3.550 kW cada, totalizando 7.100 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Serra do Mel, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 595. Processo nº: 48500.002298/2017-34. Interessados: Hidrelétrica Forquilha Ltda. Usina: PCH Forquilha. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 2.750 kW cada, totalizando 5.500 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Mangueirinha, estado do Paraná.

Nº 596. Processo nº: 48500.002539/2018-26. Interessados: Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 15 S.A. Usina: EOL Ventos de Santa Ângela 15. Unidades Geradoras: geradoras UG5 a UG10, de 3.150 kW cada, e UG11 a UG14, de 3.000 kW cada, totalizando 30.900 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Queimada Nova, estado do Piauí.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

DESPACHO Nº 597, DE 4 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 48500.000642/2020-56, decide liberar as unidades geradoras UG1 a UG6 e UG8, de 4.200 kW cada, totalizando 29.400 kW de capacidade instalada, da EOL Campo Largo X, Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG EOL.CV.BA.034630-6.01, localizada no município de Sento Sé, estado da Bahia, de titularidade da empresa CLWP Eólica Parque X S.A., para início da operação comercial a partir de 5 de março de 2021.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR

RETIFICAÇÃO

No Despacho Nº 2.645, de 11 de setembro de 2020, publicado em resumo no D.O. de 14/09/2020, Seção 1, p. 78, v. 158, n. 176, onde se lê: "UG1 a UG4, de 3.150 kW cada, totalizando 12.600 kW de capacidade instalada", leia-se: "UG1 a UG4, de 3.000 kW cada, totalizando 12.000 kW de capacidade instalada".

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

RETIFICAÇÃO

Na íntegra do DESPACHO n. 567, de 3 de março de 2021, publicada no D.O. n. 42, de 4 de março de 2021, Seção 1, página 90, constante do Processo n. 48500.001063/2016-44, onde se lê "...no total de R$ 19.622.980,76 (dezenove milhões, seiscentos e vinte e dois mil, novecentos oitenta reais e setenta e seis centavos);...", leia-se "...R$ 17.859.212,49 (dezessete milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, duzentos e doze reais e quarenta e nove centavos);...". Onde se lê "... no total de R$ 79.690.548,53 (setenta e nove milhões, seiscentos e noventa mil, quinhentos e quarenta e oito reais e cinquenta e três centavos), ...", leia-se "...no total de R$ 77.926.780,31 (setenta e sete milhões, novecentos e vinte e seis mil, setecentos e oitenta reais e trinta e um centavos),...". Retificar na Tabela 1 os valores de repasse à Conta CCBRT pelos agentes devedores e na Tabela 2 os valores de repasse da Conta CCBRT para os agentes credores. A íntegra do Despacho retificado foi disponibilizada no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/.

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

DESPACHO Nº 473, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021

Processo nº: 48500.004244/2020-17 Interessado: TAESA - Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. e Cooperadas. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 343.941,63 (trezentos e quarenta e três mil, novecentos e quarenta e um reais e sessenta e três centavos), referente à realização do Projeto de Gestão, código PG-2607-2014-2014; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

PAULO LUCIANO DE CARVALHO
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 610, DE 4 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso da atribuição delegada por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e de acordo com o que consta no Processo nº 48500.000374/2018-58, decide determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, nos termos da Resolução Autorizativa nº 7.385, de 9 de outubro de 2018, efetue o pagamento de (i) R$ 2.294.131,51 (dois milhões, duzentos e noventa e quatro mil, cento e trinta e um reais e cinquenta e um centavos) à INTEC Instalações Técnicas de Engenharia Ltda, referente à vigésima terceira medição das obras para a implantação da Linha de Transmissão 138 kV interligando as subestações Silves/Itacoatiara, no município de Itacoatiara, no Estado Amazonas; e (ii) R$ 147.903,91 (cento e quarenta e sete mil, novecentos e três reais e noventa e um centavos) à empresa Amazonas Distribuidora de Energia S.A., relativos a tributos incidentes no serviço descrito no item (i).

CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA

DESPACHO Nº 611, DE 4 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso da atribuição delegada por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e de acordo com o que consta no Processo nº 48500.000374/2018-58, decide determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, nos termos da Resolução Autorizativa nº 7.385, de 9 de outubro de 2018, efetue os seguintes pagamentos referentes às vigésima terceira medição das obras para a implantação da Subestação Itacoatiara 138/13,8 kV: (i) R$ 568.461,50 (quinhentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos) à empresa Gi Energy Engenharia LTDA; (ii) R$ 256.778,04 (duzentos e cinquenta e seis mil, setecentos e setenta e oito reais e quatro centavos) à empresa Via Mineira Materiais Elétricos LTDA; (iii) R$ 421.808,66 (quatrocentos e vinte e um mil, oitocentos e oito reais e sessenta e seis centavos) à empresa SELT Engenharia; e (iv) R$ 97.574,24 (noventa e sete mil, quinhentos e setenta e quatro reais e vinte e quatro centavos) à empresa Amazonas Distribuidora de Energia S.A., referente aos tributos incidentes no item (i).

CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DA BAHIA DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO E CFEM

DESPACHO
Relação nº 48/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
A.b.r.e Pedreira Ltda me - 871614/18 - A.I. 335/21
Antonio Brito Teixeira me - 871258/19 - A.I. 356/21
Aurea Luiza Brito da Silva Santos - 871629/18 - A.I. 329/21
Brasil Manganes LTDA. - 871598/19 - A.I. 334/21
Brazil Iron Mineracao LTDA. - 872748/16 - A.I. 9744/20
Cléber Júnior Valim Ramos - 871641/18 - A.I. 332/21
Comercial Bege Eireli - 871597/18 - A.I. 352/21
e m Neves Distribuidora Eireli - 871463/18 - A.I. 326/21
Eduardo Lima - 871799/18 - A.I. 353/21
Geodeep Servicos de Geologia e Geofisica Ltda - 871641/17 - A.I. 1314/20
Jackeline Lonardoni Ribeiro Miguel - 871631/18 - A.I. 330/21
Mauro Jose Dos Santos Costa - 870976/19 - A.I. 354/21
Neiman Pará Minerais e Metais Ltda - 871384/19 - A.I. 333/21, 871383/19 - A.I. 341/21
Nestor Hermes - 871804/17 - A.I. 1315/20, 871805/17 - A.I. 1316/20, 871806/17 - A.I. 1317/20
Paulo Hnerique de Matos - 871403/18 - A.I. 361/21
Pedreira Vitória Ltda Epp - 870.418/2018 - A.I 349/2021, 870.419/2018 - A.I 350/2021
Riasanta Manganes Ltda - 871566/18 - A.I. 9389/20
Rio Manganes Mineracao S/a - 871248/19 - A.I. 9616/20, 871195/19 - A.I. 343/21
Sebastiao Mottas Eireli - 871259/19 - A.I. 357/21, 871260/19 - A.I. 358/21, 871322/19 - A.I. 359/21, 871330/19 - A.I. 360/21
Solar Sda LTDA. - 871636/18 - A.I. 331/21

JOSÉ ROMILDO FERREIRA DOS SANTOS JÚNIOR
Chefe de Divisão

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SANTA CATARINA

DESPACHO
Relação nº 26/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
815.135/2019-ARGISUL MINERACAO LTDA
815.268/2017-BAUMINAS MINERAÇÃO LTDA
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
815.518/1999-BRITAGEM VOGELSANGER LTDA-OF. N°4324/2021/DIFAM-SC/ANM
815.581/1997-BRITAGEM VOGELSANGER LTDA-OF. N°4311/2021/DIFAM-SC/ANM
815.098/1990-SAIBRITA MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°4746/2021/DIFAM-SC/ANM
815.228/1988-SAIBRITA MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°5249/2021/DIFAM-SC/ANM
815.317/1992-MINERAÇÃO NILSON LTDA-OF. N°5356/2021/DIFAM-SC/ANM
815.314/2004-MINERAÇÃO VEIGA LTDA-OF. N°5531/2021/DIFAM-SC/ANM
815.341/2003-BRITAGEM VOGELSANGER LTDA-OF. N°5638/2021/DIFAM-SC/ANM
815.328/1992-MINERAÇÃO VEIGA LTDA-OF. N°5653/2021/DIFAM-SC/ANM
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
815.228/1988-SAIBRITA MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA- AI N° 369/2021/GER-SC/DIFAM-SC
Fase de Licenciamento
Despacho publicado(756)
815.888/1995-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP-Ofício 4741/2021/DIFAM-SC/ANM - Prazo 60 (sessenta) dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
815.888/1995-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP-OF. N°4742/2021/DIFAM-SC/ANM
815.309/1990-EXTRAÇÃO DE AREIA SCHNAIDER LTDA-OF. N°4607/2021/DIFAM-SC/ANM
815.310/2000-MINERAÇÃO VEIGA LTDA-OF. N°4270/2021/DIFAM-SC/ANM
815.264/1988-BRITAGEM VOGELSANGER LTDA-OF. N°5610/2021/DIFAM-SC/ANM e 5612/2021/DIFAM-SC/ANM
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
815.045/1996-HEINIG COMÉRCIO DE AGREGADOS E TRANSPORTES LTDA EPP-Registro de Licença N° 545/1997 - Vencimento em 29/01/2023
815.114/2014-INDUSTRIA CERAMICA GALENA LTDA- Registro de Licença N° 1686/2016 - Vencimento em 10/12/2025
815.443/2003-RENATO TOMELIN EIRELI- Registro de Licença N° 1095/2017 - Vencimento em 03/02/2025
815.611/1987-R C RECICLAGEM E EXTRACAO DE AREIA LTDA- Registro de Licença N° 283/2016 - Vencimento em 28/01/2026
815.105/1987-EXTRAÇÃO DE AREIA POÇO GRANDE LTDA- Registro de Licença N° 215/2019 - Vencimento em 14/12/2023
815.418/1989-TJF EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.- Registro de Licença N° 398/2020 - Vencimento em 05/02/2023
Fase de Registro de Extração
Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 03 anos(941)
815.135/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA-Registro de Extração N°71/2018 de 01/03/2021
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.953/2010-R PETERSON COMERCIO LTDA EPP-OF. N°4488/2021/DIFAM-SC/ANM
815.498/2011-UNIMIN DO BRASIL LTDA-OF. N°5034/2021/DIFAM-SC/ANM
815.369/2010-TJF EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°4986/2021/DIFAM-SC/ANM
815.472/2015-PEDRA FORTE EXTRAÇÃO MINERAL LTDA-OF. N°4912/2021/DIFAM-SC/ANM
815.676/2007-COOPERATIVA DE EXPLORAÇÃO MINERAL DA BACIA DO RIO URUSSANGA-OF. N°5274/2021/DIFAM-SC/ANM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
815.634/2017-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP-OF. N°5135/2021/DIFAM-SC/ANM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
815.264/2019-ENCOPLAC ENGENHARIA CONSTRUÇÃO PLANEJAMENTO CANOINHAS LTDA-Registro de Licença N° 6/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/SC - Vencimento em 03/07/2024
815.231/2020-CERAMICA ZEPE LTDA-Registro de Licença N° 7/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/SC - Vencimento em 25/08/2030
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
815.065/2020-FISCHER SA AGROINDUSTRIA-OF. N°4857/2021/DIFAM-SC/ANM
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
815.027/2021-MUNICIPIO DE POUSO REDONDO-OF. N°5356/2021/DIFAM-SC/ANM

RICARDO MOREIRA PEÇANHA
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO
Relação nº 22/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
848.098/2015-MINERAÇÃO ANGICOS LTDA ME-ALVARÁ N°3661/2016
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
848.064/2019-LUMA MINERACAO LTDA- Cessionário:DACOSTA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.- CPF ou CNPJ 36.991.581/0001- 18- Alvará n°3923/2019
848.296/2018-LUMA MINERACAO LTDA- Cessionário:DACOSTA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA- CPF ou CNPJ 36.991.581/0001- 18- Alvará n°3919/2019
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
848.094/2020-MISA INFRAESTRUTURAS E ENGENHARIA S A -Alvará N°3186/2020
848.190/2020-MISA INFRAESTRUTURAS E ENGENHARIA S A -Alvará N°5367/2020
Fase de Lavra Garimpeira
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(571)
848.200/2016-AROLDO SORAGGI DE CARVALHO- Cessionário:MAURO HAYASHIDA BARRETO DE SOUZA- CNPJ 071.100.608-37- PLG n°6/2017
Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
848.194/2020-MISA INFRAESTRUTURAS E ENGENHARIA S A

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 23/2021

Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito despacho publicado(1415)
848.197/2016-SAYONARA PEREIRA CHACON DE ARAÚJO- DOU de 13/02/2020

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO MARANHÃO

DESPACHO
Relação nº 8/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
806.171/2011-MAGNEL MARQUES RAMEIRO - AI N°5269/2020
806.006/2011-J. G. DE A. FERREIRA MINERADORA EIRELI - AI N°5277/2020
806.634/2011-J. G. DE A. FERREIRA MINERADORA EIRELI - AI N°5311/2020
806.229/2012-SIDERÚRGICA DO MEARIM LTDA - AI N°5327/2020
806.159/2014-E M L DA SILVA - AI N°5329/2020
806.138/2014-E.LIMA DE OLIVEIRA ME - AI N°5332/2020
806.119/2015-INECOL INDUSTRIA ENGENHARIA E COMERCIO LTDA - AI N°5335/2020
806.143/2015-PEDREIRA PORTO FRANCO LTDA - AI N°5336/2020
806.019/2016-JOSÉ WILSON DE HOLANDA DIAS CARNEIRO - AI N°5351/2020
806.119/2016-GILMAR MOREIRA DA SILVA JUNIOR - AI N°5361/2020
806.120/2016-GILMAR MOREIRA DA SILVA JUNIOR - AI N°5362/2020
806.083/2016-PEDRO ÁLVARO ALVES DE SOUSA - AI N°5363/2020
806.091/2016-JORGE SILVEIRA RODRIGUES - AI N°5364/2020
806.053/2017-L M DE F SANTOS - AI N°5377/2020
806.012/2017-GILMAR MOREIRA DA SILVA JUNIOR - AI N°5378/2020
806.002/2017-ERIDAM LIMA DE OLIVEIRA - AI N°5379/2020
806.045/2017-FIGUEIREDO ENVASADORA DE BEBIDAS LTDA - AI N°5380/2020
806.089/2017-ESTRELA DA MANHÃ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA. - AI N°5393/2020
806.010/2017-ÁGUAS DA CHAPADA MARANHENSE LTDA - AI N°5398/2020
806.087/2017-BRITAFORT EXTRAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO DE MINERIOS LTDA - AI N°5394/2020
Fase de Licenciamento
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(773)
806.022/2017-INDÚSTRIA E CERÂMICA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO LTDA -AI N°4286/2020

THYAGO DE SOUSA RIBEIRO
Gerente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO

DESPACHOS
Relação nº 57/2021

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) da Taxa Anual por Hectare - TAH (Art. 2º, XII, b, da Lei nº 13.575/2017; inciso II, do art. 20, do Código de Mineração), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

A S M - Mineração e Comércio de Metais Ltda, Processo Minerário nº 48408.880264/2011-46, Processo de Cobrança nº 48063.980653/2020-18, Notificação Administrativa nº 57/2018-Superintendência-DNPM/AM, Valor Atualizado de R$ 26.782,53.

A S M - Mineração e Comércio de Metais Ltda, Processo Minerário nº 48408.880264/2011-46, Processo de Cobrança nº 48063.980655/2020-07, Notificação Administrativa nº 7/2019-GerênciaRegional-ANM/AM, Valor Atualizado de R$ 26.095,45.

A S M - Mineração e Comércio de Metais Ltda, Processo Minerário nº 48408.880005/2006-58, Processo de Cobrança nº 48063.980525/2020-66, Notificação Administrativa nº 47/2018-Superintendência-DNPM/AM, Valor Atualizado de R$ 15.145,80.

Força Imobiliária Ltda, Processo Minerário nº 48408.880197/2016-74, Processo de Cobrança nº 48063.980661/2020-56, Notificação Administrativa nº 20/2019-GerênciaRegional-ANM/AM, Valor Atualizado de R$ 1.350,42.

Iara Azevedo Lembi de Carvalho Barbosa, Processo Minerário nº 48408.880191/2012-73, Processo de Cobrança nº 48063.980673/2020-81, Notificação Administrativa nº 193/2018-Superintendência-DNPM/AM, Valor Atualizado de R$ 41.910,22.

Mendelssohn Erwin Kieling Cardona Pereira, Processo Minerário nº 48408.880029/2015-06, Processo de Cobrança nº 48063.980659/2020-87, Notificação Administrativa nº 125/2019-GerênciaRegional-ANM/AM, Valor Atualizado de R$ 23.898,91.

Mendelssohn Erwin Kieling Cardona Pereira, Processo Minerário nº 48408.880030/2015-22, Processo de Cobrança nº 48063.980633/2020-3, Notificação Administrativa nº 127/2019-GerênciaRegional-ANM/AM, Valor Atualizado de R$ 19.956,34.

Mendelssohn Erwin Kieling Cardona Pereira, Processo Minerário nº 48408.880029/2015-06, Processo de Cobrança nº 48063.980657/2020-98, Notificação Administrativa nº 163/2018-Superintendência-DNPM/AM, Valor Atualizado de R$ 24.528,17.

Mendelssohn Erwin Kieling Cardona Pereira, Processo Minerário nº 48408.880030/2015-22, Processo de Cobrança nº 48063.980631/2020-40, Notificação Administrativa nº 165/2018-Superintendência-DNPM/AM, Valor Atualizado de R$ 20.481,79.

Pangea Engenharia Ltda, Processo Minerário nº 48408.880102/2013-70, Processo de Cobrança nº 48063.980576/2020-98, Notificação Administrativa nº 101/2018-Superintendência-DNPM/AM, Valor Atualizado de R$ 2.242,35.

Pangea Engenharia Ltda, Processo Minerário nº 48408.880103/2013-14, Processo de Cobrança nº 48063.980578/2020-87, Notificação Administrativa nº 103/2018-Superintendência-DNPM/AM, Valor Atualizado de R$ 2.966,99.

Pangea Engenharia Ltda, Processo Minerário nº 48408.880104/2013-69, Processo de Cobrança nº 48063.980580/2020-56, Notificação Administrativa nº 105/2018-Superintendência-DNPM/AM, Valor Atualizado de R$ 4.379,85.

Pangea Engenharia Ltda, Processo Minerário nº 48408.880105/2013-11, Processo de Cobrança nº 48063.980582/2020-45, Notificação Administrativa nº 107/2018-Superintendência-DNPM/AM, Valor Atualizado de R$ 4.409,61.

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

DESPACHO
Relação nº 108/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Despacho de retificação do alvará de pesquisa(327)
810.943/2016-MARISA FLORITA FIORELLI GEREMIA-ALVARÁ N° 13218 Publicado DOU de 19/12/2016- Onde se lê:'' ... numa área de 824,59 ha...''; Leia-se: ... numa área de 724,6 ha...''
810.867/2016-G.R. MINERADORA DE AREIA LTDA-ALVARÁ N° 878 Publicado DOU de 17/02/2017- Onde se lê:'' ... numa área de 971,43 ha...''; Leia-se:'' ... numa área de 921,43 ha...'
830.112/2017-OURO VERDE MINERACAO E FLORESTAS EIRELI-ALVARÁ N° 6722 Publicado DOU de 06/09/2018- Onde se lê:'' ... numa área de 641,72 ha...''; Leia-se:'' ... numa área de 227,11 ha...''
820.628/2017-GUSTAVO ALMEIDA THEODORO-ALVARÁ N° 5278 Publicado DOU de 11/07/2018- Onde se lê:'' ... numa área de 741,71 ha, ...''; Leia-se:'' ... numa área de 591,72 ha...''

JOTAVIO BORGES GOMES
Superintendente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 109/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227/1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa:(176)
820.385/2017 - KENJI EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA - ALVARÁ Nº 1433/2021 - Destacado do Processo 821.075/2010 - ALVARÁ Nº 9798/2015 - Vencimento em 24/09/2017
850.076/2021 - A. T. WELTER EIRELI - ALVARÁ Nº 1434/2021 - Destacado do Processo 851.517/2013 - ALVARÁ Nº 14.160/2015 - Vencimento em 04/02/2024

JOTAVIO BORGES GOMES
Superintendente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 110/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
811.663/2014-MERIDIONAL METAIS E MINERAÇÃO LTDA-OF. N°4191/2021/GEPM /ANM
810.650/2018-MERIDIONAL METAIS E MINERAÇÃO LTDA-OF. N°4191/2021/GEPM/ANM
810.651/2018-MERIDIONAL METAIS E MINERAÇÃO LTDA-OF. N°4191/2021/GEPM/ANM

JOTAVIO BORGES GOMES
Superintendente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 111/2021

Fase de Concessão de Lavra
Nega aprovação do relatório de reavaliação de reservas(429)
800.205/1971-VOTORANTIM CIMENTOS S.A.-CALCÁRIO
Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)
833.472/2003-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.-MINÉRIO DE OURO
005.384/1957-AGROPECUARIA E MINERADORA PLANALTO LTDA-BAUXITA
802.996/1970-VOTORANTIM CIMENTOS S.A.-ARGILA e CALCÁRIO
804.366/1975-MINERAÇÃO SERRA GRANDE S.A.-MINÉRIOS DE OURO E PRATA
805.390/1973-MINERAÇÃO CALDENSE LTDA-BAUXITA
824.673/1971-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA-MINÉRIO DE FERRO
866.491/2004-VOTORANTIM CIMENTOS S.A.-FILITO E CALCÁRIO
Aprova o relatório de Pesquisa de nova substância(1106)
833.472/2003-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.-MINÉRIO DE PRATA
826.157/1990-GRAMAZINI MINERAÇÃO LTDA-MÁRMORE
830.129/1982-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.-MINÉRIO DE PRATA

JOTAVIO BORGES GOMES
Superintendente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 112/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
851.330/2017-UNIAO MINERACAO E COMERCIO LTDA-MARABÁ/PA - Guia n° 14/2021-180.000t/ano-MINÉRIO DE MANGANÊS- Duração da Guia:2 ano(s) a partir da data de expedição da Licença Ambiental
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
851.330/2017-UNIAO MINERACAO E COMERCIO LTDA-ALVARÁ N°1628/2018

JOTAVIO BORGES GOMES
Superintendente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 113/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
1435/2021-896.057/2020-GONCALVES SIAS CONSULTORIA PROJETOS E GERENCIAMEN-

JOTAVIO BORGES GOMES
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO
Relação nº 16/2021

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
851.591/2020-EDIRCEU OLIVEIRA MACIEL - PLG N°23/2021 - Prazo 5 anos
850.759/2020-JOÃO NOGUEIRA LIMA - PLG N°22/2021 - Prazo 5 anos
850.667/2018-NESTOR LEANDRO DA SILVA - PLG N°21/2021 - Prazo 5 anos

JOSE JAIME SZNELWAR
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 19/2021

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o novo Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(416)
860.402/2001-COPEBRAS INDÚSTRIA LTDA

JOSE JAIME SZNELWAR
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 20/2021

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o novo Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(416)
820.990/1996-SPAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S A

JOSE JAIME SZNELWAR
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA II
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

AUTORIZAÇÃO SIM-ANP Nº 129, DE 4 DE MARÇO DE 2021

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o que consta do processo ANP nº 48610.207821/2020-75 e considerando o atendimento às exigências da Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras),cujo registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) é o de nº 33.000.167/0001-01, autorizada a ampliar a capacidade de escoamento de GLP do duto de OCERJ 10" (oleoduto Comperj-Campos Elíseos), entre o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ, o Terminal de Campos Elíseos - TECAM e a Refinaria de Duque de Caxias - REDUC. O duto com 10 polegadas de diâmetro, perfaz o total de aproximadamente 49 km de extensão, percorrendo os municípios de Itaboraí, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Magé e Duque de Caxias, estado do Rio de Janeiro/RJ, cujas principais características estão descritas na Tabela 1.

Tabela 1. Especificações Técnicas do Oleoduto

Diâmetro nominal	10 polegadas
Espessura de parede	0,219/0,312 pol
Extensão	50 km
Material	API 5L X42
Norma de projeto	ABNT NBR 15280-1 e ASME 31.4
Classe de pressão	300
#Pressão máxima de projeto	51 kgf/cm^2
Pressão de operação	40,8 kgf/cm^2
Temperatura de operação	20 a 30°C
Vazão máxima	387 m^3/h
Origem	Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ)
Destino	Terminal de Campos Elíseos (TECAM)

Art. 2º O objeto da presente Autorização deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Após a conclusão das obras e atendimento a todos os requisitos da Resolução ANP 52, de 02/12/2015, as autorizações de pré-operação e operação do empreendimento objeto da presente autorização serão outorgadas à Petrobras Transporte S.A. - Transpetro, a qual deverá obter em seu nome os licenciamentos ambientais pertinentes.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANA ROCHA DE MOURA ESTEVÃO

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

DESPACHO SDL-ANP Nº 237, DE 4 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de posto revendedor flutuante:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PF/AM0207601	J G COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS LTDA	20.905.644/0004-89	48610.008024/2020-15

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 238, DE 4 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPRO0371013	A. DOS SANTOS COMERCIO DE GAS E AGUA	31.470.515/0001-89	48610.001153/2021-55
GLPTO0370999	A. F. DA SILVA	24.058.890/0006-65	48610.001115/2021-01
GLPBA0370910	AGNALDO SOARES DOS SANTOS & CIA LTDA	27.651.217/0001-18	48610.000576/2021-58
GLPBA0371037	ANAILSON GOMES SILVA EIRELI	39.494.028/0001-68	48610.001188/2021-94
GLPCE0371033	ANTONIO AMANCIO PEREIRA JUNIOR	72.333.404/0001-08	48610.001177/2021-12
GLPBA0370940	ANTONIO LIMA DE CRISTO	38.017.761/0001-29	48610.001009/2021-19
GLPDF0371005	AUTO POSTO CINCO ESTRELAS LTDA	00.692.418/0023-12	48610.001136/2021-18
GLPPR0370931	BRUNO GREIN QUINTILIANO COMERCIO DE GAS	34.558.815/0001-02	48610.001042/2021-49
GLPRS0370987	CAMILA D.S.MAIA COMERCIO DE GAS EIRELI	37.718.740/0001-78	48610.000947/2021-00
GLPPB0370897	CARLA VANESKA FERNANDES LEAL	35.337.718/0001-52	48610.000587/2021-38
GLPMA0370937	CARLOS EDUARDO BORGES FERREIRA 64088456300	33.168.992/0001-10	48610.001047/2021-71
GLPBA0370969	CIDADE NOVA REVENDEDORA DE GLP LTDA	35.767.476/0001-37	48610.001295/2020-31
GLPMA0371021	C.K.F.DA SILVA	38.083.597/0001-58	48610.001161/2021-00
GLPSP0370995	COMERCIO SILVA DE GAS E AGUA LTDA	37.680.662/0001-60	48610.001105/2021-67
GLPDF0370903	COSTA & SANTOS CEILANDIA COMERCIO DE GAS LTDA	37.912.638/0001-09	48610.000509/2021-33
GLPSC0370929	COSTA COMBUSTIVEIS EIRELI	37.421.662/0001-45	48610.000249/2021-04
GLPGO0370983	CRIMEIA GAS COMERCIO LTDA	37.467.703/0001-34	48610.001084/2021-80
GLPBA0370960	DIGAS DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA	02.437.047/0004-95	48610.001076/2021-33
GLPGO0370958	DISTRIBUIDORA DE GAS SERRA VERDE LTDA	40.156.314/0001-00	48610.001072/2021-55
GLPES0370975	DISTRIBUIDORA DA BARRA LTDA	37.313.596/0001-90	48610.001223/2021-75
GLPRJ0370973	DISTRIBUIDORA DE GAS PAI E FILHO LTDA	20.864.017/0002-85	48610.007332/2020-15
GLPRR0371015	DULCIVANIA A. FERNANDES EIRELI	31.480.458/0002-08	48610.001155/2021-44
GLPRS0370927	EDER DORNELES DA SILVA & CIA LTDA	37.704.486/0001-59	48610.000913/2021-15
GLPSP0370901	EDGAR F. LOTO & CIA. LTDA	55.513.386/0001-27	48610.005928/2020-81
GLPGO0370905	EDIMARCIA M DA CRUZ EIRELI	39.675.072/0001-74	48610.000976/2021-63
GLPPR0370954	EDSON ROBERTO MENDES DOS SANTOS	40.542.124/0001-13	48610.001064/2021-17
GLPRJ0370985	ELITE COMERCIO DE GAS EIRELI	36.937.546/0001-10	48610.000646/2021-78
GLPGO0370979	EMG COMERCIO DE GAS E AGUA LTDA	38.204.097/0001-27	48610.001082/2021-91
GLPPA0370989	F RIBEIRO FERREIRA EIRELI	34.253.602/0001-72	48610.003739/2020-73
GLPGO0370966	FLOR DO INGA COMERCIO DE GAS EIRELI	37.616.027/0001-13	48610.001157/2021-33
GLPGO0370918	FRANCISCO ALVES DE SOUSA - O CATALANO	38.222.351/0001-10	48610.000151/2021-49
GLPRS0370944	GAUCHA COMERCIO E VAREJO DE GAS EIRELI	35.249.037/0001-32	48610.001056/2021-62
GLPPR0370888	GISLAINE DOS SANTOS BUENO DE ANDRADE	29.532.150/0002-09	48610.001022/2021-78
GLPSC0370991	GT DISTRIBUIDORA LTDA.	10.473.309/0002-33	48610.001103/2021-78
GLPPA0371025	H S B COMERCIO DE GAS EIRELI	39.416.097/0001-53	48610.001165/2021-80
GLPPR0370997	J. A. DOS SANTOS PADILHA LTDA	39.305.605/0001-26	48610.001108/2021-09
GLPAM0370890	JAIR MAIA BARBOSA EIRELI	36.295.484/0001-90	48610.001023/2021-12
GLPPE0371031	JASMIM COMERCIO DE GAS LTDA	17.034.077/0001-85	48610.001176/2021-60
GLPCE0371011	JOANA AGUIAR PARENTE	72.292.527/0001-48	48610.001143/2021-10
GLPPE0370956	JOAO PAULO DE S BARBOSA COMERCIO DE BEBIDAS	39.836.966/0001-07	48610.001070/2021-66
GLPPE0370907	JOSE BRUNO MANOEL BARBOSA DA SILVA	34.956.505/0001-46	48610.000060/2021-11
GLPPE0370933	JOSE EDUARDO TEODOZIO DE MELO	35.295.812/0001-96	48610.001043/2021-93
GLPMG0371003	JOSE GERALDO SILVA 59338326691	39.903.339/0001-33	48610.001121/2021-50
GLPRS0371029	LUCIDIO TREVIZAN PEDRAS	19.527.450/0001-65	48610.001172/2021-81
GLPSP0371001	LUCIRENE DE JESUS RODRIGUES	32.402.721/0001-14	48610.001116/2021-47
GLPMS0370948	LUDMILLA FERNANDES MENDES	39.847.156/0001-48	48610.001060/2021-21
GLPSP0370881	M A RUIZ GAS	40.669.068/0001-82	48610.001016/2021-11
GLPPI0371027	MARCOS ANTONIO ALENCAR LTDA	37.908.890/0001-44	48610.001170/2021-92
GLPRN0370925	MARIA ALVES DO SOCORRO LIMA 01839549475	29.935.375/0001-25	48610.006342/2020-33
GLPSP0370892	MARIA APARECIDA DA SILVA COMERCIO DE GAS LTDA	34.545.265/0002-78	48610.001024/2021-67
GLPSP0370971	MIRIAN SOUSA COMERCIO DE GAS	39.565.727/0001-51	48610.000842/2021-42
GLPRJ0370952	MONTANHA GAS - COMERCIO DE GLP LTDA	38.145.145/0001-53	48610.001063/2021-64
GLPBA0370942	NAHUM NUNES MENEZES RIOS	39.889.747/0001-88	48610.001050/2021-95
GLPMG0370879	NARRIMAN POLIANA LINO DA COSTA	30.077.923/0001-02	48610.001015/2021-76
GLPSP0371023	P N DE QUEIROZ AQUINO COMERCIO DE GLP	37.841.907/0001-93	48610.001162/2021-46
GLPAP0370877	P. S. F. DA SILVA JUNIOR	37.648.586/0001-05	48610.001011/2021-98
GLPMT0370914	PADILHA E MARQUES DISTRIBUIDORA LTDA	38.426.544/0001-92	48610.001034/2021-01
GLPSP0370899	PAMELA STEFANY CERQUEIRA DA SILVA 42532895845	29.973.185/0001-00	48610.003434/2020-61
GLPAP0370946	PONTUAL EMPREENDIMENTOS LTDA	37.798.310/0001-03	48610.001059/2021-04
GLPPA0370977	POSTO CAPITAL AUGUSTO MONTENEGRO LTDA	36.634.515/0001-90	48610.001079/2021-77
GLPMA0370962	POSTO MAIS BALSAS LTDA	28.520.862/0001-64	48610.001077/2021-88
GLPCE0370921	REVENDA DE GAS MORORO LTDA	39.999.143/0001-94	48610.000901/2021-82
GLPPE0370993	RIT COMERCIO DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO EIRELI	07.819.641/0002-00	48610.001104/2021-12
GLPBA0370935	ROMARIO CASTRO SILVA	39.644.659/0001-16	48610.001044/2021-38
GLPMG0371019	ROMEU JACHSON GOMES	07.520.986/0001-70	48610.001160/2021-57
GLPSC0371039	ROSANGELA MORESCO	11.650.867/0003-70	48610.001193/2021-05
GLPPR0370883	R.R.B DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA	40.014.297/0001-69	48610.001018/2021-18
GLPPA0371009	RUDIELIO VIANA DE OLIVEIRA	39.833.917/0001-02	48610.001141/2021-21
GLPSP0370964	SALOMAO GAS LTDA	40.390.949/0001-60	48610.000917/2021-95
GLPGO0370912	SEBASTIAO VIRGINO DA SILVA	27.829.586/0003-10	48610.000601/2021-01
GLPSP0371041	ST MORATO DISTRIBUIDORA DE GAS EIRELI	38.016.751/0001-79	48610.001194/2021-41
GLPSP0370950	SUPER GAS BAMBI LTDA	24.429.747/0001-28	48610.001061/2021-75
GLPMG0370916	SUPERMERCADO FRANGOL LTDA	31.981.789/0003-02	48610.007862/2020-63
GLPSP0370923	THAREK MAJIDE BANNOUT GAS	29.200.081/0001-55	48610.000459/2021-94
GLPCE0371035	TIAGO JOSE PEREIRA DOS SANTOS	37.467.381/0001-23	48610.001186/2021-03
GLPRS0370894	TIAGO SCHAEFFER DA SILVA GAS	33.458.352/0001-44	48610.001026/2021-56
GLPSP0371007	TRES IRMAOS COMERCIO DE AGUA E GAS LTDA	40.015.243/0001-18	48610.001140/2021-86
GLPSP0371044	VG COMERCIO DE GAS LTDA	40.372.172/0001-00	48610.000967/2021-72
GLPMG0370886	WR COMERCIO DE GAS E AGUA LTDA	40.360.169/0001-77	48610.001019/2021-54
GLPDF0371017	ZEZINHO DO GAS COMERCIO VAREJISTA DE GLP EIRELI	39.359.158/0001-98	48610.001156/2021-99
GLPSP0370981	ZILOGAS BAURU LTDA	22.889.416/0004-98	48610.000930/2021-44

CEZAR CARAM ISSA

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO SPC-ANP Nº 128, DE 4 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Resolução ANP nº 734, de 28 de junho de 2018, para o caso previsto no inciso III do art. 7º, e o que consta do Processo ANP nº 48610.219285/2020-51, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a operação da instalação produtora de etanol da SADA BIO-ENERGIA E AGRICULTURA LTDA., CNPJ nº 06.044.698/0008-08, com capacidade de produção de 600 m³/dia de etanol hidratado, localizada no Lote 3022 - Gleba 1 - Etapa II - Projeto Jaíba , s/n, Zona Rural, Jaíba - MG, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor.

Art. 2º Fica revogada a Autorização ANP nº 197, de 07/03/2018, publicada no DOU de 08/03/2018.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

THYAGO GROTTI VIEIRA

DESPACHO SPC-ANP Nº 236, DE 4 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Resolução ANP nº 734, de 28 de junho de 2018, e o que consta do Processo ANP nº 48610.201736/2021-84, resolve:

1º Fica alterada a razão social da RIO CLARO AGROINDUSTRIAL S.A., CNPJ nº 08.598.391/0001-08, para RIO CLARO AGROINDUSTRIAL S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, mantendo o mesmo CNPJ, na Autorização ANP nº 883 de 23/08/2018, publicada no DOU de 24/08/2018, relativa ao exercício da atividade de produção de etanol, da empresa localizada na Fazenda Santo Antonio, Zona Rural, Caçu - GO.

2º Fica alterada a razão social da RIO CLARO AGROINDUSTRIAL S A, CNPJ nº 08.598.391/0001-08, para RIO CLARO AGROINDUSTRIAL S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, mantendo o mesmo CNPJ, na Autorização ANP nº 754 de 24/07/2015, publicada no DOU de 27/07/2015, relativa à instalação produtora de etanol localizada na Fazenda Santo Antonio, Zona Rural, Caçu - GO.

3º Este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

THYAGO GROTTI VIEIRA

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 639, DE 4 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2006.01.55474, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 63, de 4 de março de 2021, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia post mortem de AGOSTINHO MOREIRA, filho de MARIA DE JESUS MOREIRA.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 640, DE 4 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2006.01.53630, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 64, de 4 de março de 2021, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia post mortem de CESAR AUGUSTO BRANDÃO VIANA, filho de EULINA BRANDÃO VIANNA.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 641, DE 4 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.10270, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 65, de 4 de março de 2021, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia post mortem de ANTÔNIO LEITE DE MIRANDA, filho de CLEMENTINA LEITE.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 642, DE 4 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2007.01.57105, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 66, de 4 de março de 2021, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia post mortem de NEWTON LIBANIO DA SILVA, filho de ALZEMIRA DA CONCEIÇÃO SILVA.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 643, DE 4 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2010.01.68333, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 67, de 4 de março de 2021, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia formulado por NAZIRA SINJEB MACHADO VIEIRA, inscrita no CPF sob o nº 128.093.577-49.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 644, DE 4 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2007.01.57255, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 68, de 4 de março de 2021, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia formulado por ABELINO FINGER, inscrito no CPF sob o nº 062.081.260-53.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 645, DE 4 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2001.01.00169, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 69, de 4 de março de 2021, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia formulado por NELSON STUDART FILHO, inscrito no CPF sob o nº 086.947.291-72.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 646, DE 4 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2004.01.46202, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 70, de 4 de março de 2021, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia formulado por GUARACY MODESTO DIAS, inscrito no CPF sob o nº 022.845.612-68.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 647, DE 4 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.18376, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 71, de 4 de março de 2021, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia formulado por JOSÉ RODRIGUES MAGALHÃES, inscrito no CPF sob o nº 122.693.791-87.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 648, DE 4 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.27228, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 72, de 4 de março de 2021, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia formulado por PAULO CÉSAR DANTAS ESTEVES, inscrito no CPF sob o nº 028.664.047-34.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 649, DE 4 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.23036, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 73, de 4 de março de 2021, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia post mortem de IRAJÁ GOMES DE SÁ, filho de ERMELINA GOMES DE SÁ.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 650, DE 4 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2010.01.67242, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 74, de 4 de março de 2021, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia formulado por CEZAR DE CASTRO E SILVA, inscrito no CPF sob o nº 128.612.607-00.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 651, DE 4 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2010.01.68100, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 75, de 4 de março de 2021, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia formulado por ELIETE DA SILVA TELLES, inscrita no CPF sob o nº 775.984.747-53.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 652, DE 4 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.07335, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 76, de 4 de março de 2021, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia formulado por CÍCERO JOSÉ XAVIER, inscrito no CPF sob o nº 139.600.594-34.

DAMARES REGINA ALVES

Ministério das Relações Exteriores

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

PORTARIA FUNAG Nº 62, DE 4 DE MARÇO DE 2021

Revoga portaria normativa no âmbito da Fundação Alexandre de Gusmão.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - FUNAG, no exercício das atribuições previstas no inciso VI do art. 16 do anexo I do Decreto nº 10.099, de 6 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1° Revogar a Portaria n° 75, de 21 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 22 de novembro de 2018, Seção 1, página 71.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor em 1º de abril de 2021.

ROBERTO GOIDANICH

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM/MS Nº 385, DE 4 DE MARÇO DE 2021

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família, no Município de São Gonçalo/RJ, em virtude de irregularidades/impropriedades detectadas pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS - DENASUS, especialmente no que tange ao descumprimento de carga horária por parte dos profissionais das equipes de Saúde da Família, conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Primária;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria de Consolidação GM/MS 2, de 28 de setembro de 2017;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Primária transferidos aos municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro de Custeio da Atenção Primária à Saúde para a Estratégia Saúde da Família, resolve:

Art. 1º - Suspender a transferência do incentivo financeiro referente a equipes de Saúde da Família, a partir da competência financeira fevereiro/2021, do Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á em 2 (duas) Equipes de Saúde da Família do Município de São Gonçalo/RJ, e perdurará até a adequação das irregularidades por parte do Município, devidamente comprovadas por meio de supervisão técnica por parte da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

PORTARIA GM/MS Nº 386, DE 4 DE MARÇO DE 2021

Estabelece a dedução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC dos Estados e Municípios, referente ao Incentivo de Adesão à Contratualização - IAC.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Capítulo II, Seção I - Das Politicas Gerais de Organização da Atenção à Saúde da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o art. 2º da Portaria GM/MS nº 2.925, de 1º de novembro de 2017, que revoga as legislações que instituem o Incentivo de Qualificação da Gestão Hospitalar (IGH);

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, 28 de setembro 2008, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde; e

Considerando Ofício nº 212/2021/CGAHD/DAHU/SAES/MS, de 4 de fevereiro de 2021, constante no NUP-SEI nº 25000.016302/2021-63, resolve:

Art. 1º Fica estabelecida a dedução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 8.019.968,07 (oito milhões, dezenove mil novecentos e sessenta e oito reais e sete centavos), incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC dos Estados e Municípios, referente ao Incentivo de Adesão à Contratualização - IAC, conforme Anexo a esta Portaria.

Art. 2º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, deixa de onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018-8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

UF	MUNICÍPIO	CNES	NOME FANTASIA	GESTÃO	ANO	Nº DA PORTARIA	DATA DA PORTARIA	Data da Publicação	DATA Republicação	Data da Retificação	MOTIVO DA DESABILITAÇÃO	VALOR DO RECURSO - ANO
BA	SANTO AMARO	2603292	HOSPITAL MATERNIDADE DE SANTO AMARO	ESTADUAL	2007	PORTARIA Nº 1.932/GM/MS	10/08/2007	13/08/2007	31/08/2007	14/11/2007	SEM PRODUÇÃO SIA/SIH	R$ 88.904,86
BA	SANTO AMARO	2603292	HOSPITAL MATERNIDADE DE SANTO AMARO	ESTADUAL	2008	PORTARIA Nº 3130/GM/MS	24/12/2008	26/12/2008	22/01/2009		SEM PRODUÇÃO SIA/SIH	R$ 17.780,97
BA	SANTO AMARO	2603292	HOSPITAL MATERNIDADE DE SANTO AMARO	ESTADUAL	2011	PORTARIA Nº 2506/GM/MS	26/10/2011	27/10/2011	30/11/2011		SEM PRODUÇÃO SIA/SIH	R$ 40.165,73
BA	SANTO AMARO	2603292	HOSPITAL MATERNIDADE DE SANTO AMARO	ESTADUAL	2012	PORTARIA Nº 1416/GM/MS	06/07/2012	09/07/2012	07/08/2012 15/08/2012 19/09/2012		SEM PRODUÇÃO SIA/SIH	R$ 22.609,84
BA Total												R$ 169.461,40
CE	FORTALEZA	2644975	HOSPITAL BATISTA MEMORIAL	MUNICIPAL	2008	PORTARIA Nº Nº 3130	24/12/2008	26/12/2008	22/01/2009		SEM PRODUÇÃO SIA/SIH	R$ 38.949,90
CE	FORTALEZA	2644975	HOSPITAL BATISTA MEMORIAL	MUNICIPAL	2011	PORTARIA Nº 2506/GM/MS	26/10/2011	27/10/2011	30/11/2011		SEM PRODUÇÃO SIA/SIH	R$ 194.056,10
CE	FORTALEZA	2644975	HOSPITAL BATISTA MEMORIAL	MUNICIPAL	2012	PORTARIA Nº 1416/GM/MS	06/07/2012	09/07/2012	07/08/2012 15/08/2012 19/09/2012		SEM PRODUÇÃO SIA/SIH	R$ 97.110,48
CE	FORTALEZA	2644975	HOSPITAL BATISTA MEMORIAL	MUNICIPAL	2007	PORTARIA Nº 1932/GM/MS	10/08/2007	13/08/2007	31/08/2007	14/11/2007	SEM PRODUÇÃO SIA/SIH	R$ 194.749,51
CE Total												R$ 524.865,99
MG	BELO HORIZONTE	2695332	HOSPITAL DA CRIANCA	MUNICIPAL	2013	PORTARIA Nº 3166/GM/MS	20/12/2013	23/12/2013	26/12/2013		ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES NO CNES	R$ 1.091.605,22
MG Total												R$ 1.091.605,22
MT	CAMPO NOVO DO PARECIS	2655802	CENTRO HOSPITALAR PARECIS EUCLIDES HORST CAMPO NOVO	MUNICIPAL	2013	PORTARIA Nº 3166/GM/MS	20/12/2013	23/12/2013	26/12/2013		DESATIVADO NO CNES	R$ 541.932,07
MT	CUIABA	2655519	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CUIABA	MUNICIPAL	2007	PORTARIA Nº 2486/GM/MS	02/10/2007				DESATIVADO NO CNES	R$ 502.944,56
MT	CUIABA	2655519	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CUIABA	MUNICIPAL	2008	PORTARIA Nº 3.130/GM/MS	24/12/2008	26/12/2008	22/01/2009		DESATIVADO NO CNES	R$ 100.588,91
MT	CUIABA	2655519	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CUIABA	MUNICIPAL	2011	PORTARIA Nº 2506/GM/MS	26/10/2011	27/10/2011	30/11/2011		DESATIVADO NO CNES	R$ 479.321,55
MT	CUIABA	2655519	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CUIABA	MUNICIPAL	2012	PORTARIA Nº 1416/GM/MS	06/07/2012	09/07/2012	07/08/2012 15/08/2012 19/09/2012		DESATIVADO NO CNES	R$ 307.445,27
MT	CUIABA	2655519	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CUIABA	MUNICIPAL	2013	PORTARIA Nº Nº 3166/GM/MS	20/12/2013	23/12/2013	26/12/2013		DESATIVADO NO CNES	R$ 924.424,22
MT Total												R$ 2.856.656,58
PE	VERTENTES	4020014	HOSPITAL E MATERNIDADE DAS VERTENTES	MUNICIPAL	2008	PORTARIA Nº 3130/GM/MS	24/12/2008	26/12/2008	22/01/2009		DESATIVADO NO CNES	R$ 15.633,87
PE	VERTENTES	4020014	HOSPITAL E MATERNIDADE DAS VERTENTES	MUNICIPAL	2007	PORTARIA Nº 1305/GM/MS	05/06/2007	03/10/2007			DESATIVADO NO CNES	R$ 78.169,33
PE	VERTENTES	4020014	HOSPITAL E MATERNIDADE DAS VERTENTES	MUNICIPAL	2011	PORTARIA Nº 2506/GM/MS	26/10/2011	27/10/2011	30/11/2011		DESATIVADO NO CNES	R$ 22.774,98
PE	VERTENTES	4020014	HOSPITAL E MATERNIDADE DAS VERTENTES	MUNICIPAL	2012	PORTARIA Nº 1416/GM/MS	06/07/2012	09/07/2012	07/08/2012 15/08/2012 19/09/2012		DESATIVADO NO CNES	R$ 46.231,10
PE	VERTENTES	4020014	HOSPITAL E MATERNIDADE DAS VERTENTES	MUNICIPAL	2012	PORTARIA Nº 3172/GM/MS	28/12/2012	31/12/2012	23/04/2013		DESATIVADO NO CNES	R$ 69.030,93
PE Total												R$ 231.840,21
SP	GARCA	2078023	HOSPITAL SAO LUCAS	MUNICIPAL	2007	PORTARIA Nº 504/GM/MS	07/03/2007	08/03/2007	16/03/2007		DESATIVADO NO CNES	R$ 140.331,95
SP	GARCA	2078023	HOSPITAL SAO LUCAS	MUNICIPAL	2008	PORTARIA Nº 3130/GM/MS	24/12/2008	26/12/2008	22/01/2009		DESATIVADO NO CNES	R$ 28.066,39
SP	GARCA	2078023	HOSPITAL SAO LUCAS	MUNICIPAL	2011	PORTARIA Nº 2506/GM/MS	26/10/2011	27/10/2011	30/11/2011		DESATIVADO NO CNES	R$ 91.604,35
SP	GARCA	2078023	HOSPITAL SAO LUCAS	MUNICIPAL	2012	PORTARIA Nº 1416/GM/MS	06/07/2012	09/07/2012	07/08/2012 15/08/2012 19/09/2012		DESATIVADO NO CNES	R$ 136.233,33
SP	GARCA	2078023	HOSPITAL SAO LUCAS	MUNICIPAL	2012	PORTARIA Nº 3172/GM/MS	28/12/2012	31/12/2012	23/04/2013		DESATIVADO NO CNES	R$ 185.405,75
SP	GARCA	2078023	HOSPITAL SAO LUCAS	MUNICIPAL	2013	PORTARIA Nº 3166/GM/MS	20/12/2013	23/12/2013	26/12/2013		DESATIVADO NO CNES	R$ 271.718,86
SP	MAUA	2751747	SANTA CASA DE MAUA	MUNICIPAL	2007	PORTARIA Nº Nº 504	07/03/2007	08/03/2007	16/03/2007		SEM PRODUÇÃO SIA/SIH	R$ 211.479,66
SP	MAUA	2751747	SANTA CASA DE MAUA	MUNICIPAL	2008	PORTARIA Nº Nº 3130	24/12/2008	26/12/2008	22/01/2009		SEM PRODUÇÃO SIA/SIH	R$ 42.295,93
SP	MAUA	2751747	SANTA CASA DE MAUA	MUNICIPAL	2011	PORTARIA Nº 2506/GM/MS	26/10/2011	27/10/2011	30/11/2011		SEM PRODUÇÃO SIA/SIH	R$ 186.921,78

SP	MAUA	2751747	SANTA CASA DE MAUA	MUNICIPAL	2012	PORTARIA Nº 1.416/GM/MS	06/07/2012	09/07/2012	07/08/2012 15/08/2012 19/09/2012		SEM PRODUÇÃO SIA/SIH	R$ 134.707,71
SP	SAO JOSE DOS CAMPOS	9539	IPMMI HOSPITAL MATERNO INFANTIL ANTONINHO DA ROCHA MARMO	MUNICIPAL	2014	PORTARIA Nº 807/GM/MS	08/05/2014	09/05/2014			SEM PRODUÇÃO SIA/SIH	R$ 1.716.772,96
SP Total												R$ 3.145.538,67
Total Geral												R$ 8.019.968,07

PORTARIA GM/MS Nº 390, DE 4 DE MARÇO DE 2021

Dispõe acerca da ampliação emergencial e temporária, pelo período improrrogável de 1 (um) ano, do número de vagas para profissionais médicos, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, para o Município de Rio Branco, no Estado do Acre, em razão da situação de emergência ocasionada pela pandemia novo Coronavírus (Covid-19).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, considerando a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, bem como decisões liminares proferidas nos autos da ADI nº 6625 pelo Ministro do STF Ricardo Lewandowski, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a ampliação emergencial e temporária, pelo período improrrogável de 1 (um) ano, de 14 (catorze) vagas para profissionais médicos, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, para o Município de Rio Branco, no Estado do Acre.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria GM/MS nº 256, de 17 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 35, de 19 de fevereiro de 2020, Seção 1, página 97,
Onde se lê: "do Estado de Minas Gerais e Município de Formiga."
Leia-se: "do Estado de Minas Gerais."
Onde se lê:

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	TIPO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA DESABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS DESABILITADOS	TOTAL Nº DE LEITOS	VALOR A SER DEDUZIDO (ANO) R$
MG	312610	FORMIGA	HOSPITAL SÃO LUIZ DE FORMIGA	2142376	MUNICIPAL	UTIN TIPO II	26.10 - UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL TIPO II (UTIN II)	7	10	978.503,68

Leia-se:

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	TIPO	PORTARIA GM/MS	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA DESABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS DESABILITADOS	TOTAL Nº DE LEITOS	VALOR A SER DEDUZIDO ANO (R$)
MG	312610	FORMIGA	HOSPITAL SÃO LUIZ DE FORMIGA	2142376	ESTADUAL	UTIN TIPO II	Nº 2.697/GM/MS, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014	26.10 - UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL TIPO II UTIN II)	7	10	978.503,68

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO

DESPACHO Nº 11, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º da Portaria nº 2.218/GM/MS, de 21 de agosto de 2019, e em cumprimento ao disposto no Decreto nº 9.380, de 22 de maio de 2018, resolve:

1. Fica aprovada, a partir da publicação deste Despacho, a seguinte solicitação de readequação da rede física do SUS:

PROCESSO NUP: 25004.001351/2020-81
MUNICÍPIO: PIRAJUÍ/SP
ESTABELECIMENTO ORIGINALMENTE PACTUADO: Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Porte I (Proposta SISMOB N° 11371.1870001/13-001)
READEQUAÇÃO SOLICITADA: Pronto Atendimento
DECISÃO: READEQUAÇÃO APROVADA.
EMBASAMENTO: NOTA TÉCNICA Nº 302/2020-CQIS/CGES/DESID/SE/MS

PEDRO GERALDO PINHEIRO DOS SANTOS

SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

PORTARIA Nº 11, DE 4 DE MARÇO DE 2021

Institui Câmara Técnica Assessora para contribuir com as ações estratégicas e atividade técnico-científica no âmbito da Secretaria de Atenção Primária à Saúde.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, do Decreto nº 9.795, de 11 de maio de 2019, resolve:

Art. 1º Instituir Câmara Técnica Assessora para contribuir com a atividade técnico-científica em matérias estratégicas de interesse da Secretaria de Atenção Primária à Saúde.

Parágrafo único. A Câmara Técnica Assessora tem a finalidade de promover discussões, avaliar e propor medidas, por meio do intercâmbio de conhecimentos e experiências, visando ao aperfeiçoamento de ações estratégicas e ao auxílio técnico-científico para a tomada de decisões sobre questões direta ou indiretamente relacionadas à Política Nacional de Atenção Básica - PNAB, de forma voluntária, específica e eventual.

Art. 2º São atribuições da Câmara Técnica Assessora em ações integradas à Secretaria de Atenção Primária à Saúde:

I - orientar na definição de métodos e procedimentos científicos e tecnológicos de cunho especializado, bem como na tomada de decisões;

II - realizar estudos específicos e correlacionados às suas áreas de especialização, quando e da forma que solicitados;

III - emitir recomendações acerca de novos estudos, protocolos e pesquisas científicas, apontando também seus pontos controversos, quando solicitado;

IV - participar de reuniões e acompanhar pautas relativas à PNAB, quando solicitado;

V - elaborar relatórios e encaminhar propostas de conteúdo técnico e científico para apreciação e decisão do Secretário de Atenção Primária à Saúde; e

VI- recomendar temas de pesquisa e contribuir na revisão e elaboração de normas técnicas e científicas de interesse da Secretaria de Atenção Primária à Saúde.

Parágrafo único. Os trabalhos provenientes da Câmara Técnica serão recebidos como sugestões e poderão ser aceitos no todo ou em parte, alterados ou não considerados pelas autoridades competentes.

§1º A manifestação da Câmara Técnica Assessora é de natureza opinativa e não vinculante.

§2º A atuação de especialistas e pesquisadores convidados da comunidade científica é não remunerada, possuindo caráter voluntário, não configurando qualquer tipo de vínculo empregatício com a Administração Pública, cabendo apenas o reconhecimento pela notória participação na construção da decisão técnica para qual contribuir.

§ 3º Eventuais direitos autorais resultantes da criação e elaboração do conteúdo técnico-científico serão de propriedade do Ministério da Saúde.

§ 4º As reuniões devem ser formalizadas em ata, que deverá conter o resumo das recomendações adotadas e a assinatura dos participantes.

Art. 3º Compõem a Câmara Técnica Assessora em atividade técnico-científica e ações estratégicas junto à Secretaria de Atenção Primária à Saúde:

I - Secretário de Atenção Primária à Saúde;

II - Coordenador-Geral de Provisão de Profissionais para Atenção Primária;

III - Diretor do Departamento do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas;

IV - Especialistas e pesquisadores convidados conforme Anexo I.

Art. 4º Para prestar contribuições às atividades técnico-científicas do Ministério da Saúde, os especialistas e pesquisadores da Câmara Técnica Assessora devem atender aos seguintes requisitos:

I - não possuir qualquer vínculo ou circunstância que possa suscitar potencial conflito de interesse em relação ao tema submetido a sua análise, de forma a permitir a atuação com independência e idoneidade;

II - possuir qualificação técnica e acadêmica necessária à atividade solicitada; e

III - manter confidencialidade em relação à documentação e informação técnica obtida, nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo único. Para fins dos incisos I e III do caput, poderão ser utilizados os termos constantes no Anexo II desta Portaria, sem prejuízo da prestação de informações adicionais, a critério do setor finalístico.

Art. 5º. A Câmara Técnica Assessora para ações estratégicas integradas junto à Secretaria de Atenção Primária à Saúde reunir-se-á uma vez por mês ou, extraordinariamente, quando convocada, sendo as reuniões formalizadas de acordo com o Termo de Referência, ANEXO III.

Parágrafo único. Os especialistas e pesquisadores convidados da Câmara Técnica Assessora não poderão indicar representantes ou substitutos no caso de impedimento no comparecimento às reuniões ordinárias e extraordinárias.

Art. 6º. As reuniões poderão ocorrer presencialmente para os membros da Câmara Técnica que se encontrarem no Distrito Federal.

Parágrafo único. Para os participantes que se encontrem em outros entes federativos, a participação da reunião será por meio de videoconferência.

Art. 7º A duração das atividades da Câmara Técnica Assessora não será superior a 30 de setembro de 2021.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE

ANEXO I

ESPECIALISTAS/PESQUISADORES	ESPECIALIDADE
Guilherme Loureiro Werneck	Métodos Epidemiológicos, Epidemiologia de Doenças Infecciosas, Espaço e Saúde; Epidemiologia e Violência, Saúde Materno-Infantil.
Amilcar Tanuri	Genética molecular e microorganismos, Biologia molecular; Doenças infecciosas e parasitárias.
Armando Henrique Norman	Medicina de família e comunidade, Antropologia.
Carlos Eduardo Aguilera Campos	Saúde da Família; Medicina Preventiva; Políticas e Planejamento em Saúde.
Gustavo Diniz Ferreira Gusso	Medicina de família e comunidade e Atenção Primária à Saúde.
Hercules de Pinho	Saúde da Família, saúde coletiva e medicina de grupo/trabalho.
Lígia Bahia	Políticas de Saúde Planejamento
Roger Keller Celeste	Epidemiologia e Planejamento e Políticas de Saúde e na área de Odontologia; Saúde bucal coletiva.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE CONFLITO INTERESSES

Eu,_____, portador do CPF nº_____e da cédula de identidade nº _____para atuar como membro da Câmara Técnica Assessora, prestando atividade técnico-científica consultiva de interesse ao Ministério da Saúde, e tendo fornecidas todas as informações pertinentes para a execução dessa atividade, declaro para os devidos fins que não possuo nenhum tipo de conflito de interesse relacionado ao tema submetido à minha análise, viabilizando, desta forma, a minha atuação técnico-científica.

Declaro ter ciência de que a prestação de declaração falsa me sujeitará às penalidades previstas na legislação.

Data: _____

Assinatura: _____

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Eu,_____, portador do CPF nº_____e da cédula de identidade nº _____, comprometo-me a manter confidencialidade com relação a toda documentação e informação técnica obtida por meio do Ministério da Saúde, concordando em não divulgar a terceiros informações e dados sigilosos e sujeitos a restrição de acesso, nos termos da legislação vigente.

Declaro ter ciência de que a inobservância me sujeitará às penalidades prevista na legislação.

Data: _____

Assinatura: _____

ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA PARA REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA ASSESSORA

1. Introdução

Breve descrição do histórico do assunto que será objeto de debate na reunião da câmara técnica assessora.

(Apresentar resumo dos principais objetivos pretendidos pela Câmara Técnica Assessora - suficientes para justificar a realização de reunião).

2. Temas a serem discutidos.

(Breve indicação dos propósitos que serão objeto de discussão no âmbito da câmara técnica).

Recomenda-se a criação de um regime de prioridades para as discussões, de forma a melhor organizar os trabalhos pretendidos.

3. Metas e Objetivos.

(Apontar as metas e os objetivos que se pretende alcançar com a instalação da câmara técnica).

Obs: As metas são pontos amplos e abrangentes, que devem focar no projeto como um todo. Os objetivos, por sua vez, referem-se a pontos mais tangíveis e, preferencialmente, classificados em de curto, médio ou longo prazo.

4. Composição.

(Indicar os participantes que farão parte da composição da câmara técnica, apontando o segmento por eles representado, bem como as associações ou entidades que representam. Embora não seja obrigatório, é recomendável incluir ainda as formas de contato com estes membros, como seu endereço de correio eletrônico e números de telefone).

5. Metodologia dos trabalhos.

(Especificar detalhes sobre o funcionamento pretendido para os trabalhos da câmara técnica).

Neste tópico, devem ser explicitados, obrigatoriamente, os seguintes pontos:

Data da Reunião.

Horário e Pauta.

Prazos para entrega de trabalhos/relatórios, se necessário.

6. Cronograma de atividades.

O cronograma deve incluir, obrigatoriamente, a indicação da data de início e de término dos trabalhos.

DATA xx/xx/xxxx.

ATIVIDADE:

OBJETIVO:

- Data máxima para conclusão dos trabalho: xx/xx/xxxx.
- Conclusão dos trabalhos, entrega do objeto e apresentação do relatório final.

7. Considerações finais.

Espaço destinado a outras considerações, não constantes nos demais itens do termo de referência mas cujo comunicado se faça importante.

CIDADE, DIA de MÊS de ANO.

_____

(Assinatura do Diretor)

APROVADO

_____

Secretário de Atenção Primária à Saúde

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 2, DE 4 DE MARÇO DE 2021

Revoga Portarias com efeitos exauridos.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, do Ministério da Saúde, no uso das competências delineadas nos art. 44 e 45, do Anexo I, do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, resolve:

Art. 1º Ficam revogadas as seguintes normas:

I - Portaria SPS/MS nº 40, de 25 de julho de 2000, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 28 de julho de 2000, p. 28;

II - Portaria SPS/MS nº 41, de 25 de julho de 2000, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 28 de julho de 2000, p. 28;

III - Portaria SIS/MS nº 49, de 05 de julho de 2001, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de julho de 2001, p. 179;

IV - Portaria SGTES/MS nº 11, de 17 de dezembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 20 de dezembro de 2004, p. 57;

V - Portaria Conjunta SGTES/MS, SVS/MS nº 1, de 03 de novembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 04 de novembro de 2005, p. 28;

VI - Portaria SGTES/MS nº 13, de 13 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 15 de dezembro de 2006, p. 130;

VII - Portaria SGTES/MS nº 6, de 11 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 14 de maio de 2007, p. 157;

VIII - Portaria SGTES/MS nº 36, de 26 de outubro de 2007, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 29 de outubro de 2007, p. 42;

IX - Portaria SGTES/MS nº 41, de 27 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 28 de novembro de 2007, p. 144;

X - Portaria SGTES/MS nº 19, de 27 de maio de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 28 de maio de 2008, p. 58;

XI - Portaria SGTES/MS nº 3, de 07 de maio de 2009, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 08 de maio de 2009, p. 64;

XII - Portaria SGTES/MS nº 11, de 21 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 22 de novembro de 2011, p. 48;

XIII - Portaria SGTES/MS nº 6, de 03 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 04 de abril de 2012, p. 84;

XIV - Portaria SGTES/MS nº 16, de 17 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 18 de setembro de 2012, p. 35;

XV - Portaria SGTES/MS nº 2, de 07 de fevereiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 08 de fevereiro de 2013, p. 78;

XVI - Portaria SGTES/MS nº 333, de 10 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 11 de setembro de 2014, p. 47;

XVII - Portaria SGTES/MS nº 338, de 11 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 12 de setembro de 2014, p. 81;

XVIII - Portaria SGTES/MS nº 3, de 11 de janeiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 12 de janeiro de 2016, p. 35;

XIX - Portaria SGTES/MS nº 165, de 04 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 05 de abril de 2016, p. 40;

XX - Portaria SGTES/MS nº 175, de 12 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 13 de abril de 2016, p. 57;

XXI - Portaria SGTES/MS nº 177, de 13 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 14 de abril de 2016, p. 61;

XXII - Portaria SGTES/MS nº 527, de 01 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 03 de novembro de 2016, p. 50;

XXIII - Portaria SGTES/MS nº 542, de 30 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 01 de dezembro de 2016, p. 70;

XXIV - Portaria SGTES/MS nº 561, de 26 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 27 de dezembro de 2016, p. 287;

XXV - Portaria SGTES/MS nº 563, de 29 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 30 de dezembro de 2016, p. 326;

XXVI - Portaria SGTES/MS nº 29, de 15 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 16 de janeiro de 2018, p. 44;

XXVII - Portaria SGTES/MS nº 34, de 23 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 24 de janeiro de 2018, p. 36;

XXVIII - Portaria SGTES/MS nº 43, de 26 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 29 de janeiro de 2018, p. 80;

XXIX - Portaria SGTES/MS nº 170, de 26 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 27 de abril de 2018, p. 90;

XXX - Portaria SGTES/MS nº 267, de 12 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 14 de setembro de 2018, p. 27;

XXXI - Portaria SGTES/MS nº 285, de 01 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 02 de outubro de 2018, p. 68;

XXXII - Portaria SGTES/MS nº 295, de 09 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 10 de outubro de 2018, p. 70;

XXXIII - Portaria SGTES/MS nº 306, de 22 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 13 de outubro de 2018, p. 118;

XXXIV - Portaria SGTES/MS nº 313, de 30 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 31 de outubro de 2018, p. 41; e

XXXV - Portaria SGTES/MS nº 337, de 27 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 31 de dezembro de 2018, p. 125.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAYRA ISABEL CORREIA PINHEIRO

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PORTARIA PT Nº 142, DE 3 DE MARÇO DE 2021

Aprova o Plano Integrado para a Gestão Sanitária da Segurança do Paciente em Serviços de Saúde 2021 - 2025 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 47, IX, aliado ao art. 54, III, § 3º, do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Integrado para a Gestão Sanitária da Segurança do Paciente em Serviços de Saúde 2021 - 2025, vigente a partir da assinatura desta Portaria.

Parágrafo único. A íntegra do Plano Integrado para a Gestão Sanitária da Segurança do Paciente em Serviços de Saúde - 2021 - 2025, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, estará disponível para consulta dos interessados no portal eletrônico: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes

Art. 2º O Plano Integrado para a Gestão Sanitária da Segurança do Paciente em Serviços de Saúde 2021 - 2025 poderá ser revisto, sempre que necessário, a fim de assegurar o seu alinhamento às prioridades e estratégias institucionais, à disponibilidade financeira e orçamentária e às mudanças na legislação pertinente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES

PORTARIA PT Nº 143, DE 3 DE MARÇO DE 2021

Aprova o Programa Nacional de Prevenção e Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PNPCIRAS) - 2021 - 2025 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no 47, IX, aliado ao art. 54, III, § 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar o Programa Nacional de Prevenção e Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PNPCIRAS) - 2021 - 2025, vigente a partir da assinatura dessa Portaria.

Parágrafo único. A íntegra do PNPCIRAS - 2021 - 2025 estará disponível para consulta dos interessados no portal eletrônico: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes.

Art. 2º O PNPCIRAS - 2021 - 2025 poderá ser revisto, sempre que necessário, a fim de assegurar o seu alinhamento às prioridades e estratégias institucionais, à disponibilidade financeira e orçamentária e às mudanças na legislação pertinente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 474, DE 3 DE MARÇO DE 2021 (*)

Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 352, de 20 de março de 2020, que dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de matéria-prima, produto semi-elaborado, produto a granel ou produto farmacêutico acabado destinados ao combate da COVID-19.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere os art. 15, III e IV, aliado ao art. 7°, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, inciso VI, §§ 1º e 3º, do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Resolução, conforme deliberado em Reunião Extraordinária - RExtra n° 3, realizada em 3 de março de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º A Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 352, de 20 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União Edição Extra n° 55-G, de 20 de março de 2021, Seção 1, pág. 13, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º A exportação de oxigênio medicinal (O2), vacinas contra a Covid-19, nitazoxanida, cloroquina, hidroxicloroquina, azitromicina, fentanil, midazolam, etossuximida, propofol, pancurônio, vecurônio, rocurônio, succinilcolina, ivermectina, heparina sódica suína, heparina sódica bovina e enoxaparina sódica na forma de matéria-prima, produto semi-elaborado, produto a granel ou produto acabado necessitarão, temporariamente, de autorização prévia da Anvisa.

Parágrafo único. A autorização prévia também se aplica aos insumos farmacêuticos ativos, sais, éteres e ésteres das substâncias descritas no caput." (NR)

"Art. 2º Para fins de autorização prévia de exportação, as empresas interessadas deverão registrar o modelo de LPCO "E00079 - Autorização de Exportação (AEX) - Anvisa" no Portal Único de Comércio Exterior.

Parágrafo único. A quantidade a ser exportada e a unidade de medida devem constar no campo "Informações adicionais" quando os demais campos do LPCO não forem específicos." (NR)

"Art. 3º A autorização prévia para exportação será concedida pela Diretoria Colegiada da Anvisa." (NR)

.....

"Art. 5º A vigência desta Resolução cessará automaticamente a partir do reconhecimento pelo Ministério da Saúde de que não mais se configura a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional declarada pela Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020." (NR)

Art. 2º Fica revogada a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 395, de 9 de junho de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 114, Seção 1, do dia 17 de junho de 2020, pág. 82.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES

(*)Republicada por incorreção no original, publicado no Diário Oficial da União Edição Extra n° 41-A, de 3 de março de 2021, Seção 1, pág.1.

DESPACHO Nº 18, DE 3 DE MARÇO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao art. 53, X, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e conforme deliberado em reunião realizada por meio do Circuito Deliberativo - CD_DN 158/2021, de 25 de fevereiro de 2021, resolve:

Art. 1° Conceder anuência excepcional para aplicação retroativa de ampliação de prazo da validade de lotes de produtos para diagnóstico in vitro registrados conforme as disposições da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 348, de 17 de março de 2020, nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 445, de 10 de dezembro de 2020, conforme anexo.

Art. 2° O disposto no presente Despacho entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO

NOME DA EMPRESA: VR Medical Importadora e Distribuidora de Produtos Médicos LTDA.
CNPJ: 04.718.143/0001-94
NÚMERO DO PROCESSO: 25351.206083/2020-41
ASSUNTO: 80277 - IVD - Anuência excepcional para aplicação retroativa de ampliação de prazo de validade
NOME DO PRODUTO: Maglumi IgM 2019-nCOV CLIA
NÚMERO DO REGISTRO: 80102512431
LOTE APROVADO: 2712001001
PRAZO DE VALIDADE: 12 meses, contados a partir da data de fabricação
NOME DA EMPRESA: VR Medical Importadora e Distribuidora de Produtos Médicos LTDA.
CNPJ: 04.718.143/0001-94
NÚMERO DO PROCESSO: 25351.206115/2020-17
ASSUNTO: 80277 - IVD - Anuência excepcional para aplicação retroativa de ampliação de prazo de validade
NOME DO PRODUTO: Maglumi IgG 2019-nCOV CLIA
NÚMERO DO REGISTRO: 80102512430
LOTES APROVADOS: 2722001001, 2722001101, 2722001201, 2722000701
PRAZO DE VALIDADE: 12 meses, contados a partir da data de fabricação

DESPACHO Nº 19, DE 3 DE MARÇO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao art. 53, X, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e conforme deliberado em reunião realizada por meio do Circuito Deliberativo - CD_DN 158/2021, de 25 de fevereiro de 2021, resolve:

Art. 1° Não conceder anuência excepcional para aplicação retroativa de ampliação de prazo da validade de lotes de produtos para diagnóstico in vitro registrados conforme as disposições da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 348, de 17 de março de 2020, nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 445, de 10 de dezembro de 2020, conforme anexo.

Art. 2° O disposto no presente Despacho entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO

NOME DA EMPRESA: VR Medical Importadora e Distribuidora de Produtos Médicos LTDA.
CNPJ: 04.718.143/0001-94
NÚMERO DO PROCESSO: 25351.206083/2020-41
ASSUNTO: 80277 - IVD - Anuência excepcional para aplicação retroativa de ampliação de prazo de validade
NOME DO PRODUTO: Maglumi IgM 2019-nCOV CLIA
NÚMERO DO REGISTRO: 80102512431
LOTES NÃO APROVADOS: 2712001101 e 2712000701

DESPACHO Nº 21, DE 4 DE MARÇO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao art. 53, X, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e conforme deliberado por meio do Circuito Deliberativo - CD_DN 166/2021, de 26 de fevereiro de 2021, resolve:

Art. 1° Não conceder anuência excepcional para aplicação retroativa de ampliação de prazo da validade de lotes de produtos para diagnóstico in vitro registrados conforme as disposições da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 348, de 17 de março de 2020, nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 445, de 10 de dezembro de 2020, conforme anexo.

Art. 2° O disposto no presente Despacho entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO

NOME DA EMPRESA: 1000Medic Distribuidora Importadora Exportadora de Medicamentos LTDA.
CNPJ: 05.993.698/0001-07
NÚMERO DO PROCESSO: 25351.701963/2020-27
ASSUNTO: 80277 - IVD - Anuência excepcional para aplicação retroativa de ampliação de prazo de validade
NOME DO PRODUTO: Novo kit de detecção de ácido nucleico do coronavírus (2019-nCoV) (RT-PCR)
NÚMERO DO REGISTRO: 80207450022
LOTE NÃO APROVADO: 20200731

DESPACHO Nº 22, DE 4 DE MARÇO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao art. 53, X, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e conforme deliberado por meio de Circuito Deliberativo - CD_DN 159/2021, de 25 de fevereiro de 2021, resolve:

Art. 1° Conceder anuência excepcional para aplicação retroativa de ampliação de prazo da validade de lotes de produtos para diagnóstico in vitro registrados conforme as disposições da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 348, de 17 de março de 2020, nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 445, de 10 de dezembro de 2020, conforme anexo.

Art. 2° O disposto no presente Despacho entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO

NOME DA EMPRESA: 1000Medic Distribuidora Importadora Exportadora de Medicamentos LTDA.
CNPJ: 05.993.698/0001-07
NÚMERO DO PROCESSO: 25351.264267/2020-26
ASSUNTO: 80277 - IVD - Anuência excepcional para aplicação retroativa de ampliação de prazo de validade
NOME DO PRODUTO: Novo kit de teste de anticorpos IgM / IgG para coronavírus (2019-nCoV) (ouro coloidal)
NÚMERO DO REGISTRO: 80207450020
LOTE APROVADO: 20200509A
PRAZO DE VALIDADE: 12 meses, contados a partir da data de fabricação

RETIFICAÇÃO

No Aresto nº 1.415, de 26 de fevereiro de 2021, publicado no Diário Oficial da União n° 39, de 1º de março de 2021, Seção 1, pág. 115,

Onde se lê:

"Recorrente: Collect Importação e Comércio Ltda.

CNPJ: 53.452.157/0001-14

Processos: 25351.079654/2004-49 (Datavisa); 25351.933643/2019-09 (SEI)

Expediente: 0394166/18-3

Área: CRES1/GGREC

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto nº 41/2021/SEI/DIRE5/Anvisa."

Leia-se:

"Recorrente: Collect Importação e Comércio Ltda.

CNPJ: 53.452.157/0001-14

Processos: 25351.079654/2004-49 (Datavisa); 25351.933643/2019-09 (SEI)

Expediente: 0394166/18-3

Área: CRES1/GGREC

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto da relatora - Voto nº 230/2020/SEI/DIRE2/Anvisa."

2ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO RE Nº 910, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE
NÚMERO DE PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DE PETIÇÃO

BL INDÚSTRIA OTICA LTDA - 27.011.022/0001-03
Ribavirina
18/2021
25351.075684/2021-87 0668009/21-7
10750 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) - Sintético
25351.087903/2021-71 0705998/21-1
10483 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica de ORPC's - Medicamentos Sintéticos
PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A. - 33.009.945/0001-23
Ocrelizumabe
58/2017
25351.635904/2020-53 2180366/20-8
10479 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica - Produtos Biológicos

4ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO RE Nº 933, DE 4 DE MARÇO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: L.B.C. - LABORATORIO BRASIL COSMETICOS LTDA - ME - CNPJ: 15.483.013/0001-36
Produto - (Lote): REVITALISE EXTREME - CREME REESTRUTURANTE CAPILAR - BEST KERATIN TREATMENT - EXTREME HIGH LISPLASTY (Todos);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 0769565/21-9
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando que o produto classifica-se como Grau 2 e foi indevidamente notificado nesta Agência e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.
2. Empresa: REVO TECNOLOGIA E BELEZA LTDA - CNPJ: 33.389.591/0001-90
Produto - (Lote): JUST FOR YOU - SHAMPOO - EDIÇÃO ESPECIAL - REBOX (Todos); JUST FOR YOU - CONDICIONADOR - EDIÇÃO ESPECIAL - REBOX (Todos);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 0768385/21-5
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso, Recolhimento
Motivação: Considerando a comercialização do produto sem registro infringindo o art 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.
3. Empresa: DESCONHECIDA - CNPJ: DESCONHECIDO
Produto - (Lote): MULTI INSET- EXTERMINADOR DE INSETOS(TODOS);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 0823310/21-1
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão, Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comercialização, exposição à venda e fabricação de produto saneante sem registro, por empresa sem autorização de funcionamento (AFE) e de origem desconhecida, ostentando em sua rotulagem como produzido por: R. C. Agrícola Ltda, Autorização de Funcionamento (AFE) MS Nº 3.04191-1, número de registro ANVISA Nº 3.41910004, ambos pertencentes à empresa BASE FERTIL RIBEIRÃO COMERCIAL AGRICOLA, LTDA ME, CNPJ: 04.509.533/0001-54, dados de empresa regularizada e que não possui registro vigente para este produto, infringindo os arts. 2º e 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.
4. Empresa: B.E.G. INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS EIRELI - CNPJ: 14.459.066/0001-59
Produto - (Lote): TODOS (TODOS A PARTIR DE 02/12/2020);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 0807661/21-8
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão, Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comercialização, exposição à venda, fabricação de produtos sem registro por empresa sem autorização de funcionamento para a fabricação infringindo os arts. 2º e 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

RESOLUÇÃO RE Nº 938, DE 4 DE MARÇO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: MS BASTOS COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME - CNPJ: 13.882.701/0001-43
Produto - (Lote): Kit de teste rápido novo Coronavirus (2019-nCoV) IgM/IgG(20200708);
Tipo de Produto: Produtos para diagnóstico de uso in vitro
Expediente nº: 0751868/21-4
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Interdição cautelar
Motivação: Considerando o Laudo de Análise Fiscal 358.1P.0/2021, emitido pelo Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde - INCQS, que apresentou resultados insatisfatórios para os ensaios de sensibilidade e especificidade e considerando o art. 23 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

RESOLUÇÃO RE Nº 968, DE 4 DE MARÇO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018; resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: Desconhecida - CNPJ: Desconhecido
Produto - Apresentação (Lote): ELITE HEMP VITAMIN (TODOS); HEMP OIL (TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0819258/21-8
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Inutilização
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Comprovação da divulgação e comercialização por meio do site http://www.americanas.com.br dos produtos sem registro, fabricados por empresa desconhecida, em desacordo com os artigos 12, 50 e 59 da Lei nº 6.360/1976. As ações de fiscalização determinadas se aplicam a todos os medicamentos da marca Hemp Oil, bem como a quaisquer estabelecimentos físicos ou veículos de comunicação, inclusive eletrônicos, que comercializem ou divulguem os produtos.
.....
2. Empresa: Desconhecida - CNPJ: Desconhecido
Produto - Apresentação (Lote): TESTANAT 250 MG/4 ML(LOTES A PARTIR DE 01/01/2020); DECALAND DEPOT 200 MG/5 ML(LOTES A PARTIR DE 01/01/2020); METANDROSTENOLANA LANDELAN(LOTES A PARTIR DE 01/01/2020); STANOZOLAND 10 MG(LOTES A PARTIR DE 01/01/2020); STANOZOLAND DEPOT(LOTES A PARTIR DE 01/01/2020);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0808391/21-6
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Inutilização
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Comprovação da divulgação por meio do site http://www.landerlan.com.br dos produtos sem registro fabricados pela empresa Farmaco SA que não possui Autorização de Funcionamento de Empresa nesta Agência para fabricação de medicamentos, em desacordo com os artigos 12, 50 e 59 da Lei nº 6.360/1976. As ações de fiscalização determinadas se aplicam a todos os medicamentos da marca Landerlan bem como a quaisquer estabelecimentos físicos ou veículos de comunicação, inclusive eletrônicos, que comercializem ou divulguem os produtos.
.....
3. Empresa: WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 61.072.393/0001-33
Produto - Apresentação (Lote): DEPO-PROVERA - 150 MG/ML SUS INJ CT FA VD TRANS X 1 ML (DP5764);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0840105/21-5
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Confirmação de desvio no teste periódico de simulação de envase, em atendimento ao art. 6º da Lei nº 6360/1976 e à RDC nº 55/2005.
.....
4. Empresa: GLENMARK FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 44.363.661/0001-57
Produto - Apresentação (Lote): AEROGOLD - 100 MCG/DOSE PO AER INAL CT FR SPR AL X 200 DOSES (LOTES A PARTIR DE 01/01/2019); AEROGOLD - 100 MCG/DOSE PO AER INAL CT FR AL X 200 DOSES + INAL + ESPAÇ(LOTES A PARTIR DE 01/01/2019);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0825103/21-7
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Descumprimento do art. 7º da RDC 134/2003 que motivou o cancelamento do registro do medicamento e em atendimento ao art. 6º da Lei nº 6360/1976 e à RDC nº 55/2005.
.....
5. Empresa: Rei Terra Atacado - CNPJ: 00.810.269/0001-33
Produto - Apresentação (Lote): UNHA DE GATO UXI MTC 500 MG (TODOS); CENTELHA ASIATICA 500 MG (TODOS); TRIBULUS TERRESTRIS MTC 750 MG (TODOS); CÁSCARA SAGRADA MTC 500 MG (TODOS); ZEDOÁRIA EXTRATO IMPORTADO MTC 500MG (TODOS); GINKGO BILOBA + CASTANHA DA INDIA MTC (TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0834543/21-1
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Inutilização
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Comprovação da fabricação, divulgação e comercialização, por meio do site http://reiterraatacado.com.br/linha-mtc, de produtos fabricados pela empresa Sandro Meretti de Oliveira-ME (CNPJ: 00.810.269/0001-33) como sendo da Medicina Tradicional Chinesa (MTC), sem que estejam inscritos na Farmacopeia Chinesa, em descumprimento ao artigo 4º da RDC nº 21/2014, se caracterizando como medicamentos fitoterápicos/produtos fitoterápicos tradicionais sem registro ou notificação na Anvisa, descumprindo assim os artigos 2º, 12 e 59 da Lei nº 6.360/1976. As ações de fiscalização determinadas se aplicam a quaisquer estabelecimentos físicos ou veículos de comunicação, inclusive eletrônicos, que comercializem ou divulguem os produtos.
.....
6. Empresa: L DO NC da Cruz Produtos Naturais - CNPJ: 03.029.157/0001-38
Produto - Apresentação (Lote): CÁSCARA SAGRADA (TODOS); GARRA DO DIABO (TODOS); KAWA KAWA (TODOS); FLOR DA NOITE (TODOS); VIAGRON (TODOS); BERINJELA E ALCACHOFRA (TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0833267/21-3
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Inutilização
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Comprovação da fabricação e comercialização dos produtos sem registro na Anvisa, fabricados por empresa que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência para fabricação de medicamentos, em desacordo com os artigos 12, 50 e 59 da Lei nº 6.360/1976. As ações de fiscalização determinadas se aplicam a todos os medicamentos fabricados pela empresa L DO N C DA CRUZ PRODUTOS NATURAIS, bem como a quaisquer estabelecimentos físicos ou veículos de comunicação, inclusive eletrônicos, que comercializem ou divulguem os produtos.
.....

RESOLUÇÃO RE Nº 969, DE 4 DE MARÇO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, considerando as ações de campo de recolhimento iniciado pela empresa detentora de registro prevista no art. 9º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº. 23/2012, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: GETINGE DO BRASIL EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA. - CNPJ: 06.028.137/0001-30
Produto - (Lote): OXIGENADOR DE MEMBRANA QUADROX-i(92268316, 92268316, 92268318, 92268318, 92268318, 92268318, 92268316, 92268318, 92268318, 92268318.);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 0477043/21-9
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento - Voluntário
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Considerando a ação de campo de recolhimento iniciada pela empresa, em que a mesma de recolhimento voluntário de produto para saúde descrito como: Oxigenador de membrana Quadrox-i, número de registro MS.: 80259110207, referente ao lotes afetados, conforme art. 9º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 23/2012 e alerta de tecnovigilância 3419/2021.

RESOLUÇÃO RE Nº 970, DE 4 DE MARÇO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: Desconhecida - CNPJ:
Produto - (Lote): SONAR FETAL DOPPLER ULTRASSOM();
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 0610923/21-3
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Inutilização
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Transporte, Uso
Motivação: Considerando a comprovação da publicidade de produto para saúde irregular junto a ANVISA, descrito como Sonar Fetal Doppler Ultrassom, sem registro ou cadastro na Anvisa, por empresa que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência, conforme anúncio dado junto ao site mercadolivre.com.br, em desacordo com osArts. 12, 50 e 59 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976.

RESOLUÇÃO RE Nº 971, DE 4 DE MARÇO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando as ações de campo de recolhimento iniciado pela empresa detentora de registro prevista no art. 9º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº. 23/2012, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: BIOMERIEUX BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA - CNPJ: 33.040.635/0001-71
Produto - (Lote): VIDAS CMV IgM (CMVM)(100814323);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 0738713/21-0
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento - Voluntário
Motivação: Considerando a ação de campo de recolhimento iniciada pela empresa BIOMERIEUX BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA, enquadrada no art. 9º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº. 23/2012, e o alerta de tecnovigilância 3445/2021.

Ministério do Turismo

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA

SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 124, DE 4 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Considerando as diversas medidas de restrições de locomoção e de atividades econômicas, decretadas por estados e municípios, só serão analisadas e publicadas no Diário Oficial da União as propostas culturais, que envolvam interação presencial com o público, cujo local da execução não esteja em ente federativo em que haja restrição de circulação, toque de recolher, lockdown ou outras ações que impeçam a execução do projeto.

Parágrafo Único - A medida constante desta Portaria valerá por 15 (quinze) dias, a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogada ou suspensa, a depender da manutenção ou não das medidas restritivas nos referidos entes da federação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

PORTARIA N° 125, DE 4 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, considerando o sistema de Credenciamento criado pela Portaria nº 43, de 09 de julho de 2009, publicada no D.O.U. do dia 13 de julho de 2009, e o que dispõe os Capítulos IX e X da Portaria nº 39, de 12 de abril de 2017, publicada no D.O.U. do dia 12 de abril de 2017, resolve:

Art. 1º Tornar pública, a relação dos peritos descredenciados do Banco de Pareceristas da SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA, a pedido, conforme disposto no Art. 23 da Portaria nº 39, de 12 de abril de 2017, os quais foram habilitados por meio do Edital de Credenciamento de Pareceristas nº 1/2018, por nome, CPF, área e segmentos, constantes no anexo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

NOME	CPF	ÁREA	SEGMENTO
CRISTIANE FRAMARTINO BEZERRA	07134872831	Humanidades	Festival literário
			Livros ou obras de referência, impressos ou eletrônicos, de valor artístico, literário ou humanístico

PORTARIA Nº 126, DE 04 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei 8.313/91, Decreto 5.761/06 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
204708 - PROJETO DANÇAR 25 ANOS
Associação Amigos da FUNDARTE
CNPJ/CPF: 91.693.630/0001-44
Processo: 01400004699202099
Cidade: Montenegro - RS;
Valor Aprovado: R$ 221.011,67
Prazo de Captação: 05/03/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O projeto DANÇAR é um projeto que busca atender, crianças e jovens, através de duas aulas semanais de ballet clássico. Ao final do período letivo participam de um grande espetáculo, em que vários clássicos da literatura infantil, e, ballet de repertório, já foram apresentados. Estes espetáculos são apresentados à Comunidade do município de Montenegro e região. Além disto, os docentes do projeto realizarão uma palestra que antecederá a uma apresentação do Grupo de Dança ou do Grupo Experimental de Dança nas Escolas públicas de origem dos alunos do projeto. O projeto completa 25 anos em 2021. Em comiomemoração será produzido um caderno pedagógico, acompanhado por um DVD, que será distribuido gratuitamente.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
204723 - Pasteur - Itinerância 2021
PONTO DE PRODUCAO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 04.992.156/0001-57
Processo: 01400004714202007
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.330.281,00
Prazo de Captação: 05/03/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O projeto tem por objetivo levar às cidades de Campinas e Santo André a exposição "Pasteur, o cientista", desenvolvida e apresentada em Paris pela primeira vez pela Universcience, instituição francesa,vinculada ao Ministério da Cultura da França, responsável pela administração e desenvolvimento dos projetos do Palais de la Découverte e da Cité des Sciences, localizada no Parc de La Villette, atualmente em cartazno Sesc Interlagos, emSão Paulo. Louis Pasteur é considerado o "pai da ciência moderna" ea exposição convida a um mergulho no universo desse grande homem, no contexto histórico em que viveu, sua personalidadee mente científica. Prevê ainda, a título de contrapartida social, a realização de visitas guiadas gratuitas com educadores para alunos e professores, preferencialmente da rede pública de ensino.

204724 - Yara Tupynambá - Meio Ambiente
Instituto Yara Tupinambá
CNPJ/CPF: 22.644.074/0001-01
Processo: 01400004715202043
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 253.404,90
Prazo de Captação: 05/03/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Montagem da exposição "Yara Tupynambá - Meio ambiente". A mostra reúne obras de diferentes fases da carreira de Yara Tupynambá que é, para muitos estudiosos, a maior muralista viva. A exposição conta ainda com depoimentos em vídeo e instalação com sofisticado sistema de iluminação. Serão expostas telas de dimensões variadas, painéis, esboços, desenhos, potes e vasos de cerâmica, além de trabalhos inéditos da artista, produzidos em suportes não usuais como portas de armário e até uma mesa. Haverá amplo programa educativo contemplando também o público com deficiência.

204739 - Boa Vista
AYO CULTURAL LTDA
CNPJ/CPF: 29.369.059/0001-33
Processo: 01400004730202091
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 930.820,80
Prazo de Captação: 05/03/2021 à 31/08/2021
Resumo do Projeto: O Projeto Boa Vista, com curadoria de Daniela Labra é uma proposta especial onde durante seis meses apresentaremos diferentes artistas brasileiros de diferentes linguagens com obras inéditas para serem apresentadas num grande painel de LED no Centro de São Paulo na Rua Boa Vista. Visamos a integração da arte com a sociedade, bem como a sua polarização de forma democrática a todos os públicos levando a arte ao ambiente urbano. Além disso, neste momento inusitado os acessos à arte de forma formal e institucional se mostram mais restritos e sua explosão para o ambiente público pode proporcionar um maior contato com a cultura nacional e sua valorização.

205186 - Nise da Silveira (22 anos de morte) - da rebeldia ao afeto
M'Baraka Projetos e PRoducoes Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 07.959.913/0001-89
Processo: 01400005177202012
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 871.631,46
Prazo de Captação: 05/03/2021 à 28/10/2021
Resumo do Projeto: Projeto de exposição de artes e ciências, que convida a o público a indagar a relação histórica entre os campos da arte e loucura, a partir da trajetória da psicanalista Nise da Silveira na luta antimanicomial. Em 2021, completam-se 22 anos da sua morte, um número que gira em torno da simbologia popular sobre o universo da "loucura". O projeto propõe expor a relevância social, cultural e científica do trabalho de Nise, mas também objetiva dar continuidade ao debate sobre a garantia dos direitos das pessoas com sofrimentos psíquicos e, acima de tudo, apresentar a relação histórica entre arte e "loucura", nas mais diversas manifestações populares e artísticas (música, literatura, artes clássicas e contemporâneas, etc.). Como produtos secundários, serão produzidos catálogos da exposição e, como contrapartida social, serão garantidas visitas mediadas exclusivas, seguidas de palestras com equipe do projeto, para alunos e professores de escolas públicas.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
204735 - LIVRO: ROTA DO CAFÉ - FAZENDAS DE MINAS GERAIS II
Clésio Barbosa
CNPJ/CPF: 049.569.968-37
Processo: 01400004726202023
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 463.548,80
Prazo de Captação: 05/03/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Este projeto consiste na publicação de um livro, sobre a história do café, desde o descobrimento na África até a chegada em Minas Gerais e a cultura e produção das fazendas cafeeiras no Estado de MG. O Projeto prevê ainda palestras de contrapartida social.

204774 - RIOS DE SÃO PAULO (Título provisório)
BEI COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ/CPF: 01.764.496/0001-32
Processo: 01400004765202021
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 568.790,64
Prazo de Captação: 05/03/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Editar e publicar um livro de arte que contará a história dos rios da cidade de São Paulo. O projeto também realizará alestras/debates/seminários, gratuitos, para o público em geral e publicará na internet um site/plataformo com conteúdos complementares aos do livro.

204875 - Tempo e Veredas
HERMINA MARIA BERNARDA GERARDA WEIJENBORG GROOT
CNPJ/CPF: 640.063.361-87
Processo: 01400004866202000
Cidade: Cassilândia - MS;
Valor Aprovado: R$ 197.283,24
Prazo de Captação: 05/03/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O projeto "Tempo e Veredas" foi concebido para realizar a pesquisa, produção, publicação e tiragem da obra de mesmo título que irá através do olhar de uma jovem, com suas alegrias, amizades e dificuldades retratar uma parte fundamental da história dos imigrantes brasileiros.

204910 - Retratos do Cuidar
CEC Brasil Cultura Esporte e Cidadania LTDA - ME
CNPJ/CPF: 12.353.620/0001-93
Processo: 01400004901202082
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 670.541,30
Prazo de Captação: 05/03/2021 à 14/11/2021
Resumo do Projeto: O projeto Retratos do Cuidar prevê a publicação de um livro bilíngues (português/inglês), com 200 páginas que irá registrar a história e fotografia de pessoas que viveram 2020 na perspectiva de saúde e bem estar. Trata-se de imagens e histórias de personagens que viveram em espaços públicos e privados momentos de superação e construção de conhecimentos.Será estabelecida uma linha do tempo linear sobre o desenvolvimento do tema principal que é o cuidar em espaços multiplos. Esse conceito norteador possui função lúdica e narra elementos que facilitarão o entendimento do leitor da evolução dos conceitos de saúde e bem estar tendo como perspectiva a fotografia.

204925 - Encontros
ISADORA HOFSTAETTER ARTE E CULTURA
CNPJ/CPF: 36.210.079/0001-22
Processo: 01400004916202041
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 111.446,50
Prazo de Captação: 05/03/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Produção, impressão e distribuição do livro poético ilustrado Encontros (sugestão de nome). O projeto visa contribuir com o incentivo à produção literária nacional e a democratização de acesso ao livro por meio da distribuição gratuita, além de atividades de incentivo a leitura (contrapartida social).

204997 - Design do povo: na roça, na cidade, na praia
BEI COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ/CPF: 01.764.496/0001-32
Processo: 01400004988202098
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 524.205,00
Prazo de Captação: 05/03/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Levar ao público o design espontâneo, informal, popular ou gambiarra que é praticado no Brasil. Para isso, o projeto irá: - editar e publicar um livro de arte; - realizar debates, seminários e/ou palestras para jovens e crianças de áreas perifericas, assim como para o público em geral (esse produto também atenderá a contrapartida social).

PORTARIA Nº 127, DE 4 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
190417 - Cultura na Escola
ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL
CNPJ/CPF: 12.149.188/0001-13
Cidade: Frederico Westphalen - RS;
Valor Complementado: R$ 1.092,00
Valor total atual: R$ 262.160,80

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
200400 - Festival de Cordas
Tom Maior Espetáculos e Eventos LTDA
CNPJ/CPF: 03.823.768/0001-53
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 3.432,00
Valor total atual: R$ 908.556,00

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
180472 - Fotógrafas Brasileiras: Imagem Substantiva
GRIFO PROJETOS HISTORICOS E EDITORIAIS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 55.217.970/0001-35
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 1.012,00
Valor total atual: R$ 370.129,76

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
203582 - Plano Anual MARGS - 2021
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUSEU DE ARTE DO RIO GRANDE DO SUL ADO MALAGOLI
CNPJ/CPF: 88.642.301/0001-60
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Complementado: R$ 23.667,43
Valor total atual: R$ 603.966,11

PORTARIA Nº 128, DE 4 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
177386 - Jingle Bus
R & C EVENTOS, PROMOÇÕES E PUBLICIDADE LTDA.
CNPJ/CPF: 19.552.501/0001-09
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 30/04/2021

181788 - PRETA É A COR DO CÉU
KLEBER MARTINS SILVA 21850088896
CNPJ/CPF: 27.110.883/0001-49
Cidade: Osasco - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 30/06/2021

184789 - As Loucuras da Vó Grana
SSP Produções Culturais e Editora Ltda. EPP
CNPJ/CPF: 07.085.758/0001-19
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

185458 - Projeto Beija-Flor - Etapa VIII / Dança na Educação
ASSOCIACAO CRISTA FRANCISCO DE ASSIS
CNPJ/CPF: 54.139.860/0001-30
Cidade: Mococa - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

193169 - PROJETO FAI
SOLANGE GOMES DO NASCIMENTO
CNPJ/CPF: 352.952.378-00
Cidade: Monte Alto - SP;
Prazo de Captação: 01/10/2020 à 31/12/2020

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
201200 - Marcelo Bratke e Camerata Brasil - Clássicos Brasileiros
Yoyogi Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 17.532.416/0001-53
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 02/03/2021 à 31/12/2021

203752 - ORQUESTRA DE CÂMARA DA ROCINHA 2021 - Plano Anual
Associação Cultural Professor Hans Ulrich Koch
CNPJ/CPF: 02.044.699/0001-17
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

PORTARIA Nº 129, DE 4 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
202394 - Plano Anual 2021 - Viva e Deixe Viver
Associação Viva e Deixe Viver
CNPJ/CPF: 02.926.858/0001-07
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 232.335,00
Valor total atual: R$ 2.767.087,00

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
193164 - NATAL DAS AGUAS
DOI2 ENTRETENIMENTO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 21.994.141/0001-47
Cidade: Petrópolis - RJ;
Valor Reduzido: R$ 377.085,50
Valor total atual: R$ 385.478,50

193355 - FAM - FOOD, ART, MUSIC
SH7 Eventos Ltda
CNPJ/CPF: 18.261.315/0001-58
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 750.600,00
Valor total atual: R$ 4.668.643,00

200094 - ORQUESTRA SINFÔNICA DO PARANÁ - CLÁSSICOS UNIVERSAIS 3
INSTITUTO DE APOIO A ORQUESTRA SINFONICA DO PARANA
CNPJ/CPF: 27.211.256/0001-02
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 67.435,13
Valor total atual: R$ 72.889,30

203820 - Plano Anual de Atividades e Temporada 2021 - Orquestra Sinfônica Brasileira
Fundação Orquestra Sinfonica Brasileira
CNPJ/CPF: 33.659.327/0001-29
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 723.600,00
Valor total atual: R$ 19.974.322,00

203996 - Plano Anual de Atividades OCTSP 2021
ASSOCIAÇÃO PRÓ MÚSICA DE PORTO ALEGRE
CNPJ/CPF: 90.366.311/0001-61
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 65.435,00
Valor total atual: R$ 2.032.836,63

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
203978 - O Jardim da Vida
INTERLUDIO EVENTOS E SERVICOS ARTISTICOS E CULTURAIS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 02.942.976/0001-09
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 3.960,00
Valor total atual: R$ 659.507,64

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
184595 - Vindas - memórias da imigração - Volume II
Alessandra Perrinchelli Bucholdz
CNPJ/CPF: 014.556.399-58
Cidade: Ponta Grossa - PR;
Valor Reduzido: R$ 24.380,30
Valor total atual: R$ 135.629,12

186317 - Paisagens do Brasil
MARCOS PIFFER FOTOGRAFIA E EDITORA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 59.951.848/0001-49
Cidade: Santos - SP;
Valor Reduzido: R$ 11.269,77
Valor total atual: R$ 293.749,78

191524 - Tatá no Reino de Guapuruvu
DANIEL MACHADO 05854558998
CNPJ/CPF: 13.374.466/0001-07
Cidade: Joinville - SC;
Valor Reduzido: R$ 52.838,72
Valor total atual: R$ 82.526,84

194012 - Biblioteca do Centro Cultural Minas Tênis
Minas Tênis Clube
CNPJ/CPF: 17.217.951/0001-10
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 21.168,01
Valor total atual: R$ 716.713,83

194134 - 35ª Feira do Livro de Bento Gonçalves
FUNDACAO CASA DAS ARTES DE BENTO GONCALVES
CNPJ/CPF: 91.982.819/0001-57
Cidade: Bento Gonçalves - RS;
Valor Reduzido: R$ 122.457,50
Valor total atual: R$ 153.860,30

201116 - Livro - História do Balé Teatro Guaíra
ASSOCIACAO BRASILEIRA DE APOIADORES BENEMERITOS DO TEATRO GUAIRA
CNPJ/CPF: 09.234.896/0001-48
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 61.689,91
Valor total atual: R$ 564.319,80

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
204524 - Museu de Arte do Rio - Plano Anual 2021
INSTITUTO ODEON
CNPJ/CPF: 02.612.590/0002-10
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 460.612,61
Valor total atual: R$ 17.533.820,19

204741 - Plano Anual de Atividades do Museu da Pessoa 2021
Instituto Museu da Pessoa.Net
CNPJ/CPF: 05.210.186/0001-27
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 8.503,18
Valor total atual: R$ 4.981.114,45

204807 - Plano Anual de Atividades da Associação Museu Vale / 2021
Associação Museu Vale
CNPJ/CPF: 02.754.529/0001-26
Cidade: Vila Velha - ES;
Valor Reduzido: R$ 363.001,36
Valor total atual: R$ 17.218.299,55

205073 - Modernização e equipagem de museus e equipamentos culturais
Fundação Museu do Homen Americano
CNPJ/CPF: 07.682.107/0001-06
Cidade: São Raimundo Nonato - PI;
Valor Reduzido: R$ 397.917,18
Valor total atual: R$ 1.130.000,00

PORTARIA Nº 130, DE 4 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a(s) alteração(ões) do(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 193470 - Plano Anual - Museu Histórico Nacional 2021, publicado na portaria nº 0724/19 de 12/12/2019, no D.O.U. de 13/12/2019.

Onde se lê: O Plano Anual de Atividades do Museu Histórico Nacional (MHN) compreende a realização de um calendário de ações e eventos em torno de seu acervo, como a produção de uma exposição, um seminário internacional e publicações, a manutenção e aquisição de acervos, o desenvolvimento de ações educativas, de acessibilidade e de relacionamento comunitário, bem como a manutenção e consolidação do equipamento cultural, considerando a relevância e a escala do MHN. Dentre as ações previstas, listamos: estabelecimento do Código de Ética do MHN; reforma de espaço expositivo; preservação e conservação de acervo (itens do arquivo histórico e acervo museológico); aquisição de acervo museológico; realização de exposição de artes (incluindo catálogo e programa educativo); realização de seminário internacional; publicação de livro tátil sobre o acervo do Museu.

Leia-se: O Plano Anual de Atividades do Museu Histórico Nacional (MHN) compreende a realização de um calendário de ações e eventos em torno de seu acervo, como a produção de uma exposição, um seminário internacional e publicações, a manutenção e aquisição de acervos, o desenvolvimento de ações educativas, de acessibilidade e de relacionamento comunitário, bem como a manutenção e consolidação do equipamento cultural, considerando a relevância e a escala do MHN. Dentre as ações previstas, listamos: estabelecimento do Código de Ética do MHN; reforma de espaço expositivo; preservação e conservação de acervo (itens do arquivo histórico e acervo museológico); aquisição de acervo museológico; realização de exposição de artes (incluindo catálogo e programa educativo); realização de seminário internacional; publicação de livro sobre o acervo do Museu.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

PORTARIA IBRAM Nº 210, DE 2 DE MARÇO DE 2021

Define as competências dos agentes que atuam nos processos de Tomadas de Contas Especiais no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso IV do art. 20 do Anexo I do Decreto nº 6.845, de 7 de maio de 2009, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.954, de 5 de fevereiro de 2014, na Portaria nº 932, de 23 de fevereiro de 2017, e no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Esta Portaria estabelece as competências no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus-Ibram para a inserção de dados e de documentos no Sistema e-TCE, relativos ao cadastramento dos débitos cujo valor dispensa a instauração de TCE, nos termos dos incisos I e II do art. 6º da IN TCU nº 71, de 2012, do § 4º do art. 11 da Decisão Normativa - DN TCU n° 155/2016, e dos arts. 24 e 37 da Portaria TCU nº 122, de 20 de abril de 2018.

Art. 2º Para os fins previstos no art. 1º desta Portaria, a instauração, instrução e tramitação dos processos de cadastramento dos débitos apurados será de competência de cada unidade executora, cabendo ao seu dirigente designar o(s) servidor(es) a serem credenciados para inserção das informações no Sistema e-TCE.

Art. 3º O Departamento de Planejamento e Gestão Interna - DPGI, como unidade administrativa, ficará responsável pelos débitos apurados quando se tratar:

I - dos contratos de fornecimento de bens e serviços da Sede do Ibram e dos Museus a ele vinculados;

II - dos pagamentos realizados pela área de gestão de pessoas;

III - dos relativos a concessão de diárias e passagens;

IV - dos processos de apuração disciplinar que resultem em danos ao erário.

V- das transferências de recursos por meio de convênio, contrato de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso, termo de execução descentralizada, parcerias com as Organizações da Sociedade Civil, editais de prêmios, entre outros, processados das unidades finalísticas: Departamento de Difusão, Fomento e Economia de Museus - DDFEM/Ibram, Departamento de Processos Museais - DPMUS/Ibram e Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal - CGSIM/Ibram;

§ 1º Para o cumprimento do disposto no inciso IV deste artigo, caberá a comissão de apuração disciplinar fazer a instrução de processo específico à unidade instauradora, com as informações requeridas para o cadastramento do débito no Sistema e-TCE, após concluído o trabalho e aprovado o relatório final.

§ 2º Para cumprimento do disposto no inciso V deste artigo, caberá ao dirigente da unidade finalística motivar o ato de inscrição do débito junto à unidade instauradora, fazendo a devida instrução dos processos em suas competências para o cadastramento dos débitos no sistema e- TCE.

§ 3º Para fins de sistematização dos dados, documentos e informações exigidos no cadastramento dos débitos no Sistema e-TCE, caberá ao DPGI estabelecer o fluxo da instrução processual desta Portaria, bem como elaborar e encaminhar às unidades o modelo padrão dos instrumentos de coleta.

Art. 4º Os Museus Gestores - Unidade I, como unidades administrativas, ficarão responsáveis pelos débitos apurados relativos aos seus contratos decorrentes das aquisições de bens e serviços do Museu.

Art. 5º Os Escritórios de Representação Regional do Ibram nos Estados de Minas Gerais/Espírito Santo - MG/ES e Rio de Janeiro - RJ, como unidades administrativas, ficarão cada um, responsável pelos débitos apurados relativos aos seus contratos de fornecimento de bens e serviços, e dos Museus a eles vinculados.

Art. 6º Para a habilitação dos usuários no uso do Sistema e-TCE, serão observados os seguintes perfis e competências:

I - instaurador: os dirigentes das unidades administrativas da Sede do Ibram e dos Museus Unidades administrativas e dos Museus Gestores - Unidade I, e as Chefias dos Escritórios Regionais das Representações do Ibram, devendo cada dirigente designar o(s) operador(es) cadastrador(es) de suas respectivas unidades;

II - operador cadastrador: responsável por inserir dados e documentos no sistema e-TCE, que serão concedidos a critério dos instauradores no Sistema e-TCE, que deterão competência para inserir os dados e documentos requeridos pelo sistema e-TCE; e:

III - operador com perfil de consulta: a Auditoria Interna do Ibram - AUDIN/Ibram, que ficará responsável no âmbito do Ibram.

Art. 7º Nos casos em que a apuração ensejar em responsabilização de dirigente da própria unidade gestora, caberá ao Diretor do DPGI a atribuição de instaurador no sistema e-TCE.

Art. 8° O controle dos débitos cadastradas no sistema e-TCE caberá a cada unidade instauradora, que deverá também diligenciar junto aos seus operadores a verificação da sua conformidade e/ou a necessidade de ajustes.

Art. 9° Os instauradores encaminharão mensalmente o número de todos os débitos e TCEs cadastrados no sistema e-TCE à AUDIN/Ibram, para fins de conhecimento e levantamento de informações gerenciais ao Gabinete quanto aos registros realizados no Sistema e-TCE pela Sede e demais unidades descentralizadas.

Art. 10. Os instauradores, operadores e a AUDIN/Ibram desenvolverão os seus trabalhos sem prejuízo de suas respectivas atribuições funcionais.

Art. 11. Revogar a Portaria 13, de 14 de janeiro de 2019.

Art. 12. Esta portaria entra em vigor uma semana após a data de sua publicação.

PEDRO MACHADO MASTROBUONO

PORTARIA IBRAM Nº 214, DE 4 DE MARÇO DE 2021

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso IV do art. 20 do Anexo I do Decreto nº 6.845, de 7 de maio de 2009, resolve:

Tornar sem efeito a Portaria Ibram nº 180, de 22 de fevereiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 04 de março de 2021, Seção 1, página 120.

PEDRO MACHADO MASTROBUONO

PORTARIA IBRAM Nº 215, DE 4 DE MARÇO DE 2021

Dispor sobre a instituição da plataforma Museusbr como sistema nacional de identificação de museus e plataforma para mapeamento colaborativo, gestão e compartilhamento de informações sobre os museus brasileiros.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 20, inciso IV, anexo I, do Decreto nº 6.845, de 7 de maio de 2009, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.904, de 14 de janeiro 2009, no Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013 e no Decreto no 10.139, de 28 de novembro de 2019, e

CONSIDERANDO os arts. 5º a 9º do Decreto no 10.139, de 28 de novembro de 2019, e o constante nos autos do Processo nº 01415.006991/2016-09, resolve:

Art. 1º Dispor sobre a instituição da plataforma Museusbr como sistema nacional de identificação de museus e plataforma para mapeamento colaborativo, gestão e compartilhamento de informações sobre os museus brasileiros.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º São princípios da plataforma Museusbr:

I - utilização de software livre;

II - colaboração;

III - descentralização;

IV - uso de dados abertos; e

V - transparência.

Art. 3º A plataforma Museusbr terá como finalidade disponibilizar, por meio eletrônico, informações atualizadas sobre os museus brasileiros, em toda sua diversidade, para a produção de conhecimentos sobre o setor de museus no Brasil.

CAPÍTULO II

DO FUNCIONAMENTO

Seção I

Da Composição

Art. 4º Integram a plataforma Museusbr informações provenientes:

I - do Cadastro Nacional de Museus;

II - do Registro de Museus;

III - do Formulário de Visitação Anual.

Parágrafo único. Poderão integrar a plataforma Museusbr outros instrumentos da Política Nacional de Museus existentes ou que venham a ser implementados pelo IBRAM.

Seção II

Da Operação

Art. 5º A plataforma Museusbr será operada pelo IBRAM, por meio da Coordenação-Geral de Sistemas de Informações Museais - CGSIM, e compartilhada com sistemas públicos estaduais, municipais ou distrital de museus e, na sua ausência, por outros órgãos ou entidades públicas responsáveis pelas políticas públicas voltadas ao setor de museus, para a coleta de informações, a confecção de cartografias, para o fornecimento de informações e para a produção de conhecimento sobre os museus do Brasil.

Parágrafo único. O compartilhamento da operação e administração da plataforma Museusbr de que trata o caput, estará condicionado ao estabelecimento de pactuação formal entre o IBRAM e os Sistemas de Museus ou outros órgãos públicos ou entidades estaduais, municipais ou distrital, para realização das ações relativas aos instrumentos dela integrantes.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 06, de 09 de janeiro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor no dia 1º de abril de 2021.

PEDRO MACHADO MASTROBUONO

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

PORTARIA PGT Nº 296, DE 3 DE MARÇO DE 2021

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso da atribuição prevista no incisoXXI do art. 91 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando odisposto no inciso Vdo art. 26 da Resolução CSMPT nº 132/2016 e no inciso VIII doart. 2º do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 01/2014, bem como os dados einformações constantes do PGEA 20.02.0001.0001673/2021-37, resolve:

Art. 1º Determinar a alteração do status do 1º Ofício Geral da Procuradoria Regionaldo Trabalho da 12ª Região para "ofício provido com designação suspensa".

ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
2ª SUBCÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 37ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias de fevereiro de dois mil e vinte e um às quatorze horas e quinze minutos, iniciou-se com transmissão via intranet do MPT e via Youtube, a Trigésima Sétima (37a) Sessão Ordinária da 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, por meio de videoconferência, tendo em vista a atual situação de pandemia (coronavírus - COVID-19). Presentes a Coordenadora, Subprocuradora-Geral do Trabalho Eliane Araque dos Santos, as Procuradoras Regionais do Trabalho Virgínia Maria Veiga de Senna e Adriana Silveira Machado e o Membro Suplente, Procuradora Regional do Trabalho Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos. Após os cumprimentos iniciais, deu-se início à deliberação dos feitos, conforme abaixo.

1) ASSUNTOS GERAIS: A) Saudações iniciais e Votos de começo de ano: A Coordenadora da CCR, Dra Eliane Araque dos Santos, cumprimentou a todos os presentes, Membras, servidores, servidoras, estagiários e aqueles que por ventura estivessem acompanhando a Sessão por meio da transmissão. Desejou à todos um ano de esperanças, melhor do que 2020, com a vacinação ocorrendo e atingido a população como um todo. Ainda que leve algum tempo para que isso ocorra, desejou que na verdade todos fiquem devidamente protegidos da Covid-19, principalmente os mais vulneráveis. Desejou também um ano profícuo, de esperança e melhor para todos e todas. As Procuradoras participantes da Sessão se associaram às palavras da Coordenadora.

2) PROCEDIMENTOS NÃO HOMOLOGADOS

Processo IC-000549.2014.02.002/9 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: ALELO S. A., NOTICIANTE: DENUNCIANTE SOB SIGILO, INQUIRIDO: IBI PROMOTORA DE VENDAS LTDA. - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna. Retirado de pauta a pedido da Relatora.

Processo IC-001991.2017.08.000/7 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: MPT - PRT/8ª - SEDE, INQUIRIDO: PARÁ SEGURANÇA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA. - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001910.2019.07.000/6 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: SER EDUCACIONAL S.A. - Relatora: Dra. Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001709.2019.08.000/4 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: INQUIRIDO: CARAJÁS ESPORTE CLUBE, NOTICIANTE: SRTE/PA - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DO PARÁ - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000164.2019.09.007/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: J. ARAUJO & CIA LTDA, NOTICIANTE: MTE - GRTE - PONTA GROSSA - Relatora: Dra. Adriana Silveira Machado. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000348.2019.12.001/6 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: JEAN ANTONIO VINKLER, NOTICIADO: OPEN TECH SISTEMAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS S.A. - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-007175.2020.02.000/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: VIAÇÃO GRAJAÚ SA - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento em relação ao tema jornada extraordinária em desacordo com a lei, devendo-se observar, ainda, a adoção de providências pertinentes à abertura de procedimento para investigação dos fatos que apontam para a ocorrência de acidentes de trabalho pelas condições inadequadas do meio ambiente de trabalho, e homologar no que tange aos itens 9.11 ? Licenças (não concessão de licença de 15 dias por ano) e 9.17 ? Outros temas (recusa dos atestados), nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002719.2020.05.000/2 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO: DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORESINDEPENDENTES, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000304.2020.08.000/3 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INVESTIGADO: OI MÓVEL S/A, INVESTIGADO: REDE CONECTA SERVIÇOS DE REDE S.A., NOTICIANTE: TRT8ª - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO - Relatora: Dra. Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000472.2020.09.001/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: GEOSISTEMAS ENGENHARIA E PLANEJAMENTO LTDA , NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Adriana Silveira Machado. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001148.2020.12.000/7 - Assunto: 2.CONAETE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: MAURO ALEXANDRE LUIZ PEREIRA, NOTICIADO: PATRICIA DE OLIVEIRA PEREIRA NAVAS - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

3) RECURSOS ADMINISTRATIVOS DELIBERADOS

Processo IC-005787.2018.02.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), INQUIRIDO: SÃO PAULO TRANSPORTE SA (SPTRANS) - Relatora: Dra. Adriana Silveira Machado. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-007799.2018.02.000/3 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INQUIRIDO: EDITORA SOL SOFTS E LIVROS LIMITADA, NOTICIANTE: MARCOS DA SILVA OLIVEIRA - Relatora: Dra. Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000512.2019.04.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT, 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: CLUBE PROFESSOR GAÚCHO, NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Adriana Silveira Machado. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-008303.2020.01.000/0 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO: CODBARRA ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Adriana Silveira Machado. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-006990.2020.02.000/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: LÓGICA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão

deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito no tocante aos temas relacionados à Jornada de Trabalho (escalas, jornada extraordinária em desacordo com a lei e intervalo intrajornada), e homologar em relação aos demais temas, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-007311.2020.02.000/8 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: APCEF SP - ASSOCIAÇÃO DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, NOTICIADO: CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (GILOG/SP - GI LOGÍSTICA SÃO PAULO) - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-004114.2020.03.000/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A., NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o recurso e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000435.2020.03.010/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: MARCO ANTÔNIO MARQUES GONTIJO & CIA LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-003021.2020.06.000/3 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., NOTICIANTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE CREDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000636.2020.09.000/4 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: FARMÁCIAS E. PAVESI CENTRO LTDA. EPP (FARMÁCIAS MORIFARMA), NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-002292.2020.09.000/2 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INVESTIGADO: SASCAR TECNOLOGIA E SEGURANÇA AUTOMOTIVA S/A, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002881.2020.15.000/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: MILFRA INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA, NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS, FARMACÊUTICAS E DE MATERIAL PLÁSTICO DE JAGUARIÚNA, PEDREIRA E AMPARO - Relatora: Dra. Adriana Silveira Machado. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, determinando que se dê prosseguimento às investigações das graves práticas imputadas à empresa investigada, sob tema assédio moral, incluindo-se os fatos relativos ao abuso do poder diretivo e sobrecarga de trabalho, anteriormente desmembrados. A investigação prosseguirá nos autos da NF 2881/2020, cujo indeferimento não se homologa. Homologa-se o indeferimento liminar da NF 2892.2020.15.000/0, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-003932.2020.15.000/7 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO: FUNDICAO UNICER LTDA, NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS METALURGICAS, MECANICAS E DE MATERIAL ELETRICO DE LEME, NOTICIADO: UNICER COMERCIAL LTDA - Relatora: Dra. Adriana Silveira Machado. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-004360.2020.15.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: 5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS, NOTICIADO: TELEMABI CENTRAL DE ATENDIMENTO TELEFONICO E CONSULTORIA EM TELEMARKETING LTDA - ME - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

4) PROCEDIMENTOS HOMOLOGADOS COM DESTAQUE

Processo PP-003872.2020.02.000/5 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INVESTIGADO: GB SERVICOS AUTOMOTIVOS E BLINDAGEM EIRELI, NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE SÃO PAULO, MOGI DAS CRUZES - SP (SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO PAULO, MOGI DAS CRUZES E REGIÃO) - Relatora: Dra. Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

5) CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA

Processo IC-000157.2020.14.001/1 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: INQUIRIDO: CLEIDIANE DA SILVA PINTO, NOTICIANTE: MINITÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE - Relatora: Dra. Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter a deliberação em diligência, nos termos do voto do(a) relator(a).

6) DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

Processo NF-000898.2020.15.002/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO- PROMOTORIA DE PINDAMONHANGABA, NOTICIADO: SUPERMERCADO SHIBATA PINDAMONHANGABA - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna.

A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, e, por maioria, homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto do(a) relador(a) designada Dra. Eliane Araque dos Santos. Vencida parcialmente a Relatora.

Também foi deliberado, por unanimidade, referendar o declínio de atribuição dos procedimentos a seguir listados:

PRT 1ª Região-RJ - NF-000642.2020.01.001/2, IC-000365.2020.01.002/2, NF-001469.2020.01.004/3 - PRT 2ª Região-SP - NF-006765.2020.02.000/2, NF-007400.2020.02.000/3, NF-000787.2020.02.001/3, NF-000342.2021.02.000/1, NF-000017.2021.02.001/2 - PRT 3ª Região-MG - NF-004721.2020.03.000/0, NF-000269.2020.03.006/7, NF-000016.2021.03.002/0 - PRT 5ª Região-BA - NF-000307.2020.05.004/0 - PRT 6ª Região-PE - IC-001475.2020.06.000/0, NF-002263.2020.06.000/6, NF-003128.2020.06.000/9, NF-000298.2020.06.002/4, NF-000545.2020.06.002/3, NF-000043.2021.06.000/7, NF-000013.2021.06.002/6 - PRT 9ª Região-PR - NF-003163.2020.09.000/0 - PRT 10ª Região-DF - NF-000334.2020.10.001/0, NF-000341.2020.10.001/9 - PRT 11ª Região-AM - NF-000968.2020.11.000/0 - PRT 12ª Região-SC - NF-000487.2020.12.001/6, NF-000016.2021.12.004/8 - PRT 13ª Região-PB - NF-001504.2020.13.000/7, NF-000804.2020.13.001/2 - PRT 14ª Região-RO - IC-000438.2019.14.000/0, NF-000533.2020.14.000/6 - PRT 15ª Região-Campinas - NF-004302.2020.15.000/2, NF-000838.2020.15.002/0, NF-000849.2020.15.002/3, NF-000001.2021.15.003/1, NF-000034.2021.15.007/8 - PRT 16ª Região-MA - NF-000157.2020.16.002/1, NF-000005.2021.16.002/5 - PRT 17ª Região-ES - NF-001602.2020.17.000/6 - PRT 18ª Região-GO - NF-001888.2020.18.000/2, NF-000335.2020.18.002/2 - PRT 20ª Região-SE - NF-000164.2020.20.001/8.

7) OUTROS

Processo IC-000075.2020.24.000/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: ALVORADA HOTEL CG LTDA., NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna. Retirado de pauta a pedido da Relatora.

8) HOMOLOGAÇÕES DE ARQUIVAMENTO: Foi deliberado, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento dos procedimentos a seguir listados:

PRT 1ª Região-RJ - IC-000745.2011.01.000/8, IC-002689.2014.01.000/0, IC-000331.2014.01.004/4, IC-000349.2016.01.000/4, IC-002808.2016.01.000/2, IC-003090.2016.01.000/6, IC-005398.2016.01.000/8, IC-000078.2016.01.008/2, IC-001067.2017.01.000/0, IC-001854.2017.01.000/6, IC-003506.2017.01.000/0, IC-003626.2017.01.000/0, IC-003882.2017.01.000/0, IC-004328.2017.01.000/7, IC-005024.2017.01.000/1, IC-005949.2017.01.000/7, IC-006446.2017.01.000/2, IC-003643.2018.01.000/8, IC-003680.2018.01.000/7, IC-005121.2018.01.000/4, IC-005555.2018.01.000/4, IC-005901.2018.01.000/0, IC-006268.2018.01.000/3, IC-006565.2018.01.000/9, IC-006645.2018.01.000/3, IC-000298.2018.01.002/3, IC-000282.2018.01.004/0, IC-000686.2018.01.004/8, IC-000831.2018.01.004/6, IC-000870.2018.01.006/0, IC-000303.2019.01.000/5, IC-000519.2019.01.000/7, IC-000930.2019.01.000/7, IC-000996.2019.01.000/9, IC-001195.2019.01.000/0, IC-001302.2019.01.000/0, IC-001390.2019.01.000/7, IC-001580.2019.01.000/5, IC-001912.2019.01.000/0, IC-001948.2019.01.000/2, IC-001990.2019.01.000/0, IC-002451.2019.01.000/2, IC-002650.2019.01.000/1, IC-002720.2019.01.000/0, IC-002743.2019.01.000/9, IC-002811.2019.01.000/6, IC-003111.2019.01.000/3, IC-003228.2019.01.000/5, IC-003416.2019.01.000/2, IC-003524.2019.01.000/5, IC-003738.2019.01.000/8, IC-003812.2019.01.000/0, IC-003817.2019.01.000/7, IC-004366.2019.01.000/5, IC-004461.2019.01.000/5, IC-004487.2019.01.000/0, IC-004547.2019.01.000/2, IC-004709.2019.01.000/2, IC-004820.2019.01.000/3, IC-004990.2019.01.000/5, IC-005062.2019.01.000/0, IC-005084.2019.01.000/3, IC-005142.2019.01.000/4, IC-005176.2019.01.000/5, IC-005284.2019.01.000/8, IC-005299.2019.01.000/1, IC-005396.2019.01.000/2, IC-005451.2019.01.000/7, IC-005458.2019.01.000/5, IC-005596.2019.01.000/7, IC-005604.2019.01.000/6, IC-005758.2019.01.000/7, IC-005956.2019.01.000/0, IC-005965.2019.01.000/1, IC-006262.2019.01.000/2, IC-006324.2019.01.000/5, IC-006675.2019.01.000/4, IC-006700.2019.01.000/0, IC-006704.2019.01.000/1, IC-000566.2019.01.001/5, IC-000269.2019.01.002/0, IC-000253.2019.01.003/6, IC-000867.2019.01.004/9, IC-000930.2019.01.004/0, IC-000278.2019.01.005/4, IC-000590.2019.01.005/2, IC-000514.2019.01.006/0, IC-000918.2019.01.006/9, IC-001158.2019.01.006/0, IC-000102.2019.01.008/0, IC-000136.2019.01.008/7, IC-000160.2019.01.008/0, PP-000003.2020.01.000/4, IC-000185.2020.01.000/9, IC-000186.2020.01.000/5, IC-001062.2020.01.000/3, IC-001393.2020.01.000/0, IC-001449.2020.01.000/8, IC-001718.2020.01.000/5, IC-001861.2020.01.000/6, IC-001882.2020.01.000/4, IC-001909.2020.01.000/9, IC-001949.2020.01.000/4, IC-001992.2020.01.000/8, IC-002056.2020.01.000/7, IC-002080.2020.01.000/3, IC-002087.2020.01.000/1, IC-002132.2020.01.000/0, IC-002448.2020.01.000/0, IC-002504.2020.01.000/0, IC-002536.2020.01.000/0, PP-002670.2020.01.000/0, IC-002721.2020.01.000/1, IC-002863.2020.01.000/5, IC-003017.2020.01.000/5, IC-003178.2020.01.000/6, IC-003244.2020.01.000/2, IC-003377.2020.01.000/5, IC-003440.2020.01.000/5, IC-003480.2020.01.000/0, IC-004128.2020.01.000/2, PP-004164.2020.01.000/6, IC-004289.2020.01.000/3, PP-004325.2020.01.000/0, IC-004365.2020.01.000/6, IC-004824.2020.01.000/1, IC-004826.2020.01.000/2, PP-004938.2020.01.000/7, IC-004989.2020.01.000/4, IC-005031.2020.01.000/1, IC-005175.2020.01.000/6, IC-005528.2020.01.000/0, IC-005605.2020.01.000/8, IC-005618.2020.01.000/0, IC-005938.2020.01.000/5, IC-006111.2020.01.000/4, IC-006280.2020.01.000/0, NF-006491.2020.01.000/7, PP-006554.2020.01.000/5, PP-006639.2020.01.000/7, IC-006713.2020.01.000/9, NF-006795.2020.01.000/0, IC-006804.2020.01.000/5, NF-006957.2020.01.000/0, NF-007004.2020.01.000/5, NF-007022.2020.01.000/7, NF-007303.2020.01.000/1, IC-007382.2020.01.000/7, NF-007399.2020.01.000/1, NF-007524.2020.01.000/4, NF-007725.2020.01.000/4, NF-007830.2020.01.000/0, NF-007873.2020.01.000/2, NF-007912.2020.01.000/6, NF-007946.2020.01.000/7, IC-007959.2020.01.000/0, NF-008145.2020.01.000/1, NF-008200.2020.01.000/6, NF-008269.2020.01.000/3, NF-008480.2020.01.000/1, NF-008563.2020.01.000/2, NF-008595.2020.01.000/2, NF-008637.2020.01.000/2, NF-008788.2020.01.000/7, IC-000167.2020.01.001/8, IC-000356.2020.01.001/0, IC-000446.2020.01.001/1, IC-000475.2020.01.001/7, IC-000504.2020.01.001/8, NF-000511.2020.01.001/6, NF-000549.2020.01.001/9, NF-000553.2020.01.001/8, NF-000570.2020.01.001/3, NF-000614.2020.01.001/3, IC-000048.2020.01.002/0, IC-000063.2020.01.002/0, IC-000121.2020.01.002/1, IC-000137.2020.01.002/7, IC-000199.2020.01.002/3, IC-000200.2020.01.002/9, IC-000257.2020.01.002/0, NF-000339.2020.01.002/6, NF-000351.2020.01.002/0, NF-000352.2020.01.002/6, IC-000161.2020.01.003/1, NF-000354.2020.01.003/0, IC-000158.2020.01.004/0, IC-000289.2020.01.004/6, IC-000440.2020.01.004/6, IC-000503.2020.01.004/4, IC-000614.2020.01.004/6, IC-000810.2020.01.004/7, IC-001141.2020.01.004/5, IC-001166.2020.01.004/5, IC-001192.2020.01.004/2, IC-001239.2020.01.004/0, NF-001355.2020.01.004/8, NF-001472.2020.01.004/1, PP-000396.2020.01.005/3, IC-000410.2020.01.005/5, NF-000524.2020.01.005/6, IC-000117.2020.01.006/6, PP-000257.2020.01.006/3, PP-000524.2020.01.006/7, IC-000625.2020.01.006/1, IC-000677.2020.01.006/0, IC-000893.2020.01.006/6, IC-000968.2020.01.006/4, NF-001221.2020.01.006/6, NF-001283.2020.01.006/5, NF-001299.2020.01.006/4, IC-000033.2020.01.007/4, NF-000301.2020.01.007/8, NF-000306.2020.01.007/0, IC-000038.2020.01.008/2, IC-000044.2020.01.008/1, IC-000051.2020.01.008/8, NF-000136.2020.01.008/6, IC-000188.2020.01.008/5, NF-000196.2020.01.008/0, NF-000022.2021.01.000/0, NF-000110.2021.01.000/9, NF-000112.2021.01.000/1, NF-000158.2021.01.000/9, NF-000238.2021.01.000/2, IC-000004.2021.01.001/0 - PRT 2ª Região-SP - IC-000341.2014.02.005/4, IC-004836.2016.02.000/8, IC-000820.2016.02.002/7, IC-000184.2016.02.004/0, IC-007096.2017.02.000/4, IC-008748.2017.02.000/2, IC-000509.2017.02.002/8, IC-001011.2017.02.002/3, IC-000292.2017.02.005/7, IC-000297.2017.02.005/9, IC-002125.2018.02.000/2, IC-005754.2018.02.000/4, IC-006372.2018.02.000/5, IC-006646.2018.02.000/0, IC-007170.2018.02.000/8, IC-007646.2018.02.000/8, IC-008689.2018.02.000/8, IC-000469.2018.02.001/5, IC-000547.2018.02.002/7, IC-000220.2018.02.004/5, IC-000449.2018.02.005/4, IC-000452.2018.02.005/7, IC-000472.2018.02.005/1, NF-000451.2019.02.000/9, NF-000688.2019.02.000/1, IC-000842.2019.02.000/0, IC-001536.2019.02.000/7, IC-002848.2019.02.000/4, NF-003171.2019.02.000/2, IC-003769.2019.02.000/3, IC-005203.2019.02.000/2, IC-005235.2019.02.000/2, NF-005760.2019.02.000/0, PP-005874.2019.02.000/6, IC-006175.2019.02.000/9, IC-006329.2019.02.000/3, IC-006529.2019.02.000/8, IC-006581.2019.02.000/2, IC-006658.2019.02.000/9, IC-006667.2019.02.000/0, IC-007103.2019.02.000/1, IC-007421.2019.02.000/5, IC-007669.2019.02.000/9, IC-007675.2019.02.000/3, IC-007781.2019.02.000/5, IC-008091.2019.02.000/9, IC-000424.2019.02.001/7, IC-000615.2019.02.001/2, IC-000015.2019.02.002/4, IC-000843.2019.02.002/9, IC-001012.2019.02.002/2, IC-001337.2019.02.002/4, IC-000311.2019.02.004/5, IC-000349.2019.02.005/9, IC-000042.2020.02.000/5, IC-001025.2020.02.000/5, IC-001283.2020.02.000/7, PP-001298.2020.02.000/0, IC-001566.2020.02.000/2, IC-001578.2020.02.000/0, PP-001599.2020.02.000/8, PP-001674.2020.02.000/5, PP-001833.2020.02.000/9, PP-001889.2020.02.000/3, IC-002132.2020.02.000/0, IC-002268.2020.02.000/0, PP-002300.2020.02.000/5, IC-002557.2020.02.000/0, PP-002586.2020.02.000/3, PP-002665.2020.02.000/2, PP-002761.2020.02.000/8, PP-002834.2020.02.000/2, IC-002869.2020.02.000/9, IC-002920.2020.02.000/1, IC-003129.2020.02.000/0, PP-003241.2020.02.000/7, PP-003486.2020.02.000/4, IC-003503.2020.02.000/4, PP-003568.2020.02.000/0, IC-003587.2020.02.000/7, PP-003660.2020.02.000/3, NF-003777.2020.02.000/5, PP-003813.2020.02.000/2, PP-003879.2020.02.000/3, PP-004171.2020.02.000/7, PP-004185.2020.02.000/5, PP-004233.2020.02.000/0, IC-004240.2020.02.000/0, IC-004312.2020.02.000/9, PP-004318.2020.02.000/1, NF-004344.2020.02.000/9, IC-004415.2020.02.000/2, NF-004556.2020.02.000/0, PP-004581.2020.02.000/2, PP-004791.2020.02.000/3, NF-005142.2020.02.000/1, PP-005198.2020.02.000/6, NF-005523.2020.02.000/3, PP-005562.2020.02.000/3, PP-005610.2020.02.000/8, NF-005617.2020.02.000/6, NF-005627.2020.02.000/2, NF-005643.2020.02.000/3, NF-005877.2020.02.000/9, PP-006098.2020.02.000/7, NF-006149.2020.02.000/8, PP-006187.2020.02.000/2, PP-006330.2020.02.000/7, NF-006355.2020.02.000/7, NF-006421.2020.02.000/3, NF-006511.2020.02.000/4, NF-006547.2020.02.000/6, PP-006552.2020.02.000/5, NF-006595.2020.02.000/7, NF-006596.2020.02.000/2, NF-006601.2020.02.000/5, NF-006604.2020.02.000/1, NF-006632.2020.02.000/0, NF-006707.2020.02.000/5, NF-006710.2020.02.000/3, NF-006733.2020.02.000/2, NF-006760.2020.02.000/5, NF-006766.2020.02.000/8, NF-

006775.2020.02.000/9, NF-006798.2020.02.000/8, NF-006806.2020.02.000/7, NF-006817.2020.02.000/9, NF-006823.2020.02.000/3, NF-006857.2020.02.000/4, NF-006908.2020.02.000/5, NF-006909.2020.02.000/0, NF-006927.2020.02.000/2, NF-006947.2020.02.000/5, PP-006955.2020.02.000/0, NF-006961.2020.02.000/5, NF-006987.2020.02.000/0, NF-006996.2020.02.000/1, NF-007011.2020.02.000/6, NF-007033.2020.02.000/0, NF-007043.2020.02.000/6, NF-007045.2020.02.000/7, NF-007089.2020.02.000/4, NF-007096.2020.02.000/4, NF-007100.2020.02.000/1, NF-007114.2020.02.000/0, NF-007141.2020.02.000/2, NF-007157.2020.02.000/1, NF-007200.2020.02.000/9, NF-007310.2020.02.000/2, NF-007347.2020.02.000/0, NF-007514.2020.02.000/9, NF-007521.2020.02.000/9, NF-007522.2020.02.000/4, NF-007539.2020.02.000/9, NF-007541.2020.02.000/1, NF-007551.2020.02.000/8, IC-000215.2020.02.001/9, PP-000219.2020.02.001/4, IC-000249.2020.02.001/6, IC-000359.2020.02.001/1, PP-000460.2020.02.001/0, IC-000608.2020.02.001/3, PP-000611.2020.02.001/6, NF-000683.2020.02.001/0, NF-000718.2020.02.001/9, NF-000719.2020.02.001/5, NF-000724.2020.02.001/0, NF-000732.2020.02.001/5, NF-000736.2020.02.001/0, NF-000776.2020.02.001/0, IC-000333.2020.02.002/0, PP-000405.2020.02.002/9, IC-000427.2020.02.002/6, IC-000588.2020.02.002/4, IC-000595.2020.02.002/2, NF-000743.2020.02.002/0, NF-000755.2020.02.002/0, NF-000790.2020.02.002/7, NF-000826.2020.02.002/2, PP-000332.2020.02.003/4, PP-000562.2020.02.003/2, NF-000620.2020.02.003/9, NF-000635.2020.02.003/8, NF-000638.2020.02.003/7, IC-000025.2020.02.004/8, PP-000183.2020.02.004/1, IC-000367.2020.02.004/9, IC-000083.2020.02.005/4, NF-000243.2020.02.005/1, IC-000287.2020.02.005/6, NF-000002.2021.02.000/4, NF-000057.2021.02.000/3, NF-000060.2021.02.000/0, NF-000104.2021.02.000/9, NF-000116.2021.02.000/9, NF-000218.2021.02.000/0, NF-000049.2021.02.001/1, NF-000016.2021.02.005/2 - PRT 3ª Região-MG - IC-001568.2016.03.000/2, IC-002251.2016.03.000/4, IC-000679.2016.03.001/5, IC-000349.2017.03.001/1, IC-000413.2017.03.010/0, IC-000997.2018.03.000/6, IC-001992.2018.03.000/1, IC-003126.2018.03.000/7, IC-004929.2018.03.000/0, IC-000406.2018.03.001/4, IC-000914.2018.03.001/0, IC-000963.2018.03.001/0, IC-000560.2018.03.002/9, IC-000732.2018.03.002/6, IC-000870.2018.03.002/0, IC-000445.2018.03.005/0, IC-000434.2018.03.007/9, IC-002969.2019.03.000/0, IC-000489.2019.03.001/4, IC-000877.2019.03.001/7, IC-000287.2019.03.002/6, IC-000653.2019.03.007/6, IC-000002.2019.03.010/1, IC-000125.2020.03.000/9, IC-001312.2020.03.000/5, IC-001314.2020.03.000/6, PP-001332.2020.03.000/8, IC-001388.2020.03.000/2, IC-002319.2020.03.000/1, IC-002413.2020.03.000/6, IC-002482.2020.03.000/5, PP-002513.2020.03.000/3, IC-002529.2020.03.000/2, IC-002597.2020.03.000/6, IC-002697.2020.03.000/3, IC-002737.2020.03.000/2, IC-002837.2020.03.000/0, IC-002919.2020.03.000/5, NF-002954.2020.03.000/3, PP-002987.2020.03.000/9, PP-003201.2020.03.000/2, NF-003211.2020.03.000/9, PP-003234.2020.03.000/8, PP-003257.2020.03.000/7, IC-003307.2020.03.000/2, PP-003429.2020.03.000/3, IC-003501.2020.03.000/4, PP-003644.2020.03.000/3, PP-003694.2020.03.000/5, NF-003737.2020.03.000/0, NF-003787.2020.03.000/2, NF-004019.2020.03.000/6, NF-004046.2020.03.000/9, NF-004133.2020.03.000/3, NF-004180.2020.03.000/9, IC-004195.2020.03.000/2, NF-004198.2020.03.000/9, NF-004206.2020.03.000/8, NF-004208.2020.03.000/9, NF-004224.2020.03.000/0, IC-004266.2020.03.000/6, NF-004315.2020.03.000/6, NF-004327.2020.03.000/3, NF-004330.2020.03.000/1, NF-004402.2020.03.000/0, NF-004441.2020.03.000/0, PP-004486.2020.03.000/3, NF-004506.2020.03.000/0, NF-004530.2020.03.000/6, NF-004562.2020.03.000/6, NF-004566.2020.03.000/8, NF-004587.2020.03.000/6, NF-004589.2020.03.000/7, NF-004601.2020.03.000/0, NF-004637.2020.03.000/1, NF-004653.2020.03.000/2, IC-004740.2020.03.000/7, NF-004797.2020.03.000/7, NF-004807.2020.03.000/7, IC-000095.2020.03.001/2, IC-000302.2020.03.001/2, IC-000381.2020.03.001/4, PP-000460.2020.03.001/1, PP-000484.2020.03.001/1, IC-000500.2020.03.001/6, NF-000540.2020.03.001/5, IC-000725.2020.03.001/9, NF-000746.2020.03.001/0, NF-000775.2020.03.001/5, NF-000799.2020.03.001/5, NF-000803.2020.03.001/0, NF-000814.2020.03.001/3, PP-000021.2020.03.002/8, IC-000415.2020.03.002/8, PP-000469.2020.03.002/0, IC-000571.2020.03.002/4, NF-000598.2020.03.002/3, NF-000238.2020.03.006/9, NF-000242.2020.03.006/8, IC-000092.2020.03.007/1, NF-000201.2020.03.007/3, IC-000237.2020.03.007/3, IC-000130.2020.03.009/2, IC-000137.2020.03.009/7, NF-000176.2020.03.009/0, NF-000306.2020.03.010/8, IC-000320.2020.03.010/4, NF-000172.2021.03.000/9, NF-000008.2021.03.001/0 - PRT 4ª Região-RS - IC-001682.2013.04.000/5, IC-000186.2014.04.005/5, IC-001679.2016.04.000/1, IC-003200.2016.04.000/6, IC-005123.2017.04.000/6, IC-000433.2018.04.000/4, IC-000489.2018.04.000/9, IC-002538.2018.04.000/5, IC-003714.2018.04.000/3, IC-000071.2018.04.002/0, IC-001238.2019.04.000/7, IC-001356.2019.04.000/6, IC-001937.2019.04.000/2, IC-002428.2019.04.000/4, IC-002595.2019.04.000/9, IC-002694.2019.04.000/0, IC-003105.2019.04.000/0, IC-003193.2019.04.000/7, IC-003210.2019.04.000/7, PP-003266.2019.04.000/1, IC-003470.2019.04.000/0, IC-000268.2019.04.002/0, IC-000353.2019.04.004/6, IC-000540.2019.04.007/0, IC-000020.2020.04.000/6, IC-000264.2020.04.000/8, IC-000391.2020.04.000/9, IC-000563.2020.04.000/6, PP-001043.2020.04.000/9, IC-001064.2020.04.000/6, PP-001302.2020.04.000/0, NF-001308.2020.04.000/1, IC-001396.2020.04.000/8, IC-001480.2020.04.000/6, IC-001543.2020.04.000/4, PP-001591.2020.04.000/5, PP-002050.2020.04.000/6, PP-002067.2020.04.000/1, PP-002144.2020.04.000/0, PP-002325.2020.04.000/7, IC-002384.2020.04.000/0, IC-002431.2020.04.000/8, PP-002512.2020.04.000/8, PP-002613.2020.04.000/0, PP-002674.2020.04.000/4, NF-002718.2020.04.000/5, PP-002745.2020.04.000/9, PP-002837.2020.04.000/0, PP-002983.2020.04.000/8, IC-003040.2020.04.000/8, PP-003167.2020.04.000/6, PP-003199.2020.04.000/7, PP-003287.2020.04.000/7, NF-003324.2020.04.000/0, PP-003342.2020.04.000/1, NF-003346.2020.04.000/2, IC-003487.2020.04.000/1, PP-003489.2020.04.000/2, PP-003539.2020.04.000/8, IC-000019.2020.04.002/5, IC-000036.2020.04.002/0, IC-000039.2020.04.002/1, NF-000223.2020.04.002/8, NF-000226.2020.04.002/8, NF-000269.2020.04.002/6, PP-000280.2020.04.002/2, IC-000057.2020.04.004/2, IC-000058.2020.04.004/0, IC-000086.2020.04.004/0, PP-000182.2020.04.004/4, NF-000347.2020.04.004/3, IC-000393.2020.04.004/4, IC-000144.2020.04.006/4, NF-000215.2020.04.006/7, NF-000223.2020.04.006/1, NF-000266.2020.04.006/0, NF-000267.2020.04.006/6, NF-000422.2020.04.006/1, NF-000496.2020.04.006/8, PP-000157.2020.04.008/2, IC-000194.2020.04.008/7, NF-000275.2020.04.008/2, NF-000339.2020.04.008/7, NF-000141.2021.04.000/9 - PRT 5ª Região-BA - IC-001778.2016.05.000/5, IC-000078.2016.05.005/8, IC-000234.2017.05.002/9, IC-000275.2017.05.003/5, IC-000500.2017.05.004/8, IC-002262.2018.05.000/1, IC-002530.2018.05.000/3, IC-000019.2018.05.003/0, IC-000222.2018.05.005/4, IC-000519.2019.05.000/4, IC-000809.2019.05.000/1, IC-000886.2019.05.000/0, IC-001369.2019.05.000/0, IC-002541.2019.05.000/7, IC-002813.2019.05.000/0, IC-000052.2019.05.001/1, IC-000274.2019.05.002/3, IC-000096.2019.05.003/7, IC-000193.2019.05.004/5, IC-000207.2019.05.004/3, IC-000249.2019.05.004/5, IC-000111.2020.05.000/0, IC-000188.2020.05.000/5, PP-000439.2020.05.000/0, IC-000545.2020.05.000/0, IC-000558.2020.05.000/6, IC-000576.2020.05.000/8, IC-000603.2020.05.000/6, IC-000719.2020.05.000/0, PP-000761.2020.05.000/5, IC-000846.2020.05.000/0, NF-000884.2020.05.000/7, PP-000972.2020.05.000/5, NF-000976.2020.05.000/0, PP-001018.2020.05.000/8, NF-001061.2020.05.000/1, IC-001086.2020.05.000/1, IC-001215.2020.05.000/6, IC-001424.2020.05.000/1, IC-001738.2020.05.000/1, IC-001740.2020.05.000/4, PP-001779.2020.05.000/2, PP-001797.2020.05.000/4, NF-001824.2020.05.000/0, IC-002017.2020.05.000/0, NF-002051.2020.05.000/3, PP-002064.2020.05.000/6, PP-002083.2020.05.000/3, PP-002130.2020.05.000/2, PP-002237.2020.05.000/8, PP-002338.2020.05.000/0, NF-002373.2020.05.000/9, NF-002400.2020.05.000/5, PP-002423.2020.05.000/4, IC-002454.2020.05.000/9, PP-002494.2020.05.000/4, PP-002504.2020.05.000/4, NF-002576.2020.05.000/0, NF-002589.2020.05.000/2, NF-002634.2020.05.000/0, NF-002681.2020.05.000/6, NF-002685.2020.05.000/8, NF-002740.2020.05.000/2, NF-002760.2020.05.000/5, NF-002804.2020.05.000/6, NF-002835.2020.05.000/0, NF-000210.2020.05.001/2, NF-000200.2020.05.002/6, IC-000242.2020.05.002/8, NF-000158.2020.05.003/6, NF-000226.2020.05.004/0, IC-000048.2020.05.005/6, IC-000397.2020.05.006/8, NF-000508.2020.05.006/5, NF-000555.2020.05.006/2, NF-000622.2020.05.006/0, NF-000645.2020.05.006/3, PP-000143.2020.05.007/0, NF-000163.2020.05.007/5, NF-000126.2021.05.000/1 - PRT 6ª Região-PE - IC-000515.2018.06.000/8, IC-000586.2018.06.000/5, IC-001429.2018.06.000/1, IC-001514.2018.06.000/5, IC-002019.2018.06.000/4, IC-002683.2018.06.000/0, IC-000100.2018.06.001/7, IC-000029.2018.06.002/9, IC-000415.2018.06.002/1, IC-000424.2018.06.002/2, IC-001084.2019.06.000/5, IC-001171.2019.06.000/0, IC-001406.2019.06.000/4, IC-001576.2019.06.000/6, IC-002085.2019.06.000/9, IC-000227.2019.06.002/8, IC-000233.2019.06.002/0, IC-000354.2019.06.002/9, IC-000374.2019.06.002/3, IC-000387.2019.06.002/0, IC-000187.2020.06.000/0, IC-000525.2020.06.000/7, NF-000927.2020.06.000/2, IC-001009.2020.06.000/8, IC-001161.2020.06.000/0, IC-001164.2020.06.000/6, IC-001167.2020.06.000/2, PP-001355.2020.06.000/0, PP-001411.2020.06.000/0, PP-001778.2020.06.000/8, IC-001984.2020.06.000/7, PP-002057.2020.06.000/7, IC-002465.2020.06.000/1, PP-002589.2020.06.000/3, PP-002646.2020.06.000/9, NF-002663.2020.06.000/5, PP-002707.2020.06.000/6, NF-002810.2020.06.000/1, NF-003039.2020.06.000/3, NF-003060.2020.06.000/3, NF-003290.2020.06.000/7, NF-000011.2020.06.002/8, IC-000058.2020.06.002/1, IC-000123.2020.06.002/3, NF-000350.2020.06.002/2, IC-000395.2020.06.002/3, NF-000434.2020.06.002/1 - PRT 7ª Região-CE - IC-000884.2014.07.000/1, IC-001480.2014.07.000/5, IC-000077.2014.07.003/5, IC-002058.2015.07.000/0, IC-000365.2016.07.000/8, IC-000550.2016.07.000/5, IC-000613.2016.07.000/3, IC-001108.2016.07.000/0, IC-001499.2016.07.000/4, IC-001714.2016.07.000/8, IC-001779.2016.07.000/2, IC-001879.2016.07.000/0, IC-002176.2016.07.000/0, IC-002323.2016.07.000/8, IC-002413.2016.07.000/9, IC-000036.2016.07.003/3, IC-000101.2017.07.001/3, IC-000148.2018.07.000/1, IC-000963.2018.07.000/0, IC-001375.2018.07.000/6, IC-001847.2018.07.000/4, IC-000146.2018.07.001/7, IC-000050.2019.07.000/4, IC-000148.2019.07.000/4, IC-000741.2019.07.000/9, IC-001007.2019.07.000/1, IC-001226.2019.07.000/4, IC-001540.2019.07.000/5, IC-001972.2019.07.000/5, IC-002122.2019.07.000/2, IC-000149.2019.07.002/7, IC-000199.2020.07.000/2, IC-000354.2020.07.000/8, PP-000527.2020.07.000/5, PP-000553.2020.07.000/1, PP-000631.2020.07.000/9, PP-000674.2020.07.000/0, IC-000676.2020.07.000/3, PP-000748.2020.07.000/2, PP-000773.2020.07.000/2, PP-000790.2020.07.000/8, PP-000798.2020.07.000/9, IC-000835.2020.07.000/0, PP-001033.2020.07.000/6, PP-001075.2020.07.000/1, PP-001109.2020.07.000/7, PP-001131.2020.07.000/1, PP-001160.2020.07.000/5, PP-001311.2020.07.000/4, PP-001319.2020.07.000/8, PP-001386.2020.07.000/6, NF-001407.2020.07.000/8, PP-001664.2020.07.000/4, PP-001684.2020.07.000/6, PP-001775.2020.07.000/2, NF-001855.2020.07.000/7, NF-001978.2020.07.000/4, NF-002089.2020.07.000/8, NF-002126.2020.07.000/1, IC-000015.2020.07.002/0 - PRT 8ª Região-PA - IC-000136.2015.08.002/3, IC-000557.2016.08.000/0, IC-000061.2016.08.002/2, IC-000411.2016.08.002/4, IC-000511.2016.08.002/2, IC-001365.2017.08.000/8, IC-001159.2018.08.000/0, IC-001261.2018.08.000/0, IC-001837.2018.08.000/8, IC-000132.2019.08.000/7, IC-000171.2019.08.000/0, IC-000607.2019.08.000/8, IC-000709.2019.08.000/9, IC-000826.2019.08.000/2, IC-000854.2019.08.000/1, IC-001002.2019.08.000/5, IC-001131.2019.08.000/6, IC-001297.2019.08.000/4, IC-001350.2019.08.000/8, IC-001446.2019.08.000/1, IC-001450.2019.08.000/5, IC-001458.2019.08.000/9, IC-001479.2019.08.000/7, IC-001489.2019.08.000/3, PP-001492.2019.08.000/1, IC-001556.2019.08.000/5, IC-001643.2019.08.000/0, IC-000057.2019.08.002/8, IC-000144.2019.08.002/9, IC-000086.2019.08.003/7, IC-000250.2019.08.003/0, IC-000004.2020.08.000/8, IC-000015.2020.08.000/9, IC-000082.2020.08.000/4, IC-000104.2020.08.000/7, IC-000120.2020.08.000/6, PP-000190.2020.08.000/7, IC-000196.2020.08.000/5, IC-000246.2020.08.000/7, IC-000259.2020.08.000/3, IC-000269.2020.08.000/0, IC-000273.2020.08.000/0, PP-000293.2020.08.000/4, IC-000350.2020.08.000/4, PP-000406.2020.08.000/4, IC-000453.2020.08.000/1, PP-000551.2020.08.000/7, IC-000598.2020.08.000/0, IC-000900.2020.08.000/7, IC-000926.2020.08.000/0, NF-000932.2020.08.000/1, PP-001004.2020.08.000/2, IC-001033.2020.08.000/6, PP-001108.2020.08.000/1, PP-001151.2020.08.000/5, PP-001153.2020.08.000/6, PP-001184.2020.08.000/0, PP-001245.2020.08.000/8, IC-001268.2020.08.000/7, IC-001331.2020.08.000/7, NF-001495.2020.08.000/4, PP-001496.2020.08.000/0, PP-001541.2020.08.000/8, IC-001594.2020.08.000/6, NF-001631.2020.08.000/9, NF-001899.2020.08.000/5, IC-000016.2020.08.002/0, IC-000107.2020.08.002/8, IC-000154.2020.08.002/5, IC-000210.2020.08.002/9, NF-000268.2020.08.002/6, IC-000012.2020.08.003/2, IC-000016.2020.08.003/1, IC-000018.2020.08.003/6, IC-000027.2020.08.003/7, IC-000035.2020.08.003/0, PP-000131.2020.08.003/2 - PRT 9ª Região-PR - IC-000155.2014.09.001/0, IC-001682.2015.09.000/3, IC-000411.2016.09.003/7, IC-003093.2017.09.000/1, IC-003415.2017.09.000/0, IC-000366.2017.09.001/8, IC-000292.2018.09.000/8, IC-002314.2018.09.000/1, IC-002579.2018.09.000/1, IC-000241.2018.09.001/6, IC-000232.2018.09.008/1, IC-000090.2019.09.000/9, IC-000190.2019.09.000/0, IC-000355.2019.09.000/9, IC-000800.2019.09.000/1, IC-000895.2019.09.000/9, IC-001827.2019.09.000/4, IC-001974.2019.09.000/7, IC-002684.2019.09.000/0, IC-002831.2019.09.000/6, IC-002884.2019.09.000/4, IC-000098.2019.09.003/2, IC-000214.2019.09.003/8, IC-000176.2019.09.004/7, IC-000297.2019.09.004/6, IC-000341.2019.09.004/0, IC-000075.2019.09.006/0, IC-000234.2019.09.006/5, IC-000088.2019.09.007/1, IC-000182.2019.09.007/1, IC-000256.2019.09.007/3, IC-000342.2019.09.007/9, IC-000091.2019.09.008/0, IC-000307.2019.09.008/2, IC-000341.2019.09.008/3, IC-000179.2019.09.009/0, IC-000147.2019.09.010/9, IC-000021.2020.09.000/0, IC-000220.2020.09.000/6, IC-000469.2020.09.000/9, IC-000625.2020.09.000/0, IC-000671.2020.09.000/1, IC-000864.2020.09.000/0, IC-000914.2020.09.000/1, PP-001460.2020.09.000/9, PP-001541.2020.09.000/9, PP-001597.2020.09.000/3, IC-001610.2020.09.000/1, IC-001653.2020.09.000/3, PP-001659.2020.09.000/6, PP-001702.2020.09.000/3, PP-001714.2020.09.000/0, PP-001733.2020.09.000/8, PP-001811.2020.09.000/1, PP-001831.2020.09.000/4, PP-001935.2020.09.000/3, PP-002002.2020.09.000/0, IC-002014.2020.09.000/8, PP-002048.2020.09.000/9, PP-002054.2020.09.000/3, PP-002057.2020.09.000/0, PP-002068.2020.09.000/1, PP-002262.2020.09.000/3, PP-002347.2020.09.000/5, PP-002391.2020.09.000/4, PP-002415.2020.09.000/2, PP-002477.2020.09.000/1, PP-002487.2020.09.000/8, NF-002549.2020.09.000/0, NF-002585.2020.09.000/4, PP-002613.2020.09.000/6, NF-002636.2020.09.000/5, PP-002645.2020.09.000/6, PP-002677.2020.09.000/6, NF-002697.2020.09.000/9, PP-002731.2020.09.000/5, PP-002791.2020.09.000/3, NF-002819.2020.09.000/3, PP-002885.2020.09.000/6, NF-002927.2020.09.000/6, NF-003049.2020.09.000/2, PP-003104.2020.09.000/7, NF-003112.2020.09.000/2, NF-003161.2020.09.000/9, NF-003174.2020.09.000/1, NF-003203.2020.09.000/9, NF-003284.2020.09.000/5, PP-003313.2020.09.000/2, IC-000032.2020.09.001/8, IC-000084.2020.09.001/3, IC-000180.2020.09.001/2, IC-000316.2020.09.001/6, IC-000388.2020.09.001/0, IC-000066.2020.09.003/5, NF-000168.2020.09.003/0, PP-000198.2020.09.003/2, PP-000224.2020.09.003/4, PP-000398.2020.09.003/9, IC-000416.2020.09.003/6, PP-000475.2020.09.003/3, PP-000571.2020.09.003/6, IC-000003.2020.09.004/4, IC-000066.2020.09.004/7, IC-000162.2020.09.004/3, IC-000164.2020.09.004/6, IC-000190.2020.09.004/2, IC-000196.2020.09.004/0, PP-000275.2020.09.004/8, PP-000319.2020.09.004/8, PP-000324.2020.09.004/3, NF-000343.2020.09.004/1, IC-000073.2020.09.005/5, IC-000142.2020.09.005/0, NF-000180.2020.09.005/6, IC-000145.2020.09.006/0, IC-000182.2020.09.006/0, NF-000251.2020.09.006/0, IC-000195.2020.09.007/7, NF-000208.2020.09.007/9, NF-000227.2020.09.007/7, NF-000229.2020.09.007/0, NF-000237.2020.09.007/4, IC-000109.2020.09.008/8, PP-000171.2020.09.008/8, IC-000247.2020.09.009/3, IC-000263.2020.09.009/2, IC-000010.2020.09.010/7, IC-000175.2020.09.010/7, NF-000204.2020.09.010/8, NF-000216.2020.09.010/8 - PRT 10ª Região-DF - IC-000713.2015.10.000/4, IC-001175.2016.10.000/1, IC-000549.2017.10.000/3, IC-001464.2017.10.000/3, IC-001980.2017.10.000/0, IC-000873.2018.10.000/4, IC-001278.2018.10.000/9, IC-002449.2018.10.000/8, IC-002474.2018.10.000/0, IC-002687.2018.10.000/7, IC-000107.2018.10.001/0, IC-000316.2018.10.001/7, IC-000409.2019.10.000/1, IC-000658.2019.10.000/8, IC-000835.2019.10.000/0, IC-001502.2019.10.000/5, IC-001617.2019.10.000/6, IC-001621.2019.10.000/0, IC-001716.2019.10.000/8, IC-001796.2019.10.000/9, IC-002131.2019.10.000/8, IC-002236.2019.10.000/2, IC-002479.2019.10.000/9, IC-002577.2019.10.000/5, IC-002680.2019.10.000/0, IC-000109.2019.10.002/3, IC-000120.2019.10.002/0, IC-000137.2019.10.002/2, IC-000187.2020.10.000/1, IC-000586.2020.10.000/8, IC-000634.2020.10.000/7, IC-

000786.2020.10.000/4, IC-000810.2020.10.000/3, IC-000821.2020.10.000/7, IC-000871.2020.10.000/3, IC-000937.2020.10.000/0, IC-001035.2020.10.000/0, IC-001066.2020.10.000/5, IC-001219.2020.10.000/4, IC-001243.2020.10.000/0, IC-001291.2020.10.000/1, PP-001394.2020.10.000/5, IC-001416.2020.10.000/2, PP-001592.2020.10.000/9, PP-001597.2020.10.000/6, IC-001675.2020.10.000/0, IC-001761.2020.10.000/9, IC-001887.2020.10.000/1, IC-001889.2020.10.000/2, IC-001906.2020.10.000/2, IC-001999.2020.10.000/6, IC-002269.2020.10.000/4, IC-002372.2020.10.000/0, NF-003012.2020.10.000/8, NF-003027.2020.10.000/1, NF-003028.2020.10.000/7, IC-000192.2020.10.001/5, NF-000296.2020.10.001/9, NF-000312.2020.10.001/3, IC-000024.2020.10.002/2 - PRT 11ª Região-AM - IC-001333.2017.11.000/0, IC-001507.2017.11.000/7, IC-000771.2019.11.000/7, IC-001405.2019.11.000/2, IC-000329.2020.11.000/8, NF-000750.2020.11.000/5, IC-000915.2020.11.000/4, IC-000041.2020.11.001/8, IC-000113.2020.11.001/4 - PRT 12ª Região-SC - IC-000309.2008.12.003/3, IC-000072.2009.12.002/6, IC-000364.2015.12.001/4, IC-000017.2015.12.003/4, IC-000271.2015.12.004/9, IC-000072.2016.12.003/0, IC-000070.2016.12.004/7, IC-000031.2017.12.004/5, IC-001012.2018.12.000/0, IC-001499.2018.12.000/8, IC-000087.2018.12.005/4, IC-000711.2018.12.005/2, IC-000462.2019.12.000/2, IC-001080.2019.12.000/5, IC-001169.2019.12.000/9, IC-000060.2019.12.001/7, IC-000238.2019.12.001/0, IC-000076.2019.12.003/0, IC-000046.2019.12.004/7, IC-000232.2019.12.005/5, IC-000009.2020.12.000/9, IC-000430.2020.12.000/7, NF-000555.2020.12.000/1, NF-000770.2020.12.000/0, NF-000779.2020.12.000/8, NF-000783.2020.12.000/7, IC-000803.2020.12.000/7, PP-001054.2020.12.000/4, NF-001461.2020.12.000/3, PP-000277.2020.12.001/2, NF-000301.2020.12.001/1, NF-000386.2020.12.001/1, NF-000389.2020.12.001/0, NF-000450.2020.12.001/0, NF-000455.2020.12.001/1, NF-000466.2020.12.001/5, NF-000472.2020.12.001/7, IC-000125.2020.12.002/3, IC-000178.2020.12.002/9, PP-000229.2020.12.002/7, NF-000309.2020.12.002/0, NF-000162.2020.12.003/1, IC-000185.2020.12.003/5, NF-000227.2020.12.003/2, NF-000248.2020.12.003/3, NF-000169.2020.12.004/4, NF-000185.2020.12.004/3, NF-000249.2020.12.005/6, NF-000273.2020.12.005/0 - PRT 13ª Região-PB - IC-001693.2013.13.000/9, IC-000270.2015.13.000/0, IC-000837.2017.13.000/0, IC-000850.2017.13.000/0, IC-001438.2017.13.000/0, IC-001558.2017.13.000/0, IC-001841.2017.13.000/8, IC-000356.2018.13.000/0, IC-000434.2018.13.000/1, IC-000945.2018.13.000/6, IC-000299.2018.13.001/9, IC-000415.2019.13.000/6, IC-000718.2019.13.000/0, IC-000955.2019.13.000/6, IC-001140.2019.13.000/5, IC-001144.2019.13.000/7, IC-001279.2019.13.000/0, IC-000497.2019.13.001/5, IC-000516.2019.13.001/9, IC-000118.2020.13.000/0, IC-000126.2020.13.000/4, IC-000258.2020.13.000/7, IC-000350.2020.13.000/4, NF-000415.2020.13.000/5, IC-000457.2020.13.000/7, IC-000510.2020.13.000/1, IC-000705.2020.13.000/2, IC-000883.2020.13.000/6, IC-001065.2020.13.000/4, IC-001091.2020.13.000/1, NF-001202.2020.13.000/4, IC-001205.2020.13.000/0, IC-001211.2020.13.000/5, IC-001230.2020.13.000/2, IC-001241.2020.13.000/4, IC-001450.2020.13.000/0, IC-001478.2020.13.000/6, NF-001488.2020.13.000/2, NF-001503.2020.13.000/1, IC-001532.2020.13.000/5, NF-001542.2020.13.000/1, NF-001586.2020.13.000/9, NF-001654.2020.13.000/6, NF-001674.2020.13.000/9, IC-000015.2020.13.001/6, PP-000180.2020.13.001/8, PP-000257.2020.13.001/9, IC-000260.2020.13.001/1, IC-000315.2020.13.001/5, IC-000331.2020.13.001/4, IC-000348.2020.13.001/6, IC-000413.2020.13.001/0, IC-000451.2020.13.001/7, NF-000637.2020.13.001/7, NF-000652.2020.13.001/0, IC-000703.2020.13.001/8, IC-000704.2020.13.001/4, IC-000068.2020.13.002/0, PP-000082.2020.13.002/2, IC-000144.2020.13.002/2, NF-000150.2020.13.002/4, IC-000191.2020.13.002/0, IC-000192.2020.13.002/6 - PRT 14ª Região-RO - IC-000372.2015.14.000/2, IC-000283.2017.14.000/3, IC-000512.2018.14.000/3, IC-000616.2018.14.000/7, IC-000139.2019.14.000/2, IC-000310.2019.14.000/7, IC-000382.2019.14.000/0, IC-000688.2019.14.000/3, IC-000118.2019.14.001/0, IC-000056.2020.14.000/7, IC-000194.2020.14.000/3, IC-000206.2020.14.000/9, IC-000302.2020.14.000/1, IC-000332.2020.14.000/3, NF-000387.2020.14.000/1, NF-000400.2020.14.000/7, NF-000486.2020.14.000/3, IC-000094.2020.14.001/6, IC-000099.2020.14.001/2, IC-000023.2020.14.002/2, IC-000232.2020.14.002/1, IC-000238.2020.14.002/0, IC-000279.2020.14.002/5, IC-000290.2020.14.002/2, IC-000368.2020.14.002/0, IC-000369.2020.14.002/6, NF-000004.2021.14.000/8 - PRT 15ª Região-Campinas - IC-000300.2016.15.001/0, IC-000297.2017.15.000/7, IC-001022.2017.15.001/6, IC-003805.2018.15.000/9, IC-000565.2018.15.001/8, IC-001052.2018.15.001/7, IC-000843.2018.15.002/3, IC-001243.2018.15.008/1, IC-000321.2019.15.000/1, IC-001355.2019.15.000/0, IC-001650.2019.15.000/4, IC-001686.2019.15.000/6, IC-001849.2019.15.000/1, IC-001964.2019.15.000/4, IC-002026.2019.15.000/2, IC-002354.2019.15.000/2, IC-002940.2019.15.000/8, IC-002943.2019.15.000/4, IC-003295.2019.15.000/4, IC-003524.2019.15.000/6, IC-003583.2019.15.000/9, IC-003634.2019.15.000/0, IC-003847.2019.15.000/7, IC-004108.2019.15.000/4, IC-004136.2019.15.000/2, IC-004213.2019.15.000/0, IC-000040.2019.15.001/6, IC-000821.2019.15.001/0, IC-000886.2019.15.002/4, IC-000413.2019.15.005/6, IC-000486.2019.15.005/6, IC-000516.2019.15.005/3, IC-000407.2019.15.006/2, IC-000517.2019.15.007/6, IC-000623.2019.15.008/4, IC-000701.2019.15.008/5, IC-001189.2019.15.008/4, IC-001240.2019.15.008/7, IC-000206.2020.15.000/0, IC-000514.2020.15.000/9, IC-000565.2020.15.000/1, IC-001141.2020.15.000/3, PP-001492.2020.15.000/2, PP-001601.2020.15.000/4, IC-002104.2020.15.000/2, PP-002212.2020.15.000/5, PP-002299.2020.15.000/4, PP-002309.2020.15.000/4, PP-002319.2020.15.000/0, PP-002471.2020.15.000/2, PP-002638.2020.15.000/0, IC-002837.2020.15.000/9, IC-002973.2020.15.000/0, NF-002991.2020.15.000/1, PP-002994.2020.15.000/8, PP-003122.2020.15.000/2, IC-003313.2020.15.000/6, PP-003758.2020.15.000/8, IC-003795.2020.15.000/7, IC-003802.2020.15.000/0, NF-003923.2020.15.000/6, NF-003948.2020.15.000/6, PP-003963.2020.15.000/1, NF-004026.2020.15.000/5, NF-004076.2020.15.000/7, NF-004120.2020.15.000/0, NF-004282.2020.15.000/6, NF-004304.2020.15.000/3, NF-004317.2020.15.000/6, NF-004364.2020.15.000/1, NF-004377.2020.15.000/4, NF-004438.2020.15.000/1, IC-004523.2020.15.000/5, NF-004580.2020.15.000/7, NF-004639.2020.15.000/1, IC-000054.2020.15.001/5, PP-000091.2020.15.001/6, PP-000373.2020.15.001/8, PP-000419.2020.15.001/0, NF-000617.2020.15.001/4, PP-000635.2020.15.001/6, NF-000707.2020.15.001/5, IC-000031.2020.15.002/8, PP-000408.2020.15.002/5, NF-000476.2020.15.003/1, IC-000050.2020.15.004/9, PP-000142.2020.15.004/8, IC-000001.2020.15.005/0, IC-000191.2020.15.005/6, NF-000455.2020.15.005/7, IC-000021.2020.15.006/3, IC-000041.2020.15.006/0, IC-000135.2020.15.006/6, PP-000234.2020.15.006/8, PP-000315.2020.15.006/8, NF-000654.2020.15.006/5, PP-000663.2020.15.006/6, PP-000683.2020.15.006/0, PP-000717.2020.15.006/3, PP-000725.2020.15.006/8, NF-000757.2020.15.006/2, IC-000764.2020.15.006/0, NF-000793.2020.15.006/6, PP-000164.2020.15.007/0, PP-000283.2020.15.007/6, PP-000407.2020.15.007/0, PP-000432.2020.15.007/0, PP-000543.2020.15.007/1, PP-000603.2020.15.007/0, NF-000368.2020.15.008/0, NF-000441.2020.15.008/9, NF-000481.2020.15.008/8, NF-000533.2020.15.008/2, NF-000602.2020.15.008/2, NF-000649.2020.15.008/6, NF-000789.2020.15.008/3, NF-000032.2021.15.000/7, NF-000014.2021.15.008/2 - PRT 16ª Região-MA - IC-000186.2014.16.001/6, IC-000307.2015.16.001/3, IC-000151.2017.16.001/0, IC-000245.2017.16.001/7, IC-000362.2017.16.001/0, IC-001199.2018.16.000/9, IC-000723.2019.16.000/8, IC-000749.2019.16.000/0, IC-000849.2019.16.000/9, IC-000021.2019.16.001/9, IC-000307.2019.16.001/4, IC-000325.2019.16.001/6, PP-000261.2020.16.000/2, IC-000270.2020.16.000/3, PP-000804.2020.16.000/7, NF-000832.2020.16.000/6, PP-000943.2020.16.000/8, NF-001025.2020.16.000/3, NF-001173.2020.16.000/1, NF-001209.2020.16.000/7, NF-001254.2020.16.000/1, NF-001256.2020.16.000/2, NF-001288.2020.16.000/2, NF-001303.2020.16.000/1, IC-000034.2020.16.001/0, IC-000094.2020.16.001/0, IC-000113.2020.16.001/9, NF-000230.2020.16.001/2, PP-000307.2020.16.001/3, IC-000047.2020.16.002/1, PP-000081.2020.16.002/0, NF-000147.2020.16.002/4 - PRT 17ª Região-ES - IC-000858.2015.17.000/0, IC-001186.2016.17.000/0, IC-000990.2019.17.000/7, IC-001418.2019.17.000/4, IC-000179.2019.17.001/2, IC-000121.2019.17.002/3, PP-000008.2020.17.000/4, IC-000203.2020.17.000/2, PP-000249.2020.17.000/0, PP-000612.2020.17.000/6, PP-000620.2020.17.000/0, PP-000646.2020.17.000/3, PP-000784.2020.17.000/8, PP-000790.2020.17.000/0, PP-000796.2020.17.000/8, PP-000808.2020.17.000/3, NF-000826.2020.17.000/5, NF-000907.2020.17.000/5, NF-000931.2020.17.000/9, NF-001096.2020.17.000/1, PP-001217.2020.17.000/0, NF-001294.2020.17.000/5, NF-001360.2020.17.000/1, NF-001430.2020.17.000/0, NF-001447.2020.17.000/4, NF-001466.2020.17.000/1, IC-000080.2020.17.001/4, IC-000349.2020.17.001/6, IC-000370.2020.17.001/0, IC-000002.2020.17.002/9, PP-000071.2020.17.002/4, NF-000149.2020.17.002/8, PP-000155.2020.17.002/0, PP-000151.2020.17.003/2, PP-000153.2020.17.003/5 - PRT 18ª Região-GO - IC-002170.2016.18.000/8, IC-000681.2018.18.000/0, IC-001137.2018.18.000/6, IC-001491.2018.18.000/3, IC-000704.2019.18.000/1, IC-001162.2019.18.000/0, IC-001193.2019.18.000/4, IC-001505.2019.18.000/7, IC-000232.2019.18.003/4, IC-000348.2019.18.003/8, IC-000219.2020.18.000/9, NF-000222.2020.18.000/1, IC-000597.2020.18.000/9, IC-000599.2020.18.000/1, IC-000638.2020.18.000/0, IC-000720.2020.18.000/0, PP-000974.2020.18.000/8, IC-001055.2020.18.000/9, IC-001145.2020.18.000/0, IC-001244.2020.18.000/1, PP-001251.2020.18.000/1, IC-001252.2020.18.000/7, IC-001293.2020.18.000/8, PP-001341.2020.18.000/2, IC-001413.2020.18.000/1, IC-001446.2020.18.000/7, IC-001490.2020.18.000/6, PP-001562.2020.18.000/5, PP-001621.2020.18.000/1, NF-001657.2020.18.000/3, NF-001705.2020.18.000/8, NF-001720.2020.18.000/3, NF-001765.2020.18.000/6, PP-001783.2020.18.000/8, NF-001796.2020.18.000/0, NF-001837.2020.18.000/5, NF-001848.2020.18.000/7, NF-001911.2020.18.000/7, PP-000190.2020.18.001/0, NF-000215.2020.18.001/1, NF-000306.2020.18.002/7, NF-000349.2020.18.002/5, NF-000369.2020.18.002/0, IC-000043.2020.18.003/7, IC-000050.2020.18.003/3, IC-000235.2020.18.003/2, NF-000003.2021.18.000/0, NF-000025.2021.18.000/6, NF-000064.2021.18.000/1, NF-000131.2021.18.000/7 - PRT 19ª Região-AL - IC-001008.2016.19.000/0, IC-001281.2017.19.000/9, IC-001719.2017.19.000/4, IC-000386.2018.19.000/8, IC-000475.2018.19.000/2, IC-001317.2018.19.000/6, IC-000280.2018.19.001/0, IC-000081.2019.19.000/2, IC-000227.2019.19.000/5, IC-000250.2019.19.000/2, IC-001162.2019.19.000/8, IC-001186.2019.19.000/2, IC-001245.2019.19.000/9, IC-001388.2019.19.000/8, IC-001408.2019.19.000/4, IC-001459.2019.19.000/1, IC-001790.2019.19.000/0, IC-001817.2019.19.000/4, IC-001823.2019.19.000/9, IC-001936.2019.19.000/9, IC-000336.2019.19.001/2, IC-000494.2019.19.001/1, IC-000019.2020.19.000/5, IC-000271.2020.19.000/2, IC-000302.2020.19.000/6, IC-000320.2020.19.000/8, IC-000591.2020.19.000/1, PP-000868.2020.19.000/9, PP-001004.2020.19.000/0, PP-001015.2020.19.000/1, IC-001019.2020.19.000/3, PP-001260.2020.19.000/0, PP-001288.2020.19.000/7, IC-001579.2020.19.000/8, IC-001690.2020.19.000/9, IC-001708.2020.19.000/2, NF-001721.2020.19.000/7, NF-001805.2020.19.000/3, PP-001966.2020.19.000/4, NF-002001.2020.19.000/1, NF-002086.2020.19.000/0, NF-000345.2020.19.001/2 - PRT 20ª Região-SE - IC-000466.2017.20.000/2, IC-001718.2017.20.000/6, IC-000369.2019.20.000/9, IC-000466.2019.20.000/8, IC-000781.2019.20.000/5, IC-000866.2019.20.000/0, IC-001223.2019.20.000/2, IC-001432.2019.20.000/8, IC-001603.2019.20.000/9, IC-000221.2020.20.000/0, IC-000278.2020.20.000/0, IC-000363.2020.20.000/0, IC-000696.2020.20.000/5, IC-000729.2020.20.000/1, PP-000770.2020.20.000/0, IC-000865.2020.20.000/3, IC-000980.2020.20.000/4, IC-000990.2020.20.000/1, IC-000991.2020.20.000/8, PP-001188.2020.20.000/7, NF-001407.2020.20.000/2, NF-001662.2020.20.000/8, NF-001762.2020.20.000/5, NF-000041.2021.20.000/1 - PRT 21ª Região-RN - IC-000114.2003.21.000/5, PP-000006.2009.21.000/5, IC-000013.2010.21.000/5, IC-000480.2011.21.000/3, IC-000474.2015.21.000/2, IC-000572.2015.21.000/8, IC-000893.2015.21.000/3, IC-001278.2015.21.000/2, IC-000194.2016.21.000/5, IC-000944.2016.21.000/4, IC-001239.2016.21.000/4, IC-000230.2017.21.000/7, IC-000821.2017.21.000/5, IC-001500.2017.21.000/0, IC-001543.2017.21.000/1, IC-000249.2017.21.002/8, IC-000112.2018.21.000/0, IC-000227.2018.21.000/7, IC-000265.2018.21.000/3, IC-000483.2018.21.000/1, IC-000542.2018.21.000/4, IC-000721.2018.21.000/0, IC-000751.2018.21.000/1, IC-001025.2018.21.000/5, IC-001296.2018.21.000/0, IC-001346.2018.21.000/5, IC-001351.2018.21.000/4, IC-001491.2018.21.000/7, IC-001536.2018.21.000/3, IC-000017.2019.21.000/7, IC-000146.2019.21.000/0, IC-000304.2019.21.000/4, IC-000446.2019.21.000/4, IC-000941.2019.21.000/3, IC-001060.2019.21.000/5, PP-001095.2019.21.000/1, IC-001206.2019.21.000/4, IC-001208.2019.21.000/5, IC-001244.2019.21.000/9, IC-001283.2019.21.000/9, IC-001404.2019.21.000/8, IC-000002.2019.21.001/0, IC-000091.2019.21.001/0, IC-000102.2020.21.000/4, IC-000113.2020.21.000/8, IC-000311.2020.21.000/1, IC-000330.2020.21.000/0, IC-000401.2020.21.000/2, IC-000436.2020.21.000/6, PP-000598.2020.21.000/0, NF-000615.2020.21.000/1, IC-000634.2020.21.000/0, PP-000707.2020.21.000/5, IC-000746.2020.21.000/8, IC-000864.2020.21.000/8, IC-000886.2020.21.000/5, PP-000888.2020.21.000/8, IC-000943.2020.21.000/5, PP-000968.2020.21.000/1, NF-000979.2020.21.000/5, PP-001152.2020.21.000/3, PP-001234.2020.21.000/9, NF-001529.2020.21.000/1, NF-001630.2020.21.000/6, PP-000026.2020.21.001/0, PP-000143.2020.21.001/8, NF-000237.2020.21.001/4, NF-000006.2021.21.000/0, NF-000033.2021.21.000/0 - PRT 22ª Região-PI - IC-001376.2019.22.000/4, IC-000023.2020.22.000/0, IC-000084.2020.22.000/6, IC-000231.2020.22.000/9, IC-000234.2020.22.000/8, IC-000498.2020.22.000/3, IC-000542.2020.22.000/7, IC-000560.2020.22.000/9, IC-000574.2020.22.000/1, IC-000575.2020.22.000/8, IC-000709.2020.22.000/9, IC-000755.2020.22.000/0, IC-000792.2020.22.000/0, IC-000903.2020.22.000/7, IC-000972.2020.22.000/1, IC-000979.2020.22.000/6, IC-001008.2020.22.000/5, NF-001093.2020.22.000/5, IC-000072.2020.22.001/4, IC-000094.2020.22.001/5, IC-000006.2021.22.002/6 - PRT 23ª Região-MT - IC-000697.2016.23.000/7, IC-000001.2018.23.003/6, IC-000180.2018.23.003/4, IC-000550.2019.23.000/3, IC-000649.2019.23.000/1, IC-000816.2019.23.000/7, IC-000110.2019.23.003/6, IC-000168.2019.23.003/3, IC-000031.2019.23.004/7, PP-000674.2020.23.000/0, PP-000764.2020.23.000/1, IC-000769.2020.23.000/3, NF-000899.2020.23.000/3, IC-000043.2020.23.001/9, IC-000165.2020.23.001/7, IC-000187.2020.23.001/4, IC-000199.2020.23.001/4, IC-000222.2020.23.001/7, NF-000246.2020.23.001/7, NF-000250.2020.23.001/6, NF-000251.2020.23.001/2, NF-000253.2020.23.001/5, NF-000254.2020.23.001/1, NF-000107.2020.23.002/4, NF-000108.2020.23.002/0, IC-000086.2020.23.003/5, IC-000129.2020.23.003/0, NF-000138.2020.23.003/0, PP-000041.2020.23.004/7, PP-000061.2020.23.004/3, PP-000202.2020.23.004/7, NF-000215.2020.23.004/3, NF-000219.2020.23.004/9 - PRT 24ª Região-MS - IC-000192.2019.24.000/3, IC-000835.2019.24.000/6, IC-000133.2020.24.000/5, IC-000279.2020.24.000/0, IC-000345.2020.24.000/1, IC-000382.2020.24.000/1, IC-000509.2020.24.000/4, IC-000591.2020.24.000/9, IC-000625.2020.24.000/1, PP-000767.2020.24.000/1, NF-000779.2020.24.000/1, NF-000793.2020.24.000/8, IC-000801.2020.24.000/8, PP-000821.2020.24.000/2, NF-000886.2020.24.000/8, NF-000899.2020.24.000/4, NF-000908.2020.24.000/0, NF-000919.2020.24.000/4, PP-000924.2020.24.000/0, PP-000953.2020.24.000/5, IC-000005.2020.24.001/7, NF-000218.2020.24.001/9, NF-000248.2020.24.001/0, PP-000283.2020.24.001/8, NF-000287.2020.24.001/3, NF-000190.2020.24.002/6.

Eu, Luiz Cláudio Barbosa Lucas, Secretário da sessão, nos termos do artigo 18, inciso XII, da Resolução nº 142/CSMPT, lavrei a presente ata e a encaminhei a todos os Membros da 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão (MPT) para leitura e aprovação, com determinação de publicá-la no Diário Oficial da União.

Encerrou-se a sessão às 17:15 horas.

ELIANE ARAQUE DOS SANTOS
Coordenadora

VIRGÍNIA MARIA VEIGA DE SENNA
Membro

ADRIANA SILVEIRA MACHADO
Membro

IZABEL CHRISTINA BAPTISTA QUEIROZ RAMOS
Membro (Suplente)

LUIZ CLÁUDIO BARBOSA LUCAS
Secretário

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

RESOLUÇÃO Nº 401, DE 4 DE MARÇO DE 2021

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do artigo 43 do Estatuto do CONFEF, e;

CONSIDERANDO o artigo 109 do Estatuto do CONFEF (Resolução CONFEF nº 206/2010) que determina que os "As eleições dos Membros Conselheiros Efetivos e Suplentes do CONFEF realizar-se-ão de 04 (quatro) em 04 (quatro) anos para um mandato de 04 (quatro) anos em convocação especial para este fim, através do voto direto e obrigatório";

CONSIDERANDO o artigo 116 do Estatuto do CONFEF (Resolução CONFEF nº 206/2010) que determina que os "As eleições dos Membros dos CREFs realizar-se-ão de 03 (três) em 03 (três) anos, a partir do término do primeiro mandato nomeado pelo CONFEF";

CONSIDERANDO que haverá pleito para escolha de Membros Conselheiros Efetivos e Suplentes dos CREFs neste ano;

CONSIDERANDO a necessidade de unificar as datas dos mandatos a fim de criar unicidade e conferir maior organização eleitoral no Sistema CONFEF/CREFs;

CONSIDERANDO a deliberação em Reunião Ordinária do Plenário realizada em 12 de Fevereiro de 2021, resolve:

Art. 1º - Os mandatos de todos os Membros Conselheiros Efetivos e Suplentes dos Conselhos Regionais de Educação Física e do Conselho Federal de Educação Física serão prorrogados até o dia 31 de Dezembro do ano em que encerrarão.

Parágrafo único - Os mandatos de que tratam o caput deste artigo observarão o disposto abaixo:

I - CREF1/RJ-ES:

a) Conselheiros eleitos e empossados para exercerem mandato no período de 16 de outubro de 2015 a 15 de outubro de 2021, homologados através da Resolução CONFEF nº 309/2015, terão seus mandatos prorrogados até 31 de Dezembro de 2021;

b) Conselheiros eleitos e empossados para exercerem mandato no período de 16 de outubro de 2018 a 15 de outubro de 2024, homologados através da Resolução CONFEF nº 356/2018, terão seus mandatos prorrogados até 31 de Dezembro de 2024;

II - CREF2/RS:

a) Conselheiros eleitos e empossados para exercerem mandato no período de 30 de outubro de 2015 a 29 de outubro de 2021, homologados através da Resolução CONFEF nº 296/2015, terão seus mandatos prorrogados até 31 de Dezembro de 2021;

b) Conselheiros eleitos e empossados para exercerem mandato no período de 30 de outubro de 2018 a 29 de outubro de 2024, homologados através da Resolução CONFEF nº 360/2018, terão seus mandatos prorrogados até 31 de Dezembro de 2024;

III - CREF3/SC:

a) Conselheiros eleitos e empossados para exercerem mandato no período de 30 de outubro de 2015 a 29 de outubro de 2021, homologados através da Resolução CONFEF nº 297/2015, terão seus mandatos prorrogados até 31 de Dezembro de 2021;

b) Conselheiros eleitos e empossados para exercerem mandato no período de 30 de outubro de 2018 a 29 de outubro de 2024, homologados através da Resolução CONFEF nº 361/2018, terão seus mandatos prorrogados até 31 de Dezembro de 2024;

IV - CREF4/SP:

a) Conselheiros eleitos e empossados para exercerem mandato no período de 30 de outubro de 2015 a 29 de outubro de 2021, homologados através da Resolução CONFEF nº 298/2015, terão seus mandatos prorrogados até 31 de Dezembro de 2021;

b) Conselheiros eleitos e empossados para exercerem mandato no período de 30 de outubro de 2018 a 29 de outubro de 2024, homologados através da Resolução CONFEF nº 357/2018, terão seus mandatos prorrogados até 31 de Dezembro de 2024;

V - CONFEF: Conselheiros eleitos e empossados para exercerem mandato no período de 28 de Dezembro de 2020 a 27 de Dezembro de 2024, homologados através da Resolução CONFEF nº 400/2020, terão seus mandatos prorrogados até 31 de Dezembro de 2024.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

CLAUDIO AUGUSTO BOSCHI

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

RESOLUÇÃO COFEN Nº 660, DE 3 DE MARÇO DE 2021

Altera a Resolução Cofen nº 656, de 17 de dezembro de 2020, que normatiza a atuação do enfermeiro na assistência direta e no gerenciamento do Atendimento Pré-Hospitalar Móvel e Inter-hospitalar em veículo aéreo.

O CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - COFEN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012, e

CONSIDERANDO a prerrogativa estabelecida ao Cofen no art. 8º, inciso IV, da Lei nº 5.905/1973, de baixar provimentos e expedir instruções, para uniformidade de procedimento e bom funcionamento dos Conselhos Regionais;

CONSIDERANDO o disposto no art. 22, inciso X, do Regimento Interno do Cofen, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012, que autoriza o Conselho Federal de Enfermagem baixar Resoluções, Decisões e demais instrumentos legais no âmbito da Autarquia;

CONSIDERANDO a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, e o Decreto nº 94.406, de 08 de junho de 1987, que regulamentam o exercício da Enfermagem no país;

CONSIDERANDO o Memorando nº 01/2021 - CONUE/COFEN, da Comissão Nacional de Urgência e Emergência - CONUE, que requereu a alteração e adequação da Resolução Cofen nº 656/2020, que normatiza a atuação do enfermeiro na assistência direta e no gerenciamento do Atendimento Pré-Hospitalar Móvel e Inter-hospitalar em veículo aéreo;

CONSIDERANDO a Resolução Cofen nº 625/2020, que normatiza a especialidade de enfermagem aeroespacial;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário em sua 526ª Reunião Ordinária, no dia 22 de fevereiro de 2021, e tudo o mais que consta no Processo Administrativo Cofen nº 0746/2016, resolve:

Art. 1° Alterar a Resolução Cofen nº 656, de 17 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 242, em 18/12/2020, Seção 1, páginas 237/238:

I - Substituir o parágrafo único do art. 3º pelos §§ 1º e 2º, com as seguintes redações:

"Parágrafo primeiro: os enfermeiros de voo em exercício, ou que tenham exercido atividade aeroespacial, comprovados através de documentos oficiais (escalas, declarações, contrato/carteira de trabalho ou outros), que não atendam aos incisos I ou II à data da presente publicação "poderão continuar a exercer às suas funções."

"Parágrafo segundo: Os enfermeiros que venham iniciar a atividade aeroespacial e que não atendam o disposto neste artigo na data da presente publicação, excepcionalmente, poderão exercer às suas funções por até 36 (trinta e seis) meses, período no qual deverão cumprir as exigências nos incisos I e II deste artigo."

II - Substituir o parágrafo único do art. 4º pelos §§ 1º e 2º, com as seguintes redações:

"Parágrafo primeiro: os Responsáveis Técnicos em exercício, ou que tenham exercido atividade aeroespacial, comprovados através de documentos oficiais (escalas, declarações, contrato/carteira de trabalho ou outros), que não atendam o disposto neste artigo na data da presente publicação, ¿poderão continuar a exercer às suas funções."

"Parágrafo segundo: os Responsáveis Técnicos que venham iniciar a atividade aeroespacial que não atendam o disposto neste artigo na data da presente publicação, poderão, excepcionalmente, continuar a exercer suas funções por até 36 (trinta e seis) meses."

III - A letra "k" do item 3 do Anexo da Resolução Cofen nº 656/2020 passa a ter a seguinte redação:

"k. Estabelecer os requisitos e normativas para a elaboração da escala mensal, participando ativamente de sua construção e avaliação garantindo assim a qualidade e a segurança na assistência de enfermagem;"

III - A letra "j" do item 4 do Anexo da Resolução Cofen nº 656/2020 passa a ter a seguinte redação:

"j. Executar ações de salvamento terrestre, em altura e aquático, desde que seja característica operacional do serviço, esteja capacitado e portando equipamentos de proteção individuais e coletivos específicos para cada ação;"

IV - A letra "C" do item 5 do Anexo da Resolução Cofen nº 656/2020 passa a ter a seguinte redação:

"C. Liberação para voo solo

A liberação do enfermeiro para voo solo somente deve ocorrer após validação pelo Responsável Técnico, devendo esta ser realizada de forma estruturada, registrada e posteriormente arquivada."

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BETANIA Mª P. DOS SANTOS
Presidente do Conselho

ANTÔNIO MARCOS F. GOMES
1º Secretário
Em exercício

CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS

RESOLUÇÃO Nº 1.177-CONFERE, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre a deflagração do processo eleitoral pelo voto direto para composição do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de Goiás - Core-GO, no triênio 2021/2024, aprovação do Regulamento Eleitoral próprio e nomeação dos componentes da Comissão Eleitoral e da Mesa Receptora/Apuradora.

O Conselho Federal dos Representantes Comerciais - Confere, por sua diretoria-executiva, no uso das atribuições legais e regimentais que lhes são conferidas pelo inciso "V" do artigo 10 da Lei nº 4.886, de 09 de dezembro de 1965, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 8.420, de 08 de maio de 1992 e 12.246, de 27 de maio de 2010, e incisos "V" e "IX" do art. 12 do seu Regimento Interno CONSIDERANDO que o mandato da atual diretoria do Core-GO expira em 31.05.2021; CONSIDERANDO que o Sindicato dos Representantes Comerciais e das Empresas de Representação Comercial no estado de Goiás - SIRCEG, informou, oficialmente, por intermédio do ofício datado de 30.01.2021, acerca de sua impossibilidade em promover a eleição para o Regional, triênio 2021/2024, em atenção aos termos da Lei n.º 4.886/65; CONSIDERANDO a necessidade de eleição de nova diretoria, com o cumprimento de todas as formalidades legais; CONSIDERANDO a legitimidade do Confere para condução do pleito eleitoral objetivando a composição da diretoria dos seus entes vinculados, nos casos de incapacidade da entidade sindical em fazê-lo; CONSIDERANDO as decisões do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, consubstanciadas nas Apelações Cíveis nºs 96.04.58816-8 RS, 96.04.58817-6 RS, 96.04.58818-4 RS, 96.04.58819-2 RS e 96.04.58820-6; do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, consubstanciada na Apelação Cível nº 567469 (CNJ nº 0002437-25.2012.4.02.5101) e do Superior Tribunal de Justiça referentes aos Recursos Especiais nºs 167842 e 167846, confirmando que a entidade sindical entra no processo eleitoral para composição dos Conselhos Regionais como simples auxiliar, mero coadjuvante, estando os referidos órgãos regionais hierarquicamente subordinados somente ao Conselho Federal e nunca a uma entidade privada, seja ela qual for; CONSIDERANDO que a nova diretoria do Core-GO, deverá ser eleita mediante processo eleitoral direto e democrático, aberto aos representantes comerciais que preencham os requisitos legais e as condições estabelecidas em Regulamento Eleitoral próprio; CONSIDERANDO a necessidade de editar normas destinadas a assegurar a organização e o exercício do direito de votar e ser votado, no pleito que elegerá os membros que comporão o Core-GO, no triênio 2021/2024; CONSIDERANDO que a realização do pleito direto pelo Confere para composição do Core-GO, no triênio 2021/2024, dará ao procedimento democrático, a isenção e credibilidade indispensáveis à espécie; CONSIDERANDO o que ficou decidido na Reunião de Diretoria do Confere realizada nesta data, resolve:

Art. 1º - Deflagrar o processo eleitoral pelo voto direto, para composição do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de Goiás - Core-GO, triênio 2021/2024, o qual será processado e conduzido pelo Confere, por intermédio da respectiva Comissão Eleitoral.

Art. 2º - Aprovar o Regulamento Eleitoral que normatizará, excepcionalmente, o processo eleitoral para composição do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de Goiás, no triênio 2021/2024.

Art. 3º - A eleição a que se referem os artigos anteriores será realizada no dia 13 (treze) do mês de abril do corrente ano e reger-se-á na forma disposta no Regulamento Eleitoral próprio.

Art. 4º - Nomear os senhores José Alcides dos Santos, diretor-presidente do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Mato Grosso do Sul, brasileiro, viúvo, representante comercial, portador da carteira de identidade nº 4729920 SSP/SP e do CPF nº 073.836.731-15, registrado no Core-MS sob o nº 20398/2003; Beatriz Lopes Barros, brasileira, solteira, advogada, portadora da carteira de identidade n.º 133.366 - OAB/RJ, CPF nº 051.641.067-95 e Mario Chaves Pugas, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade n.º 7.647 - OAB/GO, CPF n.º 233.185.541-20 para, sob a Presidência do primeiro, constituírem a Comissão Eleitoral que processará o pleito que elegerá os Conselheiros do Core-GO, para o triênio 2021/2024, e como suplente Aline Maria Mendes Dantas, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade n.º 169.930 - OAB/RJ, CPF nº 055.294.117-46. Art. 5º - Nomear o senhor Herval Dórea da Silva, diretor-presidente do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado da Bahia, brasileiro, casado, representante comercial, portador da carteira de identidade nº 0194189309 SSP e do CPF nº 179.507.595-34, registrado no Core-BA sob o nº 7268/1990; Luiz Motta, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade n.º 144.973 - OAB/RJ, CPF nº 075.693.857-05 e Maria Eloides de Santana Campos, brasileira, casada, secretária, portadora da carteira de identidade n.º 1038792-PCI/GO, CPF n.º 229.124.524-04 e como suplente Lucas Willian dos Santos Ramos, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade n.º 183.554 - OAB/RJ, CPF n.º 130.197.397-13.

Art. 6º - O Regulamento Eleitoral ora aprovado aplica-se, exclusivamente, ao Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de Goiás, consoante às situações de fato e de direito acima descritas.

Art. 7º - Esta Resolução entra em vigor a nesta data, ficando inaplicáveis à espécie quaisquer outras disposições em contrário.

MANOEL AFFONSO MENDES DE FARIAS MELLO
Diretor-Presidente

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO CEARÁ

DECISÃO COREN-CE Nº 19, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021

Institui no âmbito do Conselho Regional de Enfermagem do Ceará o "Programa de Vantagens" para realização de parcerias com empresas devidamente credenciadas.

A PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO CEARÁ, em conjunto com a Conselheira Secretária, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Decisão COREN-CE n.º 021/2012; CONSIDERANDO a Lei n° 5.905/73 que dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências; CONSIDERANDO a autonomia administrativa e financeira que gozam os Conselhos Regionais de enfermagem, estabelecida no art. 3º da Lei nº 5.905/73; CONSIDERANDO a real necessidade de que os profissionais de Enfermagem e os funcionários do COREN/CE possam usufruir de um programa que facilite o acesso a produtos e serviços fornecidos por empresas, devidamente credenciadas, a preços e condições mais favoráveis, a exemplo de outros sistemas de Conselhos de Fiscalização Profissional, assim como do próprio Governo Federal, pelo Ministério da Economia, que já implantaram programas similares; CONSIDERANDO que o programa aprovado por esta decisão, além de beneficiar os seus usuários, contribui, de forma significativa, para o fomento de negócios, seja de produtos ou de prestação de serviços, principalmente se considerar a grave crise econômica que o país atravessa, agravada pela pandemia provocada pelo novo coronavírus; CONSIDERANDO a Decisão COFEN n.º 078/2020, que aprova o Regulamento do Clube de Descontos do Conselho Federal de Enfermagem, e dá outras providências; CONSIDERANDO deliberação do Plenário do COREN/CE em sua 554º Reunião Ordinária, realizada em 25 de fevereiro do corrente ano; resolve:

Art. 1º. Instituir, no âmbito do Conselho Regional de Enfermagem do Ceará, o denominado "Programa de Vantagens". Parágrafo Único - O "Programa de Vantagens" terá o fito de possibilitar a realização de parcerias com pessoas jurídicas de direito privado devidamente credenciadas para que os profissionais de Enfermagem regularmente inscritos neste Regional, assim como também os servidores do Conselho, possam usufruir de descontos e condições especiais nos bens e/ou serviços por elas oferecidos.

Art. 2º. O "Programa de Vantagens" será instituído mediante a publicação na Imprensa Oficial do competente "Edital de Credenciamento", que conterá os termos e condições para credenciamento de pessoas jurídicas de direito privado interessadas na concessão de descontos aos serviços prestados ou fornecimento de bens. Parágrafo Único - A publicação do "Edital de Credenciamento" será de competência da "Comissão Especial de Credenciamento", em conjunto com a Presidência do COREN-CE.

Art. 3º. Deverá ser instituída, por Portaria da Presidência, a "Comissão Especial de Credenciamento" para processamento, controle e análise das documentações e dos termos de parceria que serão objeto das propostas a serem encaminhadas pelas empresas interessadas em conformidade, o que deverá ser feito em estrita obediência aos termos do "Edital de Credenciamento" a ser elaborado pela comissão.

Art. 4º. Ficará sob responsabilidade da coordenadora da Comissão a tomada de providências no sentido de estabelecer o fluxograma de trabalho, a exemplo de solicitar a criação de e-mail institucional específico à Central de Processamento de Dados do COREN/CE para recebimento de documentos, a criação de protocolo específico para recebimento dos termos de Parceria/Convênio junto ao Setor de Atendimento, o desenvolvimento de documentos padronizados que deferirão ou indeferirão os pedidos e todas as medidas pertinentes para o bom funcionamento do Programa.

Art. 5º. Esta Decisão entrará em vigor na data da sua publicação.

ANA PAULA AURIZA DE LEMOS SILVEIRA
Presidente Ad Hoc do Conselho

KYLVIA RÉGIA SILVA DIÓGENES
Secretária Ad Hoc

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 2ª REGIÃO

ACÓRDÃO Nº 17, DE 1º DE MARÇO DE 2021

Encerramento do estado de emergência e retomada dos prazos processuais

O CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA SEGUNDA REGIÃO - CREFITO-2, reunido em sessão virtual da 467ª Reunião Plenária Extraordinária, ocorrida no dia 01 de março de 2021, no uso de suas atribuições e disposições regulamentares conferidas pela Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, e pelo Regimento Interno do CREFITO-2, e:

Considerando, o Estado de Emergência deliberado na 466ª Reunião Plenária Extraordinária realizada em 07 de fevereiro de 2021, por ocasião do incêndio parcial ocorrido na sede do Crefito-2 em 05/02/2021;

Considerando, a desinterdição do imóvel pela Defesa Civil Municipal;

Considerando, a adoção das medidas administrativas para o enfrentamento do aludido Estado de Emergência;

Considerando, o pronunciamento favorável do Gabinete de Crise pelo encerramento do Estado de Emergência;

ACORDAM, por unanimidade de votos dos Conselheiros Efetivos pelo encerramento do Estado de Emergência, e pelo restabelecimento da retomada dos Processos Administrativos de natureza disciplinar, a partir de 03/03/2021.

Quórum: Dr. Wilen Heil e Silva; Dr. Diego de Faria Magalhães Torres; Dra. Denise Flávio de Carvalho Botelho Lima; Dr. Leonardo Luiz Siqueira da Fonseca; Dr. Carlos Roberto Pinto Pereira; Dr. João Carlos Magalhães; Dr. Raphael Correa Caetano; Dra. Anke Bergmann; Dr. Rubens Guimarães Mendonça; Dr. Wagner Gomes Bezerra; Dr. Rafael Santiago Floriano; Dr. Leandro Miranda de Azeredo; Dra. Simone Ferreira do Nascimento.

DENISE FLÁVIO DE CARVALHO BOTELHO LIMA
Diretora-Secretaria

WILEN HEIL E SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA DA 2ª REGIÃO

PORTARIA Nº 2, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021

Institui o rito processual administrativo relacionado à apuração de infrações praticadas por Fornecedores de bens e serviços do Conselho Regional de Fonoaudiologia da 2ª Região e regulamenta as competências para aplicação das sanções administrativas previstas em lei.

A Diretoria do Conselho Regional de Fonoaudiologia da 2ª Região, Autarquia instituída pela Lei Federal nº 6.965, de 09 de dezembro de 1981, no uso de suas atribuições;

CONSIDERANDO que compete à Diretoria do Conselho Regional de Fonoaudiologia da 2ª Região, nos termos do artigo 12, inciso V, da Lei nº 6.965/81, deliberar sobre assuntos de interesse geral e administrativo; CONSIDERANDO que compete à Diretoria do Conselho Regional de Fonoaudiologia da 2ª Região, nos termos do artigo 87, do Regimento Interno Único (Resolução nº 574/2020, do CFFa), deliberar sobre a realização dos processos de licitação por intermédio de comissão competente; CONSIDERANDO que compete à Diretoria do Conselho Regional de Fonoaudiologia da 2ª Região, nos termos do artigo 78, do Regimento Interno Único (Resolução nº 574/2020, do CFFa), deliberar sobre os processos de aquisição de bens e serviços, observando a Lei nº 8.666/1993, e demais disposições legais aplicáveis ao caso, CONSIDERANDO a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar os procedimentos e competências para aplicação e tramitação das penalidades previstas na legislação, resolve:

Artigo 1º. Instituir o rito processual administrativo de apuração de responsabilidade a eventuais infrações praticadas por Fornecedores do Conselho Regional de Fonoaudiologia da 2ª Região, bem como regulamentar a competência para aplicação das sanções administrativas cabíveis, conforme previsto na legislação vigente, nos contratos e instrumentos convocatórios.

SEÇÃO I - DAS DEFINIÇÕES

Artigo 2º - Para os efeitos desta Portaria considera-se: I. Fornecedor: pessoa física ou jurídica, participante de licitações/aquisições ou contratada para fornecimento de bens ou prestação de serviços; II. Licitação / aquisição: todas as modalidades licitatórias e de aquisições, em qualquer de suas fases, inclusive as representadas pela dispensa e inexigibilidade de licitação, adesões e registro de preço;III. Autoridade competente: empregado investido de competência administrativa para expedir atos administrativos em razão de função ou por delegação; IV. Autoridade superior: aquela hierarquicamente acima da autoridade competente responsável pela aplicação da penalidade; V. Despacho fundamentado: instrumento que concretiza o dever de motivação das decisões, previsto no artigo 50 da Lei nº 9.784/99;VI. Saneamento: procedimento destinado a eliminar vícios, irregularidades ou nulidades processuais, bem como a verificação da razoabilidade da sanção indicada; VII. Recurso hierárquico: é o pedido de reexame dirigido à autoridade superior àquela que produziu o ato impugnado; VIII. Pedido de reconsideração: é o pedido dirigido à autoridade que proferiu a decisão, com o fito de obter, a partir dos argumentos apresentados, a reconsideração da decisão anteriormente tomada.

SEÇÃO II - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Artigo 3º. As sanções de que trata esta Portaria são aquelas descritas nos artigos 86 a 88, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no artigo 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como nas disposições de instrumentos convocatórios e de contratos administrativos expedidos pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia da 2ª Região, quais sejam: I - Advertência; II. Multa; III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos ;IV. Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos; V. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública. § 1º. As sanções de advertência, suspensão, impedimento e inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme § 2º do artigo 87 de Lei nº 8.666/93. § 2º. Na aplicação das sanções administrativas, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a culpabilidade do infrator, a intensidade do dano provocado e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade. § 3º. Para dosimetria da penalidade, na aplicação das sanções administrativas, será observado o disposto na Instrução Normativa nº 01, de 13 de outubro de 2017, do Secretário de Administração da Secretaria Geral da Presidência da República.

SEÇÃO III - DAS COMPETÊNCIAS PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Artigo 4º. São competentes para a aplicação das sanções administrativas: I. Autoridade competente: Responsável pelo Setor de Licitações e Contratos e/ou Presidente do Conselho Regional de Fonoaudiologia da 2ª Região; II. Autoridade superior: Diretoria do Conselho Regional de Fonoaudiologia da 2ª Região.

Artigo 5º. O Responsável pelo Setor de Licitações e Contratos possui competência para aplicar as sanções previstas nos incisos I e II do artigo 3º, enquanto o(a) Presidente aplicará as sanções indicadas nos incisos III, IV e V do artigo 3º.

SEÇÃO IV - DO RITO PROCEDIMENTAL

Artigo 6º. O procedimento de apuração de responsabilidade será realizado observando-se as seguintes fases: I. Fase preliminar; II. Notificação e defesa prévia; III. Saneamento e aplicação da sanção; IV. Intimação da decisão e apresentação de recurso; V. Análise do recurso e decisão.

Artigo 7º. As notificações e intimações previstas no procedimento poderão ocorrer por correspondência, com aviso de recebimento, por e-mail ou por qualquer outro meio eletrônico, mediante confirmação inequívoca do seu recebimento;

Artigo 8º. A Fase Preliminar obedecerá aos seguintes estágios: I. Identificação da suposta infração: a detecção de suposta infração poderá ocorrer no procedimento licitatório pelo pregoeiro, durante a execução contratual pelos fiscais ou gestores, por recebimento de denúncia ou reclamação dos usuários dos serviços. A suposta infração deverá ser caracterizada e comprovada pelo pregoeiro, gestor ou fiscal, e encaminhada ao Setor de Licitações e Contratos: a) A comunicação a ser encaminhada para o Setor de Licitações e Contratos deverá definir a suposta infração, indicar o dispositivo contratual ou editalício violado e apresentar a documentação probatória necessária para demonstrar os fatos alegados; b) No caso de a comunicação ser feita pelo gestor ou fiscal do contrato, deverão constar também informações quanto às medidas saneadoras já realizadas pela equipe de gestão/fiscalização do contrato e que não foram bem-sucedidas. II. Autuação de processo administrativo específico: após recebimento e análise do documento com suposta infração, o Setor de Licitações e Contratos instruirá processo específico, incluindo cópias dos seguintes documentos: edital de licitação, contrato, empenho e análise prévia: a) O Setor de Licitações e Contratos poderá solicitar informações complementares aos responsáveis pela denúncia de irregularidade para melhor caracterização da suposta infração. III. Análise prévia da justificativa apresentada: os argumentos apresentados para certificar a ocorrência ou não da infração serão examinados previamente pelo Gestor/Fiscal de Contratos. Para tanto, as razões e provas eventualmente apresentadas serão analisadas em conformidade com as cláusulas legais, editalícias e contratuais: a) Após análise prévia, emitirá Parecer Técnico apresentando os fatos, os argumentos trazidos pelo Fornecedor, se houver, e o possível enquadramento da falta; b) O Setor de Licitações e Contratos poderá analisar os argumentos apresentados pelo Fornecedor juntamente com o pregoeiro e/ou gestor do contrato, podendo ainda solicitar parecer ao Setor Jurídico do Conselho Regional de Fonoaudiologia da 2ª Região. IV. Comunicação do suposto evento à Autoridade Competente: a) O processo será encaminhado à Autoridade Competente para decidir sobre a continuidade do processo; b) Se, após análise da justificativa e dos documentos que a complementam, for constatado que os fatos não correspondem a uma infração ou que os argumentos trazidos pelo Fornecedor podem ser aceitos por possuírem justificativa capaz de afastar a sanção prevista, a autoridade poderá decidir pelo arquivamento do processo, por meio de despacho fundamentado; c) No caso de não serem acatados os argumentos contidos no esclarecimento / justificativa eventualmente apresentados pelo Fornecedor, deverá ser realizado, pelo Gestor do Contrato e/ou Pregoeiro, o enquadramento do fato às sanções previstas na Seção III desta Portaria, no edital, contrato administrativo e demais disposições sancionatórias, por meio de despacho fundamentado. Parágrafo único. Aquele que, no exercício de suas competências, tiver conhecimento de qualquer irregularidade que possa ensejar a aplicação de sanções previstas nesta Portaria e não tomar as medidas cabíveis, retardando ou omitindo-se no seu dever, estará sujeito à apuração de responsabilidade, nos termos da legislação vigente.

Artigo 9º. A fase de Notificação e Defesa Prévia observará os seguintes passos: I. Notificação do Fornecedor: será feita via correspondência ou meio eletrônico do Setor de Licitações e Contratos, com aviso de recebimento, e conterá descrição do fato, as conclusões quanto à análise das justificativas apresentadas pelo Fornecedor, se houver, informação acerca da sanção indicada na fase preliminar e prazo de 05 (cinco) dias úteis para manifestação, no caso das penalidades previstas nos incisos I a IV do artigo 3º e de 10 (dez) dias úteis para a penalidade prevista no inciso V: a) Não sendo possível a notificação via correspondência ou meio eletrônico, o Fornecedor será citado por edital publicado no Diário Oficial da União; b) Transcorrido o prazo estipulado no edital sem que haja manifestação por parte do Fornecedor, a revelia será certificada no processo; II. Análise da defesa prévia apresentada: o documento será encaminhado à autoridade competente: a) no caso de serem aceitos os argumentos na defesa prévia, deverá ser proferido Parecer do Gestor do Contrato, com justificativa da não aplicação da penalidade e sugestão de arquivamento dos autos; b) Se, após a análise da defesa prévia, for constatado que o comportamento do Fornecedor corresponde a uma infração ou que os

argumentos trazidos não são capazes de afastar a sanção prevista, será produzido Parecer Técnico sugerindo aplicação da sanção.

Artigo 10. A fase de Saneamento e Aplicação da Sanção terá início com o envio dos autos à Autoridade Competente para aplicação da sanção cabível: I- O saneamento contemplará a realização de diligências, caso necessário, para complementação de informações ou produção de provas adicionais essenciais à instrução processual, bem como a apreciação da autoridade competente quanto à proporcionalidade e razoabilidade da sanção proposta, além das considerações sobre eventuais critérios que entender pertinentes; II. Após as providências e diligências da fase do Saneamento e antes da Decisão, os autos serão encaminhados ao Setor Jurídico para análise e manifestação; III. Após concluída a análise jurídica de que trata o inciso anterior, caberá à Autoridade Competente proferir decisão sobre a aplicação da sanção, a desclassificação da sanção ou o arquivamento do processo, devidamente motivada e fundamentada, de forma a contemplar as razões que levaram àquela conclusão.

Artigo 11. Proferida a decisão da Autoridade Competente, o Fornecedor será intimado acerca da aplicação ou não da penalidade, cabendo: I. Recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão, nos casos de aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa; § 1º. O recurso será dirigido à Diretoria do Conselho Regional de Fonoaudiologia da 2ª Região, mas deverá ser enviado previamente à autoridade prolatora da decisão para conhecimento das razões recursais e eventual reconsideração e/ou eventual remessa à autoridade hierarquicamente superior. § 2º. A admissibilidade do recurso será examinada pelo Setor de Licitações e Contratos, quanto aos aspectos técnicos, devendo apreciar as razões apresentadas e, mediante despacho fundamentado, decidir pela admissibilidade ou inadmissibilidade do recurso, para posteriormente proferir decisão de mérito. Havendo dúvida jurídica, a autoridade poderá encaminhar os autos ao Setor Jurídico para apreciação dos aspectos preliminares e de mérito dos recursos interpostos. § 3º. Em caso de interposição de recurso pelo Fornecedor, o Conselho Regional de Fonoaudiologia da 2ª Região poderá reter os valores referentes às multas aplicadas enquanto pendente recurso de julgamento. Após julgamento, em caso de provimento, o valor controvertido retido será pago ao recorrente e, em caso de desprovimento, o valor será incorporado ao patrimônio do Conselho Regional de Fonoaudiologia da 2ª Região.

Artigo 12. A fase de Análise do Recurso observará os seguintes estágios: I. Uma vez admitido o recurso, este será encaminhado à Diretoria; II. Ao ter conhecimento do recurso, a Diretoria, em até 10 (dez) dias úteis, deverá proferir decisão de forma fundamentada, negando ou acolhendo o recurso; III. Exarada a decisão da Diretoria, o Fornecedor será notificado da decisão. Parágrafo único. Após o exaurimento da fase recursal disciplinada nos dispositivos desta Portaria, a aplicação da sanção será formalizada pelo Setor de Licitações e Contratos, o qual providenciará a publicação no Diário Oficial da União e se o caso, registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e demais sistemas, assim como efetivará os encaminhamentos contidos na decisão.

Artigo 13. Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos no prazo máximo de 05 (cinco) anos, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada. Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção.

Artigo 14. As sanções a serem aplicadas por autoridade competente terão natureza pecuniária ou consistirão em obrigação de fazer ou não fazer, assegurado sempre o direito de defesa.

SEÇÃO V - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 15. Esta Portaria deverá ser obrigatoriamente expressa nos editais e termos de contrato emitidos pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia da 2ª Região, em complementação às demais leis e atos normativos aplicáveis, inclusive nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação.

Artigo 16. A aplicação de penalidade não prejudica o direito de o Conselho Regional de Fonoaudiologia da 2ª Região recorrer às garantias contratuais com o objetivo de ser ressarcido dos prejuízos que o(a) contratado(a) lhe tenha causado.

Artigo 17. Na contagem dos prazos referidos nesta Portaria, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, nos termos do artigo 66 da Lei nº 9.784/99. Parágrafo único. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no Conselho Regional de Fonoaudiologia da 2ª Região.

Artigo 18. Na hipótese de apuração de ato lesivo à administração pública, especificamente previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), o Conselho Regional de Fonoaudiologia da 2ª Região adotará procedimento previsto em Portaria específica.

Artigo 19. Esta Portaria foi aprovada na 726ª reunião de diretoria e entra em vigor na data de sua publicação.

VERA REGINA VITAGLIANO TEIXEIRA
Presidente do Conselho

HELOISA DE OLIVEIRA MACEDO
Diretora Secretária

ANEXO I - FORMULÁRIO DE APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

FORMULÁRIO APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS		
DADOS DO NOTIFICADO		
EMPRESA: CNPJ: PREPOSTO: ENDEREÇO COMPLETO: RUA: XXXX, Nº XX BAIRRO: XXX CIDADE: XXX ESTADO: XXXX CEP: XXXX E-MAIL:		
INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO		
Abaixo, assinalar de qual instrumento de contratação a ocorrência se trata: ( ) ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ( ) CONTRATO ( ) LICITAÇÃO Nº xxxx/xxxx (Identificar aqui o número e ano da Ata de registro de preços o número do contrato ou número de licitação). VENCIMENTO: XX/XX/XXXX (Identificar a data de vencimento do Contrato/)ITEM(s): (Identificar o(s) item(s) da ata, do contrato ou da licitação)		
FATOS	REFERÊNCIA CONTRATUAL	REFERÊNCIA LEGAL
Citar os fatos de forma genérica, apenas para melhor identificação.	Indicar as cláusulas contratuais /editalícias infringidas.	Indicar os artigos de lei infringidos (vide edital/ contrato)
MOTIVAÇÃO		
Descrever os fatos detalhadamente juntando, caso necessário, e-mails, protocolos de atendimento, contatos etc.		
PENALIDADE		
Definir a penalidade a ser aplicada, nos termos do contrato/ edital, citando o item correspondente		

Nome
Cargo

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL

DECISÃO Nº CFO-13, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021

Aprova o Regimento Interno do CRO-Distrito Federal.

O Presidente do Conselho Federal de Odontologia, no uso da competência a que se refere o item IV, do artigo 9º, do Regimento Interno aprovado pela Resolução CFO-34, de 29 de outubro de 2002, e no desempenho da atribuição indicada na alínea "b", do artigo 4º, da Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, regulamentada pelo Decreto nº 68.704, de 03 de junho de 1971 e aditada pela Lei nº 5.965, de 10 de dezembro de 1973, conforme deliberação na CCCV Reunião Ordinária do Plenário, realizada em 11 de fevereiro de 2021, em Brasília (DF), decide:

Art. 1º. Aprovar o Regimento Interno do Conselho Regional de Odontologia do Distrito Federal.

Art. 2º. Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação na Imprensa Oficial.

JULIANO DO VALE
Presidente do Conselho

CLAUDIO YUKIO MIYAKE
Secretário-Geral

